SISV 2024
II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências

2ª Edição – Ano: 2024
ISBN 978-65-272-1004-7

DOI: 10.29327/sisv2024

Múltiplos Olhares para Reconhecer, Prevenir e Enfrentar Violências

Anais do II Simpósio Interdisciplinar sobre Violências (SISV 2024) – 16 Dezembro 2024



Edna Gusmão de Góes Brennand
Delamar José Volpato Dutra
Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho
(Organizadores)

Realização:

RIEV
UFPB
UFSC

Instituições Parceiras:

CNPq
FapesQ-PB
UFPB
UFSC
Universidad de Valencia
Universidade Federal de Santa Maria
Instituto Federal Paraíba
PPGE UFPB
PPGOA
GECIMP
ADUFPB Seção Sindical do ANDES-SN

SISV 2024
II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências

2ª Edição – Ano: 2024
ISBN 978-65-272-1004-7

DOI: 10.29327/sisv2024

Múltiplos Olhares para Reconhecer, Prevenir e Enfrentar Violências

Anais do II Simpósio Interdisciplinar sobre Violências (SISV 2024) – 16 Dezembro 2024



Edna Gusmão de Góes Brennand
Delamar José Volpato Dutra
Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho
(Organizadores)

Realização:

RIEV
UFPB
UFSC

Instituições Parceiras:

CNPq
FapesQ PB
UFPB
UFSC
Universitat de València
Universidade Estadual de Londrina
Universidade Federal de Santa Maria
Instituto Federal Paraíba
PPGE UFPB
PPGOA
GECIMP
ADUFPB

- COMITÊ CIENTÍFICO – SISV 2024

Presidência:
1. Delamar José Volpato Dutra – UFSC – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7826882124566360

Membros:
2. Adrielly Benigno de Moura – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/1237706906417650
3. Alberto José Ferreira de Lima – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/1684049406906014
4. Alexandre Meyer Luz – UFSC – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0299421437669387
5. Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho – IFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0634258601642339
6. Amarildo Luiz Trevisan – UFSM – Lattes: http://lattes.cnpq.br/2534601801498544
7. Bernardina M. Juvenal Freire de Oliveira – GECIMP/UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0252677389291551
8. Charles Feldhaus – UEL – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7220512713960300
9. Diego dos Santos Reis – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4681354757357359
10. Eduardo Jorge Lopes da Silva – PPGE/UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/5742801412761879
11. Eládio José de Góes Brennand – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9017015042336744
12. Emília Maria da Trindade Prestes – PPGE/UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8104627122146105
13. Ezilda Melo – OAB/PB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7223307007394926
14. Francisco Ribeiro dos Santos Júnior – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8048124115956598
15. Guilherme Ataíde Dias – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9553707435669429
16. Ismênia Mangueira Soares Medeiros – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9418923073241355
17. Jaquicilene Ferreira da Silva Alves – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9976074440879196
18. Jeane Félix da Silva – UFAL – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7927273805588210
19. Jorge Fernando Hermida Aveiro – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/5339043311979485
20. José Washington de Morais Medeiros – IFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/3970142119835546
21. Maria Eulina Pessoa de Carvalho – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4066341343633963
22. Marília de Azevedo Alves Brito – UNEB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/1939339651383270
23. Polímnia Olinto Cassimiro – CDJBC/Selo UNICEF – Lattes: http://lattes.cnpq.br/3305283304243073
24. Ricardo Fernando Ferreira Lessa Filho – UFRGS – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8496566086504744
25. Roberto Vilmar Satur – PPGOA/UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7252890847607933
26. Wagner Junqueira de Araújo – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/6762905361803183
27. Wanderson Flor do Nascimento – UNB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8919296655781448

- COMISSÃO ORGANIZADORA – SISV 2024

Coordenação Geral:
1. Edna Gusmão de Góes Brennand – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9163217527871872
2. Delamar José Volpato Dutra – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7826882124566360

Coordenação Executiva:
3. Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0634258601642339
4. Waldelio Pinheiro do Nascimento Júnior – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8018135865592478

Secretaria Geral:
5. Junielle Menezes França – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7355792406114783
6. Maria Eduarda Matias dos Santos – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/2248430773644538

Membros:

7. Abigail Maria Santos de Souza – SSP/SE – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4371495390876213
8. Adelaide Alves Dias – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8807229073239419
9. Adrielly Benigno de Moura – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/1237706906417650
10. Alberto José Ferreira de Lima – RIEV/Unifaveni – Lattes: http://lattes.cnpq.br/1684049406906014
11. Bernardina M. Juvenal Freire de Oliveira – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0252677389291551
12. Eduardo Jorge Lopes da Silva – PPGE/UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/5742801412761879
13. Francisco Ribeiro dos Santos Júnior – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8048124115956598
14. Geovanna Cristina Falcão Soares Rodrigues – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4303679244306890
15. Giovanna Barroca de Moura – Lattes: http://lattes.cnpq.br/3632243014562568
16. Ismênia Mangueira Soares Medeiros – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9418923073241355
17. Jaquicilene Ferreira da Silva Alves – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9976074440879196
18. Jorge Fernando Hermida Aveiro – UFPB – Lattes: http://lattes.cnpq.br/5339043311979485
19. Larissa Gorgonho Soares da Silva Verissimo – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4462315569209554
20. Maria José Goulart Vieira – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4110234991506591
21. Milena Veríssimo Barbosa: http://lattes.cnpq.br/1171056323746839
22. Pedro Lôbo dos Santos – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/6716388540388731
23. Penelope Mieko Alves Kamada – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/7372025059768223
24. Polímnia Olinto Cassimiro – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/3305283304243073
25. Ramon Schnayder de F. Filgueiras dAmorimo – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4270324942907933
26. Renata Maria de Almeida Costa – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4239389570405278
27. Rosângela de Medeiros Tranquilino Melo – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/2124464920237909
28. Sílvio José Rossi – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4384817080441374
29. Tassyara Onofre – RIEV – Lattes: http://lattes.cnpq.br/5328618364332415

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Simpósio Interdisciplinar sobre Violências (SISV). Anais. João Pessoa (PB) – UFPB – Campus I – CE/CCSA, 2. ed., 2024

Disponível em www.even3.com.br/ebook/sisv2024

ISBN: 978-5-272-1004-7 – DOI: 10.29327/sisv2024

1. Educação. I. Brennand, Edna Gusmão de Góes (org.). II. Dutra, Delamar José Volpato (org.). III. Almeida Filho, Álvaro Cavalcanti de (org.). IV. Título: Múltiplos olhares para reconhecer, prevenir e enfrentar violências.

UFPB – Campus I – CE/CCSA

CDD - 370

Ficha catalográfica elaborada por **Even3** – Sistema de Gestão de Eventos

APRESENTAÇÃO

Desde o ano de 2017, a Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências – RIEV (www.ufpb.br/riev) vem articulando parcerias para ampliação de processos investigativos interdisciplinares sobre violações aos direitos humanos em contextos nacionais e internacionais.

As instituições parceiras da RIEV, com destaque para a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a Universidade de Valência – UV, envolvendo oito (08) Programas de Pós-graduação no país e exterior, têm desenvolvido estudos interdisciplinares sobre a temática, cujos focos principais, dentre outros, estão violências contra minorias — indígenas, mulheres, negros e negras, quilombolas, pessoas com deficiência (PCDs), de baixa renda, idosos, imigrantes — e violências perpetradas contra crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Nos processos de investigação, pesquisadores e pesquisadoras entenderam que as interpretações científicas do importante banco de dados criado pela RIEV não poderiam ser aprofundadas sem o diálogo aberto com governos, corporações e grupos sociais que fazem a operacionalização de políticas nacionais, estaduais e municipais de prevenção e combate às violências, tais como: Agência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Agência de Refugiados da ONU (ACNUR), Secretaria de Segurança Pública (SSP/SE), Secretaria de Educação (SMED/VC), Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DPEP), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PB), Assembleia Legislativa (ALPB), Universidades (UFPB, UFCG, IFPB, UFSC, UEL, UnB, UFS, UFSM, UFBA, UNEB), ou seja, a ciência, em diálogo com as instituições operadoras de práticas. Nesse contexto, a promoção do diálogo entre diferentes atores sociais para a construção de políticas públicas mais eficazes para o enfrentamento da violência, como evidenciado ao longo do II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024 — após reunir um público formado por alguns dos mais renomados acadêmicos e profissionais sobre o assunto —, revela-se fundamental para o avanço do conhecimento científico e para a compreensão dos fatores que contribuem para a ocorrência desse fenômeno na Paraíba e, extensivamente, no Brasil e no mundo. Tal mobilização acadêmica e êxito do alcance nacional do SISV 2024 representou um importante passo em direção à construção de uma sociedade paraibana e brasileira mais justa e igualitária, livre da violência.

Organizado pela RIEV e realizado ao longo de cinco (05) dias, na semana de 14 a 18 de outubro de 2024, nos auditórios do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB) e Centro de Educação (CE/UFPB), o evento científico II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024 reuniu cerca de 200 (duzentos) pesquisadores e autoridades de 10 Estados do Brasil, em 14 Mesas Redondas,

Conferências e Rodas de Diálogos, e em 08 Sessões de Apresentações de Trabalhos, abrangendo 74 trabalhos aprovados, nas modalidades de artigos científicos, relatos de experiências e resumos expandidos, de alunos de graduação, pós-graduação e instituições diversas que trabalham no enfrentamento às violências. O evento científico SISV 2024 cumpriu o seu relevante papel: criar um qualificado espaço dialógico entre instituições e pessoas que se preocupam com a dignidade de todos que habitam este planeta.

Durante o SISV 2024, relevantes questões epistemológicas foram suscitadas sobre a violência, considerando as interrelações filosóficas, sociológicas, educacionais, jurídicas e políticas, bem como abordando possíveis respostas para ações intersetoriais e interdisciplinares com representantes institucionais de operadores de políticas públicas. Dentro da temática geral do evento intitulada "SISV 2024: Múltiplos olhares para reconhecer, prevenir e enfrentar violências", refletiu-se e delineou-se durante 45 horas de atividades sobre desafios, propostas, soluções e oportunidades nos seguintes eixos: Eixo 1 – Violências contra crianças jovens e adolescentes; Eixo 2 – Violências contra pessoas vulnerabilizadas; Eixo 3 – Alianças estratégicas para a salvaguarda dos direitos humanos e da democracia; Eixo 4 – A urgência das alianças intersetoriais para o enfrentamento e prevenção de violências contra povos originários. O estreitamento do diálogo para reconhecer, prevenir e enfrentar, com urgência, as diversas formas de manifestação de violências, torna-se fundamental para atingir as Metas da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, uma vez que soluções exequíveis, mais humanas, inteligentes e eficazes requerem atitudes e ações conjuntas de equipes intersetoriais e interdisciplinares. E este evento científico, sublinha-se, uma vez mais, teve como objetivo contribuir para a busca sistemática da implementação de diálogos voltados a incluir o reconhecimento, a prevenção e o enfrentamento das violências como dimensão social relevante para promover vida digna para todos os seres humanos, dentro dos limites do planeta.

Visando contribuir para minimizar a persistente falta de utilização de dados de pesquisa pelos formuladores de políticas públicas nas tomadas de decisão e, por outro, o acesso de pesquisadores e pesquisadoras a dados públicos sobre amplas questões de relevância social, os anais do SISV 2024 encontram-se constituídos dos trabalhos aprovados e apresentados nas Sessões Presenciais e On-Lines, doravante disponíveis neste e-Book e em repositório digital de acesso aberto, em https://www.even3.com.br/ebook/sisv2024/, aglutinando pesquisas relevantes que destacam a importância do diálogo interdisciplinar para o enfrentamento das violências no Brasil e, em especial, na Paraíba.

Dr.ª Edna Gusmão de Góes Brennand
Dr. Delamar José Volpato Dutra
Dr. Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho
(Orgs.)

SUMÁRIO

TRABALHOS DO EIXO 1 – VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 16

1.1 VIOLÊNCIA ESCOLAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO..... 17
AMARILDO LUIZ TREVISAN

1.2 A COMPLEXIDADE DA DOCÊNCIA E A SUA INTERFACE COM A VIOLÊNCIA DA ESCOLA..... 33
SANDRA ELISA REQUIA SOUZA
AMARILDO LUIZ TREVISAN

1.3 A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A (DES)RESPONSABILIDADE DE PLATAFORMAS DIGITAIS..... 42
MATHEUS DE SOUZA SILVA
ALANA MARIA PASSOS BARRETO

1.4 BULLYING E CYBERBULLYING NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA LITERATURA NACIONAL..... 50
MARIA EDUARDA MATIAS DOS SANTOS
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND
ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA FILHO

1.5 DESAFIOS NA APLICABILIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE EM SOBRAL - CE..... 65
JULIA BEATRIZ FAUSTINO MOURA
CLEVERSON FELIPE DA SILVA FERREIRA
JÚLIA MASULLO FERNANDES
FRANCISCO NATANAEL LOPES RIBEIRO
ISABELLE MELO ROCHA

1.6 EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E SEGURANÇA ESCOLAR: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MÉTODOS IARA E POLYA NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS RELACIONADOS A ATAQUES ÀS ESCOLAS..... 73
RHAFAEL DOS SANTOS GOMES

1.7 FORMAÇÃO DOCENTE: CONEXÕES DESCENTRALIZADAS E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR EM ESCOLAS DO CAMPO..... 80
ROSÂNGELA DE MEDEIROS TRANQUILINO MELO
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND
ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA FILHO

1.8 INTERVENÇÕES ESCOLARES PARA DIMINUIÇÃO DE AGRESSÃO EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA..... 100
ISABELLA LEANDRA SILVA SANTOS
DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DE LIMA
THAIS EMANUELE GALDINO PESSOA
EDSON FELIPE VIEIRA SILVA
CARLOS EDUARDO PIMENTEL

1.9 MÍDIA VIOLENTA COMO VARIÁVEL DE RISCO NO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL DE ADOLESCENTES: O PAPEL MEDIADOR DA HOSTILIDADE..... 108
ISABELLA LEANDRA SILVA SANTOS
DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DE LIMA
THAIS EMANUELE GALDINO PESSOA
EDSON FELIPE VIEIRA SILVA
GIOVANNA BARROCA DE MOURA
CARLOS EDUARDO PIMENTEL

1.10 RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS PARA FORMAÇÃO DOCENTE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR..... 116
WALTERNICE OLIMPIO SILVA DE MELO
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND
ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA FILHO

1.11 34 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: GARANTINDO DIREITOS E PROTEÇÃO..... 133
DJANICE MARINHO DE OLIVEIRA
OLÍRIA MARIA PALITOT DA COSTA PESSOA
JÚLIO CÉSAR LIMA FERNANDES
THIENIA BONIFÁCIO DO RÊGO
ADALVACI MOREIRA DE MEDEIROS

1.12 A AUTOPROTEÇÃO COMO UMA ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 139
ILZE BRAGA NOBRE
GLEICE DE OLIVEIRA CORDEIRO
MARIA CREONILDA CANDIDO
JACKELINE MARIA DE SOUZA

1.13 AGIR COMUNICATIVO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR..... 151
TASSYARA ONOFRE DE OLIVEIRA
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND

1.14 NINGUÉM TIRA A DOR DE NINGUÉM: RELATOS DE EXPERIÊNCIA SOBRE A VIOLÊNCIA NA/DA ESCOLA..... 171
ADRIANA BASTOS OLIVEIRA
GIOVANNA BARROCA DE MOURA
DJANICE MARINHO DE OLIVEIRA

1.15 O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL..... 184
SAYONARA DA SILVA PEREIRA
MARIA BETÂNIA GOMES SILVA
JAILMA DA COSTA BATISTA

1.16 PRODUÇÃO E DESDOBRAMENTOS DE CALENDÁRIO ÉTNICO-RACIAL COM ALUNOS NEGROS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLA PÚBLICA EM CAMPINA GRANDE..... 194
CAIO CESAR BELTRÃO
FLAVIO ANTONIO SANTOS

1.17 QUANDO A BRINCADEIRA NÃO É DE CRIANÇA: ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 204
CÉLIA RIBEIRO DE ARAÚJO RODRIGUES
SABRINA MOURA DA SILVA
VITÓRIA ROSAS DE OLIVEIRA
SANDRA CRISTINA M. DE SOUZA
SHIRLEY MARIA TORREIAS DALL'AGNOL

1.18 UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL..... 214
LARISSA NASCIMENTO DE ARAÚJO
MARIA DE FÁTIMA PEDRO SIQUEIRA

1.19 AS CONTRIBUIÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL NA SEGURANÇA DAS ESCOLAS: A IMPORTÂNCIA DA PATRULHA ESCOLAR MUNICIPAL DO IPOJUCA PARA UM AMBIENTE ESCOLAR SEGURO..... 224
RHAFAEL DOS SANTOS GOMES

1.20 CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO BRASIL..... 229
RAPHAELA FERRAZ FIGUEIREDO

1.21 EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA..... 234
PENELOPE MIEKO ALVES KAMADA
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND

1.22 EDUCAÇÃO E CULTURA DE PAZ NA PARAÍBA: LEGISLAÇÕES E DADOS PARA COMBATER AS VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA..... 239
CAROLINA TRINDADE LOPES NEGREIROS

1.23 IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO CODAP (COLÉGIO DE APLICAÇÃO/UFS/SE) 244
ABIGAIL MARIA SANTOS DE SOUZA
VICTÓRIA GUADALUPE DE OLIVEIRA ARAGÃO
LUÍS FELIPE GOMES DE OLIVEIRA
YANN GABRIEL FERREIRA

1.24 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA: UMA ANÁLISE DE DEPOIMENTOS ESPECIAIS..... 248
JERRY LAVELLE OLIVEIRA LIMA
IRLANE GOMES DE CARVALHO
POLÍMNIA OLINTO CASSIMIRO

TRABALHOS DO EIXO 2 – VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS VULNERABILIZADAS..... **254**

2.1 A MATERNIDADE POSSÍVEL: O DEVER DE CUIDADO FEMININO DAS MÃES EM PRISÃO DOMICILIAR..... 255
LORENA MARIA NOGUEIRA DE FRANÇA
BÁRBARA FIALHO DE SOUSA NUNES
RENATA MONTEIRO GARCIA

2.2 A MULHER NEGRA E A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA: UMA HISTÓRIA QUE COMEÇA COM A ESCRAVIDÃO..... 263
LUCI MARIA DA SILVA

2.3 ASSÉDIO SEXUAL ONLINE, PERSONALIDADE E SEXISMO AMBIVALENTE: UM ESTUDO CORRELACIONAL..... 271
DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DE LIMA
ISABELLA LEANDRA SANTOS SILVA
THAIS EMANUELE GALDINO PESSOA
EDSON FELIPE VIEIRA DA SILVA
CARLOS EDUARDO PIMENTEL

2.4 BARREIRAS DA INCLUSÃO ESCOLAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL..... 279
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA
LIANA LEWIS

2.5 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA FRENTE ÀS INIQUIDADES EM SAÚDE: UMA ÓTICA INTERSECCIONAL..... 287
ALESSANDRA DO NASCIMENTO COSTA
JÚLIO DANIEL RODRIGUES SOARES
CAMILA GABRIEL LIMA CARNEIRO
DANNIELY DA SILVA RODRIGUES
EDLAYNE RIBEIRO DA SILVA
ANSELMO CLEMENTE

2.6 ERA DO ONLYFANS: A TRAJETÓRIA DA PORNOGRAFIA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS..... 295
THAIS EMANUELE GALDINO PESSOA
BEATRIZ BOTELHO DO NASCIMENTO
ISABELLA LEANDRA SILVA SANTOS
DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DE LIMA
EDSON FELIPE VIEIRA SILVA
CARLOS EDUARDO PIMENTEL

2.7 ESPAÇOS E MOVIMENTOS: UMA CARTOGRAFIA DOS ARREDORES DE UM CAPS AD..... 303
MATHEUS RIBEIRO DA SILVA
TAYSA RAYANE LUCAS DE PAIVA
VICTOR ARRUDA MARINHO
JULIANA SAMPAIO
ANSELMO CLEMENTE
FILIPE FERREIRA DA COSTA

2.8 ME CHAME PELO MEU NOME..... 310
EMERSON FERNANDO XAVIER DE SOUZA
ANA CLARA MONTEIRO DA COSTA
VICTOR ARRUDA MARINHO
JULIANA SAMPAIO
ANSELMO CLEMENTE
FILIPE FERREIRA DA COSTA

2.9 O IMPACTO DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DA COMUNIDADE LGBTQ+ NA AUTOESTIMA E A SATISFAÇÃO COM A VIDA DE JOVENS BRASILEIRAS..... 318
EDSON FELIPE VIEIRA SILVA
ISABELLA LEANDRA SILVA SANTOS
DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DE LIMA
THAIS EMANUELE GALDINO PESSOA
CARLOS EDUARDO PIMENTEL

2.10 PERSONALIDADE E ASSÉDIO SEXUAL ONLINE: O PAPEL MEDIADOR DO SEXISMO AMBIVALENTE..... 326
DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DE LIMA
ISABELLA LEANDRA SILVA SANTOS
THAIS EMANUELE GALDINO PESSOA
EDSON FELIPE VIEIRA SILVA
CARLOS EDUARDO PIMENTEL

2.11 POR TRÁS DAS GRADES: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PRÁTICAS DE TORTURA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO..... 334
MARIA EDUARDA QUEIROZ GERÔNIMO LEITE
GEOVANA EVANGELISTA DOS SANTOS
MARIA LARISSA QUEIROZ GERÔNIMO LEITE
REBECKA WANDERLEY TANNUSS
NELSON GOMES DE SANT'ANA E SILVA JUNIOR
BRENO MARQUES DE MELLO

2.12 PROJETO ACORDE: VALORES DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA PRÁTICA POLICIAL EM SERGIPE..... 342
ABIGAIL MARIA SANTOS DE SOUZA
CAIO CÉSAR ANDRADE DE ALMEIDA
DANIELA CARVALHO ALMEIDA DA COSTA

2.13 QUILOMBO DE CAIANA DOS CRIOULOS: ALAGOA GRANDE COMO ARENA DE CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE LIBERDADE SOB A PERSPECTIVA MARXISTA..... 350
CAIO CESAR DE OLIVEIRA BELTRÃO
MÁRCIO CANIELLO

2.14 REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS TRANS EM JOÃO PESSOA/PB: CARTOGRAFIA DOS ACESSOS E BARREIRAS AO CUIDADO..... 358
GABRIELA ANDRADE FERREIRA DE SÁ
ANA CLARA MONTEIRO DA COSTA
MATIAS AIDAN CUNHA DE SOUSA
FILIPE FERREIRA COSTA
ANSELMO CLEMENTE
JULIANA SAMPAIO

2.15 RELAÇÕES ENTRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ANÁLISE A PARTIR DE QUESTIONÁRIO..... 366
ANA CLARA TRAJANO BEZERRA
LORENA ARAÚJO ROLIM MOREIRA
FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES DE FIGUEIREDO

2.16 REPRESENTAÇÕES ERÓTICAS E A AMEAÇA DEEPFAKE: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA ANALÍTICA DE SEUS IMPACTOS SOCIAIS 375
THAIS EMANUELE GALDINO PESSOA
BEATRIZ BOTELHO DO NASCIMENTO
ISABELLA LEANDRA SILVA SANTOS
DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DE LIMA
EDSON FELIPE VIEIRA SILVA
CARLOS EDUARDO PIMENTEL

2.17 SUBVERTENDO AS ILUSÕES "RE": POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS POTIGUARES 380
ANNA LETICIA DE SOUZA BEZERRA
MARIA FERNANDA CARDOSO SANTOS
NELSON GOMES DE SANT'ANA E SILVA JUNIOR
REBECKA WANDERLEY TANNUSS

2.18 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ORÇAMENTO FEDERAL 388
LETÍCIA ROCHA SANTOS
VERÔNICA TEIXEIRA MARQUES

2.19 VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS VULNERABILIZADAS: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR 396
NEIVA VIERA TREVISAN
VALDO HERMES BARCELOS

2.20 "A PENA DELES NÃO VEM COM A GENTE!": CONSIDERAÇÕES SOBRE REVISTA VEXATÓRIA A PARTIR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM FAMILIARES DE ENCARCERADOS NA PENITENCIÁRIA GERALDO BELTRÃO 405
GIOVANNA IGNOWSKY BORBA
RENATA MONTEIRO GARCIA

2.21 A EXPERIÊNCIA DISCENTE NO ATENDIMENTO DE MULHERES PRESAS NA CAPITAL PARAIBANA: AS ATIVIDADES DO GRUPO DE EXTENSÃO "MULHERES E MÃES" JUNTO À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA 415
BÁRBARA FIALHO DE SOUSA NUNES
MIRELLE FERNANDES PEIXOTO
ANA CLARA SOARES BATISTA
CAMILA FREITAS FARIAS
LETÍCIA VITA NUNES RAMALHO
BRENO MARQUES DE MELLO

2.22 EM BUSCA DELAS 425
LINA DELE NUNES
HELENILTON DANTAS
ANTÔNIO WILLIAMS DA SILVA OLIVEIRA

2.23 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CÁRCERE FEMININO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS NA PARAÍBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS 434
BRUNA STÉFANNI SOARES DE ARAÚJO
ANNA LETÍCIA DE SOUZA BEZERRA
LUÍSA LAÍS CÂMARA DA ROCHA
ANA CIBELE ALVES DE LIMA
BEATRIZ CECÍLIA COELHO SANTOS
GIOVANNA GAMA DE MOURA
JÉSSICA PATRÍCIA PAIVA SANTOS
RAYANNE RAQUEL FÉLIX ANDRADE ALVES

2.24 LETRAMENTO RACIAL E O FORTALECIMENTO DO CURRÍCULO ESCOLAR PARA A EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL: ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS POR MEIO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA 445
ANIELY MIRTES SOARES ALVES
VANUZA CAVALCANTI FERNANDES
ANTONIO MANOEL DA SILVA NETO
KALINA LIGIA BRAZ TORRES
ADAIANO FARIAS ARAÚJO

2.25 MINISTÉRIO PÚBLICO E AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: SUPORTE ESTATAL AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..... 450
JORGE ALEXANDRE BUENO AYMORÉ

2.26 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA OS QUILOMBOS – MAROBÁ DOS TEIXEIRA/MG..... 456
JAQUICILENE FERREIRA DA SILVA ALVES
INAMAR GUSMÃO BOTÊLHO

2.27 A CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DE JUSTIÇA DE NANCY FRASER E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO..... 465
PAMELA PEREIRA PRESTUPA
CHARLES FELDHAUS

2.28 A CRIMINALIZAÇÃO DA PERSEGUIÇÃO CONTRA A MULHER: REFLEXÕES A PARTIR DO PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO..... 470
LÍVIA MARINHO GOTO

2.29 FAMÍLIA QUE FAZ ESTADO, ESTADO QUE FAZ FAMÍLIA: SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E (DES)ASSISTÊNCIA MATERIAL NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO EM JOÃO PESSOA/PB..... 475
BRENO MARQUES DE MELLO
ANDREZA LEITÃO AMORIM
BÁRBARA FIALHO DE SOUSA NUNES
CAMILA FREITAS FARIAS
LUÍS ERIRRANE BATISTA LEITE
MARIA CAROLAINE DA SILVA GOMES

2.30 MULHERES ENCARCERADAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE NANCY FRASER..... 480
MARIA JOSÉ GOULART VIEIRA
ISABELLE REGINA GANSKE EGGERS

2.31 MULHERES-MÃES-ESTUDANTES DA EPJA: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E FIOS DE ESPERANÇA NO CONTEXTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DO ARROZ..... 486
SÉFORA BARROS DA SILVA
JOSÉ JACKSON DOS SANTOS REIS

2.32 PRISÃO DOMICILIAR E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS..... 492
BRENDA CIBELLE MARTINS DA SILVA
FERNANDA DE BARROS MELO
ALICE FERRAZ MAIA
RENATA MONTEIRO GARCIA

2.33 VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO E SUA RELAÇÃO COM OS AFETOS..... 497
TAMYRES TOMAZ PAIVA
GIOVANNA BARROCA DE MOURA

2.34 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO: ADOLESCENTES MÃES EM CENTROS SOCIOEDUCATIVOS E A (NÃO) APLICAÇÃO DO HABEAS CORPUS COLETIVO 143.641..... 501
BEATRIZ SCHETTINI
LORENA RODRIGUES DE SOUZA

TRABALHOS DO EIXO 3 – ALIANÇAS ESTRATÉGICAS PARA SALVAGUARDA DOS DIREITOS HUMANOS..... 506

3.1 HABERMAS E O CONCEITO DE VIOLÊNCIA NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL..... 507
CHARLES FELDHAUS

3.2 A VIOLÊNCIA EM CHUL HAN E BAUMAN..... 519
CRISTIANO SILVA DE CARVALHO

3.3 DESENVOLVIMENTO DE UMA BASE DE DADOS FAIR SOBRE VIOLÊNCIAS E MEMÓRIAS DE VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS: PROJETO E PERSPECTIVAS..... 551
TASSYARA ONOFRE DE OLIVEIRA
GUILHERME ATAÍDE DIAS
VIVIAN ROBERTA LIMA DE CARVALHO

3.4 FAKENEWS & PÓS-VERDADE. MÍDIA TÓXICA E VIOLÊNCIA DA DESINFORMAÇÃO..... 560
CLÁUDIO CARDOSO DE PAIVA

3.5 NÃO DEIXAR SER VIOLADO: UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA COMO RESPOSTA À OPRESSÃO..... 577
FELIPE ARAUJO FERNANDES

3.6 TECNOPOLÍTICAS E NEGACIONISMO: OS EFEITOS DO 'KIT GAY' NAS ELEIÇÕES DE 2018..... 585
ALANA MARIA PASSOS BARRETO
MATHEUS DE SOUZA SILVA

3.7 FAZER EXTENSÃO NO SISTEMA PRISIONAL: PERCEPÇÕES A PARTIR DO DIÁLOGO COM O MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MEPCT-PB)..... 595
GEOVANA EVANGELISTA DOS SANTOS
MARIA EDUARDA QUEIROZ GERÔNIMO LEITE
MARIA LARISSA QUEIROZ GERÔNIMO LEITE
BRENO MARQUES DE MELLO
NELSON GOMES DE SANT'ANA E SILVA JUNIOR
REBECKA WANDERLEY TANNUSS

3.8 RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA "FILOSOFIA DA VIOLÊNCIA", DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSC..... 605
ADRIELLY BENIGNO DE MOURA
ALEXANDRE MEYER LUZ

3.9 "NO ABRAÇO EM FAMÍLIA": UMA TECNOLOGIA SOCIAL SOBRE CULTURA DE PAZ E PROMOÇÃO DA SAÚDE..... 615
JULIA BEATRIZ FAUSTINO MOURA
CLEVERSON FELIPE DA SILVA FERREIRA
NEÍRES ALVES DE FREITAS

3.10 E QUANDO A "ÁGORA" É PRIVATIZADA? REPENSANDO O PROBLEMA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA DIGITAL..... 621
TAILINE HIJAZ

TRABALHOS DO EIXO 4 – URGÊNCIA DAS ALIANÇAS INTERSETORIAIS PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS CONTRA POVOS INDÍGENAS..... 626

4.1 DIGNIDADE SILENCIADA NAS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS: QUAL O LUGAR DA EDUCAÇÃO? 627
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND
DELAMAR JOSÉ VOLPATO DUTRA

4.2 VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA DITADURA MILITAR: EVIDÊNCIAS DO RELATÓRIO FIGUEIREDO..... 649
ADRIELLY BENIGNO DE MOURA
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND

4.3 VIOLÊNCIAS, DIREITOS HUMANOS E INTERSETORIALIDADE JUNTO AO POVO WARAO EM JOÃO PESSOA/PB..... 663
THAÍS MUNHOLI RACCIONI
LAURA PAZ DE ARAÚJO SILVA
MARCOS LUIS DEPARIS
FILIPE FERREIRA DA COSTA
JULIANA SAMPAIO
ANSELMO CLEMENTE

4.4 A INTOLERÂNCIA CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: DESAFIOS, RESISTÊNCIA E LIBERDADE..... 671
LUCI MARIA DA SILVA

4.5 A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS: APRENDIZAGENS E MEMÓRIAS DOS POTIGUARA DA PARAÍBA..... 681
LARISSA GORGONHO SOARES DA SILVA VERISSIMO
EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND

4.6 VULNERABILIDADES E REFÚGIO: OS POVOS ORIGINÁRIOS VENEZUELANOS DA TRIBO WARAO NA PARAÍBA..... 686
SIDNEY LIMA DE ASSIS SILVA
ROBERTO VILMAR SATUR



Em destaque, Dr. Benedito Rodrigues dos Santos (UnB / Unicef / Childhood Brasil), por ocasião da conferência proferida em 14 de outubro de 2024, na Conferência de Abertura – O sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, no II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024/RIEV/UFPB/UFSC, realizado em João Pessoa, Paraíba, no período de 14 a 18 de outubro de 2024.

EIXO 1 VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

VIOLÊNCIA ESCOLAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO [1]

Amarildo Luiz Trevisan [2]

RESUMO

Este artigo analisa a violência escolar e seu impacto profundo na formação de professores, explorando como abordagens filosóficas e políticas educacionais podem enfrentar essa problemática de forma mais eficaz. Através de uma análise interdisciplinar, o estudo investiga os desafios enfrentados pelos docentes em contextos de violência estrutural e simbólica, com atenção especial para a crise de autoridade e a insuficiência de suporte institucional. O texto também aborda a relação entre a inclusão educacional e o aumento dos conflitos no ambiente escolar, destacando a necessidade de estratégias de formação que preparem os professores para atuar de forma crítica e transformadora. Além disso, propõe o uso de arquivos de violência escolar como uma ferramenta reflexiva e dialógica, capaz de fomentar práticas educativas que promovam a cultura de paz. O objetivo é sugerir caminhos para que a formação docente se torne mais integrada e capaz de lidar com a complexidade dos conflitos, construindo um ambiente escolar inclusivo, seguro e propício ao aprendizado de todos.

Palavras-chave: Violência escolar, formação de professores, filosofia da educação, arquivos de violência, políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

A violência emerge como um desafio significativo que impacta múltiplos aspectos da sociedade, incluindo a saúde, a economia e, particularmente, o sistema educacional. Todos os anos, milhões de vidas são perdidas devido à violência em suas diversas formas - coletiva, interpessoal ou auto-infligida - e muitos outros indivíduos sofrem ferimentos e traumas duradouros (ZOTIS et. al., 2008). Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência é uma das principais causas de morte entre pessoas de 15 a 44 anos, com repercussões econômicas que chegam a bilhões de dólares. Além de destruir vidas, a violência compromete

[1] O presente artigo é uma versão revista da conferência proferida em 15 de outubro de 2024, na Mesa Redonda de Conferência 2 – As múltiplas faces da violência escolar e bullying, por ocasião do II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024/RIEV/UFPB/UFSC, realizado em João Pessoa, Paraíba, no período de 14 a 18 de outubro de 2024.

[2] Professor do PPG Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisador do CNPq. E-mail: trevisanamarildo@gmail.com

o bem-estar social, fragiliza a saúde mental e física da população, e desestabiliza as comunidades, criando obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

No contexto educacional, a violência assume um papel particularmente preocupante, pois afeta diretamente o ambiente de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos alunos. A presença de violência nas escolas pode desintegrar o clima escolar, prejudicando a relação entre estudantes e professores, e, assim, comprometendo a qualidade da educação. Com a obrigatoriedade do ensino para diferentes faixas etárias e a expansão da inclusão e da diversidade no ambiente escolar, novos desafios emergiram, entre eles, o aumento da violência, muitas vezes relacionada à convivência entre diferentes grupos sociais, culturais e étnicos.

Essa realidade nos leva à necessidade de uma abordagem sustentável que vá além das respostas imediatas à violência, procurando entender suas causas profundas e promover estratégias de longo prazo. A interseção entre educação, violência e sustentabilidade revela-se essencial, uma vez que a construção de sociedades resilientes e justas depende da promoção de ambientes escolares inclusivos e seguros, que favoreçam o diálogo e a valorização das diferenças. Chrispino e Dusi (2008) destacam que “o conflito, e depois a violência, surgem da negação da palavra e do diálogo no espaço escolar” (p. 599), enfatizando a importância de um ambiente onde a diversidade seja não apenas reconhecida, mas também acolhida.

Neste artigo, propõe-se uma reflexão crítica sobre a violência nas escolas, analisando a forma como a inclusão e a diversidade têm sido abordadas pelas políticas educacionais e como esses elementos, embora fundamentais para uma educação mais equitativa, também trazem desafios relacionados à convivência e ao aumento dos conflitos. A chamada "3ª revolução da escola", caracterizada pela massificação do ensino, promoveu um acesso amplo à educação, mas trouxe consigo a necessidade de lidar com uma pluralidade de demandas e tensões antes não presentes no ambiente escolar. Como aponta Charlot (2002, p. 434), “tudo se passa como se a violência na escola estivesse convertendo-se em um fenômeno estrutural e não mais acidental”.

A abordagem da violência escolar a partir de uma perspectiva hermenêutica nos permite explorar a complexidade desse fenômeno, integrando os aspectos subjetivos e objetivos que permeiam o ambiente educacional. A hermenêutica, nesse contexto, busca compreender a parte sempre em relação ao todo, considerando que os eventos de violência nas escolas não podem

ser isolados de seu contexto histórico, social e cultural. Esse enfoque nos convida a reconhecer que os atos de violência não são apenas incidentes pontuais, mas manifestações de processos mais amplos que envolvem relações de poder, questões identitárias e a própria dinâmica institucional.

Gadamer, ao retomar o conceito de círculo hermenêutico de Heidegger, propõe que o intérprete está inevitavelmente imerso na tradição e na historicidade do objeto que interpreta. Ele afirma que o "círculo hermenêutico, com o fim de tornar fecundo para o nosso propósito o novo e fundamental significado que ganha aqui a estrutura circular" (Gadamer, 2008, p. 401), destaca que esse círculo não deve ser visto como uma repetição estéril de entendimentos prévios, mas sim como um processo que amplia a compreensão ao longo do tempo. Aplicado ao tema da violência escolar, isso significa reconhecer que educadores, estudantes e a própria instituição escolar não estão fora da trama social que configura as situações de violência. Pelo contrário, eles fazem parte desse tecido e, ao interpretar a violência, também são transformados por ela. Gadamer enfatiza que o círculo hermenêutico deve ser fecundo, um processo em que o entendimento se amplia continuamente, evitando a armadilha de uma interpretação que apenas repete estereótipos ou respostas prontas.

Ao analisar a violência escolar com essa abordagem, buscamos romper com um círculo vicioso de interpretações simplistas, que muitas vezes reduzem a questão a fatores isolados, como a indisciplina dos alunos ou a falta de estrutura da escola. Em vez disso, a hermenêutica nos desafia a instaurar um círculo virtuoso, no qual a interpretação crítica permite desvelar as camadas mais profundas dos conflitos, as vozes silenciadas e as narrativas que constituem a realidade escolar. Nesse círculo virtuoso, a interpretação é sempre renovada, e os educadores são convidados a refletir sobre seu papel na perpetuação ou superação da violência, tornando-se agentes de transformação.

Gadamer nos alerta, citando Heidegger, que "o círculo não deve ser degradado a círculo vicioso" (Gadamer, 1989, p. 401), mas sim reconhecido como um movimento essencial de compreensão que busca ir além das aparências. Assim, o círculo hermenêutico de Gadamer, quando aplicado ao contexto da violência escolar, nos leva a um processo contínuo de diálogo e revisão de preconceitos, em que o objetivo é compreender a violência em sua totalidade, sem perder de vista as subjetividades que a constituem. Essa abordagem não busca apenas explicar

a violência, mas criar condições para uma interpretação que seja capaz de transformar as práticas pedagógicas e institucionais, favorecendo a construção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor. Ao evitar que o círculo se degrade em um "círculo vicioso", como alertou Heidegger, buscamos uma compreensão que transforme e que, ao ser fecunda, contribua para uma prática educativa que promova a cultura de paz.

Para abordar esses desafios, o artigo será estruturado em três partes. Primeiramente, serão discutidos os resultados das pesquisas desenvolvidas junto às escolas, que apontam as formas predominantes de violência e os fatores que contribuem para sua persistência. Em seguida, será realizada uma análise de dados comparativos sobre racismo e bullying entre Brasil e Espanha, trazendo uma perspectiva internacional e contextualizando a questão no cenário global. Finalmente, serão apresentadas possíveis reflexões sobre a violência escolar, focando no papel da formação de professores nas universidades como um caminho para preparar melhor os educadores para lidar com situações de conflito de forma mais humanizada e eficaz.

Ao direcionar o olhar para esses aspectos, buscamos problematizar como a prevenção da violência escolar requer uma ação conjunta e intersetorial, envolvendo a formação contínua dos docentes, a implementação de políticas educacionais inclusivas e a criação de um ambiente escolar que privilegie o diálogo e a resolução pacífica de conflitos. A construção de uma cultura de paz nas escolas é, assim, um passo fundamental para o desenvolvimento sustentável, na medida em que contribui para a formação de cidadãos comprometidos com uma sociedade mais justa e menos violenta. Essa abordagem busca integrar diferentes perspectivas e dados empíricos para propor estratégias mais eficazes de mediação à violência escolar, reconhecendo a complexidade do tema e a necessidade de uma atuação coordenada entre instituições educativas e políticas públicas.

DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Nos estudos realizados (TREVISAN, 2020a; 2021; 2022; 2023; TREVISAN; SILVEIRA-NUNES; GRIZBOWSKI; LEMOS, 2022; TREVISAN; SILVA; LUFT, 2024), constatamos que a violência escolar, especialmente aquela decorrente dos chamados "choques culturais", tem sido abordada de maneira fragmentada e, por vezes, mal interpretada. Observa-se uma tendência de descentralização no enfrentamento desses conflitos, em que educadores

buscam apoio em instâncias externas à escola, como o programa CIPAVE – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar[3], parcerias com universidades, conselhos tutelares, brigada militar, além de esforços para engajar as famílias e a comunidade local. Embora essa estratégia possa oferecer suporte em situações complexas, muitas vezes é percebida como uma tentativa de transferir o problema para fora dos limites da instituição escolar.

Essa postura de descentralização também revela um desafio para os professores, que frequentemente não dispõem de tempo ou espaço para refletir sobre suas práticas pedagógicas. O cotidiano atribulado e a pressão por resultados levam a uma visão da escola como um lugar "sagrado" e imune à violência, uma ideia ainda presente em práticas pedagógicas tradicionais. Com isso, a responsabilidade pela resolução de conflitos e pela manutenção da autoridade tende a ser delegada a instâncias externas, sem um questionamento crítico do papel da escola nesse processo. A fala de um entrevistado ilustra essa percepção: “Estão empurrando o problema para frente. Ou seja, minimizam e passam a responsabilidade adiante”. Nesse contexto, a abordagem repressiva tradicional continua a prevalecer, mesmo que agora sob a forma de intervenções externas (TREVISAN, 2023, p. 14).

Ainda que a descentralização possa ser benéfica ao democratizar a responsabilidade pelo enfrentamento da violência, aliviando a sobrecarga da escola, é essencial compreender suas limitações. Trevisan (2020b) alerta para o perigo do "complexo de Atlas", a ideia de que a escola deveria suportar sozinha o peso de todos os problemas sociais. Nesse sentido, a busca por apoio externo em casos mais graves é necessária para evitar o esgotamento do sistema educacional. No entanto, é igualmente urgente aprofundar as reflexões sobre esse movimento, de forma a garantir que a escola reconheça seu papel na origem e na solução dos conflitos, em vez de simplesmente terceirizar essa responsabilidade.

A má interpretação da descentralização pode levar a uma série de consequências negativas, como a diluição da responsabilidade dos educadores e a falha em abordar os fatores internos que contribuem para a violência. Em vez de promover uma gestão colaborativa e eficaz

[3] O Programa CIPAVE, desenvolvido pelo governo do estado do Rio Grande do Sul e ligado à Secretaria da Educação, tem como objetivo promover parcerias com outras secretarias governamentais para realizar diagnósticos sobre a violência nas escolas. Além disso, o programa oferece orientações à comunidade escolar para lidar com diferentes situações de violência, com uma ênfase especial em ações preventivas. O sistema é monitorado pela Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul, garantindo suporte e segurança nas iniciativas implementadas.

dos desafios culturais que permeiam o ambiente escolar, corre-se o risco de transformar a descentralização em uma prática de externalização dos problemas, sem a necessária introspecção sobre as dinâmicas da própria escola. Aqui, a crítica de François Dubet (2004) à escola de massa é relevante: ela tende a reproduzir suas próprias desigualdades ao lidar com os conflitos sociais.

A perspectiva de Dubet sugere que uma escola justa precisa ir além da transmissão de conteúdos acadêmicos, buscando também preservar a dignidade dos estudantes e reconhecer suas vulnerabilidades. Ele propõe duas grandes direções para alcançar essa meta: a valorização do ensino técnico e profissional, que pode oferecer alternativas de formação condizentes com os interesses individuais dos alunos; e uma maior atenção aos talentos e preferências dos estudantes, promovendo uma abordagem mais inclusiva e personalizada. Esse tipo de escola valoriza a diversidade de competências e permite que todos se sintam reconhecidos.

Portanto, repensar a descentralização na gestão da violência escolar implica adotar uma perspectiva que não só mitigue os sintomas da violência, mas que também busque compreender e enfrentar suas raízes estruturais. Estratégias mais abrangentes e colaborativas, que incluam a participação ativa da comunidade escolar e o fortalecimento da autonomia dos professores, são fundamentais para transformar a escola em um espaço de convivência democrática e de resolução pacífica de conflitos. Assim, é possível construir um ambiente educacional que não apenas reconheça os desafios trazidos pela diversidade, mas que também os acolha como oportunidades para o crescimento coletivo.

VIOLÊNCIA ESCOLAR: COMPARANDO RACISMO E BULLYING NO BRASIL E NA ESPANHA

A seguir, apresentamos o questionário elaborado no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Teorias da Violência na Educação: Formação de Professores para Atuar em Situações de Conflito” [4]. Este estudo tem como objetivo compreender a dinâmica da violência

[4] Projeto aprovado na Chamada MCTIC/CNPq – Edital Universal nº 28/2018 - faixa C, com tempo de execução previsto de 18/02/2019 a 17/02/2021, porém prorrogado até 02/2025 em função da pandemia do Coronavírus. Sob a coordenação do Prof. Dr. Amarildo Luiz Trevisan, o estudo se desenvolve no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSM/Brasil), especificamente na Linha de Pesquisa 1 – Docência, Saberes e Desenvolvimento

nas escolas, analisando as percepções e experiências de educadores e alunos em relação a casos de racismo e bullying. A pesquisa é realizada em dois contextos distintos: Brasil e Espanha, permitindo uma análise comparativa entre as realidades educacionais dos dois países.

Os dados gerados por meio do questionário foram organizados em gráficos que ilustram as percepções dos respondentes sobre a ocorrência de racismo e bullying nas escolas em cada país. Esses gráficos oferecem uma visão detalhada sobre como esses fenômenos são percebidos em diferentes contextos culturais e educacionais, permitindo identificar padrões, divergências e similaridades entre as experiências relatadas. A seguir, apresentamos uma análise comparativa dos resultados, destacando as principais diferenças e semelhanças entre Brasil e Espanha no que diz respeito a casos de racismo e bullying.

Brasil

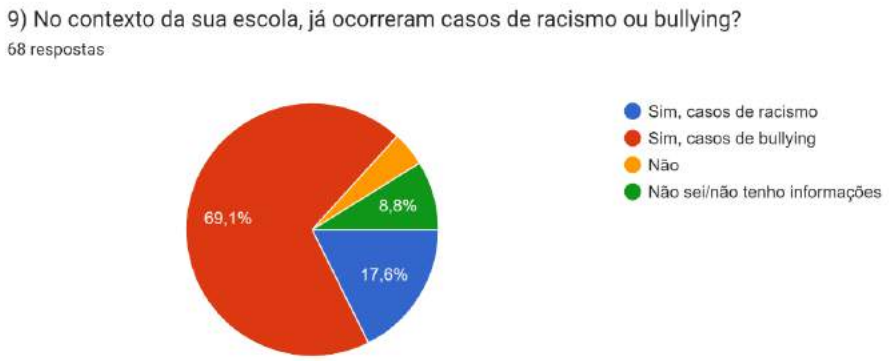


Fig. 1

Fonte: o autor

Profissional. A pesquisa foi devidamente registrada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/UFSM sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 49293021.5.0000.5346.

Espanha

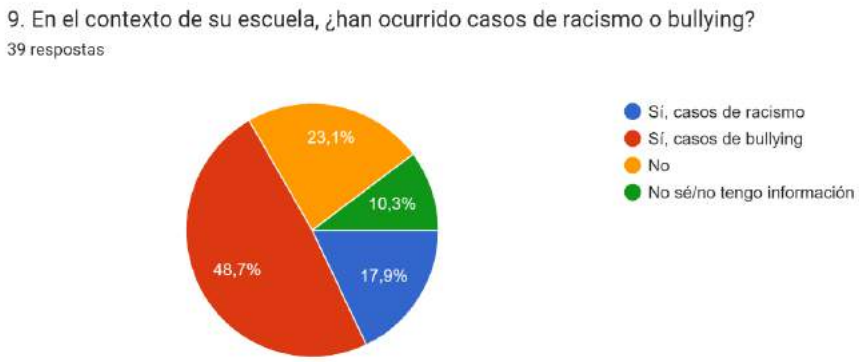


Figura 2

Fonte: o autor

A análise dos gráficos que apresentam dados sobre a ocorrência de racismo e bullying em escolas do Brasil e da Espanha revela diferenças significativas entre os dois contextos. No Brasil, dos 68 entrevistados, 69,1% relataram a presença de casos de bullying em suas escolas, enquanto 17,6% indicaram ocorrências de racismo. Um pequeno grupo de 8,8% dos respondentes afirmou não ter conhecimento sobre tais casos, e 4,4% relataram que não houve ocorrências de bullying ou racismo em suas instituições. Esses números evidenciam que o bullying é a forma de violência mais prevalente no ambiente escolar brasileiro, configurando-se como uma preocupação central para a comunidade educacional. Embora a incidência de racismo seja menor, ela ainda permanece relevante e merece atenção.

Na Espanha, entre os 39 participantes, 48,7% indicaram a existência de bullying nas escolas, enquanto 17,9% relataram casos de racismo. Em contraste com o Brasil, 23,1% dos professores afirmaram que não houve ocorrências de violência, e 10,3% disseram não ter informações suficientes sobre o tema. Embora o bullying também seja significativo no contexto espanhol, sua prevalência é menor do que no Brasil. No entanto, a porcentagem de relatos de racismo é muito próxima em ambos os países, indicando que, apesar das diferentes realidades

culturais, essa forma de discriminação persiste como um problema relevante. No Brasil, o racismo tende a estar mais relacionado às questões raciais históricas e à desigualdade social. Já na Espanha, o racismo pode estar mais associado à xenofobia e à exclusão de imigrantes, refletindo os desafios específicos da integração social de minorias e migrantes.

Comparando os dois contextos, observa-se que a Espanha apresenta uma maior porcentagem de entrevistados que relataram ausência de casos de violência ou desconhecimento sobre os mesmos, somando 33,4%, em comparação com os 13,2% do Brasil, o que impactou na diminuição de respostas sobre essa questão. Porém, essa diferença pode indicar percepções distintas sobre a visibilidade e o enfrentamento da violência escolar entre os dois países, sugerindo que os educadores espanhóis podem ter uma maior dificuldade em identificar ou reconhecer as manifestações de violência nas escolas, ou que essas ocorrências são menos frequentemente registradas.

A análise geral dos dados demonstra que, embora o bullying seja um problema em ambos os países, sua intensidade e as circunstâncias em que ocorre variam conforme as realidades sociais e culturais de cada um. Independentemente do contexto, os impactos da violência escolar são profundos, afetando negativamente a saúde mental dos estudantes, seu desempenho acadêmico e sua continuidade nos estudos. Além de prejudicar diretamente as vítimas, a presença de violência contribui para um ambiente de medo e insegurança, que compromete a aprendizagem e o desenvolvimento coletivo.

Essa comparação evidencia a necessidade de discussões aprofundadas e de ações concretas para enfrentar todas as formas de violência no ambiente escolar, em ambos os contextos. A persistência dos casos de bullying e racismo no Brasil e na Espanha sublinha o desafio de se promover um ambiente escolar inclusivo e seguro para todos. Nesse sentido, ações interdisciplinares e intersetoriais são fundamentais para enfrentar a complexidade da violência escolar e construir uma cultura de respeito e diversidade nas instituições de ensino. O evento SISV 2024, que destaca a importância das alianças estratégicas para a proteção dos direitos humanos e da democracia, é um exemplo de como parcerias entre governos, sociedade civil e instituições educacionais podem criar redes de apoio que fomentem um ambiente escolar saudável, acolhedor e propício ao desenvolvimento de cidadãos conscientes e engajados.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM PEDAGOGIA

Na pesquisa de doutorado intitulada “Saber da não violência na formação docente: processos autocompositivos como mediação às violências no contexto escolar”, defendida por Iara da Silva Ferrão em 21/08/2020, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, a autora focou no curso de Pedagogia e nas universidades públicas brasileiras. O objetivo foi compreender como as estruturas curriculares desses cursos abordam questões relacionadas a crises, conflitos e/ou violências no ambiente escolar. Para tanto, Ferrão realizou um levantamento detalhado nas plataformas de 68 universidades públicas federais do Brasil.

A pesquisa buscou verificar se, na formação inicial dos futuros professores, havia subsídios que os capacitassem a refletir sobre sua prática diante de situações de conflito e violência. Os descritores utilizados para essa análise foram “conflitos”, “violência”, “mediação de conflitos”, “justiça restaurativa”, “pedagogia social”, “cultura de paz” e “não violência”. Além disso, a autora analisou as ementas das disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia para identificar se algum conteúdo relacionado a esses temas estava sendo abordado.

Ao concluir essa investigação, foi constatado que o descritor “cultura de paz e não violência” não aparece como título de nenhuma disciplina nos cursos analisados, tampouco faz parte dos conteúdos a serem desenvolvidos nas ementas. Algumas exceções foram encontradas, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que oferece uma disciplina chamada “Direitos Humanos”, a qual aborda a proteção, promoção e restauração de direitos humanos e cidadania. No entanto, não foi identificada nenhuma disciplina em qualquer universidade que tratasse especificamente de mediação de conflitos ou justiça restaurativa.

A pesquisa de doutorado de Iara da Silva Ferrão revela um cenário preocupante no contexto da formação docente no Brasil, especialmente em cursos de Pedagogia voltados para a educação infantil e a prevenção da violência escolar. O levantamento realizado em 68 universidades públicas federais mostra uma ausência significativa de disciplinas e conteúdos voltados para a "cultura de paz" e a "não violência", temas centrais para preparar futuros professores a lidarem com conflitos e violências nas escolas. Essa lacuna na formação dos professores evidencia a necessidade urgente de reestruturar os currículos dos cursos de

Pedagogia, incluindo uma abordagem mais profunda sobre a mediação de conflitos e práticas de justiça restaurativa.

A reflexão de Theodor Adorno (1985) sobre a educação contra a barbárie é especialmente relevante nesse contexto. Adorno argumenta que uma educação que vise prevenir a repetição de horrores como o Holocausto deve começar na infância, enfatizando a importância de formar sujeitos críticos e sensíveis às questões humanas desde cedo. Neste sentido, os pedagogos, como educadores da primeira infância, desempenham um papel fundamental. Eles têm a responsabilidade de cultivar nos alunos valores como respeito, empatia e resolução pacífica de conflitos. No entanto, conforme identificado na pesquisa de Ferrão, essa responsabilidade não está sendo plenamente contemplada na formação inicial dos professores.

A ausência de disciplinas específicas que tratem da mediação de conflitos e da justiça restaurativa limita a capacidade dos futuros professores de enfrentarem situações de violência e de promoverem uma cultura de paz nas escolas. A formação docente precisa ir além do conteúdo teórico tradicional, incorporando estratégias práticas que permitam aos professores agir como mediadores em seus contextos de trabalho. Isso é fundamental não só para a criação de um ambiente escolar mais saudável, mas também para a formação de cidadãos comprometidos com a não violência e o respeito às diferenças.

Portanto, a pesquisa de Ferrão demonstra a necessidade de um avanço significativo na formação dos professores em universidades. Esse avanço deve incluir um foco na educação para a paz e no enfrentamento à violência desde a infância, como propôs Adorno, visando uma formação que não apenas aborde o conhecimento pedagógico tradicional, mas também capacite os futuros docentes a serem promotores de transformações em um contexto de profundas desigualdades e conflitos. Tal formação é essencial para que a escola possa desempenhar seu papel de ser um espaço de acolhimento e crescimento humano, e não um ambiente de perpetuação da violência.

Observamos que os professores muitas vezes não são devidamente formados para lidar com a violência escolar. A formação docente deve, portanto, ser reformulada para incluir o desenvolvimento de competências relacionadas à mediação de conflitos, ao reconhecimento das dinâmicas de poder e à construção de uma cultura de não-violência. Esse processo deve ser

ancorado em práticas dialógicas, como sugerido por Freire (2005), que valorizem a escuta ativa e o reconhecimento do outro como sujeito.

CONCLUSÃO

A conclusão deste artigo enfatiza que enfrentar a violência nas escolas exige mais do que medidas punitivas: é necessária uma abordagem interdisciplinar e integrada, que alie a filosofia da educação a políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas. Ao longo da análise, destacou-se a importância de transformar o ambiente escolar em um espaço de paz e diálogo, buscando enfrentar os problemas de forma proativa e preventiva, e não apenas reativa.

A formação docente possui um papel central no enfrentamento da violência escolar, pois capacitar os professores para identificar e mediar conflitos é essencial para a prevenção da violência e a promoção de uma cultura de paz. Sob a perspectiva hermenêutica, essa capacitação não deve ser vista apenas como a aquisição de técnicas, mas como parte de um processo interpretativo contínuo, segundo o qual os educadores precisam compreender o contexto de cada conflito, relacionando-o à totalidade da experiência escolar. A carência de formação específica para lidar com situações de bullying e racismo reforça a urgência de incluir temas como mediação de conflitos e justiça restaurativa nos currículos de Pedagogia, não apenas como disciplinas técnicas, mas como elementos que fazem parte de um processo de compreensão mais amplo. Essa preparação permitirá que os professores atuem como agentes de transformação social, sendo capazes de promover um ambiente escolar que seja inclusivo e acolhedor, e que respeite a complexidade das relações humanas, como sugere o círculo hermenêutico de Gadamer.

A implementação de políticas educacionais, como as alianças intersetoriais, oferece uma via prática para enfrentar as lacunas identificadas na formação docente e na mitigação da violência escolar. No entanto, de acordo com a abordagem hermenêutica, essas parcerias precisam ser compreendidas como parte de um processo interpretativo que envolve a escola, a comunidade e as demais instituições, em um diálogo contínuo. Gadamer nos lembra que a compreensão é sempre um processo que se amplia, e as políticas educacionais devem evitar a armadilha de simplesmente transferir a responsabilidade da escola para instâncias externas. Ao contrário, é fundamental que essas alianças reforcem a capacidade da escola de enfrentar os

problemas a partir de uma perspectiva colaborativa, sem perder de vista seu papel central. Assim, ao adotar uma postura hermenêutica, as escolas e seus parceiros podem criar redes de apoio que reconhecem as especificidades de cada contexto e promovem reflexões mais justas e integradas, sem cair no erro de desresponsabilizar a instituição escolar.

Além disso, a reflexão proposta por filósofos como Theodor Adorno nos lembra da importância de uma educação crítica, que desde a infância promova a formação de sujeitos sensíveis e reflexivos. Ao mesmo tempo, o uso de tecnologias deve ser repensado para ir além do controle e da vigilância, sendo empregadas de maneira a fomentar o diálogo e a empatia entre os estudantes, criando uma cultura escolar mais colaborativa e justa. A utilização da tecnologia frente à violência escolar tem sido predominantemente focada em abordagens reativas e repressivas, como sistemas de vigilância e controle, câmeras de segurança e monitoramento de redes sociais. Embora essas ferramentas possam ser eficazes na contenção imediata e no registro de incidentes, elas não conseguem abordar as causas mais profundas da violência escolar, como os preconceitos, as desigualdades e a falta de diálogo no ambiente educativo. Assim, acabam por reforçar uma lógica de controle e punição, em vez de promover uma cultura escolar inclusiva e colaborativa.

Este artigo sugere uma reinterpretação do papel da tecnologia no ambiente educacional, destacando seu potencial para além do controle. Propomos que a tecnologia, quando usada de forma inovadora e orientada para a inclusão, pode ser um importante instrumento para a promoção de práticas preventivas e transformadoras. Ela pode, por exemplo, criar espaços digitais seguros para que os alunos expressem suas preocupações, incentivando o diálogo e a mediação de conflitos, além de facilitar a formação de redes de apoio entre a comunidade escolar e a família.

Ao se deslocar o foco da repressão para a construção de um ambiente mais acolhedor e empático, a tecnologia pode atuar como uma ferramenta para o desenvolvimento de relações mais saudáveis, que reconhecem e valorizam a diversidade. Isso inclui a utilização de plataformas que incentivem a cidadania digital, a escuta ativa e a empatia, contribuindo para que os estudantes se sintam vistos e respeitados em suas diferenças. Nesse sentido, a escola pode se transformar em um espaço onde a prevenção da violência ocorre de forma integrada ao processo educativo, promovendo o crescimento pessoal e o fortalecimento das relações

humanas. Ao integrar a tecnologia em uma perspectiva mais humana e dialógica, alinhada à proposta de uma educação para a paz, é possível criar um ambiente que não apenas reduz os índices de violência, mas que também favorece o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para uma convivência social mais justa e democrática.

Essa mudança de paradigma no uso da tecnologia, aliada a uma formação docente que valorize a mediação e o diálogo, é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da violência escolar e contribuir para uma educação que forme cidadãos mais conscientes e comprometidos com o respeito ao outro.

Além disso, propõe-se o uso de arquivos de violência escolar como uma poderosa ferramenta reflexiva e dialógica, que vai além da mera documentação de incidentes. Esses arquivos podem ser utilizados como ponto de partida para discussões críticas, tanto entre educadores quanto entre alunos, sobre as raízes da violência e as possibilidades de enfrentá-la de forma colaborativa. Ao promover a análise contextualizada de episódios de violência, esses arquivos ajudam a identificar padrões, sensibilizar a comunidade escolar e construir estratégias mais eficazes de intervenção. Nesse sentido, tornam-se um recurso pedagógico que não apenas aponta os desafios, mas também inspira práticas educativas que busquem ativamente a construção de uma cultura de paz, pautada no diálogo, no respeito mútuo e na valorização das diferenças. Assim, os arquivos de violência escolar deixam de ser apenas registros burocráticos para se tornarem elementos ativos na transformação do ambiente escolar, contribuindo para uma educação mais inclusiva e humanizadora.

Assim, as perspectivas de problematização desse tema passam pelo fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores, pela criação de um ambiente escolar que reconheça e enfrente suas próprias responsabilidades, e pela construção de uma rede de suporte que valorize a participação de todos os atores envolvidos. A filosofia da educação nos oferece um alicerce para compreender a importância da não violência como princípio ético e pedagógico, possibilitando uma transformação efetiva da realidade escolar.

Ao alinhar essas estratégias aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente no que diz respeito à promoção da cultura de paz, é possível vislumbrar uma educação de qualidade que contribua para uma sociedade mais justa e inclusiva. O enfrentamento à violência escolar, portanto, não é apenas uma questão de segurança, mas

também de formação humana e ética, que valoriza o respeito à diversidade e a construção de relações sociais baseadas na compreensão mútua. Dessa forma, as escolas podem se tornar, de fato, espaços de acolhimento e crescimento, comprometidos com a dignidade de cada aluno e com o desenvolvimento de uma sociedade mais pacífica e solidária.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro, Zahar Editores,1985.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, set./dez. 2004, p. 539-555.

FERRÃO, Iara da Silva. **Saber da não violência na formação docente**: processos autocompositivos como mediação às violências no contexto escolar. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método.** Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra, 2002. Disponível Em:<https://www.cevs.rs.gov.br/> Acesso: 20/01/2024.

TREVISAN, Amarildo Luiz. A violência escolar em suas relações com a justiça e o desenvolvimento humano. In: TREVISAN, Amarildo L.; TOMAZETTI, Elisete M.; ROSSATTO, Noeli Dutra. (Org.). **Filosofia e Educação**: Escola, Violência e Ética. 1ed. Curitiba: Editora Appris, 2020a, v. 1, p. 61-74.

TREVISAN, Amarildo Luiz. Arquivos da violência na educação e suas mediações na linguagem e na memória. **AVALIAÇÃO**: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, v. 27, p. 326-346, 2022.

TREVISAN, Amarildo Luiz. Authority, Violence and Education. **PRÓ-POSIÇÕES** (UNICAMP. ONLINE), v. 32, p. 1-23, 2021.

TREVISAN, Amarildo Luiz; SILVEIRA-NUNES, Bibiana; GRIZBOWSKI, A. H.; LEMOS, Gabrielli Ferreira. Crítica dos arquivos da violência escolar: Um olhar filosófico e psicanalítico. **IMAGENS DA EDUCAÇÃO**, v. 12, p. 121-145, 2022.

TREVISAN, Amarildo Luiz. Desconstruindo os arquivos da violência escolar: reflexões sobre a relação entre a docência e a filosofia da educação. **PRÁXIS EDUCATIVA** (IMPRESSO), v. 18, p. 1-19, 2023.

TREVISAN, Amarildo Luiz. **Terapia de Atlas**: Filosofia da educação no contemporâneo. Caxias do Sul: EDUCS, 2020b.

ZOTTIS, H. G. A. et al. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da Universidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.3, p.33-41, 2008.

A COMPLEXIDADE DA DOCÊNCIA E A SUA INTERFACE COM A VIOLÊNCIA DA ESCOLA

Sandra Elisa Réquia Souza[1]
Amarildo Luiz Trevisan[2]

RESUMO

A escola está estruturada de modo geral sob um paradigma que a distancia de sua apropriada função, uma vez que ela é direcionada pelo âmbito externo às suas funçõe, que tem objetivos capitalistas e neoliberais. Nesse sentido, ela é violenta, pois seus mecanismos de avaliação e manutenção têm tendências mercadológicas e de adaptação de indivíduos para o mundo do trabalho, sem considerar a sua subjetividade e a experiência humana. Com o objetivo de contribuir para a busca da efetivação de diálogos voltados a incluir o reconhecimento de si e do outro, a autodeterminação e o valor da experiência formativa no contexto escolar, buscamos, neste estudo, refletir sobre o processo educativo, procurando analisar a ação pedagógica, a sua relação com os processos formativos e a lógica que permeia a sua organização. Para tanto, a educação poderia desenvolver um olhar hermenêutico afetivo, consoante as teses do hermeneuta latino Andrés Ortiz-Ozés, com suas categorias de diálogo, interpretação, linguagem, simbolismo e busca de sentido e significado para atingir o objetivo proposto. Após o tensionamento da questão, buscamos fornecer pressupostos para se pensar os programas de formação de professores, considerando a experiência formativa um lugar onde se desenvolvem aspectos relevantes para uma ação pedagógica interativa e humanizada.

Palavras-chave: Escola; Violência; Docência; Formação de Professores; Humanização.

ABSTRACT:

The school is generally structured under a paradigm that distances it from its appropriate function, as it is directed by external forces with capitalist and neoliberal objectives. In this sense, it becomes violent, since its mechanisms of evaluation and maintenance tend to follow market-oriented trends and adapt individuals to the labor market without considering their subjectivity and human experience. Aiming to contribute to the pursuit of dialogues that include self-recognition and recognition of the other, self-determination, and the value of formative experience in the school context, this study seeks to reflect on the educational process, analyzing pedagogical action, its relationship with formative processes, and the logic that permeates its organization. To that end, education could develop an affective hermeneutic perspective, in line with the theses of the Latin hermeneut Andrés Ortiz-Ozés, with his categories of dialogue, interpretation, language, symbolism, and the search for meaning and significance to achieve the proposed goal. After addressing this issue, we aim to provide assumptions to rethink teacher training programs, considering formative experience as a space where relevant aspects for interactive and humanized pedagogical action are developed.

Keywords: School; Violence; Teaching; Teacher Training; Humanization

INTRODUÇÃO

O contexto educacional das escolas, atualmente, se caracteriza por um distanciamento preocupante de sua função essencial. Esse afastamento decorre da dependência de

[1] Doutora em Educação Universidade Federal de Santa Maria. saereso@gmail.com
[2] Pós-Doutor em Humanidades, Pesquisador PQ-1C do CNPq, Professor do PPGE/UFSM e PPGEDU/ULBRA. amarildo1.trevisan@gmail.com

mecanismos de avaliação e manutenção pautados em diretrizes globais de caráter capitalista e neoliberal. Essas influências impõem à escola uma lógica que prioriza a eficiência técnica e a adaptação dos indivíduos ao mercado de trabalho, em detrimento de sua subjetividade e formação integral. Tal disjunção se manifesta no cotidiano escolar e é sustentada no imaginário daqueles que fazem parte do processo educativo, configurando-se como uma forma de violência simbólica, que afeta as relações pedagógicas e os processos formativos.

Diante dessa realidade, este estudo tem como objetivo refletir sobre o processo educativo, analisando a ação pedagógica e sua relação com os processos formativos de professores, além de questionar a lógica que permeia a organização escolar. A partir dessa análise, propomos pressupostos para repensar os programas de formação docente, destacando a experiência formativa como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma ação pedagógica interativa e humanizada, que vá além das meras competências técnicas.

Para isso, é essencial voltar o olhar para a formação de professores, identificando os equívocos gerados por programas orientados exclusivamente para aspectos informativos, técnicos e normativos. Embora tais componentes sejam importantes, eles não esgotam o potencial formativo. É necessário abrir espaço para saberes que se desenvolvam de forma mais flexível e que possibilitem outras conexões, como a autodeterminação, a autogestão da vida, a desconstrução e ressignificação de conceitos e crenças, o reconhecimento de si e do outro, a vivência de aspectos estéticos, expressivos e intersubjetivos da docência, além de um autoesclarecimento pedagógico (SOUZA, 2021).

Para embasar essa proposta, recorremos à hermenêutica afetiva ou simbólica, desenvolvida por Andrés Ortiz Osés, que nos oferece uma perspectiva compreensiva e interpretativa da educação. A hermenêutica, entendida como a arte da interpretação, envolve uma razão mediadora e relacional, que se interliga ao contexto e à alteridade. Conforme Ortiz Osés, a interpretação é um processo dinâmico que ocorre entre os diferentes, mediando suas relações e criando significados compartilhados, ou seja, “a razão humana se converte em razão interpretativa e, por conseguinte, numa razão interposta ou intercalada, intrometida e mediadora, impura e relacional.” (ORTIZ OSÉS, 2003, p. 95). Essa abordagem nos permite ampliar a compreensão dos fatores que influenciam os programas de formação docente e aponta para a necessidade de uma racionalidade que valorize o discurso, a linguagem e as múltiplas formas de expressão presentes no ambiente educacional.

Com esse enfoque, buscamos evidenciar a urgência de uma formação docente que privilegie a valorização do ser humano em sua integralidade, promovendo uma prática pedagógica que reconheça e acolha as diferenças, e que, por meio da interpretação e do diálogo, possa contribuir para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, reflexivo e transformador.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo fundamenta-se nas categorias da hermenêutica afetiva, conforme desenvolvidas por Andrés Ortiz-Ozés, que nos oferecem os elementos essenciais para alcançar os objetivos propostos. Essa abordagem hermenêutica permite uma compreensão profunda e intersubjetiva do outro, destacando a mediação entre subjetividades como ponto central para o entendimento e a comunicação. Nas palavras de Ortiz-Ozés: "É a compreensão do outro em sua integridade, uma intermediação intersubjetiva que possibilita a comunicação mútua e o entendimento ou a compreensão do real em sua significação" (ORTIZ-OSÉS, 2003, p. 95).

Essa perspectiva hermenêutica foi complementada por um diálogo contínuo com pensadores de diferentes áreas, como educadores, filósofos e neurocientistas, cujas obras foram cruciais para o desenvolvimento de uma reflexão mais ampla e profunda. Ao incluir esses interlocutores no estudo, buscamos não apenas teorizar sobre o processo educativo, mas também compreender, de forma integrada, como as diferentes dimensões da formação – subjetiva, cognitiva e emocional – podem contribuir para a construção de uma pedagogia mais humanizada e significativa.

A escolha desses diálogos foi intencional e ancorada na relevância de suas contribuições para o campo da educação e da formação docente, conforme especificado nas referências. A troca entre essas diversas áreas do saber nos permitiu construir uma metodologia interdisciplinar, que articula diferentes saberes para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos educativos analisados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao abordar os impasses subjetivos que permeiam a construção teórica dos paradigmas que norteiam os programas de formação de professores, pretendemos abrir espaço para um debate crítico, que explore a necessidade de um novo olhar sobre a ação pedagógica. Esse

olhar deve considerar a experiência humana de maneira integral e propor um contraponto às orientações capitalistas e neoliberais que influenciam a educação. Um dos dilemas centrais nesse contexto diz respeito à violência estrutural da escola, que emerge nas relações pedagógicas entre alunos e professores, formatadas por padrões formais que desconsideram as particularidades e individualidades inerentes ao processo educativo.

Esses entraves podem ser analisados a partir de três perspectivas. A primeira delas diz respeito à necessidade de avaliar e repensar o paradigma que sustenta as decisões relativas à educação e à elaboração da docência. O desafio consiste em superar os limites impostos pelas teorias educacionais, que, conforme Trevisan (2006), não conseguem abarcar plenamente a complexidade da experiência humana. Essas teorias, ao tentarem representar diferentes concepções de ser humano e sociedade, delimitam parâmetros rígidos para conteúdos, metodologias e didáticas, e acabam por alinhar os objetivos e programas escolares às dinâmicas sociais dominadas por interesses externos, muitas vezes negligenciando a subjetividade dos sujeitos.

As teorias educacionais frequentemente adotam um reducionismo, ajustando a complexidade do fenômeno educativo a categorias estreitas, ou “gavetas pedagógicas”, que classificam as tendências educacionais em dois grandes grupos: as pedagogias liberais, que preparam os alunos para papéis sociais previamente definidos, e as pedagogias progressistas, que entendem a educação como um processo sociopolítico. Embora essas classificações forneçam um arcabouço teórico importante, elas também podem moldar de maneira inconsciente as práticas docentes, fazendo com que professores reproduzam os métodos pelos quais foram ensinados, sem refletir criticamente sobre as ideologias que sustentam essas práticas.

A segunda perspectiva diz respeito à constituição imaginária do professor, que se desenvolve a partir da interação entre as experiências pessoais e profissionais ao longo de sua trajetória docente. Segundo Tardif (2000), o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores é um processo contínuo e complexo, que envolve suas relações com alunos, colegas, valores morais e crenças. No entanto, essa constituição imaginária frequentemente limita-se à área de formação específica do professor, relegando as reflexões pedagógicas e filosóficas a um segundo plano, o que contribui para um reducionismo no entendimento do processo educativo.

Nesse contexto, há uma tendência a reduzir a prática docente à aplicação técnica de saberes específicos, desconsiderando as dinâmicas emocionais e subjetivas que permeiam as interações em sala de aula. Isso se reflete na valorização excessiva da prática pela prática, dissociada da teoria que a sustenta. No entanto, como Hermann (2000) argumenta, nenhuma prática pedagógica está desvinculada de uma teoria subjacente, e essa prática, quando não refletida criticamente, tende a ser reativa, em vez de preventiva, deixando de responder adequadamente às complexidades e aos desafios que emergem no ato de ensinar.

A terceira perspectiva a ser considerada diz respeito à natureza das relações intersubjetivas que se desenvolvem na sala de aula. Professores e alunos trazem consigo uma gama de expectativas, humores e experiências que podem gerar dúvidas, incertezas e conflitos, levando às dores emocionais decorrentes dessas interações. A falta de preparo para lidar com essas questões complexas muitas vezes resulta em relações pedagógicas que não promovem a cooperação, a alteridade e o respeito à diferença. Surge, então, o desafio de como superar a ausência de uma teoria formativa que auxilie os professores a refletirem sobre a condição humana, a atualidade dos dilemas educacionais e as decisões pedagógicas que envolvem a subjetividade.

Hermann (2002) sugere que a hermenêutica, enquanto racionalidade pedagógica, pode oferecer uma resposta a esses desafios, ao auxiliar no autoesclarecimento docente. A hermenêutica, ao se basear nas condições humanas do discurso e da linguagem, permite que a educação se torne esclarecida sobre si mesma por meio da compreensão, ampliando o seu sentido para além da normatividade técnico-científica.

Neste sentido, há uma necessidade urgente de desconstruir os modelos vigentes para conquistar um novo significado na experiência educativa, um significado que acolha a pluralidade, a imprevisibilidade e a compreensão inerente às interações humanas. Damásio (2017) reforça essa perspectiva ao salientar que as decisões humanas estão sempre permeadas por emoções e sentimentos, que desempenham um papel fundamental na construção da cultura e das relações sociais. Esse entendimento desafia o paradigma tradicional de neutralidade e objetividade no conhecimento, que muitas vezes desconsidera a subjetividade e a criatividade, elementos essenciais para uma educação emancipatória.

As pesquisas pedagógicas (PIMENTA, ANASTASIOU, MASSETO) demonstram as dificuldades dos professores em superar os métodos tradicionais de ensino-aprendizagem, muitas vezes por falta de orientação sobre como efetivar práticas diferenciadas. O modelo

tradicional, ao priorizar a repetição e memorização, desconsidera as dinâmicas emocionais e intersubjetivas que são cruciais para o equilíbrio e a consciência humana, conforme Damásio (2017), tolhendo a criatividade e a vida nas interações pedagógicas.

Por fim, esse agir pedagógico, sustentado por uma formação docente que privilegia aspectos meramente cognitivos e normativos, se equivoca ao dispensar os saberes necessários para o desenvolvimento de relações intersubjetivas saudáveis. O desafio que se coloca, portanto, é o de construir uma formação docente que, além do domínio técnico, incorpore as dimensões afetivas e subjetivas, promovendo uma prática pedagógica que responda de forma mais completa e humanizada às demandas educacionais contemporâneas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ampliação do sentido da educação para além da normatividade técnica e a reivindicação de um conjunto mais amplo de saberes para a profissionalização docente são questões que vêm sendo debatidas, especialmente desde a década de 1980. No entanto, apesar desses avanços, a formação docente continua sendo permeada por uma série de impasses que limitam o desenvolvimento pleno da prática pedagógica.

A autoimagem profissional do professor, em grande medida, foi moldada sob o impacto das políticas públicas e do imaginário social, o que influencia diretamente a construção dos sentidos e significados que o docente atribui à sua atividade. As representações de vida, afetos e a maneira como o professor se posiciona no mundo tornam-se elementos centrais na consolidação dessa autoimagem. Esse imaginário está profundamente enraizado no contexto educacional e interfere nas práticas pedagógicas, muitas vezes, de maneira imperceptível.

Nesse sentido, o docente enfrenta o desafio de educar em um ambiente fortemente influenciado pelos processos de estetização do cotidiano, que tendem a dissolver a diversidade em homogeneidade (Trevisan, 2011). Esses processos, ancorados no inconsciente coletivo, são reforçados pelos princípios tecnicistas que predominam nas escolas, muitas vezes as organizando segundo modelos empresariais. A busca pela produtividade e eficiência acaba sobrepondo-se às dimensões subjetivas e humanas da educação, moldando o fazer pedagógico sob uma lógica que prioriza resultados imediatos em detrimento do processo formativo.

A escola, como instituição, reflete e reproduz o contexto sociopolítico em que está inserida, o que impacta diretamente o ideário docente. Os professores, por sua vez, acabam absorvendo essas influências em sua prática cotidiana, ajustando-se às demandas externas,

sem muitas vezes questionar ou refletir criticamente sobre os pressupostos que orientam suas ações. Isso cria uma tensão entre a prática docente e os valores formativos mais profundos, que deveriam incluir o reconhecimento da subjetividade e da complexidade humana.

As dificuldades nos processos formativos discutidos até aqui operam como um "travamento da experiência". Esse conceito, conforme Adorno (1995), refere-se à repressão da diversidade em prol de uma sociedade homogênea e à supressão do processo em favor de resultados imediatos e isolados. As experiências formativas perdem seu potencial de transformação humana quando são subordinadas à lógica objetiva da sociedade contemporânea, que prioriza o desempenho e a eficiência.

Essa tendência reflete-se na própria organização das escolas e dos programas de formação docente, que muitas vezes negligenciam a dimensão humana da experiência educativa. Ao priorizar a normatividade técnica, os processos formativos acabam restringindo a possibilidade de uma educação mais crítica, reflexiva e transformadora. Desse modo, é necessário ressignificar o papel da formação docente, não apenas como um conjunto de técnicas, mas como um processo que valoriza a experiência humana em toda a sua complexidade.

O desafio que se coloca, portanto, é o de criar um espaço para a valorização das experiências formativas, entendendo-as como centrais para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que reconheça a pluralidade, a subjetividade e a intersubjetividade dos envolvidos no processo educacional. Isso implica em romper com a lógica que vê a formação apenas como um meio para atingir fins produtivos e eficientes, e repensá-la como um caminho para a emancipação, a construção de sentido e a realização humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos a estudar o fenômeno educativo, com foco na ação pedagógica e sua relação com os processos formativos de professores, nosso objetivo foi analisar criticamente o paradigma que estrutura essa organização. Identificamos que, em muitos casos, esse paradigma perpetua equívocos e conflitos que configuram uma forma de violência simbólica no contexto escolar. Diante disso, procuramos refletir sobre possíveis soluções, desafios e oportunidades que possam emergir de uma nova forma de pensar esses processos formativos, com vistas a minimizar as diversas formas de violência presentes nas interações educacionais.

A partir dessa reflexão, sugerimos caminhos para a construção de saberes docentes que reconheçam a importância de uma experiência pedagógica sensível e humanizada. Defendemos a necessidade de uma formação docente que compreenda a complexidade da ação pedagógica, incorporando elementos que valorizem não apenas o aspecto técnico, mas também as dimensões afetivas, subjetivas e culturais. Propomos um paradigma que considere os sentimentos e emoções como componentes essenciais nas decisões pessoais e profissionais, permitindo que os professores atuem de maneira mais integrada e autêntica em suas práticas educativas.

Nesse sentido, sugerimos o incentivo ao processo de auto(re)conhecimento, que fortalece as relações intra e intersubjetivas. Esse movimento possibilita que o docente contribua efetivamente para o desenvolvimento do outro e, ao mesmo tempo, se constitua enquanto ser humano, por meio dessas interações. Além disso, acreditamos ser fundamental a desconstrução de conceitos e crenças limitantes, bem como a ressignificação das práticas pedagógicas tradicionais que, muitas vezes, perpetuam uma visão reducionista da educação.

Outro aspecto essencial é o desenvolvimento de uma consciência emocional que permita aos professores reconhecer e dominar suas projeções e preconceitos em relação ao comportamento dos outros. Ao criar um ambiente de acolhimento e amorosidade nas suas interações, o professor pode cultivar uma comunicação mais empática e assertiva, tanto consigo mesmo quanto com os demais. Esse processo de autocompreensão e de acolhimento é fundamental para transformar a prática pedagógica em uma experiência verdadeiramente formativa e humanizadora, que valorize a subjetividade e a complexidade do ser humano.

Com essas sugestões, esperamos contribuir para a construção de uma educação que seja mais justa, inclusiva e sensível às necessidades de todos os envolvidos no processo educacional. Ao reconhecer as limitações do modelo tradicional e propor novas formas de pensar e atuar, acreditamos ser possível promover uma formação docente que vá além do tecnicismo, abrindo espaço para uma prática pedagógica mais consciente, reflexiva e transformadora.

Referências:

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1995.

CUNHA, M. I. **O lugar da formação do professor universitário**: Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária. Campinas, SP: Papirus, 2007.

DAMÁSIO, A. **A estranha ordem das coisas**. Portugal: Temas e Debates, 2017.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HERMANN, N. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MASETTO, M. T. **Professor Universitário**: Um profissional da educação na atividade docente: Docência na Universidade. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

NÓVOA, A. Formação de Professores e Profissão Docente In: **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

OZÉS-ORTIZ, A. **La nueva filosofia hermenêutica.** 1. ed. Barcelona: Anthopos, 1986.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, S.E.R. (2021). **As dores emocionais docentes: hermenêutica dos processos formativos na autocompreensão de professores universitários** (Tese) Doutorado Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 14. ed. Petropólis, RJ: Vozes, 2012.

TREVISAN, A. L. Paradigmas da filosofia e teorias educacionais: novas perspectivas a partir do conceito de cultura. **Educação e Realidade**, v. 31, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2006.

TREVISAN, A. L. Formação ou reificação? A educação entre o mesmo e o outro. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 32, n. 117, 2011.

A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A (DES)RESPONSABILIDADE DE PLATAFORMAS DIGITAIS

Matheus de Souza Silva [1]
Alana Maria Passos Barreto [2]

RESUMO

A ascensão das plataformas digitais como locus para as relações sociais implica no enfrentamento das problemáticas que crianças e adolescentes estão expostos nesse âmbito. O objetivo da pesquisa perpassa uma análise em torno da existência de instrumentos de proteção, dentro do sistema jurídico-político brasileiro, que buscam coibir violações de direitos fundamentais de crianças e adolescentes nas plataformas digitais. O itinerário metodológico utilizou a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório a partir de análise bibliográfica e documental. Foram identificados instrumentos espaçados, especialmente a partir de adaptação de normas de um período ainda analógico. Ocorre que o desafio sociopolítico é maior, tendo em vista a velocidade de transformação da tecnologia, como o recém avanço da Inteligência Artificial (IA). Para além de ter mostrado ser imperiosa uma atuação estatal com intervenção precoce, o contexto evidenciado demanda o avanço e desenvolvimento na deliberação de novas propostas que passem a tratar da realidade em âmbito digital de forma principal. Quando se trata de criança e adolescente, há de se reconhecer que o dever de cuidado vai além da obrigação de retirar o conteúdo lesivo quando a plataforma dele toma conhecimento inequívoco.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes, Plataformas Digitais, Responsabilidade.

INTRODUÇÃO

A condição peculiar que perpassa crianças e adolescentes, enquanto sujeitos de direito, demandam esforços específicos para mitigar cenários em que ocorrem violações dos direitos fundamentais próprios dessa faixa etária. Diante disso, o efeito dos avanços tecnológicos nas relações sociais deve exigir, de mesmo modo, uma análise no que diz respeito a necessidade de serem formulados instrumentos de proteção para evitar novos processos que vulnerabilizem esses indivíduos dentro das plataformas digitais.

Observando essa perspectiva, no campo virtual, têm surgido diversos contextos com potencial violação dos direitos de crianças e adolescentes, como a exploração e a violência sexual, a exposição a discursos de ódio, o abuso de práticas comerciais, além de danos à privacidade, bullying e prejuízos à saúde mental. Em razão da necessidade de proteger esse

[1] Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, matheusdsouzas@academico.ufs.br
[2] Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, alanapassosbarreto@gmail.com

grupo com características específicas, surgem questionamentos em relação a responsabilização dessas condutas violadoras ao desenvolvimento dos jovens.

O presente resumo tem por objetivo, portanto, analisar se o Brasil contém mecanismos de proteção suficientes para impedir violações de direitos fundamentais de crianças e adolescentes nas plataformas digitais. Há, portanto, que ser analisado os instrumentos legais existentes, especialmente a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as jurisprudências dominantes e os projetos de lei que discutem esta temática.

Parte-se do pressuposto que os mecanismos jurídicos existentes não são suficientes, de maneira que os instrumentos legais existentes estariam surgindo como acessórios, não cobrindo a lacuna regulamentar necessária que deveria ser oriunda da disciplina do direito digital. Na medida que os tensionamentos provocados pela inserção desse público de 0 a 18 anos nas plataformas tornou-se um desafio de caráter político e social, há uma notória relevância no desenvolvimento de discussões em torno de serem formulados ajustes rumo a um panorama com mitigação da vulnerabilidade de crianças e adolescentes no ambiente virtual.

METODOLOGIA

Para fins metodológicos, adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental. Em um primeiro momento, a pesquisa possui caráter exploratório, tendo em vista a proposta de mapear novas perspectivas em relação a proteção de crianças e adolescentes nas plataformas digitais, em razão da vulnerabilidade submetida nesses espaços virtuais não (devidamente) regulamentados.

Nesse viés, com o intuito de demonstrar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes nas plataformas digitais, a pesquisa fez uso de gráficos disponibilizados pela Safernet (2024) e de dados do relatório TIC Kids Online Brasil elaborado pelo Centro Gestor da Internet no Brasil (2023).

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao instaurar uma nova ordem juspolítica, a Constituição Federal de 1988 promoveu diversos avanços no que tange o reconhecimento de novos sujeitos de direito, especialmente formulando garantias específicas, como o da população idosa, dos povos indígenas e das crianças e adolescentes. No que tange este último grupo, o art. 227 impõe como dever de

múltiplos setores - família, Estado e sociedade - o cumprimento de direitos fundamentais específicos, bem como a proteção quando houver contexto de violação (Brasil, 1988).

O marco normativo que solidifica a construção de normas em proteção as crianças e adolescentes é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), datado de 1990. Para além de formalizar o reconhecimento desses indivíduos como sujeitos de direito e não como objetos – compreensão vigente no período menorista anterior a esse momento, a importância do referido diploma legislativo consistiu em ter executado um alinhamento das normas de natureza internacional de proteção às crianças e os adolescentes, como a Convenção Sobre os Direitos da Criança da ONU, e a própria Carta Política de 1988 (Sposato, 2013).

Como trazida pela Convenção citada, cabendo destacar que se trata do documento internacional com maior número de países que ratificaram, deve existir uma "proteção jurídica diferenciada" (Fachin, Cambi e Porto, 2022) razão de serem sujeitos em condição de especial desenvolvimento (UNICEF, 2022). A nova doutrina instaurada, recebendo a denominação de proteção integral, busca maximizar os direitos e garantias postos, sendo regida por um núcleo composto por metaprincípios como o da primazia do interesse da criança, o da prioridade absoluta e o da intervenção precoce.

Mesmo com a existência desse arcabouço normativo, no Brasil contemporâneo, persiste um panorama de precariedades (Butler, 2019) atravessadas a existência de crianças e adolescentes, ocasionadas por espaços de vulnerabilidade (Feito, 2007). Apesar dessa situação se destacar especialmente quando associada a condição social e racial (Sposato, 2021), nesse estudo, buscou-se analisar a necessidade de novos instrumentos de proteções de crianças e adolescentes dentro do espaço digital.

Diversos são os contextos em que se tem discutido a necessidade de observar os efeitos desse novo âmbito social nos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, como questões ligada a publicidade infantil, sexualização precoce, acesso de conteúdo sensível, entre outros. A obrigação compartilhada trazida pelo texto constitucional impõe que existam instrumentos para a responsabilização dessas ocorrências de violações dos direitos de crianças e adolescentes.

Posto que é um desafio a ser enfrentado por pais e responsáveis, ao Estado ou a sociedade devem ser mobilizados esforços contínuos no enfrentamento desses cenários de vulnerabilização. Em síntese, observando as modificações provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, fomenta-se deliberações em torno de uma ampliação do delinear histórico de evolução dos direitos de crianças e adolescentes a realidade das plataformas digitais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados da TIC Kids Online Brasil (2023), quando considerada a faixa de 9 a 17 anos, cerca de 88% teriam algum perfil em plataformas digitais. Na medida que considera os adolescentes entre 15 e 17 anos, o número passa a ser de 99%. Os índices citados demonstram o tamanho do público infantojuvenil apto a estar em condição suscetível a violação de direitos fundamentais.

Entre as principais problemáticas, destaca-se as questões relacionadas a exposição à sexo e nudez. Inicialmente, destaca-se que, em perspectiva mundial, é recomendada a substituição da expressão "pornografia infantil" por "imagens de abuso e exploração sexual infantil" ou "imagens de abusos contra crianças e adolescentes". Isso porque o primeiro termo transmite passividade no consumo do conteúdo, o que diminui a percepção da gravidade da posse e distribuição dessas imagens (Safernet, 2024).

Além disso, a imagem de nudez e sexo envolvendo uma criança ou adolescente, por definição, não é consensual. Logo, não se trata de pornografia, mas de imagens de crianças e adolescentes sendo sexualmente abusadas e exploradas. À exemplo, a Interpol fez campanha contra o uso da expressão "pornografia infantil".

A Safernet adverte que quem consome imagens de violência sexual infantil é cúmplice do abuso e da exploração sexual infantil. A pornografia legalizada pressupõe a participação livre e voluntária dos atores ou pessoas maiores de 18 anos, filmadas ou fotografadas em atos sexuais consensuais. Não obstante, os conteúdos gerados por Inteligência Artificial também devem ser incluídos como crime de compartilhamento de imagens de abuso e exploração sexual infantil. Isso porque mesmo que o material seja de uma criança inexistente, criada por IA, ele retroalimenta o sistema e estimula a conduta criminosa.

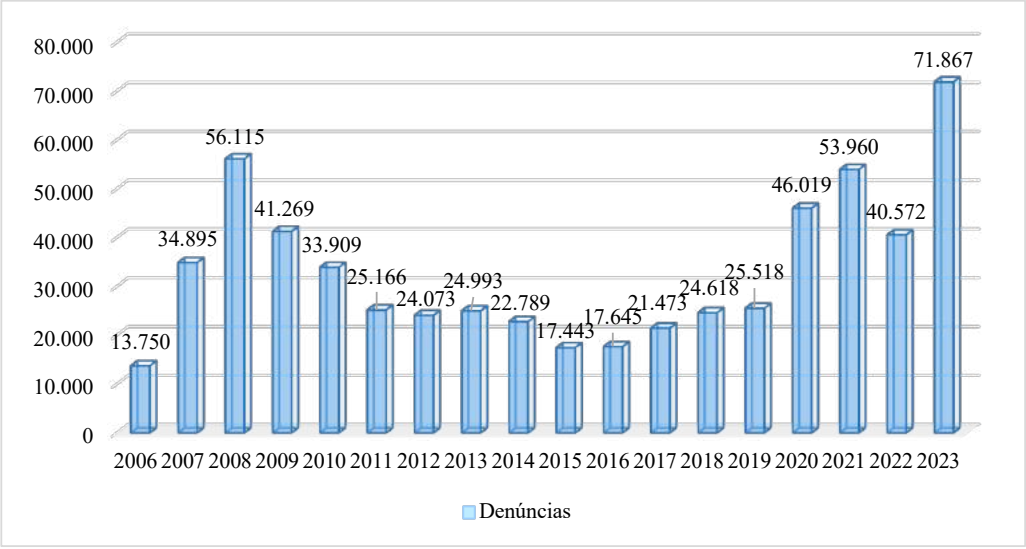
No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê como crime vender ou expor fotos e vídeos com cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes. Também é crime a divulgação dessas imagens por qualquer meio e a posse de arquivos desse tipo (Brasil, 1990).

A marca histórica de denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil era de 2008, quando a Safernet (2024) havia recebido 56.115 denúncias. O ano marcou o auge da disputa jurídica do Ministério Público Federal com a Google em virtude dos crimes reportados

no Orkut e foi o ano da assinatura do acordo judicial que obrigou a companhia a entregar dados para a investigação de crimes (MPF, 2006).

A intimação teve como base uma denúncia feita pela Safernet, em razão de ter recebido cerca de 22,5 mil denúncias entre o dia 8 de março e 17 de maio deste ano. Destas, cerca de 20,7 mil estão ligadas ao site de relacionamentos do Google. Do total de denúncias durante este período, 12,2 mil referem-se à pedofilia (MPF, 2006).

Gráfico 1 – Denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil



Fonte: Safernet (2024)

As denúncias únicas de imagens de abuso e exploração sexual infantil em 2023 cresceram 77,13% em relação a 2022. O total de novas denúncias de violações de direitos humanos, sobretudo contra crianças e adolescentes, recebidas pela Safernet em 2023 cresceu 48,7% em relação ao ano anterior (Safernet, 2024).

Compreende-se três fatores determinantes que pesaram no aumento de denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil, sendo (i) a introdução da IA generativa para a criação desse tipo de conteúdo; (ii) a proliferação da venda de packs com imagens de nudez e sexo auto-geradas por adolescentes; e (iii) demissões em massa anunciadas pelas big techs, que atingiram as equipes de segurança, integridade e moderação de conteúdo de algumas plataformas (Safernet, 2024).

Ademais, é essencial destacar o papel dos algoritmos que captam e sistematizam, invariavelmente, dados pessoais para favorecer operações comerciais de distribuição, sem

qualquer consulta aos proprietários das informações coletadas. Esse modelo adotado pelas plataformas digitais fere uma das bases da democracia moderna enquanto valor universal, tutelados pela Constituição e pelo Marco Civil da Internet (MCI)

À exemplo, o TikTok foi processado pela União Europeia pelos conteúdos de publicidade infantil na rede social em 2021. Mesmo que os vídeos com práticas abusivas e ilegais não fossem produzidos pela plataforma, ela foi responsável por possibilitar que os conteúdos estivessem em seus serviços, o que permitiu essa exploração comercial de crianças. Além disso, o TikTok também lucrou com a prática (Chee, 2021).

É importante observa que as plataformas digitais têm responsabilidade de cuidado com os mais jovens. Essa proteção é prevista por normas internacionais, que vão além do Marco Civil da Internet, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor. Ainda, a garantia dos direitos infantis, com absoluta prioridade, é assegurada pela própria Constituição Federal, de modo que seu art. 227 determina que a responsabilidade para todos: famílias, Estado e sociedade, incluindo empresas (Brasil, 1988). Logo, plataformas digitais não são isentas de seguir leis e devem, portanto, fazer a sua parte para proteger o público infantil.

Assim, o dever de cuidado e proteção tem estatura não apenas legal, mas sobretudo constitucional, o que deve orientar a interpretação de todas as demais leis sobre o assunto. Dessa forma, se é dever de todos o cuidado e a proteção em relação a crianças e adolescentes que estão sob a sua influência ou relação, com maior razão se pode e se deve exigir tal dever de agentes econômicos e profissionais que, a exemplo das plataformas digitais, lucram a partir da exploração do mercado infantil (Frazão, 2021).

Pode-se destacar, por exemplo, a questão da publicidade infantil, tendo em vista esse a condição biopsicossocial desse público o tornar mais vulnerável a recepção de ofertas comerciais. Apesar de regulamentação anterior, tendo em vista existir a Resolução n. 163 do Conand, inexiste meios de proteção que acompanhem a constante reinvenção nesses meios.

De acordo com Frazão (2021), essas questões são essenciais porque o dever de cuidado, à luz da boa-fé objetiva e do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, impõe uma interpretação sistemática e teleológica da responsabilidade civil das plataformas, incluindo os arts. 19 e 21 do MCI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se escusar da necessidade de se adotar medidas de cuidado voltadas à prevenção de danos injustos a crianças e adolescentes, as plataformas inserem no contrato cláusulas que restringem a idade para a utilização dos serviços e imputam aos pais a responsabilidade exclusiva pelas atividades dos filhos em seu ambiente.

Contudo, as regras do MCI não podem afastar o dever geral de cuidado que as plataformas digitais têm diante de crianças e adolescentes, entendimento que decorre não apenas do ECA, mas também da boa-fé objetiva, tal como delineada tanto no Código Civil como no Código de Defesa do Consumidor. A conclusão se aplica, inclusive, quando se trata de danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros.

Quando se trata de criança e adolescente, há de se afastar a interpretação do art. 19 do MCI no sentido de que a remoção de conteúdo ilícitos dependeria sempre de ordem judicial expressa, assim como há de se reconhecer que o dever de cuidado vai além da obrigação de retirar o conteúdo lesivo quando a plataforma dele toma conhecimento inequívoco.

A "terra sem lei" em que se transformou a internet é fruto da lógica perversa de que as plataformas não são responsáveis pela segurança de crianças e adolescentes, o que fere diretamente um importante pacto que fizemos enquanto nação na Constituição Federal de 1988. Como dito, a Constituição determina que é dever do Estado, das famílias e da sociedade – incluídas as empresas – promover, com absoluta prioridade e de maneira integral, a proteção de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/CON1988.pdf. Acesso em 22 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.068, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 fev. 2024.

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

CETICBR. TIC Kids Online Brasil. Centro Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/analises/. Acesso em: 26 fev. 2024.

CHEE, Foo Yun. TikTok tem de responder a suspeitas de violação de direitos de usuários da UE. CNN, 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/tiktok-tem-de-responder-a-suspeitas-de-violacao-de-direitos-de-usuarios-da-ue/. Acesso em: 01 mar. 2024.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FACHIN, M. G.; CAMBI, E.; PORTO, L. A. Constituição e direitos humanos: tutela dos grupos vulnerávies. São Paulo: Alamedina, 2022.

FEITO, L. Vulnerabilidad. In: Anales del sistema sanitario de Navarra. Gobierno de Navarra. Departamento de Salud, 2007. p. 07-22.

FRAZÃO, A. Dever geral de cuidado das plataformas diante de crianças e adolescentes: parecer. Criança e consumo, 2021. Disponível em: https://criancaeconsumo.org.br/biblioteca/dever-geral-de-cuidado-das-plataformas-diante-de-criancas-e-adolescentes/. Acesso em: 01 mar. 2024.

MPF. Processo contra Orkut. Conjur, 2006. Disponível em: https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Google.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

SAFERNET. Safernet recebe recorde histórico de novas denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil na internet. 2024. Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/safernet-recebe-recorde-historico-de-novas-denuncias-de-imagens-de-abuso-e-exploracao-sexual#mobile. Acesso em: 26 fev. 2024.

SPOSATO, K. B. Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista. São Paulo: Saraiva, 2013.

SPOSATO, K. B. Vulnerabilidade e Direito: por uma democracia constitucional do cuidado. In: Sposato, K. B. (Org.). Vulnerabilidade e Direito. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança. [2022]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 26 fev. 2024.

BULLYING E CYBERBULLYING NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA LITERATURA NACIONAL

Maria Eduarda Matias dos Santos[1]
Edna Gusmão de Góes Brennand[2]
Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho[3]

RESUMO

O fenômeno do bullying e do cyberbullying surge como uma questão central na sociedade contemporânea, dado seu impacto na saúde mental e no desempenho acadêmico dos estudantes. O presente artigo apresenta um panorama da literatura nacional relevante sobre as manifestações do bullying e cyberbullying, com ênfase no ambiente escolar e nas legislações vigentes sobre o tema. Trata-se de estudo desenvolvido como parte integrante do plano de trabalho intitulado "Faces da Violência e Bullying", no âmbito da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV). A metodologia adotada possui taxonomia exploratória e constitui-se de pesquisa bibliográfica e documental para o mapeamento e sistematização do estado do conhecimento nas bases de dados do Google Scholar, SciELO, Repositório Digital BDTD UFPB e Portal de Periódicos da CAPES. Os principais achados do presente estudo evidenciam que as publicações científicas nacionais abordam os efeitos prejudiciais do bullying e cyberbullying sobre a saúde mental dos estudantes, com destaque para os efeitos negativos na autoestima, na autoconfiança e no desempenho acadêmico. Ademais, que estratégias mais eficazes são necessárias para a prevenção e o enfrentamento do bullying e cyberbullying a partir dos currículos de formação de professores e maior disseminação e efetivação da legislação brasileira para a promoção de um ambiente educacional seguro e para uma melhor qualidade de ensino.

Palavras-chave: Educação, Violência escolar, Bullying, Cyberbullying.

INTRODUÇÃO

Diversos são os esforços de investigação que reconhecem que são plurais os tipos de violência, seja física, emocional, psicológica, social, econômica e/ou sexual (Priotto, 2009; Lopes-Neto, 2005; Fante, 2018; *inter alia*). São muitos os estereótipos sobre o fenômeno da violência (UNESCO, 2019). O escopo deste estudo tem como foco a sistematização da literatura que aborda a sua incidência no ambiente escolar. A escola, importante agente no processo de socialização de crianças e adolescentes, também passa a ser vista como um espaço de

[1]Bolsista PIBIC e Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, maria.matias@academico.ufpb.br;
[2]Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ednabrennand@gmail.com;
[3]Professor do Instituto Federal da Paraíba - IFPB e Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, alvaro.cavalcanti@ifpb.edu.br.

insegurança e de riscos. Os estudos sobre a violência escolar geram muitas discussões que envolvem a dificuldade de delimitar esse fenômeno e, até mesmo, de compreender se o termo violência é adequado para se referir a este fenômeno em particular. O estado do conhecimento sobre a questão aponta uma diversidade de perspectivas teórico-conceituais. Os estudos de Adorno *et al.* (2021), Camacho (2021), Fante *et al.* (2008), IPEA (2022), Silva (2022), Souza (2019), Pain (2022), Winnicott (2021), Tavares (2022), Unesco (2019), Charlot (2002), Abramovay (2005) e Scherer *et al.* (2018) permitem verificar o desafio que se coloca para elucidar aspectos importantes da violência escolar, sobretudo no que diz respeito ao bullying e o cyberbullying e suas manifestações no ensino fundamental tanto de escolas públicas quanto privadas.

Segundo Charlot (2002) novas formas de violências graves são sofridas e praticadas por alunos cada vez mais jovens. Agressões externas no ambiente escolar e, principalmente, a presença de outros casos nem sempre vistos como violentos já assinalavam a angústia e o sentimento de permanente ameaça gerados nos estudantes. A escola, passa a ser vista como reprodutora das violências externas e, simultaneamente, geradora de suas próprias formas de violência (Abramovay, 2005). Enquanto instituição formadora o espaço escolar precisa estar preparado para lidar com as formas de violência que surjam, desde as pequenas incivilidades até atos passíveis de criminalização. Scherer *et al.* (2018) afirmam que, para lidar com a violência escolar, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a existência do fenômeno, observá-lo, identificá-lo, diagnosticá-lo para gerar atos de prevenção. Reforça a necessidade de dialogar com os atores escolares para desenvolver ações educativas com foco no combate e prevenção. A escola tem sido palco dos mais variados tipos de violência, como a física, a psicológica, a sexual e a simbólica. Um tipo de violência que vem se tornando comum, por exemplo, é o bullying. Visto como um padrão de comportamento repetitivo e recorrente nas escolas.

O bullying é um fenômeno recorrente nas escolas, se caracterizando por um padrão de comportamento repetitivo e agressivo afetando de forma negativa a vida das vítimas. Esse tipo de prática pode se manifestar de diversas formas, como agressão física, verbal e psicológica, causando consequências prejudiciais ao bem-estar e ao desenvolvimento integral dos jovens. Trata-se de um fenômeno mundialmente alarmante, posto o quê, aproximadamente 246 milhões de crianças e jovens são vítimas de violência anualmente (UNESCO, 2019). A incidência mais significativa ocorre entre estudantes de 11 a 15 anos, especialmente nos anos finais do ensino

fundamental. Conforme avançam o ensino médio, essas práticas de violência tendem a diminuir, embora o cyberbullying tenha demonstrado um aumento preocupante nessa fase (*Ibidem*, 2019).

Este artigo tem como objetivo sistematizar a literatura relevante para compreensão e aprofundamento do fenômeno do bullying e cyberbullying, abrangendo tanto suas formas convencionais, como agressão física e verbal, quanto às novas manifestações no ambiente virtual. O estudo é fundamentado pela necessidade urgente de compreender o fenômeno para explorar suas características e dinâmicas, visando obter uma visão abrangente sobre suas implicações e influência na saúde mental dos jovens afetados, conforme estudos recentes. Ademais, realiza uma análise das políticas e legislações nacionais vigentes concernentes a ações de combate e prevenção do bullying nas escolas brasileiras e, especialmente, nas escolas paraibanas.

Este artigo é decorrente de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e foi desenvolvido no âmbito da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV) (www.ufpb.br/riev), sendo estruturado com esta Introdução, Metodologia, Estado do Conhecimento e Considerações Finais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo possui taxonomia exploratória e constitui-se de pesquisa bibliográfica, para o mapeamento e sistematização do estado do conhecimento nas bases de dados do Google Scholar, SciELO, Repositório Digital BDTD UFPB e Portal de Periódicos da CAPES, e de pesquisa documental, integrando consultas a bancos de dados e a legislações vigentes, consoante pressupostos metodológicos descritos por Brennand *et al.* (2012).

Mapeamento do Estado do Conhecimento

O mapeamento e a sistematização da literatura nacional relevante foram realizados com observância a duas etapas: a primeira etapa, concernente ao mapeamento em bases de dados científicas, quais sejam: Google Scholar, SciELO, Repositório Digital BDTD UFPB e Portal de Periódicos da CAPES; a segunda etapa, compreendendo sites especializados e bancos de

dados sobre a temática, a saber: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ato contínuo, foram adotados os seguintes descritores: Bullying (D1); Cyberbullying (D2); Legislação (D3); Agressões (D4); Paraíba (D5), apresentando-se o seguinte panorama de publicações nacionais nos últimos cinco anos (2018 a 2023), com ênfase em artigos de revisão.

Tabela 1 - Panorama da literatura nacional por descritor e por base de dados de 2018 a 2023

Base de dados	D1	D2	D3	D4	D5
SciELO	112	7	481	32	189
Google Scholar	836	187	6.010	1.430	5.880
BDTD	102	26	2.107	283	6.455
CAPES	374	66	1.996	48	4.678

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quando utilizados operadores booleanos, para fins de combinação de descritores, a exemplo de D1+D5, D2+D5 e D1+D2+D5, os resultados encontrados foram 150, 35 e 21, respectivamente, na base de dados do Google Scholar. Com relação aos documentos especializados, foram utilizados Relatório da UNESCO, Anuário de Segurança Pública do Brasil e Atlas da Violência.

O procedimento utilizado para a seleção final dos artigos deu-se através da leitura, triagem e análise dos metadados dos documentos contendo títulos e resumos. Artigos que não abordavam especificamente os temas propostos ou que tinham uma dimensão muito geral foram excluídos da análise. Destaca-se que os estudos de Maldonado (2011), Priotto (2009) e Lopes Neto (2005) foram acrescentados ao final do mapeamento em função da relevância no relatório de indexação da base de dados Scholar Google.

Quadro 1 - Trabalhos selecionados na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar

TÍTULO	AUTOR	ANO
O Fenômeno do bullying e seus impactos na comunidade escolar: uma revisão bibliográfica.	Santos, Marconi Edson dos.	2023
Consequências do Bullying na Saúde Mental dos Adolescentes no Contexto Escolar: Revisão narrativa.	Da Silva, Marcos Vinicios Ramos.	2022
Cyberbullying no contexto escolar: a percepção dos professores.	Flôres, Fabrine Niederauer *et al.*	2022
O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental.	Pereira, Edgar Abrahão; Fernandes, Grazielli; Dell'Aglio, Débora Dalbosco.	2022
(Ciber) Bullying: revisão sistemática da literatura.	Gonçalves, Vitor; VAZ, Cátia.	2021
Bullying em debate.	Fante, Cléo; Prudente, Neemias Moretti.	2018
Bullying nas escolas.	Silva, Ludimila Oliveira.	2018
Bullying e cyberbullying: o que fazemos com o que fazem conosco.	Maldonado, Maria Tereza.	2011
Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola.	Priotto, Elis Palma; Boneti, Lindomar Wessler.	2009
Bullying: comportamento agressivo entre estudantes.	Lopes Neto, Aramis A.	2005

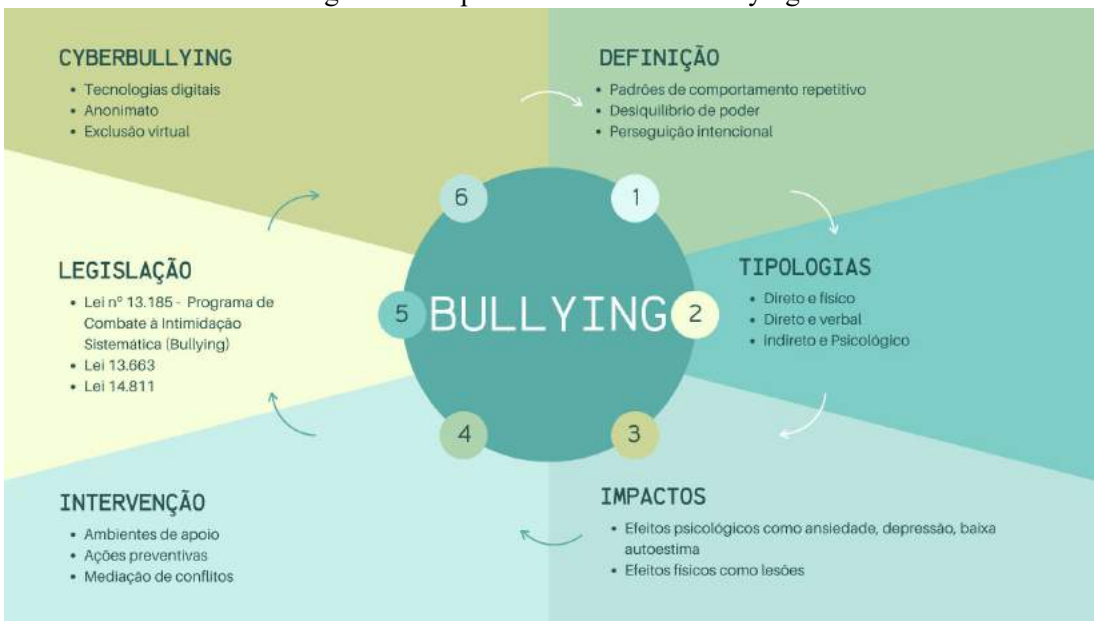
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DA LITERATURA NACIONAL

O referencial teórico da presente pesquisa engloba as principais discussões teóricas e a trajetória de publicações relevantes dentro do recorte temático estudado de bullying e cyberbullying. Tem-se como objetivo, a partir deste ponto, sistematizar os conceitos de

violência escolar, bullying e cyberbullying e as principais legislações vigentes. A Figura 1 ilustra o mapa conceitual que guia a sistematização do estado do conhecimento ora apresentado.

Figura 1 - Mapa Conceitual sobre Bullying



Fonte: Elaborado pelos autores (2024) com base em Oliveira-Menegotto; Pasini; & Lewandowski, 2013; Silva, 2010; Fante, 2005; Martins, 2005.

Neste sentido, destaca-se, a partir da Figura 1, as perspectivas principais que direcionam à atenção ao bullying e ao fenômeno da violência no contexto escolar como uma preocupação crescente nos sistemas educacionais, considerando definições, tipologias, impactos, intervenções, legislações e a abrangência do cyberbullying dentro de uma sociedade que reproduz desigualdades sociais e culturais, cuja violência potencializa-se como fruto dessas desigualdades que os alunos vivenciam tanto offline (bullying) e online (cyberbullying), quer seja dentro e/ou fora da escola.

Violência Escolar

O conceito de violência escolar e suas diversas manifestações podem ser abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas. Priotto (2009) define violência escolar como todos os

atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros que ocorrem por ou entre a comunidade escolar. Esse fenômeno é multidisciplinar e abrange várias formas de manifestações como agressão física, psicológica, vandalismo, incivilidade, entre outros, e que a análise precisa ser feita observando situações como os variados contextos e agentes que podem fazer parte.

Além disso, a UNESCO (2019) categoriza a violência escolar em quatro tipos principais: física, psicológica, sexual e bullying. A violência física abrange qualquer forma de agressão com a intenção de causar dor ou desconforto, incluindo o castigo físico e o bullying corporal, tanto por adultos quanto por outras crianças.

> A violência física inclui a agressão verbal e o abuso emocional, que se manifestam nos atos de isolar, rejeitar, ignorar, insultar, difamar, contar mentiras, xingar, ridicularizar, humilhar e ameaçar e também na forma do castigo psicológico. Este último, envolve tipos de castigo que não são físicos, mas que humilham, difamam, elegem um bode expiatório, ameaçam, assustam ou ridicularizam a criança ou o adolescente.(UNESCO, 2019, p. 14)

A violência psicológica busca humilhar e isolar a vítima por meio de abuso emocional ou verbal. Esse tipo de violência pode se manifestar através de insultos, ameaças, chantagens, onde o agressor busca usar palavras para agredir a vítima, em prol de desmoralizar a mesma. A violência sexual “inclui intimidação de natureza sexual, assédio sexual, contato corporal indesejado, coerção sexual e estupro, e afeta meninas e meninos.” O bullying se diferencia desses outros tipos de violência por seguir um padrão de comportamento que tende a ser agravado caso não seja devidamente abordado. Ele é caracterizado por atos agressivos repetidos contra uma vítima específica, em uma situação de desequilíbrio de poder, onde a vítima se sente vulnerável.

Bullying e Cyberbullying

Embora o conceito de bullying não seja novo, sua visibilidade tem aumentado significativamente nas últimas décadas. As pesquisas contemporâneas destacam-no como um problema de extrema relevância no contexto escolar, dada sua capacidade de influenciar não apenas as relações interpessoais, mas também a saúde mental e o desempenho acadêmico das vítimas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura(UNESCO,

2019, p.15) define bullying como "comportamento intencional e agressivo recorrente contra uma vítima, em uma situação em que há um desequilíbrio real ou percebido de poder e as vítimas se sentem vulneráveis e impotentes para se defender".

Outra definição de bullying, conforme proposta por Fante (2018), define-o como um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, sem uma motivação clara, adotada por um ou mais indivíduos contra os outros, resultando em dor, angústia e sofrimento. Essas atitudes podem incluir insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações humilhantes, acusações injustas e ações de grupos que hostilizam, levando à exclusão social, bem como causando danos físicos, morais e materiais. Essa definição destaca a gravidade e a diversidade das manifestações do comportamento do bullying.

Lopes Neto também se debruçou sobre esse fenômeno e traz a seguinte contribuição:

> Bullying compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder. Essa assimetria de poder associada ao bullying pode ser conseqüente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes. (LOPES NETO, 2005, p.165)

Com o avanço das tecnologias modernas e a crescente dependência das pessoas em diversos dispositivos eletrônicos e na internet, as barreiras geográficas foram significativamente reduzidas. Agora é possível se comunicar com indivíduos do outro lado do mundo em questões de segundos, ou seja, por meios de mensagens, chamadas de voz ou vídeo. Embora essas inovações tenham trazido muitas conveniências, também trouxeram consigo alguns problemas sociais que antes estavam presentes apenas no mundo físico, mas que agora também se manifestaram no ambiente virtual.

Uma forma emergente de bullying, chamada cyberbullying, tem sido observada com frequência crescente no mundo. O cyberbullying pode envolver postagens indevidas nas redes sociais, ameaças via mensagens, entre outros, com o intuito de assediar e atingir outro indivíduo por meio de plataformas digitais. De acordo com Maldonado (2011, p.3):

> É mais terrível do que o bullying, porque a perseguição é implacável, podendo chegar a 24 horas por dia nos sete dias da semana. A pessoa é atacada por mensagens de texto ou de voz no celular, filmada ou fotografada secretamente em situações constrangedoras que podem ser colocadas na rede. (MALDONADO, 2011. p.3)

No contexto do cyberbullying, ataques destrutivos podem ocorrer sem a necessidade de repetição. Isso se deve ao elemento adicional de rapidez com que as mensagens podem se propagar, atingindo proporções enormes em questão de minutos. Esse fenômeno pode resultar

em efeitos devastadores para as vítimas, uma vez que a mensagem se espalha rapidamente e pode alcançar uma grande quantidade de pessoas em pouco tempo. (MALDONADO, 2011, p.3)

Tipologias

Existem vários tipos de bullying, cada um caracterizado por diferentes formas de agressão e manipulação. De acordo com Silva (2018), o bullying possui três formas de manifestação: a forma direta, indireta e psicológica. A forma direta se configura quando há uma agressão física, como chutes, socos, empurrões e muitas vezes há casos de roubos de pertences da vítima. A indireta é quando há uma agressão verbal, como xingamentos, difamação, apelidos, entre outros, causando uma exclusão do indivíduo. A psicológica é a junção da direta e indireta, pois é como uma consequência que fica nas vítimas, causando consequências destrutivas como isolamento, depressão, etc. Por outro lado, o cyberbullying é propagado através da utilização de tecnologias de informação e comunicação, tais como as redes sociais (facebook; twitter), o telefone, ou qualquer outra via eletrônica, de forma sistemática e com a intenção de malefício ao outro (Gonçalves, 2021).

Legislação Brasileira

No Brasil, ainda há uma escassez de legislações direcionadas ao bullying e cyberbullying, especialmente quando levamos em conta a grande população do país e a relevância internacional do tema. Embora esse fenômeno seja um problema significativo que afeta milhões de estudantes em todo o país, as políticas e leis existentes ainda não abordam adequadamente essa questão complexa. A existência de apenas algumas leis específicas sobre o assunto reflete uma lacuna significativa no arcabouço legal brasileiro para lidar com esse problema.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece várias garantias e medidas de proteção para a promoção do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. O bullying, caracterizado por comportamentos agressivos e discriminatórios, viola de forma clara o respeito e a dignidade das vítimas, infringindo os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse contexto, o artigo 5º destaca:

> Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990).

Baseando-se nos princípios fundamentais do estatuto, é evidente que o bullying nunca pode ser negligenciado ou visto como simples brincadeiras, pois isso pode se tornar comportamentos agressivos e antissociais, deixando sequelas profundas. Reconhecendo essa urgência, a Lei nº 13.185, publicada em 6 de novembro de 2015, foi a primeira lei que abordou a questão do bullying, instituindo o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo território nacional. Composta por oito artigos, a lei aborda a caracterização do bullying, sua classificação, os objetivos do programa e os deveres da instituição de ensino em relação a esse tema. Em relação ao bullying, a lei fala que:

> [...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015)

Apresenta também uma classificação abrangente de todas as formas possíveis de agressão:

> Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:
> I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
> II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
> III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
> IV - social: ignorar, isolar e excluir;
> V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
> VI - físico: socar, chutar, bater;
> VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
> VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social. (BRASIL, 2015)

A Lei 13.185 também apresenta a definição de cyberbullying, em seu artigo 2º, parágrafo único, como o uso dos meios eletrônicos específicos para depreciar, incitar violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar situações de constrangimento pessoal. (BRASIL, 2015)

A Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017, representa um avanço significativo ao normatizar e organizar o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítimas ou testemunhas de violência. Essa legislação também “cria mecanismos para prevenir e coibir a violência [...] e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em

situação de violência" (BRASIL, 2017). Entre as formas de violência abordadas pela lei, está o bullying, mencionado no art. 4º, inciso II, como violência psicológica.

A Lei 13.663, sancionada em 14 de maio de 2018, modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao incluir, no seu artigo 12º, uma nova atribuição para os estabelecimentos de ensino, "a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino" (BRASIL, 2018). Essa inclusão destaca a importância atribuída à educação como um instrumento fundamental de formação de cidadãos responsáveis, ao tornar obrigatória a implementação de estratégias de combate ao bullying nas escolas.

A Lei 14.811, promulgada em 12 de janeiro de 2024, institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). No Código Penal, no capítulo que trata dos crimes contra a vida, a lei em questão inclui uma circunstância qualificadora no artigo 121, parágrafo 2º-B, inciso III estabelecendo o aumento em dois terços da pena de homicídio quando o crime é cometido contra menor de 14 anos em uma instituição de educação básica pública ou privada. A lei também acrescenta o artigo 146-A ao Código Penal, tipificando a prática de bullying e cyberbullying.

> Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais. (BRASIL, 2024)
> [...]
>
> Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real. (BRASIL, 2024)

Essa medida representa um avanço significativo na legislação, proporcionando uma abordagem específica para lidar com essa forma de violência, e contribuindo para a proteção das vítimas.

Legislação Estadual da Paraíba

No âmbito estadual, foi possível localizar algumas iniciativas que contemplam a promoção de medidas de combate ao bullying, complementando as iniciativas nacionais. Desde 2008, há uma legislação estadual que contempla esse tema. A Lei nº 8.538 autoriza o poder executivo a instituir o programa de combate ao bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do estado da Paraíba. O Art. 5º da lei estabeleceu os objetivos do programa.

> Art. 5º São objetivos do Programa;
> I – prevenir e combater a prática de bullying nas escolas;
> II – capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
> III – incluir, no Regimento Escolar, após ampla discussão no Conselho de Escola, regras normativas contra o bullying;
> IV – esclarecer sobre os aspectos éticos e legais que envolvem o bullying;
> V – observar, analisar e identificar eventuais praticantes e vítimas de bullying nas escolas;
> VI – discernir, de forma clara e objetiva, o que é brincadeira e o que é bullying;
> VII – desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização com a utilização de cartazes e de recursos de áudio e audiovisual;
> VIII – valorizar as individualidades, canalizando as diferenças para a melhoria da auto-estima dos estudantes;
> IX – integrar a comunidade, as organizações da sociedade e os meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao bullying;
> X – coibir atos de agressão, discriminação, humilhação e qualquer outro comportamento de intimidação, constrangimento ou violência; XI – realizar debates e reflexões a respeito do assunto, com ensinamentos que visem à convivência harmônica na escola;
> XII – promover um ambiente escolar seguro e sadio, incentivando a tolerância e o respeito mútuo;
> XIII – propor dinâmicas de integração entre alunos e professores; XIV – estimular a amizade, a solidariedade, a cooperação e o companheirismo no ambiente escolar;
> XV – orientar pais e familiares sobre como proceder diante da prática de bullying;
> XVI – auxiliar vítimas e agressores.

No ano de 2021, o Plenário da Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou o projeto de lei 12.031, de 30 de agosto de 2021, denominada Lei Lucas Santos, que estabelece o Dia Estadual de Combate ao Cyberbullying e o monitoramento de ofensas na internet. O Art. 1º da lei estabelece:

> O Programa Estadual de Combate ao Cyberbullying Lucas Santos, o qual consiste em ações educativas direcionadas ao público escolar, com ênfase nos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede pública estadual e privada. (Paraíba, 2021)

Essa lei foi proposta em resposta ao caso de suicidio do filho da cantora Walkyria Santos, que foi alvo de cyberbullying nas redes sociais após postagem de um vídeo com um amigo. De acordo com o site da Assembleia Legislativa da Paraíba:

> O projeto aprovado propõe ações educativas direcionadas aos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede pública estadual e privada para orientá-los como agir

> diante dos maus tratos cybernéticos. A lei ainda assegura às vítimas de cyberbullying acesso prioritário aos serviços públicos de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios. (Assembleia Legislativa, 2021)

Em 2021, a Secretaria de Estado da Educação lançou dois editais de Educação Especial para formação no curso "Prevenção e Intervenção ao Bullying: Respeito é Bom, Bullying é Crime!", por meio do programa PARAIBATEC, em parceria com a Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão (GEDI). Os editais eram direcionados aos profissionais da rede estadual de educação, oferecendo 4 mil vagas para cursistas e 14 vagas para professores de rede que atuarão como tutores, recebendo remuneração por hora/aula. O secretário de educação, Cláudio Furtado, enfatizou a relevância do curso na prevenção e combate ao bullying.

> O bullying está presente no dia a dia de nossas escolas e temos que nos empenhar no combate e prevenção para que nossas crianças e jovens que convivem nas escolas não sofram esse abuso. Essa formação se dará por meio do PARAIBATEC de forma remota para os profissionais da Educação da Rede Estadual, com o objetivo de criar uma cultura anti-bullying. É essencial que a Rede Estadual incorpore essas ações e nisso a Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão tem trabalhado bastante, promovendo os direitos da criança e do adolescente e a inserção de todas as pessoas no ambiente escolar.

No ano de 2024, a lei 13.021/2023, proposta pelo deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, Adriano Galdino, foi sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de janeiro de 2024 onde o cyberbullying se tornou um tema obrigatório a ser discutido durante eventos festivos e esportivos realizados na Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo buscar na produção científica brasileira estudos sobre o bullying e cyberbullying com foco na educação, dentro do recorte temporal dos últimos cinco anos, para assim poder compreendê-los nas suas diversas manifestações. O estudo sobre esse fenômeno e de suas diversas tipologias revelou a complexidade e a gravidade do mesmo no contexto educacional nacional.

O bullying no espaço escolar é um problema sério que vem se agravando, e a falta de preparo dos profissionais de educação, devido a insuficiente formação e conhecimento sobre o tema, contribui para a negligência e banalização desse fenômeno. As instituições escolares, que deveriam ser espaço de socialização e aprendizado, acabam por muitas vezes reproduzindo essas dinâmicas prejudiciais.

Inobstante a existência de leis em âmbito nacional e estadual que visam combater e prevenir essas práticas, sua aplicação no cotidiano acaba por enfrentar alguns desafios. Essas leis deveriam ter um impacto direto e significativo no ambiente escolar, porém sua implementação é muitas vezes insuficiente, revelando assim uma lacuna entre a legislação e a prática educativa.

Portanto, é necessário intensificar as pesquisas sobre esse tema para aprofundar a compreensão da sua complexidade e, assim, desenvolver estratégias de enfrentamento e prevenção mais eficazes. A investigação, de modo constante, permitirá identificar de forma mais incisiva, causas, padrões e consequências do bullying e do cyberbullying. Além disso, é necessário desenvolver estratégias mais eficazes de monitoramento, bem como incluir nos currículos de formação de professores o estudo aprofundado sobre essa temática. A integração desse tema na formação inicial e continuada dos professores é essencial para promover um ambiente educacional seguro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (2005). Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: **UNESCO no Brasil.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265POR.pdf.

BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 35-44, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 2 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. **Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024.

BRENNAND, Eládio José de Góes; MEDEIROS, José Washington de Morais; FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. Metodologia científica na educação a distância. **João Pessoa: Editora Universitária da UFPB**, 2012.

CAMPOS, M. O Cyberbullying. Natureza e Ocorrência em Contexto Português. Dissertação de Mestrado. ISCTE – IUL, 2009.

CARVALHOSA, S. F. Prevenção da Violência e do Bullying em Contexto Escolar. Lisboa: **Climepsi Editores**, 2010.

CHARLOT, B. (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, 4(8), 432-443.

ESPINHEIRA, F.; JÓLLUSKIN, G. Violência e bullying na escola: um estudo exploratório no 5º ano de escolaridade. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, p. 106-115, 2009.

FANTE, Cléo; PRUDENTE, Neemias Moretti. **Bullying em debate**. Editora Paulinas, 2018.

FRICK, L. T. **As relações entre os conflitos interpessoais e o bullying: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental de duas escolas públicas.** Dissertação de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista, 2011.

GONÇALVES, Vitor; VAZ, Cátia. (Ciber) Bullying: revisão sistemática da literatura. **Revista EducaOnline**, v. 15, n. 1, p. 192-214, 2021.

LOPES NETO, Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, p. s164-s172, 2005.

MALDONADO, Maria Tereza. Bullying e cyberbullying: o que fazemos com o que fazem conosco. São Paulo: **Moderna**, 2011.

PARAÍBA. Lei n.º 8.538, de 07 de maio de 2008. **Institui o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba.** João Pessoa: Assembleia Legislativa, [2008]. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais.

PEREIRA, Edgar Abrahão; FERNANDES, Grazielli; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e249984, 2022.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Rev. Diálogo Educ**, p. 161-179, 2009.

SANTOS, Marconi Edson dos. O Fenômeno do bullying e seus impactos na comunidade escolar: uma revisão bibliográfica. 2023.

UNESCO. **Relatório Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. Disponivel em: https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia_escolar_bullying_unesco.pdf

DESAFIOS NA APLICABILIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE EM SOBRAL - CE[1]

Julia Beatriz Faustino Moura [2]
Cleverson Felipe da Silva Ferreira [3]
Júlia Masullo Fernandes [4]
Francisco Natanael Lopes Ribeiro [5]
Isabelle Melo Rocha [6]

RESUMO

As experiências a partir de um estágio não obrigatório no fórum José Saboia de Albuquerque em Sobral – CE e o estágio supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) no eixo das medidas socioeducativas em meio aberto foram determinantes na escolha do objeto de pesquisa. A problemática deste estudo partiu da percepção da resistência das instituições quanto ao recebimento dos adolescentes na medida de Prestação de Serviço à Comunidade. Deste modo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os desafios na aplicação da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade no Município de Sobral - CE. A pesquisa é de caráter qualitativa e bibliográfica, aprovada pelo parecer de nº 3.389.947. Para a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada e anotações do diário de campo. Ao longo dessa pesquisa, ao apresentar o percurso histórico sobre os direitos das crianças e juventudes no Brasil, reconhecemos que diferentes transformações ocorreram, tendo de início um caráter coercitivo e perpassando para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) como uma conquista para as crianças e adolescentes. Durante o estudo, foi possível observar as fragilidades no diálogo entre as instituições entrevistadas, o que acaba dificultando o entendimento da operacionalização e o caráter pedagógico das Medidas Socioeducativas para os profissionais inseridos nas instituições acolhedoras, fazendo com que a Prestação de Serviço à Comunidade se torne uma medida imposta ao adolescente, sendo algo que não compete à aptidão do jovem.

Palavras-chave: Juventude, Medida Socioeducativa, Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Medidas Socioeducativas são aplicáveis aos adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no seu art.112. O Juiz da Infância e da Juventude é o competente para proferir sentenças

[1] Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso Graduação de Serviço Social.

[2] Graduada do Curso de Serviço Social do Centro Universiário UNINTA-CE, juliabeatriz.as@gmail.com;
[3] Mestre do Curso Ensino na Saúde da Universidade Estadual do Ceará – UECE-CE, felipe.ferreira@uninta.edu.br;
[4] Graduada em Psicologia da Faculdade Ari de Sá - CE, juliamusullofas@gmail.com;
[5] Especialista em Saúde Mental da Universidade Estadual Vale do Acaraú -CE, fnlribeiro@gmail.com;
[6] Professora orientadora: Mestre em Saúde da Família (UFC-CE), Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade 5 de Julho – CE, belmrocha2@hotmail.com.

socioeducativas após análise da capacidade do adolescente de cumprir a medida, das circunstâncias do fato e da gravidade da infração.

As medidas se dão da seguinte forma: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; internação em estabelecimento socioeducativo. Dada a amplitude das medidas socioeducativas, optamos por focalizar a pesquisa na investigação das medidas em meio aberto designada Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) são considerados documentos que representam um marco no processo de ruptura com a lógica punitiva e repressiva destinada à população infanto-juvenil no Brasil.

As medidas socioeducativas de liberdade assistida (LA) - e de prestação de serviços à comunidade (PSC) - fazem parte de um conjunto de Medidas Socioeducativas cujo cumprimento é realizado em meio aberto, ou seja, sem que haja contenção da liberdade do adolescente, mantendo-o em seu ambiente familiar e comunitário. Ambas estão previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - e são aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais e devem ser acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (Brasil, 2009).

Sendo assim, são consideradas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto as medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida que possuem como intenção primeira a superação do caráter privativo de liberdade.

A razão em discutir esse assunto ocorre a partir de um estágio não obrigatório realizado no Fórum José Saboia de Albuquerque, localizado na cidade de Sobral Ceará, onde tivemos a oportunidade de assistir às audiências dos adolescentes que estavam internados no Centro Socioeducativo Zequinha Parente, que trabalha com a Medida de internação, e, agora tendo o privilégio de fazer o estágio supervisionado I,II e III (CREAS) no mesmo município, observamos que este acompanha as medidas socioeducativas em meio aberto, ou seja, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Essas experiências foram determinantes para a escolha deste objeto de pesquisa.

A problemática deste estudo partiu da percepção da resistência das instituições quanto ao recebimento dos adolescentes na medida de Prestação de Serviço à Comunidade. Para além da não aceitação, os profissionais visam a inserção desses adolescentes em serviços de

jardinagem e outras atividades as quais não competem às suas habilidades. Como estudantes do curso de Serviço Social e no estagiário das Medidas Socioeducativas, pudemos observar, após a realização de visitas a instituições diferentes, que situações como as presenciadas constituem-se num padrão.

Segundo o Estatuto da criança e adolesceste previsto em seu Art. 112, a prestação de serviços à comunidade é realizada através de atividades gratuitas, por um período de seis meses junto a entidades públicas, como escolas, centros de saúde da família, centros de referência em assistência social conforme a aptidão do adolescente, ressaltando seu efeito pedagógico sobre cada ação desenvolvida sob a orientação de uma pessoa designada a acompanhar e a oportunizar ao adolescente a participar de outras atividades laborativas profissionalizantes.

Contudo, o objetivo geral da pesquisa é analisar os desafios na aplicação da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade no Município de Sobral - CE. Portanto a pesquisa foi de caráter qualitativo que teve por objetivo trabalhar com um misto de significados que envolvem valores, atitudes, motivos, aspirações, crenças, entre outras percepções, sendo um universo correspondendo a um espaço mais profundo no bojo das relações, processos e fenômenos, que de certa forma não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003).

METODOLOGIA

A pesquisa organizou-se dentro de uma abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Através da abordagem qualitativa pudemos compreender os significados dos sujeitos, aos poucos, na revelação de cada fala, a cada interrogação.

Para a construção deste estudo, foi preciso recorrer à pesquisa bibliográfica trazendo um resgate histórico do direito da criança e da juventude no Brasil, perpassando pela construção sociológica da juventude e as culturas juvenis, juventude e violência. Segundo (Gil 2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para análise e discussão das informações, utilizar-se-á a análise temática de acordo com Minayo e Deslandes (2011).

Os participantes envolvidos na pesquisa atuam como coordenador e diretores das instituições aptas a receberem os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, tendo um total de 04 participantes. A pesquisa foi aprovada pelo parecer de nº 3.389.947, do comitê de ética do Centro Universitário - UNINTA, no dia 13 de junho de 2019.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa foi dividida em três capítulos: no primeiro é apresentado a trajetória histórica dos direitos da infância e juventude, sendo necessário fazer um resgate dos códigos de 1927, percorrendo o código de 1979 (bem como explicitando as conquistas de direitos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/90) e finalizando com a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Oliveira, 2014),

Segundo Zanella e Lara (2015), o Código Mello Mattos de 22 de outubro de 1927 era composto por 231 artigos divididos em duas partes, denominadas de Parte Geral e Parte Especial. No Capítulo I da Parte Geral, a Lei específica ou objeto do atendimento menciona que: “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código (Artigo 1º)”. Ou seja, eram objeto da lei e das medidas de assistência e proteção social, às crianças e aos adolescentes, que, possuíssem menos de 18 anos, fossem abandonados ou delinquentes.

O segundo capítulo é destinado a conhecer a construção sociológica da juventude, sendo necessário abordar sobre o conceito de juventude e as culturas juvenis e juventude e violência. Para Pais (1990), a juventude histórica e socialmente é/foi encarada como uma das fases de vida apontada por uma certa instabilidade associada a determinados certos problemas sociais, se os jovens não se esforçam por contornar esses problemas, acabam correndo mesmo riscos de serem apelidados de irresponsáveis ou desinteressados.

Importante destacar que a juventude não é um conceito que está definido, sendo tal definição estudada por vários estudiosos e compreendendo muitos conceitos, que refletem uma histórica representação específica dessa população, e, diferentemente da adolescência que tem sido delimitada pela faixa etária estabelecida no ECA (Lei nº 8069/90) como o período que compreende de 12 a 18 anos incompletos.

O terceiro capítulo apresenta a realização da pesquisa em campo, ou seja, as considerações finais, que tece reflexões acerca das principais contribuições da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho guiou-se pela análise temática de acordo com Minayo (2014), como mencionado na metodologia. Deste os resultados obtidos, foram encontradas três categorias temáticas: 1ª - Compreensão das Medidas Socioeducativas; 2ª - A inserção dos adolescentes nas atividades institucionais e; 3ª - Parceria entre o CREAS e as instituições acolhedoras.

Portanto, neste artigo traremos apenas relatos da 1ª categoria, observamos o que os sujeitos envolvidos entendem por MSE e a PSC. Para a diretora 1 da Estação Juventude, a MSE se caracteriza por "medidas socioeducativas como uma forma de ressocializar esse jovem, para que ele não venha mais à reincidência, e, dependendo da forma de como se é trabalhado, de extrema importância." Para a diretora 2, tivemos o seguinte depoimento: "Acho que é um instrumento bem interessante da justiça, porque é uma forma de verificar a gravidade do ato e tentar, de certa forma, colocar essa pessoa que cometeu o ato, e dar uma oportunidade de verificar, analisar o que fez de errado e para não reincidir".

Já o coordenador 2 da Escola EEMTI MJGFG diz "Assim, a gente levando ao pé da letra, eu creio que seria aquelas medidas que tem como objetivo a recuperação daquele adolescente infrator e que essa medida seja feita no meio da sociedade, no ambiente saudável, que proporcione essa reinserção do adolescente na sociedade"

Para os participantes da pesquisa, as MSE têm como objetivo a ressocialização dos adolescentes. Moreira, Guerra e Drawin (2016) afirmam que o ECA prevê a doutrina de proteção integral e defende uma ideia de que tenha uma intervenção com o adolescente em conflito com a lei e apresente um mecanismo efetivo de reinserção social e de garantia de direitos. Neri (2012) afirma que para se alcançar uma ressocialização, é necessário que o adolescente seja acolhido sem preconceitos pela sociedade de que faz parte e que tenha as mesmas chances que os demais jovens, sendo necessário um bom convívio social, desprovido de discriminação.

No momento das entrevistas, após os relatos, tivemos a oportunidade de explicar sobre os seis tipos de medidas, e a maneira como elas são sentenciadas, pois um dos participantes (coordenador 2), ao se iniciar a primeira pergunta, relatou que não saberia responder, pois era

uma área do serviço social. Entretanto, há vários profissionais trabalhando nas MSE de diferentes áreas.

O coordenador 2 da Escola MJGFG opinou ainda sobre MSE da seguinte maneira:

> Eu vejo também assim: que no Brasil, quer seja para criança e adolescente, quer seja pra adultos, existe uma certa promiscuidade, mistura todo mundo. No caso do adulto, aquele marginal letal, perigoso [é misturado] com um que cometeu um crime de pequena proporção. Observando a questão do adolescente, se dá isso também. O que acontece é que, no senso comum, se falando no dia a dia, as instituições se tranformam em verdadeiras faculdades do crime. Se estabelecermos essa comparação nas penitenciárias ou nos centros socieducativos, essa mistura, que é danosa, é também uma certa deficiência nos dois sistemas.

A partir das concepções do coordenador 2, deve-se separar os adolescentes, diferenciando-os de acordo com o crime cometido. Ao definir os centros socioeducativos por "faculdades do crime" – pois, em diálogo, ainda relata que fica pensando sobre o que é oferecido para esses adolescentes dentro dos centros -, ele traz a discussão sobre a superlotação dos centros socioeducativos e das penitenciárias, referindo-se aos adultos.

Nos faz refletir sobre a falta de informação sobre as propostas pedagógicas que são oferecidas de acordo com o SINASE (2006). A natureza sociopedagógica das medidas tem em vista que sua execução esteja condicionada à garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas que visem à formação da cidadania, tendo sua operacionalização na perspectiva ético-pedagógica.

Embora os participantes da pesquisa entendam que as medidas socioeducativas são um meio de ressocialização para os adolescentes autores de ato infracional, foi possível observar através das falas e expressões de alguns entrevistados que ainda existe um pré-julgamento desse jovem, refletido mediante expressões como: "que aquela pessoa que cometeu um crime, ela está com uma deficiência".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, ao apresentar o percurso histórico sobre os direitos das crianças e juventudes no Brasil, se reconhece as diferentes transformações pelas quais essa

medida constitucional passou, tendo de início um caráter coercitivo e perpassando para o ECA como uma conquista para as crianças e adolescentes.

Portanto, a realização do estudo, mormente durante as entrevistas nas instituições, permitiu perceber e questionar algumas práticas dentro desse processo, como quando uma das instituições menciona que as medidas socioeducativas são para "ressocializar" o adolescente, e ao se tentar inserir nessas instituições um desses jovens para que se cumpram suas medidas, uma perceptível resistência ao ato é contemplada. Assim, novos questionamentos despontam, gerando reflexões sobre o processo da execução das medidas em meio aberto.

Também é possível observar que há uma fragilidade de diálogo entre as instituições entrevistadas e o CREAS, o que acaba dificultando o entendimento da operacionalização e o caráter pedagógico das MSE para os profissionais inseridos nas instituições que podem e devem receber os adolescentes.

Esse acolhimento, todavia, acaba por se tornar uma espécie de trabalho em imposição, embora se tenha um discurso de "ressocialização" enquanto se usa ao mesmo tempo o termo "pena", trazendo uma comparação para um trabalho obrigatório a quem cometeu algo de "errado" e está reconhecido na sociedade de forma estigmatizada. Nota-se ainda que nem sempre acontece de o adolescente escolher qual serviço vai realizar na instituição, sendo ele obrigado a aceitar os serviços com os quais não têm aptidão.

Outra percepção é o medo, por parte da sociedade, de ficar próximo ao adolescente que cometeu algum tipo de ato infracional, conforme os relatos de profissionais, o que por vezes acaba dificultando um cumprimento favorável da medida socioeducativa, pois é um grande desafio finalizar o processo de um adolescente de forma favorável em meio aberto, além do desafio inegável para as equipes técnicas do CREAS diante das temíveis reincidências.

Contudo, ao se referir às políticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, houve um grande avanço, como estabelece o ECA e SINASE, embora a experiência relatada durante o processo da pesquisa ainda permite observar alguns pensamentos de "crianças e adolescente em situação irregular" que nos fazem relembrar dos códigos anteriores de 1927 a 1979.

A pesquisa visou contribuir para a sociedade, desmistificando o olhar preconceituoso sobre os adolescentes, tendo em vista uma melhor aceitação destes dentro das instituições para cumprir medida de Prestação de Serviço à Comunidade. Sendo as medidas socioeducativas em

meio aberto um dos campos de atuação do Assistente Social, o assunto traz relevância para nossa trajetória profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE**/Secretaria Especial dos Direitos Humanos-Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL**. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. 14ºed. São Paulo: Hucitec, 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

Moreira, J. de O., Guerra, A. M. C., & Drawin, C. R.. (2017). Violência Juvenil e Medidas Socioeducativas: Revisão de Literatura. Psicologia: Teoria E Pesquisa, 33, e3337.

NERI, A. P. **A eficácia das medidas socioeducativas aplicadas ao jovem infrator. Barbacena:** UNIPAC. 2012

OLIVEIRA, Josiane Toledo. O código de menores Mello Mattos de 1927: a concepção de menor e de educação no período de 1927 a 1979. 44 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2014.

Pais, J. M. (1990). **A construção sociológica da juventude—alguns contributos. Análise social**, 139-165.

Zanella, Maria Nilvane, and Ângela Mara de Barros Lara. "**O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais: o nascimento da justiça juvenil**." *Angelus Novus* (2015): 105-128.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E SEGURANÇA ESCOLAR: Análise Comparativa dos Métodos IARA e Polya na Resolução de Problemas Relacionados a Ataques às Escolas

Rhafael dos Santos Gomes [1]

RESUMO

A Constituição brasileira garante o direito à educação e à segurança pública, visando um ambiente escolar seguro. No entanto, a violência em várias regiões do Brasil compromete esses direitos, transformando as escolas em alvos de ataques. Este estudo analisa a eficácia do policiamento comunitário, focando na Patrulha Escolar da Guarda Municipal em Ipojuca, como estratégia para melhorar a segurança escolar. O principal objetivo foi avaliar a implementação da Patrulha Escolar e sua relação com as escolas públicas, considerando a interação entre segurança pública e educação, e refletindo sobre as práticas da Patrulha do ponto de vista de professores e guardas. O estudo buscou fornecer subsídios para políticas públicas que promovam um ambiente escolar seguro. Os ataques às escolas no Brasil evidenciam a necessidade de políticas eficazes para proteger as escolas. A evolução do policiamento moderno, conforme descrito por Moore e Trojanowicz (1993) e Dias Neto (2003), é dividida em três eras: Política, Reforma e Solução de Problemas com a Comunidade, cada uma com suas características na segurança pública. A análise das estratégias de policiamento, conforme Kelling e Moore (1993), revela a importância da colaboração entre polícia e comunidade, alinhando-se aos métodos IARA e Polya, que enfatizam a compreensão dos problemas e a avaliação contínua das soluções implementadas. A pesquisa adota uma abordagem investigativa e documental, analisando documentos oficiais, estatísticas e observações diretas das atividades das guardas municipais. Os resultados mostram que a Guarda Municipal de Ipojuca tem adotado medidas eficazes, como a presença nas escolas, o uso de tecnologias de vigilância e treinamento especializado, resultando em reconhecimento e redução da violência. A experiência de Ipojuca demonstra como inovação e colaboração podem reduzir a violência e criar um ambiente mais seguro para o aprendizado.

Palavras-chave: Segurança escolar, Policiamento moderno, Método IARA e Polya.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil (CF 1988) garante o direito à educação e à segurança pública no Brasil, assegurando acesso e proteção nas escolas. No entanto, a violência compromete esses direitos, transformando escolas em locais de ataques. Este estudo analisa a Patrulha Escolar da Guarda Municipal em Ipojuca, investigando sua eficácia em promover segurança escolar. O estudo busca identificar a relação entre segurança pública e educação, refletir sobre práticas da Patrulha Escolar e fornecer material para políticas públicas.

[1] Mestre do Curso de Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernanbuco- UFPE, rhafael.gomes@ufpe.br.

Os desafios incluem a falta de coordenação governamental, continuidade das políticas, carência de profissionais especializados e despreparo dos docentes para lidar com questões sociais e legais. Também há problemas na formulação de políticas e na percepção da violência escolar como um problema exclusivamente policial.

A Lei Federal nº 13.022/2014 define funções da Guarda Municipal para melhorar a segurança local. A pesquisa é relevante no debate sobre a eficácia da intervenção policial nas escolas e a adequação das políticas públicas.

Segurança escolar envolve criar ambientes seguros para estudantes e funcionários. Incidentes trágicos, como os massacres de Realengo e Suzano, destacam a necessidade de medidas de proteção nas escolas. A evolução do policiamento moderno nos EUA reflete mudanças nas estratégias de segurança, das eras Política e Reforma à de Solução de Problemas com a Comunidade.

Kelling e Moore (1993) discutem estratégias de policiamento que podem ser relacionadas aos métodos IARA e Polya, destacando a importância de envolver a comunidade e de usar estratégias preventivas. A criação de parcerias e a implementação de tecnologias avançadas são pontos-chave para enfrentar a violência escolar de forma eficaz e adaptativa.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa se desenvolveu de maneira investigativa e abordagem documental, baseada em Gil (2020), com coleta de documentos oficiais, relatórios de segurança pública, planos municipais de segurança, legislações e estatísticas criminais e Revisão Bibliográfica com Estudo de artigos acadêmicos, livros e teses que abordam a gestão da segurança pública e a atuação das guardas municipais, para tal, buscou-se por uma bibliografia com análise de materiais disponíveis em portais de busca científica como SciELO, Portal Capes, classificar e fichar dados obtidos. Assim como, foram consultadas bases de dados como portarias e leis municipais e federais que versam sobre a temática.

Também realizamos a observação direta das atividades diárias das guardas municipais, incluindo patrulhamento, atendimento ao público e operações especiais. Entrevistas e Questionários: Realização de entrevistas com gestores municipais, comandantes das guardas municipais e membros da comunidade para obter perspectivas diversas sobre a eficácia e os desafios enfrentados. Análise de Dados, como Estatísticas Criminais, Utilização de dados

estatísticos para identificar tendências e áreas críticas que necessitam de intervenção, Indicadores de Desempenho: Avaliação dos indicadores de desempenho das guardas municipais para medir a eficácia das ações implementadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo "Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes" da Revista Brasileira de Segurança Pública investiga as influências da vitimização dentro e fora da escola na legitimidade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras dos adolescentes. Adolescentes que sofrem violência na escola tendem a legitimar menos a autoridade dos professores e têm maiores chances de se engajar em comportamentos de quebra de regras. Estudantes autodeclarados pretos, meninos e de escola pública são mais sujeitos à vitimização tanto no bairro quanto na escola. Um ambiente escolar livre de violências pode reduzir o impacto da violência no bairro sobre as relações com os professores e os comportamentos dos adolescentes.

No estudo de Kelling e Moore (1993), "A Evolução da Estratégia de Policiamento", são discutidas diversas estratégias de policiamento relacionadas aos métodos IARA e Polya. Os autores destacam a importância de envolver a comunidade na resolução de problemas de segurança pública, alinhando-se ao método IARA, que enfatiza a análise e a resposta adaptativa aos problemas locais de violência. A obra também sublinha a necessidade de estratégias preventivas em vez de reativas, um princípio central do método Polya.

Os métodos IARA e Polya compartilham uma abordagem sistemática para a resolução de problemas, embora sejam aplicados em contextos diferentes. O método IARA, focado na comunidade, visa identificar problemas locais, analisar suas causas, responder com ações criativas e avaliar os impactos com o apoio da comunidade. O método de Polya, desenvolvido para resolver problemas matemáticos, envolve compreender completamente o problema, estabelecer um plano de ação, executá-lo e verificar a solução encontrada. Ambas as abordagens enfatizam a importância de uma compreensão profunda do problema antes de iniciar qualquer tentativa de resolução, além da necessidade de avaliar a eficácia das soluções implementadas. Elas são projetadas para promover o pensamento crítico e a resolução eficaz de desafios, adaptando-se às diferentes necessidades e contextos em que são aplicadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos atemos principalmente aos resultados observados na Guarda Municipal do Ipojuca, que tem se destacado por suas iniciativas inovadoras, como a implementação de novas estratégias de monitoramento da violência nas escolas e o treinamento especializado para guardas municipais. A abordagem de Prevenção Situacional do Crime, que inclui melhorias no ambiente físico e social, como iluminação adequada, controle de acesso e design urbano seguro, é uma estratégia eficaz. Tecnologias avançadas, como sistemas de vigilância por vídeo e alarmes, também desempenham um papel importante. A cidade recebeu reconhecimentos significativos, como o Selo Cidade Pacífica e destaque em rankings de cidades inteligentes, refletindo a eficácia de suas políticas de segurança pública. A Guarda Municipal, com melhorias em sua estrutura e processos, incluindo a criação de cargos de corregedor e ouvidor e a regulamentação do uso de armas de fogo, desempenha um papel fundamental na segurança do município. Essas medidas demonstram o compromisso da administração com a proteção e segurança da comunidade escolar e pública, servindo como um modelo positivo de investimento em segurança e prevenção.

De acordo com Estanislau (2023) é razoável inferir que o aumento de ataques às escolas está intensificando a sensação de insegurança na sociedade e levando a mudanças nas políticas de segurança e nas atitudes da comunidade. A análise desse impacto pode fornecer insights valiosos sobre a necessidade de abordagens mais eficazes para proteger as escolas e mitigar a sensação de insegurança. Para uma compreensão mais completa, seria útil revisar a reportagem na íntegra e considerar os detalhes específicos discutidos.

As patrulhas escolares, também conhecidas como policiamento escolar, têm variações significativas tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Elas são implementadas de diferentes maneiras com o objetivo de aumentar a segurança nas escolas e melhorar o ambiente escolar.

No Brasil, muitas cidades, como São Paulo e Ipojuca, implementam patrulhas escolares com a Guarda Municipal. Esses agentes são treinados para atuar em escolas, oferecendo segurança e estabelecendo uma presença constante para dissuadir comportamentos violentos. Existem programas como o “Programa de Patrulha Escolar” que visam aumentar a segurança nas escolas através da presença policial e da promoção de ações de prevenção. As patrulhas enfrentam desafios significativos, incluindo altos índices de violência e criminalidade em

algumas áreas. Há uma necessidade crescente de estratégias eficazes para prevenir e lidar com esses problemas. (Nascimento, 2018; Santos,2020; Oliveira,2022)

A efetividade das patrulhas muitas vezes depende da integração com a comunidade e da colaboração com outros serviços sociais e educacionais. Em algumas regiões, há um esforço contínuo para aprimorar o treinamento dos guardas e utilizar tecnologia para monitorar e responder a incidentes com mais eficiência.

O uso da tecnologia para monitoramento e comunicação é uma tendência crescente, ajudando a melhorar a resposta a incidentes e a coordenação entre escolas e autoridades. Em resumo, as patrulhas escolares variam amplamente em sua implementação e eficácia ao redor do mundo, com diferentes países adotando modelos que se ajustam às suas necessidades específicas e contextos culturais. A chave para o sucesso dessas patrulhas é a integração eficaz com a comunidade escolar e a implementação de estratégias de prevenção que abordem não apenas a segurança, mas também o bem-estar geral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais e contribuições do estudo sobre a aplicação dos métodos IARA e Polya destacam a necessidade de políticas públicas eficazes e preventivas para reduzir a violência nas escolas, identificando a violência como um problema crescente e analisando suas causas. A implementação de novas estratégias de monitoramento da violência e o treinamento especializado para guardas municipais são respostas diretas para enfrentar o problema. Os resultados alcançados, como a redução significativa nos índices de violência e o reconhecimento com prêmios, demonstram a eficácia das medidas adotadas. Em relação ao Método Polya, compreendemos que a violência nas escolas é um problema complexo que requer medidas preventivas e não apenas reativas. A inovação na ação municipal de Ipojuca, com estratégias de monitoramento e treinamento, representa a elaboração de um plano para enfrentar a violência. A implementação das estratégias e o uso de tecnologias avançadas mostram a execução do plano. A avaliação dos resultados, como a redução de crimes violentos e o reconhecimento com prêmios, reflete a revisão e avaliação contínua das políticas implementadas.

Inferências sobre a aplicação dos métodos IARA e Polya destacam a necessidade de políticas públicas eficazes e preventivas para reduzir a violência nas escolas, identificando a violência como um problema crescente e analisando suas causas. A implementação de novas

estratégias de monitoramento da violência e o treinamento especializado para guardas municipais são respostas diretas para enfrentar o problema. Os resultados alcançados, como a redução significativa nos índices de violência e o reconhecimento com prêmios, demonstram a eficácia das medidas adotadas. Em relação ao Método Polya, compreendemos que a violência nas escolas é um problema complexo que requer medidas preventivas e não apenas reativas. A inovação na ação municipal de Ipojuca, com estratégias de monitoramento e treinamento, representa a elaboração de um plano para enfrentar a violência. A implementação das estratégias e o uso de tecnologias avançadas mostram a execução do plano. A avaliação dos resultados, como a redução de crimes violentos e o reconhecimento com prêmios, reflete a revisão e avaliação contínua das políticas implementadas.

Portanto, é fundamental reconhecer o papel da segurança pública na educação, especialmente no que diz respeito à atuação da Guarda Municipal, que desde sua criação tem a capacidade de oferecer um ambiente escolar mais seguro e propício ao aprendizado, especialmente diante dos desafios impostos pela violência no Brasil. Entretanto, para que isso se concretize, são necessárias políticas públicas eficazes que não apenas respondam a incidentes de violência, mas que também implementem medidas preventivas para promover um ambiente escolar saudável. Os governantes devem focar na prevenção, ao invés de apenas reagir quando a violência já se manifesta de forma iminente, o que torna o problema cada vez mais difícil de ser resolvido ou controlado.

Destaca-se a inovação na abordagem municipal de Ipojuca, onde a administração local tem buscado novas formas de monitorar a violência nas escolas e aprimorar o treinamento do pessoal, especialmente os guardas que atuam nas áreas periféricas da cidade.

Assim, a complexidade do problema da violência nas escolas, exige uma abordagem multifacetada, envolvendo não apenas a segurança pública e a educação, mas também políticas públicas e a participação ativa da comunidade.

REFERÊNCIAS

CROSNOE, Robert; JOHNSON, Monica Kirkpatrick. Social capital and school safety. In: *Handbook of the sociology of education*. Springer, 2011.

DIAS NETO, Theodomiro. *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: A experiência norte-americana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

ESTANISLAU, Julia. Ataques às escolas aumentam a percepção de violência e insegurança da sociedade. *Jornal da USP*, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/ataques-as-escolas-aumentam-a-percepcao-de-violencia-e-inseguranca-da-sociedade/>. Acesso em: 6 set. 2024.

FOSNOT, Catherine Twomey. *Constructivism: Theory, perspectives, and practice*. Teachers College Press, 2005.

GABLE, Robert A.; BULLOCK, Linda M. *Safe schools: Strategies for school crisis prevention and response*. Corwin Press, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas SA, 2002.

GOMES, Aline Morais Mizutani; PICCIRILLO, Debora; OLIVEIRA, Renan Theodoro. Violência na escola e no bairro: O impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 13, n. 2, p. 158-171, 2019. DOI: 10.31060/rbsp.2019.v13.n2.986.

KELLING, George L.; MOORE, Mark Harrison. A evolução da estratégia de policiamento. *Cadernos de Polícia*, n. 10. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

MOORE, Mark Harrison; TROJANOWICZ, Robert C. Estratégias institucionais para o policiamento. *Cadernos de Polícia*, n. 10. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

NASCIMENTO, Edson. *O policiamento escolar no Brasil: Análise e propostas*. Editora Fórum, 2018.

NATIONAL COUNCIL OF TEACHERS OF MATHEMATICS. *Principles and standards for school mathematics*. NCTM, 2000.

OLIVEIRA, Renato. Segurança pública e educação: Desafios e soluções. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 10, n. 1, p. 45-62, 2022.

POLYA, George. *How to solve it: A new aspect of mathematical method*. Princeton University Press, 1957.

SANTOS, Maria do Socorro. *Segurança escolar e políticas públicas: Estudo de caso em São Paulo*. Editora Universidade, 2020.

THORNBERG, Robert; WIBERG, Mattias. *Safety in schools: Prevention and response strategies*. Routledge, 2015.

FORMAÇÃO DOCENTE: CONEXÕES DESCENTRALIZADAS E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR EM ESCOLAS DO CAMPO

Rosângela de Medeiros Tranquilino Melo[1]
Edna Gusmão de Góes Brennand[2]
Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho[3]

RESUMO

O enfrentamento à violência escolar é uma preocupação crescente em todos os níveis da sociedade, desde operadores de políticas públicas, instituições formativas até a sociedade em geral. O problema é acentuado nas escolas do campo das redes públicas de ensino. Estudos apontam a ausência de materiais didáticos de formação direcionados aos docentes quanto a mecanismos de prevenção. Nesse sentido, este artigo objetiva explorar estratégias inovadoras de enfrentamento à violência escolar nas escolas do campo através da adoção de Recursos Educacionais Abertos (REAs). Trata-se de investigação decorrente de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A metodologia adotada possui como vertente uma pesquisa quali-quantitativa, com vistas ao diagnóstico sobre a realidade de REAs disponíveis na Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais do Ministério da Educação (MEC), levando-se em consideração os pressupostos da autoria docente e os desafios da produção de conteúdo audiovisual educativo na Sociedade 5.0, inobstante a questões restritivas como conectividade, isolamento e acesso limitado a recursos nas escolas do campo. Os principais resultados dos indicadores na Plataforma RED MEC revelam uma deficiência significativa na disponibilidade de recursos acerca da violência escolar nas escolas do campo, posto o quê a plataforma enfrenta limitações severas em termos de acessibilidade e completude dos recursos disponibilizados.

Palavras-chave: Violência Escolar, Educação do Campo, Formação Docente, Recursos Educacionais Abertos.

[1]Mestranda do Curso de Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, rozy_medeiros@hotmail.com
[2]Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ednabrennand@gmail.com
[3]Professor do Instituto Federal da Paraíba - IFPB e Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, alvaro.cavalcanti@ifpb.edu.br

INTRODUÇÃO

A violência nas escolas é uma problemática crescente, especialmente em contextos rurais e entre alunos com deficiência. A ausência de estratégias eficazes de enfrentamento e a carência de recursos especializados agravam essa situação, comprometendo o ambiente educacional e o desenvolvimento desses alunos (Corona; Schwartz, 2021; Marino, 2019; Santos; Ramos , 2016; Feliciano, 2016; Carvalho, 2015).

A violência contra os povos do campo e as pessoas com deficiência não é apenas uma questão de segurança física, mas também envolve aspectos psicológicos e sociais que impactam diretamente a qualidade de vida e a equidade no acesso à educação. A esse respeito, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2003, 2007, 2013) destaca a importância de promover uma cultura de direitos humanos dentro das instituições educacionais. Nas áreas rurais, foco do presente trabalho, a violência frequentemente se manifesta de maneira distinta, influenciada por condições socioeconômicas, isolamento e acesso limitado a recursos. Esta pesquisa enfatiza a necessidade de abordar os desafios únicos enfrentados pelos povos rurais, garantindo sua proteção e inclusão nas estratégias educacionais destinadas a reduzir a violência. Ademais, é essencial destacar que a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é um pilar fundamental na construção de políticas educacionais inclusivas e seguras. Posto o quê, o ECA assegura que todas as crianças e adolescentes tenham o direito a uma educação de qualidade, livre de qualquer forma de discriminação ou violência.

A autoria docente desempenha um papel crucial nesse contexto, pois os professores são agentes transformadores no processo educativo. Reconhecer e valorizar a autoria docente significa capacitar os professores para que possam desenvolver e implementar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Nesse sentido, a formação continuada é imprescindível, permitindo que os educadores estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios que surgem no ambiente escolar. No contexto da Sociedade 5.0, que busca integrar avanços tecnológicos com soluções para os problemas sociais, este trabalho representa uma abordagem inovadora a formação docente, enfatizando a utilização da tecnologia da Plataforma Integrada MEC através da formação digital e fortalecimento da inclusão educacional com acesso a recursos educacionais abertos para um ambiente escolar mais acolhedor e seguro. Ora, a formação docente para a cultura de paz deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico,

essencial para a construção de uma educação que respeite e valorize a diversidade, que promova o enfrentamento e a prevenção da violência escolar, que adote práticas pedagógicas inclusivas e valorize a importância da autoria docente.

Este artigo, portanto, versa sobre a violência escolar, com foco nos povos do campo e nas pessoas com deficiência nas escolas rurais. Reconhecendo a vulnerabilidade desses grupos e a complexidade do ambiente educacional, o trabalho destaca a importância da formação continuada e do uso de tecnologias educacionais para o enfrentamento à violência escolar, permitindo que os conteúdos educacionais concebidos sejam disseminado amplamente e adaptado às necessidades e realidades das escolas locais para a mitigação de um problema urgente e complexo. Visando contribuir com orientações de políticas públicas e práticas educativas inovadoras, tem foco no diagnóstico dos Recursos Educacionais Abertos (REAs) da Plataforma Integrada RED MEC. À vista disso, tem como objetivo geral abordar estratégias inovadoras de enfrentamento à violência escolar nas escolas do campo através de REAs e contribuir com a definição de diretrizes educacionais específicas para a elaboração dos Planos Educacionais Individualizados (PEIs) e para a curricularização da educação em direitos humanos nas escolas do campo do país.

O presente estudo encontra-se estruturado em 5 seções, para além desta Introdução. Na seção 2, é descrita a metodologia utilizada na pesquisa para o diagnóstico dos REAs. Na seção 3, encontra-se o estado da arte da pesquisa, seguida da seção 4 que apresenta os principais resultados e discussão da pesquisa. Na seção 5, tem-se as considerações finais.

METODOLOGIA

Esta seção descreve a metodologia aplicada para o desenvolvimento e o alcance do objetivo da presente investigação. Nesse sentido, apresenta-se o tipo de pesquisa, o mapeamento para construção do estado do conhecimento e a configuração do diagnóstico realizado dos REA's.

Tipo de Pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa, este estudo classifica-se como uma pesquisa exploratória, de acordo com Brennand (2012, p. 69). Para os referidos autores, esse tipo de pesquisa é o primeiro passo em qualquer investigação científica e tem como meta obter informações

detalhadas sobre o assunto estudado, permitindo uma melhor familiarização e uma nova perspectiva sobre o fenômeno. Com efeito, a pesquisa possui como vertente metodológica uma pesquisa quali-quantitativa com vistas ao diagnóstico detalhado dos indicadores dos recursos educacionais digitais disponíveis na Plataforma Integrada MEC-RED.

Construção do Estado do Conhecimento

Para definir o panorama da literatura relevante, foram analisadas publicações em periódicos indexados nas bases de dados Google Scholar (Google Acadêmico), Scientific Electronic Library On-line (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na busca de evidências sobre estudos publicados no Brasil relacionados à violência no campo, em diferentes produções científicas, como dissertações, teses e artigos em periódicos de excelência nacional e internacional. Nesse sentido, no período de 28 de março de 2024 a 23 de junho de 2024, foram realizadas as pesquisas nas bases SciELO (https://www.scielo.br/), Portal CAPES (https://catalogodeteses.capes.gov.br/) e Google Acadêmico (https://scholar.google.com/), utilizando descritores específicos “violência escolar” com a utilização do operador booleano “and” para a delimitação de pesquisas no contexto da “escola do campo”. Entre os resultados, foi encontrado o número de 1.267 publicações. A seguir, apresenta-se a síntese dos resultados obtidos nessas plataformas.

Tabela 01 – Resumo dos resultados das buscas nas bases de dados

Bases de dados	Registros disponíveis
Scielo	28
Google acadêmico	1.110
Portal Capes	129
Total	1.267

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

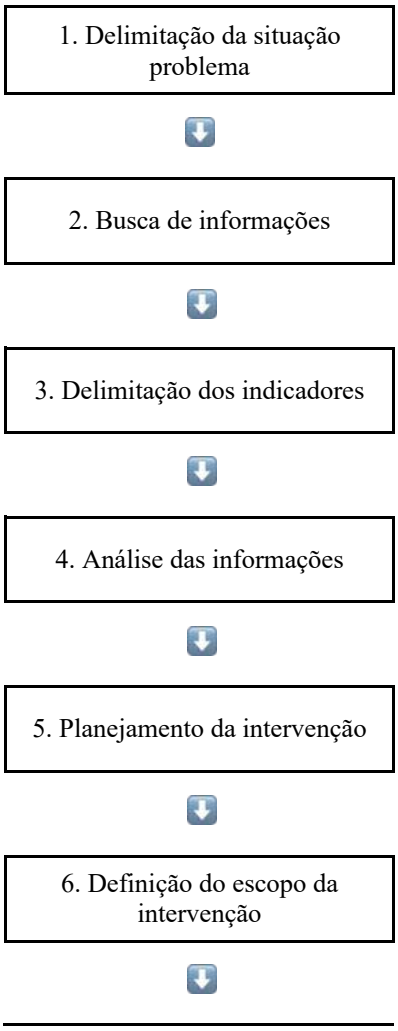
A partir deste levantamento, foi realizada uma análise minuciosa dos metadados dos trabalhos nas três plataformas referentes aos títulos, resumos e palavras-chave, observando quais traziam o tema da violência escolar no contexto das escolas do campo. Ademais, foram filtradas nove (09) publicações para aprofundamento da discussão considerando a indexação por relevância atribuída pela base de dados, sendo seis (06) publicações selecionadas no Google

Acadêmico, duas (02) publicações selecionadas no Portal CAPES e uma (01) selecionada na Scielo, por apresentarem maior convergência com o foco da presente pesquisa.

Configuração do Diagnóstico

O diagnóstico do presente estudo encontra-se pautado nas diretrizes para um Projeto Técnico Aplicado (PTA), de acordo com Brennand *et al.* (2015). Trata-se de metodologia inovadora que utiliza conhecimentos técnicos especializados e procedimentos metodológicos específicos para a resolução de problemas através de intervenção planejada. A Figura 01 demonstra as etapas de configuração do diagnóstico dos REA's.

Figura 01 – Fluxograma das etapas da construção do diagnóstico dos REA's



7. Dados de base de monitoramento

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) a partir de Brennand *et al*. (2015).

Conforme a Figura 01, as diretrizes de Brennand *et al.* (2015) para o diagnóstico tem como ponto de partida o escopo do problema de pesquisa. No caso específico, sobre como a Plataforma Integrada MEC-RED vem sendo utilizada como ambiente de disseminação de recursos educacionais abertos para contribuir na formação continuada docente para o enfrentamento à violência escolar nas escolas do campo e para a curricularização da educação em direitos humanos? Estudos apontam a ausência de materiais didáticos de formação direcionados aos docentes no que se refere a mecanismos de prevenção da violência escolar, especialmente em escolas do campo e na inclusão de pessoas com deficiência (PCD), como os desafios enfrentados na elaboração do presente diagnóstico de REA's. Este diagnóstico envolveu a análise dos materiais relacionados à violência escolar, utilizando descritores específicos para identificar e avaliar a disponibilidade dos recursos encontrados. A pesquisa focou na identificação de vídeos e textos que abordassem temas como violência escolar, violência no campo, a fim de determinar como esses recursos podem ser utilizados para apoiar a educação e a prevenção da violência nas escolas. A análise dos indicadores ofereceu visão sobre as lacunas e as oportunidades para o aprimoramento dos recursos educacionais digitais, contribuindo para uma abordagem mais eficaz no enfrentamento da violência escolar e na promoção de um ambiente educacional mais seguro e inclusivo

Desta forma, segundo Brennand *et al.* (2015), após identificar a situação problema, elabora-se um estudo sobre o estado da arte, mapeando as principais tendências para analisar a questão em foco. Isso inclui a busca por artigos científicos, relatórios e análises publicadas nos últimos cinco anos, a fim de compreender as abordagens teóricas e conceituais empregadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda a revisão da literatura com destaque para o aprofundamento da conceituação de violência, de violência no ambiente escolar, de violência no campo e à pessoa com deficiência.

Aprofundando o Conceito de Violência Escolar

Para compreender a inserção do conceito de violência escolar na literatura, é relevante considerar os estudos de Santos e Ramos (2016), Marino (2019), Esteves (2020), Araújo e Coutinho (2020) e Corona e Schwartz (2021). Esses autores ajudam a contextualizar o termo dentro das discussões acadêmicas e a compreender em que circunstâncias e condições ele surge. Santos e Ramos (2016) discutem a violência e o bullying nas escolas, oferecendo uma reflexão crítica sobre como esses fenômenos devem ser entendidos como problemas contemporâneos, que emergem de mudanças sociais, políticas, culturais e históricas. Eles sugerem que é necessário repensar a organização da realidade educativa sob uma nova perspectiva, voltada para uma cultura de paz.

Embora a violência tenha sido uma constante na história da humanidade, o questionamento sobre quando ela começou a ser reconhecida e abordada como um problema a ser combatido na escola é crucial. Marino (2019) argumenta que a escola, ao longo de sua história, tem frequentemente reproduzido e naturalizado a violência por meio de regras, normas, punições e práticas de exclusão. A mudança na percepção da violência na escola é marcada pelas transformações no cenário internacional, especialmente no que diz respeito à defesa dos direitos humanos e à luta contra desigualdades e exclusões sociais, questões que ganharam destaque a partir do século XX. Para essas autoras, essa evolução na perspectiva da violência escolar é um reflexo das mudanças mais amplas na sociedade.

A violência escolar é uma questão social que afeta globalmente, sendo particularmente pronunciada entre adolescentes. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (2023), “mais de 150 milhões de adolescentes com idades entre 13 e 15 anos, em diversos países, já enfrentaram situações de violência dentro ou nas proximidades da escola envolvendo seus colegas”.

Quando se aborda a violência escolar, analisa-se como essa forma de violência, que é uma característica da condição humana, se manifesta nos ambientes educacionais. É importante considerar as várias esferas em que essa violência se reflete. No microssistema, observa-se a sala de aula, que é o espaço concreto onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem. No mesossistema, inclui-se a instituição escolar e seu projeto curricular. No exossistema, a atenção se volta para a administração educativa da escola. Além disso, no macrossistema, examina-se como os valores e normas culturais globais influenciam a presença da violência nas escolas (Santos; Ramos, 2016).

Violência Escolar no Contexto das Escolas do Campo

Para aprofundar a análise dos desafios associados à violência no campo no século XXI e seus impactos no ambiente escolar, é fundamental considerar a obra "Questão agrária e conflitos territoriais" de Feliciano (2016). Este estudo aborda a violência no contexto rural brasileiro, explorando como essa violência afeta os indivíduos e seus modos de vida e trabalho no campo. Feliciano (2016) revela uma realidade de violência estrutural e histórica, marcada por práticas frequentemente brutais, que podem ser intencionais ou não, e que têm um impacto significativo sobre as pessoas e suas atividades. Segundo Feliciano (2016), tais formas de violência estão frequentemente vinculadas à utilização e à função da propriedade privada da terra, englobando a exploração do trabalho, dos recursos naturais e do poder.

Nos últimos anos, a violência no meio rural tem aumentado consideravelmente, manifestando-se através de um crescimento acentuado de conflitos agrários, despejos e assassinatos de trabalhadores do campo. De acordo com o Relatório 2020, esses episódios de violência são impulsionados por disputas de terras, grilagem e a expansão desordenada de atividades econômicas, que frequentemente ignoram os direitos das comunidades locais e tradicionais. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem evidenciado essa tendência preocupante em seus relatórios anuais, ressaltando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para proteger os direitos dos trabalhadores rurais e assegurar a justiça social no campo.

Outra pesquisa relevante que explora a ideia de que a violência possui múltiplas facetas é a dissertação de Luz (2014). Esta pesquisa analisa, interpreta e discute como a violência escolar é percebida pelos agentes sociais em duas escolas rurais no município de Cascavel/PR. O estudo conclui que a violência escolar se manifesta através de qualquer ato que ocorra dentro da escola ou em suas proximidades, provocando sofrimento físico ou psicológico nos agentes sociais. Assim, a escola se configura como uma instituição social que, por meio de suas práticas pedagógicas, acaba por validar a violência simbólica, A escola, enquanto instituição social, se configura como um ambiente onde, através das práticas pedagógicas, a violência simbólica é legitimada. Nesse contexto, a violência simbólica é fomentada e validada pelos agentes envolvidos, que a reforçam ao reconhecerem a autoridade do professor sobre o conhecimento transmitido. A escola atua como um dos mecanismos de violência simbólica implementados pelo Estado, pois é por meio dela que a cultura do poder dominante é passada para os

subordinados. Estes, por sua vez, acreditam que é necessário aceitar e aprender o que a escola ensina. Aqueles que não aceitam a violência simbólica como algo natural podem enfrentar conflitos sociais (Luz, 2014).

Formação Docente e o Enfrentamento à Violência na Sociedade 5.0

À luz do descrito acima, dá-se destaque neste ponto à relevância da tecnologia na formação de professores como aliada no processo educacional. O objetivo é discutir a inovação tecnológica, que, conforme Santos e Pereira (2015), faz parte de um processo socialmente construído e desempenha um papel crucial ao garantir que novas tecnologias beneficiem a sociedade em geral. Isso leva à exploração da interconexão entre ciência, tecnologia e sociedade, sublinhando a necessidade de equilibrar os interesses privados e públicos no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias.

Santos e Pereira (2015) argumentam que as inovações tecnológicas têm um impacto profundo na vida das pessoas, gerando interesse social e promovendo mudanças sociais e culturais. Essas tecnologias não apenas transformam a forma como as pessoas vivem, mas também alteram a maneira como trabalham, aprendem e se relacionam, criando debates e expectativas sobre seus efeitos na sociedade. De acordo com Soares e Brennand (2017, p. 89), as tecnologias digitais no cotidiano estão promovendo novas formas de aprendizagem, criando oportunidades para comportamentos inovadores e modificando as relações humanas por meio de redes de colaboração entre indivíduos e grupos sociais.

Esse impacto geral da tecnologia está transformando a educação, oferecendo novas maneiras de aprender e se comunicar, e redefinindo o papel dos professores e as expectativas dos alunos, conforme Soares e Brennand (2017). O estudo de Soares e Brennand defende que, com os avanços tecnológicos, é fundamental que os professores desenvolvam competências digitais para usar mídias digitais de maneira eficaz no ensino, incluindo a capacidade de criar e adaptar materiais educativos interativos.

No que diz respeito à Sociedade 5.0, é importante notar que esse conceito é relativamente recente e busca equilibrar o desenvolvimento econômico com o bem-estar social, focando na inclusão e na sustentabilidade. A ideia central é que, através da cooperação entre seres humanos e tecnologias avançadas, seja possível alcançar um progresso que beneficie a todos, promovendo uma convivência mais harmoniosa e eficiente. Assim, é crucial que as escolas adotem esse conceito, pois a sustentabilidade está fortemente ligada à educação.

Sott *et al.* (2022) apontam que a Sociedade 5.0 é uma ideia que está ganhando atenção global, com o objetivo de usar tecnologias digitais e habilidades humanas para promover inclusão, sustentabilidade e justiça social. No entanto, devido à novidade do tema, há uma escassez de estudos que investiguem as implicações desse conceito, e existe uma grande diversidade de opiniões entre os pesquisadores. Apesar dessas diferenças, é consenso que a evolução social ocorre quando cidadãos, organizações e governos utilizam a tecnologia para criar um ecossistema social sustentável, visando melhorar a qualidade de vida.

Autoria Docente no Contexto da Cibercultura

O conceito de autoria docente envolve a participação ativa dos educadores na criação, adaptação e personalização dos conteúdos e práticas pedagógicas (Soares; Brennand, 2017). Isso inclui a elaboração de materiais didáticos, a escolha de metodologias de ensino e a reflexão crítica sobre a própria prática, com o objetivo de atender às necessidades e características dos alunos.

Segundo Soares e Brennand (2017), a autoria docente permite a aplicação de diferentes abordagens ao conteúdo interativo, possibilitando que um mesmo tema seja ensinado de várias formas. Essa abordagem oferece pontos de entrada que refletem os diferentes tipos de inteligência. A ferramenta fornece informações sobre cada tipo de inteligência, ajudando os professores a maximizar o potencial dos alunos. Por exemplo, ao abordar um determinado conteúdo, o educador pode decidir quais partes do vídeo usar para trabalhar com áudio ou texto e considerar a adição de conteúdos complementares.

Para enriquecer a discussão sobre autoria docente, é relevante considerar a perspectiva de Tardif (2002), que destaca que os saberes docentes utilizados em sala de aula possuem características específicas essenciais para o papel do professor como mediador do processo cultural e do conhecimento dos alunos. Esses saberes, subjetivos e fundamentais, contribuem para a efetivação do processo educativo, promovendo uma interação entre docentes e outros profissionais da educação.

Tardif vê os professores como profissionais com competências ativas, cujas práticas transcendem o conhecimento teórico, incorporando as experiências adquiridas ao longo de sua carreira. Ele afirma que a dinâmica transformadora desses saberes torna os professores pesquisadores do contexto educacional. É crucial que os profissionais da educação tenham consciência sobre suas práticas para poder refletir e atuar sobre elas. Tardif também reflete

sobre a formação de características específicas do ser professor, que permitem a sua autonomia, englobando aspectos pedagógicos, profissionais e socioculturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção descreve o diagnóstico e análise da Plataforma Integrada MEC-RED, com ênfase em violência escolar nas escolas do campo, e destaca os principais indicadores do diagnóstico a partir da análise dos dados, abordando as funcionalidades e a disponibilidade dos recursos educacionais digitais.

Caracterização da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais

A Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais surge como uma iniciativa inovadora do Ministério da Educação (MEC), com o intuito de centralizar e otimizar a gestão de dados educacionais no Brasil. Através dessa plataforma, o MEC busca integrar diversas informações referentes às instituições de ensino, gestores, professores e alunos, proporcionando um ambiente mais eficiente e transparente para o acompanhamento e desenvolvimento das políticas educacionais.

A Plataforma Integrada MEC-RED reside na sua capacidade de consolidar dados de diferentes fontes em um único sistema. Essa centralização facilita o acesso à informação e permite que gestores educacionais em diferentes níveis federal, estadual e municipal tomem decisões mais informadas e baseadas em dados concretos. A plataforma oferece uma interface unificada para troca de informações e monitoramento, o que pode aumentar a colaboração entre escolas, secretarias de educação e o MEC. Essa integração é crucial para a implementação de políticas públicas coesas e para a promoção de boas práticas educacionais em todo o país.

Os termos de uso da Plataforma Integrada MEC-RED são documentos fundamentais que estabelecem as condições e diretrizes para a utilização deste sistema por todos os usuários. Estes termos visam garantir a segurança, privacidade e eficiência na utilização da plataforma e definir as responsabilidades e obrigações de cada parte envolvida. Após o exame dos termos de uso da Plataforma Integrada MEC-RED, elaborou-se um quadro-resumo para facilitar a compreensão dos principais pontos abordados. O Quadro 01 sintetiza os principais pontos dos termos de uso da Plataforma Integrada MEC-RED acerca das obrigações e direitos dos usuários da plataforma.

Quadro 01 - Termos de Uso da Plataforma MEC-RED

Características da Plataforma Integrada de Red do Mec	A Plataforma Integrada de RED do MEC é um é sítio (website) em formato de plataforma interativa colaborativa para propiciar a formação de uma rede de pessoas interessadas em usar, criar e compartilhar recursos e materiais educacionais. Seu objetivo é reunir e disponibilizar conteúdos do acervo do MEC, antes distribuídos em diferentes portais (Portal do Professor, Banco Internacional de Objetos Educacionais, Domínio Público e TV Escola), conteúdo de organizações parceiras, bem como fomentar espaços de participação, criação e compartilhamento de conhecimento entre usuários para temas relacionados à educação básica brasileira.
Cadastro e Segurança	Para utilizar a Plataforma Integrada MEC-Rede, é necessário realizar um cadastro prévio com informações verídicas e atualizadas. Os usuários têm a responsabilidade de manter a confidencialidade de suas credenciais de acesso. É expressamente proibido o uso de informações falsas e a tentativa de acessar contas de terceiros.
Publicações de usuários	O usuário é totalmente responsável pelo conteúdo que disponibiliza, que deve ser educacional e conforme os Termos de Uso. Todas as informações publicadas na Plataforma MEC RED são públicas e visíveis por qualquer pessoa. Materiais com vocabulário ofensivo ou que invadam a privacidade de terceiros não serão aceitos. Se o usuário identificar violações, deve notificar a plataforma usando a funcionalidade "Reportar". Violações sistemáticas dos Termos de Uso podem resultar na remoção da conta do usuário.
Licença do uso do conteúdo	A Plataforma MEC RED possui uma licença aberta que permite a reutilização e compartilhamento de seu conteúdo, inclusive para uso comercial, desde que o autor seja referenciado, e obras derivadas devem manter a mesma licença. Os códigos de software da plataforma têm licença pública de software livre, permitindo compartilhamento e modificação. Os conteúdos publicados pelos usuários serão sempre abertos para edição e compartilhamento, com a devida referência ao autor. O usuário pode escolher, no momento do upload, se o recurso será apenas para fins não comerciais e se os trabalhos derivados terão os mesmos termos do original, selecionando uma das opções de licença disponíveis.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) a partir de TA/MEC (2024).

Neste sentido, a plataforma deve ser continuamente avaliada e aprimorada com base no feedback dos usuários. A adaptabilidade às mudanças e a capacidade de incorporar novas tecnologias e funcionalidades serão fundamentais para manter a relevância e a eficiência da plataforma a longo prazo. Seu sucesso, entretanto, dependerá da capacitação dos usuários, da segurança dos dados e de um processo contínuo de avaliação e melhoria.

Diagnóstico dos Indicadores dos Recursos Educacionais Digitais Disponíveis na Plataforma Integrada MEC-RED

Para realizar uma análise detalhada sobre os materiais disponíveis na Plataforma Integrada MEC-RED, referentes ao tema da violência, procedeu-se com uma série de diagnósticos utilizando descritores específicos. O objetivo foi identificar vídeos e textos que abordassem a questão da violência em diferentes contextos, com ênfase na violência escolar e no campo.

Inicialmente, utilizou-se o descritor "violência" na plataforma. Essa pesquisa resultou em um número significativo de materiais: 1044 itens encontrados. Para refinar a busca aplicou-se um filtro específico para vídeos e textos, resultando em 54 (cinquenta e quatro) e 3 (três) respectivamente. Em seguida, o descritor "violência escolar" foi utilizado para identificar materiais relacionados à violência no ambiente educacional. Os resultados foram 199 (cento e noventa e nove) documentos no geral. Ao aplicar o filtro para vídeos nesta categoria, os resultados foram 6 (seis) e 0 (zero) ou nenhum texto.

Foi utilizado o descritor "violência no campo" para identificar materiais sobre violência em áreas rurais. Os resultados desta pesquisa foram: 77 (setenta e sete) documentos em geral, e ao aplicar o filtro para vídeo e texto não apareceu nenhum documento disponível na plataforma.

Ato contínuo, foi realizada a última busca com o descritor “escola do campo” que resultou em 837 (oitocentos e trinta e sete) documentos, após colocar os filhos deu-se 23 (vinte e três) vídeos e 14 (quatorze) textos.

A análise na plataforma utilizando diferentes descritores de "violência" revelou uma diversidade de materiais, o quantitativo vai diminuindo conforme análise nos filtros de vídeos e textos, variando conforme o contexto específico de violência pesquisado. A ausência de materiais em algumas categorias específicas, como vídeos e textos sobre "violência no campo" e “violência escolar” destaca a necessidade de desenvolver mais recursos e conteúdos para abordar essas áreas de forma mais abrangente. Estes diagnósticos são essenciais para direcionar esforços na criação de materiais educativos que abordem todos os aspectos da violência, proporcionando um suporte mais completo para educadores e profissionais da educação. Vale salientar que não foi localizado registro disponível na plataforma para o descritor de busca: “violência no campo” para os tipos de recursos vídeo e texto. A Tabela 02 sintetiza o presente diagnóstico geral da plataforma.

Tabela 02 – Resultado de busca dos descritores aplicados na Plataforma Integrada MEC

DESCRITOR DE BUSCA	GERAL	VÍDEO	TEXTO
"violência"	1.044	54	03
"violência escolar"	199	06	00
"violência no campo"	77	00	00
"escola do campo"	837	23	14
TOTAL	2.157	83	17

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Considerando a busca com o descritor "violência" e os indicadores sobre os conteúdos mais visualizados e mais acessados relacionados ao tema, tem-se o seguinte panorama com base nos dados coletados no período de março a julho de 2024. O filtro de busca deu-se com foco em Vídeos, assim, o mais visualizado, obteve 109 visualizações, intitulado de Escola Municipal Arraial do Bom Jesus – Recife-PE, enquanto o menor apenas 10 visualizações. No que se refere aos vídeos que tiveram maior e menor número de Dowland temos 53 com o tema: Bullying e Cyberbullying, e apenas 1 download respectivamente. Vale salientar que a maioria dos vídeos foram publicados em 2017, 2018 e 2019, apenas um vídeo em 2021, considerando que 90% não estão acessíveis na plataforma, a maioria dos indisponíveis são da plataforma da TV-Escola. É importante ressaltar que diante dos vídeos que aparecem na pesquisa muitos não tem referência com o descritor de busca: Violência, o que reflete a necessidade de recursos educacionais sobre a temática.

Ademais, analisando os únicos três textos disponíveis na plataforma com o descritor “violência escolar” com diferentes níveis de visualização e downloads, percebe-se que o texto com maior visualização, intitulado "Indisciplina e Medo", destaca-se com 84 visualizações e o menor apenas 8 acessos intitulado de Círculo Restaurativo. Já o texto que registrou o maior e menor número de downloads, foi 249 e 01, respectivamente.

Os três textos analisados são acessíveis, o que significa que qualquer usuário da plataforma pode consultá-los sem restrições. Dois dos textos foram publicados em 2010 e um em 2022. No entanto, a diferença significativa nas visualizações e downloads aponta para uma necessidade de estratégias de divulgação mais eficazes para recursos menos conhecidos.

A análise dos indicadores de visualizações e downloads de vídeos na plataforma Red MEC revela um cenário de engajamento variável entre os usuários. O vídeo com maior visualização alcançou 84 acessos, intitulado: Os impactos da violência urbana nas escolas. Enquanto o com menor visualização obteve apenas 15. Isso demonstra uma mensagem significativa referente o interesse ou na relevância percebida dos conteúdos pelos educadores e profissionais da educação. Além disso, a variação nos downloads é igualmente notável, com o vídeo mais baixado registrando 13 downloads e o menos baixado apenas 4. Estes dados sugerem que, não estão conseguindo captar a atenção ou atender às necessidades dos usuários da plataforma.

Além disso, a acessibilidade dos vídeos é uma questão crítica: dos seis vídeos analisados, apenas dois são acessíveis, enquanto os outros quatro não estão disponíveis na data de acesso. Desses vídeos, 5 cinco foram publicados em 2017 e apenas 1 em 2019 e trazem referência como tema pesquisado..

A análise da tabela de vídeos sobre o descritor “educação do campo” na plataforma revela uma disparidade significativa tanto em visualizações quanto em downloads. O vídeo mais visualizado, "Programando em equipe: Turma da robótica", alcançou 106 visualizações. Em contraste, o vídeo com menor visualização obteve apenas 8 acessos. O vídeo mais baixado registrou-se 24 downloads, enquanto o menos baixado não teve nenhum download, entende-se que a qualidade e a aplicabilidade prática dos vídeos variam consideravelmente.

Além disso, dos 23 vídeos disponíveis na plataforma, 16 estavam indisponíveis quando tentou-se acessar, e apenas 7 acessíveis. A publicação dos vídeos ocorreu entre 2017 e 2019, o que pode indicar que a falta de atualização e manutenção dos links de acesso é um fator contribuinte para a indisponibilidade. Fica claro a necessidade de melhorar e solucionar a questão da acessibilidade dos videos para que todos estejam disponíveis para os usuários. A Tabela seguinte apresenta os indicadores dos vídeos descritos.

Tabela 03 – Indicadores para o Descritor Educação do Campo - Tipo de Recurso Vídeo (23)

CONTEÚDO	VISUALI-ZAÇÕES	DOWN-LOADS	ANO DE PUBLI-CAÇÃO	ACES-SÍVEL?
SO VENDO QUE BELEZA	29	10	2019	NÃO
COOPERAÇÃO, CONHECIMENTO E AMIZADE / TURMA DA ROBÓTICA	64	07	2018	SIM

ESCOLA MUNICIPAL APRÍGIO THOMAS DE MATOS - PALMAS, TO	75	09	2018	NÃO
EDUCAÇÃO NO CAMPO	37	07	2018	NÃO
GESTÃO INOVADORA	71	11	2017	NÃO
ENTREVISTA JAQUELINE PASUCH	35	00	2018	NÃO
SAQUAREMA, RJ / DESTINO: EDUCAÇÃO BRASIL	32	19	2018	SIM
PROFESSORA GRACIELE LEITE	41	01	2019	NÃO
PROGRAMANDO EM EQUIPE / TURMA DA ROBÓTICA	106	04	2018	SIM
ALÉM DO LÁPIS E DO PAPEL - ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL IRACEMA	67	21	2018	NÃO
PROFESSORA EVA ADRIANA GOMES BARBOSA	08	04	2019	NÃO
MONTE ALEGRE DE GOIÁS	48	24	2018	SIM
ESCOLA PARQUE DA NATUREZA	89	06	2019	NÃO
PROFESSORA EVA ADRIANA	05	02	2019	NÃO
VISTA ALEGRE DO PRATA, RS / DESTINO: EDUCAÇÃO BRASIL	50	01	2018	SIM
PROGRAMA 24 - FORÇA RESULTANTE, CIRCUITOS E MENSAGEIRO SIDERAL	12	02	2017	NÃO
PROFESSORA ANIELISE MASCARENHAS - COM LIBRAS	36	03	2019	NÃO
GESTORES MUNICIPAIS E OS DESAFIOS DOS 100 PRIMEIROS DIAS	27	07	2017	NÃO
PARA ENTENDER A DEPRESSÃO	61	06	2018	NÃO
EDUCAÇÃO NO CAMPO	05	01	2018	NÃO
ALFABETIZAÇÃO - PALMAS, TO	18	04	2018	NÃO
CAMINHOS DA ESCOLA - EDUCAÇÃO DO CAMPO	17	00	2018	SIM
EDUCAÇÃO NO CAMPO	05	00	2018	SIM

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A análise da tabela de textos do descritor "Escola do Campo" da Plataforma Integrada MEC-REDmostra que o texto com maior visualização, "Alfabetização e Letramento com Gêneros Textuais na Escola Prof. José Boeing - Rio Fortuna - SC", alcançou 75 acessos. Já o texto com menor visualização teve apenas 4 acessos. Além disso, o texto mais baixado registrou 53 downloads, enquanto o menos baixado teve apenas 1. A acessibilidade dos textos é outro aspecto agravante. Dos 14 textos disponíveis na plataforma, apenas 8 estavam acessíveis, enquanto 6 estavam indisponíveis. A publicação dos textos ocorreu entre 2018 e 2020.

Tabela 04 – Indicadores para o Descritor Escola do Campo - Tipo de Recurso Texto (14)

CONTEÚDO	VISUALIZAÇÕES	DOWNLOADS	ANO DE PUBLICAÇÃO	ACESSÍVEL?
A ESCOLA DO CAMPO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: REFERÊNCIAS PARA O DEBATE	08	27	2018	SIM
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS CLASSES MULTISSERIADAS UMA REALIDADE NAS ESCOLAS DO CAMPO.	25	02	2018	SIM
ESCOLA NO CAMPO MULTISSERIADA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE	06	01	2018	NÃO
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: TENSÕES E RESISTÊNCIAS À NUCLEAÇÃO ESCOLAR	04	00	2018	SIM
OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO / LETRAMENTO COM MULTIRREPETENTES EM UMA ESCOLA DO CAMPO	04	00	2018	NÃO
ARQUEOLOGIA DA PRÁTICA ESCOLAR	17	02	2020	NÃO
EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: RETRATOS DE REALIDADE DAS ESCOLAS MULTISSERIADAS NO PARÁ	06	02	2018	NÃO
PROJETO EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS NO CAMPO PEDAGÓGICO	41	53	2018	SIM
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	09	03	2018	NÃO
A DISCIPLINARIZAÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA E AS CONTINGÊNCIAS DO MEIO ESCOLAR	51	14	2018	SIM
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS COM GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA PROFESSOR JOSÉ BOEING - RIO FORTUNA, SC	75	22	2018	NÃO
PLANEJANDO A ESCRITA: PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO TEXTUAL COMO PRÁTICA DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO	41	01	2018	SIM
UM CURRÍCULO DE FÍSICA PARA AS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL	34	08	2019	SIM
ESTUDO SOBRE REVISÃO TEXTUAL DE ALUNOS DO NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PERSPECTIVA DISCURSIVA	30	03	2019	SIM

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Com base nos indicadores analisados, cumpre destacar, a esta altura, os resultados alarmantes como principais achados da pesquisa, com destaque para: descritor "violência", em que 90% dos 54 vídeos cadastrados não estão acessíveis na Plataforma; descritor "violência escolar", dos 6 vídeos analisados apenas 2 encontram-se acessíveis; descritor "violência no campo" com nenhum vídeo e texto encontrado para o descritor; para o descritor "escola do campo", dos 23 vídeos, 15 estavam indisponíveis, apenas 7 acessíveis. Quanto aos 14 textos associados a este descritor, apenas 8 estavam acessíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência escolar constitui um obstáculo significativo para o desempenho sociopedagógico de alunos e professores, criando um ambiente onde o aprendizado e o desenvolvimento pessoal são constantemente ameaçados. Desse modo, este artigo teve como objetivo abordar estratégias inovadoras de enfrentamento a violência escolar nas escolas do campo através de REA's a partir de um diagnóstico detalhado dos indicadores da Plataforma Integrada MEC-RED.

A criação de um ambiente escolar seguro e acolhedor prescinde de uma formação docente que assegure aos professores exercerem suas funções de maneira eficaz e satisfatória. Os resultados dos indicadores na Plataforma Integrada MEC-RED revelam uma deficiência significativa na disponibilidade de recursos acerca da violência escolar nas escolas do campo, posto o quê, cerca de 90% de recursos educacionais digitais sobre violências não estão acessíveis apesar de estarem cadastrados como vídeos direcionados à formação docente sobre a temática. Conforme evidencia o diagnóstico, a plataforma enfrenta limitações severas em termos de acessibilidade e completude dos recursos disponibilizados, agravando-se com a inexistência de Recursos Educacionais Abertos (REAs) associados ao descritor "violência no campo". Isso destaca a necessidade urgente de intervenções direcionadas à criação de Recursos Educacionais Abertos (REAs) para a prevenção da violência nas escolas. A análise dessa problemática, especialmente no contexto específico das escolas rurais, fornece informações valiosas para a implementação de medidas prioritárias que visem à melhoria da formação docente e, consequentemente, ao aprimoramento do desempenho sociopedagógico de toda a comunidade escolar.

A produção de Recursos Educacionais Abertos (REAs) colabora para o avanço da educação, pois proporciona acesso livre e gratuito a materiais pedagógicos de qualidade, promovendo a inclusão e a equidade no ensino. Esses recursos permitem que educadores e estudantes compartilhem, adaptem e reutilizem conteúdos, fomentando uma aprendizagem mais personalizada e eficaz. A criação e a disseminação de REAs estimulam o desenvolvimento de novas pesquisas e práticas educacionais, oferecendo uma base para a exploração de metodologias inovadoras e a avaliação contínua de estratégias pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cássia Marta Felix Alves de; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Violência escolar –uma revisão sistemática de literatura entre 2009 e 2019. Revista Ibero-Americanade Humanidades, Ciências e Educação, Criciúma, v.6. n.1, 2020. ISSN -2446-547X.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2003.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990. MMFDH/SNDCA. Edição atualizada. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-cr ianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2003.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2013.

BRENNAND, Eladio José de Goes; MEDEIROS, José Washington de Morais; FIGUEREDO, Maria do Amparo Caetano. Metodologia Científica na Educação à distância. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

OLIVEIRA, Bernardina Mª Juvenal Freire de; BRENNAND, Eládio Jose de Góes; LIMA, Izabel França de; DUARTE. Janete Silva (Org.). Diretrizes para confecção de teses/dissertações do PPGOA – PPGOA UFPB, João Pessoa, 2015.

CARVALHO, Luciana Carrion. Metanoia: histórias de vida, formação continuada e violência simbólica em uma escola do campo. [dissertação]. Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam esta questão. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002.

CORONA, George Francisco; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Violência escolar e seus enunciados materializados em pesquisas nacionais: uma revisão de literatura. Revista Cocar, [S. l.], v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4684. Acesso em: 25 jun. 2024.

ESTEVES, Pâmela. Seria a banalidade do mal um caminho para a compreensão da violência escolar? Revista Dialectus. Ano 9, n. 19, p. 176-196, ago. dez., 2020.

FELICIANO, Ramos Filho. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza,(Org.). Questão agrária e conflitos territoriais. São Paulo: Editora, 2016.

IMBERNÓN,F. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LUZ, Euzaide Claro da Silva da. Representações sociais sobre a violência nas escolas do campo do município de Cascavel, Paraná. [dissertação]. Universidade Estadual do Maringá, 2014.

MARINO, Leonardo Freire. Escola e violência: a busca por uma ampliação do termo violência escolar frente a realidade brasileira. E-Mosaicos, v. 8, n. 18, p. 130–144, 2019. DOI: https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2019.41998. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/41998/30755. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTOS, Ana Karina Campos Moreira; RAMOS, Natália. Violência e bullying em contexto escolar: contributos da perspectiva intercultural. Cadernos de Pesquisa, v. 23, n. 2, p. 16–30, 1 Set 2016 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5332. Acesso em: 25 jun 2024.

SAVIANI. D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 14 n. 40, p. 143-155, 2009.

SOARES, Ismênia Mangueira; BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. Inteligências múltiplas e autoria docente na produção de audiovisuais interativos. Revista Educação em Questão, Natal, v. 55, n. 43, p. 88-114, jan./mar. 2017.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac. Violência Simbólica e Práticas Escolares: um estudo com crianças indígenas. Educação, v. 47, n. 1, e22, p.1–22, 2022. DOI: 93 https://doi.org/10.5902/1984644468423. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/68423. Acesso em: 26 jun. 2024.

INTERVENÇÕES ESCOLARES PARA DIMINUIÇÃO DE AGRESSÃO EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Isabella Leandra Silva Santos [1]
Débora Cristina Nascimento de Lima [2]
Thais Emanuele Galdino Pessoa [3]
Edson Felipe Vieira Silva [4]
Carlos Eduardo Pimentel [5]

RESUMO

Comportamentos agressivos são definidos como qualquer ação que objetiva causar prejuízos a alvos específicos, assumindo uma infinidade de manifestações. A agressão é um tema de preocupação, em especial na adolescência, fase caracterizada por mudanças físicas, psicológicas e sociais. Assim, é necessário o desenvolvimento de estratégias para prevenção da agressão nesse público-alvo. Desse modo, o objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão de literatura acerca de intervenções para diminuição de comportamentos agressivos na adolescência. Foram considerados artigos publicados nos últimos cinco anos (entre 2020-2024), em português e inglês, na base de dados Scopus. A amostra final foi composta de dez artigos. Os resultados apontaram uma diversidade de metodologias nas intervenções; apesar disso, a maioria dessas atividades trabalharam tópicos como regulação emocional e resolução de conflitos como estratégias de prevenção da agressão. Oito intervenções foram eficazes na diminuição de comportamentos agressivos diversos, enquanto duas foram parcialmente eficazes, especificamente impactando apenas indicadores específicos de agressão e apresentando apenas efeitos indiretos, que foram mediados pela regulação emocional e autocontrole. É possível concluir que o objetivo do presente estudo foi cumprido, ressaltando a importância de atividades que promovam habilidades socioemocionais e/ou trabalho em equipe na prevenção de comportamentos agressivos. Apesar disso, pesquisas realizadas especificamente no contexto brasileiro ainda são necessárias.

Palavras-chave: Intervenções, Adolescência, Agressão.

INTRODUÇÃO

A agressão de forma geral é caracterizada como qualquer ação que objetiva causar danos a um alvo específico, que por sua vez objetiva evitar esse prejuízo (Bushman & Huesmann,

[1] Doutoranda pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, isabella.silva@academico.ufpb.br;
[2] Doutoranda pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, deboracristinalima58@gmail.com;
[3] Mestranda pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, thaisgaldino@live.com;
[4] Mestrando pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, Edsonfeliti@gmail.com;
[5] Professor orientador: Doutor em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba - PB, cep@academico.ufpb.br.

2010). Assim, ela pode variar conforme sua intensidade e forma de manifestação (e.g., agressão física, verbal, sexual etc.).

Numa perspectiva de desenvolvimento, a adolescência é um período crucial na compreensão da progressão de condutas e comportamentos agressivos. Nessa fase, as relações interpessoais se tornam centrais para a construção da identidade e saúde mental; ademais, aspectos neurológicos (e.g., desenvolvimento de áreas relacionadas ao autocontrole), psicológicos (e.g., autoestima), e sociais (e.g., condições socioeconômicas, relações familiares) específicos da adolescência podem afetar a probabilidade de comportamentos agressivos (Kaveh et al., 2022).

Nesse sentido, não é apenas necessário compreender quais são os fatores de risco para a agressão em adolescentes, mas como desenvolver intervenções para prevenir esses comportamentos. Como destacado por Williams et al. (2023), estratégias de prevenção que busquem desenvolver habilidades de resolução de conflito pacíficas, bem como promover comportamentos positivos, devem ser integradas aos ambientes de convivência comuns de adolescentes, em especial o contexto escolar. Apesar disso, esse ainda é um tema escassamente abordado no contexto brasileiro.

A partir disso, destaca-se a necessidade do estudo da agressão em adolescentes, bem como estratégias para mitigá-la: essa variável é considerada uma das preocupações mais significativas para a faixa etária no que diz respeito à saúde pública (Zinatmotlagh et al., 2013). Portanto, considerando a relevância de intervenções que promovam relações interpessoais saudáveis, o objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão de literatura acerca de intervenções para redução da agressão com adolescentes.

METODOLOGIA

Foram considerados para essa revisão artigos publicados entre 2020-2024 (últimos cinco anos), nos idiomas português ou inglês. Estes deveriam ser estudos empíricos com público adolescente, que descrevessem intervenções realizadas no contexto escolar. Por outro lado, foram desconsideradas pesquisas que não apresentassem resultados empíricos (e.g. protocolos de pesquisa).

A base de dados Scopus foi utilizada para realização das buscas, em específico, aplicando os termos "*intervention*" AND "*aggression*" AND "*school*". Essa busca inicial levou

a um total de 691 artigos no período de interesse. Para especificar a amostra, os resultados foram limitados a apenas artigos em estágio final de publicação, que continham as palavras-chave "*Adolescence*", "*adolescent*", "*adolescent behavior*", ou "*adolescents*". Essas especificações levaram a um total de 295 artigos. Uma análise dessa amostra utilizando os critérios de elegibilidade e uma leitura posterior dos textos completos levou a manutenção de dez artigos na amostra final, incluída na revisão.

A amostra final passou por uma síntese qualitativa. Inicialmente, foram tabulados os dados bibliométricos dos estudos; a seguir, foram apresentados detalhes das intervenções desenvolvidas; finalmente, sua eficácia e a forma em que esta foi averiguada foram sumarizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados Bibliométricos

A **Tabela 1** detalha informações bibliométricas dos estudos. De modo geral, todos os artigos foram publicados em inglês, com apenas o ano de 2021 não contando com nenhum estudo publicado.

Tabela 1 - Dados Bibliométricos.

Autores (Ano)	Título	Revista
Epelde-Larrañaga et al. (2020)	Music as a Resource Against Bullying and Cyberbullying: Intervention in two Centers in Spain	Sustainability
Scheithauer et al. (2020)	Preventive interventions for children in organized team sport tackling aggression: Results fromthe pilot evaluation of "Fairplayer.Sport"	Child & Adolescent Development
Trajkovic et al. (2020)	Reducing Aggression and Improving Physical Fitness in Adolescents Through an After-School Volleyball Program	Frontiers in Psychology
Kaveh et al. (2022)	The Effect of a Theory-Based Educational Intervention on Reducing Aggressive Behavior among Male Students: A Randomized Controlled Trial Study	BioMed Research International

Salem et al. (2023)	Empathic Skills Training As Means of Reducing Cyberbullying among Adolescents: An Empirical Evaluation	International Journal of Environmental Research and Public Health
Williams et al. (2023)	Effectiveness of Digital Health Tools to Prevent Bullying among Middle School Students	Adolescents
Zareei et al. (2023)	Effectiveness of the Positive Youth Development (PYD) Program on reducing aggression among high school female students	BMC Women's Health
Zhang & Zhang (2023)	How could mindfulness-based intervention reduce aggression in adolescent? Mindfulness, emotion dysregulation and self-control as mediators	Current Psychology
Niolon et al. (2024)	High School Follow-Up of the Dating Matters® RCT: Effects on Teen Dating Violence and Relationship Behaviors	Prevention Science
Siu et al. (2024)	The impact of the parenting for respectability programme on violent parenting and intimate partner relationships in Uganda: A pre-post study	Plos One

Fonte: elaborada pelos autores.

Detalhamento das Intervenções

As intervenções que compuseram a amostra (**Tabela 2**) abordaram diversos tipos de agressão, especificamente: bullying e cyberbullying, agressão física, verbal e relacional e violência no namoro. Acerca das atividades realizadas, a maioria das intervenções não abordou a agressão diretamente, optando por trabalhar questões como habilidades sociais, de resolução de problemas e manejamento de emoções negativas, como a raiva e a ansiedade. Essa abordagem é corroborada por estudos anteriores: como ressaltado por Badaly et al. (2012), a dinâmica das interações interpessoais é uma questão chave para o desenvolvimento de comportamentos agressivos na adolescência: assim, estratégias que abordam formas

positivas de construção de vínculos com os pares podem contribuir para diminuição da agressão nesse público.

Tabela 2 - Detalhamento das Intervenções.

Autores (Ano)	Amostra	Intervenção
Epelde-Larrañaga et al. (2020)	N = 200 (idade média de 11,98)	Durante quatro meses, os adolescentes foram organizados em grupos e ensaiaram a performance conjunta de uma música.
Scheithauer et al. (2020)	N = 145 (idade média de 12,2)	O programa é direcionado a clubes de futebol adolescente, com treinamento de habilidades socioemocionais em conjunto a prática normal durante oito meses (autopercepção, regulação emocional, tomada de perspectiva, empatia, cooperação e *fairplay*).
Trajkovic et al. (2020)	N = 107	Durante 64 sessões, divididas em oito meses, os adolescentes do grupo da intervenção participaram de treinos de vôlei após as aulas normais.
Kaveh et al. (2022)	N = 98 (idade média de 14,28)	A intervenção contou com cinco sessões de uma hora, que discutiam tanto a agressão e variáveis relacionados quanto habilidades interpessoais, de resolução de problemas e de manejamento da raiva.
Salem et al. (2023)	N = 217 (idade média de 15,1)	20 sessões de 45 a 60 minutos de duração e baseadas na Terapia Cognitivo-Comportamental foram realizadas virtualmente.
Williams et al. (2023)	N = 699 (idade média de 11,64)	20 lições de duração média de 45 minutos foram aplicadas em sala de aula, abordando: autoimagem, tomada de decisão, uso de drogas, mídia violenta, manejamento de ansiedade e raiva, habilidades sociais e de comunicação, assertividade, resolução de conflitos, bullying e cyberbullying.
Zareei et al. (2023)	N = 30	Oito sessões semanais de 1 hora e meia abordaram: habilidades interpessoais e de comunicação, identidade positiva, resolução de conflitos, justiça e

		assertividade.
Zhang & Zhang (2023)	N = 80	Durante oito semanas, os adolescentes participaram de sessões semanais de duas horas de prática de *mindfulness* e ioga.
Niolon et al. (2024)	N = 2840 (idade média = 11,9)	A intervenção foi incluída no currículo dos adolescentes durante três anos, com discussões focadas em relacionamentos românticos seguros.
Siu et al. (2024)	N = 484 (pais e responsáveis) e 212 (adolescentes)	Através de 16 sessões, pais e filhos trabalham processos psicossociais associados a problemas nos relacionamentos familiares, tanto individualmente quanto em grupo.

Fonte: elaborada pelos autores.

Eficácia das Intervenções

Oito das dez intervenções apresentadas foram eficazes em impactar diretamente, diminuindo os níveis de agressão nos participantes. Um exemplo desse grupo é o projeto *Fairplayer.Sport*, apresentado por Scheithauer et al. (2020): os autores observaram que em comparação com um grupo controle (a lista de espera de participação) níveis de comportamento agressivo diminuíram após a intervenção e que esses efeitos se mantiveram após três meses.

Dois outros estudos foram parcialmente eficazes. Zareei et al. (2023) observaram impactos apenas na agressão verbal comparando o grupo da intervenção e controle em um estudo apenas com meninas. Uma possível explicação para esses resultados é o fato de que meninas tendem a apresentar maiores índices de agressão verbal em comparação com a agressão física (Björkqvist, 2018). Já na pesquisa de Zhang e Zhang (2023), os impactos da intervenção foram apenas indiretos, mediados pela regulação emocional e autocontrole. O impacto de ambas as variáveis na agressão é corroborado por pesquisas prévias (e.g., Denson et al., 2012). Essa relação também pode explicar a eficácia de outros estudos na amostra, que continham atividades acerca de ambos os tópicos como parte das intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão da literatura acerca de intervenções para diminuição da agressão em adolescentes. Tal objetivo foi alcançado, sendo

sumarizadas evidências de dez estudos, que utilizando diversas estratégias abordaram o tema. Dentre as intervenções eficazes, destaca-se duas estratégias principais: a abordagem direta de habilidades socioemocionais e comportamentos positivos a longo prazo ou a utilização de atividades que promovem o trabalho em equipe contextualizadas na realidade dos adolescentes. Essas questões podem ser consideradas no desenvolvimento de atividades posteriores.

Desse modo, essa revisão contribui para a construção de conhecimento, apontando evidências e estratégias já existentes para diminuição da agressão na adolescência, e também destacando lacunas da literatura prévia: um exemplo seria a ausência de estudos brasileiros sobre o tópico. Por outro lado, destacam-se também as limitações, em especial, o uso exclusivo da Scopus como base de dados, mesmo considerando sua abrangência. Os cinco anos incluídos na amostra também convergem com o período da pandemia e isolamento social, o que pode ter impactado a quantidade de estudos sobre tópicos-afim. Apesar dessas limitações, estudos futuros podem utilizar os dados apresentados para o desenvolvimento de intervenções na área, em especial no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BADALY, Daryaneh; KELLY, Brynn M.; SCHWARTZ, David; et al. Longitudinal Associations of Electronic Aggression and Victimization with Social Standing During Adolescence. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 42, n. 6, p. 891–904, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10964-012-9787-2>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BJÖRKQVIST, Kaj. Gender differences in aggression. **Current Opinion in Psychology**, v. 19, p. 39–42, 2018. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2352250X17300854>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BUSHMAN, Brad J.; HUESMANN, L. Rowell. Aggression. Em: S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), **Handbook of Social Psychology**, 5 ed., pp. 833–863. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons. 2010.

DENSON, Thomas F.; DEWALL, C. Nathan; FINKEL, Eli J. Self-Control and Aggression. **Current Directions in Psychological Science**, v. 21, n. 1, p. 20–25, 2012. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0963721411429451>. Acesso em: 8 ago. 2024.

KAVEH, Mohammad Hossein; GHAYSARI, Ehtesham; GHAHREMANI, Leila; et al. The Effect of a Theory-Based Educational Intervention on Reducing Aggressive Behavior among

Male Students: A Randomized Controlled Trial Study. **BioMed Research International**, v. 2022, p. 1–11, 2022. Disponível em: <https://www.hindawi.com/journals/bmri/2022/6308929/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SCHEITHAUER, Herbert; LEPPIN, Nico; HESS, Markus. Preventive interventions for children in organized team sport tackling aggression: Results from the pilot evaluation of "Fairplayer.Sport". **New Directions for Child and Adolescent Development**, v. 2020, n. 173, p. 49–63, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cad.20380>. Acesso em: 8 ago. 2024.

WILLIAMS, Christopher; GRIFFIN, Kenneth; BOTVIN, Caroline; et al. Effectiveness of Digital Health Tools to Prevent Bullying among Middle School Students. **Adolescents**, v. 3, n. 1, p. 110–130, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-7051/3/1/9>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ZAREEI MAHMOODABADI Z, Hassan; EBRAHIMI, Asieh; SOORESHJANI, Razieh Heydari. Effectiveness of the Positive Youth Development (PYD) Program on reducing aggression among high school female students. **BMC Women's Health**, v. 23, n. 1, p. 340, 2023. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-023-02487-w>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ZINATMOTLAGH, Fazel; ATAEE, Mari; JALILIAN, Farzad; et al. Predicting Aggression among Male Adolescents: an Application of the Theory of Planned Behavior. **Health Promotion Perspectives**, v. 3, n. 2, pp. 269-275. 2013. Disponível em: <http://journals.tbzmed.ac.ir/HPP/Abstract/HPP_73_20140108111232>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ZHANG, Anbang; ZHANG, Qian. How could mindfulness-based intervention reduce aggression in adolescent? Mindfulness, emotion dysregulation and self-control as mediators. **Current Psychology**, v. 42, n. 6, p. 4483–4497, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12144-021-01778-5>. Acesso em: 8 ago. 2024.

MÍDIA VIOLENTA COMO VARIÁVEL DE RISCO NO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL DE ADOLESCENTES: O PAPEL MEDIADOR DA HOSTILIDADE

Isabella Leandra Silva Santos [1]
Débora Cristina Nascimento de Lima [2]
Thais Emanuele Galdino Pessoa [3]
Edson Felipe Vieira Silva [4]
Giovanna Barroca de Moura[5]
Carlos Eduardo Pimentel [6]

RESUMO

O comportamento antissocial é caracterizado como qualquer ação desviante das normas sociais. Esses comportamentos tendem a apresentar um aumento significativo na adolescência, sendo necessário compreender fatores de risco para tal desenvolvimento nesse período. Com base nestas informações, o objetivo do presente estudo foi observar os impactos da mídia violenta no comportamento antissocial de adolescentes. Ademais, também foi investigado o papel mediador da hostilidade nessa relação. Para tal, participaram da pesquisa 396 adolescentes paraibanos (idade média: 16,03 anos, DP = 1,32, 56,06% meninas), que responderam à Escala de Hostilidade, a *Self-Reported Delinquency—Problem Behavior Frequency Scale*, e itens sobre consumo de mídia violenta (música, filme e jogos). Os resultados demonstraram que a mídia violenta possui efeitos diretos ($\lambda = 0{,}16$, $p < 0{,}01$) e indiretos, mediados pela hostilidade ($\lambda = 0{,}03$, $p \leq 0{,}01$) no comportamento antissocial: assim, quanto maior o consumo desses conteúdos, maior a hostilidade e, por consequência, a probabilidade de se agir de forma antissocial. É possível concluir que os objetivos do presente estudo foram cumpridos, destacando como o que adolescentes consomem em músicas, filmes e jogos eletrônicos podem ser um fator de risco para comportamentos negativos. Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de estratégias de conscientização que abordem um consumo responsável e equilibrado de mídia.

Palavras-chave: Comportamento antissocial, Adolescência, Hostilidade, Mídia.

INTRODUÇÃO

[1] Doutoranda pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, isabella.silva@academico.ufpb.br;
[2] Doutoranda pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, deboracristinalima58@gmail.com;
[3] Mestranda pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, thaisgaldino@live.com;
[4] Mestrando pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - PB, Edsonfeliti@gmail.com;
[5] Doutoranda pelo Curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba - PB, giovannabarroca@gmail.com;
[6] Professor orientador: Doutor em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba - PB, cep@academico.ufpb.br.

O comportamento antissocial pode ser definido como uma ação que desvia das normas e expectativas do contexto social; elas podem também gerar consequências negativas para aqueles afetados pelo comportamento (Dias et al., 2014; Nardi et al., 2016). É relevante diferenciar o conceito de comportamento delitivo e de agressão. O comportamento antissocial é um termo guarda-chuva, que abrange toda ação socialmente indesejável; por outro lado, apenas comportamentos que causam dano a outras pessoas são considerados agressivos, e aqueles tipificados no código penal vigente são comportamentos delitivos (Medeiros et al., 2017).

Pesquisas sobre o desenvolvimento do comportamento antissocial indicam que estes chegam ao seu ápice na adolescência, período do desenvolvimento entre os 12 e 18 anos (Sijtsema & Lindenberg, 2018). Esse aumento significativo em ações antissociais pode ocorrer principalmente como uma consequência de fatores sócio-contextuais negativos (e.g., violência no ambiente familiar) ou como imitação, numa estratégia de facilitação da aceitação em novos grupos sociais (Lobraico et al., 2020; Moffit, 2010).

Assim, os fatores de risco e proteção do comportamento antissocial são multifacetados. Dentre eles, está a mídia violenta, caracterizada como qualquer obra midiática que retrate agressão, seja esta fictícia ou real (Bushman, 2017). A mídia violenta pode afetar o comportamento antissocial tanto a curto quanto longo prazo, por meio de mecanismos como a dessensibilização a violência e desenvolvimento de vieses na percepção, bem como o aumento de afetos negativos e a criação/fortalecimento de crenças, atitudes e repertórios comportamentais antissociais (Santos et al., 2023).

Por se tratar de uma relação complexa, outras variáveis podem mediar e moderar os impactos da mídia no comportamento. A hostilidade é uma possibilidade. Esta é definida como um conjunto de atitudes, crenças e expectativas negativas em relação aos outros, sendo a desconfiança e irritabilidade elementos centrais (Cavalcanti et al., 2019). Estudos prévios, como o de Swing e Anderson (2014) já apontam para um possível papel mediador da alta hostilidade na relação entre o consumo de mídia violenta e o comportamento antissocial, especificamente o agressivo.

Destaca-se, portanto, a partir dessa apresentação, a relevância do estudo: a mídia está presente na vida diária de crianças e adolescentes, e dados anteriores já indicam a prevalência do consumo de conteúdo violento nesse público (e.g., Clement, 2024). Assim, compreender seus impactos no comportamento antissocial, bem como possíveis variáveis que os afetem, é

essencial. Nesse sentido, o presente estudo objetivou observar o impacto da mídia violenta no comportamento antissocial em adolescentes; especificamente, também foi analisado o papel mediador da hostilidade.

METODOLOGIA

Amostra

Participaram da pesquisa 396 adolescentes, com uma idade média de 16,03 anos (DP = 1,32). Dentre eles, 56,06% eram meninas e 53,03% de escolas privadas.

Instrumentos

Para medir o consumo de mídia violenta, foram utilizados três itens (música, filmes e jogos, α = 0,70) que questionavam o quão violentos eram os conteúdos consumidos usualmente pelo participante (de nada a muito violentos). Já a hostilidade foi mensurada pela versão da Escala de Hostilidade do *Symptom Checklist 90* adaptada por Cavalcanti et al. (2019), de modo a ser utilizada singularmente. Ela é composta de seis itens respondidos através de uma escala de quatro pontos (de nunca a sempre, α = 0,71). Finalmente, o comportamento antissocial foi acessado utilizando a *Self-Reported Delinquency—Problem Behavior Frequency Scale* (Dahlberg et al., 2005). O instrumento, composto por oito itens, solicita que o participante aponte quantas vezes nos últimos 30 dias realizou uma série de comportamentos antissociais (e.g., entrar em algum lugar sem pagar, α = 0,62).

Procedimentos

A coleta de dados foi realizada em escolas públicas e particulares da cidade de Guarabira, de forma presencial. Para tal, os alunos participantes receberam instruções acerca do questionário, e foram acompanhados por pesquisadores treinados durante todo o processo. A participação só ocorreu mediante assinatura de termo de assentimento livre e esclarecido. As normas vigentes referentes a ética em pesquisa com seres humanos (Resolução 510/16) foram devidamente cumpridas.

Análise de Dados

O *software* estatístico JASP foi utilizado para realizar análises relevantes aos objetivos do estudo. Especificamente, foram conduzidas: análises descritivas, correlações bivariadas e uma *path analysis* (para testar o papel mediador da hostilidade).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A **Tabela 1** detalha as correlações dos construtos de interesse, destacando que todos estão relacionados positiva e significativamente. Como apontado na **Figura 1**, essas relações são mantidas num modelo de mediação: a mídia violenta impacta diretamente o comportamento antissocial ($\lambda = 0{,}16$, $p < 0{,}01$). Ela também possui efeitos indiretos, mediados pela hostilidade ($\lambda = 0{,}03$, $p \leq 0{,}01$).

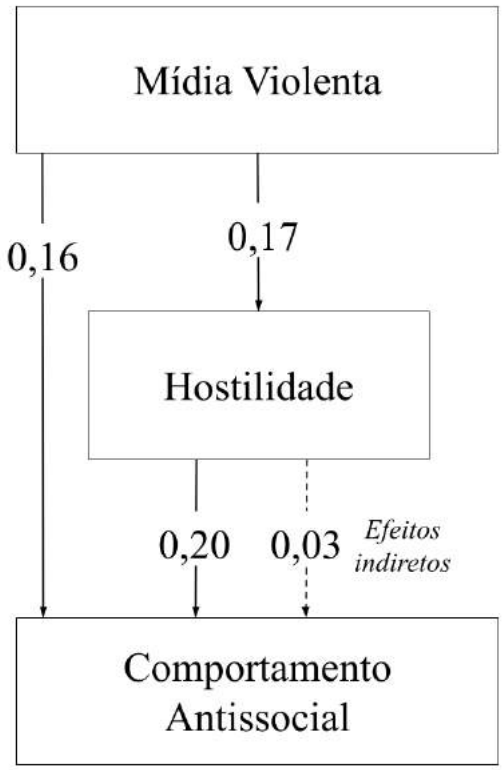
Tabela 1 - Médias, Desvio-padrão e Correlações bivariadas.

Variável	Média (DP)	Comportamento antissocial	Mídia Violenta
Comportamento antissocial	1,34 (0,33)	-	
Mídia Violenta	1,22 (1,03)	0,20	-
Hostilidade	1,53 (0,39)	0,22	0,17

Notas: $p \leq 0{,}01$ em todos os valores.

Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 1 - Modelo de Mediação.



Notas: p ≤ 0,01 em todos os valores.

Fonte: elaborada pelos autores

Os impactos diretos da mídia no comportamento antissocial são corroborados por estudos anteriores: numa meta-análise incluindo 33 estudos, Martins e Weaver (2019) observaram que a magnitude dessa relação variava entre pequena e média (até r = 0,21), de forma similar ao apontado no presente estudo. Estudos futuros podem investigar que conteúdos específicos impactam mais significativamente adolescentes, desde representação de níveis mais baixos de agressão até violência mais extrema.

Ademais, o papel mediador da hostilidade na relação mídia x comportamento vai de acordo com os resultados de Swing e Anderson (2014): assim, é possível hipotetizar que uma das consequências da exposição a mídia violenta é uma maior irritabilidade e atitude negativa em relação a outras pessoas; por sua vez, isso influenciaria o envolvimento em comportamentos socialmente indesejáveis (Cavalcanti et al., 2019; Santos et al., 2023). Pesquisas posteriores podem investigar essa relação num contexto experimental, de modo a analisar efeitos de curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi investigar os impactos da mídia violenta no comportamento antissocial de adolescentes, além do papel mediador da hostilidade. Ambos os objetivos foram cumpridos, ressaltando que um alto consumo de conteúdos agressivos podem levar a um aumento na hostilidade, e por consequência, no comportamento antissocial. Apesar desses resultados contribuírem para a compreensão do desenvolvimento de adolescentes brasileiros, é importante ressaltar as limitações de dados correlacionais e coletas de dados por conveniência: sendo assim, suposições de causalidade devem ser cuidadosas.

Mesmo assim, destacam-se as contribuições do estudo. Compreendendo o consumo de mídia como fator de risco para ações socialmente inadequadas, pais e responsáveis devem ser orientados a observar os conteúdos consumidos e compartilhados por adolescentes nas mais diversas plataformas. Psicólogos sociais e escolares-educacionais também podem desenvolver campanhas de conscientização acerca do consumo responsável de mídia, trabalhando em conjunto com equipes multidisciplinares das escolas.

REFERÊNCIAS

BUSHMAN, Brad J. **Aggression and violence**. New York, NY: Routledge. 2017

CAVALCANTI, Jaqueline Gomes; MOURA, Giovanna Barroca De; PIMENTEL, Carlos Eduardo. Psychometric parameters of the subscale of hostility from the Symptom Checklist 90 (SCL-90). **Psico-USF**, v. 24, n. 2, p. 373–381, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712019000200373&tlng=en>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CLEMENT, J. **Top video game genres worldwide by age 2023**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1263585/top-video-game-genres-worldwide-by-age/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

DAHLBERG, Linda; TOAL, Susan; SWAHN, Monica; BEHRENS, Christopher. **Measuring Violence-Related Attitudes, Behaviors, and Influences Among Youths: A Compendium of Assessment Tools (2 edição)**. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control. 2005.

DIAS, Camila; OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de; AZNAR-FARIAS, Maria. Comportamentos antissociais e delitivos em adolescentes. **Aletheia**, n. 45, p. 101–113, 2014.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-03942014000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 23 jul. 2024.

LOBRAICO, Emily J.; BRAY, Bethany C.; FEINBERG, Mark E.; et al. Constellations of family risk for long-term adolescent antisocial behavior. **Journal of Family Psychology**, v. 34, n. 5, p. 587–597, 2020. Disponível em: <https://doi.apa.org/doi/10.1037/fam0000640>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MARTINS, Nicole; WEAVER, Andrew. The role of media exposure on relational aggression: A meta-analysis. **Aggression and Violent Behavior**, v. 47, p. 90–99, 2019. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1359178918300776>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MEDEIROS, Bruno Gonçalves De; PIMENTEL, Carlos Eduardo; SARMET, Maurício Miranda; et al. "Brutal Kill!" Violent video games as a predictor of aggression. **Psico-USF**, v. 25, n. 2, p. 261–271, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712020000200261&tlng=en>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MOFFITT, Terrie. Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. Em: BEAVER (Ed.), **Biosocial Theories of Crime**. Routledge. 2010.

NARDI, Fernanda Lüdke; HAUCK FILHO, Nelson; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 63–70, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000100063&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SANTOS, Isabella Leandra Silva; MARIANO, Tailson Evangelista; PIMENTEL, Carlos Eduardo. **O Modelo Geral da Agressão: Contribuições teórico-práticas e Aplicações ao Contexto Brasileiro**. João Pessoa, PB: Editora UFPB. 2023.

SIJTSEMA, Jelle J.; LINDENBERG, Siegwart M. Peer influence in the development of adolescent antisocial behavior: Advances from dynamic social network studies. **Developmental Review**, v. 50, p. 140–154, 2018. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0273229717300527>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SWING, Edward L.; ANDERSON, Craig A. The role of attention problems and impulsiveness in media violence effects on aggression. **Aggressive Behavior**, v. 40, n. 3, p. 197–203, 2014.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ab.21519>. Acesso em: 23 jul. 2024.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS PARA FORMAÇÃO DOCENTE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Walternice Olimpio Silva de Melo[1]
Edna Gusmão de Góes Brennand[2]
Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho[3]

RESUMO

A formação docente continuada, preconizada no magistério, é permeada de desafios para os caminhos que precisam ser percorridos no enfrentamento à violência escolar e nas práticas educativas que respondam aos problemas vivenciados. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo diagnosticar os Recursos Digitais Abertos (RED's) sobre violência escolar para a formação permanente de professores da educação básica, a partir dos recursos educacionais disponíveis na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais. O percurso metodológico adotado foi baseado no diagnóstico da necessidade de intervenção a partir da concepção de um Projeto Técnico Aplicado (PTA) para a coleta e a análise dos dados de base de monitoramento da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais. Os principais achados do diagnóstico apontam que menos de 28% dos recursos educacionais abertos para formação docente e enfrentamento da violência encontram-se efetivamente acessíveis e que o alcance da plataforma mostra-se ineficaz em relação aos acessos aos conteúdos, evidenciando a necessidade da disponibilidade de recursos educacionais abertos, efetivamente acessíveis, e da sua maior disseminação para que contribuam para a formação docente e o enfrentamento da violência escolar. Ademais, os resultados evidenciam uma demanda potencial de produção de novos RED's para fomentar as ações urgentes que respondam ao problema da violência escolar.

Palavras-chave: Educação, Violência Escolar, Recursos Educacionais Abertos, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A violência é uma realidade que a sociedade vem enfrentando ao longo dos séculos e se configura de forma persistente até os dias atuais, sendo praticada e vivenciada nos ambientes sociais e escolares, que tem provocado muitas inquietações e inseguranças por parte de toda a população, especialmente, no que diz respeito aos espaços escolares, considerados e visualizados como lugares de paz, segurança e educação, como de fato, devem ser, saudáveis e

[1]Mestranda do Curso de Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, waltenice@hotmail.com
[2]Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ednabrennand@gmail.com
[3]Professor do Instituto Federal da Paraíba - IFPB e Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, alvaro.cavalcanti@ifpb.edu.br

seguros, para promover desenvolvimento humano e educação de qualidade, cumprindo seu papel social, formativo e democrático, que preza pela garantia dos direitos humanos e pela aprendizagem, sendo objeto de estudo para muitos pesquisadores, como Lima (2021), Saadi Tosi (2017), Andrês (2012), Hayeck (2009), Paviani (2016), Priotto e Boneti (2009), dentre outros.

No Brasil, a violência é a causa principal da morte de jovens entre 15 e 29 anos, que no ano de 2021, os dados apontam que dos 47. 847 homicídios ocorridos no Brasil, 50, 6% eram jovens entre 15 e 29 anos (Ipea, 2023), que têm suas vidas retiradas de forma precoce, afirmando que os direitos humanos não são assegurados, demonstrados a partir do Atlas da violência referente ao ano de 2023. É pertinente ainda salientar que os dados disponíveis enfatizam a letalidade, havendo a inexistência de dados registrados acerca das ocorrências de Violência Escolar, espaço onde há outros tipos e formas em que a violência se perpetua de forma oculta e assim, indispõe de dados para esses acontecimentos frequentes no cotidiano das escolas. A violência nas escolas se estabelece como uma problemática que necessita de atenção, considerando os prejuízos provenientes dos atos violentos na vida das vítimas, impactando imensamente em seu desenvolvimento humano, sobretudo, por meio do bullying e do cyberbullying, fazendo com que crianças e adolescentes causem ou sofram danos devastadores ou atentem contra a própria vida ou a vida de outra pessoa, resultando em morte, de modo especial, aos mais vulneráveis (UNESCO, 2019).

É preciso ressaltar ainda que, alguns atos violentos acontecem de forma despercebida nas instituições de ensino, em que fica notadamente expresso a falta de conhecimento dos profissionais da educação, para identificar e enfrentar a violência escolar por meio de ações educativas e formativas, transformando essa realidade tão lamentável a qual estamos enfrentando ao longo dos séculos e se agravamento ainda mais com advento da internet e das tecnologias digitais.

Desta forma, considera-se que a formação docente continuada, preconizada no magistério, é necessária para o enfrentamento da violência escolar, que vem repercutindo e trazendo desafios para os caminhos que precisam ser percorridos para subsidiar as práticas educativas que respondam ao problema vivenciado, frequente e persistente, causando inúmeras vítimas e prejuízos na qualidade de vida das pessoas e do processo educacional, do desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico do nosso país, uma vez que,

vidas são perdidas precocemente diante da violência, outras vítimas vivem consequências irreparáveis e significativas que interferem ao longo da vida.

Diante disto, por sua relevância e complexidade, a violência é um tema que precisa ser contemplado nos mais diversos espaços de discussão, por pesquisadores, professores, pela sociedade, de forma geral, deve ser prioridade para o Poder Público, para a elaboração e execução de políticas públicas, para que, coletivamente, possam enfrentar a violência em todos os contextos, enfatizando as escolas, extensão social e familiar para realizar o desenvolvimento integral dos sujeitos, garantindo os direitos fundamentais dos seres humanos em formação, através de toda a comunidade escolar, que necessita de um ambiente educativo, saudável, seguro e livre dos prejuízos advindos dos atos violentos.

Para contribuir com o enfrentamento da violência escolar, este artigo tem como objetivo diagnosticar os Recursos Digitais Abertos - RED's sobre violência escolar para a formação permanente de professores da educação básica, a partir dos recursos educacionais disponíveis na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, cujo objetivo de reunir e disponibilizar em um único lugar, recursos educacionais digitais, produzido por e para professores.

Este artigo encontra-se estruturado em seis (06) seções, apresentando-se da seguinte forma: Introdução, Metodologia, Referencial Teórico, Resultados e Discussão, Considerações Finais e Referências.

METODOLOGIA

Nesta parte do artigo, encontra-se descrita a metodologia utilizada para o mapeamento das bases conceituais e teóricas para subsidiar o diagnóstico da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais (RED's) e as diretrizes adotadas para a elaboração da presente investigação.

Tipo de Pesquisa

Para este estudo adotou-se o tipo de pesquisa exploratória, que tem como objetivo "proporcionar maior intimidade com o fenômeno estudado" (Brennand; Medeiros; Figueiredo, 2012, p. 69). A pesquisa de tipo exploratória compõe a etapa inicial de toda pesquisa científica

(Brennand; Medeiros; Figueiredo, 2012, p. 69). Esse tipo de pesquisa busca levantar informações e contribuir com a investigação, possibilitando maior proximidade do pesquisador com o objeto de estudo. “Esse tipo de pesquisa visa buscar informações detalhadas sobre determinado assunto investigado no intuito de familiarizar-se ou obter nova percepção do fenômeno” (Brennand; Medeiros; Figueiredo, 2012, p. 69).

Para a construção do estado do conhecimento foram utilizadas as bases de dados de documentos científicos Scientific Electronic Library Online (SciELO), que consiste em uma biblioteca virtual com periódicos científicos brasileiros, em configuração eletrônica; Google Acadêmico, que é uma plataforma de busca online, proporcionada pelo Google, sendo uma ferramenta que disponibiliza artigos, teses, dissertações, dentre outros gêneros de origem acadêmica; e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que reúne e disponibiliza em portal único, teses e dissertações defendidas em instituições de ensino e pesquisa, brasileiras e no exterior, quando, defendida por brasileiros nos demais países, disseminando a produção científica.

As buscas do estado do conhecimento foram realizadas a partir dos descritores “Violência” e “Violência Escolar” e contemplaram o período de março a junho do ano de 2024, etapa de estudo destinada à revisão da literatura disponível nas bases de periódicos considerados de cunho científico relevante. A seleção dos arquivos oriundos das buscas pela literatura disponível nos periódicos a partir dos descritores citados acima e considerados relevantes para esta pesquisa, foi realizada de modo a apreciar os mais pertinentes através da leitura dos títulos, seguido dos resumos e palavras-chave.

Os documentos científicos baixados e utilizados foram essenciais para subsidiar todo o percurso percorrido para a construção do diagnóstico. Com efeito, foram analisados os conteúdos educacionais digitais disponíveis na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais (https://plataformaintegrada.mec.gov.br) para contribuir com a formação permanente de docentes para o enfrentamento da violência escolar. A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, de titularidade do Ministério da Educação - MEC, surgiu em outubro do ano de 2015 e foi desenvolvida numa parceria coletiva entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professoras (es) da Educação Básica de todo o Brasil (Mec). A proposta da Plataforma é disponibilizar em espaço único os Recursos Educacionais Digitais dos principais portais/sites

de busca, para facilitar e melhor promover a aprendizagem nos ambientes escolares, especialmente, no contexto da sala de aula (Brasil, Ministério da Educação).

Configuração do Diagnóstico

A elaboração do presente diagnóstico da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais (RED) tem como embasamento as diretrizes de Brennand *et al.* (2015), que compreendem a delimitação da situação problema, busca de informações, delimitação de indicadores, análise das informações, planejamento da intervenção, escopo, dados de base. A Figura 01 ilustra o percurso metodológico do presente diagnóstico.

Figura 01 – Percurso de construção do diagnóstico a partir de Brennand *et al.* (2015)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024) a partir de Brennand *et al.* (2015).

O percurso de diagnóstico acerca do objeto deste estudo para a necessidade de intervenção e seu planejamento contemplou as sete (07) etapas, conforme ilustrado na Figura 01, sendo iniciado com a delimitação da situação problema. Pensando em contribuir para o enfrentamento da violência escolar, com as mudanças nas quais se almejam para as escolas e para toda a sociedade, em meio a um mundo cada vez mais globalizado, tecnológico, informatizado e com ferramentas digitais eficazes, como as TDCIs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) é que se considera pertinente a inquietação sobre como a

Plataforma Integrada MEC RED disponibiliza aos docentes da educação básica conteúdos relevantes para o enfrentamento da Violência Escolar?

Os elementos fundamentais para amparar o presente diagnóstico foram constituídos a partir de duas fases centrais, quais sejam, contemplando o estudo do conhecimento à luz da literatura disponível, bem como, examinando a Plataforma Integrada MEC RED, enfatizando suas funcionalidades, a partir dos recursos educacionais disponíveis por meio dos descritores "Violência" e "Violência escolar", explorando acerca das possibilidades de inserção de conteúdos audiovisuais educativos, que contemplem a formação permanente de docentes da educação básica para o enfrentamento da violência escolar.

Campo Empírico

A Plataforma Integrada MEC RED (https://plataformaintegrada.mec.gov.br), é um espaço que dispõe de Recursos Educacionais Digitais, agregando tais recursos em uma única ferramenta, e para isso, conta com os principais portais abertos, como: Instituto Crescer; Rede Escola Digital; Instituto Educadigital; Portal do Professor; Banco Internacional de Objetos Educacionais - BIOE; Portal Domínio Público; Impulsiona Educação Esportiva; Instituto Península; Telefônica Fundação Vivo; Safernet.org.br; Fundação Lemann; TV Escola; Impa; Futura; Estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF; AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira). Qualquer usuário pode deixar sua sugestão de outro site para ser integrado na Plataforma para o alcance de maior disponibilidade de materiais digitais. Os Recursos Educacionais Digitais também são disponibilizados por meio de professores que atuam na Educação Básica e os compartilham, inserindo-os no repositório da Plataforma.

Através da Plataforma Integrada MEC RED, é possível publicar Recursos Educacionais Digitais nos mais diversos tipos e formatos, como vídeos, infográficos, jogos, animações e outros recursos destinados à educação, facilitando o processo de aprendizagem por meio dos recursos disponíveis. Por meio da Plataforma Integrada MEC RED, também é possível fazer buscas dos Recursos Educacionais Digitais disponíveis, na página inicial da Plataforma, ao digitar o que está buscando, podendo utilizar filtros, como: Componente Curricular; o Tipo de Recurso desejado; a Etapa de Ensino e Palavras-chave; ranqueados a partir das avaliações, estrelas, comentários, curtidas, bem como, pelas informações sobre o recurso.

É preciso acentuar que a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, a partir de realização de cadastro com email e senha de acesso, o uso da conta é similar a uma rede social, com perfil e atividades, status e conquistas, recursos guardados, favoritos, guardar, seguir, comentar, compartilhar e baixar coleções, seguir outros colaboradores, interagindo e contribuindo para a melhoria das práticas pedagógicas e da aprendizagem nas escolas brasileiras.

ESTADO DO CONHECIMENTO

A violência é um problema vivenciado e enfrentado pela sociedade, que cotidianamente vem se afirmando nos mais diversos atos violentos, presentes nas muitas práticas de convivência social, seja no meio familiar, profissional ou escolar, inúmeras pessoas praticam ou sofrem algum tipo de violência, de forma consciente ou inconsciente.

Falar sobre violência nos envolve numa busca pelo seu conceito e seu significado, mas, também, nos faz refletir sobre suas diversas formas de manifestações e de espaços em que podemos vivenciar ou presenciar algum tipo de violência, ou seja, muitas são suas tipologias e, por isso, é tão difícil e complexo falar sobre violência.

> O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo. Nesse panorama, cabe à filosofia, de modo especial à ética, refletir sobre suas origens, a natureza e as consequências morais e materiais (Paviani, 2016, p. 8).

A violência está presente por todos os lugares, mesmo que de forma inibida ou inconsciente, e, portanto, é essencial reconhecer as formas pela qual ela acontece, mas, para reconhecer algo é necessariamente preciso conhecer sobre, para que assim possamos prevenir, desnaturalizar e combater o que de tão frequente, vai se tornando natural, apesar de tão perverso e desumano. Todos os tipos e formas de violência trazem consequências devastadoras e irreversíveis para as respectivas vítimas.

É possível verificar que muitos são os tipos e formas de violência que afloram toda a sociedade e invadem diferentes espaços de convivência social, inclusive, por uma questão cultural que impulsiona a perpetuação das violências ao longo dos tempos, enraizando e

normalizando atitudes e ações violentas, que muito prejudicam e fazem inúmeras vítimas, acometidas, muitas vezes, por toda uma vida.

De acordo com Saadi Tosi (2017, p. 134) "A violência existe e, muitas vezes, nos torna incapazes de compreendê-la, pois ela é o oposto da paz e do bem, seu impacto é devastador, impiedoso e implacável". As consequências das violências trazem prejuízos enormes para as vítimas e para toda a sociedade que vive o medo e a mazelas dos atos e práticas violentas.

À medida que é tão difícil conceituar violência, parece – nos tão familiar que somos capazes de acreditar que sabemos tudo sobre esse tema, de tão perto e recorrente que acontece casos e casos de diferentes tipos de violência, contra inúmeras pessoas, em sua diversidade de idade e convívio social, mediante conflitos e situações que envolvem as desigualdades sociais e, até mesmo, situações inesperadas em ambientes aparentemente seguros.

> [...] nem sempre, enxergamos a violência, principalmente quando estamos no comando, fazendo da própria violência o nosso instrumento. Acreditar que a conhecemos tão bem é fechar os olhos para algo tão poderosamente perigoso; é banalizar um fenômeno que desconhecemos a origem, mas que nos afeta, inexoravelmente (Cruz, 2016, p. 66-67).

Dentre as violências que nem sempre são enxergadas, ressaltamos a violência escolar, que acomete inúmeras crianças, adolescentes, professores e demais funcionários, que por estarem em um ambiente que rege pela proteção e pelos direitos, deveria preservar pelo bem-estar de todos os envolvidos no processo educativo, livres de toda e qualquer forma de violência.

Violência Escolar

A escola se tornou um lugar onde as manifestações de violência delimitam um espaço com comportamentos violentos e atitudes destruidoras de um ambiente que deveria proporcionar respeito, desenvolvimento e conhecimento, com relações saudáveis e promissoras a uma formação integral e cidadã dos sujeitos que a compõem. Saadi Tosi (2017) se refere às manifestações de violência na escola e aponta que:

> Longe de ser um tema restrito aos seus muros e entornos, dentro dela os problemas de relacionamento ocorrem, as diferenças de classes e grupos sociais, biotipos físicos ou estilos de vida dão origem a comportamentos diferentes e aí se instalam as mais exacerbadas formas de intolerância que conduzem à violência (Saadi Tosi, 2017, p. 134)

Neste sentido, a violência escolar "inclui a violência física, psicológica, violência sexual e o bullying; é praticada e vivenciada por estudantes, professores e outros funcionários da escola" (UNESCO, 2019, pág.14). Toda e qualquer forma de agressão física com a intenção de machucar é caracterizada como violência física, incluindo castigo físico e bullying praticados por pessoas adultas ou crianças (UNESCO, 2019). Ademais, a violência escolar "pode expressar-se de diversas maneiras, como entre e/ou contra os agentes e funcionários da escola, gestores escolares e professores, o patrimônio escolar e contra e/ou entre alunos" (Lima, 2021, p. 33). Logo, todos os atores que compõem o ambiente escolar podem ser praticantes ou vítimas da violência escolar, bem como, àqueles que não estão diretamente e assiduamente envolvidos no cotidiano da escola. Conforme Priotto e Boneti (2009):

> Denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar (Priotto e Boneti, 2009, p. 162-163).

Para que a escola consiga avançar no combate a violência escolar, é preciso, além de muitas outras conquistas, muita conscientização e capacitação, pois, frequentemente tais atos violentos são enxergados pelos adultos como natural do crescimento das crianças e amadurecimento dos adolescentes, que é uma fase bem turbulenta, não havendo a atenção e preocupação necessária para os severos danos que tais violências trazem ao serem ignoradas pelos adultos, no contexto escolar e familiar.

Formação Docente

A sociedade tem vivido grandes transformações sociais que influenciam e mudam as perspectivas para a formação e atuação docente, bem como, para o papel social da escola, quanto à aprendizagem dos aprendentes. Conforme Brennand, Dias e Medeiros, (2012, p. 25) "Nesse aspecto, a escola precisa se valer da linguagem midiática, para superar as limitações de conhecer o conhecimento como objeto transmissível e ampliar os modos de ver e compreender o mundo".

Diante das novas configurações no atual cenário social e educacional, é essencial uma nova postura do professor. Brennand, Dias e Medeiros (2012), apontam que em razão das crianças viverem envolvidas por inúmeros recursos que contribuem para a construção de

variados saberes, é fundamental que os docentes estejam em conexão com os recursos midiáticos, que são elementos facilitadores para uma aprendizagem significativa.

Dessa maneira, as práticas docentes mediadoras no ambiente escolar, promovendo salas de aula cada vez mais lúdicas e participativas, precisam contemplar o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), que possibilitam obter e usufruir de recursos tecnológicos e ter acesso a informações nas mais diversas redes de comunicação, facilitando o processo de ensino e aprendizagem e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, fazendo com que as escolas alcancem o seu papel social e formativo, objetivando o desenvolvimento integral dos indivíduos.

À vista disto, a formação docente inicial e continuada precisam estar em acordo com as inovações atuais para capacitar profissionais competentes, com habilidades para as novas configurações do contexto educacional que precisa possibilitar aos aprendentes, novos espaços de aprendizagem e interação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção contempla os principais achados do diagnóstico da Plataforma Integrada MEC RED. Aprioristicamente, é válido salientar que em pesquisa realizada na Plataforma, quanto ao descritor “Violência”, foram encontrados 1.042 recursos cadastrados, de modo geral. A Plataforma dispõe de filtros para busca e ao utilizar o filtro “Tipos de Recurso” encontrou-se o seguinte cenário estratificado na Tabela 01.

Tabela 01 – Registros disponíveis na Plataforma Integrada MEC

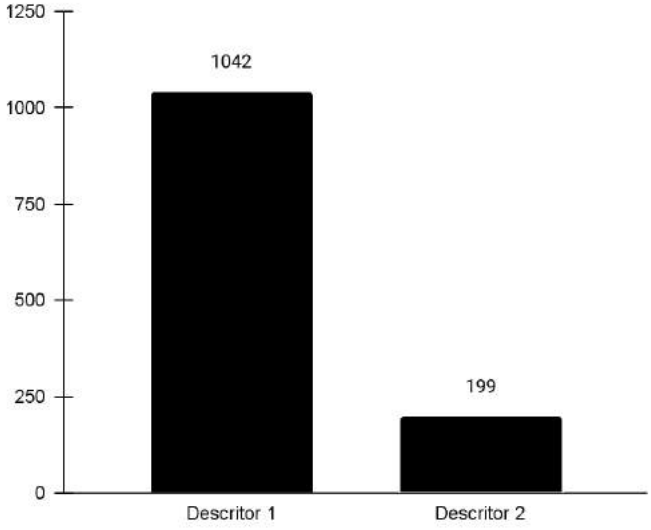
Tipos de recurso	Quantidade de registros Descritor1	Quantidade de registros Descritor2
Animação	5	0
Aplicativo móvel	0	0
Apresentação	3	0
Áudio	5	1
Experimento prático	0	0
Imagem	1	0

Infográfico	0	0
Jogo	0	0
Livro digital	1	0
Mapa	0	0
Outros	969	192
Software educacional	0	0
Texto	3	0
Vídeo	53	6
Website externo	0	0
Plano de aula	2	0
Total	1042	199

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Na página inicial da plataforma, no menu “Buscar”, é possível digitar o que se está buscando e posteriormente, após os recursos encontrados, aplicar os filtros disponíveis (Componentes curriculares; Tipos de recursos; Etapas de ensino; Idiomas; Palavra - chave). Ao selecionar no sistema de filtros os recursos do tipo "vídeos", foram apresentados um total de 53; para áudios obteve-se um total de 5 arquivos encontrados; e, para textos, um total de 3 arquivos, conforme demonstra a Tabela 01. No que diz respeito ao descritor “Violência Escolar”, obteve-se um total de 199 resultados. A partir do filtro “Tipos de Recurso” com seleção para vídeos, houve um total de 6, com seleção de filtro “Tipos de Recurso” para textos, não houve resultados com esta finalidade. O mesmo descritor e filtro para o recurso áudio, foi apresentado apenas 1 resultado. A partir da figura a seguir, é possível visualizar os resultados das buscas na base de dados da Plataforma Integrada MEC para os descritores “Violência” e “Violência Escolar”.

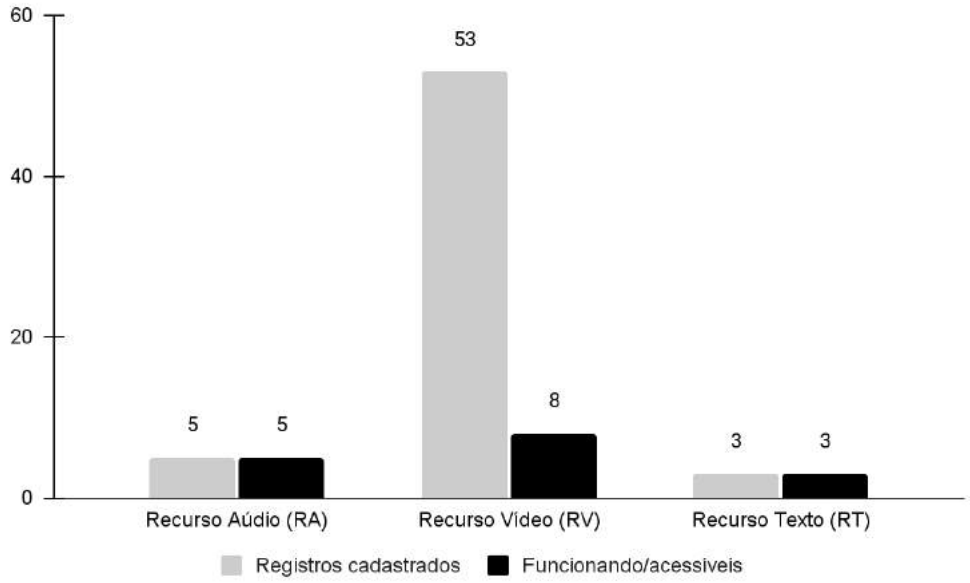
Figura 02 – Resultados das buscas na base de dados da Plataforma Integrada MEC para os descritores Violência (Descritor1) e Violência Escolar (Descritor2)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Cabe salientar que dos 1042, 5 conteúdos eram do tipo de recurso Áudio (RA), com base no filtro aplicado. Dos 1042, 53 conteúdos eram do tipo de recurso Vídeo (RV), com base no filtro aplicado. Ao lado disso, cabível destacar que, dos 53 conteúdos cadastrados, apenas 8 encontravam-se efetivamente acessíveis (ou seja, apenas 15%). Dos 1042, 3 conteúdos eram do tipo de recurso Texto (RT), com base no filtro aplicado. Ademais, assevera-se que os Recursos Educacionais Digitais encontrados a partir dos descritores "Violência" e "Violência Escolar" apresentam recursos com poucas curtidas e visualizações, o que implica para a necessidade de maior divulgação, publicação e uso de recursos digitais formativos e informativos para docentes e toda a comunidade escolar, tendo em vista que a Plataforma é uma ferramenta de excelente capacidade de alcance, proporcionando o acesso e melhoria da aprendizagem para inúmeras pessoas.

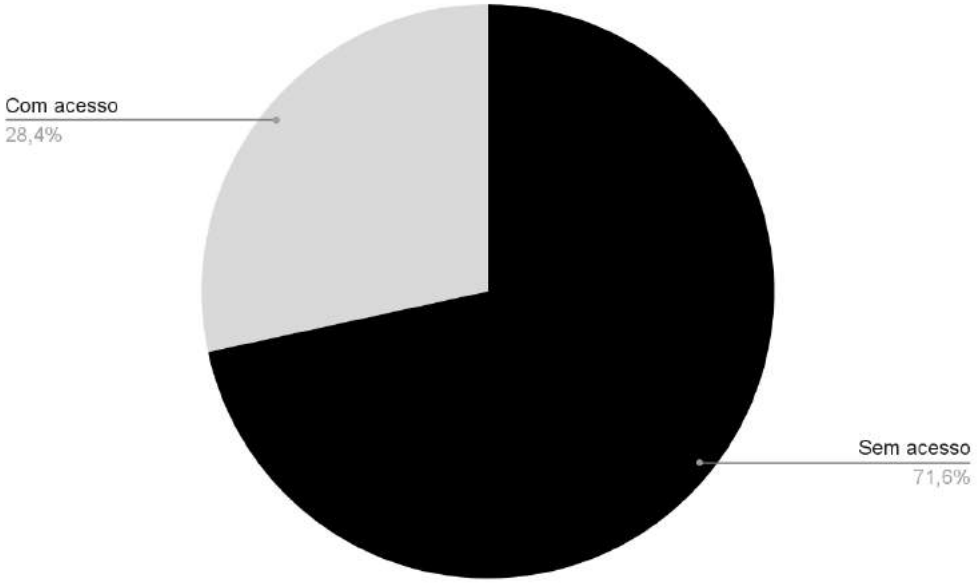
Figura 03 – Indicadores de recursos educacionais digitais cadastrados e efetivamente funcionando/acessíveis na Plataforma Integrada MEC a partir do descritor "Violência".



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A partir dos indicadores dos recursos educacionais digitais de tipo vídeo (RV), áudio (RA) e texto (RT), disponíveis na Plataforma Integrada MEC, pode-se verificar que o recurso de tipo "vídeo" (RV) efetivamente acessível em relação ao quantitativo disponível é irrisório, assim como o quantitativo de áudio e texto disponível e acessível. É importante salientar ainda que dos 1042 conteúdos encontrados a partir da busca utilizando o Descritor1 "violência", 969 conteúdos estão no Tipo de recurso "Outros", contemplando 81 páginas, em que, optando - se pelo critério do primeiro conteúdo apresentado em cada página aberta, seguido da opção "ABRIR RECURSO", direcionados para outra página/site, dos 81 conteúdos expostos, 58 não foram possíveis de acesso pela indisponibilidade do conteúdo na página/site direcionado, em que todos foram enviados à Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, através do Portal Educapes. Dos 81 recursos verificados a partir da amostra, apenas 23 deles foram possíveis de acesso, sendo, monografias, dissertações, artigo científico e livros, publicados em formato PDF.

Figura 04 – Panorama dos recursos educacionais digitais classificados na base de dados da Plataforma Integrada MEC como do tipo Outros "Com acesso" e "Sem acesso" de funcionamento ao conteúdo, conforme figura abaixo:



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Fica demonstrado a partir da figura acima que é predominante o quantitativo em relação ao tipo de recurso "Outros" sem acesso, apontando 71,6% dos recursos disponíveis e inacessíveis, de acordo com a amostra verificada, apontando para a necessidade da disponibilidade de recursos educacionais abertos, efetivamente acessíveis, que contribuam para a formação docente e enfrentamento da violência escolar.

Destaca-se que o conteúdo disponibilizado a partir dos descritores "violência" e "violência escolar" trazem as temáticas em sua amplitude e complexidade, se estendendo para violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, no futebol, na escola, com indicador para as vulnerabilidades sociais, para a violência doméstica, tráfico de drogas, violência simbólica, bullying, violência contra professores, mostrando que a violência está presente nos mais diversos espaços e contextos, que é uma preocupação para a sociedade, vivenciados cotidianamente, por inúmeras pessoas.

A partir do diagnóstico realizado na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, adotando-se os descritores "Violência" e "Violência escolar", foi possível aquilatar a capacidade diante da sua possibilidade de alcance, por seu formato tecnológico, que de forma digital proporciona acesso e utilização a quem se interessar, ainda

que, os registros atuais nos mostram pouca efetividade dos conteúdos disponíveis, inclusive, diante da impossibilidade de abrir e baixar a maioria dos recursos apresentados.

Para tanto, foi primordial realizar buscas para conhecer as funcionalidades da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, quais conteúdos educacionais digitais podem ser inseridos, quais já estão disponíveis ou não, como é a Plataforma, para que se destina e quais suas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre violência é pensar na importância de conhecer para enfrentá-la e alertar sobre a necessidade de ações emergentes para tentar solucionar os imensos danos causados por uma sociedade violenta, na qual todo ser humano está propício a sofrer algum tipo de violência e por isso, precisamos pensar nos desdobramentos que tais atos violentos que culminam na sociedade, de maneira naturalizada, muitas vezes, podem comprometer a existência humana ou tornar a convivência cada vez mais difícil e traumática para as vítimas de violência.

O diagnóstico da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais foi baseado nas implicações que a violência causa na sociedade e adentrando nos espaços escolares causam grandes prejuízos ao desenvolvimento humano das crianças e adolescentes e tais práticas violentas e excludentes vem apontando para uma realidade da insegurança, do medo e dos ataques que são realizados frequentemente às escolas brasileiras, tirando vidas e destruindo a paz e a tranquilidade que as escolas devem proporcionar para uma educação de qualidade e gozo dos direitos humanos.

Tem-se que a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, construída por e para professores, é uma ferramenta aberta e gratuita, com possibilidade de grande alcance e qualidade, apesar de apresentar um quantitativo irrisório de recursos educacionais disponíveis e um número expressivo de conteúdos indisponíveis referentes aos descritores “violência” e “violência escolar” em que o acesso não é possível em razão dos sites/páginas direcionadas estarem sem acesso, apontando para a necessidade da inserção de mais recursos educacionais abertos disponíveis e acessíveis para contribuir com a formação permanente de professores da educação básica referente a este objeto de estudo.

Diante da necessidade de formação permanente para que os docentes tenham possibilidades de espaços formativos para a construção de conhecimentos que contribuam para

a realização de práticas pedagógicas de enfrentamento a violência escolar, que é uma realidade ainda pouco discutida e que não é dada a relevância necessária que a problemática exerce diante dos prejuízos advindos dos atos violentos, é notória a demanda que aponta para a carência de recursos educacionais abertos disponíveis e efetivamente acessíveis na Plataforma Integrada MEC para fomentar as ações urgentes que respondam ao problema da violência escolar.

Destarte, diante de uma nova conjuntura social e educacional, destaca-se que as tecnologias digitais transformam as formas de comunicação e interação em que os ambientes digitais com conteúdos hipermídia, combinando as diferentes mídias, viabiliza aos usuários (docentes) por meio das plataformas digitais, o alcance de recursos educacionais digitais capaz de promover melhores compreensões e assimilação das informações, apontando para maiores possibilidades de aprendizagem e melhoria das práticas educativas, a partir de formação permanente fomentada a partir da disponibilidade de conteúdos educacionais abertos para o enfrentamento da violência escolar

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2023**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes Acesso em: 22 de mai. de 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Atlas da violência 2023**. Violência contra a juventude. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6096-dashjuventude-perdidafinalconferido.pdf Acesso em: 01 de jun. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais.** Disponível em: https://plataformaintegrada.mec.gov.br/ Acesso em 22 de mai. de 2024.

BRENNAND, E. G. G; DIAS, D. S. F; MEDEIROS, J. W. M. **Educação, Cultura e Mídia.** In: DIAS, D. S. F; BEZERRA, E. P. (Organizadores). Mídias e formação docente. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

BRENNAND, E. J. G; MEDEIROS, J. W. M; FIGUEIREDO, M. A. C. **Metodologia científica na educação a distância**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CRUZ, N. O. **O sentido de violência a partir da hermenêutica filosófica de Gadamer.** IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletronico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 66-83. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em: 16 de fev. 2024.

LIMA, S. L. X. **BULLYING A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ALUNOS: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/1f433fa5-d7b9-4f80-94b4-666fe8b95554/content Acesso em: 06 de abr. de 2024.

OLIVEIRA, B. Mª. J. F. et al. **DIRETRIZES PARA CONFECÇÃO DE TESES/DISSERTAÇÕES DO PPGOA**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=1917&extra=327326183 Acesso em 02 de jul. de 2024.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial.** – Brasília: UNESCO, 2019. 54 p., il. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092 Acesso em: 16 de fev. 2024.

PAVIANI, J. **Conceitos e formas de violência**. IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletronico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 8-20. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em: 16 de fev. 2024.

PRIOTTO; E. P; BONETI, L. W. VIOLÊNCIA ESCOLAR: na escola, da escola e contra a escola. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a12.pdf Acesso em: 03 fev. 2024.

SAADI TOSI, L. J. **A banalização da violência e o pensamento de Hannah Arendt: um debate ou um combate?** Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, p. 131 – 159. Edição 19 – Maio/2017. Disponível em: file:///D:/Users/Windows/Downloads/labeditorial,+7022-Texto+do+artigo-22582-1-10-20170619%20(1).pdf Acesso em: 16 de fev. 2024.

34 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: GARANTINDO DIREITOS E PROTEÇÃO

Djanice Marinho de Oliveira [1]
Olíria Maria Palitot da Costa Pessoa [2]
Júlio César Lima Fernandes [3]
Thienia Bonifácio do Rêgo [4]
Adalvaci Moreira de Medeiros[5]

RESUMO

O projeto de intervenção intitulado *"34 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: "Garantindo Direitos e Proteção"*, elaborado pela equipe de especialistas da Escola Tharcilla Barbosa, tem como meta nortear as ações e atividades em alusão ao dia 13 de julho, data em que se comemora 34 anos do advento do *Estatuto da Criança e do Adolescente*. O objetivo geral foi promover o (re) conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito escolar, por meio da realização de ações pedagógicas multidisciplinares. A mobilização em defesa dos direitos da criança e do adolescente prevista em lei, tem espaço constante nas ações desenvolvidas no âmbito escolar, previstas por meio da LDB. Metodologia: a escola por meio da gestão, especialistas e professores, promoveu a mobilização da comunidade escolar e conjuntamente realizar, desenvolver e concretizar ações e atividades para alertar e conscientizar acerca dos diretos previstos no ECA, divulgando serviços, legislações, e estabelecendo diálogos com a comunidade escolar. Os resultados apontaram que os alunos da escola desenvolveram uma maior participação nas atividades escolares e foram multiplicadores das informações sobre os direitos e deveres que podem ser aplicados para crianças e adolescentes no meio familiar e na comunidade local.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente, Atividades escolares, Comunidade escolar.

ABSTRACT

The intervention project entitled "34 Years of the Statute of Children and Adolescents: "Guaranteeing Rights and Protection", prepared by the team of experts from the Tharcilla

[1] Doutoranda em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB, djanicemarinho984@gmail.com;
[2] Mestre em Políticas e Administração de Educadores – UAB-Porto Alegre, oliriapalitot.adv@gmail.com;
[3] Doutorando da Universidade Católica de Pernambuco – PPGCL/UNICAP, julhinhomax@gmail.com;
[4] Psicóloga Escolar pela Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP, thienia@hotmail.com;
[5] Assistente Social Escolar pela Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP, adalvacimedeiros@hotmail.com

Barbosa School, aims to guide actions and activities in reference to July 13th, the date in which 34 years of the advent of the Child and Adolescent Statute are celebrated. The general objective was to promote (re)knowledge of the Child and Adolescent Statute in the school environment, through multidisciplinary pedagogical actions. The mobilization in defense of the rights of children and adolescents provided for by law, has constant space in the actions developed in the school environment, foreseen through the LDB. Methodology: the school, through management, specialists and teachers, promoted the mobilization of the school community and jointly carried out, developed and implemented actions and activities to alert and raise awareness about the rights provided for in the ECA, publicizing services, legislation, and establishing dialogues with the school community. The results showed that the school's students developed greater participation in school activities and were multipliers of information about the rights and duties that can be applied to children and adolescents in the family environment and in the local community.

Keywords: Statute of Children and Adolescents, School activities, School community.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), constitui um marco na legislação brasileira ao estabelecer o paradigma da proteção integral, preconizada em seu Art. 4°:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, n/p)

A Constituição Federal, em seu artigo 227, traz um rol de direitos e garantias fundamentais que buscam dignificar a pessoa humana através do fomento a políticas públicas. Isso abriu espaço para que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), publicado dois anos depois, após intensa luta social, pudesse reafirmar o status de sujeitos sociais e de direitos conferido às crianças e adolescentes pela própria Constituição.

A ideia da proteção integral está evidentemente presente no caput do artigo 4º do ECA. Ele apresenta um conjunto de deveres atribuídos à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público para a garantia dos diversos direitos fundamentais da criança e do adolescente: direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e os trata como indivisíveis e interdependentes. A integralidade verifica-se, portanto, nesta diversidade de direitos protegidos de forma interligada. Assim, pode ser efetivada a prioridade absoluta de que trata a Constituição.

Sobre a relação do ECA com a Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei nº 9394/96 – dispõe no § 50 que o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069/90 (BRASIL. LDB. 1996. Título V, Cap. II, Seção III, dispositivo incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

A escola, além de instruir e educar, deve assumir junto com a sua comunidade a função de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes correspondendo aos artigos 227 da Constituição Federal de 1988, regulamentada no artigo 4º1 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que normatizou a Proteção Integral como responsabilidade de todos, bem como a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 32, § 5º que trata da inserção dos conteúdos no Ensino Fundamental dos direitos de crianças e adolescentes, instituído pela Lei Federal 11.525 de 2007.

Diante do exposto acima, a Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca, por meio da gestão escolar, corpo de especialistas como Psicóloga e Assistente social, como também os professores, elaborou o projeto de intervenção intitulado *"34 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: "Garantindo Direitos e Proteção"*, tem como meta nortear as ações e atividades em alusão ao dia 13 de julho, data em que se comemora 34 anos do advento do *Estatuto da Criança e do Adolescente.* O objetivo geral do projeto foi promover o (re) conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito escolar, por meio da realização de ações pedagógicas multidisciplinares. E os objetivos específicos foram despertar no aluno o interesse pelo conhecimento de seus direitos e deveres de cidadania contidos no ECA; realizar seção de cinema e distribuição de material educativo (folder, panfleto, etc.), como também apresentação de peças e dinâmicas; promover rodas de diálogos, refletindo e contextualizando o ECA na conjuntura do Brasil, da aprovação da Lei aos dias atuais e proporcionar na Atenção Básica de Saúde nas UBSF, em salas de espera, espaços de discussão sobre "A proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

A escola referenciada neste projeto de intervenção, priorizou ações de educação em direitos humanos, propondo um trabalho coletivo que garanta a participação dos diferentes sujeitos no ambiente escolar. Sendo assim, o ECA configura-se como uma legislação de direitos

humanos de crianças e adolescentes, colaborando com o desenvolvimento da cidadania, principal objetivo da educação.

O ECA constituiu-se como importante ferramenta de trabalho para os professores da escola em suas ações pedagógicas, como também orientou a comunidade escolar através de reuniões pedagógicas. É um instrumento que, também, garante as políticas públicas tão necessárias à infância e à juventude em situações de risco e de vulnerabilidade social. Ao contrário dos dizeres populares alardeados pela mídia e especuladores, o ECA não se apresenta como uma ameaça à autoridade do sistema educacional, e sim, como um contentor das negligências promovidas contra crianças e adolescentes. A garantia de prioridade compreende direitos fundamentais como educação e saúde, cultura, esporte e lazer, enfim, políticas públicas para a proteção à infância e a juventude.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi construída inicialmente com a aplicação de um questionário diagnostico com foco no ECA, aplicado com alunos (as) do ensino fundamental dos 6º a 9º anos, da Escola Tharcilla Barbosa. Esse instrumento de um cunho avaliativo, visou identificar se os (as) alunos (as) tem informações referentes ao ECA, compreendendo os direitos nele contidos e nesse sentido contribuir na (re)construção de novas informações e/ou para a reelaboração de informações sobre a Lei 8069/90 no âmbito escolar.

Nesse sentido, a pretensão foi trabalhar com o ECA a partir da compreensão do educando, tendo como meta nortear a construção do conhecimento sobre o documento oficial do Estatuto da Criança e do Adolescente, de forma a contribuir com uma apropriação de uma postura que convirja para além do aprimoramento de seu estudo no âmbito escolar, assumindo uma posição consciente acerca de seu lugar como cidadão em sociedade.

Foram propostas ações por meio de atividades de cunho informativo e de reflexão sobre o ECA, com ênfase na divulgação de serviços. Para tanto foram construídos momentos como:

- Seções de cinema (indicação de filmografia);
- Entrevistas (apresentação de um diagnóstico de conhecimento inicial do aluno (a);
- Rodas de diálogo, tendo como eixo central a violação dos direitos contra criança e adolescente, a sensibilização e o encorajamento para a denúncia.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados alcançados durante a elaboração do Projeto de intervenção destacam-se o norteamento com base nas metodologias ativas partindo do pressuposto de que os momentos coletivos evidenciaram o diálogo de forma horizontalizada e entendendo que ações coletivas podem contribuir para a *proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.*

Na utilização de filmes, documentários e músicas para que os professores e equipe técnica pudessem desenvolver as ações e as atividades, notou-se um feedback dos alunos com o cotidiano, com suas vivências e experiências sobre si mesmo, amigos próximos ou pessoas que estavam no meio de convivência, fazendo com que esses momentos fossem de diálogos e de possíveis soluções e que caminho seguir para a resolução de cada relato específico.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

As atividades propostas se configuram como norteamento teórico-metodológico de possibilidades para novos projetos de intervenção sobre temáticas relacionadas aos Direitos Humanos, podendo ser desenvolvidas pelos profissionais, diretamente em sala de aula e/ou em outros espaços, de acordo com os recursos audiovisuais pertinente ao desenvolvimento da atividade proposta. Houve muita interação no debate com os alunos sobre proteção e garantias dos direitos da criança e do adolescente, como também na Seção de cinema e distribuição de material educativo (folder, panfleto, etc.) e dinâmicas.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

A referida legislação trouxe significativas mudanças para o desenvolvimento de crianças e adolescentes da Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca, como: reconhecimento de direitos – garantir que as crianças e adolescentes brasileiros, até então reconhecidos como meros objetos de intervenção da família e do Estado, passem a ser levados a sério e tratados como sujeitos autônomos. O projeto permitiu uma intervenção crítica sobre a relação da escola/família/comunidade escolar com a questão dos direitos de crianças e adolescentes. Há muito que avançar na criação de políticas diferenciadas e nos direitos fundamentais assegurando a meninos e meninas uma educação de qualidade, assistência médica

moradia, alimentação, convivência familiar e comunitária, cultura, esporte, lazer, liberdade, dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 04 mar de 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 04 mar de 2024.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos** - SDH. Disponível em <www.secretariadegoverno.gov.br>. Acesso em 06 mar 2024.

CURY, M.; AMARAL E SILVA, A. F.; MENDEZ, E. G. (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: comentários jurídicos e sociais. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2000.

DADOS ESTATÍSTICOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE. Gerência Executiva de Vigilância Socioassistencial da SEDH, 2018/2019.

DADOS ESTATÍSTICOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: no período de janeiro a dezembro de 2018 do Disque 123. Gerência Executiva de Vigilância Socioassistencial da SEDH, 2019.

DADOS ESTATÍSTICOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: no período de janeiro a marco de 2019 do Disque 123.Gerência Executiva de Vigilância Socioassistencial da SEDH, 2019.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

REVISTA DIREITO EM DEBATE. Ano XIV nº 25, jan./jun. 2006, p. 89- 104

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

A AUTOPROTEÇÃO COMO UMA ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ilze Braga de Carvalho Nobre [1]
Gleice de Oliveira Cordeiro [2]
Maria Creonilda Candido [3]
Jackeline Maria de Souza [4]

RESUMO

O Programa de Autoproteção para Crianças contra a Violência Doméstica foi desenvolvido para promover a segurança de crianças entre 8 e 12 anos, fundamentando-se em importantes marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Maria da Penha e a Lei Menino Bernardo. O programa ensina as crianças a reconhecer e reagir preventivamente a situações de risco, abuso ou violência. Estruturado em 34 oficinas, organizadas em cinco módulos, o programa adota uma abordagem sociocultural baseada na teoria de Vygotsky para ensinar habilidades emocionais, sociais e de resolução de conflitos. Ele foi construído após uma Análise Situacional dos Direitos da Criança, revisão da literatura, consultorias com especialistas e, principalmente, com a participação ativa de crianças da região do Vale do São Francisco. Durante as oficinas, as crianças aprendem a identificar sinais de abuso, usar a palavra "NÃO" de maneira assertiva e buscar apoio de adultos de confiança. Além disso, o programa capacita educadores e cuidadores para detectar precocemente sinais de abuso ou negligência, facilitando intervenções rápidas. Ao fornecer informações sobre canais de denúncia e educar sobre consentimento e limites, o programa promove a construção de uma cultura de paz e respeito desde a infância. Os resultados alcançados demonstraram que o programa possui grande potencial para se transformar em política pública, podendo ser implementado em escolas e instituições sociais para fortalecer a proteção infantil e ampliar a conscientização sobre os direitos das crianças, contribuindo para uma sociedade menos tolerante à violência.

Palavras-chave: Violência Doméstica, Proteção da Criança, Direitos da Criança, Autoproteção e Abuso Infantil.

[1] Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, ilzebraga@yahoo.com.br;
[2] Professora Assistente da Área de Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, gocordeiro@uefs.br;
[3] Pedagoga pela Universidade de Pernambuco - UPE;
[4] Doutora pelo Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Universidade de São Paulo - USP, jackeline.souza1@gmail.com;

ABSTRACT

The Child Self-Protection Program Against Domestic Violence was developed to promote the safety of children aged 8 to 12, based on key legal frameworks such as the 1988 Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent (ECA), the Maria da Penha Law, and the Menino Bernardo Law. The program teaches children to recognize and proactively respond to situations of risk, abuse, or violence. Structured into 34 workshops divided into five modules, the program adopts a sociocultural approach based on Vygotsky's theory to teach emotional, social, and conflict resolution skills. It was developed following a Situational Analysis of Children's Rights, a literature review, consultations with experts, and, importantly, the active participation of children from the Vale do São Francisco region. During the workshops, children learn to identify signs of abuse, use the word "NO" assertively, and seek support from trusted adults. Additionally, the program trains educators and caregivers to detect early signs of abuse or neglect, enabling quick interventions. By providing information on reporting channels and educating about consent and boundaries, the program fosters the development of a culture of peace and respect from an early age. The results achieved show that the program has great potential to be transformed into public policy, with the possibility of being implemented in schools and social institutions to strengthen child protection and raise awareness about children's rights, contributing to a society less tolerant of violence.

Keywords: Domestic Violence, Child Protection, Child Rights, Self-Protection, Child Abuse.

INTRODUÇÃO

A violência, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida como "o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de causar lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação". Esta definição implica que a violência vai além de atos que resultam em danos físicos, abrangendo consequências que ultrapassam mortes ou lesões. Essas consequências podem incluir o desenvolvimento de doenças transmissíveis e não transmissíveis, prejuízos psicológicos, adoção de comportamentos de risco, deficiências no desempenho educacional ou ocupacional e envolvimento em práticas criminais.

Dados recentes ilustram a gravidade da violência contra crianças e adolescentes no Brasil. No primeiro semestre de 2021, foram registradas 50.098 denúncias de violência contra esse

grupo, sendo que 81% (40.822) ocorreram dentro do próprio ambiente familiar da vítima. Esses números, coletados pelo Disque 100, um canal da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ONDH/MMFDH), revelam uma leve redução em relação ao mesmo período de 2020, quando foram registradas 53.533 denúncias. A maioria das violações é cometida por pessoas do convívio próximo da vítima, destacando-se a mãe (15.285 denúncias), o pai (5.861 denúncias), padrastos ou madrastas (2.664 denúncias), e outros familiares (1.636 registros). A maior parte das denúncias, cerca de 93% (30.570), refere-se a violações contra a integridade física ou psíquica das vítimas. Além disso, 7.051 denúncias envolvem restrições de liberdade ou direitos individuais, enquanto 3.355 indicam a privação de direitos sociais básicos, como proteção e alimentação. Alarmantemente, mais de 70% das violações ocorriam de forma diária, conforme indicam 23.147 denúncias, e 10.365 delas referiam-se a ocorrências que vinham acontecendo há mais de um ano antes de serem registradas.

Nesse contexto, defende-se que crianças e adolescentes têm o direito de serem consultados e ouvidos, de ter acesso à informação, de exercer sua liberdade de expressão e opinião, e de tomar decisões que beneficiem seu próprio bem-estar. Tais direitos devem ser refletidos em políticas públicas voltadas para a infância. Uma abordagem relevante para isso é a implementação de medidas de autoproteção, que consistem no ensino de estratégias para a autodefesa contra a violência doméstica. Um programa de autoproteção deve considerar o potencial das crianças e adolescentes no processo de aprendizagem social e emocional, ajudando-os a desenvolver habilidades de comunicação e relacionamento, resolver problemas, e lidar com emoções e conflitos de forma segura. Este desenvolvimento de competências essenciais para a vida pode, potencialmente, prevenir a violência.

Ao ensinar as crianças a identificar e desnaturalizar a violência doméstica, espera-se que sejam capazes de reconhecer atos violentos, identificar um adulto de confiança e relatar suas emoções e os efeitos dos atos violentos. No entanto, ao ensinar estratégias de autoproteção, não se transfere às crianças e adolescentes a responsabilidade de garantir sua própria segurança. O objetivo é capacitá-los para que, ao compreenderem o que constitui uma relação violenta, possam identificar alguém em sua rede social que possa atuar em sua defesa. Desta forma,

situações de violência que poderiam permanecer invisíveis, naturalizadas ou silenciadas, podem ser identificadas e tratadas conforme os termos legais.

O desenvolvimento de um programa de autoproteção visa a concretizar ações já previstas na Constituição Federal de 1988, nos artigos 227-229, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Maria da Penha, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, na Lei Menino Bernardo (Lei 13.010/2014), e em outras políticas de prevenção à violência nas escolas, como o Programa Saúde na Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Em 2014, a Associação Civil de Articulação para a Cidadania (ACARI), uma organização da sociedade civil localizada em Petrolina (PE), concluiu as atividades do programa “Criança com Todos os Seus Direitos”. Este programa, realizado em parceria com a Fundação Abrinq/Save The Children e outras organizações de Pernambuco e do Brasil, focou no desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. Durante a execução desse programa, a ACARI conheceu a Kindernothilfe (KNH), uma organização alemã dedicada aos direitos da criança, com valores cristãos, que apoia projetos brasileiros relacionados à proteção infantil.

Para estabelecer uma parceria com a KNH, a ACARI realizou em 2015 a Análise Situacional dos Direitos da Criança (ASDCA). Essa análise identificou diversas problemáticas, sendo a violência física a mais prevalente nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Observou-se que, no contexto do sertão, a punição corporal é frequentemente utilizada como uma estratégia de controle das crianças, considerada erroneamente como prática educativa para disciplinar. É importante destacar que a violência física não está dissociada de outras formas de violência identificadas na pesquisa, como a violência psicológica, sexual e a negligência. Com base nos dados da ASDCA e na concepção cultural de que "bater educa", defende-se que o diálogo com crianças, sociedade civil e a Rede de Proteção deve se concentrar na desnaturalização da violência.

Os resultados da análise situacional apoiaram o desenvolvimento de intervenções voltadas para quatro públicos: crianças, famílias, educadores e a Rede de Proteção. Ficou

evidente que o problema complexo da violência doméstica exige uma abordagem em rede para alcançar mudanças a curto, médio e longo prazo. A equipe da ACARI também seguiu as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), que propõe sete estratégias para erradicar a violência contra crianças e adolescentes. Entre essas estratégias, destaca-se a importância de fornecer às crianças conhecimento sobre abuso sexual, formas de proteção, e o desenvolvimento de habilidades sociais para a vida cotidiana. Neste contexto, surge o Programa de Autoproteção, que visa o ensino de estratégias para autoproteção contra a violência doméstica. Este programa capacita crianças a utilizar habilidades aprendidas para se protegerem da violência, reforçando a aprendizagem social e emocional, melhorando a comunicação e o relacionamento, e promovendo a resolução de problemas, o controle emocional e a administração segura de conflitos. Essas habilidades para a vida são fundamentais para a prevenção da violência.

Foi nesse cenário que nasceu o Projeto "Construindo Laços" (PCL), no qual as crianças foram consideradas o público central. O programa foi elaborado para permitir que elas expressassem seus pensamentos, sentimentos e contribuições sobre o mundo ao seu redor. Além disso, o programa de autoproteção proporcionou informação de qualidade sobre violência doméstica, criando um espaço seguro para reflexões coletivas sobre estratégias de autoproteção. Com base nas recomendações da ASDCA, o projeto final foi elaborado e aprovado no final de 2016.

Para a construção e implementação do programa, foram estabelecidas parcerias com duas instituições no Vale do São Francisco: a Associação Madre Maria das Neves (Projeto Vida Nova), em Petrolina (PE), e a Fundação Lar Feliz, em Juazeiro (BA). Ambas as instituições estão localizadas em regiões periféricas, atendendo principalmente crianças e adolescentes negras, que possuem acesso limitado à cidade devido à precariedade dos meios de transporte e às condições sanitárias deficientes dos bairros, bem como à quase inexistência de equipamentos sociais.

A metodologia do projeto envolveu um ciclo contínuo de estudo, planejamento das oficinas, execução com as crianças, avaliação e sistematização da experiência. Com o tempo, a participação das crianças tornou-se mais intensa, e suas sugestões passaram a ser incorporadas na elaboração de todos os encontros. Assim, a participação das crianças no programa foi

considerada desde o planejamento de uma ação até a sua avaliação, promovendo espaços adequados para essa interação, conforme recomendado aos educadores.

O direito à participação implica reconhecer a infância de maneira ativa, assegurando que a criança seja consultada e ouvida, tenha acesso à informação, liberdade de expressão e opinião, e o direito de tomar decisões em seu benefício. Esses princípios devem ser traduzidos em políticas públicas voltadas para a infância.

O Programa de Autoproteção contra a Violência Doméstica é uma extensão da experiência do Projeto Construindo Laços, materializando-se em um conjunto de oficinas desenvolvidas com a participação das crianças ao longo de cinco anos nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Essas oficinas promoveram um ambiente de aprendizado entre "educadores-crianças" e "crianças-crianças", onde o educador atuava como mediador do conhecimento, respeitando o nível de desenvolvimento das crianças e proporcionando atividades interativas que desenvolvessem suas próprias estratégias de autoproteção.

O Programa de Autoproteção para Crianças contra Violência Doméstica se constitui como um material de apoio a educadores para o cumprimento do direito à proteção infantil. Considerando que para efetiva proteção todos devem cumprir o seu papel: a família, a sociedade e o Estado.

METODOLOGIA

Para iniciar o projeto, identificou-se a necessidade de realizar encontros não apenas com as crianças, mas também com outros educadores, incluindo membros de universidades públicas, gestores escolares, familiares e membros da Rede de Proteção municipal. A implementação de grupos de orientação e partilha com as famílias visou promover uma interação positiva entre "adulto-criança". Entre os conteúdos abordados nesses encontros, destacam-se temas como autoconhecimento, conexão consigo mesmo e com os outros, construção de projetos de vida, importância da afetividade, e o papel do adulto no desenvolvimento infantil.

Concomitantemente à implementação do Projeto Construindo Laços (PCL), foi sistematizado o Programa de Autoproteção. Este documento norteador foi desenvolvido para oferecer oficinas que visam melhorar as relações entre adultos e crianças, focando no

enfrentamento à violência doméstica por meio do respeito à criança enquanto pessoa e sujeito de direitos. O material foi estruturado para ser de fácil compreensão e uso, consistindo em 34 oficinas organizadas em 5 módulos, com uma duração total de aproximadamente um ano. A proposta é alinhar a aplicação das oficinas com o calendário escolar, por exemplo, de março a novembro, com um intervalo em julho. Recomenda-se que as oficinas sejam realizadas semanalmente, com uma duração máxima de uma hora e meia cada.

Durante a elaboração do Programa de Autoproteção, surgiu a ideia de criar músicas que reforçassem os temas abordados, facilitando a assimilação das informações pelas crianças. Assim, foi produzido o álbum "Toda Criança tem Direito à Proteção", composto por 12 músicas autorais que tratam de temas como vínculo afetivo, corpo, emoções, raça e etnia, sinais de advertência e risco em situações de violência, direitos da criança, violência física, abuso sexual, e sentimentos. O álbum também celebra a diversidade cultural brasileira por meio de diversos gêneros musicais, como ciranda, axé, samba, frevo, funk e sertanejo. Ele está disponível em todas as plataformas de streaming e no canal do YouTube da ACARI.

O foco central do Programa de Autoproteção é ensinar estratégias de autoproteção por meio do treinamento de habilidades junto às crianças. Isso inclui identificar pessoas de confiança, saber como e onde buscar ajuda, nomear corretamente as partes do corpo, incluindo as partes íntimas, compreender seus direitos e reconhecer-se como sujeitos de direitos. Também enfatiza o uso da palavra "NÃO" quando necessário, o reconhecimento dos sinais de alerta emitidos pelo corpo em situações de perigo, e a identificação de ambientes que apresentam risco de violência. O programa capacita as crianças a explorar formas viáveis de autodefesa e a entender que a violência não é um problema isolado; promove-se, assim, a ideia de ajuda mútua dentro da comunidade.

O Programa de Autoproteção é voltado para crianças, preferencialmente na faixa etária de 8 a 12 anos. Para participar das oficinas, é necessário que as crianças estejam alfabetizadas, ou seja, que sejam capazes de ler, escrever e compreender frases simples, permitindo-lhes envolver-se de maneira ativa no processo de aprendizagem. O Programa é fundamentado nos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, garantindo que seja implementado sem discriminação de raça, cor, gênero, religião ou classe social. A definição da faixa etária do programa está alinhada com a teoria de Vygotsky e a concepção da "crise dos

sete anos" na Psicologia sócio-histórica, que destaca mudanças significativas no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

Para atuar como mediadores(as) no Programa de Autoproteção, é essencial que os(as) educadores(as) tenham experiência com trabalhos em grupo e, preferencialmente, formação em áreas das Ciências Humanas ou da Saúde. Os mediadores devem adotar uma postura de empatia, estar abertos à escuta ativa e demonstrar disposição para continuar estudando sobre infância, adolescência e os direitos das crianças e adolescentes. É recomendado que as atividades sejam conduzidas por educadores que atuem em duplas, promovendo um ambiente mais seguro e colaborativo para o desenvolvimento das oficinas.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao desenvolver este trabalho, o principal resultado foi a sistematização de um Programa de Autoproteção para Crianças contra a Violência Doméstica, elaborado com a colaboração ativa de 260 crianças e adolescentes do interior do Nordeste. Esse programa foi testado e resultou em mudanças significativas na percepção dos participantes em várias áreas:

1. Educação sobre Sinais de Perigo: O programa capacitou as crianças a identificar sinais de violência, abuso ou comportamentos inadequados. Ao reconhecerem esses sinais, elas se tornaram mais aptas a evitá-los ou a buscar ajuda de forma rápida e eficaz.
2. Desenvolvimento de Habilidades Emocionais e Sociais: As crianças desenvolveram autoconfiança, aprendendo a expressar-se de maneira assertiva e a resistir à pressão de pares ou adultos que pudessem tentar prejudicá-las. Além disso, foram capacitadas a expressar seus sentimentos, relatar problemas e alertar adultos de confiança sobre situações de risco. O uso da palavra "NÃO" foi incentivado, assim como o reconhecimento dos sinais de advertência emitidos pelo corpo em situações de perigo.
3. Estratégias de Resolução de Conflitos: O programa ensinou as crianças a lidar com raiva, medo ou frustração de maneira construtiva, reduzindo as chances de reações violentas. Elas aprenderam a reconhecer ambientes e pessoas que representavam risco de violência.
4. Construção de Rede de Apoio: As crianças foram orientadas a identificar e se aproximar de adultos de confiança em suas vidas, como pais, professores e outros cuidadores, que poderiam

oferecer proteção e suporte em momentos de necessidade. Elas aprenderam a explorar formas possíveis de autodefesa e compreenderam que o problema da violência não é isolado, sendo incentivadas a buscar ajuda mútua dentro da comunidade.

Além disso, o programa proporcionou Acesso à Informação e Recursos, apresentando a rede de proteção e informando sobre canais de denúncia, como o Disque 100, o que aumentou as chances de intervenção precoce em casos de violência. Também incluiu a Prevenção de Abuso e Exploração, através da educação sobre o corpo, consentimento e limites, ajudando as crianças a entenderem seus direitos de proteger sua integridade física e dizer "não" em situações desconfortáveis. Por fim, o programa se propôs a difundir uma Cultura de Paz, ao incentivar o respeito mútuo e a não violência desde a infância, contribuindo para a formação de uma sociedade menos tolerante à violência. Ele também facilitou a Intervenção Precoce, capacitando educadores e cuidadores a detectar sinais iniciais de abuso ou negligência, permitindo ações rápidas e eficazes.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

O Programa de Autoproteção para Crianças contra a Violência Doméstica possui diversos potenciais ganhos que contribuem significativamente para o desenvolvimento integral das crianças e para a criação de uma sociedade mais justa e protetora. Ao educar e conscientizar sobre sinais de perigo, o programa capacita as crianças a reconhecerem situações de violência, abuso ou comportamentos inadequados, aumentando sua capacidade de evitar riscos e buscar ajuda de forma rápida e eficaz. Além disso, promove o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais, fortalecendo a autoconfiança e a assertividade das crianças, ajudando-as a resistir a pressões negativas e a expressar seus sentimentos de maneira adequada. Ao melhorar as estratégias de resolução de conflitos, o programa ensina formas construtivas de lidar com emoções, o que reduz comportamentos violentos e promove ambientes mais seguros. Outro ganho importante é o fortalecimento da rede de apoio e proteção, incentivando as crianças a identificarem adultos de confiança em suas vidas e a utilizarem os recursos disponíveis, promovendo uma cultura de ajuda mútua na comunidade. O programa também amplia o acesso

à informação, ensinando as crianças sobre canais de denúncia e recursos de apoio, o que facilita intervenções precoces em casos de violência.

Com a prevenção de abuso e exploração, ao educar sobre o corpo, consentimento e limites, o programa ajuda as crianças a compreenderem seu direito de proteger sua integridade física e emocional e de dizer "não" em situações de abuso. Além disso, ao promover uma cultura de paz, contribui para a formação de uma sociedade menos tolerante à violência, baseada no respeito mútuo e na não violência desde a infância.. Dada a sua abrangência e impacto positivo comprovado, o programa possui um grande potencial de se transformar em uma política pública, integrando-se a políticas de proteção infantil e direitos humanos, sendo implementado em escolas e outras instituições sociais para promover a segurança, o desenvolvimento saudável e a conscientização sobre os direitos das crianças em todo o país.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

Os resultados do Programa de Autoproteção para Crianças contra a Violência Doméstica evidenciam o impacto positivo dessa iniciativa na promoção de um ambiente mais seguro e no fortalecimento da resiliência infantil frente a situações de risco. A autoproteção, um conceito relativamente novo conforme destacado por Save The Children (2004), visa elevar a autoestima e a autoimagem das crianças para que possam reagir de forma preventiva em contextos de abuso, violência ou outras situações de risco. Esse enfoque teórico está alinhado com os fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece em seu artigo 4º o dever do Estado, da família e da sociedade de assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, garantindo-lhes o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade. O ECA também define, no artigo 18-A, a proibição de qualquer forma de violência, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes, promovendo uma abordagem de proteção integral.

A iniciativa do Programa de Autoproteção também dialoga diretamente com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que reforça a necessidade de prevenir e coibir a violência doméstica e familiar, especialmente em relação aos direitos das crianças que convivem nesses ambientes. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, estabelece a prioridade absoluta da proteção dos direitos da criança e do adolescente, sublinhando que é dever do Estado, da

família e da sociedade criar mecanismos que previnam qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse contexto, o Programa de Autoproteção contribui para a concretização desses princípios constitucionais ao promover a conscientização das crianças sobre seus direitos e capacitá-las a reconhecer e agir frente a situações de violência.

A Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014) também se destaca ao proibir o uso de castigos físicos e tratamento cruel ou degradante como forma de disciplina, reforçando a necessidade de práticas educativas que respeitem a dignidade e a integridade da criança. O Programa de Autoproteção se alinha a esse princípio ao promover habilidades de autoproteção que permitem às crianças identificar comportamentos abusivos e buscar ajuda em adultos de confiança. Ao capacitar educadores e cuidadores para detectar sinais precoces de abuso ou negligência e promover intervenções rápidas, o programa se torna uma ferramenta eficaz na prevenção da violência e na promoção de uma cultura de paz e respeito.

Portanto, ao integrar os princípios das legislações brasileiras voltadas para a proteção da infância, o Programa de Autoproteção não apenas educa e capacita as crianças sobre seus direitos, mas também fortalece uma rede de proteção que envolve a comunidade, os educadores e os próprios familiares. Dessa forma, ele se alinha a uma política pública robusta que promove a não violência e o respeito mútuo, conforme estabelecido pelas normativas nacionais de proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

AGIR COMUNICATIVO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Tassyara Onofre de Oliveira [1]
Edna Gusmão de Goes Brennand [2]

RESUMO

No contexto recente de crescente incidência de violência nas escolas brasileiras, o projeto "Precisamos falar sobre violência escolar", iniciativa da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV), emergiu como resposta à urgente necessidade de abordar e mitigar esse fenômeno. Estruturado como uma série de encontros e discussões envolvendo professores e alunos das redes pública e particular, o projeto visou criar um ambiente seguro para compartilhar experiências e discutir estratégias de enfrentamento à violência escolar. A metodologia incluiu dinâmicas participativas e recursos educativos diversos, facilitando uma compreensão mais aprofundada dos fatores que contribuíram para a exploração de possíveis soluções colaborativas. Os resultados revelaram a impactante influência da violência no desempenho acadêmico, saúde mental e bem-estar dos envolvidos, destacando a necessidade de intervenções interdisciplinares e apoio psicológico contínuo. Este relato de experiência documenta não apenas os eventos e aprendizados adquiridos, mas também propõe insights para futuras iniciativas e políticas públicas destinadas à promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor.

Palavras-chave: Violência escolar, Intervenção educacional, Segurança escolar, Violências, RIEV.

ABSTRACT

In the recent context of the increasing incidence of violence in Brazilian schools, the project "We Need to Talk About School Violence," an initiative of the Interdisciplinary Network of Studies on Violence (RIEV), emerged as a response to the urgent need to address and mitigate this phenomenon. Structured as a series of meetings and discussions involving teachers and students from both public and private schools, the project aimed to create a safe environment for sharing experiences and discussing strategies to combat school violence. The methodology included participatory dynamics and various educational resources, facilitating a deeper understanding of the factors that contributed to the exploration of possible collaborative solutions. The results revealed the significant impact of violence on academic performance, mental health, and the well-being of those involved, highlighting the need for interdisciplinary interventions and ongoing psychological support. This experience report documents not only the events and lessons learned but also proposes insights for future initiatives and public policies aimed at promoting a safe and welcoming school environment.

Keywords: School violence, Educational intervention, School safety, Violence, RIEV.

[1] Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba – PPGCI/UFPB, tassyaraonofre@gmail.com;
[2] Doutora em Sociologia pela Université Paris I Panthéon Sorbonne- PPGE/ UFPB, ednabrennand@gmail.com;

INTRODUÇÃO

O fenômeno da Violência escolar não é novo. Estudos realizados em diversos campos do conhecimento apontam que este é um fenômeno que apresenta dificuldades na realização de seu diagnóstico e análise em função das dinâmicas transversais que apresenta. São diversos os esforços de investigação, das formas plurais de violência, seja física, emocional, psicológica, social, econômica e ou sexual. Os estereótipos criam dificuldades de revelação e denúncia de muitas situações apresentadas. Hayeck (2009, p.2) destaca que "a ideia de violência é um conceito que varia de sociedade para sociedade, mesmo que tenha feito parte de vários processos civilizatórios." Não há como ter uma determinação universal e concreta sobre a violência pois cada sociedade testemunhará a sua própria de diversas maneiras e formas, sendo assim, difícil ter um consenso sobre o fenômeno. Arendt (2011) acredita que o domínio puro da violência advém de onde o poder está sendo perdido tendo o caráter instrumental e de obediência. Como exemplo pode-se citar os governos totalitários que utilizam da violência por questões políticas relacionadas à manutenção ou conquista de poder. O Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2019) mostra um panorama mundial sobre a questão no documento "Relatório da Violência escolar e *bullying.* O Relatório aponta que 246 milhões de crianças e jovens sofrem violência por ano. A maior incidência é com os estudantes com idades de 11, 13 e 15 anos, que, nessa fase, vivem os anos finais do ensino fundamental. O relatório também menciona que essas práticas vão sendo reduzidas com o avançar da idade. No caso do *bullying*, sua manifestação como agressão física é mais comum durante o ensino fundamental, e o *cyberbullying* tem aumentado no ensino médio (UNESCO, 2019). O Atlas da Violência no Brasil (IPEA, 2024) não traz dados sobre tipologias e formas de ocorrência de violências contra crianças e adolescentes e ou violência escolar. Os dados são focados em letalidade através de números, taxas e proporção de por ano, território e sexo da vítima. O relatório atualiza os dados anualmente dando a dimensão deste fenômeno para que possamos realizar as conexões necessárias com a violência na escola. O processo de construção de mecanismos de compreensão e prevenção envolve um complexo processo de definições. Ambos os relatórios Relatórios da violência (IPEA, 2024) UNESCO (2019) registram que é urgente engendrar esforços para recolher, sistematizar, indexar e publicar dadosnos principais domínios levantados e desenvolver a construção de boas práticas.

No primeiro semestre de 2023, o Brasil foi assolado por uma série de ataques violentos em instituições escolares, uma realidade perturbadora que chocou a nação e mobilizou diversas frentes de análise e intervenção. A palavra "misantropia", definida no dicionário como o ódio pela humanidade e a falta de sociabilidade, encapsula um sentimento profundo e complexo que tem motivado muitos desses ataques. Michele Prado, pesquisadora do Monitor do Debate Político no Meio Digital da USP[3], observa que esse fenômeno, especialmente dentro do ambiente escolar, reflete uma crise social e emocional que não pode ser ignorada.

Em novembro de 2023, o Ministério da Educação lançou um relatório intitulado "Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental", elaborado pelo Grupo de Trabalho de Especialistas em Violências nas Escolas[4]. Este documento revela dados alarmantes: entre 2002 e outubro de 2023, o Brasil registrou 36 ataques a escolas, resultando em 164 vítimas, das quais 49 foram fatais e 115 ficaram feridas. Os anos de 2022 e 2023 foram particularmente críticos, com o número de ataques nesses dois anos superando o total registrado nos vinte anos anteriores.

O Estado da Paraíba não foi uma exceção a essa trágica realidade. Na cidade de Sousa[5], ocorreu um ataque significativo, e diversas ameaças foram reportadas em outras localidades do estado[6][7]. Frente a essa situação alarmante, a Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV) não poderia permanecer inerte. Reconhecendo a gravidade e a urgência do problema, a RIEV concebeu o projeto "Precisamos falar sobre violência escolar", uma iniciativa destinada a fomentar diálogos sobre a violência no ambiente escolar, envolvendo professores e alunos das redes pública e particular.

[3] PRADO, Michele. Atentado em ambiente escolar em Cambé (PR). Nota Técnica #17. Monitor do Debate Político no Meio Digital, 21 jun. 2023. Disponível em: https://www.monitordigital.org/2023/06/21/nota-tecnica-17-atentado-em-ambiente-escolar-em-cambe-pr/. Acesso em: 23 jun. 2024.
[4] BRASIL. Ministério da Educação. Relatório Final: Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024
[5] CNN Brasil. Jovem esfaqueia colega em escola na Paraíba. CNN Brasil, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jovem-esfaqueia-colega-em-escola-na-paraiba/>. Acesso em: 23 jun. 2024.
[6] PORTAL CORREIO. Ameaça à escola de Guarabira foi notícia fake, afirma delegado. Portal Correio, 2023. Disponível em: https://portalcorreio.com.br/ameaca-a-escola-de-guarabira-foi-noticia-fake-afirma-delegado/. Acesso em: 23 jun. 2024.
[7] PARAÍBA JÁ. Operação cumpre mandados contra acusado de ameaçar ataque a escola na PB. Paraíba Já, 2023. Disponível em: https://paraibaja.com.br/operacao-cumpre-mandados-contra-acusado-de-ameacar-ataque-a-escola-na-pb/. Acesso em: 23 jun. 2024.

O projeto "Precisamos falar sobre violência escolar" foi estruturado como uma série de encontros e discussões que ocorreram dentro das escolas, com o objetivo de criar um espaço seguro para que professores e alunos pudessem compartilhar suas experiências e preocupações. Esses diálogos permitiram uma troca rica e significativa de vivências, proporcionando uma melhor compreensão dos fatores que contribuem para a violência escolar e explorando estratégias de mitigação.

Este relato de experiência tem como objetivo principal expor nossa jornada e os aprendizados obtidos através dessas interações. Compartilhamos aqui as abordagens adotadas, os desafios enfrentados, bem como as reflexões emergentes deste processo. Buscamos não apenas relatar os acontecimentos, mas também oferecer insights valiosos que possam contribuir para futuras iniciativas e políticas públicas voltadas para a segurança e o bem-estar no ambiente escolar.

Ao longo do projeto, foi possível observar como a violência impacta diretamente a vida escolar, afetando o desempenho acadêmico, a saúde mental e o bem-estar geral de estudantes e educadores. As discussões revelaram a necessidade urgente de intervenções interdisciplinares, que envolvam não apenas a escola, mas também a comunidade, as famílias e as autoridades governamentais. A experiência também destacou a importância de um suporte psicológico adequado e contínuo, além da implementação de programas educativos que promovam a empatia, o respeito e a convivência pacífica.

Em suma, este relato de experiência busca não apenas documentar os eventos e as ações empreendidas, mas também servir como um recurso para outros educadores, pesquisadores e formuladores de políticas que estão engajados na luta contra a violência escolar. Acreditamos que, através da colaboração e do diálogo contínuo, é possível construir um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e acolhedor para todos.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O projeto "Precisamos falar sobre violência escolar" foi concebido e executado pela Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV) em resposta à crescente onda de ataques violentos em instituições escolares no Brasil. Esta iniciativa teve como propósito principal criar um espaço seguro e inclusivo para a discussão aberta sobre a violência escolar, promovendo o diálogo entre professores, alunos e a comunidade escolar em geral. A relevância

deste projeto está na urgência de abordar a violência nas escolas de forma proativa, buscando entender suas causas e explorar estratégias eficazes para mitigá-la.

A RIEV realizou rodas de diálogo intituladas “Precisamos falar sobre violência escolar”, visitando escolas particulares e públicas para orientar discentes e formar docentes no enfrentamento dessa realidade. Essa troca de informações e experiências foi extremamente enriquecedora para todos os envolvidos, permitindo uma compreensão mais profunda dos desafios e das possíveis soluções para a violência escolar.

Nossa primeira visita do projeto "Precisamos falar sobre violência escolar" foi marcada por uma experiência inicial enriquecedora e reflexiva na **Escola Marista João Pessoa**. Durante nosso encontro, organizamos uma conversa com os docentes da instituição, centrada na discussão profunda sobre a temática da violência escolar. Ficamos gratamente surpreendidos com a participação ativa e o engajamento dos educadores, que compartilharam suas experiências e insights valiosos.

Figura 1: Visita a Escola Marista em João Pessoa - PB



Fonte: Arquivos do projeto, 2023.

A tarde foi permeada por trocas significativas e reflexões profundas, onde exploramos tanto os desafios enfrentados nas escolas quanto as estratégias eficazes para prevenir e lidar com situações de violência. Os diálogos revelaram a importância de criar um ambiente seguro e acolhedor para todos os membros da comunidade escolar, promovendo uma cultura de respeito e diálogo aberto.

Este encontro inicial foi fundamental para direcionar nossos próximos passos no projeto, inspirando-nos a adaptar nossas abordagens para melhor atender às necessidades e realidades das escolas. Estamos entusiasmados com as possibilidades de colaboração contínua com a Escola Marista João Pessoa e outras instituições, visando construir ambientes educacionais mais inclusivos e seguros para todos.

Realizamos uma visita à **Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente João Pessoa**, localizada no bairro Jardim Veneza, na cidade de João Pessoa - PB. Nosso encontro foi especialmente dedicado aos alunos do 9º ano, abordando temas fundamentais como violência escolar, promoção de uma cultura de paz e os desafios da desinformação.

Figura 2: Visita a Escola Municipal Presidente João Pessoa I



Fonte: Arquivos do projeto, 2023.

Durante essa visita, proporcionamos uma discussão reflexiva sobre esses temas cruciais para o ambiente escolar. Os alunos participaram ativamente, compartilhando suas experiências e perspectivas, enquanto explorávamos estratégias para prevenir a violência e promover relações saudáveis entre os estudantes. A interação foi não apenas educativa, mas também inspiradora, destacando a importância do diálogo aberto e da conscientização para criar um ambiente escolar seguro e inclusivo.

Figura 3: Visita a Escola Municipal Presidente João Pessoa II



Fonte: Arquivos do projeto, 2023.

Esta experiência na EMEF Presidente João Pessoa reforçou nossa convicção de que investir na educação e na sensibilização dos jovens é fundamental para construir uma comunidade escolar mais resiliente e harmoniosa.

No contexto do projeto "Precisamos falar sobre violência escolar", destacou-se uma tarde de formação realizada com os professores da **Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. Este evento foi concebido como um espaço dedicado à discussão aprofundada sobre o tema da violência escolar, adaptando-se especificamente às necessidades e dinâmicas dessa instituição educacional. Utilizando uma abordagem participativa, os participantes foram incentivados a compartilhar suas experiências e perspectivas, promovendo um diálogo crítico e reflexivo sobre as questões enfrentadas no ambiente escolar.

Figura 4: Formação com os docentes da Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba



Fonte: Arquivos do projeto, 2023.

Durante a formação, foram explorados diversos aspectos relacionados à violência escolar, incluindo sua identificação, impactos no ambiente educacional e estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Recursos audiovisuais e materiais didáticos foram utilizados para

enriquecer o debate teórico com exemplos práticos e estudos de caso relevantes. Além disso, foram discutidos o papel crucial dos educadores na promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, enfatizando a importância do suporte emocional aos alunos e da adoção de práticas inclusivas e empáticas.

Ao término da formação, foram realizadas sessões de feedback para que os participantes pudessem compartilhar suas percepções e sugestões para aprimorar as estratégias educacionais relacionadas ao tema abordado. Essa troca de ideias não apenas fortaleceu o compromisso da Escola de Educação Básica da UFPB com o desenvolvimento profissional contínuo de seus professores, mas também reafirmou a necessidade de abordagens integrativas e participativas na construção de ambientes educacionais mais seguros e inclusivos.

Em resposta à solicitação da gestão municipal preocupada com a recente onda de ataques, realizamos uma formação especial para os **educadores do município de Governador Dix-sept Rosado, no Rio Grande do Norte.** Devido às restrições de deslocamento, optamos por um formato virtual que possibilitou a participação através de uma transmissão ao vivo hospedada no canal do YouTube da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV), acessível pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=c8gQpSjOORQ, onde cerca de 150 docentes estavam online para nos assistir.

Figura 5: Formação com os docentes município de Governador Dix-sept Rosado, no Rio Grande do Norte



Fonte: Imagens capturadas do YouTube[8]

[8] https://www.youtube.com/watch?v=c8gQpSjOORQ

Durante o encontro virtual, exploramos estratégias para enfrentar a violência escolar e apoiar os professores na mitigação dos impactos negativos no ambiente educacional. A plataforma digital não apenas permitiu romper barreiras geográficas, mas também facilitou um diálogo direto e interativo, onde os participantes puderam compartilhar experiências e discutir soluções práticas.

Utilizamos recursos tecnológicos, como apresentações em slides e vídeos educativos, para enriquecer a discussão teórica com exemplos concretos e casos relevantes. Além disso, promovemos um espaço de reflexão sobre o papel do educador como agente de transformação social dentro da comunidade escolar.

Ao final da transmissão ao vivo, promovemos um período de perguntas e respostas, permitindo que os participantes expressassem suas preocupações e recebessem orientações específicas para suas necessidades. Essa experiência demonstrou a eficácia da tecnologia como uma ferramenta poderosa para a continuidade das formações educacionais, mesmo em contextos desafiadores como o atual.

Visitamos a **Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca**, situada no bairro do Grotão, onde fomos recebidos com simpatia e grande interesse pelo tema abordado. O 7º ano demonstrou uma receptividade calorosa e uma curiosidade palpável sobre a temática discutida. Durante nossa interação, dialogamos intensamente sobre questões como *bullying* escolar, os impactos da disseminação de *fake news* e estratégias para promover uma convivência pacífica dentro e fora do ambiente escolar. As discussões foram marcadas por uma participação ativa dos alunos, que compartilharam suas experiências e perspectivas, revelando um engajamento significativo com os temas abordados.

Figura 6: Visita a Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca



Fonte: Arquivos do projeto, 2023.

Figura 7: Visita a Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca



Fonte: Arquivos do projeto, 2023.

No âmbito do projeto "Precisamos falar sobre violência escolar", uma das visitas mais significativas ocorreu no **município de Soledade, na Paraíba**. A gestão municipal demonstrou interesse proativo ao nos solicitar uma formação para os professores da rede municipal, fornecendo todo o apoio e receptividade necessários para a realização do evento.

Ademais, a formação forneceu orientações sobre como os professores podem auxiliar seus alunos em momentos de dificuldades provocadas por dinâmicas de violência escolar, destacando a importância do suporte emocional e da orientação adequada. Esse evento foi especialmente pertinente, considerando a série de ataques e ameaças que vinham ocorrendo em instituições educacionais em todo o país.

Figura 8: Visita ao município de Soledade – PB



Fonte: Arquivos do projeto, 2023.

Figura 9: Visita ao município de Soledade – PB



Fonte: Arquivos do Projeto, 2023.

A formação, realizada ao longo de um dia completo, nos períodos da manhã e da tarde, contou com a participação de mais de 200 docentes. A programação abordou uma variedade de temas relacionados à violência escolar, com ênfase no fenômeno do *bullying*. Discutimos suas causas, consequências e estratégias preventivas, baseadas em evidências e melhores práticas pedagógicas.

Outro tema de destaque foi o impacto da disseminação de *fake news* no ambiente escolar, analisando como essa prática pode intensificar conflitos e gerar um ambiente de hostilidade. Foram exploradas estratégias para a promoção de uma convivência pacífica dentro e fora do ambiente escolar, com foco na criação de espaços seguros que incentivem os alunos a expressarem suas preocupações e buscarem apoio.

Figura 10: Visita ao município de Soledade - PB



Fonte: Arquivos do Projeto

A iniciativa não apenas equipou os professores com ferramentas teóricas e práticas para enfrentar esses desafios, mas também fortaleceu a coesão da comunidade escolar de Soledade, promovendo um ambiente educacional mais seguro e acolhedor para todos os envolvidos.

METODOLOGIA

O projeto "Precisamos falar sobre violência escolar" foi concebido e executado pela Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV) em resposta à crescente onda de ataques violentos em instituições escolares no Brasil. Como uma iniciativa de extensão, o projeto foi voltado para a formação continuada de professores da rede particular e pública de ensino, bem como para alunos, através de dois tipos de visitas. O foco principal do projeto foi

a promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, abordando temas como *bullying*, disseminação de *fake news* e estratégias para a convivência pacífica. Nosso foco geográfico foi o Estado da Paraíba.

O trabalho foi conduzido por meio de uma metodologia participativa e dialógica, que priorizou a interação direta com os professores e a troca de experiências entre os participantes. As atividades foram estruturadas em encontros presenciais realizados dentro das escolas, permitindo uma imersão no contexto escolar local. A adaptação do conteúdo programático foi essencial para atender às necessidades específicas de cada comunidade escolar. Isso incluiu a contextualização dos temas abordados de acordo com as particularidades de cada município e escola, bem como a incorporação de feedbacks recebidos ao longo do processo.

Para a realização das formações, utilizamos uma variedade de materiais didáticos e audiovisuais, incluindo apresentações em PowerPoint para estruturação das palestras e workshops, vídeos educativos que ilustravam casos de violência escolar e suas consequências, e materiais impressos, como folhetos e cartilhas, contendo informações sobre os temas discutidos e estratégias de intervenção. Os instrumentos utilizados para coleta de dados e avaliação incluíram questionários aplicados aos professores antes e após a formação, para avaliar o conhecimento prévio e o impacto da formação, além de sessões de feedback ao final de cada encontro, onde os participantes puderam compartilhar suas impressões e sugestões.

O planejamento das atividades envolveu a identificação das escolas participantes e o contato inicial com as gestões municipais para entender suas necessidades específicas. Elaboramos um cronograma das formações, definindo datas, horários e locais das atividades, e desenvolvemos os materiais didáticos necessários, preparando as apresentações. Durante a realização das formações, conduzimos atividades em dois períodos (manhã e tarde), abrangendo todos os temas programados. Utilizamos dinâmicas de grupo e atividades práticas, como simulações de situações de *bullying* e discussões de casos reais, além de sessões de perguntas e respostas para esclarecer dúvidas e aprofundar a discussão.

A avaliação e ajustes do projeto foram realizados através da aplicação de questionários de avaliação ao final das formações e da análise dos dados coletados. Com base no feedback recebido, fizemos ajustes nas atividades e materiais para aprimorar futuras formações. Também elaboramos relatórios de avaliação e documentamos as experiências e resultados obtidos.

Essa abordagem metodológica permitiu não apenas a transferência de conhecimento teórico, mas também a construção conjunta de soluções práticas e contextualizadas para enfrentar a violência escolar, promovendo um ambiente educacional mais seguro e harmônico.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados derivados das atividades do projeto "Precisamos falar sobre violência escolar" revelam avanços substanciais na abordagem e compreensão das dinâmicas de violência no ambiente escolar, conforme testemunhado pelos participantes e observado nas interações desenvolvidas. Inspirados em Habermas (1987) o grupo buscou na racionalidade comunicativa, a garantia de oportunidades de diálogos para que alunos, professores e investigadores pudessem interpretar intersubjetivamente as questões levantadas e as possibilidades de ação conjunta para pensar saídas para os problemas oriundos das diversas violências vivenciadas na escola e na comunidade. Esses diálogos permitiram visualizar a superação de problemas em um espaço possível se construído coletivamente. Espaços de diálogos entre a Universidade, escolas e comunidades não será resultado de um processo idealizador, mas de uma busca de entendimento entre sujeitos que querem promover mudanças possíveis. Durante as visitas realizadas, evidenciou-se um impacto positivo tanto entre os alunos quanto entre os professores das instituições educacionais envolvidas.

Entre os alunos, observou-se um aumento significativo na conscientização sobre a violência escolar e nas habilidades para lidar com essas situações após as intervenções realizadas. Testemunhos indicaram uma melhor comunicação entre alunos e professores acerca dessas questões sensíveis, exemplificado por depoimentos como: "As professoras tentavam falar conosco sobre isso antes, mas só agora conseguimos realmente entender", e "Graças a essas orientações, sinto-me mais capacitado para enfrentar problemas na escola". Além disso, muitos alunos expressaram a intenção de compartilhar seus novos conhecimentos com suas famílias, destacando o potencial multiplicador das iniciativas educativas implementadas.

Por outro lado, os professores demonstraram profunda gratidão e apreciação pela iniciativa do projeto. Em um contexto em que recursos e apoio externo são frequentemente limitados, a presença e o suporte oferecidos pela equipe do projeto foram valorizados pelos educadores locais. Expressões como "É raro ver uma universidade interessada em escolas como a nossa" e "Este foi um dia crucial para nós" refletem não apenas a importância das formações

oferecidas, mas também a significância emocional e profissional desses eventos para os docentes. Pudemos vivenciar a constatação de que processos de comunicação efetivos, podem ser consolidados desde que as instituições e sujeitos em diálogos atinjam um grau de maturidade sobre quais soluções podem ser pensadas e implementadas. Estas discussões conjuntas podem formar uma base de reciprocidade e ajudar a construir consensos e possíveis estratégias. (HABERMAS, 1987)

A análise dos resultados obtidos é enriquecida pela integração com a literatura acadêmica pertinente, que enfatiza a necessidade crucial de uma conexão mais estreita entre teoria e prática na formação de professores para enfrentar desafios complexos como a violência escolar (Royer, 2002, 2003). Observou-se que, frequentemente, as teorias pedagógicas existem de forma separada das experiências práticas vivenciadas pelos professores, indicando áreas críticas para melhorias na formação docente e na implementação de políticas educacionais mais eficazes.

Em síntese, os resultados alcançados não apenas validam a relevância do projeto no contexto educacional atual, mas também destacam áreas de aprendizado contínuo e desenvolvimento. A interação direta com professores e alunos revelou não apenas os desafios enfrentados diariamente nas escolas, mas também as oportunidades significativas para promover mudanças positivas através da educação e da promoção de uma cultura escolar mais inclusiva e pacífica.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

A execução do projeto proporcionou uma série de aprendizados valiosos, tanto para a equipe responsável quanto para os participantes diretos das formações. Essa seção destaca os insights adquiridos ao longo da realização da atividade, abrangendo desde aspectos técnicos e práticos até desenvolvimentos pessoais e profissionais significativos.

Desenvolvimento de Competências Técnicas e Práticas. Um dos principais aprendizados técnicos foi a adaptação constante das estratégias de ensino e aprendizagem conforme as necessidades específicas de cada escola visitada. Cada contexto educacional apresentou desafios distintos, exigindo flexibilidade e capacidade de ajuste por parte da equipe. Aprendemos a utilizar diferentes metodologias participativas, como dinâmicas de grupo,

simulações de situações reais e discussões abertas, para facilitar a compreensão e o engajamento dos participantes.

Além disso, a experiência proporcionou uma maior familiaridade com materiais educativos diversos, desde apresentações em PowerPoint até vídeos instrutivos e material impresso. Esses recursos não apenas enriqueceram as formações, mas também demonstraram a importância de uma comunicação visual e interativa para eficácia das sessões de capacitação.

Crescimento Pessoal e Profissional. Em termos de desenvolvimento pessoal, a interação direta com alunos e professores das escolas visitadas proporcionou uma compreensão mais profunda das realidades enfrentadas no cotidiano escolar. A empatia e a sensibilidade tornaram-se ferramentas essenciais na abordagem de temas delicados como *bullying* e violência simbólica. Aprendemos a importância de ouvir atentamente as preocupações e experiências dos participantes, criando um ambiente seguro para discussões abertas e construtivas.

Profissionalmente, a experiência fortaleceu nossa capacidade de liderança e gestão de projetos educacionais complexos. A colaboração com diferentes instituições educacionais e a coordenação de atividades de formação demandaram habilidades de organização, comunicação e trabalho em equipe aprimoradas. A necessidade de adaptar continuamente nossas abordagens educativas reforçou a importância da reflexão crítica e da avaliação constante na melhoria de práticas pedagógicas.

Reflexão sobre a Experiência. A análise retrospectiva revelou que, apesar dos desafios enfrentados, os resultados positivos obtidos nas formações refletem não apenas o compromisso da equipe, mas também a receptividade e o engajamento dos participantes. A experiência reforçou a convicção de que a educação é uma poderosa ferramenta de transformação social, capaz de promover mudanças significativas na cultura escolar e na qualidade do ambiente educativo.

A construção de consensos por meio de redes de diálogo é crucial para desenvolver soluções viáveis e estratégias eficazes de enfrentamento da violência. Em resumo, as lições aprendidas com o projeto "Precisamos falar sobre violência escolar" foram fundamentais para nosso crescimento tanto profissional quanto pessoal, proporcionando insights valiosos sobre como enfrentar desafios complexos na educação. A continuidade dessas reflexões e o aprendizado contínuo são essenciais para futuras intervenções educacionais mais eficazes e inclusivas.

RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A interação entre teoria e prática na formação de professores desempenha um papel crucial na compreensão e na superação dos desafios impostos pela violência escolar. Conforme discutido por diversos estudiosos, a violência no ambiente escolar não se restringe apenas às agressões físicas evidentes, mas também engloba dinâmicas complexas de violência simbólica e institucional, que afetam tanto alunos quanto professores (Chupin, 2006; Dubet, Martuccelli, 1996; Debarbieux, Blaya, 2002).

A preparação adequada dos professores, tanto inicial quanto continuada, emerge como um ponto-chave na construção de uma cultura de paz nas escolas. Esta preparação não se limita ao domínio de técnicas de manejo de sala de aula, mas também à compreensão teórica profunda dos fenômenos de violência escolar e suas ramificações sociais. É fundamental que os educadores não apenas conheçam as teorias acadêmicas sobre violência e educação, mas também sejam capazes de aplicar esses conhecimentos de maneira adaptativa e reflexiva no contexto prático da sala de aula (Pereira, 1963).

A transição da teoria para a prática é frequentemente marcada por desafios significativos. Estudos revelam que muitos professores enfrentam um "choque transicional" ao deixar as instituições formadoras e ingressar na prática cotidiana da sala de aula (Pereira, 1963). Este desafio é exacerbado pelas novas realidades de trabalho, demandas crescentes e um ambiente escolar cada vez mais diversificado e complexo. Nesse contexto, a educação continuada desempenha um papel crucial ao preencher lacunas entre teoria e prática, proporcionando aos educadores ferramentas e estratégias atualizadas para lidar eficazmente com situações de violência e promover um ambiente de aprendizado seguro e inclusivo (Abramovay, 2002).

Portanto, investigar e reformular os currículos e programas de formação de professores são passos essenciais para atender às necessidades emergentes dos profissionais da educação. Isso inclui não apenas a adaptação dos conteúdos teóricos às realidades locais e às demandas contemporâneas, mas também o fortalecimento da capacidade dos professores de enfrentar, reconhecer e mitigar as diversas manifestações de violência que permeiam o ambiente escolar moderno Crispino, Chrispino, 2002; Soeiro, 2003).

Em suma, a relação teoria/prática na formação de professores não apenas enriquece o repertório acadêmico dos educadores, mas também os capacita a serem agentes de transformação social dentro das escolas. Ao integrar teoria e prática de forma coesa e reflexiva, é possível não apenas entender mais profundamente as dinâmicas de violência escolar, mas também desenvolver estratégias eficazes para promover um ambiente educacional mais seguro, inclusivo e propício ao aprendizado. As experiências vivenciadas pela equipe do Projeto criou uma expectativa positiva da participação da Universidade na construção de uma educação não violenta, na valorização de estudos onde o respeito, a tolerância contribuem para o fortalecimento de ações críticas e éticas que possam gerar uma cultura de paz e consensos prováveis e provisórios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *Cotidiano das escolas*: entre violências. Brasília: UNESCO no Brasil, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf> Acesso em: 19 jul. 2024.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violências nas escolas.* Brasília: Unesco, 2002.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório Final: Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas.* Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf> Acesso em: 19 jul. 2024.

CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. *Políticas educacionais de redução da violência*: mediação do conflito escolar. São Paulo: Biruta, 2002.

CHUPIN, J. *Afrique: la chicotte ou l'école à bâtons rompus*. Le Monde de l'Éducation, Paris, n.343, p.44-45, jan. 2006.

CNN BRASIL. *Jovem esfaqueia colega em escola na Paraíba*. CNN Brasil, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jovem-esfaqueia-colega-em-escola-na-paraiba/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (orgs.) *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: Unesco, 2002.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. *À l'école*: sociologie de l'experience scolaire. Paris: Seuil, 1996.

HABERMAS, J.*Théorie de l'agir communicationnel.* Paris: Galimard, 1987.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009.

IPEA-FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência. 2024*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes Acesso em: 19 jul. 2024.

Li PRADO, Michele. Atentado em ambiente escolar em Cambé (PR). *Nota Técnica #17*. Monitor do Debate Político no Meio Digital, 21 jun. 2023. Disponível em: < https://www.monitordigital.org/2023/06/21/nota-tecnica-17-atentado-em-ambiente-escolar-em-cambe-pr > Acesso em: 19 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial.* Brasília: UNESCO, 2019. Disponivel em: https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia_escolar_bullying_unesco.pdf Acesso em: 19 jul. 2024.

PEREIRA, L.*O Professor primário metropolitano.* Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

SOEIRO, J. Violências e desencontros. CORREIA, J. A.; MATOS, M. (orgs.) *Violência e violências da e na escola*. Porto: Afrontamento, Centro de Investigação e Intervenção Educativas, 2003. p.31-34.

Ninguém tira a dor de ninguém:
relatos de experiência sobre a violência na/da escola

Adriana Bastos Oliveira [1]
Giovanna Barroca de Moura [2]
Djanice Marinho de Oliveira [3]

RESUMO

O presente relato aborda uma experiência pedagógica realizada em uma escola de João Pessoa, envolvendo estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo foi diagnosticar para desconstruir a violência no ambiente escolar, promovendo uma cultura de paz baseada em princípios da Educação Popular. O contexto da escola inclui uma comunidade com alta vulnerabilidade social, marcada por violência, pobreza e falta de infraestrutura básica. Através de um trabalho de observação envolvendo toda a comunidade escolar, buscou-se entender a origem multifatorial da violência e desenvolver estratégias para enfrentá-la. De modo que, metodologicamente, aplicou-se atividades de desenho/relato com alguns estudantes para que expressassem suas experiências de violência, tanto na escola quanto em casa ou na comunidade. Os quais revelaram uma profunda ligação entre os contextos doméstico/comunitário e escolar na reprodução da violência. O projeto pedagógico, assim como o plano de ação anual e os projetos pedagógicos da escola enfatizam a importância de um olhar sensível e uma abordagem pedagógica inclusiva para a construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, onde valores como respeito, empatia e cooperação são incentivados. O relato destaca a importância de uma abordagem coletiva e integrada para a promoção da paz e a prevenção da violência no ambiente escolar.

Palavras-chave: Cultura de paz, violência escolar, Educação Popular.

ABSTRACT

This report discusses a pedagogical experience conducted at a school in João Pessoa, involving elementary school students. The objective was to diagnose and deconstruct violence in the school environment, promoting a culture of peace based on the principles of Popular Education. The school is situated within a community characterized by high social vulnerability, marked by violence, poverty, and a lack of basic infrastructure. Through a comprehensive observation involving the entire school community, the project aimed to understand the multifactorial origins of violence and develop strategies to address it. Methodologically, activities involving drawing and narration were applied with some students, allowing them to express their experiences with violence, both in school and at home or in the community. These activities revealed a deep connection between domestic/community and school contexts in the reproduction of violence. The pedagogical project, along with the annual action plan and the school's pedagogical projects, emphasizes the importance of a sensitive perspective and

[1] Mestre em Educação da Universidade Federal da Paraíba, adipsic@gmail.com
[2] Mestre em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, giovannabarroca@gmail.com
[3] Mestre em Educação da Universidade Federal da Paraíba, djanicemarinho984@gmail.com

an inclusive pedagogical approach to create a safe and welcoming school environment, where values such as respect, empathy, and cooperation are encouraged. The report highlights the importance of a collective and integrated approach to promote peace and prevent violence in the school environment.

Keywords: Culture of peace, school violence, Popular Education.

INTRODUÇÃO

Neste relato de experiência realizada em uma escola na capital paraibana, buscamos abordar uma intervenção pedagógica concretizada com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental e as reflexões construídas na sequência junto à comunidade escolar. Elucidando as causas da violência verificada no cotidiano das relações escolares e nos registros feitos pelos estudantes participantes da experiência. Assim como dialogamos sobre formas práticas de desenvolvermos uma comunicação não violenta e uma cultura de paz por meio da vivência dos princípios e valores humanos inspirados numa perspectiva de Educação Popular.

Para tanto, abordaremos no corpo do presente texto aspirações teóricas que vem fortalecendo a nossa compreensão sobre o fenômeno da violência, além de descrever uma das inúmeras intervenções que a escola tem procurado construir por meio da concretização do Projeto Político Pedagógico, do plano de ação da equipe pedagógica, dos projetos pedagógicos de alguns educadores e do Projeto guarda-chuva que adotamos neste ano letivo. Ressaltamos nesta oportunidade que o plano de ação fora construído durante o processo de formação continuada dos especialistas oferecido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, no qual trabalhamos a temática “Da violência à paz no ambiente escolar”.

Com base nas observações sistemáticas que a equipe pedagógica realiza no cotidiano escolar, dentre tantos problemas, a violência tem sido uma constante nas relações humanas vivenciadas pelos membros da comunidade escolar. Seja na forma de violência verbal, física, psicológica, bullying, discriminações etc. É sabido que a escola, assim como outras instituições sociais, deveria abrigar, proteger e socializar as pessoas, no entanto, não é isto que verificamos. O cenário social de negligência, abandono, violência e omissão quanto aos direitos humanos é fato consumado dentro e fora da escola (Faleiros; Faleiros, 2008)

A escola, em questão, está localizada em um bairro periférico, na cidade de João Pessoa, e atende a crianças, adolescentes, jovens e adultos, onde há uma população caracterizada por sua imensa vulnerabilidade social. Residem em pequenas casas de alvenaria, geralmente inacabadas.

Sofrem com problemas de infraestrutura como falta de rede de esgoto e calçamento, sinalização de trânsito inadequadas. O bairro é atendido por apenas uma linha de ônibus regular. Os motoristas de aplicativos se recusam a atender chamadas após às 19h.

Vivem um cotidiano de situações que envolvem a violência da falta de segurança pública e a presença atuante do tráfico. Sendo assim, a área é considerada de risco dado alto índice de violência, crimes de naturezas diversas, assim como o uso e comercialização de drogas ilícitas. É sabido que muitas crianças e adolescentes são colocados para atuar desde cedo neste meio.

Os alunos são filhos de empregadas domésticas, vendedores ambulantes, catadores de lixo, lavadores de carros e mecânicos, entre outros. Muitos têm pais desempregados, pessoas privadas de liberdade. Temos ainda muitos casos de alunos que convivem com a ausência de um do pai, da mãe e até mesmo dos dois. São filhos de mães solteiras ou têm pais separados, que na maioria das vezes, não dialogam sobre os filhos/as. São crianças/adolescentes que vivem sob responsabilidade dos avós, mais precisamente, das avós, que geralmente são pessoas sem boas condições de saúde física e ou emocional.

A assistência médica está restrita apenas uma Unidade de Saúde da Família (USF), da qual a comunidade faz reclamações frequentes quanto a qualidade do atendimento, ausência de profissionais da saúde e a demora para realização dos encaminhamentos para consultas ou exames. No bairro há várias oficinas mecânicas que oferecem emprego para alguns moradores locais. Não há nenhum estabelecimento bancário próximo nem grandes casas comerciais. Há um pequeno comércio formado apenas por bares, fiteiros, mercadinhos e lojinhas que funcionam de acordo com o poder aquisitivo da população local.

Quanto ao atendimento escolar, a comunidade é atendida por duas escolas públicas que oferece Educação Infantil a partir da pré-escola, anos iniciais e finais do ensino fundamental, no entanto, não há escolas de nível médio nas imediações e nem creche escolar, obrigando os moradores a se deslocarem para os bairros vizinhos. Sendo esta uma das causas da não continuidade dos estudos por parte dos jovens e adultos que concluem os anos finais e ou os ciclos do segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos.

Com base nessa realidade, constata-se uma comunidade carente de políticas públicas que possam sanar necessidades básicas como: rede de esgoto, calçamento, assistência médica, segurança, trabalho, esporte e lazer, entre outros. A falta de espaços recreativos, adequados aos jovens, aliada à falta de oportunidades de emprego, acentua ainda mais a instabilidade

social que, consequentemente, deixam muitos dessas crianças, jovens e adultos expostos à ociosidade e a violência.

Diante do dia a dia de violência na comunidade, uma das consequências desta realidade são os resultados negativos no ambiente escolar, que seja, a alta infrequência, a evasão escolar; comportamentos que vão desde o silêncio do medo à violência manifesta entre alunos-alunos; alunos-professores; alunos-funcionários etc. Não são poucos os relatos de estudantes que precisam abandonar a escola em algum período do ano letivo por estarem pessoalmente ou enquanto famílias sofrendo ameaças que envolvem situações de vida ou morte.

Diariamente professores relatam duas situações que os assusta: ou alunos manifestando comportamentos agressivos para com os colegas ou mesmo contra o professor; ou uma apatia generalizada entre os alunos em tudo que envolve as atividades e conteúdos escolares, propriamente dito. E que ambas as situações em muito vem prejudicando o processo de ensino-aprendizagem.

Diante desta realidade, tanto comunitário quanto do contexto intraescolar, escolhemos a temática da violência entendendo-a como uma necessidade urgente. Primeiro, pela reflexão acerca das ocorrências de violência em nossa escola e no bairro onde estamos situados. Em segundo momento (não menos relevante), pela necessidade de pensarmos propostas de intervenção para promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar, dentro do que é cabível e possível à escola realizar.

Refletimos, coletivamente que, a violência manifesta na escola tem origem multicausal, partindo de fatores que envolvem as estruturas sociais e a desigualdade social, quanto à fatores de ordem psíquica de construção das subjetividades humanas, pessoais e coletivas a partir do meio em que está inserido.

Nesta perspectiva, refletimos que as necessidades sociais, econômicas, culturais; assim como a carência de relações afetivas saudáveis com a parentela; bem como o convívio com a cultura de violência nos diferentes espaços sociais (escola, casa, comunidade) são os principais fatores da violência que vemos disseminada dentro das escolas.

Seguindo as orientações do Projeto Escola que Protege[4] realizamos um encontro com o grupo de professores/as para discutirmos quais os tipos de violência vivenciados na escola e quais sugestões teríamos para o seu enfrentamento. Para mapeamento das violências ocorridas na escola utilizamos um questionário padrão trabalhado durante o curso de Formação oferecido pela Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa, a partir do qual diagnosticamos que:

Já aconteceram furtos a alunos, a professores, a funcionários, invasões na escola com furto de equipamentos; quebra ou dano intencional de equipamento, mobílias escolares; pichações e depredações das dependências internas da escola; consumo de drogas nas proximidades e nas dependências da escola; membros da comunidade escolar portando arma branca; ações de gangs nas dependências externas; agressão verbal e física a professores, a alunos, a funcionários, a pais de alunos; bullying, discriminação racial, de classe, de gênero; indisciplina; violência doméstica; trabalho infantil; negligência familiar, além de suspeitas de abuso e exploração sexual.

A escola tem um papel fundamental na desconstrução da violência e promoção da cultura de paz. Para tanto, a escola vem buscando desenvolver estratégias reflexivas, intencionais e objetivas. Dentre estas estratégias estão os Projetos Rádio Escola; Jogos no intervalo; o Projeto Fala que eu te escuto, dentre outras. O que dificulta muitas vezes o avançar destas intervenções é a sobrecarga de trabalho dos docentes quanto da equipe de especialistas e gestores; a falta de apoio dos familiares; a falta de recursos humanos e a falta de um envolvimento global dos membros da comunidade escolar.

De acordo com Vaz (2006), soluções como o policiamento e a colocação de grades, geralmente não são possíveis e quase nunca são eficazes. É preciso compreender que a violência presente dentro do espaço escolar vem de fora da escola, mas também é fruto de uma construção interna. Ou seja, regulamentos opressivos, currículos e sistemas de planejamento e avaliação inadequados à realidade da escola, bem como posturas e medidas estigmatizantes tem historicamente produzido sujeitos insatisfeitos, desde alunos até o quadro de funcionários, bem como afastado estes sujeitos da proposta escolar.

[4] O Projeto Escola que Protege é uma estratégia do Ministério da Educação (MEC), desde o ano de 2004, para combater e prevenir a violência contra crianças e adolescentes. O projeto tem como objetivo capacitar profissionais da educação, além de outros profissionais envolvidos na Rede de Proteção e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Segundo o mesmo autor a violência possui uma face visível e tantas outras invisíveis. E para que este fenômeno possa ser minimamente compreendido e desconstruído faz-se necessário estudá-lo de modo contextualizado. Ou seja, para entender o que se passa dentro da escola é preciso olhar também para além de seus muros.

Outra alternativa de solução, segundo Vaz (2006), está na democratização do acesso, das relações internas e da estrutura de funcionamento da instituição escolar. Na perspectiva destes autores se não houver ensaios de democratização é impossível transpor as barreiras que se interpõem entre os membros da comunidade escolar e a própria escola. Pensar e falar em violência é pensar na complexidade da atual sociedade.

2. RELATO DE EXPERIÊNCIA – Educando para AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO

No turno da manhã, três crianças foram trazidas à equipe de especialistas, pois continuamente vinham demonstrando comportamentos agressivos em sala de aula para com seus colegas, assim como em outros ambientes da escola.

A equipe então decidiu realizar com estas crianças, uma das ações de diagnose planejadas no plano de ação escolar. Após o acolhimento e a escuta ativa realizada, pediu-se a estas três crianças que desenhassem e ou relatassem, primeiro,

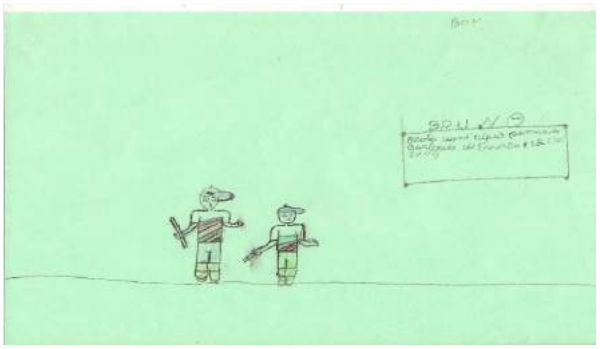
a) uma cena de violência vivida ou observada na escola e depois,

b) uma cena de violência vivida ou observada no ambiente familiar e/ou na comunidade.

Feitos os desenhos, pediu-se que cada um descrevesse, sequencialmente a cena 01 e 02 dando destaque aos sentimentos que os envolviam em cada cena. Ou seja, como estavam se sentindo no momento em que a violência aconteceu e como estavam sentindo-se no momento atual. Se percebiam relação entre os sentimentos vividos nas duas cenas.

Vejamos os relatos e as imagens:

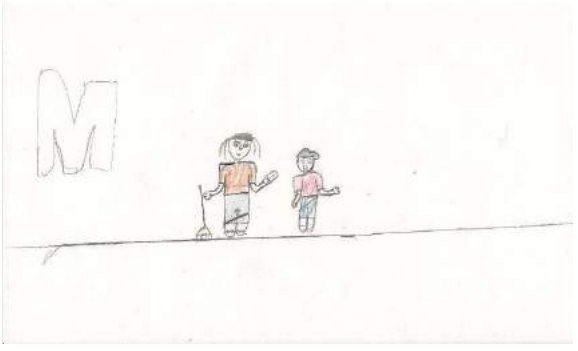
Figura 1. Desenho de uma cena de violência escolar, feita por estudante dos anos iniciais



Fonte: Arquivos da escola.

Alberto (nome fictício), 11 anos, estudante da turma do Programa Se Liga, relata a cena de um colega puxando uma tesoura para furar o outro colega de turma. Diz que apesar de não aparecer na cena ele estava presente tentando separar os dois colegas. Relata um sentimento de proteção. Desejo de que aquilo acabasse antes de um dos colegas se "machucar de verdade".

Figura 2. Desenho de uma cena de violência familiar/comunitária, feita por estudante dos anos iniciais

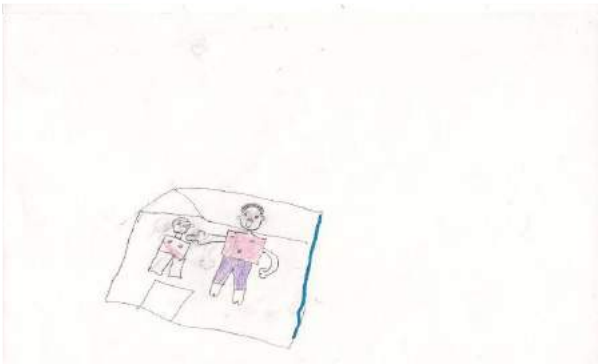


Fonte: Arquivos da escola.

Nesta cena, Alberto relata um fato ocorrido em sua casa. A "moça que cuida de seu irmão caçula" batendo na criança com um objeto. Ele relata que apesar de nesta cena também não aparecer tentou evitar que seu irmão fosse violentado. Diz que fez isso para "proteger seu

irmão". Alberto percebeu que o mesmo sentimento de proteção vivenciado em casa foi trazido para a escola.

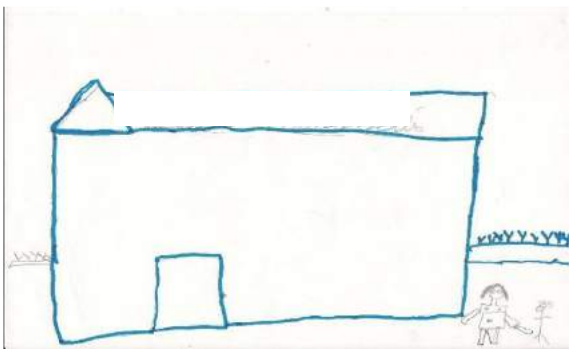
Figura 3. Desenho de uma cena de violência escolar, feita por estudante dos anos iniciais



Fonte: Arquivo da Escola.

Sérgio (nome fictício), também de 11 anos e colega de turma de Alberto, relata cena em que ele após abrir a bolsa do professor e pegar uma tesoura lá de dentro, avança em um colega e tenta furá-lo, pois o colega o tinha ofendido. Diz que seu sentimento era "vontade de matar de tanta raiva". Perguntou-se ao aluno o que ele sentiria se tivesse "machucado de verdade" o colega. O aluno responde que "queria isso mesmo, que ele morresse".

Figura 4. Desenho de uma cena de violência familiar/comunitária, feita por estudante dos anos iniciais

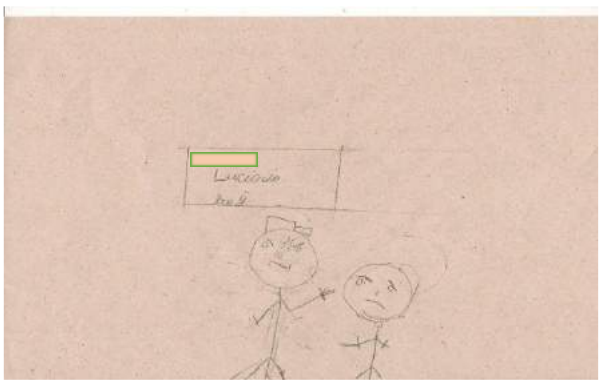


Fonte: Arquivos da escola.

Esta cena se passou na casa do aluno Sérgio. Ele diz que mora numa casa muito grande e que se sente perdido dentro dela. Na cena sua mãe puxou uma faca para furar o

marido (que não era o seu pai), após uma discussão em que o mesmo a ofendeu chamando-a de "cangalheira". Diz que seu sentimento era de "medo de perder a mãe" e acrescenta "quem não tem medo de perder a mãe do cara". No diálogo que se segue a criança compara a cena da escola e a de sua casa e diz: "eu tava com tanta raiva quanto minha mãe". Continuando o diálogo com o estudante descobrimos que a cena 02 (em casa) aconteceu dias antes da cena 01.

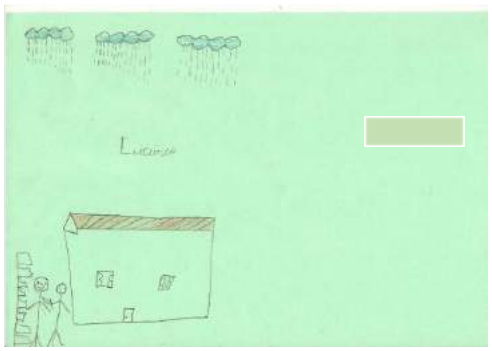
Figura 5. Desenho de uma cena de violência escolar, feita por estudante dos anos iniciais



Fonte: Arquivos da Escola

Roberto, 11 anos, colega de turma de Sérgio e Alberto, todos matriculados no Programa Se Liga, ilustra uma cena ocorrida em frente da sua casa, embora se tenha pedido a ele que ilustrasse uma cena de violência na escola. Na ocorrência um adolescente é furado por um homem com um golpe de canivete no pescoço. Roberto diz que sentiu "muito medo, inclusive de sair de casa depois do que aconteceu".

Figura 6. Desenho de uma cena de violência familiar/comunitária, feita por estudante dos anos iniciais

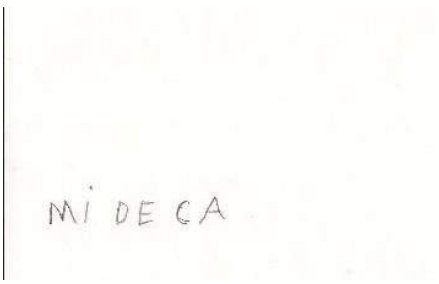


Fonte: Arquivos da escola.

O aluno relata que assistiu da janela de sua casa um homem empurrando outro jovem no muro e esfaqueando-o. Roberto diz que sentiu "vontade de ir embora de sua casa, de morar em outro lugar", pois sentia "muito medo de tanta violência". Em conversa ele disse que este medo da violência vista na comunidade estava com ele "o tempo todo".

Em outro dia, um aluno chamado Walter, 10 anos, matriculado no Programa Acelera, também foi trazido a equipe porque segundo a professora e os inspetores da escola vinha demonstrando um comportamento muito agressivo. Fez-se com ele o mesmo trabalho do grupo anterior. Ele preferiu escrever o relato. Na imagem abaixo ele abreviou (espontaneamente) os três palavrões "que sempre ouve na escola". Diz que às vezes ele mesmo chama estes "palavrões". Quando está "com raiva dos colegas que tiram brincadeirinha, com o cara".

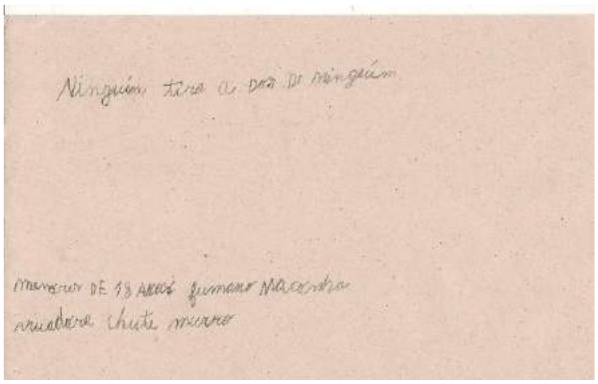
Figura 7: Lista (abreviada) de palavras violentas segundo estudante dos anos iniciais



Fonte: Arquivos da escola.

Nesta cena abaixo, Walter diz que sempre vê na comunidade "meninos (menores de 18 anos) fumando maconha". E que isto também é violência. E que os adolescentes sempre "brincam" de dar "voadora"; chute e murro. Diz que diante destas cenas sempre fica "nervoso". E que às vezes também pratica estes "golpes". Em diálogo conclui que a violência que vê fica guardada na "cabeça e no coração" e por isto "na hora da raiva é o que sai". O mesmo aluno diz que sua mãe sempre lhe ensina que: "ninguém tira a dor de ninguém".

Figura 8. Registro das observações do estudante sobre a violência na comunidade



Fonte: Arquivos da escola.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Após a realização destes momentos de intervenção junto aos estudantes e de levar os resultados desses diálogos para o encontro de formação e planejamento com o corpo docente pudemos coletivamente refletir sobre quais são as violências presentes na escola e as violências produzidas pela escola.

Dentre os pontos mais importantes que resultaram destas reflexões destacamos aqueles que mais se apresentaram a partir de então no cotidiano da escola e nos discursos dos professores/as, da equipe pedagógica e gestora, a partir de então:

a) Consciência de que a violência que acontece na escola tem raízes nos problemas estruturais de nossa sociedade, assim como no adoecimento das relações humanas;
b) Se cada um de nós pode produzir comportamentos violentos reproduzindo padrões observados no cotidiano, também podemos produzir comportamentos de paz, respeito e valorização da vida;

c) Que a violência na/da escola não é fruto apenas do comportamento dos estudantes, mas de todos que na escola estão;
d) Que a temática da violência e da cultura de paz precisa fazer parte do planejamento pedagógico, atravessando os bimestres letivos;
e) Estudantes demonstraram maior confiança na equipe pedagógica e docente procurando para relatar problemas que estavam enfrentando dentro e fora da escola e que envolvem algum tipo de violência;
f) Práticas de diagnose e encaminhamento à rede de proteção de alguns casos de violência sofridas pelos estudantes;
g) Maior incentivo à práticas de comunicação não violência;
h) Que devemos trabalhar com a ideia de responsabilização e não de culpabilização;
i) Criação e manutenção de espaços de diálogos entre alunos-alunos; professores-equipe gestora; professores-funcionários; família-escola.

O processo de sensibilização do corpo docente para as situações cotidianamente vivenciadas pelos estudantes foi fundamental para que pudessem se abrir para construção de um novo olhar sobre o perfil dos estudantes atendidos pela escola e do quanto, a maioria deles é vítima dos mais diversos tipos de violência.

Para superar a violência na escola e da escola é necessário tratar do tema de modo a pensar na prática ações que modifiquem a visão tradicional do sistema brasileiro de ensino, focado mais nos aspectos técnicos da aprendizagem, por uma opção política e pedagógica que vise, além de outros aspectos do processo formativo, à construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor. Uma escola em que os estudantes consigam desenvolver habilidades socioemocionais e valores humanos como respeito, empatia, tolerância e cooperação.

Esperamos que por meio da efetivação diária da proposta pedagógica da escola via planos de ação e projetos educativos sejam minimizadas as ocorrências de violência no cotidiano escolar, bem como o favorecimento de novas atitudes e relações de paz envolvendo todos os sujeitos presentes na escola.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Escola que Protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2ª ed. Orgs. Faleiros, Vicente de Paula; Faleiros, Eva Silveira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

Vaz, José Carlos. **A violência na escola: como enfrentá-la? Relato de experiência.** Revista: Foccus Brasil, 2006. Disponível em << https://fpabramo.org.br/2006/05/19/a-violencia-na-escola-como-enfrenta-la/>>. Acessado em agosto de 2024.

O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Sayonara da Silva Pereira[1]
Maria Betânia Gomes Silva [2]
Jailma da Costa Batista[3]

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes acompanha a história da humanidade e tem sido apontada pela ONU como uma violação dos Direitos Humanos e como uma questão de saúde pública. No Brasil, à violência sexual infantil é um fenômeno complexo que ocorre, em geral, influenciado por fatores culturais, sociais e econômicos, sendo estes também, fatores determinantes e condicionantes da saúde. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a prática profissional de assistentes sociais no enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. Consiste em um relato de experiência que se fundamenta na realidade social, vivenciada a partir da atuação de assistentes sociais inseridas no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde. Para isso, contextualiza a prática profissional do Serviço Social no cuidado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O diálogo e a atuação intersetorial, tem gerado cooperação no trabalho e qualificação das equipes para o atendimento integral e interdisciplinar em saúde.

Palavras-chave: Violência, Criança e Adolescente, Serviço Social, Prática Profissional.

ABSTRACT

Violence against children and adolescents has been a part of human history and has been identified by the UN as a violation of Human Rights and a public health issue. In Brazil, child sexual violence is a complex phenomenon, which occurs, in general, influenced by cultural, social and economic factors, which are also determining and conditioning factors for health. In this sense, the present study aims to reflect on the professional practice of social workers in combating sexual violence against children and adolescents. It consists of an experience report that is based on social reality, experienced through the work of social workers included in the Multiprofessional Health Residency Program. To this end, it contextualizes the professional practice of Social Services in the care of children and adolescents who are victims of sexual violence. Dialogue and intersectoral action have generated cooperation in the work and qualification of teams for comprehensive and interdisciplinary health care.

Keywords: Violence, Child and Teenager, Social Service, Professional Practice.

[1] Residente em Serviço Social pelo Programa de Residência em Saúde da Criança e do Adolescente - PB. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. sayonara-pereira@hotmail.com

[2] Mestranda em Serviço Social pela UFPB. Graduada em Serviço Social pela UFPB. betaniagomes770@gmail.com

[3] Assistente Social. Especialista em Saúde Materno-Infantil pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Materno-Infantil da Universidade Federal do Rio Grande Norte. Mestranda em Serviço Social pela UFPB. Orientadora. jailmassbatista@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência compreenderá o debate sobre a prática profissional de assistentes sociais no enfrentamento a violência sexual infantil, bem como, envolverá a reflexão sobre o trabalho e a formação em saúde, a partir da realidade social vivenciada em cenários de Residência Multiprofissional em Saúde, com ênfase na saúde da criança e do adolescente.

A implantação das Residências Multiprofissionais em Saúde - RMS no Brasil engloba a valorização da educação e do trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a perspectiva crítica do cuidado e da realidade social. As RMS programas possibilitam aos trabalhadores uma vivência intensiva nos serviços, potencializam a capacidade de articulação entre as diferentes profissões, promovem reflexões sobre o cotidiano profissional e os desafios para efetividade dos serviços (MENDES, 2013).

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho que atua na intervenção das diversas expressões da questão social, fruto das desigualdades sociais existentes em nossa sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), assim sendo, o Serviço Social é uma profissão intervencionista que também atua no campo da saúde e possibilita a formação continuada através de programas de residências multiprofissionais, além de atuar na defesa e garantia dos direitos sociais, dentre eles, a prevenção a todas as formas de opressão, discriminação e violências.

Entende-se por violência, um fenômeno sócio-histórico de causalidade múltipla e complexa que afeta fortemente o campo da saúde pública, visto que, diminui a qualidade de vida das pessoas e da coletividade, assim como, evidencia a necessidade de uma atuação interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial para o atendimento às necessidades dos cidadãos (MINAYO, 2006).

Em se tratando da violência que atinge crianças e adolescentes no Brasil, destacam-se as principais manifestações que permeiam o contexto estrutural, intrafamiliar e institucional, que, em geral, incidem sobre as condições de vida, a situação de pobreza, a exploração do trabalho infantil, os inúmeros conflitos e violências do núcleo familiar, os maus-tratos, a violência sexual, dentre outras tantas condições que denigrem e limitam o desenvolvimento saudável e pleno.

A violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes, caracteriza-se como um problema social que se apresenta como uma preocupação a nível mundial, visto que, seu histórico aponta que esta violência sempre esteve presente nos diversos momentos da história da humanidade.

O Ministério da Saúde (MS) conceitua violência sexual como sendo:

> [...]todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou adolescente, visando utilizá-lo para obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Abrange relações homo ou heterossexuais. Podendo ocorrer em variadas situações como: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas [...] (BRASIL, 2010. p. 33).

Diante o exposto, o presente trabalho partiu de inquietações vivenciadas na prática profissional enquanto Assistente Social Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Criança e do Adolescente - REMUSC, integrante da equipe especializada em atenção em saúde às vítimas de violências e acidentes, composta por pediatra, ginecologista, assistentes sociais e psicologia. Trata-se de um serviço especializado desenvolvido em um hospital infantil, referência no atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Estado da Paraíba.

Neste cenário, este estudo versa sobre o Serviço Social no enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e tem como objetivo refletir sobre a prática profissional de assistentes sociais no cuidado, em saúde, às vítimas de violência sexual infantil.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

As crianças e adolescentes atendidas em um hospital infantil na PB, chegam por encaminhamentos dos demais serviços da rede de saúde ou socioassistencial, ou ainda por demanda espontânea. Neste serviço, são atendidas crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino, até 17 anos 11 meses e 29 dias, 80% dos casos de violência acontecem com meninas e os casos mais recorrentes são de violência sexual. É realizado inicialemnte o acolhimento familiar, que é um instrumento primordial da assistência por sua característica de conhecer o contexto em que ocorreu a situação e subsidiar a família de apoio emocional e de informações sobre o atendimento em saúde.

O acolhimento familiar inicia-se a partir do momento em que o usuário dá entrada no serviço, acompanhado (a) por seu responsável. Em seguida, é realiza a escuta especializada, pela equipe multiprofissional composta por profissional médico, assistente social, psicólogos, enfermeiro, o usuário e seu responsável e ou acompanhante, com o intuito de compreender o contexto social e como ocorreu essa violência e essa violação dos direitos, sem, contudo, fazer a vítima vivenciar o ocorrido, a partir de técnicas de acolhimento, sigilo e cuidados biopsicossociais. Posteriormente, é realizado o atendimento médico, para fins de exames clínicos, profilaxia, orientações, medicações e demais necessidades clínicas.

Em se tratando do trabalho do Assistente Social, enquanto integrante da equipe multidisciplinar em saúde, realiza-se também uma entrevista social, seguido da notificação da violência ao Conselho Tutelar, conforme preconiza o Art. 13. do Estatuto da Criança e do Adolescente “Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”. Além disso, são observadas as necessidades de encaminhamento a outros órgãos competentes como, aos serviços de assistência social e de segurança pública.

O/a Assistente Social nesse âmbito, atua com base na articulação intersetorial, com vistas a viabilizar os direitos sociais, assim como, busca promover o cuidado integral e a proteção da criança e do adolescente por meio da utilização de instrumentos e técnicas, tais como o acolhimento, a escuta, as orientações, os encaminhamentos para outros serviços da rede socioassistencial, como Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, escolas, etc.

Assim, cabe ao profissional de Serviço Social realizar o acompanhamento contínuo da família, sendo um interlocutor entre a família, o/a usuário/a e a equipe de saúde; construir o perfil socioeconômico dos usuários; facilitar e democratizar o acesso aos serviços; fortalecer os vínculos familiares; organizar e sistematizar o cotidiano de trabalho.

Por fim, destaca-se a importância do sigilo profissional, e da humanização do cuidado, para proporcionar um ambiente mais acolhedor possível, de respeito à diversidade, livre de quaisquer preconceitos, e com a finalidade de não expor a criança ou adolescente à repetição do fato. Portanto, busca-se promover uma assistência integral em saúde como forma de minimizar o impacto biopsicossocial que o/a usuário sofre em uma situação de violência, seja ela de qual natureza ocorrer.

METODOLOGIA

Em relação ao percurso metodológico, este trabalho compreende um estudo descritivo, com abordagens qualitativas e configura-se numa pesquisa de relato de experiência. O referencial teórico-metodológico utilizado é o materialismo histórico-dialético.

As experiências aqui analisadas são decorrentes da vivência e reflexão crítica de uma das autoras, que atuou enquanto assistente social residente em um hospital infantil, referência na assistência a crianças e adolescentes vítimas de violências na PB, no período de março a maio de 2024. As demais autoras contribuíram com o embasamento teórico, o diálogo e as reflexões sobre o tema, a partir de suas experiências no campo da saúde da criança.

Por fim, os trabalhos do tipo relato de experiência não exigem rigorosamente a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa, mas ainda assim, não despreza nenhum princípio ético e respeito ao sigilo, conforme as orientações nacionais e internacionais da pesquisa social e científica.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir desta experiência, nos aproximamos da realidade social vivenciada por crianças, adolescentes e suas famílias em situações de violências, nas suas mais variadas dimensões tais como: física, sexual, psicológica e negligência, sendo a violência sexual o tipo mais recorrente entre os usuários, a qual enfatizamos neste trabalho.

Outrossim, as ações desenvolvidas como residente em saúde, integrante da equipe multiprofissional do referido serviço e do Programa Multiprofissional de Saúde da Criança e do Adolescente - Remusc enriquece a formação e qualifica para o trabalho profissional. Tal experiência me permitiu atuar na facilitação, ampliação e garantia de direitos da criança e do adolescente, para que os mesmos possam desenvolver-se de forma digna e plena na sociedade.

Esta experiência desvelou também a importância da atuação profissional do Serviço Social está vinculada às dimensões técnico-operativas, ético-política e teórico-metodológica para responder às demandas sociais presentes, sendo perceptível o comprometimento da categoria com o projeto profissional na busca de uma intervenção crítica, dinâmica, propositiva

e que humaniza o atendimento aos usuários, orientando e encaminhando para que os direitos sejam viabilizados e garantidos.

Por fim, esta experiência possibilitou um aprimoramento intelectual, que se deu através de leituras de artigos em conjunto com a equipe interdisciplinar em saúde sobre a temática de violência e, em especial, de violência sexual contra crianças e adolescentes, de livros e da formação interna por parte da equipe com discussões pertinentes sobre a violência e a discussão de casos.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

Na experiência vivenciada enquanto Assistente Social residente é nítida a referida articulação para a construção de um perfil profissional que segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) necessita de capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa capaz de apreender o processo histórico como totalidade, captar as demandas postas à profissão e o desvelamento das possibilidades para o exercício profissional, em consonância com as competências e atribuições do Serviço Social brasileiro.

Assim sendo, essa experiência possibilitou a oportunidade de aprimorar as habilidades técnicas, o pensamento crítico e a comunicação com a equipe e com os usuários. Além disso, o serviço proporcionou unir teoria e prática e utilizá-las nas mais diversas situações, como nos casos de violência que são atendidas neste serviço, sempre articulando a outras políticas públicas, a fim de que os direitos dos usuários sejam preservados e garantidos.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

De acordo com NISKIER (2012), a violência configura-se como uma violação dos direitos humanos fundamentais. Esta se manifesta sob diversas formas e nos mais diferentes espaços e classes sociais, afetando a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Nessa direção, MIRANDA et al (2020) destacam que a violência sexual contra crianças e adolescentes, além de ser entendida como uma violação dos direitos humanos, é, também, um fenômeno mundial. Considerado um problema de saúde pública, que emerge da desigualdade e das relações de poder, estando relacionada aos fatores culturais, sociais e econômicos existentes em nossa

sociedade e que atinge todas as classes sociais, independente do gênero, raça ou etnia (MIRANDA et al, 2020).

De acordo com ALMEIDA (2020) a família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos e é quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar a personalidade e a bagagem emocional destes ao longo da vida. Dessa feita, a dinâmica e a organização das famílias têm se baseado tanto na distribuição de afetos, que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, como também um complexo dinamismo de competições e conflitos entre seus membros. Isso sugere que o ambiente familiar tanto pode ser lugar de proteção como de violações de direitos entre seus membros.

No que se refere a violência sexual contra crianças e adolescentes, dados do Ministério da Saúde apontam que, no Brasil, no período de 2015 a 2021, foram notificados 202.948 casos. Destes, 83.571 contra crianças e 119.377 contra adolescentes. O número de notificações, em 2021, foi de 35.196 casos, o maior registrado ao longo do período analisado. Além disso, o estudo destaca que o ambiente doméstico, onde reside as vítimas, é o local de maior ocorrência dos casos, representando 70,9% contra crianças de 0 a 9 anos de idade e de 63,4% dos casos contra adolescentes de 10 a 19 anos; as vítimas são predominantemente do sexo feminino com 76,9% das notificações de crianças e 92,7% das notificações de adolescentes; constatou-se, também, que a maioria dos agressores são do sexo masculino, responsáveis por mais de 81% dos casos contra crianças de 0 a 9 anos e 86% dos casos contra adolescentes de 10 a 19 anos (Ministério da Saúde, 2023).

Os dados indicam uma disparidade bastante significativa entre os gêneros, que podem indicar, por exemplo, desigualdades de poder e de vulnerabilidades enfrentadas pelo gênero feminino. Mas também denota a importância de abordar a temática em suas múltiplas determinações.

Em 14 de abril de 2017 foi aprovada a lei 13.431 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Em seu art. 4º, a referida lei traz as diferentes formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes e suas definições.

No que se refere ao conceito de violência sexual, a lei tipifica como “qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou

não". O objetivo deste ato é estimular sexualmente as vítimas ou utilizá-las para obtenção de satisfação sexual dos perpetradores.

Tais violações, manifesta-se por meio de práticas eróticas e sexuais que são impostas às crianças e aos adolescentes por meio de violência física, estupro, incesto, assédio, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mama ou ânus, ameaças ou indução contra a sua vontade, podendo variar desde atos que não envolvem o contato físico até ações que envolvem o contato físico com ou sem penetração (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

É válido salientar que este tipo de violência muitas vezes torna-se invisível, seja pelo medo da denúncia ou pela fragilidade dos serviços públicos de saúde em atender e acompanhar a criança e o adolescente em situação de violência.

No Brasil, crianças e adolescentes são protegidas por várias normativas jurídicas e institucionais que garantem, ao menos na letra da lei, seus direitos humanos fundamentais. Nessa direção, a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 227º enfatiza que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 5º, dispõe que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo perante a lei qualquer atentado, por ação ou omissão, que interfira em seus direitos fundamentais.

É importante ressaltar que a violência contra crianças e adolescentes não é um fenômeno recente e está relacionada aos determinantes culturais, econômicos, sociais e políticos da sociedade e tem deixado grandes marcas, dentre estas, físicas, psíquicas e sociais. Assim, a violência sexual contra crianças e adolescentes na sociedade moderna é uma das expressões da questão social, cujas causas envolvem relações sociais e sexuais de dominação, discriminação e exploração (Almeida, 2020).

De acordo com o art. 13º da Lei n 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) denunciar qualquer tipo de violência contra criança e adolescente é uma responsabilidade de todos. A notificação é obrigatória em casos de suspeita ou confirmação de violência, que devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade e às

autoridades competentes (Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente e Ministério Público). Sobre a notificação de violência, MIRANDA et al (2020, p. 2) acrescenta que,

> [...] se configura como uma dimensão da linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência, pois assegura o acolhimento, atendimento, os cuidados profiláticos, o tratamento, o seguimento na rede de cuidado e a proteção social.

Destaca-se ainda que no Brasil, além destas normativas, existem alguns canais como o Disque 100 e a Lei nº 14.344 de 2022, conhecida também como Lei Henry Borel, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e adolescente.

Por fim, identifica-se que, mesmo existindo as políticas de proteção para crianças e adolescentes, os casos de violência sexual presentes em nossa sociedade continuam a aumentar. Na maioria das vezes, a violência é praticada dentro do próprio lar, cometida por familiares, que mantêm uma relação de dependência, afeto ou confiança com a criança ou adolescente. De modo que, é necessário intensificar a vigilância e os cuidados, na direção da proteção integral à saúde e às necessidades elementares da vida em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Z. M. de et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma experiência multiprofissional em um ambulatório pediátrico na Paraíba. João Pessoa. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais da saúde.** Brasília - DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. 2023. Disponível em :<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodologica. - 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MENDES, A. G. Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social. In: BATISTA, L; RAMOS, A. (Org.). Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas, SP: Papel Social, 2013. p. 183-199.

MIRANDA, M.H.H; FERNANDES, F.E.C.V; MELO, R. A; MEIRELES, R.C.Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. Rev Esc Enferm USP. 2020.

MINAYO, M.C.S. Violência e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

NISKIER, Rachel. Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: do conceito ao atendimento-campanha permanente da Sociedade Brasileira de Pediatria. **Residência Pediátrica**, v. 2, n. 1, 2012.

PRODUÇÃO E DESDOBRAMENTOS DE CALENDÁRIO ÉTNICO-RACIAL COM ALUNOS NEGROS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLA PÚBLICA EM CAMPINA GRANDE

Caio Cesar Beltrão[1]
Flavio Antonio Santos [2]

RESUMO

O racismo, como sistema estrutural de opressão, afeta profundamente a autoestima dos jovens negros, expondo-os a padrões de beleza eurocêntricos que frequentemente desvalorizam a estética negra. Nesse ambiente, afirmar a identidade negra é um ato de resistência e coragem. Este projeto, desenvolvido em uma escola pública de Campina Grande, envolveu uma etnografia visual com a criação de um calendário étnico-racial com 36 alunos negros do ensino médio, e buscou examinar como a experiência de serem fotografados impactou sua percepção de si mesmos e da comunidade. A sessão fotográfica revelou histórias pessoais de resistência e afirmação. Os alunos, ao se expor à câmera, não apenas se mostraram, mas também enfrentaram e superaram barreiras de vergonha e medo. O evento culminou com um desfile no Dia da Consciência Negra, que ampliou a visibilidade e a aceitação dos alunos, promovendo uma transformação significativa em sua autoestima e reconhecimento público de sua comunidade.

Palavras-chave: Escola, Racismo, Fotografia.

ABSTRACT

O racismo, como sistema estrutural de opressão, afeta profundamente a autoestima dos jovens negros, expondo-os a padrões de beleza eurocêntricos que frequentemente desvalorizam a estética negra. Nesse ambiente, afirmar a identidade negra é um ato de resistência e coragem. Este projeto, desenvolvido em uma escola pública de Campina Grande, envolveu uma etnografia visual com a criação de um calendário étnico-racial com 36 alunos negros do ensino médio, e buscou examinar como a experiência de serem fotografados impactou sua percepção de si mesmos e da comunidade. A sessão fotográfica revelou histórias pessoais de resistência e afirmação. Os alunos, ao se expor à câmera, não apenas se mostraram, mas também enfrentaram e superaram barreiras de vergonha e medo. O evento culminou com um desfile no Dia da Consciência Negra, que ampliou a visibilidade e a aceitação dos alunos, promovendo uma transformação significativa em sua autoestima e reconhecimento público de sua comunidade.

Keywords: School, Racism, Photography.

[1] Mestrando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PB, caiocesar.beltrao@gmail.com
[2] Doutorando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PB, flaviosantos.art@gmail.com

INTRODUÇÃO

O racismo, enquanto um sistema estrutural de opressão, impõe uma série de desafios profundos e multifacetados à autoestima dos jovens negros. Este fenômeno se manifesta de formas variadas, desde microagressões sutis até agressões explícitas, criando um ambiente onde a identidade negra é frequentemente desvalorizada. A imposição incessante de padrões de beleza eurocêntricos e a marginalização da estética negra fomentam um cenário em que a afirmação da identidade negra se configura como um ato de resistência e coragem.

No âmbito educacional e social, essas dinâmicas são exacerbadas pela pressão para se conformar a normas que frequentemente ignoram e desconsideram as experiências e a beleza intrínseca dos jovens negros. A constante luta para superar a marginalização e reafirmar a própria dignidade representa um desafio monumental, especialmente quando se trata de se revelar publicamente.

Nesse contexto, o presente trabalho realizou um calendário étnico-racial com 36 alunos negros do ensino médio de um colégio público em Campina Grande como parte de uma ação interdisciplinar acerca de racismo e reconhecimento e valorização negra e tem por objetivo agora relatar e analisar como ele impactou na percepção desses alunos acerca deles mesmos e da comunidade a qual fazem parte.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Cada um daqueles alunos, todos negros e pertencentes a uma escola pública, carregava em sua postura e expressão uma multiplicidade de histórias, trajetórias, e experiências intrinsecamente ligadas à cor de sua pele. Seus corpos, seus cabelos, suas identidades, cada elemento trazia consigo uma narrativa própria, singular e, muitas vezes, invisível aos olhos desatentos. Ainda tão jovens, esses estudantes já carregavam marcas visíveis e invisíveis, forjadas pelas nuances de suas vivências, pela luta cotidiana contra estereótipos e discriminações que, de forma sutil ou explícita, se impunham sobre eles. Fotografá-los, portanto, não era apenas registrar rostos e poses. Era compreender que por trás de cada imagem havia uma história de resistência, de afirmação e de identidade, um processo de construção de si mesmos, em um ambiente onde a pluralidade e as diferenças se entrelaçavam com desafios sociais e culturais.

Cada um daqueles jovens chegava à sessão fotográfica com passos lentos, carregando não apenas a timidez própria da adolescência, mas também o peso de uma história que muitos sequer conseguem nomear. O que se passava ali transcendia a simples prática de posar para uma câmera. Desde o instante em que aceitaram ser fotografados, um pacto de coragem havia sido selado — e essa coragem era forjada em vidas marcadas por um racismo que se infiltra nos primeiros olhares, nas primeiras palavras, e que molda a relação de cada um com o próprio corpo e identidade. A professora já havia nos alertado: convencê-los a participar não foi tarefa fácil. Não se tratava apenas de uma resistência comum ao ato de posar; era a recusa de se expor a um olhar que, por tantas vezes, os fez sentir menos, como se a própria existência fosse um erro.

Ser uma pessoa negra, nascer e crescer num corpo constantemente vigiado e avaliado por padrões que lhe são alheios, significa encarar desde cedo o racismo como um inimigo silencioso, porém presente em cada esquina. Ele não vem apenas na forma de agressões explícitas, mas nas sutilezas do cotidiano, nas brincadeiras de mau gosto, no elogio disfarçado de veneno, no silêncio cruel de quem observa, mas não acolhe. O cabelo, sempre alvo de comentários, torna-se desde a infância o símbolo de uma batalha. É podado, escondido, forçado a se adequar a um padrão de lisura que não lhe pertence. A pele negra, tantas vezes vista como alvo de piadas, carrega consigo uma história que, ao invés de ser motivo de orgulho, é manchada por um sistema que a desvaloriza. Crescer nesse ambiente significa aprender a carregar o peso da diferença, sentir as feridas do preconceito antes mesmo de compreendê-lo completamente.

E quando, finalmente, esses jovens se colocaram diante de nós, com uma câmera apontada em sua direção, o ato de serem capturados pela lente era muito mais do que posar. Para eles, era se despir de todas as camadas de vergonha, de medo, de rejeição que a sociedade havia incutido desde os primeiros anos de vida. Não se tratava de um ensaio comum; era um desafio visceral. Colocar-se ali, em frente à câmera, era como desafiar séculos de opressão, era gritar para o mundo que suas existências não precisavam de validação alheia. Ali estavam, sim, com suas histórias de luta cravadas nos gestos, nas expressões, nos cabelos, nas peles que se recusavam a esconder-se mais uma vez. E isso exigia uma força extraordinária.

Ser jovem, negro, de escola pública — cada detalhe carrega uma narrativa própria. Suas identidades foram esculpidas por uma sociedade que, ainda hoje, insiste em negar a grandeza de suas histórias. Para muitos, o espelho é o primeiro inimigo; a imagem refletida não corresponde ao que o mundo diz que é belo. O cabelo crespo, a pele escura, os traços fortes —

tudo é atacado, e, aos poucos, a própria imagem se distorce, corroída por preconceitos internalizados. A aceitação de si, nesse contexto, não é um processo linear; é uma guerra. Mesmo aqueles que já iniciaram o caminho de reconexão com suas ancestralidades, que na sala de aula foram incentivados a redescobrir a beleza de suas raízes, enfrentam o desafio gigantesco de se expor, de se deixar ver — e, ainda mais difícil, de se permitir ser visto com orgulho. Mas ali, naquele espaço apertado, algo mágico acontecia. Eles se ajudavam, como se soubessem que apenas juntos poderiam sustentar o peso dessa exposição. Um ajeitava o cabelo do outro, soltando os cachos que, por tanto tempo, foram domados e reprimidos. Era como se, ao toque das mãos amigas, o cabelo crespo ganhasse vida própria, expandindo-se com majestade, tomando o lugar que sempre lhe foi negado. A maquiagem era compartilhada, os elogios circulavam. Um sorriso aqui, um comentário ali, e, quando alguém hesitava — quando a velha insegurança tentava se fazer presente — os outros o erguiam, lembrando-o de sua força, de sua beleza. Era mais do que uma sessão de fotos; era um ato de resistência coletiva, um levante silencioso contra séculos de opressão.

Cada imagem capturada era, em si, um manifesto: um grito por liberdade, uma afirmação de identidade. Não era apenas sobre capturar um momento; era sobre eternizar a coragem de ser, de existir plenamente em um mundo que, ainda hoje, tenta dizer que o que eles são é errado. Mas ali, entre eles, eles sabiam — e agora também nós sabíamos — que ser negro, ser quem são, nunca foi um erro. Era, e sempre será, um ato de coragem e de poder incomensuráveis. Individualmente, cada aluno era conduzido a um banquinho improvisado, diante de um fundo de cartolinas brancas que, apesar de sua simplicidade, servia como uma tela em branco para capturar a essência de cada um. Em frente à lente da câmera, cada jovem não estava apenas posando; estava revelando um fragmento de si mesmo. Ali, sob a luz que cuidadosamente ajustávamos, eles tinham a oportunidade de se mostrar como eram, não apenas com o corpo, mas com a alma.

Cada um compartilhava um pouco de sua história, suas preferências, o que lhes trazia alegria. Falavam sobre suas músicas favoritas, os passatempos que mais apreciavam, e o que consideravam mais belo em si mesmos. Esse compartilhamento de partes íntimas e preciosas de suas identidades não se limitava às palavras; era também uma dança delicada entre conforto e vulnerabilidade. Eles eram incentivados a se expressar plenamente, a se mostrar em suas formas mais autênticas, mas também eram acolhidos em suas inseguranças. O sorriso hesitante que ainda não se atreviam a exibir, o olhar que preferiam direcionar de lado — tudo era aceito

e respeitado. Cada pose era cuidadosamente construída, adaptada ao ritmo e à necessidade de cada um. Entre cliques e ajustamentos, conversas bem-humoradas surgiam, descontraindo o ambiente e suavizando a pressão do tempo restrito. Compreendíamos que o tempo, embora limitado, não deveria ser um obstáculo para a expressão genuína de cada um. Afinal, a corrida da vida não se inicia em um ponto de partida uniforme; o que pode ser simples para alguns, é um desafio monumental para outros.

À medida que as fotografias eram reveladas na tela da câmera, uma transformação visível ocorria. A confiança dos alunos começava a florescer. Eles observavam suas imagens e, frequentemente, surpresos, viam-se de uma maneira nova e reveladora. O processo de se ver refletido com uma clareza que talvez nunca tivessem experimentado antes provocava reações variadas: alguns sorriram com um brilho renovado nos olhos, outros se emocionaram, tocados pela beleza que começavam a reconhecer em si mesmos, e alguns, riam, exaltando o quanto se consideravam bonitos. Cada expressão, cada reação, era um testemunho da profunda e muitas vezes invisível jornada de autoaceitação que estavam empreendendo. Esse momento de revelação não era apenas sobre a fotografia em si; era sobre a percepção de que cada um deles tinha uma beleza singular e digna de ser celebrada. Em cada rosto, em cada pose, era possível ver a força, a beleza e a complexidade de suas vidas e experiências. E assim, ao final do ensaio, cada jovem não apenas se viu retratado em imagens, mas também em um novo entendimento de sua própria beleza e valor — um valor que, apesar das adversidades, sempre foi intrínseco e luminoso.

Entre os alunos participantes da sessão fotográfica, um casal composto por um jovem e uma jovem, que expressaram o desejo de uma imagem conjunta. Esse pedido, embora aparentemente trivial, carregava uma carga de complexidade significativa, pois tocava nas sutis interseções entre sexualidade e identidade. Muitos dos participantes, cujas identidades divergiam da heteronormatividade predominante, apresentavam um receio palpável quanto à exposição. Este temor não se restringia meramente à visibilidade física, mas envolvia o impacto dessa exposição sobre suas relações sociais, familiares e escolares. A necessidade de resguardar aspectos íntimos de suas identidades frequentemente se entrelaça com uma vulnerabilidade acrescida. Havia também um jovem surdo, cuja apreensão inicial foi palpável. Ao se identificar como surdo e revelar seu aparelho auditivo, expressou suas preocupações acerca das possíveis implicações de sua condição na dinâmica da fotografia. Contudo, o seu olhar, intenso e profundo, revelou uma expressão singular. Solicitamos-lhe apenas que olhasse para a câmera,

e o resultado foi uma imagem de uma profundidade emocional que ele quase não reconheceu ao ver a foto. O olhar capturado foi uma representação poderosa e de poder.

E o momento mais tocante ocorreu com uma jovem que, ao solicitar ser a última a ser fotografada, revelou uma ansiedade silenciosa. Usando óculos, que segurava com as mãos, e mantendo os olhos fechados, parecia imersa em um estado de introspecção e vulnerabilidade. Perguntamos se se sentiria mais à vontade sem os óculos, e ela assentiu. Ao removermos os óculos, descobrimos que a armação estava danificada, com apenas as lentes intactas. Posteriormente, a professora nos informou que a família da jovem não tinha condições de substituir os óculos danificado. Sem poder abrir os olhos ou retirar as mãos, buscamos uma alternativa sensível. Colocamos uma flor em seus cabelos crespos, volumosos e ruivos, e a foto resultante foi a única em que seus olhos estavam completamente fechados. Naquele instante, a flor não apenas adornava seu rosto, mas também simbolizava uma beleza intrínseca e uma dignidade que, mesmo em meio às adversidades, resplandeciam intensamente. A imagem capturou não apenas uma fragilidade, mas uma força serena e majestosa.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do calendário étnico-racial na escola pública de Campina Grande, com 36 jovens negros do ensino médio fez parte de um projeto interdisciplinar em sala de aula do colégio que teve início com aulas e oficinas abordando questões de racismo, representatividade e reconhecimento do povo negro, e culminou na realização do ensaio fotográfico aqui registrado. Para isso, o projeto buscou diretrizes a partir de nomes como os fotógrafos Sandler (2017) e Mccurry (2005) e Pink (2024) acerca da etnografia visual e teóricos como Crenshaw (2013), Fernandes (2015), Hooks (2014), Kilomba (2019; 2020), Gonzales (1984) e Nascimento (2016) acerca de interseccionalidade, aspectos

raciais e de construção de poder e representatividade.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto originou um desfile realizado no Dia da Consciência Negra na escola para lançamento do calendário fotográfico, atraindo a atenção de alunos, professores e

representantes de veículos de televisão[3][4], que ampliaram o alcance da celebração para além das fronteiras escolares.

Esse momento não representou apenas um reconhecimento das identidades dos alunos, mas uma firme afirmação de suas conquistas pessoais e coletivas. Kilomba (2020), destaca a importância da visibilidade para a autoestima e a identidade negra, algo evidente no relato de uma aluna que, ao ver sua imagem exibida na televisão, experimentou uma transformação significativa na aceitação familiar e comunitária.

A validação pública e comunitária tem um impacto profundo e transformador, refletindo a teoria de Crenshaw (2013) sobre interseccionalidade e a necessidade de reconhecimento das múltiplas identidades que compõem a experiência negra. A aceitação pública serve como um poderoso lembrete de que a beleza e o valor individuais, apesar das adversidades e das resistências, são inegáveis e dignos de celebração. Hooks (2014) argumenta que o reconhecimento da autenticidade é um ato de resistência contra normas opressivas, e o desfile e a cobertura televisiva simbolizaram essa afirmação das histórias e identidades dos alunos, um tributo à sua dignidade.

Durante o evento, alguns alunos compartilharam suas experiências em entrevistas com emissoras de televisão. Um jovem, com aspirações jornalísticas, ressaltou o valor do calendário fotográfico como um projeto que abordou a autoestima negra em um contexto de marginalização. Essa visão está alinhada com as críticas de Nascimento (2016) sobre a importância da representatividade negra na mídia e na sociedade. Lélia Gonzalez (1984) também enfatiza a necessidade de uma representação mais diversificada que vá além dos papéis históricos restritos, um ponto destacado por outra aluna que clamou por uma representação mais ampla e complexa das experiências negras.

A discussão sobre padrões de beleza impostos e a exclusão das pessoas negras desses padrões, abordada por uma terceira aluna, ecoa o pensamento de Fernandes (2015). Ele explora como as normas de beleza muitas vezes marginalizam identidades negras, um desafio que o projeto fotográfico enfrentou ao reafirmar a beleza intrínseca e o valor dos alunos.

Esses depoimentos revelam a profundidade do impacto do projeto e contribuem para um discurso mais inclusivo sobre a representatividade e a autoestima negra. O calendário fotográfico tornou-se um veículo poderoso de afirmação e visibilidade, oferecendo uma

[3] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hOh_Z3Rxsjc&t=165s acesso em 01 de setembro de 2024.
[4] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qOFrgbdR6A8 acesso em 01 de setembro de 2024.

plataforma para que as vozes dos jovens fossem ouvidas e respeitadas, refletindo o pensamento de Crenshaw (2013) sobre a importância da interseccionalidade na criação de espaços de reconhecimento e valorização.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

O desenvolvimento de um calendário étnico-racial, com foco na fotografia de alunos negros de uma escola pública, revelou lições significativas sobre a intersecção entre identidade e representação. A atividade destacou a importância de criar um espaço sensível e inclusivo, permitindo que os jovens expressassem suas histórias e resiliências individuais através das imagens. Este processo aprimorou as habilidades técnicas e empáticas necessárias para abordar questões de identidade racial e inseguranças pessoais, proporcionando uma experiência enriquecedora tanto do ponto de vista profissional quanto pessoal. A elaboração do calendário não só permitiu a valorização das diversidades individuais, mas também enfatizou a necessidade de um entendimento profundo das dinâmicas raciais e da autoaceitação, refletindo a importância de uma abordagem cuidadosa e respeitosa na documentação de realidades complexas.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

O ensaio fotográfico, realizado em um ambiente de pressa e agitação para acomodar todos os alunos, foi mais do que uma simples sessão de fotos. Cada aluno, negro e de uma escola pública, carregava histórias e experiências que transcendiam a superfície das imagens. As fotos não eram apenas registros; eram manifestações da luta e afirmação individual de cada um. Kilomba (2020) destaca como as experiências de negritude muitas vezes se entrelaçam com a invisibilidade e o racismo cotidiano. Essa perspectiva ajuda a entender o peso emocional que cada aluno carregava ao se expor à câmera. A resistência e o orgulho manifestos na sessão ecoam os conceitos de Nascimento (2016) que fala sobre a luta pela autoafirmação em um contexto de opressão. Cada aluno enfrentou um desafio íntimo ao se ver representado com dignidade e beleza, uma experiência similar à busca por visibilidade e valorização abordada por Nascimento.

Hooks (2014) explora a interseccionalidade da experiência negra feminina, e essa análise é crucial para compreender como os padrões de beleza impostos pela sociedade afetam a autoestima dos alunos. A dificuldade em aceitar sua imagem e os padrões de beleza normativos são um reflexo das pressões descritas por Hooks. Gonzalez (1984) e Fernandes (2015) fornecem insights sobre a construção da identidade negra em um sistema que frequentemente marginaliza essa identidade. O processo de se expor e se afirmar frente à câmera é um ato de resistência e autoafirmação, alinhado com a crítica que fazem ao racismo estrutural e à necessidade de reconhecer a beleza e a dignidade negra.

Crenshaw (2013), com sua teoria da interseccionalidade, oferece uma compreensão abrangente de como múltiplas camadas de identidade se sobrepõem e afetam as experiências individuais. O ensaio fotográfico revelou como as identidades dos alunos — como jovens negros em uma escola pública, muitas vezes marginalizados por diferentes aspectos de suas identidades — se entrelaçam, afetando sua autoimagem e autoestima. Esses conceitos teóricos ajudam a contextualizar a profundidade do impacto do ensaio fotográfico, que se tornou um ato de resistência e uma celebração da identidade, desafiando padrões e narrativas que frequentemente desvalorizam a experiência negra.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **Feminist legal theories**. Routledge, 2013. p. 23-51.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

HOOKS, Bell**. *Ain't I a Woman:*** *Black Women and Feminism*. 2. ed. Londres: Routledge, 2014. 220 p. ISBN 978-1138821514.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

MCCURRY, Steve. **Steve McCurry**. Phaidon, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

PINK, Sarah. **Etnografia visual**. Ediciones Morata, 2024.

SANDER, François. Les paysans dans Hommes du xxe siècle. **La nouvelle revue du travail**, n. 11, 2017.

QUANDO A BRINCADEIRA NÃO É DE CRIANÇA: ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Célia Ribeiro de Araújo Rodrigues1
Sabrina Moura da Silva2
Vitória Rosas de Oliveira3
Sandra Cristina M. de Souza4
Shirley Maria Torreias Dall'Agnol5

RESUMO
Trata-se de um relato de experiência realizada pelo projeto de extensão **QUANDO A BRINCADEIRA NÃO É DE CRIANÇA**: abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, UFPB/PROBEXTEC/CPT-ETS. O projeto busca dar visibilidade ao tema, na rede de ensino da Paraíba-PB, com a realização de capacitação de educadores. Atualmente, encontra-se na segunda versão 2023/24, sendo reeditado com uma conexão da temática aos discentes do Curso Técnico de Agente Comunitário em Saúde -ACS/CPT/ETS, desenvolvido na disciplina de Unidade Curricular de Extensão Técnica III. Com objetivo de avaliar a experiência, aplicou-se um formulário com questões abertas e fechadas, aos discentes de ACS, onde avaliaram seus conhecimentos prévios e pós atividades teórico-prática. Assim, fortalece-se o vínculo entre os extensionistas, discentes e a comunidade, estimulando a busca por maiores conhecimentos e engajamento pela causa. Recomenda-se que a temática passe a incorporar o conteúdo curricular dos cursos técnicos em saúde, ofertados pelo CPT/ETS.

Palavras-Chave: Abuso sexual, Violência, Agente Comunitário em Saúde.

ABSTRACTO
Este es un relato de experiencia realizado por el proyecto de extensión CUANDO NO ES UN JUEGO DE NIÑOS: abuso y explotación sexual de niños y adolescentes, UFPB/PROBEXTEC/CPT-ETS. El proyecto busca dar visibilidad al tema, en la red educativa Paraíba-PB, mediante la capacitación de educadores. Actualmente, se encuentra en la segunda versión 2023/24, siendo reeditado con una vinculación de la temática a estudiantes del Curso Técnico de Agente Comunitario de Salud -ACS/CPT/ETS, desarrollado en la disciplina Unidad Curricular de Extensión Técnica III. Para evaluar la experiencia se aplicó a los estudiantes de la ACS un formulario con preguntas abiertas y cerradas, donde evaluaron sus conocimientos previos y actividades post-teórico-prácticas. De esta manera, se fortalece el vínculo entre extensionistas, estudiantes y comunidad, estimulando la búsqueda de un mayor conocimiento y compromiso con la causa. Se recomienda que el tema comience a incorporar los contenidos curriculares de los cursos técnicos en salud, ofrecidos por el CPT/ETS.

Palabras clave: Abuso sexual, Violencia, Agente Comunitario de Salud.

[1] Discente do Curso Técnico em Registro de Informação em Saúde, CPT/UFPB – E-mail: celiapb@yahoo.com
[2] Discente do Curso Técnico em Enfermagem, CPT/UFPB – E-mail: sabrina.souza1995@gmail.com
[3] Discente Curso Técnico em Enfermagem, CPT/UFPB – E-mail: rosestudies01@gmail.com
[4] Professora do CPT/UFPB, E-mail: profsandrapsico@gmail.com
[5] Professora do CPT/UFPB, E-mail: shirley.torreiaspattu@gmail.com

INTRODUÇÃO

A realização do projeto **QUANDO A BRINCADEIRA NÃO É DE CRIANÇA**: abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, teve seu início em 2022/23, com a capacitação de profissionais de educação da Rede de Ensino do Estado da Paraíba/PB, por meio de curso de curta duração, com a finalidade de dar visibilidade às questões de abuso e exploração sexual, vivenciadas por crianças e adolescentes,

Ofertado, pelo Projeto de Extensão - PROEX/UFPB, desenvolvido por docentes e bolsistas do CPT/ETS. A ação justifica-se pele compreensão de que o espaço escolar, muitas vezes, apresenta como único refúgio e amparo para as vítimas. Assim, estimular a ampliação do olhar para os sinais de violência que as vítimas apresentam, é uma forma de se quebrar essa danosa cultura do abuso e da exploração sexual.

Atualmente, encontra-se na segunda versão 2023/24, onde foi reeditado com uma conexão da temática aos discentes do Curso Técnico de Agente Comunitário em Saúde -ACS, desenvolvido na disciplina de Unidade Curricular de Extensão Técnica III, ofertada pelo Centro profissional e Tecnológico- CPT/ETS/UFPB. Sua ocorrência deve-se ao entendimento de que a violência, na prática de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, viola os direitos humanos.

Conforme (REZA *et al*. 2009), os dados demonstram que em cada 04 meninas e 01 em cada 10 meninos já experimentaram violência sexual. Por sua vez, no Brasil, a 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelou que, em 2022, o Brasil registrou o maior número de estupros da história, sendo que, a cada 10 vítimas, 6 têm até 13 anos.

São dados se revelam enquanto um problema de saúde pública, que necessita estar interconectada com a instituição escolar e demais redes de apoio.

O relato dessa experiência tem por objetivo: analisar a percepções sobre os conhecimentos prévios e pós atividades realizadas em estudos da temática e prática de campo, com os discentes do Curso Técnico Agente Comunitário em Saúde – CPT /ETS, no ano de 2024.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O relato de experiência sobre a projeto de extensão **QUANDO A BRINCADEIRA NÃO É DE CRIANÇA**: abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, UFPB/PROBEXTEC/CPT-ETS, versão 2023/24, com discentes ACS, desenvolvido na disciplina de Unidade Curricular de Extensão Técnica III - CPT/ETS/UFPB. Conforme descrito abaixo:

1ª **etapa:** Realização de Estudo sobre a temática, com os discentes de ACS, de forma presencial e síncrono, com aporte teórico disponível em cartilha, vídeos, textos, debates, rodas de conversa e palestras sobre a temática. Entre os temas abordado na capacitação, segue: 1. Mitos e verdades; 2. Desenvolvimento da sexualidade: Criança (desenvolvimento sexual típico das crianças, como as aprendem sobre sexualidade); 3. Abuso sexual: Quem são as vítimas; Quem são os perpetradores do abuso (características do pedófilo, tipos de abuso); 4. Os impactos do abuso sexual em crianças e adolescentes; 5. O papel social da escola e da rede de apoio a crianças, adolescentes e família.

A abordagem teórica referenciada por **Paulo Freire,** que defende uma educação preocupada com os problemas de nosso tempo e com o desenvolvimento da consciência crítica. Possui fundamentação humanista ao vislumbrar na educação um ato criador, a medida em que proporciona ao indivíduo autonomia, consciência crítica e capacidade de decisão. Possibilitando a formação de profissionais capazes de utilizar uma interlocução dialógica e acolhedora.

2ª etapa do projeto: 1. A construção de uma peça de teatro de fantoche e a criação de um cordel, caixa lúdica de questões, elaboração de folder e brindes;

3ª Etapa prática e atividades/experiência: Apresentação de dois grupos de discentes de ACS, com os temas Estatuto da Criança e do Adolescente Mitos e verdades sobre o abuso, na capacitação de 50 (cinquenta) educadores.

A relevância da ação, ancora-se pela interação entre a universidade e os espaços comunitários, o que possibilitou praticar, produzir, difundir e a aplicação do conhecimento.

A prática extensionista ocorreu no dia 19 de abril de 2024, no horário das 13h às 18h, no município de Santa Rita, localizado na região metropolitana de João Pessoa/PB. O município foi criado em 1890 e segundo o IBGE possui uma população de 149.910 mil pessoas no Censo de 2022, apresenta o IDH/IBGE (2010) de 0,627. Possui cerca de 38 escolas públicas e 19

particulares. O evento contou com a participação de educadores das Escolas EMEIF Jaime Lacet, EMEIF Anibal Limeira e as Creches: Escola Elias Herckmans e Nenzinha Ribeiro.

Figura 1. Imagens do encontro de capacitação de Educadores em Santa Rita.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo (2001) a abordagem qualitativa responde a questões muito particulares, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. No que diz respeito a pesquisa quantitativa, segundo Richardson (1999), a abordagem quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Quanto aos objetivos se classificou como exploratória, segundo Gil (2002), trata-se de uma tentativa de obter maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito. O

estudo encontra-se ancorado na pesquisa bibliográfica, com base em materiais já elaborados, livros e artigos (GIL, 2008).

O relato dessa experiência tem por objetivo revelar a análise da percepção sobre os conhecimentos prévios e pós atividades realizadas em estudos da temática e prática de campo, com os discentes de ACS/CPT /ETS, no ano de 2024.

Os estudos sobre a temática foram desenvolvidos na disciplina de Unidade Curricular de Extensão Técnica III, no Centro profissional e Tecnológico- CPT/ETS/UFPB. Desenvolvidas com a carga horária teórica: 10h, prática: 20 h, total: 30 h. No período de 17 de julho a 28 de agosto de 2024, com 18 discentes, 02 extensionista bolsistas do projeto, bem como docentes responsáveis pela execução do projeto.

A avaliação foi efetivada por meio de formulário *google forms*, composto por 10 (dez) questões do tipo aberta e fechada, organizadas em blocos, com questões sóciodemograficas, questões relacionadas aos conhecimentos prévios e pós capacitação dos discentes de ACS. Em seguida os dados foram consolidados em informações abaixo descritas. Vale ressaltar que nesse ensaio colocamos apenas 06 (seis) questões, para atender as exigências de formatação do relato de experiência.

RESULTADOS ALCANÇADOS

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PARTICIPANTES

Participaram efetivamente da pesquisa 13 discentes, do universo de 18, do Curso Técnico de ACS. No que se refere ao gênero, sobressaiu o número de mulheres (84,6%), quando comparado à quantidade de homens (15,4%). A faixa etária desse grupo, encontramos uma evidência mais entruturada de pessoas com idade entre 21 a 59 anos. A naturalidade dos participantes, 61,6% de João Pessoa. No quesito escolaridade, 69,2% possuem o Ensino Técnico e 30,8% apresentam Graduação. Com relação a religião, 30,8% se classificam como evangélicos, 15,4% se consideram católicos, 7% se nomeiam naturalista e 7% afirmam acreditar em Deus.

QUESTÕES RELACIONADAS AO CONHECIMENTO PRÉVIO

Neste tópico serão apresentados em forma de tabelas e quadros os resultados das questões oriundas do formulário criado no *google forms.*

Questão 1 - Como você avalia o grau de conhecimento que tinha antes de participar dos estudos sobre o tema?			
Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente
15%	53,8%	23,1%	7,7%

Diante dos dados, percebe-se que os participantes consideram possuir um bom conhecimento acerca do tema. Este fato nos leva a considerar que o tema tem sido amplamente discutido nas mídias sociais, ou seja, de alguma forma as notícias sobre casos de abuso estão constantemente em destaque. O abuso sexual infantil é um tipo de violência que passou a ser considerada como uma situação de violação de direitos em tempos recentes, mais especificamente, com a Lei n° 8.069, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Questão 2 - Costuma acompanhar nas redes sociais profissionais que abordem o tema?		
Sim	Não	As vezes
46,2%	30,8%	23,1%

De acordo com os participantes, a maioria segue as redes sociais que abordam a temática em pauta. O abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um ato de extrema violência e, devido às suas consequências psicossociais, é considerado um problema tanto de saúde como de segurança pública por vários autores (HABGZANG; KOLLER; AZEVEDO & MACHADO, 2005).

Questão 3 - Participação em ações sobre a temática, já participou:	Sim	Não
• Cursos ou palestras	76,9%	23,81%
• Campanhas de conscientização sobre a temática	69,2%	30,8%
• Processo de acolhimento de vítimas de Abuso e Exploração sexual de crianças e Adolescentes?	7,7%	92,3%
• Em algum momento você já sentiu necessidade de conversar com familiares, amigos, vizinhos ou colegas sobre a temática?	84,6%	15,4%

No tocante a participação em ações sobre a temática, fica visível a mobilização em busca de maiores informações sobre o tema, seja em cursos e/ou palestras, seja em campanhas de conscientização sobre a temática. Além disso, nos chamou atenção a necessidade de falar com familiares e vizinhos sobre o assunto. Os resultados apontam para um maior aprofundamento sobre o tema, em especial, estamos tratando com futuros profissionais da saúde que irão adentrar no ambiente de muitas famílias, e que precisam de capacitação sobre esse conteúdo.

Nesse sentido, Ferreira (2012) vem afirmar que os profissionais precisam estar capacitados para identificar a necessidade e fazer os encaminhamentos necessários de forma a aumentar e qualificar a rede de proteção de atendimento tanto em relação às vítimas quanto aos agressores, adotando, assim, políticas inter e intrasetoriais.

Questão 4 - Conhecimentos pós capacitação:		
• Você classifica como importante para seu desempenho como Agente Comunitário em Saúde o estudo sobre a temática?	**Sim**	Não
	92,3%	7,7%
• Acredita que a temática seja necessária para compor os componentes curriculares dos cursos em saúde?	92,3%	7,7%

Fica evidente nas respostas que o conhecimento adquirido a partir da capacitação é extremamente relevante, principalmente ao tratarmos de uma categoria (ACS) que necessitam desse saber para sua prática profissional. Mais uma vez reiteramos a necessidade de capacitação dos profissionais acerca desse conteúdo, em especial nos conteúdos curriculares dos cursos de formação, seja a nível técnico ou superior.

Percebe-se, portanto, que a capacitação de profissionais que atuam em áreas-chave, como Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Turismo, Lazer e Cultura, é essencial para criar uma rede de proteção eficaz. Esses profissionais frequentemente entram em contato com crianças e adolescentes e podem desempenhar um papel importante na identificação e denúncia de situações de abuso (VIEIRA, 2015).

Questão 5 - Em relação aos estudos realizados sobre a temática, o que você gostaria de obter maiores informações sobre	
• Mitos e Verdades	7,7%

• Desenvolvimento da sexualidade de crianças e adolescentes	15,4%
• Abuso sexual: quem são as vítimas; quem são os perpetradores do abuso (características do pedófilo, tipos de abuso	23,1%
• Os impactos do abuso sexual em crianças e adolescentes	23%
• Eca - estatuto da criança e do adolescente	30,8%

Na questão acima, fica visível a demanda por novos cursos que possam abordar os subtemas, tais como: abuso sexual: quem são as vítimas, os perpetradores do abuso, 23,1% destacaram essa necessidade; os impactos do abuso sexual em crianças e adolescentes, 23%; e Eca – estatuto da criança e do adolescente, 30,8%. A partir desse dado, podemos inferir sobre a dimensão dos participantes na busca por maiores conhecimentos sobre o conteúdo abordado.

QUESTÕES RELACIONADAS AO CONHECIMENTO DOS DISCENTES PÓS-CAPACITAÇÃO

Questão 6 - Das experiências realizadas por meio do projeto Abuso e Exploração sexual de crianças e Adolescentes, qual a lição ou compreensão que você vai levar para sua vida?
ACS 2. Foi de extrema importância, para compreender o processo. Saber como agir caso me depare com algum caso na minha microárea, a lição é que nunca devemos nos calar e negligenciar nenhum tipo de abuso.
ACS 5. Do quanto é importe sermos orientados sobre o tema para podermos ajudar e prevenir que aconteça o Abuso e a Exploração sexual de crianças e adolescente.
ACS 7. Me ensinou a importância de ser um defensor ativo dos direitos das crianças e adolescentes, destacando a necessidade de proteção, apoio e educação contínua para prevenir esses abusos e promover um ambiente seguro para todo.

As falas formam selecionadas entre os 13 participantes da pesquisa de forma que expressão o sentimento dos demais. Assim, foi possível perceber a valorização pelo conhecimento sobre a temática. Trabalhar com o abuso sexual de crianças e adolescentes não é responsabilidade apenas de uma categoria, pois envolve toda sociedade, desde o apoio legal, os órgãos e a rede de proteção, para que assim, se possa manejar com clareza e coerência as ações que venham proteger a integralidade de crianças e adolescentes.

É preciso reconhecer que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em sua plenitude, merecendo não apenas a proteção contra ameaças diretas, como também a promoção de um ambiente que favoreça seu crescimento saudável, sua educação e seu bem-estar geral.

De acordo com Cury (2005), o princípio da proteção integral coloca a criança e o adolescente no centro das políticas públicas e das ações governamentais, com o objetivo de garantir que eles alcancem todo o seu potencial e se tornem cidadãos plenamente integrados na sociedade.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

As atividades desenvolvidas no projeto foram criadas e adaptadas de acordo com a demanda da escola, onde trouxemos temas como: mitos e verdade sobre o abuso; desenvolvimento da sexualidade de crianças e adolescentes; abuso sexual: quem são as vítimas; quem são os perpetradores do abuso; os impactos do abuso em crianças e adolescentes; e o ECA. A partir das experiências adquiridas no projeto de extensão, foi possível estimular a reflexão sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes. Além da experiência enriquecedora de trocas de saberes com os grupos, também foi possível conhecer os professores e suas demandas em relação ao assunto.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

A experiência do projeto no ano de 2024 pode ser considerada como exitosa, já que foi possível fazer uma relação entre os conceitos teóricos aprendidos e sua aplicação prática. A temática sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, aponta para inúmeras possibilidades de estudos nas mais diversas áreas de conhecimento, possuindo uma vasta produção de publicações Nacionais e internacionais. Segundo (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p.196) “[...] a melhor forma de prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes é implantar um programa de educação para saúde sexual na escola”.

Além disso, no decorrer desse segundo ano do projeto, buscou-se fortalecer o vínculo entre os extensionistas, discentes e comunidade, sem desviar do objetivo principal do projeto que é dar visibilidade às questões de abuso e exploração sexual vivenciadas por crianças e adolescentes, por meio de curso de curta duração, para a capacitação de profissionais de educação da rede de ensino do Estado da Paraíba/PB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2009.

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: comentários jurídicos e sociais. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970- 2000). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FERREIRA, F. D. N. **O abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes e o Enfrentamento dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), demandas, contradições e desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, 2012.

REZA, A.; BREIDING, M.J.; GULAID, J.; MERCY, J.A.; BLANTON, C.; MTHETHWA, Z.; BAMRAH, S.; DAHLBERG, L.L.; ANDERSON, M. Sexual violence and its health consequences for female children in Swaziland: a cluster survey study. **Lancet**, London, v. 373, n. 9679, p. 1966-1972, 2009. Disponível em: https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140673609602476.pdf Acesso em: 8 nov. 2023.

SANTOS, B.R.; IPPOLITO R. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

VIEIRA, L. J. E. S.; SILVA, R. M.; CAVALCANTI, L. F.; DESLANDES, S. F. Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 3407-3416, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/75mvg8PJybsMRXbQsVHjT5t/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 de jun 2024.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Larissa Nascimento de Araújo [1]
Maria de Fátima Pedro Siqueira [2]

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é na contemporaneidade um problema de saúde pública. As repercussões desse fenômeno requerem uma rede de atendimento articulada para medidas de proteção integral. Este estudo trata-se de um relato de experiência a respeito da efetivação de uma linha de cuidado multiprofissional em um serviço de saúde na atenção especializada. Os resultados demonstram articulação e fortalecimento da rede de proteção. Além disso, diante da descrição e entendimento da problemática, maiores recursos para o enfrentamento foram adquiridos. Pode-se concluir que a partir desta experiência, no município de Natal, houve avanços significativos nesse enfrentamento.

Palavras-chave: violência sexual, infância, atendimento especializado.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents is currently a public health problem. The repercussions of this phenomenon require an articulated service network for comprehensive protection measures. This study is an experience report regarding the implementation of a multidisciplinary line of care in a health service in specialized care. The results demonstrate articulation and strengthening of the protection network. Furthermore, given the description and understanding of the problem, greater resources for coping were acquired. It can be concluded that from this experience, in the municipality of Natal, there were significant advances in this confrontation.

Keywords: sexual violence, childhood, specialized care.

[1] Graduada do Curso de Psicologia – Especialista em Avaliação Psicológica, larissaapsicologia@gmail.com;
[2] Graduada pelo Curso de Serviço Social – Especialista em intervenção sociopsicoeducativa na área da exploração sexual contra crianças e adolescentes, fatimapsc_@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública, sendo uma realidade a ser combatida. As estatísticas nacionais revelam que a violência sexual contra criança e adolescente permanece em alta. Foram registrados, através do disque 100, entre janeiro e maio deste ano 7.887 denúncias de estupro de vulnerável, cerca de 60 casos por dia. Diante desses números alarmantes se fez necessário o atendimento especializado para esta demanda, culminando com a criação e implementação de Centros de Referência e atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual infantojuvenil em diversas localidades do Brasil. Estes Centros apresentam propostas diferenciadas e que ocorrem em diversos contextos institucionais, sua primeira implementação ocorreu na década de 2000, em Porto Alegre. Em todos os Centros ativos é possível identificar a importância dada ao acolhimento à criança e o protagonismo que esta tem (SANTOS, B. R, et al. 2017, p. 171). Para assegurar que a escuta seja protegida, novas medidas importantes foram tomadas com a promulgação da Lei 13.431/2017, a mesma inspirou a construção de propostas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. De acordo com (JUNQUEIRA, 2000, p. 172), é de suma importância ouvir a criança e, talvez, este seja o meio mais eficaz do Estado fazer a sua intervenção no momento certo. Considerando também que se a criança é passível de erro em sua opinião, não o é mais que os adultos.

Diante dessa lógica, no Município de Natal/RN, houve articulação entre os órgãos da Secretaria Municipal de Saúde e Promotoria da Infância e Juventude/Ministério Público, onde foram estabelecidas orientações para o atendimento integral e qualificado. Em 2021, profissionais de psicologia foram instalados em serviços ligados à Secretaria de Saúde, nas Policlínicas. Tal serviço tem como objetivo prestar um atendimento de média complexidade na rede de saúde da região, ampliando o acesso a especialidades diversas, cujo o papel da psicologia faz parte desse atendimento especializado, pois no processo de psicoterapia o objetivo é a intervenção nos primeiros sinais de sofrimento psicológico decorrentes da violência com a intenção de minimização dos riscos de transtornos mentais associados. Este relato de experiência tem o objetivo de apresentar e aprofundar este serviço e sua atuação especializada, com o propósito de garantir o direito à saúde, assim como para indicar as medidas que deverão ser tomadas na rede de proteção visando a efetivação dos direitos. Nesse processo de evolução da rede de atendimento, em 2023 foi implantado o Centro de Referência - Programa Abraçar,

onde é realizado o primeiro atendimento e acionado os serviços de proteção a partir da particularidade de cada caso. Portanto, os casos hodiernos acompanhados nas Policlínicas advêm, em sua maioria, deste Centro.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

A linha de cuidado na atenção especializada é uma estratégia para ação, um caminho para o alcance da proteção, pois deve considerar as dimensões do cuidado e a assistência integral. Respeitando compromissos éticos e profissionais para o seguimento na rede visando garantir os direitos. A equipe de saúde especializada nunca deve agir sozinha, a rede de cuidados e de atenção social no território deve ser sempre acionada, a fim de sustentar as medidas tomadas pelo profissional de saúde. Segundo (AZEVEDO e GUERRA. 2000, p. 182), é necessário que assim seja, pois, a violência sexual ocorre, em grande parte, na trama de relacionamentos interpessoais. Os profissionais não devem atuar de forma isolada, mas em conjunto, para garantir a integridade do atendimento, primando pela atuação inter e multidisciplinar.

Atualmente, em Natal, a criança e o adolescente diante da suspeita ou confirmação de violência sexual dará entrada no Centro de Referência Programa Abraçar, que funciona 24 horas, durante sete dias por semana, para diante de cada caso ser realizado o compartilhamento do cuidado em rede na saúde, assistência e segurança. Estando a Policlínica em um serviço de saúde em nível de atenção especializada, houve a implementação da Linha de Cuidado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Esta é uma estratégia que visa a garantia da continuidade do atendimento. Realizou-se construção de fluxo[1] e protocolos que pressupõem abertura de prontuário pelos profissionais envolvidos no atendimento que são o psicólogo(a), o assistente social(a) e o enfermeiro(a), com escuta qualificada de forma interdisciplinar, que enriquecem o processo de trabalho, e o torna mais dinâmico e adequado diante do complexo fenômeno da violência sexual e suas repercussões.

A prática da psicologia é embasada na análise das Referências para Atuação de Psicólogos na Rede de Proteção as Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual, publicada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP 2020), indicando que a psicologia contribui no antes, no durante e no depois quando se trata de criança e adolescente e enfrentamento da violência sexual, pois estuda os fenômenos psicológicos, individuais e sociais

a ela relacionados. O trabalho da psicologia neste cenário deve ter foco no cuidado, atuando no fortalecimento dos fatores de proteção e minimização dos fatores de risco, buscando proporcionar condições para o fortalecimento da autoestima, o restabelecimento da proteção, convivência, condições dignas de vida, contribuindo para a superação da situação da violação de direitos. O objetivo é realizar prevenção primária e secundária evitando a cronificação de quadros de sofrimento psicológico e o desenvolvimento de transtornos mentais, realizando a intervenção nos primeiros sinais de estresse pós-traumático. A atuação neste tema demanda uma evolução do atendimento que deve abranger mais do que a concepção dos impactos individuais, alcançando uma concepção que aborda todos os sujeitos possivelmente atingidos. Sair do campo exclusivo da psicologia para o campo da multiprofissionalidade, uma vez que a violência é multicausal e para o atendimento efetivo é necessário um conjunto articulado de ações.

A atuação do assistente social junto aos atendimentos das crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual dá-se no auxílio ao desenvolvimento de políticas públicas. Políticas estas que possam garantir o acesso dos segmentos da população aos serviços e benefícios construídos socialmente, sobretudo, aquelas compostas pelo tripé da Seguridade Social, composto pela Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Nesse sentido, a interseção profissional da assistente social no atendimento ao público infantojuvenil na Policlínica sucederá a garantia do acesso aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e pela Lei 13.010/2014, Lei 13.431/2017, e Lei 14.344/2022. Desse modo, é utilizado no fazer profissional deste equipamento vários instrumentos de trabalho, como acolhimento, entrevistas, análises sociais, relatórios, encaminhamentos, visitas domiciliares, dinâmicas de grupo, visitas institucionais, contatos institucionais, articulação de rede de proteção, matriciamento e estudo de caso. Nesse sentido, é necessário o atendimento às vítimas e ao seu responsável, com objetivo de compreender melhor a dinâmica familiar e comunitária. Estas ações têm como escopo o fortalecimento de vínculos e busca evitar violações de direitos.

Esse processo de trabalho busca compreender as dimensões de: acolhimento, atendimento especializado, notificação e seguimento para rede de proteção.

> "A qualidade do acolhimento, a escuta competente e afetiva, a amplitude das relações estabelecidas pelos profissionais de saúde com seus usuários, a facilidade do acesso às ações de saúde oferecidas e as linhas de cuidado oferecidas pelos serviços e suas equipes é que possibilitam maior capacidade de identificação dos casos de violência, mesmo aqueles mais difíceis" (Brasil, 2010).

É importante compreender a violência sexual como um fenômeno multicausal, fruto de um contexto histórico, cultural e social marcado por relações desiguais de poder tanto em relação ao gênero, quanto à raça, à classe social e à faixa etária. Perceber que ela pode ser a marca de uma série de outras violações anteriores é fundamental. Para isso, é preciso informar a sociedade, qualificar os serviços e aprimorar as políticas públicas (WERNECK, A. F. et al. 2014, p. 71).



[1]Fluxograma de atendimento à criança e adolescente vítima de violência sexual.

METODOLOGIA

A produção deste trabalho se deu a partir de reflexões acerca de experiências cotidianas. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência do processo de implementação da Linha de Cuidado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, que ocorreu em janeiro de 2022, através da Secretaria Municipal de Saúde de Natal.

O município é dividido em quatro distritos sanitários, com atuação de média complexidade das Policlínicas em cada distrito. A Linha de Cuidado é desenvolvida nas Policlínicas seguindo os mesmos princípios, atentando-se para as particularidades da realidade de cada unidade de saúde. Este relato trata-se da experiência da Policlínica Oeste, que possui o segundo maior número de residência das vítimas de violência sexual, apresentando 23,9% dos casos dentre as regiões do município de Natal (ABRAÇAR, 2024). Este estudo é realizado por profissionais da psicologia e serviço social que atuam na Linha de Cuidado.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A implementação da Linha de Cuidado à criança e adolescente vítima de violência sexual, com a experiência da equipe multiprofissional, possibilitou o encontro com diferentes campos do conhecimento, sendo fundamental para a organização do trabalho interno a construção de fluxos e protocolos de atendimento. A atuação da Linha de Cuidado permite articular os recursos nos diferentes níveis de atenção para garantir o acesso à saúde, bem como conhecer as vulnerabilidades, os fatores de risco para violência, e promover capacitações dos diversos profissionais da rede de cuidado e proteção. "Nestas bases a rede não é um novo serviço, mas sim uma concepção de trabalho que dará ênfase à atuação integrada e intersetorial, envolvendo todas as organizações que desenvolvem suas atividades com crianças, adolescentes e suas famílias, e os próprios interessados" (GUERRA, 2015, p.418). O Ministério da Saúde lançou, em 2010, a Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência, como estratégia de indução das práticas humanizadas e qualificadas.

A região abrangida pelo atendimento da Policlínica Oeste, território marcado por desigualdades e vulnerabilidades sociais, é formada por 16 unidades básicas de saúde, responsáveis pelo atendimento em nível primário. O serviço especializado para atendimento às vítimas de violência sexual, na Policlínica Oeste, desenvolveu o apoio matricial as unidades básicas de saúde da região, pois é fundamental que na atenção primária ocorra a "prevenção primária" onde todas as estratégias são dirigidas ao conjunto da população num esforço para reduzir a incidência ou índice de ocorrência de novos casos, direcionando o cuidado para eliminar as situações de risco que possam afetar as relações familiares, para que as equipes de referência se responsabilizem pelo atendimento inicial para o compartilhamento e encaminhamento para atendimento especializado. Em nível secundário de atendimento, o trabalho é direcionado a detecção precoce de situações de violência e aplicação de medidas terapêuticas, sendo fundamental o estabelecimento de programas e/ou linhas de cuidado para identificar fatores de risco e de proteção. Na Policlínica Oeste, o processo articulado do cuidado permite ampliação de diagnósticos dos casos de suspeita ou confirmação de violência sexual e inserção em acompanhamento. Na atenção terciária, o cuidado é direcionado para indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as consequências adversas do fenômeno (GUERRA, 2015, p. 416).

Ocorreram significativos avanços a partir da efetivação dessa Linha de Cuidado com um trabalho articulado e intersetorial, compreendendo assim as questões intrínsecas a problemática, concordando com (AZEVEDO, 2000, p.153), de que não há dúvidas de que as vítimas que procuram tratamento costumam enfrentar três problemas intimamente ligados que são o sentimento de culpa, sentimento de autodesvalorização e depressão, sendo possível aprofundar o conhecimento sobre a prática da violência, seus impactos na vida das pessoas, e da sociedade, visando romper com o ciclo de silêncio.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

A formação desse processo de trabalho em nível institucional e o campo da atuação profissional foi experienciado a partir de entrecruzamentos entre teoria e prática. No decorrer das orientações para implementação, sentimos a necessidade de buscar materiais de forma independente. Participamos de cursos no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Escola Nacional do Ministério Público e de outros equipamentos importantes. Esse movimento tornou possível uma melhor compreensão das experiências diárias vivenciadas. Pois o planejamento estratégico não necessariamente faz parte do domínio de conhecimento de todos os membros da rede. Sendo assim, segundo (GUERRA, 2015, p. 422), se faz necessário o início do estabelecimento de um plano de capacitação profissional quanto a este aspecto. Como experiência inicial foi preparado o planejamento em rede, através de conceitos teóricos e vivências práticas.

Portanto, “aprender pela experiência não significa qualquer vivência redunda em aprendizagem. Assim sendo, aprofundar os saberes procedentes da experiência demanda processos de ação e reflexão” (PIMENTEL, 2007, p. 161). Para realização deste trabalho foi fundamental formar equipes de profissionais, resultando em melhoria contínua nos atendimentos aos pacientes, compreensão da melhor medida a ser tomada, construção de um ambiente de trabalho acolhedor e empático. Pressupondo que envolver os profissionais nesse processo de cuidado foi nosso maior desafio, o mesmo foi também nossa maior conquista e de excelente aprendizagem. Reconhecendo que nosso trabalho de matriciamento e sensibilização dos agentes envolvidos nas discussões de casos agregaram experiência no nosso fazer profissional e para o fortalecimento da educação permanente das equipes com acolhimento,

acompanhamento dos pacientes e suas famílias, dinâmicas de grupo, articulação na rede de proteção, estudos de casos, capacitação da rede para atendimento e notificação dos casos.

Cabe ressaltar a importância dos profissionais conhecerem a obrigatoriedade da ficha de notificação para todas as entidades do Sistema Único de Saúde, por meio da Portaria MS/GM n 1968, de 25 de outubro de 2021. Para isso, foi realizado encontros de capacitação da rede visando o conhecimento sobre a importância da notificação "tendo em vista ser um assunto polêmico para os profissionais e para os cidadãos de modo geral, apesar da grande consciência que se tem sobre este fenômeno no mundo contemporâneo" (GUERRA, 2015, p.418). Para a adequada compreensão disso foi realizado treinamento dos profissionais envolvidos, na Zona Oeste de Natal, no sentido de aguçar as suas capacidades em termos de detecção de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, obtendo como resultado uma rede mais articulada e disposta a dialogar.

RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA

A teoria que embasa a prática deste trabalho é a Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, seguido da Lei da Escuta Protegida, 13.431 de 2017, a qual estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, que organiza a atuação dos órgãos de atendimento com fluxos e protocolos, e que os serviços de saúde devem atuar para uma atenção integral. As linhas de cuidado para crianças e adolescentes em situação de violência são preconizadas pela Política Nacional de Humanização do SUS, respaldada pela Portaria GM/MS n° 737, de 16 de maio de 2001, que trata da Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências.

Portanto, GUERRA (2015, p. 415), compreende que a violência doméstica contra crianças e adolescentes possui várias modalidades e diversos tipos de prevenção deste fenômeno. Dentre as modalidades, encontra-se "todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente tendo por finalidade estimular sexualmente ou utiliza-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa". Logo, pautamos o nosso trabalho em compartilhamento de saberes e articulação de um trabalho integrado em rede, pois a constituição de um atendimento articulado desta natureza

deve levar em consideração o objetivo a que se propõe, sendo de permanente construção, implicando mudanças culturais e de hábitos arraigados.

O resultado se configura como um processo de trabalho da equipe multiprofissional com uma série de estratégias e técnicas para construir respostas as demandas identificadas ou postas pelos sujeitos. Uma rede de combate à violência doméstica dirigida ao público infantojuvenil deve contribuir para a redução do problema, intervir precocemente, interromper o ciclo da repetição do fenômeno e seu consequente agravamento, oferecer atendimento necessário as vítimas e familiares, além de produzir informações e indicadores que permitam conhecer o problema para construir propostas de intervenção em cada munícipio onde se instaure. Assentimos o caminho ainda a percorrer, todavia propomos ser um elo a mais na rede de proteção e recuperação de possibilidades.

REFERÊNCIAS

Azevedo, M. A; Guerra, V. N. (orgs). Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. **A Rede Criança: um programa inovador no Brasil.**- 2. ed.- São Paulo: Iglu, 2000. p. 181-184.

Azevedo, M. A; Guerra, V. N. Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. In: Azevedo, M. **Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes.** - 2. ed.- São Paulo: Iglu, 2000. p. 143-167.

Azevedo, M. A; Guerra, V. N. Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. In: Junqueira, L. (Org). **Aspéctos sócio-jurídicos na intervenção** - 2. ed.- São Paulo: Iglu, 2000. p. 171-173.

Azevedo, M. A; Guerra, V. N. (orgs). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento** - 7. ed.- São Paulo: Cortez, 2015.

Azevedo, M. A; Guerra, V. N. (orgs). Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. In: Guerra, V. (Org). **Como organizar redes de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes?** - 7. ed.- São Paulo: Cortez, 2015. p. 413-429.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Humaniza SUS: gestão participativa: co-gestão. 2. ed. rev. Brasília: Editora do MS, 2010b.

BRASIL. **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou testemunha de Violência. Lei n° 13.431, de 4 de abril de 2017.** Brasília, DF, 196º-129º, abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm acesso em: 29 de junho de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília, DF. Out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei Henry Borel. Nº 14.344, de 24 de maio de 2022.** Brasília, DF, 201º-134º, maio. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14344.htm. Acesso em: 29 de junho de 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF, 169º- 102º, jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14344.htm. Acesso em: 29 de junho 2024.

Centro de Referência a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual. **ABRAÇAR**, centro de referência. Banco de dados. Dados brutos não publicados. Natal/RN, 2024.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos na rede de proteção as crianças e adolescentes em situação de violência sexual**/Centro de Referências Técnicas e Políticas Públicas. - 2. de - Brasília: 2020.

Costa, Gilberto. **Disque 100 recebe duas denúncias por hora de estupro de vulnerável.** Agência Brasil. Brasília 18 mai. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/disque-100-recebe-duas-denuncias-por-hora-de-estupro-de-vulneraveis acesso em: 29 jul. 2024.,

Gomes R, Deslandes SF. **Interdisciplinaridade na Saúde Pública: um campo em construção**. Rev Latino-Am Enfermagem. 1994;103-14.

Ministério da saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: orientações para gestores e profissionais da saúde. In: WERNECK, A.; GONÇALVES, I.; VASCONCELOS, M. (Org). **O essencial é invisível aos olhos: impactos da violência na subjetividade de crianças e adolescentes.** – Brasília: EdUCB, 2014. cap. 4. p. 69-88.

Pimentel, Alessandra. **A teoria da aprendizagem experimental como alicerce de estudos sobre desenvolvimento profissional**. Estudos de Psicologia. Natal, v.12(2) p. 159-168, 2007. Disponível:https://www.scielo.br/j/epsic/a/rWD86DC4gfC5JKHTR7BSf3j/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 7 ago. 2024.

SANTOS, Benedito Rodrigues; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONSELOS, Gorete. **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual : aspectos teóricos e metodológicos : guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes.** Brasília, 2014.

SANTOS, B. R.; MAGALHÃES, D. R.; GONÇALVES, I. B. **Centros de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência**: Boas práticas e recomendações para uma política de Estado. São Paulo: Instituto WFC/Brasil, 2017. Cap. 5. p. 171-180.

AS CONTRIBUIÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL NA SEGURANÇA DAS ESCOLAS: a importância da Patrulha Escolar Municipal do Ipojuca para um ambiente escolar seguro.

Rhafael dos Santos Gomes [1]

RESUMO

A Escola, base de educação de crianças e adolescentes, concomitante à família, tem intensificado suas ações junto a outros setores da sociedade, dentre esses as Guardas municipais, que desenvolvem, no espaço escolar, ações educativas e culturais cuja finalidade é colaborar no processo educativo e na formação cidadã. Essas ações podem se caracterizar como práticas de Educação Social, enquanto proposta de compreender a realidade social e humana. Entendendo que nenhuma prática isolada se constitui em uma interação propriamente dita, mas se utiliza de várias fontes como, cultura, meios tecnológicos dentre outros. Este artigo aborda a importância da segurança pública, especificamente a Guarda Municipal, na promoção de um ambiente escolar seguro e propício ao desenvolvimento educacional, em meio aos desafios impostos pela violência no Brasil. Ele propõe uma análise da Patrulha Escolar da Guarda Municipal em Ipojuca, visando entender sua contribuição para a educação e a segurança nas escolas. Tomamos como referência Rosa (2013), que apresenta uma visão reflexiva sobre a violência no ambiente escolar e suas interferências no processo de ensino-aprendizagem, dentre outros autores, e inferimos como resultados que a implantação da Patrulha Escolar da Guarda Municipal, pode contribuir para a segurança e o desenvolvimento educacional nas escolas públicas do município.

Palavras-chave: Educação, Segurança pública, Guarda municipal.

INTRODUÇÃO

A constitucionalidade assegura a todos os brasileiros o direito à educação e a segurança pública, garantindo o acesso e permanência nas instituições de ensino com a finalidade do amplo desenvolvimento do cidadão, garantindo-lhe a proteção à sua integridade física e psicológica também nas escolas.

Os altos índices de violência no Brasil, os direitos acima mencionados, em muitos lugares do país, estão comprometidos. Ataques e ameaças fazem parte do dia a dia dos espaços onde

[1] Licenciado em Matemática e Me em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Es em Segurança Pública e Cidadania pela Faculdade Intervale, rhafael.gomes@ufpe.br

deveriam acontecer somente práticas voltadas para o desenvolvimento humano, social, educacional e profissional dos envolvidos.

Desta forma, tivemos como interesse nas boas práticas sociais, como o policiamento comunitário, que pode ser compreendido enquanto estratégia organizacional voltada a uma instituição de uma nova parceria entre forças de segurança e sociedade, constituída no princípio, de tanto a guarda municipal quanto a população, devem colaborar juntas para identificar, privilegiar e solucionar problemas contemporâneos tais como crime, medo do crime, drogas, desordens físicas e morais a fim de melhorar a qualidade da vida e consequentemente deixar o ambiente escolar minimamente livre de tais interferências. Logo, através deste estudo, buscamos verificar se a guarda municipal pode colaborar para o bom rendimento escolar e um ambiente mais agradável, tanto para funcionários das escolas, quanto para os alunos.

Temos como Objetivo Geral: Analisar a política de implantação da Patrulha Escolar da Guarda Municipal e sua relação com as escolas públicas do município do Ipojuca. Já os Objetivos Específicos são: Identificar a relação entre segurança Pública e Educação, bem como as possíveis práticas consideradas indissociáveis a esse entrelaçamento; Refletir sobre propostas de atuação da Patrulha Escolar tentando compreendê-las a partir dos olhares de alguns professores e guardas municipais envolvidos no projeto; Fomentar material para políticas públicas referentes a importância da Patrulha Escolar Municipal para um ambiente escolar saudável.

Dentre os principais impasses à execução e eficiência as políticas públicas voltadas à redução da violência nas escolas; a falta de articulação entre as diversas instancias da administração pública; a falta de continuidade das políticas governamentais; carência de mão de obra especializada; o despreparo dos docentes na lida com jovens e suas questões, a exemplo, dos preconceitos e entendimentos distorcidos da legislação, ou seja o Estatuto da criança e do adolescente-ECA; a tímida participação social na formulação das políticas; carência de diagnósticos confiáveis; ausência de avaliações sistêmicas consistentes das inciativas públicas; o baixo envolvimento dos profissionais da educação; a questão da violência nas escolas tratada apenas como caso para polícia resolver; as representações sociais dos jovens e da delinquência reforçando os estigmas raciais, econômicos e culturais sobre as camadas populares; o agravamento das condições de desigualdade social e falta de perspectivas para os jovens; os questionamentos em torno do lugar social da escola na sociedade contemporânea; e

o tratamento dado pela mídia ao tema da violência nas escolas relacionando-a apenas às camadas populares.

A guarda municipal tem prerrogativa de atuação na Lei Federal nº 13.022/2014, que fomenta o trabalho da guarda na segurança escolar. Dentre as competências da guarda municipal, ela deve interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades; assim como articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município.

Importante frisar que a pesquisa se torna relevante, tendo em vista que trata de uma temática atual e que causa insegurança nas partes envolvidas em virtude dos seus acontecimentos: a atuação dos agentes de segurança nas escolas. Tema polêmico, cercado por dúvidas e receios a respeito da real necessidade das intervenções policiais nas instituições de ensino com vistas à prevenção e contenção da violência, bem como das reais intenções da instituição de segurança ao aproximar-se do ambiente escolar, devendo ser bastante discutido a viabilidade de políticas públicas no âmbito escolar.

METODOLOGIA

O material literário foi reunido para estruturar argumentos sobre as contribuições da guarda municipal na educação. Após a coleta, o material foi lido, fichado e resumido para facilitar a análise dos textos. Realizamos também uma pesquisa exploratória, segundo GIL (2002, p. 41), “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”

Uma parte da pesquisa foi aplicada de forma experimental envolveu entrevistas com profissionais, um questionário sobre a guarda municipal de Ipojuca e oficinas com alunos, visando explorar a resolução coletiva de problemas em uma escola municipal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

Nesse sentido, buscamos empreender um estudo sobre tal aspecto, visando melhor compreender tal fenômeno.

Rosa (2013) apresenta um estudo reflexivo sobre a violência escolar e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem. Destaca que a violência tem consequências graves no desempenho acadêmico e propõe como solução o diálogo, a prevenção e o apoio de profissionais capacitados, incluindo a importância da educação doméstica.

Verificamos no relatório de KAHN E ZANETIC (2009), publicado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, sobre o papel dos municípios na segurança pública, trazendo a luz problemas de envolvimento precoce dos jovens com bebidas alcoólicas e drogas pesadas, incidindo num maior envolvimento em brigas, acidentes e faltas na escola depois de beber. Fato que leva diversas prefeituras e inserir cada vez mais, a participação da guarda municipal no ambiente escolar, para garantir uma maior sensação de segurança e coibir práticas delituosas. Inicialmente apenas com a presença dos agentes de segurança nas instituições escolares, elencada como o primeiro nível da força, força essa que deve ser usada de forma coerente, precisa e dentro da legalidade pelos agentes de segurança. Posteriormente o município cria equipes exclusivas da guarda para o ambiente e perímetro escolar, assim como diversas outras ações de prevenção.

Santos (2001) reconhece a violência escolar e discute programas de combate e métodos de mediação de conflitos para pacificar as escolas. Ele destaca a importância do papel do governo municipal na garantia da segurança escolar, que pode incluir a instalação de câmeras de monitoramento e programas de proximidade com a guarda municipal. Essas ações são vistas como parte das ações civilizatórias necessárias.

Didomenico (2011) e Paiva (2020) ,em sua monografia sobre violência no âmbito escolar cita que os governantes deveriam tomar medidas de prevenção e não somente enfrentá-las quando as mesmas já estão iminentemente próximas, tornando-se assim um problema cada vez mais difícil de ser resolvido/amenizado ou controlado.

Uma das grandes críticas sociais é de o estado intervir nas comunidades com grandes operações policiais, onde o caráter repressivo se torna a marca das instituições de segurança pública, sendo essas um espelho da ação do poder do estado, enquanto isso vemos escolas públicas, diversas vezes, mau aparelhadas e ausência de áreas de lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, pontuamos que a importância da segurança pública na educação, no tocante a Guarda Municipal, desde sua criação, pode proporcionar um ambiente escolar seguro e propício ao desenvolvimento educacional, especialmente em meio aos desafios impostos pela violência no Brasil. Ainda assim, são necessárias de políticas públicas eficazes, com políticas públicas eficazes para reduzir a violência nas escolas e promover um ambiente escolar saudável, em que os governantes deverem tomar medidas de prevenção e não apenas enfrentar a violência quando ela já está iminentemente próxima, tornando-se assim um problema cada vez mais difícil de ser resolvido/amenizado ou controlado.

Destacamos a inovação na ação municipal, do Ipojuca, onde a gestão municipal buscou novas formas de monitoramento da violência nas unidades e modalidades de treinamento de pessoal, sobretudo os guardas que agem junto à população nos bairros periféricos.

Logo, nos deparemos com a complexidade do problema da violência nas escolas e a necessidade de uma abordagem multifacetada para lidar com ele, envolvendo a segurança pública, a educação, as políticas públicas e a comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

DIDOMENICO, Guilherme. **Aspectos fundamentais sobre a delinquência infanto-juvenil.** In:Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 93, out 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

KAHN, T., ZANETIC, A. "**O papel dos municípios na segurança pública**". Segurança com Cidadania. Ano 1, n.1, 2009 pp. 83-126.

PAIVA, Sandro Ramos et al. **A Violência praticada pelos alunos contra os docentes da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso do Sul**. 2020.

ROSA, Maria José Araujo. **Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem.** Revista Fórum Identidades, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência na escola:** conflitualidade social e ações civilizatórias. Educação e Pesquisa, v. 27, p. 105-122, 2001.

CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO BRASIL

Raphaela Ferraz Figueiredo[1]

RESUMO

A violência sexual contra crianças e a adolescentes, no Brasil, é um fenômeno relacionado a multifatores e possui uma estreita relação com os marcadores sociais: Classe social, gênero, questões étnicas raciais e geracional. As principais vítimas são crianças do sexo feminino, negras e menores de treze anos e os principais violadores são homens que fazem parte da família da vítima. É uma violação aos Direitos humanos, ocorrendo diariamente e os dados revelam que é uma forma de violência que tem crescido nos, sendo notificado um estupro de vulnerável a cada seis minutos. Apesar dos avanços alcançados por meio dos instrumentos legais promulgados nas últimas décadas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e demais legislações com o escopo de proteção e enfrentamento da violência em face das crianças e adolescentes, assim sendo, esse artigo é um recorte da pesquisa da tese intitulada "Entre o silêncio e a violência: Memórias das pessoas, que durante a infância foram vítimas de violência sexual, tem como objetivo geral discutir sobre os possíveis caminhos que podem ser trilhados para o reconhecimento e principalmente para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, no Brasil, destacando os principais pontos da pesquisa: A infância marcada pela violência sexual; a visão das vítimas de violência sexual acerca das ocorrências e o reconhecimento e enfrentamento dessa violação; abordando o processo histórico e social de naturalização das violências contra crianças e mulheres.

Palavras-chave: Infância; criança; violência sexual; Direitos humanos; sociedade.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte de uma das seis seções da tese intitulada "entre o Silêncio e a violência: Memórias das pessoas, que durante a infância foram vítimas de violência sexual" estabelecendo como objetivo geral abordar questões fundamentais para o reconhecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na contemporaneidade, no

[1] Mestre em Memória Linguagem e sociedade pelo Programa de Pós graduação em Memória, Linguagem e sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, doutoranda em Memória Linguagem e sociedade pelo Programa de Pós graduação em Memória, Linguagem e sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Brasil, apontando os possíveis caminhos que podemos percorrer para enfrentar e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Para tanto faremos, ao longo do desenvolvimento do artigo apontamentos acerca da naturalização das violências em face do grupo infanto-juvenil; como a presença do machismo, misoginia e adultocentrismo presente na sociedade brasileira.

A violência sexual é um fenômeno que ocorre no cotidiano do Brasil, desde sua constituição enquanto colônia, relacionada a marcadores sociais como gênero, questões raciais e classe social. De acordo com os dados do Anuário de 2023, do Fórum de Segurança Pública-FBSP,2024, revelam que crianças de zero a 13 anos e negras são as principais vítimas de estupro, no Brasil. Ademais, 11,1% das vítimas dessa forma de violência sexual são crianças do sexo feminino menores de 4 anos; 18% possuem entre 5 e 9 anos e 32,5% tem entre 10 e 13 anos de idade.

Os dados apresentam a ocorrência de casos de estupro de vulnerável um crime que resulta, para além dos fatores já elencados acima, a uma desigualdade geracional e de poder. Demais disso, a violência sexual contra criança e adolescente é uma forma de violência intrafamiliar, haja vista que 64% dos violadores sexuais são homens, familiares das vítimas e 22% um conhecido das crianças; quando falamos sobre o local de ocorrência dessa violência, 52% declaram ter sofrido a violência em casa (BRASIL, 2024)

Ainda com fulcro nos dados do Anuário de Segurança Pública,2023, os casos de estupro contra vulneráveis tiveram um aumento, perfazendo 6,5% em relação aos últimos anos, o que podemos entender como um retrocesso no combate e enfrentamento dessa forma de violência, visto que também ocorreu um aumento considerável nos casos de violência contra mulheres, a exemplo do feminicidio. Perante esse fato, compreendemos que há uma urgência em medidas efetivas que possam enfrentar e impedir a ocorrência dessa violência.

A partir do conhecimento dessa realidade desvelada pelos dados, o enfrentamento da violência sexual passa pelo principal caminho: Reconhecer que há, na sociedade brasileira, um processo de naturalização das diversas formas de violência contra criança e adolescentes, utilizando a violência física e psicológica como meios pedagógicos de educação, assim como compreender que impera, uma cultura do estupro, presente na sociedade brasileira, que atinge majoritariamente crianças do sexo feminino e mulheres.

METODOLOGIA

Ante o exposto, em termos metodológicos, cumpre dizer que optamos pela pesquisa qualitativa a partir da análise de entrevistas realizadas com nove mulheres e dois homens que, adultas e adultos, 25 a 60 anos, todas domiciliadas no Estado da Bahia, que durante a infância foram vítimas de violência sexual. Elaboramos um questionário composto por cinco questões abertas. Ouvimos essas narrativas e memórias individuais e isso nos permitiu ter uma visão mais ampla acerca da violência sexual e compreendermos a permanência da ocorrência dessa forma de violência na sociedade brasileira. Utilizamos também a pesquisa bibliográfica que contemplou os temas memória, violência sexual, abuso sexual, gênero e família

O viés da presente pesquisa é qualitativo de caráter descritivo. Godoy (1995, p.62) elenca uma série de características essenciais desse tipo de pesquisa, a saber, a "fonte direta de dados, o ambiente natural, o pesquisador como instrumento fundamental, o caráter descritivo, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador e o enfoque indutivo"

A pesquisa proposta diz respeito à discussão acerca da violência sexual, especificamente o abuso sexual, por meio da oitiva das pessoas que, durante a infância, viveram o abuso sexual. Para tanto, analisamos as memorias acerca da violência sofrida, narrada pelos sujeitos que se propuseram participar da pesquisa. Para esta empreitada, dialogamos com teóricos fundamentais para nos balizar no que se refere aos conceitos centrais (relações de gênero, família, criança, violência sexual e memória).

DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A violência sexual em face de crianças, adolescentes e mulheres é um fenômeno que tem seu cerne na estrutura patriarcal pilar da sociedade brasileira, desde a invasão portuguesa no século XVI, sendo essa estrutura formada por fatores como a desigualdade de gênero, poder e geracional. (DEL PRIORE,2018).

Ainda de acordo com Del Priore (2014) crianças do sexo feminino e mulheres foram, historicamente objetificadas por homens, sendo inferiorizadas e recebendo tratamento desigual em virtude do seu gênero. Nesse sentido, quando falamos da violência sexual contra crianças e adolescentes tratamos de uma violência de gênero que foi historicamente naturalizada e segue

sendo tratada a partir desse processo de naturalização da apropriação de corpos infantis e femininos.

Desse modo , a pesquisa qualitativa realizada para a escrita e desenvolvimento da Tese " Entre o silêncio e a violência: Memória das pessoas, que durante a infância foram vítimas de violência sexual", foi fundamental para os estudos acerca das categorias infância, crianças, violência sexual e memórias, visto que para além da revisão de literatura realizada em uma das seis seções da tese, as narrativas dos onze participantes contribuíram para a compreensão do fenômeno da violência sexual como um processo oriundo de uma cultura adultocentrica, machista e misógina, pilar da sociedade brasileira ainda hoje na contemporaneidade.(OLIVEIRA,2017)

Demais disso, por meio dessas narrativas podemos observar que as infâncias são diversas, mas quando atravessada pela violência sexual deixa memórias subterrâneas, silenciadas e traumáticas, para além das descrenças no ideal de família, pela falta de acolhimento ao tentar revelar a violência sexual sofrida, bem como as narrativas foram unanimes em assegurar a descrença e insegurança em relação ao sistema judicial e órgãos do judiciário.

Portanto, ao analisarmos as narrativas na perspectiva teórica da memória social, tivemos condições de refletir sobre processos de naturalização da violência sexual que vêm sendo reproduzidos durante muito tempo e que vão se perpetuando de acordo com mecanismos muito específicos, como a manutenção de cultura do estupro, a imposição do silencio às vítimas e a invisibilidade das violências contra crianças e adolescentes. (RODRIGUES,2017)

Por fim, as vítimas também aduzem ser o enfrentamento dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes uma pauta que necessita passar pelo reconhecimento das crianças como sujeitos pertencentes à sociedade, sendo ouvidas, respeitadas e acolhidas, sem que ocorra uma invalidação de suas narrativas sobre as violências vivenciadas e a revitimização, com a inclusão desse grupo social no centro das discussões e na criação de políticas públicas, conforme assegura a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990- ECA, como prioridade absoluta e grupo que merece proteção integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, refletimos que a violência sexual nasce de uma estrutura social baseada fundamentalmente no patriarcalismo, ancorada em práticas sociais machistas, misóginas, racistas e isso impacta diretamente o modo como os casos de violência sexual são tratados, suas estratégias de enfrentamento e combate.

Assim sendo, os caminhos para o reconhecimento e enfrentamento à violência sexual em face das crianças precisam serem traçados a partir do entendimento da nossa sociedade para que haja a possibilidade de rompimento estrutural de um modelo social que beneficia e mantem uma cultura do estupro contra corpos femininos e infantis.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento.** São Paulo: CORTEZ EDITORA/ 7ª Edição, 2015.

BRASIL, Lei nº8.069/1990, Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e da outra providência, encontrado em: https://www.planalto.gov.br/, acesso em Julho de 2024

BRASIL, Constituição Federal de 1988, Constituição da República Federativa do Brasil, 2017

BRASIL, Fórum de Segurança Pública, 2023, **Anuário brasileiro de Segurança Pública-2023,** encontrado em: https://forumseguranca.org.br/, acesso: 20 jul.24

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2018

DEL PRIORE M. **Histórias Intimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**, 2ª Edição, Planeta, São Paulo, 2014

DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil,** 10ª ed. Contexto, São Paulo, 2018

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa – tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 3, p. 3-15, 1989.

OLIVEIRA, Assis da Costa (organizador) **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Cenários Amazônicos, Rede de proteção e Responsabilidade Empresarial**, Lúmen juris, Rio de Janeiro, 2017

EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

Penelope Mieko Alves Kamada [1]
Edna Gusmão de Góes Brennand [2]

RESUMO

A educação escolar desempenha papel fundamental na formação integral dos indivíduos, atuando como importante ferramenta na construção do ser social, abrangendo o desenvolvimento pessoal, consciência cidadã e capacitação para o trabalho. A aprendizagem sobre o tema transversal saúde é frequentemente abordado nas disciplinas de ciências e biologia, no ensino básico, e pode proporcionar o aprendizado do autocuidado e desenvolver a capacidade de reconhecer e criar soluções frente aos desafios sociais contemporâneos vivenciados. Um dos problemas sociais emergentes na humanidade é a violência, caracterizada por um fenômeno complexo e de carater polissêmico, que está enraizada em normas sociais e culturais e perpetuam a desigualdade e a discriminação. O aumento de casos da categoria violência contra a mulher aponta a necessidade de desenvolver ações que atuem na prevenção e enfrentamento ao problema. Nesse contexto, o ensino básico, pode proporcionar o aprendizado sobre os conhecimentos conceituais e contextos sociohistóricos e culturais da violência exercida contra a mulher, possibilitando a capacitação para o reconhecimento, prevenção, enfrentamento e combate. Com isso, o presente estudo tem como objetivo a identificação e descrição metodológica das abordagens pedagógicas utilizadas na educação básica para o enfrentamento e prevenção a violência contra à mulher, em pesquisas selecionadas nos portais Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo e Google Acadêmico, destacando também se está presente nas disciplinas de ciências e biologia. A pesquisa é uma documentação indireta, de abordagem qualitativa com modelo de análise baseado em categorias.

Palavras-chave: educação básica, abordagens pedagógicas, saúde pública, violência contra a mulher.

INTRODUÇÃO

A educação escolar desempenha papel fundamental na formação integral dos indivíduos, atuando como importante ferramenta para a construção do ser social, abrangendo o desenvolvimento pessoal, consciência cidadã e capacitação para o trabalho, como previsto pela Constituição (Brasil, 1988), além dos valores sociais e culturais. Os conteúdos, habilidades e competências que uma instituição educacional pretende atingir são estruturados em um currículo escolar, que tem como objetivo orientar o processo de ensino-aprendizagem em um determinado nível e modalidade escolar. O currículo escolar é atravessado pelas construções sócio-históricas que produzem e hegemonizam significados sobre quem somos e sobre

[1]Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, miekokamada2@gmail.com;
[2] Professora Dra. da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ednabrennand@gmail.com;

aquilo que sabemos. A determinação dos conteúdos de um currículo escolar é norteada por documentos educacionais de instâncias federais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estaduais e municipais, que atendem as especificidades regionais e locais, além do regimento próprio da instituição de ensino, o Projeto Político Pedagógico. Apesar desses documentos e da legislação destacar a importância de contextualizar o conteúdo escolar com problemáticas presentes na sociedade, atualmente, observamos um cenário diferente nas instituições de ensino, apresentando resistência e falta de preparo profissional da comunidade escolar para emergir em determinados temas (Brasil, 2013; Collares da Silva *et. al*, 2021).

A aprendizagem sobre o tema transversal saúde é frequentemente abordado nas disciplinas de ciências e de biologia, que podem proporcionar a formação de cidadãos conscientes sobre autocuidado e desenvolver a capacidade de reconhecer e criar soluções frente aos desafios sociais contemporâneos vivenciados. Um dos problemas sociais que permeiam a humanidade é a violência, caracterizada por um fenômeno complexo e de carater polissêmico, que está enraizada em normas sociais e culturais e perpetuam a desigualdade e a discriminação. Das variadas categorias e tipificações de violência, apresentados em diversas áreas do conhecimento, como sociologia, filosofia, psicologia e biologia, a violência contra a mulher se tornou um objeto de investigação geral e frequente, devido a sua enraizada prevalência na sociedade, aniquilando os direitos de milhares de mulheres, atingindo todas as faixas etárias e classes sociais, sendo determinada pela Organização Mundial da Saúde; (OMS) como um problema de saúde pública (Brasil, 2001; Organização Mundial da Saúde; Krug, 2002).

O aumento de todas as formas de violência contra a mulher no mundo aponta a emergência de planejar e desenvolver ações que atuem na prevenção e enfrentamento ao problema. No Brasil, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) revelam que uma a cada três mulheres com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual, indicando que o índice brasileiro é maior que o índice global, de 27%. De acordo com os dados do Atlas de Violência de 2024, dentre vítimas de violência, mais de 60% sofreram violência doméstica, com autoria predominante de homens. Das violências sexuais contra crianças, mais de 30% foram com bebês e meninas de 0 a 9 anos, e 49,6% contra meninas de 10 a 14 anos. Essas evidências estatísticas, apesar de subnotificadas, relatam que a violência em razão do gênero pode ocorrer durante toda a trajetória de vida de uma mulher, sendo prevalente, de acordo com a faixa etária: a negligência, do 0 aos 9 anos e acima dos 70; a sexual, dos 10 aos 14 anos; e a física, dos 15 aos 69 anos. Dentre os tipos de violência, como as discriminações, violência física, psicológica, econômica e sexual, o tráfico sexual de meninas e mulheres foi denunciado como uma das mais persistentes violações dos direitos e da dignidade de mulheres (Engel, 2020; Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Nesse contexto, o ensino escolar pode proporcionar o aprendizado sobre os conhecimentos conceituais e contextos históricos e culturais da violência exercida contra a mulher, possibilitando a capacitação para o reconhecimento, prevenção, enfrentamento e combate. Com isso, o presente estudo tem como objetivo a identificação e descrição metodológica das abordagens pedagógicas utilizadas na educação básica para o enfrentamento e prevenção a violência contra à mulher, em pesquisas selecionadas nos portais Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo e Google Acadêmico, destacando se está presente nas disciplinas de ciências e biologia.

METODOLOGIA

O resumo expandido apresenta os resultados preliminares de uma monografia em desenvolvimento. Possui caráter documental e é classificada como teórica, cuja função se

apresenta na compreensão de novos significados para o fenômeno estudado. A abordagem é qualitativa com modelo de análise baseado em categorias. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois se preocupa, nas ciências sociais, com objetos de investigação na sociedade que não podem ser quantificados. Ou seja, trabalha com os significados, os motivos, as aspirações,os valores e as atitudes, o que corresponde a um espaço mais complexo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos apenas à operacionalização de variáveis. A pesquisa é uma documentação indireta, em que serão obtidos dados de uma fonte secundária, caracterizando o trabalho como uma pesquisa documental, seguindo Marconi e Lakatos (2017). Ou seja, as fontes de dados utilizadas não foram criadas especificamente para a pesquisa em questão, mas que podem fornecer informações relevantes e valiosas. A utilização de uma documentação indireta pode fornecer uma visão mais ampla e detalhada do objeto de estudo.

Para a investigação do estado do conhecimento sobre o fenômeno violência, violência enquanto saúde pública, violência contra a mulher e tipologias, foi realizada a busca nas bibliotecas setoriais da UFPB e buscas virtuais nos portais Capes, Google Acadêmico, Scielo e National Library of Medicine. Para os parâmetros estatísticos e legislação sobre violência contra a mulher no mundo e no Brasil, foi realizada a busca dos dados pelo Atlas de Violência de 2024, UNESCO, Ministério da Saúde e Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. A procura e seleção dos trabalhos para a discussão da presente pesquisa foi realizada nos bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo e Google Acadêmico, utilizando diferentes combinações dos descritores com os operadores booleanos, com a finalidade de encontrar o maior número de pesquisas no tema investigado e, em seguida, restringir os resultados para alcançar o objetivo deste trabalho.

A análise qualitativa dos dados foi realizada seguindo Minayo (1992), que aponta a sistematização metodológica de verificar e interpretar os dados obtidos das pesquisas selecionadas através de categorias, em que é definido uma categoria geral no início da pesquisa, que direciona a resposta da problemática, e categorias derivadas da geral, que é construída de acordo com a obtenção dos dados. A discussão foi realizada de acordo com critérios específicos que foram estabelecidos para apontar uma resposta a problemática e atingir os objetivos, geral e específicos. Deste modo, a seleção dos trabalhos foi realizada a partir da categoria geral determinada para a presente pesquisa, que é a presença de intervenções pedagógicas nos espaços escolares de educação básica, que atuem no enfrentamento a violência contra a mulher. Das categorias derivadas, foram estabelecidas: a descrição das abordagens pedagógicas e a aplicação da intervenção em turmas de educação básica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência é um termo de origem do latim, *violentia* derivada de *vis*, que expressa força, vigor, potência, emprego de força física, quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. De um modo geral, a violência pode significar a intensidade ou força de uma ação, capaz de provocar a perturbação em uma ordem ou o rompimento de acordos e regras que ordenam as relações estabelecidas. Através da compreensão etimológica do termo, é possível reconhecer que, categorizar um ato como violento requer a identificação do rompimento de limites estabelecidos, que podem dialogar com aspectos sociais, institucionais, jurídicos e pessoais. Todavia, a estipulação desses limites depende de diversos fatores determinados pelo meio sociohistórico e cultural em que se encontra. Logo, a violência, como fenômeno social, possui um caráter polissêmico, ou seja, pode se apresentar em diferentes formas, de acordo com seu contexto. Para o entendimento popular, a violência trata-se da ruptura de qualquer forma de

integridade da vítima, como física, psíquica, sexual e moral. Na contemporaneidade, é um tema complexo de ser abordado, pois é atravessado por diversos empecilhos que surgem das estruturas sociais e atuam na manutenção do controle e poder, na qual utilizam como meio os atos de violência física e simbólica contra os grupos minoritários (Hayeck, 2009; Heleieth Saffioti, 2004; Michaud, 1989).

O estudo sobre a violência tem sido objeto de investigação no campo das ciências humanas e sociais e na filosofia por décadas nas sociedades do mundo, com a finalidade de estabelecer os conceitos intrínsecos e compreender a raíz e desdobramentos desse fenômeno social complexo. Apenas a partir da década de 90, a violência passou a ser reconhecida como um problema de saúde e, através da emergência de inúmeros casos que popularizaram e causaram impactos mundiais, foi apresentado um planejamento de combate aos crimes, através dos setores da segurança pública e do sistema judiciário. A resolução da World Health Assembly, em 1996, declarou que a violência está caracterizada como um problema crescente de saúde pública no mundo, que afeta pessoas de todas as idades e ambos os sexos, mas especificamente mulheres e crianças (Organização Mundial da Saúde; Krug, 2002).

O conceito de gênero refere-se a uma construção social feita sobre as diferenças sexuais representadas ou valorizadas dentro de uma determinada sociedade em um contexto específico. Abrange, para além do biológico, todos os aspectos abstratos criados em uma organização social e define os papéis de gênero, que são impostos aos sujeitos como padrões ou regras arbitrárias já estabelecidas. Ao ultrapassar a categoria biológica, os papéis de gênero se expandem no modo de agir, falar e vestir em sociedade e impõe direta e indiretamente limitações aos sujeitos a viverem uma dualidade de gênero que se apresenta de forma hierárquica e correspondente ao sexo biológico. Compreender o desenvolvimento da relação de poder é complexo, pois o processo de construção é contínuo e sutil, ao mesmo passo que é evidente. Percorre em todos os espaços e é reproduzida a partir das relações sociais e culturais, dentro de um contexto político e econômico, e reforçada nas instituições de ensino (Louro, 1997; Bonfanti; Gomes, 2018).

A escola se constitui como um dos principais espaços para desenvolver temáticas relacionadas à saúde, de forma interdisciplinar, e à sexualidade, nas disciplinas de ciências e biologia, das quais podem proporcionar a reflexão dos conceitos para além de terminologias e de conceitos biológicos sobre o corpo, mas dando suporte para a construção do autocuidado, ensino sobre o direito das mulheres e capacitação para o enfrentamento aos problemas sociais. Entretanto, a escola ainda tende a atuar como instituição normalizadora na classificação, rotulação e docilização dos dos alunos, definindo e segregando de forma dual o que é normal e anormal, regular e especial, merecedores e não merecedores, e naturalizando classe, raça e gênero como marcadores sociais e hierarquias de poder. Para Silva e Carrera (2017), a escola frequentemente reproduz o sexismo existente nas estruturas sociais e reforça os preconceitos e privilégios de um gênero sobre o outro, ao invés de contribuir para a redução das estatísticas da violência. Ademais, outros desafios, como a dificuldade na interdisciplinaridade, insuficiência na preparação docente, escassez da formação continuada e em metodologias e materiais didáticos de fácil acesso voltado a temática, contribuem na escassez de abordagens pedagógicas voltadas ao enfrentamento a violência contra a mulher (Grosz, 2008; Schraiber; D'oliveira; Couto, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração de abordagens pedagógicas voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher na educação básica pode contribuir para a construção de uma cultura de paz, respeito e

igualdade nas escolas, impactando diretamente os sujeitos de uma sociedade e possibilitando a redução das estatísticas de violência apresentadas atualmente. O ensino de Ciências e Biologia viabiliza a abordagem de temas como saúde, sexualidade e violência contra a mulher, trabalhando em consonância com os documentos educacionais legais. Podem atuar na desconstrução de preconceitos e estereótipos de gênero, além de promover discussões sobre o corpo, direitos sexuais e reprodutivos, sobre os impactos da violência, autocuidado e capacitação para reconhecer e criar soluções frente a problemas sociais, como a violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, Presidente da República, 2016.

COLLARES DA SILVA, Juliana; DE AZAMBUJA MARASCHIN, André; ANSELMO FUNARI, Catiúcia; BILLIG MELLO, Elena Maria; DA SILVA JUNQUEIRA, Sônia Maria **Gênero e Sexualidade na BNCC: uma análise sobre a perspectiva Freireana.** Diversidade e Educação, v. 8, n. 2, p. 152–176, 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BONFANTI, A. L.; GOMES, A. R. **A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?**. Revista Periódicus, v. 1, n. 9, p. 105–121, 2018.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

HAYECK, C. M. **Refletindo sobre a violência.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano 1, n. 1, jul. 2009.

GROSZ, Dirce M. **Representações de gênero no cotidiano de professores e professoras.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 8 ed, São Paulo: Atlas, 2017.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. Rio de Janeiro: Abrasco. 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, Etienne G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **A realidade nua e crua. Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo, 1 ed, p. 9-38. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

EDUCAÇÃO E CULTURA DE PAZ NA PARAÍBA: LEGISLAÇÕES E DADOS PARA COMBATER AS VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

Carolina Trindade Lopes Negreiros [1]

RESUMO

Com base na análise de legislações nacionais e internacionais que tratam sobre a educação, direitos humanos e os direitos específicos das crianças e dos adolescentes, o presente trabalho traz à tona dados importantes e atuais sobre a violência nas escolas e na internet - principalmente nas redes sociais. Os dados foram coletados a partir de um questionário aplicado aos profissionais da Educação na Paraíba através do *google forms*, em dezembro de 2023, e seu resultado denota a necessidade de se divulgar melhor a temática sobre violência escolar para que haja mais qualidade nas ações de combate às violências e violações de direitos das crianças e adolescentes. Dados e legislações são importantes instrumentos para fundamentar trabalhos sobre essas temáticas na escola, estes podem ocorrer de forma transversal nos currículos ou a partir de projetos, eventos e ações planejadas pela comunidade escolar. De tal forma, o objetivo do trabalho é apresentar e relacionar os dados que evidenciam a necessidade de combate ao bullying/cyberbullying através da divulgação das legislações existentes e de trabalhos específicos, propondo que a escola possa se apropriar dos conhecimentos sobre a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes para promover uma cultura de paz e o enfrentamento das violências contra esse público.

Palavras-chave: Direitos das Crianças e Adolescentes, Cultura de Paz, Cyberbullying, Bullying, Violência Escolar.

INTRODUÇÃO

As crianças e adolescentes possuem legislações específicas que garantem tanto o direito à educação e seu desenvolvimento integral, quanto prioridades e proteções especiais, como é o caso da Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os direitos das crianças (1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e outros dispositivos da educação infantil ou educação básica de forma geral, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996) ou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2010).

O presente trabalho trata sobre a escola e como ela deve promover e defender os direitos das crianças e dos adolescentes no combate ao bullying e ao cyberbullying. Seu objetivo geral é propor que escola possa se apropriar dos conhecimentos referentes ao tema para promover o enfrentamento das violências contra esse público.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Este é o instrumento jurídico específico que trata sobre a defesa e proteção dos direitos das crianças

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, caroll.estudos@gmail.com;

e adolescentes no Brasil. A escola e seus profissionais tem uma grande responsabilidade para compartilhar com toda a comunidade escolar na promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. E isso envolve sua proteção integral, o que inclui a proteção física, psicológica e emocional.

Dentro do currículo escolar, pode-se, de forma transversal, abordar questões sobre as diversas formas de violências, bullying/ cyberbullying e outras temáticas relacionadas. Uma mediação, por exemplo, para o bom uso das redes sociais, parte do reconhecimento de que as redes sociais ou a internet em geral não são 'vilões'. A comunicação e a educação estão intimamente interligadas nos espaços físicos e virtuais, e no mundo contemporâneo, informações e conhecimentos circulam globalmente a partir das redes. Portanto, precisamos reconhecer e nos engajar para utilizar recursos tecnológicos educativos que podem ser suportes importantes na nossa prática pedagógica. Em nossas *práxis*, devemos sempre nos perguntar 'como' os estudantes aprendem e de que forma eu posso me aproximar dos meios com os quais eles possuem interesse, por isso, utilizar tais recursos em sala de aula pode favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Um levantamento recente da Comissão de Educação do Senado Federal, feito nos dias 9 e 10 de maio de 2023 pelo DataSenado[2] sobre violência escolar, afirma que "cerca de 11% dos estudantes sofreram algum tipo de violência escolar nos últimos 12 meses, o que representaria um total 6,7 milhões de estudantes" e também demonstrou que muitas pessoas não relacionam bullying à violência. O levantamento foi feito via ligação telefônica, de forma aleatória, e foram ouvidas 2.068 pessoas acima de 16 anos.

As violências no meio escolar são reflexos das violências sociais, e elas estão presentes no meio virtual muitas vezes de forma sistemática. Violências virtuais são ainda mais graves quando os atingidos são crianças e adolescentes, e as redes sociais são locais propícios para que isso aconteça. Por isso, reforça-se a necessidade da compreensão da escola como estrutura que deve buscar defender e promover os direitos humanos e específicos das crianças e dos adolescentes.

Diante dos fatos supra mencionados, fica claro que este trabalho se torna relevante por apresentar dados reais coletados com profissionais da educação na Paraíba, além de trazer legislações específicas sobre educação e direitos das crianças e adolescentes.

METODOLOGIA

O presente trabalho é do tipo exploratório e abordagem mista, realizado com base documental e bibliográfica para referenciar instrumentos, documentos e legislações educacionais e dos direitos humanos e específicos das crianças e adolescentes. Além disso, também fez parte a aplicação e análise de formulário com questionário contendo um roteiro de perguntas elaborado a partir do *Google Form*s e compartilhado via WhatsApp em grupos específicos de profissionais que atuam na área da educação na Paraíba. Ademais, reconhecendo que a escola é o lugar propício para se tratar de forma educativa sobre a temática proposta, foram feitas as análises de legislações que tratam sobre crianças e adolescentes e os dispositivos legais para a garantia de sua proteção integral, no ambiente físico e virtual, como: a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), o Código Penal (lei

[2] Pesquisa do DataSenado revela que quase 7 milhões de estudantes sofreram violência na escola. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/07/04/pesquisa-do-datasenado-revela-que-quase-8-milhoes-de-estudantes-sofreram-violencia-na-escola

2.848/40), a Lei 13.185/22 que trata sobre o Combate à violência sistemática (bullying) e o cyberbullying e o PLS (Projeto de Lei do Senado) – em tramitação – que trata sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, além da coleção O ECA nas Escolas, e artigos científicos que tratam sobre criança(s) e infância(s).

DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A partir da aplicação do questionário mencionado anteriormente, buscou-se compreender como estes/estas fazem uso da internet/redes sociais no cotidiano das crianças e adolescentes, e se elas/eles lidam com esses recursos tecnológicos como forma educativa. A maior parte dos entrevistados atua nos municípios de João Pessoa e Conde. 68,3%, na Rede Pública Municipal. 48,8% atuam no Ensino Fundamental II; 26,8% no Fundamental I; 14,6% na Educação Infantil; e 17,1% no Ensino Médio. 41 profissionais responderam ao questionário.

Sobre o uso de redes sociais, 100% dos entrevistados afirmaram que usam cotidianamente o Whatsapp, e 92,2%, representando 37 pessoas, usam Youtube e Instagram. Sobre a utilização das redes sociais para se comunicar com os(as) estudantes, as respostas mais significativas foram: 92,2% pelo WhatsApp e 34,1% pelo Instagram. 4,9% afirmaram não utilizar redes sociais para se comunicar com os estudantes.

Quando perguntados se eles consideram que as crianças e adolescentes passam muito tempo nas redes sociais, e se consideram que as redes sociais de crianças e adolescentes devem ser monitoradas pelos familiares ou responsáveis, as 41 pessoas responderam que sim nas duas questões. A questão sobre o monitoramento foi inspirada na elaborada pesquisa elaborada pela pelo DataSenado em maio de 2023.

Em relação ao uso da rede social como recurso educativo ou apoio pedagógico, 33 pessoas responderam que usam Whatsapp, 32 usam o Youtube e 11 pessoas usam o Instagram. Sobre o uso das redes sociais por parte dos estudantes para fins de estudos, 33 profissionais responderam que usam o Whatsapp (trocando informações com colegas ou eles); e 32 responderam que usam o Youtube para assistir vídeos com temáticas educativas.

As informações anteriores se referem às questões de 1 a 6. A partir da sétima pergunta, estão as questões específicas sobre violências, bullying e cyberbullying. As perguntas 7 e 8 foram, respectivamente: Algum estudante seu relatou ter sofrido algum tipo de bullying ou violência NAS REDES SOCIAIS?; Algum estudante seu já relatou ter sofrido (ou você presenciou) algum tipo de bullying ou violência na escola ou instituto federal de ensino?. As respostas oferecidas foram: “sim”, “não” e “não sei dizer, mas acredito que sim”.

Através das respostas obtidas nas perguntas 7 e 8, pode-se perceber que o relato sobre bullying ou violência na escola é bem maior, porém, se somar as respostas ‘não sei, mas acredito que sim’, tem-se 63,7%; já sobre o relato de um estudante ter sofrido (ou o profissional presenciado) algum tipo de bullying ou violência na escola ou instituto federal de ensino, sobe para 82,9%. Sabe-se que os(as) estudantes nem sempre relatam esses casos de violência sofrida pela internet, mas se os(as) profissionais e a escola são próximos a estes estudantes, realizam eventos sobre as temáticas ou eles comentam sobre esses assuntos durante as aulas, provavelmente as respostas ‘sim’ aumentassem.

A pergunta 9 tratou dos tipos de violência e perigos e onde eles estão mais presentes. As respostas mais selecionadas foram (acima de 40%): Violência psicológica na família ou comunidade - 63,4%; Preconceito devido à diversidade de corpos (gordo, magro, com deficiência) - 65,9%; Homofobia/Lesbfobia/Transfobia/Bifobia e outros - 48,8; Violência física na família ou comunidade - 46,3%; Preconceito contra crianças e adolescentes com espectro autista, TDAH, dislexia e outros - 43,9%; e Racismo - 41,5%.

Considerando as opções de respostas na questão 9, a questão 10 se torna relevante para compreender se os(as) profissionais também já sofreram algum tipo de violência: 20 pessoas afirmaram que sim e 21 que não.

A pergunta 11 é contextualizada a partir do artigo 3º do ECA que afirma que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana; ela trata sobre se a(o) profissional considera que a Escola/IFE em que trabalha está atenta aos direitos fundamentais e aos perigos que a violência e o bullying podem causar à vida, aos estudos e à saúde mental das crianças e adolescentes. As respostas eram: "sim", "não" e "acho que podemos trabalhar mais essas temáticas". 22 pessoas responderam que consideram que a Escola/IFE está atenta; 2 pessoas responderam que não estão; e 17 pessoas consideram que podem trabalhar mais essas temáticas. A terceira opção de resposta foi pensada para que se pudesse observar a quantidade de pessoas que consideram pensar mais sobre a temática, e de certa forma, pela estrutura do questionário - que em sua amplitude temática também se apresenta como um instrumento informativo - pode ser um recurso inicial para o trabalho na escola, ainda mais quando foi constatado, a partir da pergunta 12 que 15 pessoas, que 36% das(os) entrevistados não conhecem a lei 13.185/2015 que trata sobre o combate à intimidação sistemática (bullying) e o cyberbullying, que se apresenta como uma legislação essencial para todas(os) terem conhecimento, pois garante ações possíveis por parte da escola e dos(as) profissionais.

A questão 13 parte da necessidade de instruir sobre o que é a 'intimidação sistemática ou bullying', conforme o que está descrito na lei 13.185/2015. Sendo assim, trago a pergunta: você ou a Escola/Instituto Federal em que trabalha, já identificou casos de violência(s) ou bullying? Para as respostas, não considerei importante somente as respostas sim ou não, mas procurei saber se tomaram ou não providências sobre o(s) caso(s). As respostas se deram da seguinte forma: 33 pessoas disseram 'Sim. E tomamos providências'; 2 pessoas disseram 'Sim, mas não tomamos providências'; e 6 disseram que 'não'.

A questão 14 foi inspirada na pesquisa do DataSenado, quando foi percebido que as pessoas não estavam relacionando violência à bullying. De forma direta, a pergunta 14 foi: você considera o bullying um tipo de violência? Depois da contextualização temática do questionário, eu esperava que todas as pessoas tivessem uma resposta única, e assim foi, todas(os) responderam que sim.

A questão 15 me deixou confiante, pois, 37 pessoas afirmaram que ela(e) ou a Escola/IFE já fez alguma ação ou projeto que tratou sobre violência(s) ou bullying.

A questão 16 foi feita a seguinte pergunta: você considera importante as instituições de educação identificarem e trabalharem de forma transversal as temáticas ligadas a(s) violência(s) e bullying que permeiam a vida das crianças e adolescentes? – Pedi para considerar as temáticas na questão 9 e outras que você elas tinham em mente. 39 pessoas responderam que sim; 2 pessoas responderam que não.

A questão 17 não era obrigatória e poderia ser respondida de forma escrita: você gostaria de fazer alguma consideração ou comentar sobre alguma situação que envolve essa temática? Houve um total de 11 respostas. Todas reforçando a importância de se trabalhar com essas temáticas, propondo que sejam trabalhadas a partir de grupos temáticos, periódicos, grupos de estudos, discussões na escola e com as famílias/responsáveis e com formações mais incisivas sobre o bullying para profissionais da educação. Uma pessoa colocou, inclusive, que o tema deve ser debatido em cima das leis existentes; outras, reforçaram que o trabalho deve ser conjunto, envolver toda a comunidade escolar e externa, e que a temática deve ser discutida nas reuniões formais da escola com a comunidade. Outra relatou que um ex-aluno cometeu suicídio em setembro de 2023, mês anterior à aplicação do questionário. Ele sofria

com o cyberbullying. A profissional registrou que na escola o combate a esse tipo de violência ocorre de modo intenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação e análise do questionário ratificaram o quanto é essencial aos profissionais das escolas se apropriarem dos conhecimentos sobre a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes para promover o enfrentamento das violências. À escola recai o dever da divulgação e disponibilização das legislações que tratam sobre violência escolar, bullying e cyberbullying, além de outras temáticas relacionadas como, por exemplo: preconceito(s), respeito, diversidade, desigualdade de gênero, misoginia, racismo, saúde mental etc.

A gestão escolar precisa estar atenta a questões dessa natureza, buscando parcerias com órgãos públicos e profissionais das diversas áreas de apoio para a realização de ações, projetos, palestras e - não menos importante - formação continuada sobre as temáticas.

Ao identificar casos de violências contra crianças e adolescentes, seja na escola ou no ambiente virtual, é necessário que haja ações imediatas para a resolução da situação, envolvendo famílias ou responsáveis e os vários agentes do poder público, por isso a importância de se conhecer as legislações e os dados recentes. Conclui-se, após análise, que é necessário difundir cotidianamente nas escolas as temáticas sobre diversidade e respeito, visando a resolução de conflitos, o fim dos preconceitos e a promoção de uma cultura de paz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.185/2015. **Programa de Combate à Intimidação Sistemática(Bullying)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm . Acesso em: 25/08/23

BRASIL. Lei no 8.069/1990. **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25/08/23

BRASIL. **Lei no 9.394/1996. Lei de Diretrizes e bases da educação nacional - LDB**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25/08/23

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica**. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 25/08/23

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf. Acesso em: 25/08/23

DATASENADO. **Violência nas Escolas**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/quase-7-milhoes-de-brasileiros-sofreram-violencia-no-ambiente-escolar-nos-ultimos-12-meses Acesso em: 25/08/23

MOURA, Paulo Vieira. Direitos e deveres de crianças e adolescentes na escola. In.: CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria GODOY (organizadoras). **O ECA nas Escolas:** Perspectivas Interdisciplinares. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO CODAP(Colégio de Aplicação/UFS/SE)

Abigail Maria Santos de Souza [1]
Victória Guadalupe de Oliveira Aragão[2]
Luis Felipe Gomes de Oliveira [3]
Yann Gabriel Ferreira [4]

RESUMO

O resumo analisa a implementação do Núcleo de Mediação de Conflitos e Comunicação Não Violenta (CNV) na perspectiva de atuação de ferramentas para prevenção primária e enfrentamento aos diversos tipos de violência que permeiam o ambiente escolar do Colégio de Aplicação (CODAP\UFS). Neste sentido é sabido que a CNV é apresentada como uma ferramenta essencial para promover o diálogo empático entre alunos, professores e funcionários, reduzindo conflitos e fomentando um ambiente de convivência pacífica.
Para este intento, foi realizado um diagnóstico preliminar onde foi aplicado um questionário com 26 (vinte e seis) questões, através do qual pudemos extrair o perfil sócio econômico dos estudantes do 9º ano, pais e ou responsáveis, professores e equipe técnica pedagógica , os quais , todos estes, formam o universo do projeto . O projeto pensado e já em fase de implementação, apresenta um cronograma, sendo este distribuído no decorrer dos meses de 2024, em que as tratativas foram realizada preliminarmente com três reuniões com a direção e equipe técnica pedagógica da citada unidade de ensino. Não obstante, sequencialmente, foi realizada primeira reunião com todo corpo docente e os pais e ou responsáveis no mês de janeiro do corrente ano, onde o projeto foi apresentado de forma detalhada à toda comunidade escolar. Já no final de fevereiro tivemos o primeiro contado com os discentes e iniciamos as atividades trabalhando o eixo liderança e protagonismo juvenil.
Vale destacar que um dos objetivos propostos com a implementação deste núcleo é capacitar a comunidade escolar do CODAP na sob a ótica da Mediação de Conflitos e CNV para a resolução colaborativa de problemas, destacando a importância da empatia e da escuta ativa. O estudo enfatiza a necessidade de integrar essas abordagens preventivas no dia a dia escolar para criar um ambiente seguro, saudável e acolhedor.

Palavras-chave: Comunicação não violenta, Mediação de conflitos, Violência escolar.

INTRODUÇÃO

Segundo o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024), a violência tem crescido de forma exponencial no Brasil e se tornado um dos grandes problemas sociais e estruturantes, o que tem comprometido

[1] Mestre em Educação pela Universidade Lusófona, abigailmariasantosdesouza@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, victoriaguadalupeoa@gmail.com;
[3] Graduando do Curso de Estatística da Universidade Federal de Sergipe - UFS, luisfeli683@gmail.com;
[4] Graduando do Curso de Fisioterapia da Universidade Tiradentes - UNIT, yanng799@gmail.com.

efetivamente o crescimento e o desenvolvimento nacional nas diversas áreas e setores. Compreender o significado da violência é imprescindível para a compreensão da paz e o desejo real de alcançá-la. Palavra originada do Latim, *violentia*, significa força ou vigor contra algo, uma coisa ou ente, portanto, com muita simplicidade, entende-se violência como o uso da força através de ações ou palavras que inclusive possam machucar, denegrir, ferir ou causar dor. Segundo Rosemberg (2006), por muitos séculos acreditou-se na concepção de que a essência das pessoas é calcada no egoísmo, na maldade, na violência. Mas existem muitas pessoas que não são assim, pessoas que precisam e gostam de contribuir com o bem-estar do próximo.

Este cenário tem exposto as nossas fragilidades das gestões públicas no aspecto enfrentamento à violência, pois incorre na necessidade de ações multidisciplinares e intersetoriais pensadas, planejadas e executadas com foco na diminuição dos casos no País. No âmbito institucional, o dilema requer a atuação de profissionais do Sistema de Justiça, da Segurança Pública, da Educação, da Saúde e da Assistência Social que juntos devem atender às normativas, especialmente no que tange a articulação em rede na perspectiva de se dirimir as consequências causadas em função dos índices altos registrados no Brasil e no mundo. Pelo exposto, a escola tem sido um ambiente onde os diversos tipos de violência estão se propagado de forma vultosa, o que tem acarretado e comprometido o clima escolar, na perspectiva de um ambiente saudável para construção de um processo de ensino e aprendizado focado na formação de cidadãos críticos, onde os conflitos possam ser dirimidos e resolvidos de forma dialógica, distanciando-se das práticas violentas em formato físico, verbal, psicológico, dentre outros.

Diante disso, esta análise explora a aplicação da Comunicação Não Violenta (CNV) e das técnicas de mediação de conflitos como estratégias eficazes para prevenir a violência nas escolas, em especial, no CODAP (Colégio de Aplicação/UFS/SE), pois esta unidade de ensino está localizada em um denominado território vulnerável, em que os marcadores sociais e da segurança pública, revelam uma área onde crimes violentos letais e intencionais tem se alastrado grandemente e normalizado as diversas práticas violentas, em que estas, têm sido reverberadas no referido ambiente educacional, o que tem comprometido o processo de ensino e aprendizagem, bem como o clima escolar. A CNV, como descrito no clássico "Nonviolent Communication: A Language of Life" de Marshall B. Rosenberg (2015), oferece métodos práticos para aprimorar a comunicação e resolver conflitos de maneira pacífica. Através da implementação dessas práticas, espera-se uma redução significativa nas incidências de bullying e agressões físicas e verbais, ao mesmo tempo em que se promove um aumento na empatia e na habilidade dos participantes de resolver conflitos de forma construtiva.

METODOLOGIA

Este estudo é de caráter transversal, descritivo, comparativo e qualitativo. A pesquisa foi realizada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), escolhido por alinhar-se aos objetivos do estudo. A unidade de ensino está situada em uma região com altas taxas de crimes violentos letais e intencionais, além de apresentar elevados indicadores sociais que evidenciam a fragilidade da área.

Os participantes são compostos por alunos do 9º ano (das turmas A e B), pais dos discentes e equipe técnica escolar do Colégio de Aplicação (CODAP). Os critérios de inclusão da pesquisa foram determinados mediante o interesse dos profissionais em participar do estudo;

ser voluntário da pesquisa; ser discente matriculado no 9º ano do CODAP; ser responsável pelo(a) aluno(a) o/a qual participará da pesquisa; ser docente do local da pesquisa e ter devolvido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado. Dentre os critérios de exclusão estão: os participantes que auto relataram não apresentarem condições físicas ou psicológicas de responder ao instrumento proposto; estar de férias, licença ou em afastamento por algum outro motivo e recusa na resposta ao TCLE.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois momentos distintos. O primeiro consistiu na fase inicial de construção do diagnóstico do território e da unidade de ensino, com a aplicação de um questionário estruturado contendo 26 questões fechadas de múltipla escolha. Este questionário foi avaliado por dois professores especialistas da Universidade Federal de Sergipe, com experiência na área, para garantir a precisão na coleta dos dados. O objetivo foi verificar as percepções sobre aspectos e situações de violência dentro da escola, no entorno e nas residências, bem como observar as questões relacionadas aos conflitos e à mediação. Ao final do ciclo do ano, o questionário será reaplicado para verificar se houve alterações nas percepções sobre os tipos de violência e a mediação de conflitos. Os dados coletados serão inicialmente tabulados utilizando o Excel e posteriormente apresentados por meio de gráficos e tabelas com significância estatística.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Comunicação Não Violenta/Comunicação Assertiva (CNV) foi criada nos Estados Unidos, por Marshall Rosenberg, psicólogo norte americano, a partir das suas experiências pessoais como uma forma pacífica de se comunicar com o intuito de amenizar a violência no bairro violento em Detroit, como forma de mediação de conflitos, depois adotada por outros países inclusive o Brasil (GROSSI ET AL ., 2009). A CNV parte do princípio de que as relações podem ser restauradas baseadas nos valores da empatia, inclusão, pertença, solidariedade e escuta das necessidades do outro, demonstrando ser uma perspectiva para a instauração de um novo olhar para melhorar as relações entre as pessoas, primando pela reciprocidade, compromisso e corresponsabilidade. Estes aspectos tem como objetivo incidir na prevenção da violência e como consequência diminuir os riscos de vulnerabilidade diante das variedades de violências existentes, instaurando novas formas de convivência.

Diante disso, a proposta aqui exposta, é a implementação de um Núcleo de Mediação de Conflitos e CNV a fim de expandir a cultura de paz por meio do acesso e conhecimento sobre a Mediação de Conflitos e a Comunicação Não Violenta/Comunicação Assertiva para a comunidade escolar do CODAP (Colégio de Aplicação/UFS/SE), composta por discentes, pais e responsáveis, professores, equipe técnica/pedagógica e equipe diretiva, formando assim multiplicadores para que estes possam disseminar a perspectiva de uma sociedade pautada no diálogo e na convivência com as diferenças e pluralidade de opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da adoção da CNV é transformar o ambiente escolar em um espaço mais seguro, inclusivo e acolhedor, incentivando o respeito e a valorização de todos os membros da comunidade.

Antecipam-se reduções significativas nas incidências de bullying, agressões físicas e verbais entre os alunos, devido à eficácia das práticas de Comunicação Não Violenta (CNV) e mediação de conflitos. Essas práticas também devem levar a um aumento na empatia e na habilidade dos alunos para resolver conflitos de forma pacífica e construtiva. Espera-se, assim, um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e acolhedor, onde o respeito e a valorização de todos os membros da comunidade são promovidos, contribuindo para o bem-estar emocional dos estudantes. Além disso, prevê-se o fortalecimento das relações entre alunos, professores e funcionários, o que fomentará um senso de comunidade e cooperação na escola. As práticas de CNV e mediação de conflitos devem incentivar a participação ativa dos alunos em atividades escolares, melhorando sua disposição para aprender e criando um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e social, com possíveis melhorias no desempenho acadêmico. Esses resultados destacam os benefícios das abordagens mencionadas na promoção de uma cultura escolar mais pacífica e no bem-estar geral da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf Acesso em: 30/08/2024.

GROSSI, Patrícia Kriege; SANTOS, Andréia Mendes dos; OLIVEIRA, Simone Barros de; FABIS, Camila da Silva. Implementando práticas restaurativas nas escolas brasileiras como estratégia para a construção de uma cultura de paz. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 28, p. 497-510, 2009.

ROSENBERG, Marshall B. **Nonviolent communication: a language of life**. Encinitas: Puddle Dancer Press, 2015.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA: UMA ANÁLISE DE DEPOIMENTOS ESPECIAIS

Jerry Lavelle Oliveira Lima [1]
Irlane Gomes de Carvalho [2]
Polímnia Olinto Cassimiro [3]

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os depoimentos especiais realizados no Complexo de Escuta Protegida de Vitória da Conquista – Ba, desde sua inauguração em 2021, categorizando os casos por vítimas, testemunhas, sexo, tipificação do crime, sexo do réu, idade da vítima/testemunha, vara/delegacia, relação da vítima com o agressor e tipo de depoimento. Além disso, pretende-se comparar os dados do município com os dados nacionais de violência contra crianças e adolescentes, compreendendo as formas de violências previstas na Lei Federal nº 13.431/2017, para analisar as prevalências de violência e se o município segue os dados de violência nacionais. Parte-se da hipótese que o município acompanha as prevalências de violência a nível nacional, todavia, compreende-se as especificidades territoriais que podem influenciar no perfil da vítima, tipo do crime, entre outros. A implementação da Lei Federal nº 13.431/2017 instou a Rede de Proteção e Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência a qualificarem e aprimorarem suas práticas, internalizando a não revitimização, prevenção e responsabilização dos autores, além da criação do Fluxo de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Vitória da Conquista - Ba e do Protocolo Unificado de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Vitória da Conquista – Ba.

Palavras-chave: Lei Federal nº 13.431/2017, depoimento especial, escuta protegida, violência contra crianças e adolescentes.

[1] Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Ba, jerrylavelle.ol@gmail.com;
[2] Especialista em Política de Assistência Social, PUC Minas – MG, irlanegc@gmail.com;
[3] Orientadora: Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Baha - Ba, maporiali@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, tipificando condutas criminosas e definindo o depoimento especial como procedimento de oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

O depoimento especial se trata de um procedimento estruturado pela doutrina da proteção integral a crianças e adolescentes, diante de uma realidade revitimizante causada no decorrer do inquérito policial ou processo judicial, no qual a vítima ou testemunha era exposta a situações humilhantes perante um sistema patriarcal estabelecido na sociedade. Assim, o depoimento especial utiliza a metodologia da entrevista forense, regido por protocolo específico, e da videogravação, possibilitando o acolhimento e atendimento mais humanizado, não revitimizante e protegido para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, através de evidências fidedignas sobre a violência relatada.

O depoimento especial constitui "apenas um dos atendimentos a que as vítimas e testemunhas de violência são submetidas ao adentrarem os fluxos do sistema de garantia de direitos (CNJ, 2022)", e para que ele seja efetivado, faz-se necessária a articulação da rede de proteção, por meio de fluxos e protocolos de atendimento.

Diante do processo de implementação da Lei Federal nº 13.431/2017, destacou-se o município de Vitória da Conquista, que está situado na região sudoeste do estado da Bahia, e possui mais de 390 (trezentos e noventa) mil habitantes estimados em 2024, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), sendo a terceira maior cidade do estado. Além disso, o município é atravessado pela BR-116 com seu desenvolvimento atrelado ao comércio e circulação de bens.

No ano de 2021, foi inaugurado o Complexo de Escuta Protegida, o primeiro equipamento do Brasil a atender as exigências e especificidades da Lei Federal nº 13.431/2017 e do Decreto Federal nº 9.603/2018, que regulamenta a referida lei. Construído com recursos financeiros do próprio município, passou a ser utilizado pelo sistema de segurança pública e de justiça para a realização do depoimento especial policial e judicial, através de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o Município de Vitória da Conquista, o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, com

interveniência da Polícia Civil da Bahia, o Ministério Público do Estado da Bahia, e a Defensoria Pública do Estado da Bahia, regulamentando a gestão e a utilização do Complexo de Escuta Protegida para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

O Complexo de Escuta Protegida foi implantado por meio de cooperação técnica com a Childhood Brasil, compõe o Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente (CIDCA), e conta com uma estrutura adequadamente equipada para oferecer acolhida, proteção e atendimento humanizado. Na recepção, a criança ou o adolescente e seus familiares ou responsáveis são direcionados para a sala de acolhimento, onde serão esclarecidos sobre o procedimento do depoimento especial e proteção interagir com o entrevistador forense antes da oitiva na sala do depoimento especial, enquanto os demais profissionais que integram o sistema de segurança pública e de justiça, como delegados, juízes, promotores de justiça e defensores públicos são direcionados para a sala de audiência.

Contudo, o suposto autor da violência é orientado a abster-se da sua presença, devendo constituir defesa técnica para se fazer presente, com base no princípio do melhor interesse, evitando qualquer situação de intimidação para realização do depoimento especial, sendo o advogado conduzido para a sala de espera, anexa à sala de audiência, pelo lado de fora do equipamento. Assim, autorizado o início do depoimento especial, a vítima ou testemunha acompanha o entrevistador forense para a sala de depoimento especial, onde microfones e câmera irá transmitir imagem e som de alta qualidade para os equipamentos acústicos e computador da Sala de Áudio e Vídeo, que por sua vez transmitirá o depoimento especial para a televisão da Sala de Audiência e gravará a oitiva, transmitindo em tempo real para o sistema de multimídia do Tribunal de Justiça e anexado aos autos do processo judicial.

Desde 2021, já foram realizados 337 (trezentos e trinta e sete) procedimentos de oitiva na modalidade de depoimento especial judicial e policial. O presente estudo tem por objetivo geral analisar todas as audiências, categorizando os casos por vítimas, testemunhas, sexo, tipificação do crime, sexo do réu, idade da vítima/testemunha, vara/delegacia, relação da vítima com o agressor e tipo de depoimento. Por objetivos específicos, tem-se comparar os dados do município com os dados nacionais de violência contra crianças e adolescentes, compreendendo as formas de violências previstas na Lei Federal nº 13.431/2017, para analisar as prevalências de violência e se o município segue os dados de violência nacionais.

Dados preliminares apontam uma maior prevalência de vítimas do sexo feminino, sendo 258 (duzentas e cinquenta e oito) audiências com esse público, por outro lado, há a

prevalência de réus do sexo masculino, compreendendo 309 (trezentos e nove) casos. Os dados apontam ainda que foram realizados 285 (duzentos e oitenta e cinco) depoimentos especiais judiciais, dos quais 129 (cento e vinte e nove) foram na modalidade de antecipação de provas. Com relação ao depoimento especial policial, foram realizadas 44 (quarenta e quatro) oitivas.

O depoimento especial em sede de produção antecipada de prova judicial é o procedimento preferível estabelecido pela Lei Federal nº 13.431/2017, pois permite que a autoridade policial e judicial, juntamente com os demais profissionais que participam do inquérito policial e processo judicial, colham as evidências necessárias para o andamento processual de uma única vez e no melhor espaço de tempo após ocorrida a violência, reduzindo as consequências gravosas da violência sofrida.

METODOLOGIA

O presente estudo procederá de uma pesquisa quanti-qualitativa, pois esta contempla de modo satisfatório o objeto a ser estudado. A pesquisa quanti-qualitativa permitirá a análise estatística dos dados com interpretações das realidades sociais (SOUZA, KERBAUY, 2017). Os dados analisados serão discutidos conforme recorte social do município e nacionais.

Assim subsidiarão a pesquisa, cadernos e materiais publicados pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Saúde e publicações do município de Vitória da Conquista, como o Diagnóstico Socioterritorial, estudos de pesquisadores como Benedito Rodrigues dos Santos, além de levantamento de informações por meio do banco de dados do Complexo de Escuta Protegida do Município de Vitória da Conquista e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

A análise baseada nos dados do Complexo de Escuta Protegida e do SINAN terão como base o mês de agosto de 2024. O Diagnóstico Socioterritorial do município de Vitória da Conquista tem como base o ano de 2023.

A compreensão dos dados será por meio de análise de conteúdo e análise de dados estatísticos. Segundo Silva e Fossá (2013, p. 03), a “análise de conteúdo atualmente pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais)”. Com a análise de conteúdo, busca-se a sistematização dos dados, para uma posterior leitura e análise descritiva,

evidenciando as características do fenômeno e produzindo sentido e gerando categorias de análise.

DISCUSSÕES

O Complexo de Escuta Protegida, no município de Vitória da Conquista, concretiza as diretrizes preconizadas pelo princípio da proteção integral a crianças e adolescentes, conforme expõe Santos e Gonçalves (2020, p. 82) por garantir que "o ambiente onde esse depoimento se realiza deve ser amigável e os profissionais adequadamente capacitados".

O trabalho desenvolvido no Complexo de Escuta Protegida, insta os atores que compõem a Rede de Proteção e Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência a qualificarem e aprimorarem suas práticas, internalizando a não revitimização, prevenção e responsabilização dos autores.

Os dados obtidos demonstram ainda, preliminarmente, uma tendência do município em seguir dados nacionais de violência contra crianças e adolescentes, a exemplo do perfil da vítima e do suposto autor. Desse modo, as estratégias locais de enfrentamento à violência, precisam dialogar com as estratégias nacionais, sendo, também, subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas em âmbito local, regional e nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se o estudo que trará resultados promissores no que tange a identificação das violências contra crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista e o fomento ao desenvolvimento de estratégias de prevenção.

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência necessita de informações precisas sobre os territórios de maior incidência de violência e o perfil das crianças e adolescentes mais acometidas por violências.

Fomentar-se-á ainda, o fortalecimento da rede municipal de proteção e atendimento à criança e ao adolescente, por meio da disseminação do Fluxo de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Vitória da Conquista - Ba e do Protocolo Unificado de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Vitória da Conquista - Ba publicados no ano de 2023.

REFERÊNCIAS

CHILDHOOD BRASIL. **Guia de Referência para Capacitação em Escuta Especializada e Depoimento Especial** / organizadores: Benedito Rodrigues dos Santos, Itamar Batista Gonçalves. Brasília-DF : Childhood - Instituto WCF-Brasil : CNJ: UNICEF, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Pertecentes a Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: CNJ, 2021.

SILVA, Andressa Hennig Silva; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf> Acesso em: Acesso em: 7 set. 2024.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: : superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21–44, 2017. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099. Acesso em: 7 set. 2024.

EIXO 2 VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS VULNERABILIZADAS

Registro da conferência proferida em 16 de outubro de 2024, no Eixo 2, na Mesa Redonda de Conferência 1 – Equidade racial e violências contra corpos negros, por ocasião do II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024/RIEV/UFPB/UFSC, realizado em João Pessoa, Paraíba, no período de 14 a 18 de outubro de 2024. Em destaque na foto, da esquerda para a direita, Dr. Diego dos Santos Reis (PPGE/UFPB), Dr.ª Jaquicilene Ferreira da Silva Alves (PPGE/UFPB), Dr.ª Maíra de Deus Brito (IDP) e Dr. Wanderson Flor do Nascimento (UnB).



A MATERNIDADE POSSÍVEL: O DEVER DE CUIDADO FEMININO DAS MÃES EM PRISÃO DOMICILIAR

Lorena Maria Nogueira de França [1]
Bárbara Fialho de Sousa Nunes[2]
Renata Monteiro Garcia [3]

RESUMO

No Brasil há 46.604 mulheres presas provisoriamente, dentre as quais 19.594 estão em prisão domiciliar, segundo os dados oficiais referentes ao segundo semestre de 2023. Nesse contexto, cumpre destacar que o país possui a terceira maior população carcerária feminina do mundo, dentre as quais a maioria são negras, pobres, periféricas e mães solo, fatores estes decisivos na criminalização secundária que tem garantido o encarceramento em massa, de acordo com os estudos pautados na perspectiva da criminologia negra e feminista. Em 2016, a promulgação da Lei nº 13.257 conferiu ao juiz a possibilidade de substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando a agente for gestante e/ou mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos, na forma do art. 318, IV e V, do Código de Processo Penal. Diante disso, busca-se identificar a maternidade possível dentro de contexto de prisão domiciliar, bem como o dever de cuidado atribuído às mulheres, considerando que, durante essa medida, a ré não pode sair de casa sem prévia autorização judicial, estando impedida de realizar atividades extramuros. Adotou-se como referencial teórico a criminologia crítica e teorias feministas e, como metodologia, a revisão da literatura, utilizando descritores que geraram possibilidades de combinação, inseridos nas buscas de bases digitais de pesquisa. Após isso, procedeu-se a análise temática a partir da leitura e exame dos trabalhos encontrados. Como resultado, identifica-se que a prisão domiciliar proporciona uma maternidade limitadora, ao mesmo tempo que contribui para a manutenção do dever de cuidado à mulher.

Palavras-chave: Criminologia Feminista, Mães, Prisão Domiciliar.

INTRODUÇÃO

Para compreender o contexto da Prisão Domiciliar e seus desdobramentos para mulheres-mães, é de fundamental importância contextualizar o cenário prisional no território brasileiro, sobretudo no que tange ao encarceramento feminino. De acordo com os dados elaborados por Walmsley e Fair (2022) e organizados pela *World Female Imprisonment List,* o Brasil é o terceiro país do mundo que mais encarcera mulheres, estando atrás apenas dos Estados Unidos e China. Paralelamente às questões enfrentadas nas prisões físicas, vemos que,

[1] Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, lorena.maria@academico.ufpb.br;
[2] Graduada pelo Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba - UFPB,barbara.fialho@academico.ufpb.br
[3] Professora orientadora: Doutora em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, renata.garcia@academico.ufpb.br.

de acordo com o Relatório de Informações Penais do SISDEPEN (2023), cerca de 19.594 mulheres estiveram em prisão domiciliar durante o segundo semestre de 2023. Ao colocarmos em pauta o crescimento exponencial de mulheres encarceradas nos últimos anos, problematiza-se quais as circunstâncias enfrentadas por elas no mundo contemporâneo.

De tal maneira, por mais que o direito à prisão domiciliar seja um grande avanço na legislação direcionada às mulheres encarceradas e seus filhos, é fulcral analisar quais os fatores na sua execução são passíveis de crítica. Nesse sentido, a Lei 13.257/2016, conhecida como o Marco Legal da Primeira Infância, foi o instrumento normativo que alterou o Código de Processo Penal e viabilizou a concessão da prisão domiciliar às mulheres que sejam mães de crianças até 12 anos. Tal norma, compreende a presença materna enquanto um fator fundamental para o desenvolvimento das crianças nos seus primeiros anos de vida. A partir disso, ao investigarmos as problemáticas pertinentes ao caso, entendemos como o direito à prisão domiciliar surge pela manutenção do papel da mulher enquanto cuidadora, e como elas encontram percalços ao exercerem suas maternidades.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é parte do projeto de pesquisa “Castigo a Domicílio: Uma análise da Prisão Domiciliar e seus Impactos Psicossociais”[4] realizado através do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba, e busca analisar os impactos psicossociais da prisão domiciliar por meio de uma revisão bibliográfica, de modo a identificar a manutenção do papel da mulher enquanto cuidadora e a maternidade possível em um cenário de cárcere em domicílio. Inicialmente, foram escolhidos descritores como “mulher”, “mãe”, “maternidade”, “gestante”, “filho”, “criança” e “prisão domiciliar”os quais foram buscados em plataformas como: BDTD, Scielo e Pepsic e Google Acadêmico.

Após uma triagem inicial de 23 trabalhos, focou-se em artigos que abordassem expressamente o debate sobre prisão domiciliar e seus impactos na vida de mulheres e suas famílias. Após a leitura flutuante dos materiais encontrados, foram separadas três categorias principais presentes nos debates quanto às vivências perpassadas por mulheres durante o encarceramento domiciliar: o dever de cuidado, a hipossuficiência materna, e a culpabilização

[4] A elaboração deste trabalho foi realizada graças ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, junto ao Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública - LAPSUS/UFPB.

própria enfrentada pelas mulheres. Assim, verificamos que apenas quatro mencionaram o cuidado exercido pela mulher durante a prisão domiciliar.

Dada a escassez de materiais que tratassem da temática foi realizada uma nova pesquisa em busca de materiais que fossem voltados ao estudo da sociologia do cuidado; das vivências das mulheres e seus filhos em prisão domiciliar; da atuação judicial nas audiências que negam o direito à prisão domiciliar. Além disso, para a fundamentação do presente trabalho, também foi estudada uma tese que versa sobre a relação entre as mulheres e o tráfico de drogas, principal tipificação penal que as encarcera atualmente. A análise dos nove trabalhos revelou as dificuldades em encontrar discussões aprofundadas sobre a maternidade possível dentro da prisão domiciliar e o dever de cuidado feminino.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como principal referencial teórico desta pesquisa, utilizou-se das Criminologias Crítica e Feminista, ao problematizar que, para além do delito cometido, as mulheres também são julgadas pelas transgressões aos valores e condutas sociais impostas sobre elas. Sob esse viés, Rocha et al. (2023) pontuam que os discursos judiciais denegatórios da prisão domiciliar costumam destacar a prescindibilidade das mães no cuidado dos seus filhos, como se a acusação criminal resultasse na desnecessidade da sua presença junto a eles em uma fase essencial do desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, a Lei 13.257/2016 altera o Código de Processo Penal, determinando a essencialidade dos cuidados maternos aos filhos de até doze anos de idade, instituindo nesses casos, a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar. Diante disso, destaca-se que, apesar da determinação legislativa, o Estado não promove qualquer suporte às mulheres-mães durante este período, de modo que, além de estarem impossibilitadas de trabalhar, elas também não conseguem prover os direitos básicos previstos no instrumento legal, como educação, saúde, lazer e a convivência em sociedade. Segundo Sousa (2019), tal situação fere o princípio da isonomia, de modo que os filhos também são penalizados pelas medidas cautelares impostas às suas mães.

Nesse sentido, ao problematizar o trabalho de cuidado imposto, Karina Batthyány (2021) e Bila Sorj (2022) o definem enquanto uma série de imposições determinadas a partir dos estereótipos construídos em torno da identidade feminina. Tais determinações, refletem não

só nos discursos judiciais que denegam a prisão domiciliar, mas também no abandono afetivo enfrentado pelas mulheres no período do cárcere, conforme Sousa (2019), e na responsabilização da mãe enquanto a única responsável por prover os direitos previstos no dispositivo legal, mesmo sem qualquer suporte estatal para tanto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao abordarmos a maternidade frente ao cárcere, torna-se importante compreender como o papel da mulher, a partir da ótica do trabalho de cuidado, afeta diretamente as suas vivências e a forma que elas são tratadas no contexto prisional. Para o presente estudo, realizamos a análise aprofundada de 9 trabalhos acadêmicos, selecionados a partir da conexão com temática da prisão domiciliar materna e do dever de cuidado imposto. Durante a análise do material, notamos que os estereótipos relacionados ao gênero são catalisadores da manutenção dos preconceitos direcionados às mulheres em prisão domiciliar.

Nesse diapasão, Jaqueline Aparecida Fernandes Sousa (2019) aponta na dissertação "O encarceramento sob a óptica do gênero: um debate acerca da invisibilidade das mulheres aprisionadas" que as mulheres são mais responsabilizadas pelos cuidados domésticos e também dos filhos. Por isso, a autora conclui que a separação do seu núcleo familiar é mais prejudicial para as mulheres-mães em comparação com os homens. Tal constatação está em consonância com os estudos de Karina Batthyány (2021), ao defender que as diferenças socioeconômicas surgem também em razão da imposição dos papéis de gênero.

Nessa premissa, Jessica de Jesus Mota (2022), defende que, uma vez concedida a prisão domiciliar, recaem sobre as mulheres o dever de prover todos os direitos previstos pela Lei 13.257/2016. A legislação garante os direitos à saúde, alimentação, educação e à convivência com a sociedade e a família, contudo, apesar disso, não garante às mulheres os recursos financeiros necessários para que elas possam obter os meios básicos de subsistência, Além disso, o Estado também não viabiliza os meios necessários para que as mães consigam garantir aos seus filhos os demais direitos resguardados pelo instrumento normativo.

Por outro lado, assim como demonstrado por Deise Ferreira Viana de Castro (2022), a denegação ao direito de prisão domiciliar pode promover, além do rompimento dos laços familiares, o encaminhamento das crianças para abrigos de adoção. Tal situação, além de gerar preocupação nas mães, que perdem completamente o contato com seus filhos, agrava o

sentimento de solidão gerado pelo cárcere, visto que, conforme Sousa (2019), a proximidade entre mães e filhos ajuda as mulheres a lidarem com o sofrimento enfrentado durante o período de encarceramento.

Ademais, de acordo com Sousa (2019), o abandono familiar é um aspecto bastante presente na vida das mulheres aprisionadas, principalmente, porque "Das mulheres sempre se esperou bondade, meiguice, gentileza, cuidado[...]" (SOUSA, 2019, p.62), e quando elas se desviam do papel pré definido, sofrem com o preconceito que vem da sua própria rede de apoio. Por tal razão, uma das conclusões que conseguimos obter, se refere à constatação de que o trabalho de cuidado se torna mais árduo pela solidão perpassada por essas mulheres durante o período de prisão domiciliar.

Ao analisar a sociologia de cuidado, a professora Bila Sorj (2021) no trabalho "Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araújo Guimarães e Helena Hirata", destaca o trabalho de cuidado como um dos fatores responsáveis pela menor inserção feminina no mercado de trabalho. Isso ocorre pois o cuidado — definido por Sousa (2019) como o papel de gerir o lar e cuidar dos filhos —, atrelado ao fator emocional e a responsabilização da mulher, dificulta a superação do dever imposto, sobretudo devido às expectativas colocadas sobre ela pela sociedade.

Dentre as pesquisas selecionadas, Gabriela Dalenogare (2019) aponta na dissertação "Deixa eu te contar histórias que a história não conta: mulheres e prisões, a vivência da maternidade no cárcere", que as mulheres encarceradas são majoritariamente negras e pardas, jovens, moradoras de periferias e de baixa escolaridade. Com isso, podemos afirmar que esta é uma parcela negligenciada pelo Estado, por estar submetida a condições precárias de vida, e a criminalização. Ao considerarmos que 74% das mulheres encarceradas são mães (BRASIL, 2017), questiona-se como elas poderão atender estas expectativas passando por todas as limitações impostas pelo cárcere, mesmo que domiciliar.

Nesse sentido, ao abordar a divisão sexual do trabalho dentro do tráfico de drogas, Rebecka Wanderley Tannus (2022) revela que a atuação das mulheres no trabalho ilícito é caracterizada majoritariamente pelo exercício de atividades que as colocam em uma posição de maior vulnerabilidade. Além disso, a autora aponta a necessidade de sustento dos filhos como uma das principais motivações para a realização do trabalho ilícito. Por mais que elas não ocupem papéis de protagonismo no mercado de trabalho ilícito, as mulheres são vistas como

"perigosas" ou "dissimuladas" ao serem julgadas, como se estas fossem características inerentes à elas enquanto indivíduos (TANNUSS, 2022).

Com relação a isso, os discursos fundamentados pelo Poder Judiciário constantemente ignoram as nuances dos processos de criminalização de mulheres no Estado Brasileiro, como se o trabalho exercido junto ao tráfico significasse a renúncia ao papel de mãe. Como demonstrado por Rocha, et al. (2023), tal colocação ignora a situação de vulnerabilidade das mulheres e também a necessidade de obtenção de meios financeiros para sustentar os filhos, visto que em grande parte dos casos as mulheres assumem a função de chefia seus lares.

Um retrato da situação enfrentada pelas mulheres no que tange à falta de apoio e à responsabilidade de cuidar de seus filhos, é o caso de Abena, presente na pesquisa de Fernandes (2022). No artigo, a autora narra parte dos acontecimentos da audiência de custódia, que negou o direito da mulher à prisão domiciliar. Durante a audiência, Abena foi questionada não só pelo delito ao qual estava sendo acusada, mas também pela maneira que a sua maternidade estava sendo exercida. Além disso, ao ser questionada quanto aos seus filhos, ela responde que eles estão sendo cuidados pela sua mãe.

Dessa forma, nota-se que ao passo em que as mães são presas, os filhos ficam, em grande parte, sob a responsabilidade de outras mulheres da família. Ainda, em uma das pesquisas selecionadas nesta revisão Mota (2022), revela como as redes de apoio, quanto ao cuidado dos filhos, são majoritariamente femininas. Com isso, ao analisar os formulários de Contribuição da FCCRS (Frente dos Coletivos Carcerários do Rio Grande do Sul), relativos a aplicação do Habeas Corpus 143.631, a autora destaca que o trabalho de cuidado é exercido em situações em que a mulher já está sobrecarregada. Isso ocorre pois as demais mulheres da família que são parte da rede de apoio, exercem o trabalho de cuidado não apenas dentro, mas também fora das suas residências.

Não obstante, as pesquisas analisadas evidenciam que as mulheres em cumprimento de pena são colocadas pela legislação como figurantes, mesmo sendo as principais responsáveis por fornecer aos seus filhos o acesso às políticas garantidas pela lei. Diante disso, Mota (2022) destaca que um dos principais fatores responsáveis pela violação das mulheres ao instituto da prisão domiciliar, é a necessidade e o dever imposto a elas de prover direitos como educação, saúde e lazer aos seus filhos. Dada a insuficiência dos instrumentos normativos existentes, surge a necessidade de diálogo com relação a estas problemáticas, para que as mulheres em

prisão domiciliar possam ser ouvidas e tenham suas necessidades supridas dentro do contexto prisional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos expostos, por ser uma modalidade de cárcere menos desgastante para mães e filhos do ponto de vista psicológico em razão da importância da manutenção do vínculo familiar, como afirmado por Sousa (2019), a prisão domiciliar materna surge enquanto um avanço. Apesar disso, de acordo com Castro (2022), o judiciário brasileiro em suas decisões, justifica a não implementação do direito em razão da suposta incapacidade da mulher em exercer o papel materno, em razão do crime supostamente cometido.

Ademais, destaca-se a escassez de materiais que versem sobre a temática, e se proponham a abordar a maneira que é exercida a maternidade nos casos de prisão domiciliar, considerando a falta de suporte por parte do Estado brasileiro. Como resultados, conseguimos inferir que a designação de um papel de cuidado a ser exercido, possui um impacto severo na forma como as mulheres são julgadas e tratadas no sistema carcerário feminino brasileiro.

Outrossim, constatamos que a legislação não tem atendido às necessidades das mulheres quanto aos cuidados com as crianças, uma vez que a pena imposta recai não só sobre elas, mas também sobre os filhos e outras mulheres, que segundo Mota (2022), são sobrecarregadas, pois precisam exercer o trabalho de cuidado dentro e fora de suas casas. Assim sendo, deve-se destacar que a prisão domiciliar, apesar de menos violadora que o cárcere institucional, detém problemáticas a serem discutidas, dentre elas, a impossibilidade de se garantir uma maternidade digna, visto que restrição de deslocamento impede que a mãe possa viabilizar aos seus filhos o acesso à educação, saúde, e os demais direitos previstos na legislação.

REFERÊNCIAS

BATTHYANY, Karina. Políticas del cuidado en América Latina: forjando la igualdad. 2. ed. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). 2021. 268 p. ISBN 978-92-1-123456-7.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Departamento Penitenciário Nacional.** Relatório de Informações Penais: segundo semestre de 2023. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.257**, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

CASTRO, Deise Ferreira Viana de. **"Não ficou demonstrada a imprescindibilidade da mãe no cuidado com as crianças": avaliações sobre gênero e maternidade nas decisões judiciais a respeito da prisão domiciliar. 2022.** Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61109/61109.PDF. Acesso em: 07 ago. 2024.

DALENOGARE, Gabriela. **Deixa eu te contar histórias que a história não conta**: mulheres e prisões, a vivência da maternidade no cárcere. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220595 Acesso em: 23 jan. 2024

FERNANDES, Luciana Costa. "Com quem estão seus filhos?" Discursos e práticas em autos judiciais e as condições de intersecção entre racismo, sexismo e colonialismo em uma ação penal. Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. e40572, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.40572. Acesso em: 06 mar. 2024.

MOTA, Jessica de Jesus **"Tu sai lá de dentro da cadeia mas continua presa na rua": reflexões sobre a prisão domiciliar de mulheres mães e gestantes na Região Metropolitana de Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/249990. Acesso em 04 fev. 2024

ROCHA, Ana Carolina de Araujo, GARCIA, Renata Monteiro; BORGES, Jeferson Trindade Silva. **Mulher, perigosa e mãe: uma análise dos discursos jurídicos denegatórios à concessão de prisão domiciliar.** Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 10, p. 1–30, jun. 2023. Disponível em: <https://www.reedrevista.org/reed/article/view/791>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SORJ, Bila. **Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araújo Guimarães e Helena Hirata**. Sociologia & Antropologia, v. 11, p. 1089-1097, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11315. Acesso em: 25 jan. 2024

SOUSA, Jaqueline Aparecida Fernandes. **O encarceramento sob a óptica do gênero: um debate acerca da invisibilidade das mulheres aprisionadas.** 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.626. Acesso em: 22. Jul. 2024

TANNUSS, R. W. **O corpo como campo de batalha: análises sobre o transporte de drogas feminino para o sistema prisional.** Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49148/1/Corpocomocampo_Tannuss_2022.pd

WALMSLEY, Roy; FAIR, Helen. **World Female Imprisonment List**. 5th ed. London: Institute for Crime & Justice Policy Research, 2022. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

A MULHER NEGRA E A VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA: UMA HISTÓRIA QUE COMEÇA COM A ESCRAVIDÃO

Luci Maria da Silva[1]

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a violência física e psicológica que sofreram e sofrem as mulheres negras, pois, esses episódios violentos começaram com a escravidão e se repetem na atualidade, afetando a maioria da população feminina negra no Brasil. Por isso, é preciso lembrar que, o sexismo, o racismo e o machismo influenciaram essa trajetória desfavorável. Na metodologia foi utilizado o método bibliográfico com o intuito de coletar os dados que estão expostos nessas laudas, assim, os seguintes materiais foram analisados: livros, artigos e documentos, os quais permitiram catalogar as informações a respeito do assunto. Ademais, o resultado da investigação esclarece que, é preciso refletir na era da informação e do conhecimento sobre um racismo institucional que ainda predomina na atualidade, e opera com esse discurso de que mulheres negras suportam mais dor, essa desinformação existe e persiste na profissão médica em todo território brasileiro – um estigma advindo do poder do homem branco sobre a mulher negra. Diante disso, portanto, há um estereótipo que afirma uma ideia de que as mulheres negras tinham um nível de tolerância maior à dor. Esse pensamento se espalhou entre a comunidade médica do século 19, na esteira das teorias raciais e do racismo científico.

Palavras-Chave: Mulher Negra, Violência Física e Psicológica, História da Escravidão.

INTRODUÇÃO

A identidade da mulher negra na atualidade envolve desafios advindos do período colonial, tendo em vista que, o marasmo da escravidão repercute no presente e convida-nos a repensar as causas e as consequências dessas situações adversas. Sendo necessário considerar que, na escravatura as mulheres negras eram: mão de obra, objeto sexual que podiam ser: vendidas, doadas, emprestadas, alugadas, hipotecadas, confiscadas, enfim, susceptíveis de todos os tipos de violência. Então, nosso objetivo é analisar a violência física e psicológica que sofreram as mulheres negras. Nesse sentido, um breve panorama do contexto histórico é apresentado e, assim, justificamos a intensão em elaborar essa investigação para resolver o seguinte problema: como a escravidão foi violenta e construiu uma realidade perversa para a mulher negra? Para responder essa questão, foi preciso pesquisar a relação de sofrimento físico

[1] Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela UFPE, Mestra e doutoranda também em Políticas Educacionais pelo PPGE – Centro de Educação da UFPB.

e psicológico que afetou e afeta a dignidade das negras, no século XXI, pois, desde o momento de seu nascimento, perpassando também pelo período de gestação e, culminando, principalmente, durante o momento do parto, que na maioria das vezes, se torna violento.

É necessário justificar que, a identidade da mulher negra na atualidade envolve desafios advindos do período colonial, devido o marasmo da escravidão repercute no presente e convida-nos a repensar as causas e as consequências dessas situações adversas. Sendo necessário considerar que, na escravatura as mulheres negras eram: mão de obra, objeto sexual que podiam ser: vendidas, doadas, emprestadas, alugadas, hipotecadas, confiscadas, enfim susceptíveis a todos os tipos de violência. Contudo, realizavam inúmeras tarefas, e eram submetidas a trabalhos além de suas condições físicas, atividades pesadas e serviços domésticos incessantes.

Afinal, além de viverem sob práticas violentas como o trabalho forçado nas lavouras sucumbindo ao sol, chuva, frio, sede e fome, também eram açoitadas e estupradas - obrigadas a ter relações sexuais sem consentimento, sendo assim instrumentalizadas, animalizadas, consideradas longe da esfera humana de sentimentos.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi utilizado o método bibliográfico com uma abordagem qualitativa na perspectiva participante com o propósito de contribuir com a visão que a literatura faz das mulheres negras. Para a coleta dos dados seguimos as orientações de Thiollente (1986; Demo, 2006), sobre a catalogação de informações usando os materiais como: livros, jornais, artigos e documentos. Afinal, o empirismo está relacionado ao conhecimento construído e, as condições em que ele acontece no discurso dialético entre o passado e o presente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história de dificuldades e sofrimentos herdados pela mulher negra tem origem na escravidão de acordo com a versão de diversos autores que tratam do assunto, de acordo com Dias (1995) que refere, ao corpo da mulher negra que era sem valor, entre 10 e 15 anos, negociado por baixo preço, porque ainda não havia sido treinada para os afazeres domésticos. O poder patriarcal inventou o assédio do homem branco sobre a mulher negra, sendo considerada desde a infância como um objeto sexual e responsabilizada pelos seus dotes físicos

provocadores (MOTT, 1988). Ao engravidarem as escravas se preocupavam, porque não sabiam o que poderia acontecer com seus filhos. Pois, não poderiam dar a mesma atenção aos seus/as filhos/as como teriam que fazer com os/as filhos/as dos Senhores e Sinhás. Todo o contexto descrito acima, não deixou de acontecer nem mesmo quando os aspectos legais que tratavam das pessoas escravizadas foram implementados, como exemplo, temos a Lei do Ventre Livre que libertou as crianças e deixou suas mães escravizadas. Por um lado, a Lei do Ventre Livre, permitiu, de certo modo, a liberdade aos filhos das pessoas mantidas no cativeiro sob o olhar malicioso do Senhor de Engenho ou mesmo do Capitão do Mato. Do outro, a referida lei permitiu deixar recostado no batente da porta da senzala observando, os/as filhos/as que nasciam após esse aparato legal – indo mais além, precipitou nas ruas da colônia os primeiros menores abandonados. Contudo, a mulher negra passou a ser ama de leite - logo eram alugadas por altos valores, (Giacomini, 1988; Motta, 1984; Leite, 1999). Sendo necessário lembrar que, a escravidão durou tanto tempo no Brasil que chegou a ser fotografa, a seguir imagens fotográficas de Amas de Leite:

FÍGURA 1 – IMAGENS FOTOGRÁFICAS DE AMAS DE LEITE NO BRASIL



Fonte: Jornal BBC News de São Paulo

As inúmeras condições que desempenharam o corpo da mulher negra na sociedade racista, permitiu contar e, ainda recontar, o marcante sofrimento feminino que não poderia deixar de constar nesse artigo. Assim, é interessante situar um anúncio publicado na edição de 20 de janeiro de 1872 do Jornal do Commercio, que circulava no Rio de Janeiro:

> "[...] "Crioula, moça, robusta, de boa vista, altura e corpos regulares, feições alegres, olhos vivos e meio brancos, beiços meio grossos, com falta de alguns dentes, cor não muito retinta, seios grandes, cabeça, corpo e nariz pequenos, pés compridos, meio grossos e meio virados nas pontas para dentro, tem um dos dedos da mão meio encolhido para dentro, sinais de bexiga pelo rosto, os quais são meio pretos e pouco profundos. Estava pejada [grávida] e com a barriga bastante crescida, demonstrando muita proximidade de dar à luz (o que deve há muito ter acontecido). (COMMERCIO, 1972).

A história escrita acima é apenas mais uma que os jornais da época descreviam e se refere a uma escrava sofrida, essa narrativa que trata de Felippa, a qual deixou a casa de seu "senhor" a cerca de um mês antes da promulgação da Lei do Ventre Livre - que atualmente, completa 153 anos, neste 28 de setembro de 2024 e, que tornou "livres" todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos após sua promulgação. As escravizadas grávidas naquela época estavam sujeitas a violências terríveis: a tortura, a exaustão pelo trabalho — que muitas vezes se estendia até o dia do parto, além disso, havia um resguardo mínimo, com frequência de apenas três dias e, com isso, a possibilidade de separação abrupta dos filhos recém-nascidos. Não surpreende que, como Felippa, muitas mulheres grávidas tentaram fugir. Por muito tempo invisíveis, essas histórias vêm sendo contadas por pesquisadores que buscam vestígios dessas personagens nos registros históricos disponíveis. Em arquivos de jornais publicados entre 1830 e 1888 é possível encontrar anúncios sobre Felippa — e outros 131 que retratam a fuga de escravizadas grávidas. Esses dados viraram substrato para uma tese de doutorado e, em conjunto com informações colhidas de periódicos médicos e teses das faculdades de Medicina, ajudaram a trazer à superfície a relação entre maternidade e escravidão na cidade do Rio de Janeiro no século 19. Entretanto, por ser um tema sem uma fonte seriada, o pesquisador tem que buscar fontes de naturezas diversas, de autoria muitas vezes de 'senhores' - homens brancos, que escreveram com um teor extremamente racista, objetivando às mulheres negras. Foram a partir desses textos, que muitos autores tentam extrair as perspectivas de suas escritas. Embora, muitas outras mulheres escravizadas se revoltaram e, fugiram como fez Felippa, esses fatos podem ser encontrados nos registros de fugas nos jornais. Porque uma mulher que foge grávida de oito, nove meses, de repente, ela já sabe do plano do senhor de alugá-la como ama de leite. Quando uma escrava decidia fugir era tanto pela questão da sobrevivência dos/as filhos/as, para deixá-los com alguma comadre, com alguém que zelasse pela sobrevivência deles/as, quanto para não serem torturadas ou mesmo para viverem o parto de uma maneira apropriada. Ressalta-se que, havia uma rede de solidariedade entre as mulheres, pelas ruas do Rio de Janeiro a

concentração africana e afrodescendente sempre foi fortíssima, toda uma rede que o mundo urbano permitiu existir, que vão se amparando e tentam encontrar maneiras menos adversas para viver o parto e o pós-parto, para fugir, também, da situação complexa de ser Ama de Leite, mesmo as mulheres negras que já não eram mais escravas, se ofereciam para essa tarefa. Além do mais, ainda faziam esse tipo de atividade as mulheres não-negras e, posteriormente, no Brasil se observou um número extensivo de meninas negras que se tornaram babás de bebês e crianças da classe média e alta brasileira – todas vinculadas a uma mão de obra barata e sem vínculos empregatícios.

Enfim, voltando ao caso de Felippa, os registros do Jornal do Commercio de 1874 demostram que, depois de dar à luz, ela entrou com uma ação de liberdade na Justiça reivindicando sua alforria. Porém, na "secção judiciária" do jornal O Globo de 16 de maio de 1875 informa, contudo, que o pedido foi negado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas fazendas, as grávidas, às vezes, não conseguiam chegar a tempo à senzala e, davam à luz no cafezal, isto ocorreu até o começo do século 20. Entretanto, a maioria dos partos no Brasil eram realizados em casa, por parteiras ou pelas "comadres", mulheres sem treinamento técnico, mas com grande conhecimento empírico, que gozavam da confiança das mulheres de suas comunidades, todavia, um médico só era chamado quando havia algum problema com a gestante que a parteira não conseguia resolver. As lavadeiras, por exemplo, passavam longos períodos em pé, curvadas, o que lhes inchava as pernas e pés e, às vezes, chegava a prejudicar o desenvolvimento do útero. Em muitos dos países em que a mão de obra se efetivou pela força de trabalho das mulheres escravizadas as diretrizes para o nascimento das crianças se concretizava pelo norte da cultura local sem levar em consideração a cultura dos países originários das pessoas mantidas como escravas - em Angola, por exemplo, a experiência de dar à luz envolvia posições e movimentos diferentes, as mulheres não costumavam cobrir o corpo e os bebês passavam por uma série de ritos depois do nascimento.

As leituras deixam claro que, os costumes e as restrições eram diferentes em diversas regiões do país, pois, nas áreas rurais os partos aconteciam nas senzalas e, as mulheres negras eram auxiliadas por outras escravizadas. Já no ambiente urbano, a situação era bem diferente,

porque quem auxiliava a mulher de origem africana podia ser a 'senhora' de engenho - uma mulher católica, branca com outra noção de parto. Pensar que essas mulheres negras tendo um parto desse jeito era extremamente violento, uma violência em várias dimensões. Assim, tanto nas fazendas quanto nas áreas urbanas, o tempo de resguardo era mínimo. Por isso, é interessante revisitar a história para entender o que se passa no presente e, como o sistema escravista moldou a obstetrícia no Brasil do século 19, esses fatores marcaram, fortemente, o último capítulo da longa história do escravismo como instituição formal no Brasil.

Esse também foi um período em que a ginecologia e a obstetrícia se consolidaram como campos da Medicina no país e, de certa forma, nessa transição, que se deu nada humanizada, não era raro que, os médicos em formação praticassem nos corpos das escravizadas seus ensinamentos ainda com critérios patriarcais. No entanto, não há documentos que informam se foram encontradas evidências de que os médicos submetessem essas mulheres escravizadas a experimentos científicas - como aconteceu nos Estados Unidos, de médicos como James Marion Sims, que usou mulheres negras como cobaias. Mas, um relato citado em um trabalho recente e ainda não publicado retrata uma palestra de 1856 no auditório de anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em que se apresentava o caso de uma "preta" sem nome que morreu durante o parto, o médico que assistiu a paciente, sem prática no uso do fórceps – uma espécie de pinça usada para puxar o bebê pela cabeça - quando havia um enfrentamento que dificultava a saída, no caso desse médico, ele aplicou com tanta força que rasgou a vagina e exercera-se uma compressão tão forte sobre o colo do útero que, esse se ficou equimosado, a "tortura" levou a mulher negra a morte.

Enfim, nos relatórios dos obstetras que se formaram na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, foi possível encontrar detalhes sobre uma mulher negra chamada Henriqueta, que deu entrada na maternidade do hospital escola, aos 17 anos, em 20 de abril de 1884, um primeiro exame mostrou que o feto estava em posição invertida, com os pés para baixo e cabeça para cima. Meia hora depois, o bebê tinha girado quase 180 graus. O ventre de Henriqueta foi apalpado por tantos alunos e por tantas vezes que o feto acabou sendo involuntariamente deslocado, o resultado foi que, a filha da jovem nasceu morta e Henriqueta passou outros três meses no hospital até se recuperar de uma infecção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do racismo estrutural e institucional dentro dos serviços de saúde no Brasil há relatos de mulheres negras que sofreram violência obstétrica tanto física quanto psicológica e, se constituem em um número bastante expressivo, esses casos violentos podem ocorrer no acompanhamento antes, durante ou após o parto, e se concretizam com a mãe ou com o recém-nascido. Essas violações de direito acontecem quando os profissionais de saúde negam atendimento, não informam corretamente a paciente sobre os procedimentos e possíveis usos de medicamentos, impedem o direito à presença de um acompanhante, desrespeitam as escolhas da gestante, ofendem verbalmente, ameaçam e até cometem violências físicas. Essas violências podem ocorrer com qualquer mulher, mas, a questão da raça influência diretamente no risco de sofrer violência obstétrica. A situação do **racismo** faz com que algumas práticas discriminatórias sejam comuns no cotidiano da população negra e afeta, também, o atendimento às gestantes negras segundo as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Nem mesmo a elaboração da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que foi criada no ano de 2009, nem essa proposta legal se configurou em um avanço no debate acerca do tema, mas sua implementação ainda não foi feita em todo o país. Dados levantados pela organização de mídia Gênero e Número revelam que, somente, um quantitativo de 28% dos municípios do país, haviam colocado a política em prática em 2019. Não obstante, o Estado reconhecer que existe racismo estrutural e, afirma que é importante discutir a saúde da população negra. Mas, houve desmontes dessa premissa depois ano de 2016 – nos governos de Temer e de Bolsonaro. Apesar de existir um estereótipo de que a mulher negra é parideira e, por isso, suporta as dores do parto, no entanto, há grandes reclamações de que, ignora-se as reclamações da parturiente e, muitas vezes, se força uma situação desconfortável na hora do parto, dos exames ginecológicos e de pré-natal. Ressaltamos que, o estudo "A cor da dor" realizado Fiocruz em 2017 corrobora com a análise desta pesquisa, através dos resultados das entrevistas e da avaliação de prontuários de 23.894 mulheres brasileiras – que estão vinculadas aos casos em que realização da episiotomia - um corte abaixo da vagina para facilitar o nascimento do bebê em partos normais, o resultado é que, as mulheres negras que passam pelo referido procedimento receberam menos anestesia local, se comparadas com às mulheres brancas que sofrem o mesmo tipo de atendimento na hora de dar à luz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde **Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** PORTARIA Nº 992, DE 13 DE MAIO DE 2009.

_____. **LEI DO VENTRE LIVRE**. **LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871. Disponível em:** https://www.planalto.gov.br**. Acesso em: 27/04/24.**

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e Escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil,** Petrópolis, Vozes, 1988.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atendimento de Gestantes**.** Disponível em: https://seculoxx.ibg.gov.br. Acesso em: 24/04/24.

JORNAL DO COMMERCIO. **Anúncios de escravas Amas de Leite**. Edição de 20 de janeiro de 1872.

_____. **Ação de liberdade de Felippa.** Edição de 1874.

_____. BBC NEWS de São Paulo. **Lei do Ventre Livre: como as mulheres escravizadas davam à luz no Brasil?** Edição 28 setembro 2021.

_____. O Globo. **O pedido de liberdade de Felippa foi negado**. Edição de 16 de maio de 1875.

LEITE, Miriam Moreira. (org). **A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX.**São Paulo, Hucitec/Fundação pró-memória, 1984.

MOTTA, José Flavio. **Corpos escravos vontades livres**. São Paulo, FAPESP/Anablume, 1999.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.

Negritude Socialista. **Por que mulheres negras são as que mais morrem na gravidez e no parto?** Disponível em: https://www.negritudesocialista.org.br. Acesso em: 05/04/2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1986.

ASSÉDIO SEXUAL ONLINE, PERSONALIDADE E SEXISMO AMBIVALENTE: UM ESTUDO CORRELACIONAL

Débora Cristina Nascimento de Lima [1]
Isabella Leandra Santos Silva [2]
Thais Emanuele Galdino Pessoa [3]
Edson Felipe Vieira da Silva [4]
Carlos Eduardo Pimentel [5]

RESUMO

O Assédio Sexual *Online* (ASO) é um comportamento que causa sérios impactos negativos na saúde mental de suas vítimas, contudo, pouco explorado no Brasil. Diante deste cenário, o objetivo deste estudo foi compreender como os brasileiros expressam este comportamento por meio das relações entre os construtos ASO, personalidade e sexismo ambivalente. Para isto, contamos com uma amostra de 250 participantes, majoritariamente da região Nordeste, com idades entre 18 e 69 anos (M = 26,38; DP = 9,35; EP = 0,59). Os instrumentos utilizados foram a Escala de Assédio Sexual O*nline* (EASO), o Inventário de Sexismo Ambivalente e a Tríade Sombria da Personalidade. Os resultados indicaram relações positivas e significativas entre todos os construtos, exceto, o fator de atenção sexual indesejada, que não se correlacionou com o sexismo hostil (r= 0,03). Destacamos, ainda, a relação positiva entre os dois fatores do EASO (e.g., atenção sexual indesejada e assédio de gênero: r=0,38, p < 0,01). Nossos resultados mostram que esta nova forma de violência é complexa, assim como os fenômenos ligados ao espaço virtual, pois, se modifica à medida que avanços tecnológicos são alcançados. Contudo, se ancora em fatores psicossociais, como as crenças provenientes do sexismo ambivalente, naturalizadas em nossa sociedade, e aspectos considerados individuais, como, a personalidade. Por fim, sugerimos mais estudos para avançar na compreensão sobre a temática, abordando a relação deste comportamento com outros construtos encontrados em nossa sociedade.

Palavras-chave: Assédio sexual online, Personalidade, Sexismo ambivalente, Correlação.

INTRODUÇÃO

Os avanços promovidos pela tecnologia proporcionaram o surgimento de diversas formas virtuais de violência, sendo o assédio sexual online (ASO) um exemplo desta nova

[1] Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, deboracristinalima58@gmail.com
[2] Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, isalss2010@gmail.com
[3] Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, thaisgaldinos2@gmail.com
[4] Mestrando em Psicologia Social Universidade Federal da Paraíba - UFPB, edsonfeliti@gmail.com
[5] Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Brasília – UNB, cep@academico.ufpb.br

realidade virtual (Araújo et al., 2022). Este comportamento é definido como avanços sexuais ou atenção sexual indesejados, além de ameaças sexuais, experimentados mediante meios eletrônicos (*e.g.,* internet, dispositivos móveis). Os autores incluem, mas não se limitam, ao envio ou recepção não desejada de material digital privado, ou de conteúdo explícito, insultos baseados no gênero, comentários sexuais indesejados ou pedidos sexuais indesejados (Buchanan; Mahoney, 2021).

Pesquisas mostram que os homens também podem ser vítimas desta ciber agressão e que há impactos negativos na sua saúde mental (Champion et al., 2022); contudo, geralmente, as vítimas ainda são as mulheres. No estudo conduzido por Salerno – Ferraro, Erentzen e Schuller (2022), as vítimas sofreram ASO mediante: mensagens sexualmente inadequadas, observações ou comentários sexistas, comportamento sedutor ou atenção sexual indesejada, em diversos meios *online* (*e.g.,* redes sociais, e-mail ou mensagem de texto). Estes comportamentos impactam negativamente a saúde mental (e.g., ansiedade, depressão) (Buchanan; Mahoney, 2021). Além disso, as consequências também incluem problemas para dormir (Hill; Kearl, 2011), aumento de consumo de álcool e níveis mais altos de depressão e ansiedade (Wolff; Rospenda; Colaneri, 2017).

Com relação aos construtos relacionados, a literatura aponta especialmente dois: personalidade e sexismo ambivalente. Acerca do primeiro, têm-se que caraterísticas "sombrias" da personalidade (*e.g.,* narcisismo, maquiavelismo e psicopatia) estão associadas a vários comportamentos antissociais *online* (e.g., ASO) (Zeigler-Hill et al., 2016). O narcisismo é caracterizado pela percepção de grandiosidade, já o maquiavelismo, é uma personalidade centrada na manipulação cínica e sem princípios, e por fim, a psicopatia, é caracterizada pela impulsividade, busca de emoções e insensibilidade (Furnham; Richards; Paulhus, 2013). Estudos indicam que, em homens que jogam *online,* aspectos da personalidade (*e.g.,* maquiavelismo e psicopatia) e fatores contextuais predizem o comportamento de assédio (Tang; Reer; Quandt, 2019).

Já o sexismo ambivalente (Glick; Fiske, 1996) possui duas dimensões: a benévola e a hostil. A primeiro se expressa por atitudes que são aparentemente inofensivas, porém, atribuem à mulher a condição de dependente, frágil e sensível, e o segundo, é identificado pelo preconceito contra as mulheres de uma forma explícita, como crenças e práticas que demonstram a superioridade dos homens (Formiga, 2007; Glick; Fiske, 1996; 2001). No estudo no ambiente de jogos *online, o* assédio sexual (e.g., comentários sexistas e piadas sobre

estupro), foi predito pela orientação à dominância social e sexismo hostil (Tang; Fox, 2016; Tang; Reer; Quandt, 2019).

Os estudos sobre ASO no Brasil são poucos e se concentram em crianças e adolescentes em idade escolar (Deslandes et al., 2024). Na revisão da literatura conduzida por Patrocino e Bevilacqua (2021), nenhum estudo sobre a temática foi encontrado. Resultado similar também foi reportado no estudo de Souza e Lordello (2020), onde nenhuma pesquisa realizada em território nacional foi incluída. Finalmente, é evidente uma produção acadêmica inicial sobre o assunto, o que compromete a disponibilidade de informações para a prática profissional no campo da saúde, que se depara diariamente com os danos resultantes das práticas violentas.

Portanto, considerando a importância de superar a lacuna teórica, traduzida na carência de estudos sobre a temática no contexto brasileiro, e de compreender como os brasileiros expressam este comportamento, o presente trabalho tem o objetivo de explorar as relações entre os construtos ASO, personalidade e sexismo ambivalente.

METODOLOGIA

Materiais e Método

Participantes

Participaram 250 sujeitos em uma amostra não probabilística e por conveniência. Os participantes possuíam idades entre 18 e 69 anos ($M = 26,38$; $DP = 9,35$; $EP = 0,59$). A amostra foi composta, em sua maioria, por indivíduos da região Nordeste (75, 2%), sexo feminino (70%), solteiros (49,2%) e heterossexuais (69,2%). Por fim, se caracterizavam como classe média (61,6%), com ensino superior incompleto (58%), que utilizam a rede social *WhatsApp* (40,8%) com mais frequência.

Instrumentos

The Online Sexual Harassment Scale. Desenvolvida por Buchanan e Mahoney (2021). A versão aplicada possui 11 itens, que descrevem experiências indesejadas vivenciadas nos últimos doze meses enquanto o participante usava a internet ou dispositivos móveis. Os itens são divididos em dois fatores: atenção sexual indesejada (*e.g.,* enviei mensagens de texto, imagens e/ou vídeos com conteúdo sexual explícito) e assédio de gênero (e.g., enviei mensagens preconceituosas contra mulheres (por ex: mulher no volante, perigo constante). A escala de resposta, do tipo Likert, variava de 0 = nunca a 4 = o tempo todo.

Tríade Sombria da Personalidade. Validada para o Brasil por Gouveia et al. (2016), a medida é formada por 12 itens igualmente distribuídos em três traços: maquiavelismo (e.g., costumo bajular as pessoas para conseguir o que quero), narcisismo (*e.g.,* eu tendo a buscar prestígio ou status) e psicopatia (e.g., eu tendo a ter falta de remorso). Respondido em escala Likert de 5 pontos, variando de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente).

Inventário de Sexismo Ambivalente. Validada por Formiga, Gouveia e Santos (2016) visando avaliar o sexismo contra as mulheres sob duas dimensões: a hostilidade (*e.g.,* a maioria das mulheres não aprecia completamente tudo o que os homens fazem por elas) e benevolência (*e.g.,* as mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens) em um conjunto de 22 itens. É respondida em uma escala do tipo Likert de quatro pontos, variando de 1 = Discordo totalmente a 4 = Concordo totalmente.

Questionário sociodemográfico. Para caracterizar a amostra, o questionário apresentava perguntas sobre idade, sexo, estado civil, orientação sexual, escolaridade, nível socioeconômico e religiosidade

Procedimentos

Inicialmente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para emissão do parecer favorável (5.659.342). Os participantes foram notificados que a pesquisa era voluntária, com objetivo acadêmico e sem fins lucrativos. A seguir, ao aceitar participar da pesquisa, os sujeitos assentiram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato das respostas e sigilo da identidade dos participantes. Por fim, também era informado que a pesquisa não oferecia nenhum risco à saúde, à integridade biopsíquica, moral e espiritual, recomendados pela Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Análise de dados

Os dados foram analisados através do *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* versão 24. Realizamos análises descritivas (*e.g.,* médias) e correlações bivariadas de *Pearson*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realizarmos as análises descritivas da amostra, procedemos com as análises de correlação. Em resumo, todos os construtos apresentaram relações positivas e significativas

entre si, exceto, a AtsIn que não se correlacionou com o sexismo hostil (r= 0,03). Os dados detalhados podem ser observados na Figura 1 abaixo.

Figura 1 - Médias, Desvios-Padrões e Correlações Bivariadas.

	Média (DP)	1	2	3	4	5
1. AtsIn	0,84 (0,93)	-				
2. AsGenero	0,33 (0,53)	0,38**	-			
3. Sexismo B	2,12 (0,61)	0,14*	0,29**	-		
4. Sexismo H	1,72 (0,60)	0,03	0,26**	0,65**	-	
5. TríadeSom	2,04 (0,72)	0,24**	0,36**	0,18**	0,16*	

Notas: * = p < 0,05, ** = p < 0,01; AtsIn: atenção sexual indesejada, AsGenero: assédio de gênero.
Fonte: Elaborada pelos autores.

O objetivo do presente estudo foi observar as relações entre o ASO, personalidade e sexismo ambivalente em uma amostra nacional. Em síntese, os resultados demonstraram que estes construtos possuem relação entre si, a exceção da atenção sexual indesejada e sexismo hostil. Quando consideramos o sexismo ambivalente (benévolo e hostil), os resultados similares são encontrados na literatura. No estudo de Tang, Reer e Quandt (2019) a relação com o assédio sexual em jogos *online* foi de r= 0,50 (p < 0,01). Este campo aparenta ser um campo fértil para crenças sexistas, pois, no estudo experimental de Burnay, Bushman e Laroi (2019) o sexismo hostil teve uma relação positiva significativa com o assédio sexual (r = 0,19). Esta constatação corroborada em outros estudos que concluíram que sexismo pode influenciar o assédio sexual (Fox; Tang, 2014;Yao; Mahood; Linz, 2010).

Acerca da personalidade (*e.g.,* narcisismo, maquiavelismo e psicopatia) estes traços partilham a natureza comum de serem socialmente aversivos, daí a designação de "sombrios". Embora tenham tido origem na psicologia clínica, estes traços podem ser encontrados em menor grau entre indivíduos normais e funcionais (Paulhus; Williams, 2002). No estudo de Tang, Reer e Quandt (2019) o maquiavelismo e a psicopatia previram maior perpetração de assédio sexual. Considerando que estes traços de personalidade envolvem exploração, insensibilidade e falta de empatia, é razoável sugerir que os indivíduos com essas características procurarão oportunidades de exploração sexual no ambiente *online.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados mostram que esta nova forma de violência é complexa, assim como os fenômenos ligados ao espaço virtual, pois, se modifica à medida que avanços tecnológicos são alcançados. Contudo, se ancora em fatores psicossociais, como as crenças provenientes do sexismo ambivalente, naturalizadas em nossa sociedade, e aspectos individuais, como, a personalidade. As correlações positivas entre os construtos demonstram evidências psicológicas de que partes da cultura estão associados à masculinidade tóxica (Consalvo, 2012). As consequências deste novo cenário se traduzem em demandas teóricas, metodológicas e sociais, frutos da constante expansão da tecnologia da informação e meios de comunicação, por este motivo, sugerimos novos estudos para avançar na compreensão sobre a temática, abordando a relação deste comportamento com outros construtos encontrados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. *et al.* Technology-facilitated sexual violence: a review of virtual violence against women. **Research, Society and Development,** v. 11, n. 2, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25757. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358435879_Technology-facilitated_sexual_violence_a_review_of_virtual_violence_against_women. Acesso em: 14 ago. 2024.

BUCHANAN, N.; MAHONEY, A. Development of a scale measuring online sexual harassment: examining gender differences and the emotional impact of sexual harassment victimization online. **Legal and Criminological Psychology,** v. 27, n. 1, p. 63-81, 2021. DOI: 10.1111/lcrp.12197. Disponível em: https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/lcrp.12197. Acesso em: 14 ago. 2024.

BURNAY, J.; BUSHMAN, B.; LARØI, F. Effects of sexualized video games on online sexual harassment. **Aggressive Behavior.** v. 45, n. 02, p. 1–10. 2019. DOI: 10.1002/ab.21811. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30614006/#:~:text=Results%20were%20consistent%20with%20these,with%20non%2Dsexualized%20female%20characters. Acesso em: 16 ago.2024.

CHAMPION, A. *et al.* Examining the gendered impacts of technology-facilitated sexual violence: a mixed methods approach. **Archives of Sexual Behavior**, v. 51, n. 3, p. 1607-1624, 2022. DOI: 10.1007/s10508-021-02226-y. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35182285/. Acesso em: 14 ago. 2024.

CONSALVO, M. Confronting toxic gamer culture: a challenge for feminist game studies scholars. **Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology**, v. 1, 2012. Disponível em: http://adanewmedia.org/2012/11/issue1-consalvo/. Acesso em: 14 ago. 2024.

DESLANDES, S. *et al.* Digital abuse among dating partners: perspectives and experiences of adolescents from two Brazilian capitals**. Ciência & Saúde Coletiva**, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024295.15552022 Disponível em: http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/digital-abuse-among-dating-partners-perspectives-and-experiences-of-adolescents-from-two-brazilian-capitals/18830?id=18830. Acesso em: 14 ago. 2024.

FORMIGA, N. Valores humanos e sexismo ambivalente. **Revista do departamento de psicologia,** v. 19, n. 2, p. 381-396, 2007. DOI:10.1590/S0104-80232007000200009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/7QTKGNvcmNqXsfqV8d4XPqG/. Acesso em 18 ago.2024.

FORMIGA, N.; GOUVEIA, V.; SANTOS, M. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 1, p. 103-111, 2002. DOI: 10.1590/S1413-73722002000100013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/8MMkftD47ShgRV4BnN6Zvyf/. Acesso em: 14 ago. 2024.

FURNHAM, A.; RICHARDS, S. C.; PAULHUS, D. L. The dark triad of personality: a 10-year review. **Social and Personality Psychology Compass**, v. 7, n. 3, p. 199-216, 2013. DOI: 10.1111/spc3.12018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235914370_The_Dark_Triad_of_Personality_A_10Year_ReviewAcesso em: 14 ago. 2024.

GLICK, P.; FISKE, S. The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of Personality and Social Psychology,** v.70, n. 3, p. 491–512. 1996. DOI: 10.1037/0022-3514.70.3.491. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/1996-03014-006. Acesso em: 15 ago. 2024.

GLICK, P.; FISKE, S. An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. **American Psychologist,** v. *56*, n. 02, p. 109 –118.2001. DOI: 10.1037/0003-066X.56.2.109. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2001-00159-001. Acesso em: 15 ago. 2024.

GOUVEIA, V. *et al.* Avaliando o lado sombrio da personalidade: evidências psicométricas do Dark Triad Dirty Dozen. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 50, n.3, p. 420-432, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/284/28450492010.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

HILL, C.; KEARL, H. Crossing the line: sexual harassment at school. 2011. Disponível em: https://www.aauw.org/app/uploads/2020/03/Crossing-the-Line-Sexual-Harassment-at-School.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

PATROCINO, L.; BEVILACQUA, P. Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o sexting entre jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2709-2718, 2021. DOI:10.1590/1413-81232021267.07482021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/zDCwBsn5t6jBkPfBsHsMByN/?lang=pt. Acesso em: 14 ago. 2024.

PAULHUS, D.; WILLIAMS, K. The dark triad of personality: narcissism, machiavellianism, and psychopathy. **Journal of Research in Personality**, v. 36, n. 6, p. 556-563, 2002. DOI: 10.1016/s0092-6566(02)00505-6. Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0092656602005056. Acesso em: 14 ago. 2024.

SALERNO-FERRARO, A; ERENTZEN, C; SCHULLER, R. Young women's experiences with technology-facilitated sexual violence from male strangers. **Journal of Interpersonal Violence,** v. 37, n. 19-20, p. 17860-17885, jul. 2022. DOI: 10.1177/08862605211030018. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/08862605211030018 Acesso em: 28 jul. 2023.

SOUZA, L.; LORDELLO, S. Sexting e violência de gênero entre jovens: uma revisão integrativa de literatura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2020. DOI: 10.1590/0102.3772e3644. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/21913. Acesso em: 14 ago. 2024.

TANG, W.; FOX, J. Men's harassment behavior in online video games: personality traits and game factors. **Aggressive Behavior,** v. 42, n. 6, p. 513-521, 2016. DOI: 10.1002/ab.21646. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ab.21646. Acesso em: 14 ago. 2024.

TANG, W.; REER, F.; QUANDT, T. Investigating sexual harassment in online video games: how personality and context factors are related to toxic sexual behaviors against fellow players. **Aggressive Behavior**, v. 46, n. 1, p. 127-135, 2019. DOI: 10.1002/ab.21873. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ab.21873. Acesso em: 14 ago. 2024.

WOLFF, J; ROSPENDA, K; COLANERI, A. Sexual harassment, psychological distress, and problematic drinking behavior among college students: an examination of reciprocal causal relations. **The Journal of Sex Research**, v. 54, n. 3, p. 362-373, 2017. DOI: 10.1080/00224499.2016.1143439. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26983588/. Acesso em: 15 ago. 2024.

YAO, M.; MAHOOD, C.; LINZ, D. Sexual priming, gender stereotyping, and likelihood to sexually harass: Examining the cognitive effects of playing a sexually-explicit video game. **Sex Roles,** v. 62, n. 01, p.77–88. 2010. DOI: 10.1007/s11199-009-9695-4. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2807025/. Acesso em: 15 ago. 2024.

ZEIGLER-HILL, V. *et al.* The dark triad and sexual harassment proclivity. **Personality and Individual Differences**, v. 89, p. 47-54, 2016. DOI: 10.1016/j.paid.2015.09.048. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2015-49848-015. Acesso em: 14 ago. 2024.

BARREIRAS DA INCLUSÃO ESCOLAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Juliana Santana de Oliveira[1]
Liana Lewis [2]

RESUMO

Esta pesquisa, realizada em 2023, trata das barreiras atitudinais que existem nas escolas públicas do município de Recife e que dificultam a inclusão escolar das pessoas com deficiência intelectual nas turmas regulares e suas modalidades de ensino. E o papel do professor para identificar essas barreiras e eliminá-las é fundamental, pois pelo fato desses profissionais atuarem diretamente com os estudantes no processo do ensino-aprendizagem, eles podem contribuir para transformar a lógica determinista de uma sociedade excludente, para uma lógica inclusiva e humanizadora. Para tanto, entender essa lógica a partir do pensamento teórico de Bourdieu em relação ao capital cultural e simbólico que se impõe como formação do *habitus* desses professores, bem como o funcionamento das regras do campo escolar que se baseiam no reforço dos interesses de uma classe dominante que visa a manutenção no poder, se faz importante. E é por isso que uma prática educativa para a liberdade, como mostra o pensamento de Freire, e a importância da emancipação de todas e todos, como defende Adorno, precisa ser levada a sério, sendo a fundamentação teórica da discussão desse artigo baseada nas teorias e pensamentos desses três intelectuais. Esta pesquisa teve uma amostra pequena de professores entrevistados, mas o objetivo do trabalho foi alcançado, com a identificação das barreiras atitudinais, como elas são criadas e legitimadas, como os professores as percebem e se eles atuam para eliminá-las ou não.

Palavras-chave: Barreiras Atitudinais; Inclusão Escolar; Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

Este trabalho investigou, a partir da análise de conteúdo das respostas dadas por professores da educação básica, de escolas públicas do Recife, as barreiras atitudinais criadas no processo da inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual que dificultam o acesso e a permanência desses estudantes nas turmas regulares de ensino e suas modalidades.

É importante frisar que o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual ocorreu em toda rede pública municipal e estadual de ensino do Recife, após a publicação do decreto federal de nº 7.611, de 2011(RECIFE, 2015). Com esse decreto, as matrículas desses estudantes começaram a ser realizadas nas turmas, regulares e suas

[1] Graduando do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, juliana.soliveira@ufpe.br;
[2] Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, lianalew@hotmail.com .
[3] Este trabalho foi resultado de um Projeto de Pesquisa.

modalidades, das escolas públicas, sendo as classes especiais extintas gradativamente com encaminhamentos de estudantes a partir dos 15 anos para a modalidade de ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e os demais para o ensino regular. Com isso, como forma de preparar os professores para uma realidade escolar inclusiva, foram adotadas políticas educacionais de capacitação. No entanto, todos os professores entrevistados consideraram a capacitação recebida defasada e alguns informam que nem a tiveram, o que faz com que continuem sentindo-se despreparados para atuar diante dessa nova demanda de estudantes.

Nesse sentido, esta pesquisa foi pensada como forma de minimizar as barreiras atitudinais criadas contra as pessoas com deficiência intelectual na área da educação, considerando que elas estão inseridas num regime democrático que lhes garante igualdade de direitos e dignidade humana. E são as atitudes e comportamentos com relação aos estudantes com deficiência intelectual que são analisados ao longo da pesquisa, para tentar compreender o que faz com que ainda ocorram essas barreiras e como elas podem ser eliminadas, e se há interesse de que elas sejam eliminadas.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa foi utilizado o tipo descritivo e explicativo, valendo-se de uma abordagem qualitativa para as descrições e deduções das informações obtidas por meio da aplicação de um questionário on-line distribuído para professores da educação básica, de escolas públicas do município do Recife.

A escolha do tipo descritivo, se deu pelo objetivo desta pesquisa "[...]em estudar as características de um grupo; levantar as opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população, descobrindo associações entre variáveis" Lira (2014, p.23). E o tipo explicativo, que "visa explicar a razão das coisas" (LIRA, 2014, p.23), serviu para fundamentar as deduções feitas a partir das respostas dos professores, com a abordagem teórica desta pesquisa que foi baseada na perspectiva da sociologia da educação relacionada à teoria da reprodução (BOURDIEU e PASSERON, 2014; BOURDIEU 2011), da pedagogia libertadora (FREIRE, 2005) e da educação emancipatória (ADORNO, 2022).

Dessa forma, a escolha de uma abordagem qualitativa tem a ver com o tipo de pesquisa utilizada, descritiva e explicativa, pois a intenção não foi a de quantificar dados para gerar informações, mas a de interpretar os dados obtidos, por meio das respostas do questionário.

COLETA DOS DADOS

O questionário foi enviado para vinte professores, a partir de uma conversa prévia sobre a pesquisa e seu objetivo, porém seis não responderam e o motivo de não responderem não foi informado. Ao todo foram dezenove questões: seis relacionadas ao perfil do professor e treze, questões abertas, relacionadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência intelectual.

A construção do questionário foi pensada, para que fosse possível fazer a coleta dos dados e utilizar o método da análise do conteúdo para identificar as relações psicológicas, sociais e outras que os professores têm com a inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados do questionário foram classificados por respostas em que se poderia inferir palavras, expressões ou frases, que estivessem associadas a reações de: incômodo, aceitação, rejeição, acolhimento, dúvidas, medo, sensação de impotência diante da situação investigada e superação de desafios que o objeto investigado exigiu.

Assim, essas reações analisadas, colaboraram para deduzir se eram ou não criadas barreiras atitudinais por parte dos professores, como eles reagiam a essas barreiras e o que poderia ajudá-los a superá-las.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na escola, os professores são os profissionais que mantêm uma relação direta no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e com isso a sua responsabilidade com a inclusão escolar desses, para que participem efetivamente das atividades escolares, é maior em comparação aos demais profissionais que trabalham na escola.

Por isso, a formação humana e profissional dos professores pode contribuir de forma mais incisiva com o sucesso ou não da inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual; pois serão os professores que irão conduzir, acompanhar e avaliar a participação escolar desses estudantes. E essa formação humana e profissional do docente e como sua conscientização pode ser desenvolvida no processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual, pode depender do *habitus* adquirido por este professor, atrelado tanto ao campo de atuação, espaço social, que é a escola, como ao capital que ele tenha garantido na sua

formação social e que vai indicar a posição que ele ocupará no campo. De acordo com Grenfell (2018, p.102 apud BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.72): "[..] o habitus, o capital e o campo são necessariamente inter-relacionados, tanto conceitual quanto empiricamente".

Logo, a formação humana e profissional dos professores baseada em uma consciência social crítica poderá garantir a implantação de uma educação inclusiva. Para Freire (2016, p.57): "[...] a conscientização é engajamento histórico. Ou seja, os professores precisam refletir constantemente sobre sua prática docente, mantendo-se conscientes do contexto histórico e político do qual fazem parte e escolhendo como querem ou devem atuar nesse espaço social que é a escola.

E pelo fato da escola ser inserida num contexto social capitalista, há a exigência de que sejam pensadas formas alternativas para que a inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual não seja apenas uma projeção para o futuro ou um cumprimento da lei. A inclusão escolar precisa ser iniciada a partir de um contexto social que entenda a importância de eliminar as desigualdades e incluir as diferenças, construindo novos valores humanos com mais reciprocidade e respeito por direitos que já são reconhecidos em lei como sendo de e para todos.

De acordo com Adorno (2022, p.152):

> No instante em que indagamos: "Educação para quê?", onde esse "para quê" não é mais compreensível por si mesmo, ingenuamente presente, tudo se torna inseguro e requer reflexões complicadas. E sobretudo uma vez perdido esse "para quê", ele não pode ser simplesmente restituído por um ato de vontade, erigindo um objetivo educacional a partir do seu exterior.

Isto é, a educação tem uma função que é determinada a partir da ordem social na qual ela está inserida, se há dúvidas sobre essa função, talvez isso ocorra pelo fato dos interesses dominantes estarem sendo pressionados para atender a demandas sociais que nunca foram incluídas como prioridade nas pautas da educação, como é o caso das pessoas com deficiência intelectual.

Assim, pensar uma educação inclusiva implica em pensar uma sociedade inclusiva, em que todos e todas possam fazer parte de sua organização, sendo esta pensada no sentido de eliminar barreiras e construir acessos e permanência das pessoas nos espaços que elas devam participar, enquanto sujeitos sociais. Porém, as regras do campo escolar, no qual estão inseridos professores e estudantes, são construídas a partir das relações de poder que se legitimam na sociedade, e essas relações têm no capital cultural, econômico, social e simbólico a ideia de quem consegue ou não se manter na escola ou de quem tem legitimação para determinar as

regras, desde que não infrinja as "estruturas estruturantes que são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo como concordância dos sujeitos, consenso" (BOURDIEU, 2011, p.13) que no caso estão baseadas nos instrumentos de dominação do sistema econômico.

Por isso que, uma sociedade construída em bases capitalistas, se torna quase impossível fazer as mudanças no sentido de romper com as estruturas que mantêm as relações de poder legitimadas. Além disso, o poder simbólico faz ignorar-reconhecer a violência e produz os efeitos sem precisar desperdiçar energia (BOURDIEU, 2011). E é o que ocorre com a escola, sendo esta pensada para educar formalmente cidadãos que deverão servir para fazer parte da sociedade, essas pessoas entendem que seguir às regras do campo escolar, sem questionarem que estarão a reproduzir o que determina a lógica das classes dominantes, fazem delas parte integrante de uma ordem social que pode até incomodar a ponto de serem feitas críticas, mas que não lhes dá os instrumentos necessários para criarem uma nova ordem.

Nesse caso, uma ação dialógica de desvelamento do mundo (FREIRE, 2005) aplicada na formação pessoal e profissional dos professores, com uma consciência de que "[...]o social é o local em que cidadãos de origens e recursos amplamente desiguais são potencialmente reunidos e pensados em conjunto" (BROWN, 2019, P.38), poderia aos poucos ir criando um encorajamento coletivo de mudança, com a percepção de que uma sociedade com bases sociais voltadas para uma economia capitalista pode sim criar barreiras atitudinais e reforçá-las seria um erro.

No entanto, as tentativas de implantação de uma ordem social baseada em princípios neoliberais, como as que acontecem no Brasil, desfavorecem a construção de um Estado social que atenda às demandas daqueles que são excluídos e marginalizados socialmente (BROWN, 2019). E isso enfraquece os indivíduos, ao tentarem se organizar de forma coletiva e consciente das suas necessidades e luta por seus direitos, pois se o neoliberalismo não compactua com uma lógica social mais inclusiva e ainda amplia as barreiras da exclusão, isso acaba por fazer com que se desacredite que seja possível implantar políticas de cunho social que estejam em desacordo com os interesses do mercado.

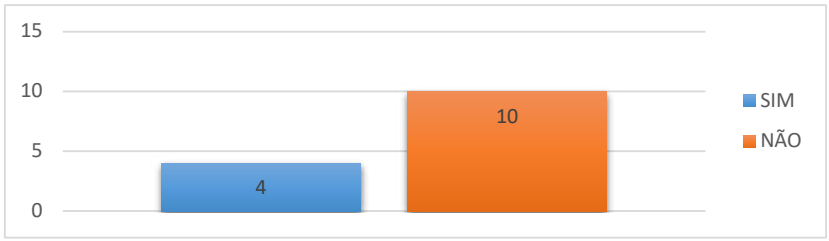
Por fim, que nenhum desafio que possa tornar a sociedade mais humanizada, com a participação de todas as pessoas que dela façam parte, atendendo e respeitando suas necessidades de ser e de existir, desanime o enfrentamento de romper as barreiras da desigualdade social. Pelo contrário, que as críticas apontadas por professores ao que deveria ser

e não é, se ampliem numa práxis de coragem e conscientização cada vez mais agregadora de pessoas e valores que possam romper com o poder simbólico e dissimulado das classes dominantes que não se importam com o ser, mas com o ter.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O total de professores participantes da pesquisa foram quatorze. Desses, um disse nunca ter ensinado a estudantes com deficiência intelectual. E no gráfico 1, é possível ver o quantitativo de professores que se sentem preparados para ensinarem aos estudantes com deficiência intelectual,

Gráfico 1 – Preparo para ensinar estudantes com deficiência intelectual



Fonte: Elaboração Própria a partir das respostas do questionário aplicado.

Considerando que a média de tempo de serviço dos professores entrevistados é de 10 a 20 anos, o que não é pouco tempo, e ainda ter professor que não ensinou a um estudante com deficiência intelectual, é algo inusitado diante de uma perspectiva de inclusão escolar desde 2015. E a constatação de que uma grande maioria dos entrevistados não se sentem preparados para ensiná-los, pode resultar num reforço das barreiras atitudinais existentes na escola e que legitimam a cultura dominante e o professor, ao assumir o papel de autoridade (BOURDIEU & PASSERON, 2014) que lhe dá a escola, muitas vezes ele tenta manter a lógica vigente de dominação, ao invés de transformá-la.

Outros dados importantes de se atentar e que foram levantados nesta pesquisa, estão os que mostram que todos os professores participantes informaram saber identificar as barreiras atitudinais, e destes, dois professores têm ressalvas quanto a inclusão escolar desses estudantes em turmas regulares. Essa forma de pensar, desses dois professores, compactua com ideia de poder simbólico "a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções" (BOURDIEU, 2011, p.7).

Dos quatorze professores entrevistados, onze informaram ter dificuldade em colocar em prática a inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual e apenas três não teriam essa dificuldade. E a justificativa dessa dificuldade foi alegada por todos os professores

participantes, pela falta de uma formação profissional adequada para lidar com a demanda. Porém, é preciso que os professores assumam uma consciência e responsabilidade, exigindo do Poder Público sua responsabilidade, mas também assumindo a sua de sujeito ativo do processo. De acordo com Freire (2009, p.71): "E para superar a massificação há de fazer, mais uma vez, uma reflexão. E dessa vez, sobre sua própria condição de massificado".

E por fim, os professores apontaram as atitudes contra as pessoas com deficiência intelectual que repudiam. No gráfico 2, estão descritas as palavras que mais apareceram nas respostas.

Gráfico 2 – Atitudes que os professores repudiam



Fonte: Elaboração Própria a partir das respostas do questionário aplicado.

Então, se há repudio por atitudes que excluem, pois, todas as palavras têm esse mesmo significado, ao invés dos professores aguardarem uma posição do Poder Público para mudar o cenário de exclusão na escola, seria importante que estes docentes pensassem em uma forma de organização que desse início a uma transformação no modelo educacional vigente. Para Adorno (2022, p.77): "Uma das características da consciência coisificada é manter-se restrita a si mesma, junto a sua própria fraqueza, procurando justificar-se a qualquer custo".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que os professores são confrontados com uma nova exigência em sua prática educativa, eles se deparam com as barreiras atitudinais que sempre estiveram presentes na lógica da organização do sistema educacional e que são reforçadas como forma de legitimar as relações de poder que sempre serviram de parâmetro para definir como deve ou não funcionar esse sistema.

E a forma de reprodução social nas escolas que insiste em manter as barreiras atitudinais intocáveis, demonstra que mesmo sendo feitas críticas ao sistema educacional e também mesmo com a legalidade a favor da transformação desse sistema para um mais

inclusivo, ainda não é possível que o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência intelectual sejam garantidos de forma plena e sem conflitos.

Portanto, para que as barreiras atitudinais que são criadas contra os estudantes com deficiência intelectual sejam eliminadas e eles possam usufruir de um modelo de educação mais inclusivo e adaptado às suas necessidades, faz-se necessário que os professores tenham a coragem de enfrentar o poder simbólico, desvendando suas intenções.

Por isso, que os professores assumindo a liderança na reconstrução de um modelo educacional inclusivo, pode ser uma esperança, para que barreiras atitudinais sejam eliminadas e os estudantes com deficiência intelectual possam ser vistos como sujeitos sociais e não por sua condição intelectual.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Tradução de Reynaldo Bairão e revisão de Pedro Benjamim Garcia e Ana Maria Baeta. 7ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2014.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Edições 70, 2011.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo, a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução de Mário A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização.** Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

_____.**Educação como prática da liberdade**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____,**Pedagogia do oprimido**. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

RECIFE, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Educação. **Educação inclusiva: múltiplos olhares.** Organização: Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015. Disponível em: http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br/sites/default/files/arquivos_informativos_home/EducacaoInclusiva.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2022.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA FRENTE ÀS INIQUIDADES EM SAÚDE: UMA ÓTICA INTERSECCIONAL

Alessandra do Nascimento Costa [1]
Júlio Daniel Rodrigues Soares [2]
Camila Gabriel Lima Carneiro [3]
Danniely da Silva Rodrigues [4]
Edlayne Ribeiro da Silva [5]
Anselmo Clemente [6]

RESUMO

A saúde pública, no Brasil, apesar dos avanços sociais e institucionais, ainda carrega sobre si barreiras diversas, nomeadas pelo campo da Saúde Coletiva como iniquidades em saúde, o que também podemos considerar como violências institucionais e interseccionais. Para dirimir essas desigualdades, o SUS tem estruturado a execução de uma clínica ampliada, a partir da articulação entre diferentes categorias profissionais, incluindo a Psicologia. Sob esse fito, o presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição da Psicologia na produção de saúde de grupos marginalizados, utilizando de uma ótica interseccional, por meio de práticas de cuidado em um equipamento da Atenção Básica (AB). Para isso, utilizamos como metodologia a cartografia, junto a escrevivência, a fim de acompanhar os processos de implicação das pesquisadoras nas ações realizadas. A pesquisa revelou que a inserção da Psicologia na AB apresenta desafios e oportunidades. Por um lado, a prática da clínica ampliada proposta neste contexto demonstra ser uma via possível para enfrentar as violências institucionais e interseccionais e promover a saúde de maneira mais integral. Por outro, a pesquisa mostra que há a necessidade de uma maior flexibilização das práticas, de modo a permitir que a Psicologia e outras áreas do conhecimento possam dialogar de maneira mais eficaz com as realidades complexas dos territórios.

Palavras-chave: Clínica ampliada, Violências institucionais, Violências Interseccionais.

INTRODUÇÃO

A saúde pública, no Brasil, apesar dos avanços sociais e institucionais, ainda carrega sobre si barreiras diversas, nomeadas pelo campo da Saúde Coletiva, como iniquidades em saúde. Na Atenção Básica (AB), organizada para ser o primeiro contato do/a usuário/a à Rede de Atenção à Saúde (RAS), é possível observar quais grupos mais sofrem com essas lacunas. (Brasil, 2012). Vale saber que a AB tem sua inserção construída no e a partir do território. Assim, quando se instala em regiões mais vulneráveis, revela sobre a disparidade de acesso

[1] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, alelimasse@gmail.com;
[2] Graduando pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, julio04soares@gmail.com;
[3] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cglc@academico.ufpb.br;
[4] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, dsr2@academico.ufpb.br;
[5] Mestranda do Programa de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, edlayne.ribeiro@academico.ufpb.br
[6] Professor orientador: Doutor em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia - UFPB, anselmo.clemente@academico.ufpb.br .

que certas camadas sociais possuem em detrimento de outras. Tal cenário nos alerta sobre como muitos, indivíduos e coletivos, têm sido marginalizados e adoecidos por violências institucionais e interseccionais (Akotirene, 2019).

Ressalta-se que o arranjo da AB é constituído para ampliar o vínculo, a resolutividade e os impactos na produção de saúde da população. Para que esses preceitos se efetivem, a AB opera a partir da atuação da equipe de saúde da família junto a equipe multiprofissional de apoio – atualmente caracterizada como eMulti – (Brasil, 2012; Brasil, 2023). Dentre as categorias que compõem essa última, há a atuação do/a profissional de Psicologia. A inserção dessa categoria na equipe compõe um compromisso com uma clínica democrática e ampliada, possível a partir da Reforma Psiquiátrica, da Reforma Sanitária Brasileira e da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Amaral; Escóssia, 2021).

Os movimentos citados convidaram a Psicologia, e outras categorias profissionais, a construir novos modos de cuidado, implicados no sujeito como agente ativo no processo de produção de saúde. Esta clínica, portanto, busca caminhos não universais e não unilaterais, a fim de promover a construção de processos conjuntos, produzidos pela articulação de saberes transversais na relação equipe-território-comunidade. Isso inclui considerar o sujeito por novos ângulos, os quais abarquem, para além do corpo biológico, seus atravessamentos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais (Merhy *et al.*, 2020).

Essas são posições que revelam avanços significativos na saúde brasileira. No entanto, os altos índices de desigualdade e discriminação que permanecem no país fazem com que a assistência seja segmentada e, por vezes, geradora de violências. A Psicologia, por exemplo, que tem suas raízes ainda fortificadas na clínica privada e individual, corre comumente o risco de reproduzir práticas colonizadoras, respondendo aos problemas desse cenário através de manejos individualizantes. Isso impede que consiga ampliar sua compreensão a sofrimentos que podem surgir de outras ordens, não patológicas (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2019).

Há, nesse contexto, a perpetuação de linhas duras, pelas quais a clínica tradicional reproduz a manutenção de normas sobre corpos e suas produções subjetivas, exercendo um poder que subalterniza e molda determinadas expressões que estão à margem (Brasil, 2015). Dessa forma, é preciso considerar que a dimensão pública do SUS sustenta um perfil diferente das bases do divã da Psicologia.

Collins (2020) propõe o uso da interseccionalidade como uma ferramenta analítica para revelar como diferentes categorias de relações de poder se interconectam, ao invés de simplesmente somar identidades como raça, gênero ou classe, sugerindo uma análise das condições estruturais que atravessam os corpos e moldam suas experiências. Nesse sentido, pensar a atuação da Psicologia no cuidado da população em bairros periféricos exige uma perspectiva interseccional e decolonial. Como Akotirene (2019) destaca, é fundamental compreender como o cisheteropatriarcado, o capitalismo e o racismo coexistem e atuam como forças modeladoras das experiências e subjetividades dessas populações.

Ademais, vale ressaltar que, enquanto pesquisadoras, é essencial descolonizar o conhecimento, conforme proposto por Grada Kilomba (2019). Isso evita a preservação de um discurso acadêmico hegemônico que aborda a realidade de pessoas periféricas a partir de uma perspectiva de "Outro" ou "Inferior", o que acaba contribuindo para a perpetuação das violências. Sendo assim, pensar uma proposta de intervenção requer uma abordagem que vá além da clínica tradicional, incorporando os princípios da clínica ampliada. Esta abordagem, conforme articulada pela Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS, propõe um cuidado mais integral e humanizado (Brasil, 2010).

Ao buscarmos acessar construções e movimentos outros, tais que resistem às violências interseccionais, caminha-se para uma práxis clínica que, ao compor também com nosso atravessamento enquanto corpo “outro” para a máquina do cisheteropatriarcado, amplia-se, tecendo com os territórios existenciais linhas de fuga na sensibilidade do cuidado em saúde.

Convoca-se, pois, a noção de rotas de fuga, a fuga do sistema e saber ocidental que o homem branco produziu e engrena sobre o “diferente” - o negro, o minoritário - é justamente a subversão que advém dos recursos marginais (Gadelha, 2019). São as micropolíticas de resistências nas margens, nos territórios existenciais que “dobram a esquina” diante das forças que neles incidem. Nesse sentido, construímos a prática em saúde que articula-se, também, com as potencialidades de vida que (re)existem.

Seguindo essas linhas, no presente artigo, objetiva-se analisar a contribuição da Psicologia na produção de saúde de grupos marginalizados, utilizando de uma ótica interseccional, por meio de práticas de cuidado em um equipamento da AB, localizado em um bairro periférico da cidade de João Pessoa - PB. Para isso, utilizamos como método a

cartografia, junto a escrevivência, a fim de acompanhar nossos processos de implicação, enquanto pesquisadoras, nas ações realizadas.

METODOLOGIA

O presente estudo[7] trata-se de uma pesquisa-intervenção, de caráter qualitativo e exploratório, utilizando-se do método da cartografia e da escrevivência. A cartografia se propõe a acompanhar processos e se dedica a mapear movimentos, transformações e os afetos que emergem nos encontros cotidianos. Ela não busca fixar ou estabilizar realidades, mas sim compreender como elas se constroem e se modificam ao longo do tempo. A cartografia, nesse sentido, age como uma prática de registro de intensidades, conexões e rupturas, mapeando as forças que operam na criação das subjetividades e que compõem as diversas realidades sociais (Slomp Junior, H. et al, 2020).

A escrevivência por sua vez, trata-se de um conceito e uma prática metodológica que se origina nas experiências e saberes das mulheres negras, especialmente em contextos de marginalização e resistência. Concebida pela escritora brasileira Conceição Evaristo, a escrevivência vai além da escrita tradicional; ela se fundamenta na ideia de escrever a partir de vivências e experiências, colocando em primeiro plano histórias e vozes que historicamente foram silenciadas ou ignoradas (Evaristo, 2018). Nesse contexto, a escrevivência se apresenta como uma metodologia que desafia as formas tradicionais de produção de conhecimento e propõe uma escrita que seja, ao mesmo tempo, íntima e política, pessoal e coletiva.

Para isso, utilizamos diários cartográficos como ferramenta para registrar as experiências vivenciadas. Eles funcionam como um meio de documentação que vai além da coleta de dados, permitindo também o registro de forma viva e dinâmica, incorporando a perspectiva do próprio pesquisador que está imerso no campo. Os diários cartográficos possibilitam que se capturem os fluxos e as nuances dos acontecimentos, destacando como esses processos afetam e são afetados por aqueles que estão envolvidos (Slomp Junior, H. et al, 2020).

[7] A pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva intitulado “Análise das experiências de apoio clínico e institucional a partir de um projeto de extensão universitário no contexto das redes do SUS e rede intersetorial”, sob aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal da Paraíba, de parecer de número 78449624.1.0000.5188.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas da Psicologia foram desenvolvidas em uma Unidade de Saúde da Família (USF). O equipamento é composto por três equipes de referência e abarca o território a partir de três áreas, a saber: Etapa I; Etapa II e Etapa III. No equipamento, as ações se distribuiram na participação de atividades de territorialização e escuta qualificada individual. A partir delas, conforme dados dos nossos diários cartográficos, conseguimos desenvolver duas categorias analíticas, surgidas a partir de cada encontro com os/as usuários/as, a saber: "linhas duras e linhas de fuga no processo de produção de saúde"; "modos de vida diante das opressões interseccionais".

Linhas duras e linhas de fuga no processo de produção de saúde

Para conhecermos a realidade do território, tomamos como ponto de partida a realização de uma territorialização nas camadas de abrangência da população adscrita. A territorialização foi guiada por um ACS, um certo profissional-guia, que nos fez emergir em algumas linhas específicas da região. Por um lado, acompanhamos as conexões relacionais, isto é, o que se fazia como ponto de encontro dos moradores, como a feira central, o campo de areia e a praça que se encontrava no centro do território. Por outro, percebemos as carências que revelavam a vulnerabilidade social do bairro. Havia precariedade na circulação de transporte público, esgotos a céu aberto, e a falta de acessibilidade entre alguns locais, além da incidência de criminalidade, relatada pelo ACS.

Tais percursos nos permitiram nutrir dos espaços o que poderia se conectar às vidas do/as usuários/as, tanto enquanto linhas duras, como linhas de fuga (Costa *et al*, 2024). As linhas duras nos alertam sobre a precariedade estrutural que se encontrava o bairro. Há nesse recorte o que temos debatido sobre as violências institucionais, o que nos faz refletir sobre como a desassistência do Estado se presentifica enquanto dispositivo de separação dos corpos vulneráveis. Com isso, é possível inferir mais um exemplo do que Mbembe (2016) nos diz sobre a ditadura da morte – a necropolítica – imputada sobre corpos marcados pelos estigmas sociais.

Já as linhas/rotas de fugas nos fazem refletir sobre a possibilidade do cuidado, apesar das violências. Quando nos deparamos com a circulação de pessoas nos pontos relacionais, conseguimos visualizar o que ali também poderia ser instrumento para produção de vida. Foi possível observar pontos que movimentavam os moradores. Nesse sentido, nos seguramos mais propriamente nessa ferramenta, considerando a realidade do local, para desenvolvermos nossas ações na USF em si.

Em um dos dispositivos, a escuta individual, procuramos oferecer três encontros para cada usuário/a. À medida que acompanhávamos seu progresso, decidíamos junto a ele/ela a necessidade de ampliarmos o número de escutas. Essa contratualização foi construída para que evitássemos a colisão de algumas formas instituídas, como a formação de listas de espera e o caráter psicoterapêutico das escutas. Pretendemos, ali, ofertar acolhimentos que possibilitassem a integralidade do cuidado, articulando com a oferta de outros serviços da rede e a pactuação de outros profissionais.

Na execução dessas ações, percebemos que o equipamento era buscado, majoritariamente, por mulheres. Quando nós as convidamos para externar o que lhe traziam a escuta psicológica, nos relataram de início sobre queixas ansiogênicas, mas conforme se sentiam seguras naquele espaço, nos narraram sobre a realidade de corpos esgotados por vias não orgânicas. Com isso, visualizamos que, naquele território, muitas mulheres estavam sofrendo, além das violências institucionais, violências interseccionais.

Modos de vida diante das opressões interseccionais

Ambos os dispositivos – territorialização e escuta individual – nos permitiram mergulhar, especialmente, no encontro com corpos femininos de narrativas comuns. Observamos ali que havia um eu que se anulava pela existência do outro, especialmente pela figura do marido. Um cenário que revelava os regimes instituídos pelos papéis estruturados sobre o corpo feminino, uma vez que, além do esgotamento conjugal, as usuárias também relataram sobre sobrecarga de trabalho, formal e informal, assédio moral e violências sexuais. Portanto, marcas diversas, desmembradas, principalmente, pela intersecção de gênero-classe (Akotirene, 2019).

Sob esse alerta, buscamos compor com as usuárias a produção de novos agenciamentos, conexões afetivas e territoriais, na intenção de recuperar potências, desejos e

suas singularidades. Primeiro, procuramos construir um espaço seguro para que elas despejassem suas dores. Paralelamente, buscamos construir em conjunto novos modos de vida, a partir das rotas de fuga que eram geradas por meio das conexões que as usuárias tinham com o território, articulando a relação de rede formal e rede viva de cuidado – a caminhada pela praça, o exercício na funcional, os vínculos que ali se geravam, a rede de apoio que possuíam e a formação de um grupo terapêutico na unidade –.

Além disso, também utilizamos o dispositivo da interconsulta, acolhendo as usuárias junto com outros profissionais, ora com o/a médico/a, ora com uma das enfermeiras da unidade. A articulação, entretanto, apresentou algumas dificuldades, uma vez que sentimos falta da interação entre os casos. Ainda assim, os encontros nos permitiram acompanhar, na medida do possível, aquilo que era tanto do corpo biológico, como dos atravessamentos que falavam das ordens interseccionais, o que proporcionou um acolhimento mais amplo às usuárias, na relação equipe-território-comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, deve-se considerar a importância de se adotar uma perspectiva interseccional e decolonial na análise das práticas de saúde, especialmente em contextos de periferia. A pesquisa revela como a AB é um espaço potente de cuidado, desde que as especificidades dos sujeitos sejam consideradas.

A inserção da Psicologia na AB apresenta desafios e oportunidades. Por um lado, a prática clínica ampliada demonstra ser uma via possível para enfrentar as violências institucionais e promover a saúde de maneira integral. Por outro, a pesquisa mostra que há a necessidade de uma maior flexibilização das práticas, de modo a permitir que a Psicologia e outras áreas do conhecimento possam dialogar de maneira mais eficaz com as realidades complexas dos territórios. Por fim, o uso das metodologias de cartografia e escrevivência revelou-se fundamental para captar as dinâmicas e subjetividades do território e dos usuários/as, permitindo uma intervenção mais alinhada com suas demandas e potências.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

AMARAL, M. M. S.; ESCÓSSIA, L. Por uma clínica de (s) território no contexto do SUS. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 33, p. 31-40, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4. ed. 4. reimp. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O corpo como fio condutor para ampliação da clínica**. In: CADERNOS HUMANIZASUS: v. 5, saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 635, de 22 de maio de 2023. Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde. Diário Oficial da União. 22 mai. 2023.

COLLINS, Patricia, Hill. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Alessandra do Nascimento et al. **Redes de cuidado na Atenção Básica: A interseccionalidade como caminho possível para produção de vida frente às linhas de opressão.** In: 16º Congresso Internacional da Rede Unida - Revista Saúde em Redes, v. 10, Supl. 2 (2024) - Editora Rede Unida - DOI: 10.18310/2446-48132024v10nsup2, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

GADELHA, José Juliano. O Sensível Negro: rotas de fuga para performances. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 9, n. 4, p. 1-24, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille**.** ***Necropolítica***. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Originalmente publicado como *Politiques de l'inimitié* em 2016.

MERHY, E. E. et al. Rede Básica, campo de forças e micropolítica: implicações para a gestão e cuidado em saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 70-83, 2020.

SLOMP JUNIOR, H. et al. Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como ferramenta de pesquisa. **Athenea Digital Revista de pensamiento e investigación social**, v. 20, n. 3, p. 2617, 2020.

ERA DO *ONLYFANS*: A TRAJETÓRIA DA PORNOGRAFIA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Thais Emanuele Galdino Pessoa [1]
Beatriz Botelho do Nascimento [2]
Isabella Leandra Silva Santos [3]
Débora Cristina Nascimento de Lima[4]
Edson Felipe Vieira Silva[5]
Carlos Eduardo Pimentel [6]

RESUMO

A análise da sexualidade e da pornografia revela uma trajetória que evolui com as mudanças culturais e tecnológicas ao longo do tempo. A evolução das representações da sexualidade, desde pinturas rupestres até a arte digital, tem sido marcada por uma tentativa histórica de sublimação e demonização, impulsionada principalmente por religiões monoteístas europeias. Portanto, o trabalho em questão objetiva refletir a respeito das diversas interfaces da pornografia por meio de estudo de investigação teórico-conceitual. Embora a pornografia *mainstream* seja associada a estereótipos negativos e exploração, a indústria do entretenimento adulto se adaptou ao ambiente digital, impulsionada pelo capitalismo. Recentemente, a "pornografia amadora" e plataformas como o OnlyFans têm desafiado o modelo tradicional, isso porque permite a criação e venda de conteúdo diretamente para os consumidores, oferece um novo paradigma de personalização e controle, não se isenta de problemáticas, porque carece de benefícios trabalhistas e segurança. Ainda, frequentemente envolve pessoas jovens e de baixa renda, que podem subestimar as consequências futuras de sua atividade online, como exemplo, vazamentos de conteúdo e doxing são preocupações reais, e demais riscos associados. Assim, a evolução da pornografia reflete uma interação complexa entre inovação tecnológica e dinâmicas culturais, desafiando conceitos tradicionais e criando novas formas de violência sexual.

Palavras-chave: Pornografia, OnlyFans, Gênero.

[1] Mestranda em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thaisgaldino@live.com;
[2] Psicóloga pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, bialogica99@gmail.com;
[3]Doutoranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, isalss2010@gmail.com;
[4]Doutoranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, deboracristinalima58@gmail.com;
[5]Mestrando em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, edsonfeliti@gmail.com;
[6] Professor orientador: Doutor, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cep@academico.ufpb.br.

INTRODUÇÃO

O conceito de sexualidade teve sua concepção no século XIX e referia-se à genitalidade. De acordo com pesquisadores da área, existe uma diferença entre sexo e sexualidade, sendo este presente do nascimento até a velhice, transformando-se em um conceito histórico, além de ser atrelado à cultura, fazendo parte de um intrincado sistema simbólico (Senem & Caramaschi, 2017). Conforme a Organização Mundial da Saúde (2015), a sexualidade humana faz parte de diferentes formas de expressões e condutas e o seu reconhecimento enquanto diversa tem contribuições para o bem-estar das pessoas.

Desde as pinturas rupestres às artes de cunho digital, imagens que representam a existência corpórea criam um inesgotável atravessamento cultura de estilos e modas criadas em diferentes espaços e momentos da história. Contudo, a demonização do corpo e a sublimação da sexualidade ao passar de longos séculos se dá a partir da ascensão das religiões monoteístas de origem europeias que se espalharam pelo globo, em uma repetida tentativa de esquecimento de expressões consideradas pecaminosas. Com a invenção da fotografia e as novas formas de se caracterizar e compartilhar o erotismo, novas interpretações foram criadas através das diferenças entre erótico e pornográfico (Medeiros, 2010).

O termo pornografia, é socialmente construído no polo de "cultura do lixo" e "ofensiva", frente ao oposto "erudito" e de "bom gosto", em uma lógica dicotômica (Barros & Barreto, 2018). Isso porque a etimologia da palavra refere-se ao grego *pornographie (porn)*, que significa prostituta ou pessoa que se prostitui. Em questão de expressões da sexualidade vale a pena levar o conceito de erotismo adiante, sendo ele ligado a uma noção implícita, que obedecendo regras rígidas pode ser considerada uma expressão ideal para a veiculação (Medeiros, 2010). Portanto, apesar da presença da sexualidade e eroticidade na trajetória da humanidade, aquilo categorizado como "pornô", tem uma grande influência discursiva, transitória e mutável, e a partir dessa que se pode ditar lugares midiáticos de representações da

sexualidade. Transforma-se em algo cada vez mais intrincado e de um considerável dinamismo, tendo em vista que boa parte do que se é associado de forma tradicional a pornografia, que fora considerada suja, algo que não pertencia à dimensão higienista de classes dominantes, hoje "goza" de uma influência em diversas formas na cultura dita popular. (Pinto, Nogueira & Oliveira, 2010).

Dessa forma, o trabalho em questão objetiva refletir a respeito das diversas interfaces da pornografia, a partir da problemática da indústria pornográfica e o contraponto de produção de conteúdos sexuais nas redes sociais.

METODOLOGIA

Para isso, o presente estudo de investigação teórico-conceitual discutirá as produções científicas e jornalísticas acerca da pornografia heterossexual protagonizada por mulheres, de suas representações simbólicas na atualidade. Essa busca ocorreu em *web sites* informativos (ex. Miami New Times, Nexo Jornal, G1) e bases de dados científicas como *BVS, Pesic Scopus* e *Google Acadêmico*, principalmente com a temática: pornografia pela visão da teórica feminista.

DISCUSSÕES

O conteúdo pornográfico se caracteriza por sua transgressão frente aos tabus da sexualidade e do corpo, sendo culturalmente marginal e moralmente inaceitável (Pinto, Nogueira & Oliveira, 2010). Exemplo clássico é a revista Playboy, que na década de 70 promovia a liberdade sexual e um novo ideal de homem viril (Los & Vol, 2018). Com a evolução tecnológica, a indústria pornográfica se adaptou ao ciberespaço, impulsionada pelo capitalismo e pela busca de lucro através do sexo explícito (Gibson, 2003; Lévy, 1998b; de Barros et al., 2020).

A popularidade do Pornhub, com 75 milhões de visitantes diários em 2017, exemplifica essa expansão (José Orenstein, 2017). Contudo, a organização dessa indústria difere das tradicionais, confrontando normas e perpetuando a objetificação e exploração de gênero e raça (Fleming et al., 2021; Berg, 2021; Gira-Grant, 2014). A pornografia é frequentemente associada a abusos, tráfico sexual, pedofilia e revenge porn, refletindo a sociedade sexista e misógina que

inferioriza as mulheres e reforça papéis sociais de submissão (Suzin, 2016; Bourdieu, 2012; D'Abreu, 2013).

Os vídeos pornográficos, com altos níveis de agressão, contribuem para a violência contra as mulheres e dificultam a reinserção das atrizes no mercado de trabalho após sua participação na indústria (Bridges et al, 2010; Silva, 2013; Bernhardt et al., 2019). Estudos destacam a linha tênue entre pornografia e estupro, evidenciando abusos e a prática de revenge porn (Korsvik, 2021a; 2021b; Maddocks, 2021; Holt & Liggett, 2020). Casos de tráfico sexual e pedofilia são também denunciados, perpetuando a exploração e marginalização dos envolvidos (Fight the New Drug, 2017; Prado, 2017; Rodrigues, 2017).

A pornografia reforça estereótipos racistas e padrões de beleza, prejudicando a saúde mental e física das atrizes e dos consumidores, que podem desenvolver vícios e disfunções sexuais (Garcia, 2019; Freyre, 2003; Bernhardt et al., 2019; Voon et al., 2014; Muller, De Oliveira & Bonfim, 2016). A indústria também promove comportamentos de risco, como a não utilização de preservativos, aumentando a exposição a ISTs (Oliveira & Silva, 2020). Apesar de algumas produções quebrarem tabus, estas ainda são moldadas por influências problemáticas, mantendo a objetificação das mulheres (Rich, 2012; de Carvalho & Leda, 2016).

Em contrapartida, o fenômeno da "pornografia amadora" revolucionou a produção de conteúdo pornográfico enfrentando o modelo tradicional da indústria do entretenimento do gênero. Esse é fruto do desenvolvimento da tecnologia de *streaming* de vídeo e *webcam* que propiciou a produção explícita de forma independente de produtoras *mainstream*. Como exemplo, tem-se o fenômeno das *Camgirls,* predominantemente mulheres jovens que operam produções audiovisuais de temática sexual em suas próprias casas e divulgam por meio de uma comunidade online por troca financeira (Conti, 2013).

De fato, inúmeras características dessa "indústria independente" diferem do modelo tradicional. Primeiramente porque possui um caráter empreendedor, visto que a atriz também opera na produção, sendo assim, subverte o sistema de negócio tradicionalmente patriarcal, como consequência o lucro descentraliza-se entre as "garotas da *webcam*", não mais em monopólios de produtoras. Sendo assim, "abrindo caminho para operadores para assumir o controle do negócio de entretenimento adulto de uma forma revolucionária do feminismo sexual" (Bleakley, 2014).

De modo a quebrar com a lógica tradicional, as feministas pró-sexo, como a ativista Ellen Willis (1981), afirmam um potencial da pornografia na possibilidade de quebrar esteriótipos conservadores acerca da sexualidade feminina e atitudes patriarcais predominantes na maioria das produções do gênero sexual explícito. A exemplo do movimento de pós-pornografia, que propõe produções audiovisuais como do tipo "pornô feminista" e"pornô *queer*", que representam novas alternativas de representação e reprodução da sexualidade (Freitas, 2016).

Um exemplo disso é o *OnlyFans,* uma rede que trabalha com conteúdos pagos, em sua maioria de cunho sexual (Van der Nagel, 2021). Diferente de sites gratuitos de pornografia, no OnlyFans, os fãs pagam uma mensalidade e podem deixar gorjetas para receber fotos e vídeos sob demanda, com cerca de 80% do valor arrecadado indo diretamente para o criador de conteúdo. Isso aproxima os criadores de seu público e permite pedidos personalizados, criando uma ruptura com a pornografia tradicional (Brok, 2020).

Durante a pandemia de Covid-19, o uso do OnlyFans aumentou significativamente, principalmente entre mulheres que buscavam complementar a renda (Rouse & Salter, 2021). Contudo, não se isenta de problemáticas, porque carece de benefícios trabalhistas e segurança, forçando os criadores a atender às demandas dos fãs para garantir seu sustento, o que pode levar a uma expressão pessoal limitada (Brok, 2020). Além disso, a visibilidade na plataforma tende a favorecer pessoas com grandes seguidores em outras redes sociais, dificultando a competição para aqueles sem uma base de fãs pré-existente. Isso foi evidenciado pelo caso da atriz Bella Thorne, que causou mudanças desfavoráveis na plataforma, como restrições nos valores e formas de pagamento (Poppy Noor, 2020). O trabalho sexual em plataformas como o OnlyFans frequentemente envolve pessoas jovens e de baixa renda, que podem subestimar as consequências futuras de sua atividade online, como exemplo, vazamentos de conteúdo e *doxing* são preocupações reais, e demais riscos associados (VanWinkle, 2019; Douglas, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da sexualidade e da pornografia revela uma trajetória complexa que reflete mudanças culturais e tecnológicas ao longo dos séculos. A indústria pornográfica tradicional é frequentemente associada a estereótipos negativos, exploração e abusos, refletindo uma

sociedade que perpetua desigualdades de gênero e raça. Em contraste, a "pornografia amadora" e plataformas como o OnlyFans oferecem novas formas de produção e consumo de conteúdo sexual. No entanto, esses modelos também enfrentam desafios.

REFERÊNCIAS

BARROS, P. E.; BARRETO, R. M. Corpo negro e pornografia. *Bagoas: Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, v. 12, n. 19, 2018.

BERG, H. *Porn Work*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

BERNHARDT, B. C.; STUDER, K. G.; RIBEIRO, L. N. Feminismo e pornografia: Quando a violência contra a mulher é erotizada e capitalizada. *Não há lugar seguro*, v. 4, p. 157-174, 2019.

BLOK, T. You Can See Me Naked (After the Paywall): How OnlyFans Transforms the Online Sex Industry. *Masters of Media*, 2020. Disponível em: https://www.mastersofmedia.eu/2020/08/11/you-can-see-me-naked-after-the-paywall-how-onlyfans-transforms-the-online-sex-industry/. Acesso em: 22 jul. 2024.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Editora Bertrand Brasil Ltda., 2012.

BRIDGES, A. J.; WOSNITZER, R.; SCHARERR, E.; SUN, C.; LIBERMAN, R. Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women*, v. 16, n. 10, p. 1065-1085, 2010.

CONTI, A. 4chan Camgirl Loli-chan Grows Up. *Miami New Times*, 10 out. 2013. Disponível em: http://www.miaminewtimes.com/2013-10-10/news/4chan-loli-chan-camgirl/full/. Acesso em: 22 jul. 2024.

DE BARROS, P. E.; BARRETO, R. M. Corpo negro e pornografia. *Bagoas: Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, v. 12, n. 19, 2018.

DE CARVALHO, M.; LARISSA, L. E. D. A. Mulher no pornô: Uma representação da heteronormatividade. Trabalho apresentado no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2016.

D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, p. 592-601, 2013.

DOUGLAS, D. M. Doxing: a conceptual analysis. *Ethics and Information Technology*, v. 18, n. 3, p. 199-210, 2016.

FIGHT THE NEW DRUG. Os segredos obscuros da indústria pornográfica. *Fight the New Drug*, 24 out. 2017. Disponível em: http://pt.ftnd.org/os-segredos-obscuros-da-industria-pornografica/. Acesso em: 22 jul. 2024.

FREITAS, S. L. D. Pós-pornografia: a multiplicidade do corpo no audiovisual. Trabalho de conclusão de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016.

FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Global Editora: São Paulo, 2003.

GARCIA, C. H. S. A hiperssexualização dos negros na indústria pornográfica. Trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, Goiás, 2019.

GIBSON, W. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2003.

GIRA-GRANT, M. *Playing the Whore: The Work of Sex Work*. London: Verso, 2014.

KORSVIK, T. R. Addressing the Problem: Rape and Pornography Become Feminist Political Issues. In: Politicizing Rape and Pornography. Palgrave Macmillan, Cham, 2021a. p. 47-93.

KORSVIK, T. R. Politicizing Rape and Pornography—What Now?. In: Politicizing Rape and Pornography. Palgrave Macmillan, Cham, 2021b.

LEYBOLD, M.; NADEGGER, M. Regaining visibility within and of stigmatized digital communities through increasing organizationality. 2020. Disponível em: https://www.momentum-kongress.org/system/files/congress_files/2020/momentum_track3_fullpaper_leybold_nadegger.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

LEVY, P. *A máquina universo: criação, cognição e informática*. Porto Alegre: Artmed, 1998b.

LOS, A.; VOL. O "homem playboy": a operacionalização de uma masculinidade hegemônica na revista Playboy (Brasil) na década de 1980. *Revista Espaços*, 2018. Disponível em: https://www.revistaespacos.com/a1/. Acesso em: 22 jul. 2024.

MADDICKS, S. Feminism, activism and non-consensual pornography: analyzing efforts to end "revenge porn" in the United States. *Feminist Media Studies*, p. 1-16, 2021.

MEDEIROS, A. Erotismo & pornografia na arte: uma história mal contada? *Cartema*, n. 5, 2010.

MULLER, H. L. C.; DE OLIVEIRA, L. M.; BONFIM, C. R. D. S. Pornografia: Influências e consequências na vivência da sexualidade. *Ciências Humanas, Sociais e suas Tecnologias: Percepções Teóricas e Aplicações*, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Sexual health, human rights and the law. 2015. Disponível em: https://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/sexual-health-human-rights-law/en/. Acesso em: 22 jul. 2024.

PINTO, P.; NOGUEIRA, M. D. C.; OLIVEIRA, J. M. D. Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 23, p. 374-383, 2010.

POPPY NOOR. A Thorne in the site: the Bella Thorne and OnlyFans controversy explained. *The Guardian*, 31 ago. 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/media/2020/aug/31/bella-thorne-onlyfans-what-happened-explained. Acesso em: 22 jul. 2024.

PRADO, L. N. Tráfico Internacional de Mulheres para Exploração Sexual. *Aee.edu.br*, 2017. Disponível em:

https://doi.org/http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/17516. Acesso em: 22 jul. 2024.

ROUSE, L.; SALTER, A. Cosplay on Demand? Instagram, OnlyFans, and the Gendered Fantrepreneur. *Social Media+ Society*, v. 7, n. 3, 2021.

RODRIGUES, T. D. C. Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

SENEM, C. J.; CARAMASCHI, S. Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. *Barbarói*, n. 49, p. 166-189, 2017.

SILVA, G. D. S.; OLIVEIRA, E. R. D. S. Comportamentos sexuais de risco e sintomas de IST's em universitários do curso de enfermagem. Trabalho de conclusão de curso no Centro Universitário Fametro, Ceará, 2020.

SUZIN, R. M. Igual à maioria dos viciados, eu disse que ia parar, mas não parei. A pornografia no cotidiano de homens heterossexuais: Uma compulsão? Disponível em: www.riuni.unisul.br/handle/12345/8948. Acesso em: 22 jul. 2024.

VAN DER NAGEL, E. Interdependent platforms: OnlyFans as NSFW social media layer. *AoIR Selected Papers of Internet Research*, 2021.

VANWINKLE, M. Selling Sex in the Social Media Era. *Poetinis: Drink in the Truth*, 2019. Disponível em: https://poetcommons.whittier.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=journalism. Acesso em: 22 jul. 2024.

VOON, V. et al. Neural Correlates of Sexual Cue Reactivity in Individuals with and without Compulsive Sexual Behaviours. *Your Brain on Porn*, 2014. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0102419. Acesso em: 22 jul. 2024.

ESPAÇOS E MOVIMENTOS:
UMA CARTOGRAFIA DOS ARREDORES DE UM CAPS AD

Matheus Ribeiro da Silva[1]
Taysa Rayane Lucas de Paiva [2]
Victor Arruda Marinho [3]
Juliana Sampaio [4]
Anselmo Clemente[5]
Filipe Ferreira da Costa[6]

RESUMO

O presente artigo objetivou cartografar a ocupação dos espaços públicos nos arredores de um CAPS AD III em João Pessoa-PB por usuários/as desse serviço. Partindo de uma análise que considerou não apenas os aspectos físicos e geográficos, mas também as dinâmicas sociais, culturais, afetivas e relacionais que permeiam a relação desses indivíduos com a cidade, explorou-se como os/as usuários/as desse serviço, muitos/as dos/as quais estavam em situação de rua e faziam uso problemático de substâncias psicoativas, interagiam com os espaços públicos e criavam rotas alternativas em seu cotidiano. O estudo foi realizado entre outubro de 2023 e agosto de 2024, utilizando a pesquisa-intervenção sob o método da cartografia, valorizando a participação ativa dos/as sujeitos/as e a relação dinâmica entre pesquisador/a e território(s). Dessa forma, revelou-se como os espaços urbanos de um itinerário não são apenas locais de (sobre)vivência, mas também arenas de resistência e expressão de direitos. O mapeamento dos arredores do CAPS AD III, incluindo a rota para a Escola de Redução de Danos "Parahyba", localizada nas instalações do Espaço Cultural, evidenciou as dinâmicas sociais e afetivas que permeiam a vida dessas pessoas, sublinhando a necessidade de reconhecimento da cidade enquanto agente transformadora na promoção da autonomia e inclusão social. O estudo enfatizou que o processo de acompanhar o transitar e ocupar um território - mais do que os destinos em si - é fundamental para a compreensão e construção de novas formas de cuidado e vida. Por fim, refletiu sobre a importância e sensibilidade de, no cuidado psicossocial, manter os processos de travessia sempre em aberto, considerando as imprevisibilidades e as transformações constantes que caracterizam o cotidiano dos caminhos em uma cidade.

Palavras-chave: Cartografia; Atenção Psicossocial; Saúde Mental.

[1] Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ufpbmatheus@gmail.com;

[2] Mestranda do Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rayanepaivanutricionista@gmail.com;

[3] Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, victhoram@gmail.com;

[4] Profa Drª. Titular do Departamento de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, julianasmp@hotmail.com;

[5] Prof° Drº. do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, anselmo.clemente@academico.ufpb.br;

[6] Prof° Dr°. orientador do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, filipe@ccs.ufpb.br;

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica brasileira, iniciada na década de 1970, constitui um marco histórico na defesa dos direitos humanos e na redefinição do cuidado em saúde mental. Ao contestar as violências do modelo manicomial, essa Reforma estabelece um novo paradigma, centrado na desinstitucionalização e na articulação de Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) que contam com serviços de base territorial e comunitária, promovendo a autonomia e o protagonismo dos/as usuários/as por meio de um cuidado emancipador. Essa abordagem, que valoriza a liberdade e a inclusão social, caracteriza-se como um projeto político, ético e socialmente progressista (Sampaio; Bispo Júnior, 2021).

Os princípios da integralidade e intersetorialidade, que fundamentam o Sistema Único de Saúde (SUS) e a RAPS, encontram no vínculo com o território e na ocupação dos espaços públicos, um campo fértil para debate, ao evidenciar a necessidade de um cuidado que transcenda os limites institucionais e integre as diversas dimensões da vida dos/as usuários/as (Amaral; Escóssia, 2021). Em termos práticos e concretos, esse cuidado deve ser articulado ao direito à cidade, que assume especial relevância ao garantir que todos/as tenham acesso equitativo aos espaços urbanos e à participação na vida comunitária.

Para pessoas em situação de rua, que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e/ou que estão em sofrimento psíquico, os espaços públicos representam um *locus* de complexos desafios, refletindo a contínua processualidade da Reforma Psiquiátrica. Nesse cotidiano, manifestam-se estigmas, preconceitos e diversas violência socialmente infringidas, dificultando a integração comunitária pretendida. Esses cenários não se configuram apenas como locais de (sobre)vivência, mas frequentemente se tornam arenas de astúcia, resistência e expressão de direitos (Duarte *et al.,* 2024). A ocupação desses espaços, portanto, revela dinâmicas sociais e afetivas que transcendem a mera funcionalidade urbana, sublinhando a necessidade de políticas públicas que reconheçam o espaço urbano como um agente ativo e transformador na vida dessas pessoas e suas vulnerabilidades.

Partindo de uma análise que considera não apenas os aspectos físicos e geográficos, mas também as dinâmicas sociais, culturais, afetivas e relacionais que permeiam a relação desses indivíduos com a cidade, o presente artigo tem por objetivo cartografar a ocupação dos espaços públicos nos arredores de um CAPS AD III em João Pessoa-PB por usuários/as desse serviço.

METODOLOGIA

Dentre os estudos de natureza qualitativa, adotamos aqui a pesquisa-intervenção de cunho cartográfico, caracterizada pela imersão de pesquisadores/as nos territórios investigados, possibilitando acompanhar como eles se constituem e quais são os diversos processos que neles acontecem. Entendemos que a interação entre pesquisador/a e ambiente pesquisado gera tanto conhecimento quanto transformação para ambos. A cartografia, nesse sentido, valoriza a participação ativa dos sujeitos inseridos em territórios e contextos marginalizados, reconhecendo a vida que emerge nesses espaços como produtora de práticas e saberes sobre o cuidado, e situando-os como atores/atrizes essenciais para os processos analíticos-investigativos (Passos; Barros, 2020).

O território cartografado abrange os arredores de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), tipo III, localizado na cidade de João Pessoa-PB. A pesquisa foi conduzida com usuários/as do referido serviço, que, além do uso abusivo de substâncias psicoativas, estiveram ou ainda estão em situação de rua. Esse serviço adota uma abordagem de portas abertas, integrando-se à lógica da atenção psicossocial e comunitária. É voltado para pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, como álcool, crack e outras drogas e atua em regime de atenção contínua e integral, oferecendo suporte especializado para a estabilização clínica, a redução de danos e a reintegração social dos/as usuários/as.

A cartografia desse território foi produto da pesquisa intitulada *Práticas corporais e acesso à cidade: Promoção de autonomia de usuários/as de um CAPS AD III em João Pessoa*, realizada de outubro de 2023 até agosto de 2024. Ela foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba, sob o CAAE: 79055224.5.0000.8069, em conformidade com as diretrizes para pesquisas envolvendo seres humanos estabelecidas pela Resolução n° 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Este trabalho foi desenvolvido a partir do projeto de extensão *MoveMente* que trata da oferta de práticas corporais a pessoas em sofrimento psíquico e ou em uso abusivo de álcool ou outras drogas. A imersão dos/as extensionistas no território foi registrada em diários de campo e analisadas pelo coletivo *ApoiaRAPS*. A partir do processamento das vivências foi produzido um mapa cartográfico dos arredores do CAPS AD III, contendo os principais pontos de

referência e produção de vida que compõem o território para as pessoas em situação de rua vinculadas ao serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em João Pessoa-PB, o CAPS AD III possui um perfil de usuários/as majoritariamente masculino, muitos/as em situação de rua ou que passaram pela rua em algum dado momento de suas vidas. A proposta de expandir o cuidado através do território, escapando de lugares instituídos pela lógica manicomial, opera sob a busca de espaços, vínculos e afetos. As caminhadas no território são uma forma de atravessar lugares possíveis em consonância à um fazer que, segundo Amaral e Escóssia (2021), atua como catalisador de encontros produtores de passagens e desvios, capazes de tecer modos de existência, conectados com um território que é vivo, dinâmico e pulsante.

O mapa cartográfico produzido é fruto dos encontros com os/as usuários/as em seus territórios e movimentos de rede viva. O início desse processo foi marcado pela decisão do percurso a ser seguido entre o CAPS AD III e a Escola de Redução de Danos “Parahyba” (ERD), um outro dispositivo integrante da RAPS, coordenado por profissionais vinculados ao CAPS. A ERD realiza atividades voltadas não apenas aos frequentadores do serviço, mas também para outros indivíduos da comunidade, incluindo pessoas em situação de rua, com seus encontros ocorrendo predominantemente no Espaço Cultural.

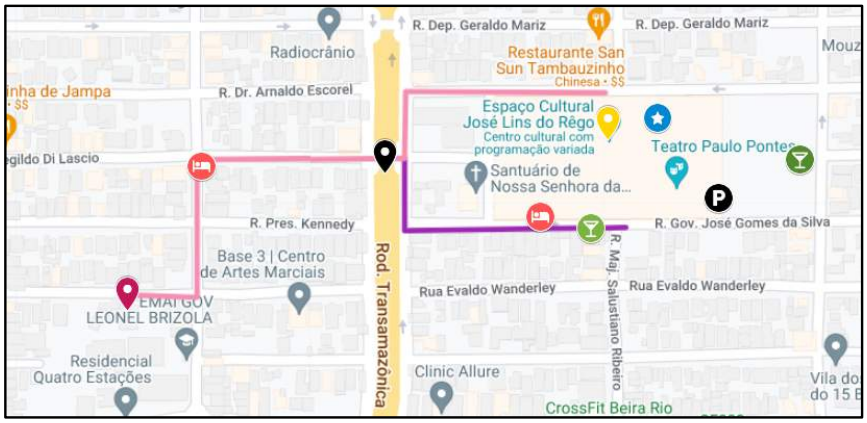
O CAPS e o Espaço Cultural estão geograficamente muito próximos e podem ser percorridos facilmente a pé. Para o início desta cartografia, iniciamos buscando possíveis caminhos de travessia entre os serviços pelo aplicativo *Google Maps*, que ofereceu duas possibilidades, uma dita rota principal (linha rosa) e a outra (linha roxa), alternativa, que, por sua vez, era a mais utilizada pelos/as usuários/as, por ser considerado mais prática, conforme destacado na Imagem 1.

Assumindo que uma cartografia implica em conhecer e entender sobre um território vivo, que se constitui a partir da produção e circulação de vida das pessoas, o processo de mapeamento deste território se forjou a partir dos/as usuários/as que nele circulam. Como afirmam Duarte *et al.,* (2024), urge apostar nos caminhos guiados pelas redes relacionais que sustentam o existir das pessoas, implicando, desta feita, em desapegos frente ao que estava

posto, daquilo que se julgava saber, que estava cristalizado, abrindo novos sentidos e visibilidades que atravessem os territórios existenciais.

Assim, percorrendo o caminho eleito por essas pessoas, cartografou-se um viaduto que atravessa a BR-230, tendo sido sinalizado pelos/as usuários/as como um lugar onde frequentemente ocorrem tentativas de suicídio, inclusive de frequentadores/as do CAPS, sendo, portanto, um elemento importante daquele percurso, onde as existências se manifestam em seus diferentes modos, formas e intensidades.

Imagem 1 - Mapa das rotas CAPS AD III - Espaço Cultural.



Fonte: Registro construído pelos/as autores/as.

Seguindo no caminho, mapeamos dois acessos ao Espaço Cultural. Na parte de trás, existem bares e a frente é ocupada por ambulantes e tem maior trânsito de pessoas. Todo o estabelecimento é cercado por estacionamento. Assim, ambas as entradas dão possibilidades de circulação em busca de estratégias de (sobre)vivência e subsistência, seja por meio de "bicos", atividade de "flanelinha" (guardador de carros) ou mendicância. Aos arredores, igreja, delegacia, restaurantes e muros, compõem o trânsito entre o CAPS AD III e o Espaço Cultural, nos diversos e dinâmicos modos de ocupação e circulação.

> É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda de sentido da existência individual e coletiva (Santos, 1998, p. 255).

Nas veredas, percebe-se pontos de paradas ocultas, como terrenos baldios, utilizados para o uso de substância, marcados com furos nas paredes que são utilizados para pulá-las e fazer furos no próprio caminho.

Apesar desses espaços serem ocupados por usuários/as, profissionais do CAPS, do Espaço Cultural, pessoas em situação de rua e transeuntes, a maneira na qual o território se constitui subjetivamente para cada uma dessas pessoas é completamente diferente. Para a maioria delas, esses espaços das ruas são tocados apenas pelos pés, nunca pelas costas.

A cartografia do caminho CAPS AD III - Espaço Cultural nos permitiu experienciar uma série de elementos que agenciam diferentes modos de existir no território, para além da vida que se produz entre os muros das instituições. Nesse sentido, a cartografia tenciona o lugar assimétrico do pesquisador na relação com o outro no mundo da pesquisa, derrubando certos mundos (instituídos) e instaurando outros (Rios *et al.*, 2021).

Nos permitimos refletir, assim, por qual motivo pessoas pulam os muros? Por qual motivo pulam as pontes? e Por qual motivo escolhem não pular, mas apenas atravessar? - seja em direção ao CAPS, ao Espaço Cultural, ou a qualquer outro lugar onde a vida acontece; seja da maneira que for. E como, entendendo esse território e suas passagens e permanências, pensar novas maneiras de produzir vida?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apostando no devir das interrogações e afastando-se do esgotamento de uma discussão que impõe respostas decalcadas, representadas em um único mapa fechado, de modo a patrocinar um jeito de ser que rechaça à alteridade e alinha-se à homogeneização, guiamo-nos aqui pelas lentes bifocais de um outra sensibilidade, implicando-nos na realidade manifesta em suas dimensões macro e micropolíticas, desviando rotas e acompanhando os processos do caminhar das pessoas que andam sem deixar pegadas, impostas às margens e veredas sociais.

O(s) território(s) e a(s) cidade(s) imbricados aos processos de cuidado, consonantes à Reforma Psiquiátrica nos moldes da atenção psicossocial, em suas polissemias e possibilidades, constituem um lugar de (sobre)vivências, invencionices e resistências que foram acompanhados mediante sua insistente potência de vida, em um plano ético e político de cuidado, que valoriza e respeita o direito à cidade e a vida comunitária. Nesse sentido, a cartografia se fez útil em tal

processo ao viabilizar pistas de itinerários e caminhos alternativos, seja no trajeto entre CAPS AD III - Espaço Cultural ou Razão - Desrazão, Vida - Morte, Perigo - Liberdade.

Antes de um lugar de embarque ou desembarque, partida e chegada, este estudo proporcionou o entendimento de que o processo do caminhar se manifesta em maior importância, sendo imprescindível lhe manter sempre em aberto, pois como bem escreveu Guimarães Rosa (1986, p. 30) em Grande Sertões Veredas,

> Tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo! - só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada [...] a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou [...] O real não está nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. M. S; ESCÓSSIA, L. Por uma clínica de(s) território no contexto do SUS. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 33, n. 1, p. 31 - 40, 2021.

DUARTE, L. G.; SEIXAS, C. T.; SLOMP JUNIOR, H.; BORTOLETTO, M. S. S. Entre territórios pandêmicos: cartografia de um Consultório na Rua durante a pandemia de covid-19. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 17–31, 2024.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Pista 1. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020. v. 1, p. 17-31.

SAMPAIO, M. L; BISPO JÚNIOR, J. P. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, e00042620, 2021.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território e movimientos sociales**. Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 251-261.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Nova Fronteira, 1986.

RIOS, A. G.; SEIXAS, C. T.; CRUZ, K. T.; SLOMP JUNIOR, H.; MERHY, E. E.; SANTIAGO, S. M. A produção do comum como estratégia de cuidado para usuários complexos: uma cartografia com mulheres em situação de rua. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 3077-3086, 2021.

ME CHAME PELO MEU NOME

Emerson Fernando Xavier de Souza [1]
Ana Clara Monteiro da Costa [2]
Victor Arruda Marinho [3]
Juliana Sampaio [4]
Anselmo Clemente[5]
Filipe Ferreira Costa [6]

RESUMO

Este estudo explora as consequências da transfobia relacionada à negação do nome social em serviços de saúde, evidenciando seu impacto na vida e no bem-estar de pessoas trans em João Pessoa-PB. A metodologia qualitativa adotada inclui entrevistas com indivíduos trans que vivenciaram discriminações em serviços de saúde devido à não utilização do nome social. Através da Análise de Conteúdo, o estudo identifica que a recusa em usar o nome social leva à evasão dos serviços de saúde e ao agravamento das condições de saúde, além de gerar sentimentos de desrespeito e desvalorização, impactando negativamente a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas. A pesquisa sublinha a necessidade urgente de aprimorar a implementação das políticas de humanização do SUS, com ênfase no respeito à identidade de gênero e ao uso do nome social. Embora existam avanços legislativos, a prática ainda é insuficiente para garantir um atendimento digno e respeitoso às pessoas trans. O estudo conclui que é crucial fortalecer as políticas públicas e promover a conscientização dos profissionais de saúde sobre a importância do nome social, assegurando a dignidade e os direitos humanos dessa população. Além disso, aponta para a necessidade de novas pesquisas que investiguem o impacto a longo prazo dessa negligência e a eficácia de intervenções voltadas à redução da transfobia nos serviços de saúde.

Palavras-chave: transfobia, nome, pessoas transgênero, Políticas Públicas de Saúde, violência.

INTRODUÇÃO

Cotidianamente, as pessoas transexuais, travestis e transgêneras – aqui referidas como "pessoas trans" – sofrem diversas violências e discriminações, desde agressões físicas,

[1] Mestrando do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, emersonfernando1990@hotmail.com;
[2] Graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, costaanaclara140@gmail.com;
[3] Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, victhoram@gmail.com;
[4] Profa Dra. titular do Departamento de Promoção da Saúde da UFPB. julianasmp@hotmail.com;
[5] Doutor em Psicologia Clínica, Centro de Ciências, Letras e Artes - UFPB, anselmo.clemente@academico.ufpb.br;
[6] Professor Dro. orientador do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, filipe@ccs.ufpb.br.

psicológicas, simbólicas e institucionais, como desrespeito à identidade de gênero e ao nome social (Silva *et al.*, 2017). Em 2023, o Brasil registrou 155 mortes de pessoas trans, sendo 145 assassinatos e 10 suicídios, um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior, que contabilizou 131 casos (Benevides, 2024). Esses números alarmantes refletem uma sociedade machista e misógina, configurada sob os moldes do patriarcado, onde a transfobia, o ódio contra corpos dissidentes que não se submetem aos códigos da cisheteronormatividade, expõem essas pessoas a diversas vulnerabilidades e exclusões sociais (Silva *et al.*, 2017).

No âmbito jurídico, o nome é considerado uma prerrogativa essencial e intrínseca ao ser humano, ligado de maneira permanente a outros direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, ao corpo, à imagem e à honra, que visam proteger a dignidade humana (Carvalho; Chatelard, 2016). O nome, portanto, possui uma natureza dúplice: é tanto um direito subjetivo quanto um interesse social (Binotto *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2017). Não se trata de um direito isolado, mas de algo intimamente associado à pessoa a quem pertence. Além disso, o nome atravessa a existência de um corpo que carrega consigo múltiplos sentidos e afetos relacionados aos constituintes de gênero e identidade (Rocon *et al.*, 2016). Quando utilizado inadequadamente ou de forma pejorativa, ele pode causar danos significativos, de ordem pessoal e moral (Bezerra *et al.*, 2018; Binotto *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2017).

No processo de reconhecimento das identidades trans, o nome pode ser uma fonte de sofrimento (Binotto *et al.*, 2024). Nesse contexto, o nome social e a possibilidade de retificação emergem como ferramentas essenciais para lidar com esse desafio. Embora ambos tenham um impacto significativo no bem-estar da comunidade trans, é crucial entender a diferença entre nome social e nome retificado (Silva *et al.,* 2017).

O Decreto nº 8.727/2016 define o nome social como a forma de identificação das pessoas trans. No setor da saúde, a Portaria nº 1.820/2009 já previa a garantia desse direito. Em 2022, o Decreto nº 10.977 permitiu a inclusão do nome social nas carteiras de identidade sem necessidade de comprovação, a partir dos 16 anos, embora o nome de registro ainda permaneça no documento. O Provimento nº 153/2023 do Conselho Nacional de Justiça reafirma a retificação do prenome e do gênero em documentos, permitindo a inclusão ou exclusão de nomes indicativos de gênero, mas somente a partir da maioridade.

O nome social é uma expressão fundamental da identidade de gênero das pessoas trans e um componente essencial para o reconhecimento de sua dignidade e individualidade (Binotto *et al*., 2024). A imposição do nome de registro em serviços de saúde, educacionais e outros

contextos, não só constitui uma violação dos direitos humanos, mas também atua como uma forma de violência psicológica que impacta negativamente o bem-estar e a saúde mental dessas pessoas (Albuquerque; Barros; Schraiber, 2013; Borgert *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2021). No campo da saúde, essa prática pode resultar na violação da dignidade das pessoas trans e na criação de barreiras de acesso aos serviços, perpetuando a discriminação institucional e a violência estrutural, o que desestimula muitas pessoas trans a buscarem assistência, agravando condições de saúde que poderiam ser tratadas precocemente (Minayo; Pinto; Silva, 2022). Nesse cenário de discriminação e a marginalização constantes, o reconhecimento e a utilização do nome social emergem como ações essenciais para a promoção de um atendimento mais inclusivo e equitativo, que respeite a identidade de gênero e contribua para a redução das desigualdades em saúde (Borgert *et al*., 2023).

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo investigar as implicações da transfobia relacionadas à não utilização do nome social nos serviços de saúde, a fim de compreender o impacto dessa prática na vida e no bem-estar das pessoas trans em João Pessoa-PB. Ainda, pretende-se explorar as experiências vivenciadas por essas pessoas em relação aos acessos e barreiras enfrentados nos serviços de saúde, em diferentes contextos de atendimento. O estudo visa analisar as dimensões subjetivas e sociais envolvidas na negação do nome social, para a compreensão das complexas interações entre identidade de gênero, direitos humanos e saúde, bem como contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

METODOLOGIA

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde/UFPB (CAAE: 78184124.8.0000.5188). A amostra foi composta por sete participantes selecionados por amostragem não probabilística, com método bola de neve, que frequentam o Centro de Cidadania LGBT+ em João Pessoa-PB. Das/os participantes, apenas um se identificou como homem trans, enquanto as demais se identificaram como mulheres trans. Entre elas/es, apenas duas pessoas possuíam ensino superior completo; três mulheres trans estavam empregadas, enquanto as/os demais estavam desempregadas/os.

As entrevistas, realizadas entre maio e junho de 2024, foram gravadas com consentimento e transcritas, garantindo o anonimato dos participantes aqui representados por códigos, como “P2” ou “P4”, por exemplo. A análise dos dados seguiu a técnica de Análise de

Conteúdo temático proposto por Bardin (2016). O processo incluiu três fases: pré-análise (leitura flutuante das transcrições), exploração do material (codificação e categorização temática) e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico e dos objetivos da pesquisa, com uma abordagem crítica e reflexiva, conforme Sousa e Santos (2020). Para o presente texto, apresentaremos os resultados da categoria temática: "Nome Social".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso do nome social foi um tema recorrente nas entrevistas, sendo fonte de desconforto e constrangimento para todas as participantes, especialmente durante atendimentos em serviços de saúde, estendendo-se a outros estabelecimentos. Essa falta de reconhecimento por parte das/os próprias/os profissionais de saúde, gerou profundo sofrimento, evidente nos relatos, exemplificado por P2 sobre o atendimento recebido na Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

> *Eu fui para a UPA, (...) onde eu morava, e coloquei o meu nome social, pois os documentos ainda são masculinos. Quando eu estava na fila, coloquei o meu nome social, mas em cima do antigo. Aí a pessoa que foi me chamar me chamou pelo nome masculino (P2).*

O nome social é um direito garantido tanto por decisões judiciais quanto pela legislação, e está previsto na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que determina que todo documento deve incluir um campo para o nome social, garantindo o uso do nome de preferência além do nome civil (Brasil, 2012, 2016). Negar esse direito constitui uma violação, evidenciando barreiras atitudinais (posturas afetivas socias, que se traduzem em discriminação e preconceito) que se manifesta em convencionalismo explicito ou mascarado em pessoas de grupos sociais que não estão dentro de um padrão dominante culturalmente estabelecido, neste caso em corpos dissidentes (Ribeiro; Simões; Paiva, 2017). Isso leva muitas pessoas trans a evitar serviços de saúde por medo e receio de enfrentar a invisibilidade, o que frequentemente gera uma sensação de não pertencimento e impacta negativamente sua saúde mental.

O trauma causado pela utilização do "nome morto", termo utilizado por elas para descrever a dor de ser chamada por um nome que não reflete sua identidade, fica evidente quando dizem que "*chamam meu nome de batismo no meio da multidão. Eu me sinto uma palhaça, uma coisa ridícula, mas aí vem o trauma*" (P3) e "*isso faz com que a gente se sinta cada vez mais pisada*" (P4). Essas experiências revelam o impacto profundo e duradouro que a negação do nome pode ter sobre corpos dissidentes, marcando suas vidas com sofrimento e

reforçando a necessidade urgente de uma mudança no tratamento dispensado a essas pessoas nos serviços de saúde.

A aceitação do nome escolhido é uma afirmação crucial da identidade e do modo de existir de uma pessoa trans na sociedade (Binotto *et al.*, 2024). Durante o processo de transição, o nome torna-se um elemento central na construção do gênero e no enfrentamento do sofrimento psíquico (Oliveira *et al.*, 2018). Portanto, o nome escolhido por travestis e transexuais é essencial para a afirmação de gênero. Negar o uso do nome pelo qual uma pessoa trans deseja ser chamada é uma forma de transfobia que se manifesta como violência estrutural cotidiana, não se limitando apenas a ações extremas (Rocon *et al.*, 2016). Essa rescusa contribui para a precarização social das pessoas trans, tornando-as mais vulneráveis a agressões e discriminação, conforme evidenciado pelos relatos das/os participantes da pesquisa.

> *A saúde mental é uma questão muito importante para mim, porque já sofri muito bullying e transfobia de todo tipo. Já fui vítima de transfobia por parte de profissionais de saúde, como médicos e psicólogos, enfim, em diversos lugares aqui na Paraíba (P1).*
>
> *O banco é bem conhecido por ser transfóbico. Teve vezes em que fui ao banco ainda com o nome de registro, declarei o nome social, e ele constava na ficha. Mesmo assim, a atendente usava o nome de registro e me tratava no masculino(P5).*

Essas falas mostram o quanto a aplicação desses direitos básicos estão sendo negligenciados, o que evidencia o quanto a implementação das políticas contra transfobia é precária e fragilizada (Silva *et al.*, 2020). Em suas falas, elas apresentam que os únicos lugares em que foram atendidas devidamente e de forma respeitosas foram nos locais em que o atendimento era específico para a população LGBTQIAPN+, assim como o Centro de Cidadania LGBT e o Ambulatório TT onde realizam o processo transexualizador.

> *Eu acho que, pelo menos, começar a tratar a gente com respeito e usar os pronomes corretos, que muitas vezes não são respeitados, já seria de fundamental importância. Isso faria uma grande diferença(P7).*
>
> *Sabe, eu acho que o básico é respeitar os pronomes. Isso ficou muito internalizado para mim, especialmente após a situação em que um médico foi transfóbico comigo. Uma coisa que foi muito importante para mim no ambulatório trans foi perceber que lá eles cuidam bem dessa questão (P1).*

A Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS destaca a importância de respeitar a subjetividade e as questões sociais nas complexidades dos processos de produção de saúde, abrangendo aspectos como gênero, etnia, raça e orientação sexual (Brasil, 2004). A humanização da assistência em saúde envolve a valorização de todos que compõem tal

processo, incluindo usuários, trabalhadores e gestores (Silva *et al.*, 2020). Isso é alcançado através da promoção da autonomia, protagonismo, corresponsabilidade e vínculos solidários, com participação coletiva na gestão (Silva *et al*., 2020).

No contexto da assistência a transexuais e travestis, a humanização começa com o respeito ao nome social, reconhecendo e validando a identidade de gênero dessas pessoas. O uso do nome de escolha é fundamental para que esses indivíduos se sintam valorizados e inseridos nos processos de cuidado em saúde. Isso se alinha com o princípio da Carta dos Direitos das/os Usuárias/os da Saúde, que garante atendimento humanizado e livre de discriminação (Brasil, 2012).

As/Os profissionais de saúde têm a responsabilidade de assegurar que os direitos dessa população específica sejam respeitados, especialmente no uso do nome social. Este respeito é essencial, pois o nome é um elemento central na identidade humana e na legitimidade das relações sociais. Assim, a humanização da assistência se torna crucial para a inclusão e o bem-estar de transexuais e travestis no sistema de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela um cenário preocupante de discriminação contra pessoas transexuais, especialmente em serviços de saúde, onde a recusa em respeitar o nome social contribui para o sofrimento psíquico e a precarização social dessa população. Esse comportamento transfóbico, que se manifesta de forma rotineira, impacta negativamente a saúde mental das pessoas trans, desestimulando a busca por cuidados de saúde e evidenciando falhas na aplicação das políticas de humanização do SUS, que deveriam promover o respeito e a dignidade no atendimento.

Além disso, o estudo destaca a necessidade urgente de reavaliar e fortalecer as políticas de humanização do SUS, com foco no respeito ao nome social e à identidade de gênero. A promoção de processos de educação permanente para profissionais de saúde e a criação de ambientes seguros e inclusivos, como os observados em centros LGBTQIAPN+, são essenciais. Outrossim, aponta para a importância de novas investigações sobre os efeitos a longo prazo da negligência no uso do nome social e a eficácia de intervenções que reduzam a transfobia em serviços de saúde, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, [*s. l.*], v. 37, n. 98, p. 516–524, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-1104213315&lng=pt&tlng=pt.

ALBUQUERQUE, F. P. D.; BARROS, C. R. D. S.; SCHRAIBER, L. B. Violência e sofrimento mental em homens na atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, [*s. l.*], v. 47, n. 3, p. 531–539, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-8912133531&lng=pt&tlng=pt.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. [*S. l.*], 2016.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Antra, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf.

BEZERRA, D. S. *et al.* HOMENS TRANSEXUAIS: INVISIBILIDADE SOCIAL E SAÚDE MENTAL TRANSGENDER, SOCIAL INVISIBILITY AND MENTAL HEALTH. **Temas em Saúde**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 428–444, 2018. Disponível em: https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/04/18122.pdf.

BINOTTO, F. S. *et al.* Construção do nome social de pessoas trans e aspectos relacionados em um município de porte médio do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 29, n. 2, p. e02682023, 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232024000200303&tlng=pt

BORGERT, V. *et al.* "A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 33, p. e33036, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312023000100645&tlng=pt

BRASIL. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Carta5.pdf.

BRASIL. **Decreto nº 8.727**, Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm?=undefined.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS:** documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf

CARVALHO, I. S.; CHATELARD, D. S. O nome: um direito ou um dever?. **Stylus (Rio de Janeiro)**, [*s. l.*], n. 32, p. 139–149, 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1676-157X2016000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

MINAYO, M. C. D. S.; PINTO, L. W.; SILVA, C. M. F. P. D. A violência nossa de cada dia, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 27, n. 9, p. 3701–3714, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232022000903701&tlng=pt

OLIVEIRA, J. W. D. *et al.* "Sabe a Minha Identidade? Nada a Ver com Genital": Vivências Travestis no Cárcere. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [*s. l.*], v. 38, n. spe2, p. 159–174, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600159&tlng=pt

RIBEIRO, E. N.; SIMÕES, J. L.; PAIVA, F. da S. INCLUSÃO ESCOLAR E BARREIRAS ATITUDINAIS: UM DIÁLOGO SOB A PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU. Olhares: **Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 210–226, 2017.

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 21, p. 2517–2526, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/abstract/?lang=pt.

SILVA, R. R. D. *et al.* Estresse de minoria de gênero e seus efeitos na saúde mental como fator de risco para depressão em pessoas transgênero: Revisão da literatura. **Research, Society and Development**, [*s. l.*], v. 10, n. 3, p. e51610313693, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13693.

SILVA, A. D. C. A. D. *et al.* Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [*s. l.*], v. 24, p. e190568, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100239&tlng=pt

SILVA, L. K. M. D. *et al.* Uso do nome social no SUS: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 27, n. 3, p. 835–846, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S013-73312173835&lng=pt&tlng=pt.

SOUSA, J. R. D.; SANTOS, S. C. M. D. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559.

O impacto das Representações Midiáticas da Comunidade LGBTQ+ na Autoestima e a Satisfação com a Vida de Jovens Brasileiras

Edson Felipe Vieira Silva [1]
Isabella Leandra da Silva Santos [2]
Débora Cristina Nascimento de Lima [3]
Thais Emanuele Galdino Pessoa [4]
Carlos Eduardo Pimentel [5]

RESUMO

Este estudo investiga como as representações midiáticas da comunidade LGBTQ+ influenciam a autoestima e a satisfação com a vida de jovens brasileiras LGBTQ+. A pesquisa contou com 253 participantes, com média de idade de 20,49 anos, sendo a maioria bissexual (57,3%) e residente na região Nordeste (48,6%). O foco principal do estudo foi examinar a correlação entre a exposição a representações positivas e negativas na mídia e os níveis de autoestima e satisfação com a vida das participantes. Os resultados indicaram que a exposição a representações positivas da comunidade LGBTQ+ na mídia está significativamente associada a uma maior satisfação com a vida ($r = 0,29$, $p < 0,01$) e a uma maior autoestima ($r = 0,27$, $p < 0,01$). Por outro lado, a exposição a representações negativas mostrou uma correlação negativa com a autoestima ($r = -0,14$, $p < 0,05$), evidenciando o impacto prejudicial que narrativas estigmatizantes podem ter sobre o bem-estar psicológico. O estudo conclui que a promoção de práticas midiáticas mais inclusivas e afirmativas é crucial para apoiar a saúde mental da população LGBTQ+ no Brasil. A pesquisa destaca a importância de políticas que incentivem a diversidade na mídia, visando fortalecer a autoestima e a satisfação com a vida das jovens LGBTQ+, e minimizando os efeitos negativos de representações estigmatizantes.

Palavras-chave: Representação midiática, Autoestima, Jovens LGBTQ+.

INTRODUÇÃO

A representação da comunidade LGBTQ+(lésbicas, gays, bissexuais, trans, *QUEERS*, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras orientações) na mídia é um tema de crescente importância na sociedade, especialmente no que diz respeito ao impacto dessas representações sobre a satisfação com a vida e a formação de identidade entre jovens. A mídia LGBTQ+

[1] Mestrando do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, edsonfeliti@gmail.com;
[2] Doutoranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, isalss2010@gmail.com;
[3] Doutoranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, deboracristinalima58@gmil.com;
[4] Mestranda pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thaisgaldino@live.com;
[5] Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cep@academico.ufpb.br;

(filmes, séries, anúncios, documentários e afins) desempenha um papel crucial na construção e disseminação de narrativas sociais (Mocarski et al., 2019). Tais narrativas não só refletem as normas e valores predominantes, possuem o poder de reformulá-las, modificando a maneira como os indivíduos percebem a si e os outros (Rodrigues et al., 2016).

No contexto das juventudes LGBTQ+, a maneira como a mídia reflete suas identidades pode ter consequências profundas (Gross, 2001). A comunidade LGBTQ+ tem sido frequentemente alvo de representações negativas ou estereotipadas, reforçando estigmas e marginalizando ainda mais esses indivíduos (Globo, 2024). Essas representações tendem a incluir a perpetuação de estereótipos prejudiciais, a invisibilidade de identidades diversas na comunidade ou a caracterização negativa de indivíduos LGBTQ+ como desviantes ou anormais (D'Emilio, 2002). Tais representações midiáticas contribuem para a internalização de preconceitos, resultando em danos à autoestima e à saúde mental *QUEER* (Craig et al., 2015).

No entanto, há um movimento crescente para a inclusão e a representação afirmativa da comunidade LGBTQ+ na mídia (Hurd et al., 2020). Produções que retratam personagens LGBTQ+ de forma complexa, positiva e multifacetada têm o potencial de desafiar os preconceitos, promover a aceitação e evidenciar modelos de identificação positivos para jovens LGBTQ+. Quando a mídia reflete a diversidade e a riqueza das experiências LGBTQ+, isso pode não só aumentar a visibilidade, mas também legitimar essas identidades, fortalecendo a autoestima e o bem-estar dos indivíduos (Hurd et al., 2020).

O presente estudo insere-se nesse debate ao investigar como as diferentes representações midiáticas da comunidade LGBTQ+ afetam a autoestima e a satisfação com a vida de jovens brasileiras LGBTQ+. Sendo pela crescente relevância da mídia digital, onde as redes sociais e plataformas de streaming oferecem novos espaços para a representação e visibilidade de minorias (Reghin, 2021). Ao mesmo tempo, essas novas mídias amplificam tanto as representações positivas quanto as negativas, tornando ainda mais necessário compreender os efeitos dessas narrativas sobre os jovens.

Há a necessidade de compreender como as mensagens veiculadas na mídia influenciam a saúde mental e o desenvolvimento de identidades entre jovens LGBTQ+ em um contexto brasileiro, onde a luta por direitos e aceitação ainda enfrenta desafios significativos. Este trabalho visa contribuir para a formulação de políticas públicas e práticas de mídia que advogam uma representação mais inclusiva e afirmativa, visando favorecer a saúde mental *QUEER*, haja vista a vulnerabilidade e os desafios de saúde mental (Ventura, 2017)

O objetivo central deste estudo é, portanto, investigar a correlação entre a exposição a representações positivas e negativas da comunidade LGBTQ+ na mídia e os níveis de autoestima e satisfação com a vida das participantes. A hipótese é que representações positivas aumentam a satisfação com a vida, enquanto as negativas têm o efeito contrário. A pesquisa utiliza uma abordagem quantitativa, contando com uma amostra diversificada de jovens LGBTQ+. Utilizando uma abordagem quantitativa, o estudo busca não apenas analisar o impacto dessas representações, mas também informar estratégias para promover uma mídia mais inclusiva e apoiar a saúde mental dos jovens LGBTQ+ no Brasil.

METODOLOGIA

Este estudo investigou a relação entre a representação midiática da comunidade LGBTQ+ e o bem-estar psicológico de jovens brasileiras LGBTQ+. A amostra foi composta por 253 participantes, com uma média de idade de 20,49 anos, predominantemente bissexuais (57,3%) e residentes na região Nordeste do Brasil (48,6%).

Instrumentos

Escala de Exposição à Mídia LGBTQIAP+: Consiste em 16 itens e tem como finalidade identificar quais tipos de mídias LGBTQIAP+ os indivíduos costumam ser mais expostos. A escala é dividida em 8 itens que correspondem a mídias com representações positivas e 8 itens que se referem a mídias com representações negativas, usando uma escala Likert de 5 pontos. Desenvolvida por Dias et al. (2023) e, nesse estudo, apresentou um alfa de Cronbach de 0,73 para o fator de mídia positiva e de 0,87 para o fator de mídia negativa.

Escala de autoestima de Rosenberg: A escala é composta por dez itens, sendo cinco referentes a uma visão positiva de si e cinco referentes a uma visão autodepreciativa. As opções de resposta são “Discordo Totalmente”, “Discordo”, “Concordo” e “Concordo Totalmente”. A escala foi adaptada e validada para o Brasil por Hutz (2000), apresentando um alfa de Cronbach de 0,83 no presente estudo.

Escala de Satisfação com a Vida: Esta escala avalia o grau de satisfação que os indivíduos têm em relação às suas vidas, sendo composta por 5 itens com respostas variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). A escala foi validada no contexto brasileiro por Gouveia et al. (2005), para este estudo, expôs um alfa de Cronbach de 0,84.

Questionário Sociodemográfico: Ao final do questionário, foram incluídas perguntas sobre idade, gênero, classe social, estado civil, profissão, cidade e região de residência, visando descrever as características da amostra.

Procedimentos

O estudo foi inicialmente submetido à avaliação do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Após a aprovação, foram iniciadas as atividades de coleta de dados, consoante as diretrizes da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que incluía informações sobre a pesquisa, os contatos dos pesquisadores e a garantia de que poderiam desistir de sua participação a qualquer momento, caso se sentissem desconfortáveis. A coleta de dados foi realizada em ambiente online.

Análise de dados

As correlações entre as variáveis foram analisadas através do software SPSS, com foco nas relações entre as representações positivas e negativas e os indicadores de autoestima e satisfação com a vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo tem como base o Modelo Geral da Aprendizagem (GLM), proposto por Buckley e Anderson (2006), que amplia os conceitos do Modelo Geral da Agressão (Anderson; Bushman, 2002) para incluir comportamentos não agressivos, como os influenciados pela exposição à mídia. O GLM aponta que tanto as experiências diretas quanto as indiretas moldam as estruturas de conhecimento dos indivíduos, influenciando suas percepções, cognições e comportamentos. No que tange à mídia, essa exposição pode automatizar respostas comportamentais ao longo do tempo, afetando significativamente como as pessoas interpretam e reagem a diferentes situações.

O GLM sugere que variáveis pessoais, situacionais e sociais interagem para influenciar o estado interno de um indivíduo, incluindo cognições, afetos e excitação, que por sua vez determinam a interpretação e a resposta a um contexto específico (Buckley; Anderson, 2006). A exposição contínua a um certo tipo de mídia pode levar a impactos de longo prazo nas atitudes

e comportamentos, especialmente em relação a objetos psicológicos retratados na mídia (Barlett & Anderson, 2006; Gentile et al., 2009), como a comunidade LGBTQ+. Dessa forma, a mídia desempenha um papel crucial na formação e reforço de atitudes, sejam elas positivas ou negativas, em relação a grupos minoritários.

Embora ainda sejam limitados os estudos que aplicam diretamente o GLM ao tema da representação LGBTQ+, a literatura existente, especialmente pesquisas baseadas no Modelo Geral da Agressão, aponta para mudanças nas atitudes após o consumo de mídia que retrata grupos minoritários (Saleem & Anderson, 2013; Yang et al., 2014). Esses achados sugerem que a aplicação do GLM ao estudo da exposição à mídia LGBTQ+ pode ajudar a compreender como essas representações afetam a saúde mental e as atitudes dos jovens LGBTQ+, assim como Dias et al. (2023) discute em seu estudo, oferecendo uma base teórica sólida para a análise dos resultados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo indicam que a exposição a representações positivas da comunidade LGBTQ+ na mídia está significativamente associada a um maior bem-estar psicológico entre as jovens brasileiras LGBTQ+. Especificamente, observou-se uma correlação positiva entre a exposição a mídias positivas e a satisfação com a vida ($r = 0,29$, $p < 0,01$), bem como um aumento na autoestima ($r = 0,27$, $p < 0,01$). Esses achados estão consoante GLM (Buckley; Anderson, 2006), que sugere que as experiências de aprendizado mediadas pela exposição contínua a conteúdos específicos podem moldar as cognições, afetos e comportamentos dos indivíduos. A exposição repetida a representações afirmativas e inclusivas na mídia parece reforçar atitudes positivas e a validação das identidades LGBTQ+, promovendo, assim, uma melhor saúde mental.

Por outro lado, a exposição a representações negativas da comunidade LGBTQ+ mostrou uma correlação negativa com a autoestima ($r = -0,14$, $p < 0,05$), indicando que conteúdos midiáticos estigmatizantes podem prejudicar a autoimagem e o bem-estar psicológico das jovens LGBTQ+. Este resultado também é explicado pelo GLM, que postula que a internalização de narrativas negativas mediante repetidas exposições midiáticas pode levar à formação de atitudes desfavoráveis e autopercepções depreciativas (Barlett & Anderson, 2006). Esses efeitos são consistentes com as evidências de que a mídia pode influenciar as

atitudes explícitas e implícitas em relação a grupos minoritários, conforme demonstrado em estudos anteriores (Saleem; Anderson, 2013; Yang et al., 2014).

Além disso, o GLM sugere que as variáveis pessoais, como orientação sexual e gênero, em interação com variáveis situacionais, como o tipo de mídia consumida, afetam o estado interno dos indivíduos e, consequentemente, suas respostas comportamentais e emocionais (Dias et al., 2023). Isso significa que as jovens expostas a mídias positivas sobre a comunidade LGBTQ+ podem desenvolver uma autoimagem mais positiva e uma maior resiliência em face de adversidades sociais, enquanto aquelas que consomem predominantemente conteúdos negativos podem estar mais vulneráveis a problemas de autoestima e saúde mental (McInroy; Craig, 2019). Esses achados sublinham a importância de promover práticas midiáticas mais inclusivas e afirmativas, que validem e valorizem as identidades LGBTQ+, contribuindo para o bem-estar psicológico dessa população.

Os resultados reforçam a teoria de que a mídia não apenas reflete, mas reformula ativamente as atitudes e comportamentos dos indivíduos. Com base no GLM, pode-se haver uma melhor compreensão de como a exposição a diferentes tipos de mídia influencia a satisfação com a vida e a autoestima das jovens LGBTQ+, ressaltando a necessidade de intervenções que promovam a diversidade e a inclusão nas narrativas midiáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo conclui que a representação midiática tem um impacto significativo no bem-estar psicológico das jovens brasileiras LGBTQ+. As representações positivas da comunidade LGBTQ+ são fundamentais para promover uma autoestima elevada e uma maior satisfação com a vida, enquanto as representações negativas podem ter efeitos prejudiciais.

As conclusões deste estudo se debruçam sobre a importância de práticas midiáticas inclusivas e afirmativas, que validem e valorizem as identidades LGBTQ+, contribuindo para a promoção da saúde mental e do bem-estar dessa população. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem intervenções específicas que reduzam os efeitos negativos das representações estigmatizantes e amplifiquem os benefícios das representações positivas. É necessário políticas públicas que incentivem a produção de conteúdo inclusivo e a regulação de narrativas discriminatórias podem ser estratégias eficazes para melhorar o bem-estar

psicológico da população LGBTQ+. A mídia pode ser uma ferramenta poderosa contra o preconceito e a discriminação, e este estudo aprofunda a compreensão desse papel.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. A.; BUSHMAN, B. J. Human aggression. **Annual Review of Psychology**, v. 53, p. 27–51, 2002. DOI: 10.1146/annurev.psych.53.100901.135231.

BARLETT, C.; ANDERSON, C. Examining media effects: the General Aggression and General Learning Models. In: VALDIVIA, A. N. (Ed.). **The International Encyclopedia of Media Studies**. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd., 2012. p. 1–20.

BUCKLEY, K.; ANDERSON, C. A theoretical model of the effects and consequences of playing video games. In: VORDERER, P.; BRYANT, J. (Eds.). **Playing video games—Motives, responses and consequences**. Mahwah, NJ: LEA, 2006. p. 363–378.

CRAIG, Shelley L.; McINROY, Lauren; McCREADY, Lance T.; ALAGGIA, Ramona. Media: A Catalyst for Resilience in Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Youth. **Journal of LGBT Youth**, v. 12, n. 3, p. 254-275, 2015. DOI: 10.1080/19361653.2015.1040193.

D'EMILIO, John. The World Turned: Essays on Gay History, Politics, and Culture. **Durham: Duke University Press**, 2002. DOI: https://doi.org/10.1215/9780822383925

DIAS, E. V. A.; SANTOS, I. L. S.; PIMENTEL, C. E. Exposure and attitudes towards LGBTQ+ in the media: Development of measures and the moderating role of sexual orientation. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 20, p. 1232-1244, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s13178-023-00792-5. Acesso em: 29 ago. 2024.

GENTILE, D. A. et al. The effects of prosocial video games on prosocial behaviors: international evidence from correlational, longitudinal, and experimental studies. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 35, n. 6, p. 752–763, 2009. DOI: 10.1177/0146167209333045.

GLOBO. **Representatividade LGBTQIAPN+ na mídia**. 2024. Disponível em: https://gente.globo.com/representatividade-lgbtqiapn-na-midia/#:~:text=Quando%20falamos%20de%20representatividade%20na,LGBTQIAPN%2B%20representadas%20regularmente%20em%20imagens. Acesso em: 29 ago. 2024.

GOUVEIA, V. V.; CHAVES, S. S. S.; OLIVEIRA, I. C. P.; CARNEIRO, M. B. Medindo a satisfação com a vida dos médicos no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 54, n. 4, p. 398-305, 2005.

GROSS, Larry. **Up from invisibility**: Lesbians, gay men, and the media in America. New York: Columbia University Press, 2001.

HURD, L.; MAHAL, R.; NG, S.; KANAGASINGAM, D. From invisible to extraordinary: representations of older LGBTQ persons in Canadian print and online news media. **Journal of Aging Studies**, v. 55, p. 100877, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jaging.2020.100877

HUTZ, C. S. **Adaptação da escala de autoestima de Rosenberg**. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

IBM. **IBM SPSS Statistics**. Disponível em: https://www.ibm.com/br-pt/products/spss-statistics. Acesso em: 29 ago. 2024

MCINROY, Lauren B.; CRAIG, Shelley L. "It's Like a Safe Haven Fantasy World": Online Fandom Communities and the Identity Development Activities of Sexual and Gender Minority Youth. **Psychology of Popular Media Culture**, [S.l.], p. 1-14, 14 mar. 2019. DOI: 10.1037/ppm0000234.

MOCARSKI, R. et al. The rise of transgender and gender diverse representation in the media: impacts on the population. **Communication, Culture & Critique**, v. 12, n. 3, p. 416–433, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ccc/tcz031. Acesso em: 29 ago. 2024.

REGHIN, P. dos S. **A representatividade LGBTQIAP+ na publicidade**: uma análise dos anúncios publicitários no Instagram da marca Natura. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS-MG), Varginha, 2021.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. Psicologia social. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2016.

SALEEM, M.; ANDERSON, C. A. Arabs as terrorists: effects of stereotypes within violent contexts on attitudes, perceptions and affect. **Psychology of Violence**, v. 3, p. 84–99, 2013. DOI: 10.1037/a0030038.

UNICEF Brasil. 23 jun. 2023. **LGBTQIAP+ e saúde mental**. UNICEF Brasil. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/blog/lgbtqiap-mais-e-saude-mental Acesso em: 29 ago. 2024.

VENTURA, C. A. A. (2017). Saúde mental e vulnerabilidade: desafios e potencialidades na utilização do referencial dos direitos humanos. SMAD. **Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, 13(4), 174-175. https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v13i4p174-175

YANG, G. S. et al. Effects of avatar race in violent video games on racial attitudes and aggression. **Social Psychological and Personality Science**, v. 5, p. 698–704, 2014. DOI: https://doi.org/10.1177/1948550614528008.

PERSONALIDADE E ASSÉDIO SEXUAL ONLINE: O PAPEL MEDIADOR DO SEXISMO AMBIVALENTE

Débora Cristina Nascimento de Lima [1]
Isabella Leandra Santos Silva [2]
Thais Emanuele Galdino Pessoa [3]
Edson Felipe Vieira da Silva [4]
Carlos Eduardo Pimentel [5]

RESUMO

O Assédio Sexual Online (ASO) é entendido como avanços sexuais, atenção sexual indesejadas ou ameaças sexuais. Envolve também envio ou recebimento não solicitado de material digital privado, ou explícito, insultos baseados no gênero, comentários sexuais indesejados e pedidos sexuais indesejados, realizadas por meio de plataformas eletrônicas (*e.g.,* internet e dispositivos móveis). Mesmo diante dos efeitos danosos na saúde mental de suas vítimas, este comportamento é pouco investigado no cenário nacional. Considerando esta lacuna teórica, o objetivo deste trabalho foi avançar na literatura brasileira quanto ao ASO e investigar qual o papel da personalidade e do sexismo ambivalente para a perpetração deste comportamento. Para atingir tal objetivo, contamos com uma amostra de 250 participantes, majoritariamente da região Nordeste, com idades entre 18 e 69 anos ($M = 26{,}38$; $DP = 9{,}35$; $EP = 0{,}59$). Os instrumentos utilizados foram a Escala de Assédio Sexual O*nline* (EASO), o Inventário de Sexismo Ambivalente e a Tríade Sombria da Personalidade. Os resultados indicaram que os dois fatores do sexismo (e.g., benévolo e hostil) medeiam a relação entre a personalidade e ASO (GFI = 0,92, CFI = 0,94, TLI = 0,93, RMSEA = 0,06 (90% CI: 0,05 - 0,06), SRMR = 0,09). Especificamente, o sexismo benevolente mediou a relação entre personalidade e o fator de atenção sexual indesejada, e o sexismo hostil mediou, tanto a relação entre personalidade e o fator de atenção sexual indesejada, quanto com o fator de assédio de gênero. Mesmo diante dos avanços alcançados, sugerimos que estudos futuros testem os efeitos do ASO no comportamento por meio de experimentos.

Palavras-chave: Assédio sexual online, Personalidade, Sexismo ambivalente, Mediador.

INTRODUÇÃO

O Assédio Sexual Online (ASO) é definido como avanços sexuais ou atenção sexual indesejada, assim como ameaças sexuais, realizadas por meio de plataformas eletrônicas (*e.g.,* internet e dispositivos móveis). Isso abrange, mas não se limita a envio ou recebimento não

[1]Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, deboracristinalima58@gmail.com;
[2] Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, isalss2010@gmail.com
[3] Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, thaisgaldinos2@gmail.com
[4] Mestrando em Psicologia Social Universidade Federal da Paraíba - UFPB, edsonfeliti@gmail.com
[5] Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Brasília – UNB, cep@academico.ufpb.br

solicitado de material digital privado ou explícito, insultos baseados no gênero, comentários sexuais indesejados e pedidos sexuais indesejados (Buchanan; Mahoney, 2021).

Considerando os efeitos deletérios do ASO na saúde mental de suas vítimas (Dahlqvist; Gadin, 2018), pesquisas têm sido realizadas com o intuito de explorá-lo tanto a partir da relação com outros construtos psicossociais, quanto dos possíveis preditores deste crime virtual. A literatura tem buscado apreender este fenômeno da forma mais completa possível, como, por exemplo, partindo de duas perspectivas: fatores internos, considerados subjetivos, como a personalidade, e fatores externos ou aspectos socioculturais, a exemplo do sexismo ambivalente (Schokkenbroek; Ponnet; Hardyns, 2024; Martínez-Bacaicoa, et al., 2024).

A personalidade tem sido estudada com foco nos traços de personalidade antagônicos e socialmente aversivos, como aqueles encontrados na tríade sombria da personalidade. Os traços que a compõem são: narcisismo (e.g., sensação de grandeza), maquiavelismo (e.g., foco na manipulação cínica e desprovida de princípios) e psicopatia (e.g., pela impulsividade, e falta de sensibilidade) (Paulhus; Williams, 2002). No estudo de Gunnoo, Jackson e Saling (2024) a personalidade sombria e o uso de aplicativos de namoro previram positivamente a perpetração de crimes sexuais cometidos no ambiente *online.* Já na pesquisa conduzida por Pineda et al. (2023) os resultados mostraram que estes traços da personalidade estão intimamente relacionados com a vitimização por ASO.

Por outro lado, o sexismo ambivalente também é considerado um construto importante na compreensão do ASO. Este possui duas dimensões: a benévola (e.g., mulheres precisam ser cuidadas, pois, são dependentes e frágeis), e a hostil (e.g., crenças na superioridade biológica dos homens) (Glick; Fiske, 1996; 2001). Os resultados apresentados por Rodríguez-Castro et al. (2021) indicam mais níveis de ASO em homens, além de manifestarem atitudes sexistas mais hostis em comparação com as mulheres. Além disso, no campo dos jogos *online,* o sexismo hostil contribui para as crenças sexistas dos jogadores homens, e conduz provavelmente a comportamentos de assédio contra as jogadoras (Fox; Potocki, 2016).

No entanto, no Brasil, especificamente, nota-se que o debate acerca do ASO passou a ganhar força há pouco tempo, e ainda estamos engatinhando ao nível de pesquisas, mesmo que não seja uma novidade que ele aconteça (Fuzinelli; Garcia; Caramaschi, 2019). Desta forma, considerando a discussão acima é possível observar, primeiramente: a carência de estudos no contexto brasileiro acerca do ASO, e segundo, a necessidade de compreender a relação do fenômeno com fatores internos e externos. Assim, o objetivo deste trabalho foi avançar na

literatura brasileira quanto ao ASO e investigar qual o papel da personalidade e do sexismo ambivalente para a perpetração deste comportamento.

METODOLOGIA

Materiais e Método

Participantes

Participaram 250 sujeitos em uma amostra não probabilística e por conveniência. Os participantes possuíam idades entre 18 e 69 anos (M = 26,38; DP = 9,35; EP = 0,59). A amostra foi composta, em sua maioria, por indivíduos da região Nordeste (75, 2%), sexo feminino (70%), solteiros (49,2%) e heterossexuais (69,2%). Por fim, se caracterizavam como classe média (61,6%), com ensino superior incompleto (58%), que utilizam a rede social *WhatsApp* (40,8%) com mais frequência.

Instrumentos

The Online Sexual Harassment Scale. Desenvolvida por Buchanan e Mahoney (2021). A versão aplicada possui 11 itens, que descrevem experiências indesejadas vivenciadas nos últimos doze meses enquanto o participante usava a internet ou dispositivos móveis. Os itens são divididos em dois fatores: atenção sexual indesejada (*e.g.,* enviei mensagens de texto, imagens e/ou vídeos com conteúdo sexual explícito) e assédio de gênero (e.g., enviei mensagens preconceituosas contra mulheres (por ex: mulher no volante, perigo constante). A escala de resposta, do tipo Likert, variava de 0 = nunca a 4 = o tempo todo.

Tríade Sombria da Personalidade. Validada para o Brasil por Gouveia et al. (2016), a medida é formada por 12 itens igualmente distribuídos em três traços: maquiavelismo (e.g., costumo bajular as pessoas para conseguir o que quero), narcisismo (*e.g.,* eu tendo a buscar prestígio ou status) e psicopatia (e.g., eu tendo a ter falta de remorso). Respondido em escala Likert de 5 pontos, variando de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente).

Inventário de Sexismo Ambivalente. Validada por Formiga, Gouveia e Santos (2016) visando avaliar o sexismo contra as mulheres sob duas dimensões: a hostilidade (*e.g.,* a maioria das mulheres não aprecia completamente tudo o que os homens fazem por elas) e benevolência (*e.g.,* as mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens) em um conjunto de 22 itens. É respondida em uma escala do tipo Likert de quatro pontos, variando de 1 = Discordo totalmente a 4 = Concordo totalmente.

Questionário sociodemográfico. Para caracterizar a amostra, o questionário apresentava perguntas sobre idade, sexo, estado civil, orientação sexual, escolaridade, nível socioeconômico e religiosidade

Procedimentos

Inicialmente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para emissão do parecer favorável (5.659.342). Os participantes foram notificados que a pesquisa era voluntária, com objetivo acadêmico e sem fins lucrativos. A seguir, ao aceitar participar da pesquisa, os sujeitos assentiram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato das respostas e sigilo da identidade dos participantes. Por fim, também era informado que a pesquisa não oferecia nenhum risco à saúde, à integridade biopsíquica, moral e espiritual, recomendados pela Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

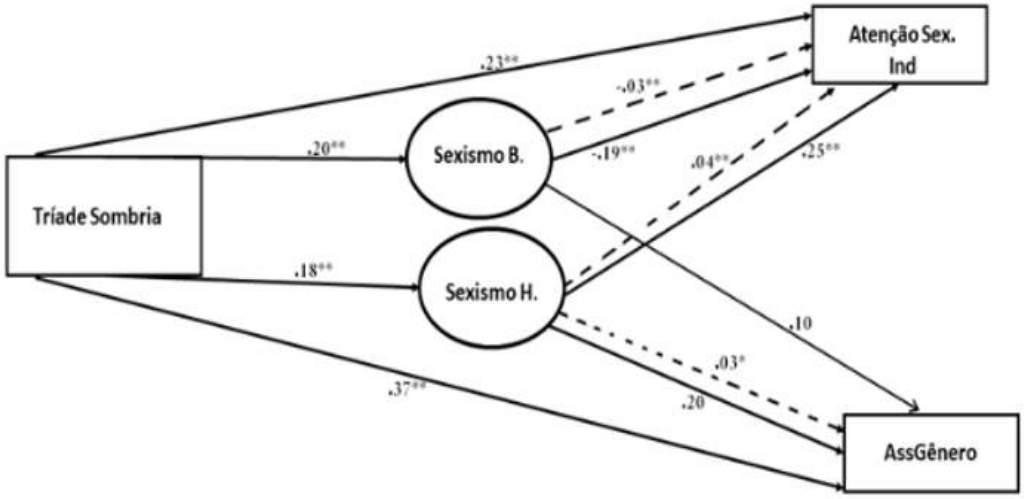
Análise de dados

Utilizamos o *software Jasp* (Jasp team, 2022) para realizar a Modelagem por Equações Estruturais (SEM). Aplicamos o estimador ULS para observar o papel mediador do sexismo ambivalente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realizarmos as análises descritivas da amostra, procedemos com a SEM. Testamos o modelo em que os dois fatores do sexismo medeiam a relação entre a personalidade e ASO. Este modelo demonstrou valores de ajuste adequados: GFI = 0,92, CFI = 0,94, TLI = 0,93, RMSEA = 0,06 (90% CI: 0,05 - 0,06), SRMR = 0,09. Os dados detalhados podem ser observados na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Sexismo ambivalente medeia a relação entre a personalidade e ASO



Notas: *=p<0,05, ** = p<0,01.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O objetivo do presente estudo foi testar o papel do sexismo ambivalente na relação entre a personalidade e ASO em uma amostra nacional. Em resumo, foi possível observar efeitos diretos e indiretos do sexismo ambivalente na atenção sexual indesejada e no assédio de gênero, os resultados serão discutidos detalhadamente a seguir.

Para Sublette e Mullan (2012), em certos ambientes é esperado que sexismo hostil seja mais determinante e saliente do que o sexismo benevolente, contudo, nossos resultados mostraram que o sexismo benevolente mediou, de forma significativa e negativa, a relação entre personalidade e atenção sexual indesejada (λ = - 0, 03, p < 0, 01). Uma possível explicação se centra no fato do sexismo benévolo não ser flagrante, ele é reconhecido como uma postura de cuidado, pois, entende a mulher como um ser frágil e delicado, contudo, há a desvalorização das capacidades e habilidades das mulheres (Glick; Fiske, 1996).

Por outro lado, o sexismo hostil mediou, de forma significativa e positiva, a relação entre personalidade e atenção sexual indesejada (λ = 0, 04, p < 0, 01). No estudo de Tang e Fox (2016) e Tang, Reer e Quandt (2019) os níveis mais elevados de sexismo hostil predisseram a perpetração de assédio sexual em jogos *online.* Já na pesquisa de Rodriguez-Castro et al. (2021) o sexismo hostil é um fator que prevê o abuso digital nos encontros.

Por fim, quando testamos o papel mediador do sexismo hostil na relação entre personalidade e assédio de gênero, a mediação obteve efeitos indiretos positivos ($\lambda = 0, 03$, $p < 0,05$), pois, o sexismo hostil é referido como a rejeição de mulheres que desafiam os papéis tradicionais de género (Hill; Marshall, 2018). Na pesquisa de Seo, Oh e Kil (2022) o sexismo hostil foi positivamente associado a atitudes sexistas no ambiente *online* ($\beta = 0,259$, $p < 0,001$), além disso, resultados mostraram que o assédio em jogos *online* foi indiretamente influenciado pelo sexismo hostil ($\beta = .026$, $p < .05$).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados e discutidos acima indicam a necessidade de se investigar de forma mais abrangente possível, sabendo que é complexa a tarefa de abarcar o indivíduo em totalidade, fatores que podem influenciar os comportamentos danosos dos sujeitos no meio virtual. No caso do nosso estudo, os traços da personalidade e as crenças sexistas desempenharam papel crucial na compreensão do ASO em brasileiros. Os efeitos diretos e indiretos encontrados em nossos estudos destacam a importância dos fatores pessoais, como as características pessoais, e fatores sociais, como as características contextuais, na perpetuação desta agressão *online.* Por fim, pesquisas futuras podem investigar de forma mais aprofundada e por meio de experimentos, os efeitos do ASO no comportamento.

REFERÊNCIAS

BUCHANAN, N.; MAHONEY, A. Development of a scale measuring online sexual harassment: examining gender differences and the emotional impact of sexual harassment victimization online. **Legal and Criminological Psychology,** v. 27, n. 1, p. 63-81, 2021. DOI: 10.1111/lcrp.12197. Disponível em: https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/lcrp.12197. Acesso em: 18 ago. 2024.

DAHLQVIST, H.; GÅDIN, K. Online Sexual Victimization in Youth: Predictors and Cross-Sectional Associations with Depressive Symptoms. **European Journal of Public Health,** v. 28, n. 6, p.1018–23. 2018. DOI: 10.1093/eurpub/cky102. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29868848/. Acesso em 18/08/2024

FORMIGA, N.; GOUVEIA, V.; SANTOS, M. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 1, p. 103-111, 2002. DOI: 10.1590/S1413-73722002000100013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/8MMkftD47ShgRV4BnN6Zvyf/. Acesso em: 19 ago. 2024.

FOX, J.; POTOCKI, B. 2016. Lifetime video game consumption, interpersonal aggression,

hostile sexism, and rape myth acceptance: A cultivation perspective. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 31, n. 10, p. 1912-1931. 2016. DOI:10.1177/0886260515570747. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260515570747. Acesso em: 18 ago. 2024.

FUZINELLI, J.; GARCIA, L.; CARAMASCHI, S. Assédio Sexual: uma análise do conceito entre o público universitário feminino. **Revista educação em debate**, v. 41, n.79, p. 22–34. 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/351126445_ASSEDIO_SEXUAL_UMA_ANALISE_DO_CONCEITO_ENTRE_O_PUBLICO_UNIVERSITARIO_FEMININO. Acesso em 19/08/2024

GLICK, P.; FISKE, S. The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of Personality and Social Psychology,** v.70, n. 3, p. 491–512. 1996. DOI: 10.1037/0022-3514.70.3.491. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/1996-03014-006. Acesso em: 18 ago. 2024.

GLICK, P.; FISKE, S. An ambivalent alliance: hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. **American Psychologist,** v. *56*, n. 02, p. 109–118. 2001. DOI: 10.1037/0003-066X.56.2.109. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2001-00159-001. Acesso em: 18 ago. 2024.

GOUVEIA, V. *et al.* Avaliando o lado sombrio da personalidade: evidências psicométricas do Dark Triad Dirty Dozen. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 50, n.3, p. 420-432, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/284/28450492010.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

GUNNOO, A; JACKSON, M.; SALING, L. The dark triad, dating app use and online disinhibition positively predict technology facilitated sexual violence perpetration. **Journal of Criminology**, p. 1–16. DOI:10.1177/26338076241254844. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/26338076241254844. Acesso em 18/08/2024

HILL, S.; MARSHALL, T. Beliefs about sexual assault in India and Britain are explained by attitudes toward women and hostile sexism. **Sex Roles**, v. 79, n. 7-8, p. 421-430. 2018. DOI: 10.1007/s11199-017-0880-6. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30319168/. Acesso em: 18 ago. 2024.

MARTÍNEZ-BACAICOA, J.; REAL-BRIOSO, N.; MATEOS-PÉREZ, E.; GÁMEZ-GUADIX, M. The role of gender and sexism in the moral disengagement mechanisms of technology-facilitated sexual violence. Computers in Human Behavior, v.152. 2024. DOI: 10.1016/j.chb.2023.108060. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0747563223004119. Acesso em: 19 ago.2024.

PAULHUS, D.; WILLIAMS, K. The dark triad of personality: narcissism, machiavellianism, and psychopathy. **Journal of Research in Personality**, v. 36, n. 6, p. 556-563, 2002. DOI: 10.1016/s0092-6566(02)00505-6. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0092656602005056. Acesso em: 18 ago. 2024.

PINEDA, D.; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, A.; GALÁN, M.; RICO-BORDERA, P.; PIQUERAS, J. The Dark Tetrad and online sexual victimization: Enjoying in the distance. **Computers in Human Behavior,** v. 142. DOI: 10.1016/j.chb.2023.107659. Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0747563223000109. Acesso em: 18 ago. 2024.

RODRÍGUEZ-CASTRO, Y., MARTINÉZ-ROMÁN, R., ALONSO-RUIDO, P., ADÁ-LAMEIRAS, A., & CARREIRA-FERNANDEZ, M. Intimate partner cyberstalking, sexism, pornography, and sexting in adolescents: new challenges for sex education. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 4. 2021. DOI: 10.3390/ijerph18042181. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33672240/. Acesso em: 18 ago. 2024.

SEO, Y.; OH, P.; KIL, W. Into the wolves' den: an investigation of predictors of sexism in online games. **Behaviour & Information Technology**, v. 41, n. 8, p. 1740-1754. 2022. DOI: 10.1080/0144929X.2021.1899287. Disponível em: Acesso em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0144929X.2021.1899287. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHOKKENBROEK, J.; PONNET, K.; HARDYNS, W. Young Adults' Online and In-Person Sexual Harassment Experiences in Romantic Relationships: Exploring the Role of Relationship Type and Dark Triad Personality Traits**. International Criminal Justice Review,** v. 34, n. 3, p. 262-283, 2024. DOI: 10.1177/10575677231214181. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10575677231214181?icid=int.sj-full-text.citing-articles.2. Acesso em: 19 ago. 2024.

SUBLETTE, V.; MULLAN, B. Consequences of play: A systematic review of the effects of online gaming. **International Journal of Mental Health & Addiction,** v.10, n. 1, p. 3-23. 2012. DOI: 10.1007/s11469-010-9304-3. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225513138_Consequences_of_Play_A_Systematic_Review_of_the_Effects_of_Online_Gaming. Acesso em: 18 ago. 2024.

TANG, W.; FOX, J. Men's harassment behavior in online video games: personality traits and game factors. **Aggressive Behavior,** v. 42, n. 6, p. 513-521, 2016. DOI: 10.1002/ab.21646. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ab.21646. Acesso em: 19 ago. 2024.

TANG, W.; REER, F.; QUANDT, T. Investigating sexual harassment in online video games: how personality and context factors are related to toxic sexual behaviors against fellow players. **Aggressive Behavior**, v. 46, n. 1, p. 127-135, 2019. DOI: 10.1002/ab.21873. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ab.21873. Acesso em: 19 ago. 2024.

POR TRÁS DAS GRADES: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PRÁTICAS DE TORTURA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Maria Eduarda Queiroz Gerônimo Leite[1]
Geovana Evangelista dos Santos[2]
Maria Larissa Queiroz Gerônimo Leite[3]
Rebecka Wanderley Tannuss[4]
Nelson Gomes de Sant´Ana e Silva Junior[5]
Breno Marques de Mello (Orientador)[6]

RESUMO

Em 2023, a população carcerária brasileira totalizou 843.871 pessoas presas, as quais são expostas constantemente a diversas violações aos direitos humanos. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) desempenha um papel fundamental na identificação e na exposição destas violações, visto que produz frequentes relatórios de inspeções realizadas em unidades de privação de liberdade. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar algumas das principais práticas de tortura encontradas no sistema prisional brasileiro. Adotou-se o método da pesquisa documental, que se concretizou através da análise de relatórios de inspeção publicados pelo MNPCT entre os anos de 2016 e 2023, sob o referencial teórico da Criminologia Crítica. Os dados coletados revelam que as práticas de tortura são frequentes e diversificadas, englobando o uso da força, o emprego de violência física e psicológica, o isolamento compulsório, entre outras práticas. As condições às quais os indivíduos são expostos durante o cumprimento da pena privativa de liberdade são sub-humanas, excedendo a pena legal e judicialmente imposta. Diante disso, a prisão se consolida como uma instituição voltada à produção de violência e sofrimento. Sendo assim, concluiu-se que o sistema carcerário é palco de massivas e frequentes violações a direitos humanos, sugerindo que o debate sobre a abolição dessa estrutura deve ser amplamente aprofundado.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Tortura, Sistema Prisional, Violência, Encarceramento.

INTRODUÇÃO

Os índices de aprisionamento no Brasil apresentaram um aumento de 262,56% desde o ano 2000, quando o número de pessoas presas no país era de 232.755 (Brasil, 2024). No

[1]Graduanda em Direito pela UFPB, Pesquisadora e Extensionista do Lapsus/UFPB, eduardaqueirozleite@gmail.com;
[2]Graduanda em Pedagogia pela UFPB, Pesquisadora e Extensionista do Lapsus/UFPB, geovanaevangelista2004@gmail.com;
[3]Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela UFPB, Pesquisadora e Extensionista do Lapsus/UFPB, maria.larissa@academico.ufpb.br;
[4]Professora do Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB, Doutora em Psicologia pela UFRN, Coordenadora do Lapsus/UFPB, rebeckatannuss@gmail.com;
[5]Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, Doutor em Psicologia pela UFRN, Coordenador do Lapsus/UFPB, nelson.junior@academico.ufpb.br;
[6]Perito do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba (MEPCT-PB), Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Odontologia da UFPB, brenodii@gmail.com.

segundo semestre de 2023, a população carcerária brasileira totalizou 843.871 pessoas presas (Brasil, 2024). Além do crescente quantitativo de pessoas encarceradas, chama atenção o fato de que o sistema prisional é palco frequente de violências, abusos e violações aos direitos humanos. Práticas de tortura são constantes durante a pena privativa de liberdade.

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) desempenha um papel muito relevante diante desse contexto, visto que atua na defesa dos direitos humanos e no combate a práticas de tortura em unidades de privação de liberdade. Conforme estabelece a Lei nº 12.847/2013, o referido órgão tem a incumbência de realizar visitas periódicas e regulares a pessoas privadas de liberdade em todas as unidades federativas e, a partir disso, produzir relatórios circunstanciados relativos à cada visita realizada, que, a cada ano, devem ser difundidos em um relatório anual. Esses relatórios são responsáveis por expor diversas violações a direitos fundamentais perpetradas em prisões.

Isso posto, este trabalho tem como objetivo analisar algumas das principais práticas de tortura que acontecem no sistema prisional brasileiro. Para tanto, adotamos como método a pesquisa documental, pautada na coleta e na análise dos relatórios de inspeção publicados pelo MNPCT. Os documentos foram encontrados na base de dados eletrônica do MNPCT[7]. Optamos por incluir na análise os relatórios anuais e bianuais (tipo de relatório), excluindo os relatórios temáticos e os relatórios de visitas a unidades com restrição de liberdade. Dessa forma, ao todo, selecionamos 6 (seis) documentos, publicados entre 2016 e 2023, os quais foram analisados à luz do referencial teórico da Criminologia Crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1989) entende como tortura todos os atos que são realizados com o objetivo de anular a personalidade do indivíduo, física ou mental. A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1991) considera como tortura as ações realizadas intencionalmente para coagir ou punir os indivíduos, que resultam em sofrimento físico ou mental. Portanto, o conceito de tortura é amplo e não se restringe a agressões físicas, mas

[7]A base de dados do MNPCT pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: https://mnpctbrasil.wordpress.com/relatorios/.

engloba diversas práticas violadoras que atentam contra a dignidade humana, constatadas pelo MNPCT como uma constante no sistema prisional brasileiro.

Historicamente, as prisões foram concebidas não apenas como locais de reclusão, mas também como espaços de punição severa, onde a dignidade humana é frequentemente negligenciada (Foucault, 2014). Não à toa, "práticas de tortura operadas pelo Estado são mais disseminadas em espaços de privação de liberdade, ou seja, a natureza dessas unidades e a própria forma como são organizadas favorecem a ocorrência das práticas de tortura" (Simas, 2020, p. 11). Desse modo, o cumprimento da pena de privação de liberdade é atravessado por diversas violências e castigos que excedem a pena legal e judicialmente imposta. Tal quadro perpetua um ciclo de maus-tratos e desumanização, refletindo mais do que uma falha sistemática quanto a proteger os direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, mas uma atuação ostensiva no sentido de violá-los.

A pena de reclusão consiste em um castigo no qual o sofrimento é elemento essencial, exacerbado por uma série de fatores, como a superlotação dos presídios, as condições insalubres dos pavilhões, a alimentação insuficiente e inadequada, o difícil acesso à saúde e à educação, além da naturalização de agressões físicas, abuso de poder, tortura psicológica e negligência sistemática de direitos humanos básicos (Brasil, 2023).

Dentre as práticas degradantes relatadas pelo MNPCT, o "uso da força" foi uma categoria que se destacou, comparecendo em todos os relatórios analisados (Brasil, 2016; Brasil, 2017; Brasil, 2018; Brasil, 2020; Brasil, 2022; Brasil, 2023). Trata-se de uma prática problemática, exercida de maneira excessiva, desproporcional e/ou injustificada, configurando-se como uma forma de tortura institucionalizada. O quadro a seguir ilustra o panorama encontrado quanto ao "uso da força" pelo Estado através de policiais penais, sendo uma prática constatada em vários estados e estabelecimentos prisionais:

Quadro 1 – Uso da força

ESTADO	TRECHO
Alagoas	A equipe do MNPCT ouviu muitos relatos da atuação violenta de policiais penais, sobretudo do GERIT. As pessoas presas informaram que quando as revistas nas celas são realizadas, muitos dos seus pertences são destruídos de maneira arbitrária pelos agentes de segurança. Quando as pessoas presas fazem reclamações, por exemplo, pedindo atendimento de

	saúde, elas são agredidas ou ameaçadas de levar tiros de bala de borracha e "tomar bonde" (transferência) (Brasil, 2023, p. 27).
Pará	Vários foram os relatos de violência associados às revistas, particularmente referindo-se ao primeiro momento da intervenção, quando foram colocadas pelos agentes homens de calcinha e sutiã até no pátio molhado, algumas em cima de formigueiros, devendo permanecer sentadas, com o corpo encolhido, em silêncio, até o fim da revista nas celas (Brasil, 2020, p.48).
Roraima	Conforme narrativas das presas e de profissionais, em um procedimento realizado por forças especiais de segurança na Cadeia Feminina, policiais militares teriam jogado tanto spray de pimenta na unidade, que uma das crianças passou tão mal que teve de ser removida com urgência para o hospital, configurando ato de tortura contra um recém-nascido (Brasil, 2018, p.42).
Pará	Forças especiais de segurança pública entram sistematicamente nas unidades prisionais estaduais sem um protocolo de ação. Tais entradas de forças especiais nas unidades prisionais são marcadas por uma série de violações de direitos, como prática de tortura e maus tratos (Brasil, 2017, p.21).

Fonte: autoral, com base em dados retirados de relatórios do MNPCT.

Destarte, nota-se como os armamentos menos letais – como balas de borracha e gás lacrimogênio – são utilizados dentro das prisões para subjugar e violentar os indivíduos. Tais práticas demonstram que as pessoas privadas de liberdade são frequentemente despojadas de sua humanidade e tratadas como meros objetos de punição à medida que é no cárcere que o controle máximo sobre os corpos dos indivíduos é exercido (Karam, 2011).

Além disso, os relatórios também apontam com frequência para o uso desmedido do "isolamento compulsório" como ferramenta de punição. Tal prática consiste na privação da convivência do encarcerado com os outros. Há previsão legal para a aplicação da medida como sanção disciplinar imposta para indivíduos que cometem infrações à execução da pena, ou para aqueles considerados de "extrema periculosidade", submetidos ao cumprimento do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) (Ferrarini; Diorio; Shecaira, 2023).

Nesses casos, o MNPCT explica que, ao supostamente infringir uma norma disciplinar, o apenado deveria passar por um procedimento interno de investigação e, caso fosse considerado responsável, poderia receber uma sanção. No entanto, constatou-se que os

encarcerados “eram isolados sem que tivessem sofrido qualquer procedimento disciplinar, sem garantia de contraditório e ampla defesa” (Brasil, 2016, p. 35), o que indica que o isolamento é aplicado ilegal e arbitrariamente.

Vale destacar que, mesmo nos casos em que existe procedimento disciplinar subsidiando o isolamento do indivíduo, o instrumento ainda expressa poder e controle excessivo por parte da administração prisional, caracterizando-se como uma prática violenta e abusiva à medida que “está na contramão de todas as recomendações contemporâneas sobre saúde no cárcere” (Ferrarini; Diorio; Shecaira, 2023, p. 282). No isolamento, os presos são expostos a condições ainda mais degradantes, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Isolamento

ESTADO	TRECHO
Maranhão	O MNPCT se deparou com sérios problemas de segurança jurídica dos presos, com precária formalização das ações institucionais nas unidades prisionais, com o uso abusivo do isolamento como sanção disciplinar e com péssimas condições infraestruturais das celas de isolamento (Brasil, 2016, p. 36).
Mato Grosso do Sul	No tocante à sanção disciplinar para mulheres gestantes, foi identificado aplicação de isolamento no alojamento, com apenas uma hora de sol por dia no Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi (Brasil, 2017, p.100).
Tocantis	No prédio do setor administrativo, encontrou uma cela de isolamento, também nomeada “reflexão”, considerada pelos peritos o pior espaço dessa unidade– de tão pequeno, sequer seria possível um adulto de estatura média deitar-se no chão (Brasil, 2018, p. 45).
Rio de Janeiro	A Penitenciária Talavera Bruce, que recebe presas com penas longas, possui grande parte das alas composta por celas muito pequenas com portas de chapão, sem a existência de nenhuma ventilação, na qual as presas passam das 17 horas às 8 horas em confinamento, prática notoriamente definida como tratamento degradante, desumano e cruel. A comprovação dos riscos desta inadequação pode ser observada pelo trágico caso da presa C. que morreu por conta de um incêndio em uma cela do isolamento justamente pela ausência completa de ventilação do mesmo, levando-a a não possuir local para se proteger (Brasil, 2020, p. 110).

Sistema Prisional Federal	Algumas pessoas presas com quem dialogamos relataram que chegaram a permanecer 44 (quarenta e quatro) horas trancadas sem banho de sol no período de pandemia, situação que acarretou o agravamento do adoecimento mental. Em algumas unidades constatou-se também que o espaço físico destinado ao banho de sol para aqueles que cumprem o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) é inadequado (Brasil, 2022, p. 28).
Ceará	Em ambas as unidades, ao falar com as pessoas nas celas de isolamento e triagem, o odor do interior das celas era de uma atmosfera irrespirável, devido às precárias condições de higiene e limpeza (Brasil, 2023, p. 110).

Fonte: autoral, com base em dados retirados de relatórios do MNPCT.

Isso posto, observa-se que "o isolamento, a separação, a distância do meio familiar e social; a perda de contato com experiências normais da vida, essas restrições inerentes à privação da liberdade são fonte de muita dor" (Karam, 2011, p. 5). Ademais, o isolamento prolongado exacerba todo esse sofrimento inerente à privação de liberdade conforme impede o indivíduo de manter qualquer contato social e de exercer atividades em conjunto com outros colegas presos – como trabalho, estudo e meras conversas, por exemplo.

A prática pode provocar uma série de danos físicos e psicológicos aos presos, entre as quais Ferrarini, Diorio e Shecaira (2023) destacam hipersensibilidade, paranoia, dificuldades para se relacionar afetivamente e tendência à automutilação. Portanto, fica claro que "a prisão não é só uma instituição de reclusão, mas de produção de sofrimento, violação de direitos e mortes (físicas e existenciais)" (Silva Junior, Yamamoto e Santoro, 2019, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) revelou um cenário alarmante de violações sistemáticas aos direitos humanos nas unidades prisionais brasileiras. As práticas de tortura – que incluem uso abusivo da força, agressões físicas, violência psicológica e isolamento compulsório, por exemplo – destacam-se como ferramentas de opressão, controle e perpetuação de violência dentro do sistema carcerário. Ademais, esses achados expõem que, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade, a vida dos indivíduos é atravessada por variados castigos que excedem a pena legal

e judicialmente imposta, implicando evidentes violações a direitos humanos e configurando práticas de tortura.

A pesquisa documental apontou não apenas uma falha omissiva do Estado quanto a garantir direitos fundamentais às pessoas encarceradas, mas uma ação estatal manifesta e intencional na violação desses direitos. Isso posto, este trabalho contribui para a compreensão crítica do sistema prisional brasileiro e reforça a importância de continuar a monitorar e a denunciar as violações que ocorrem nesse ambiente. Além disso, a pesquisa destaca a relevância do MNPCT na luta contra práticas de tortura e na defesa dos direitos humanos.

Finalmente, é imprescindível que novos estudos sejam conduzidos para aprofundar a compreensão das dinâmicas de tortura e opressão nas prisões, explorando alternativas para a atual política criminal. Tais investigações devem ir além de soluções superficiais, promovendo uma educação em direitos humanos que aborde a superação das estruturas prisionais não apenas como um ideal, mas como uma meta concreta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991.** Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0040.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto n° 98.386, de 9 de dezembro de 1989.** Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d98386.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013.** Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////_Ato2011-2014/2013/Lei/L12847.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). **Relatório Anual 2015-2016.** Brasília: MNPCT, 2016. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-relatorio-anual-2015-2016.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). **Relatório Anual 2016-2017.** Brasília: MNPCT, 2017. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/relmnpct201617.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). **Relatório Anual (2017).** Brasília: MNPCT, 2018. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/relatrioanual20172018.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório Anual 2022.** Brasília: MNPCT, 2023. Disponível em: https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/08/relatorio_anual_2022_mnpct.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). **Relatório Bianual 2018-2019.** Brasília: MNPCT, 2020. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/02/relatorio-bianual-2018-2019-mnpct.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório Bienal 2020/2021:** a prevenção e o combate à tortura durante a pandemia. Brasília: MNPCT, 2022. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2022/05/relatocc81rio-bienal-2020-2021-versao-final -3.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema Nacional de Informações Penais. **Relatório de Informações Penais - Relipen. 15º Ciclo Sisdepen – julho a dezembro de 2023.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semestre-de-2023.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

FERRARINI, L. G. B.; DIORIO, M. V.; SHECAIRA, S. S. Isolamento Carcerário e Saúde Mental. *In:* ALMEIDA, B.R.; PIMENTEL; Cacicedo, P. **Saúde e Mortalidade no Sistema Penal.** 1. ed, v. 1. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

KARAM, M. L. Psicologia e sistema prisional. **Revista Epos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2011.

SILVA JUNIOR, N. G. S.; YAMAMOTO, O. H.; SANTORO, E. Política de encarceramento em massa: prisões, abolicionismo penal e a importância dos direitos humanos. *In:* RIBEIRO, L. R.; NASCIMENTO, R. C. G.; MOURA, P. V. **Direitos humanos e política social.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 81-97.

SIMAS, F. N. A tortura no superencarceramento: Estado brasileiro e questão criminal. **Vértices.** Campos dos Goitacazes, v. 22, 2020, p. 772-786.

PROJETO ACORDE: VALORES DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA PRÁTICA POLICIAL EM SERGIPE

Abigail Maria Santos de Souza [1]
Caio César Andrade de Almeida [2]
Daniela Carvalho Almeida da Costa [3]

RESUMO

A presente produção acadêmica baseia-se no entendimento de que a Justiça Restaurativa propõe uma abordagem diferenciada em relação ao atual sistema de justiça, partindo da premissa de que a verdadeira resolução dos conflitos não deve se restringir à simples aplicação da pena. Essa perspectiva tensiona o paradigma punitivo que, ao enfatizar a culpa e a dor como mecanismos de controle social, acaba por perpetuar um ciclo de violência e injustiça. A ideia é que, ao invés de promover a vingança ou a punição como resposta ao crime, se busque o entendimento mais profundo das causas que levaram à ofensa, identificando as necessidades dos envolvidos, a reparação dos danos e uma responsabilização mais adequada ao ofensor. Nesse sentido, a presente pesquisa debruça-se sobre um projeto da Polícia Civil de Sergipe que aplica metodologia vinculada aos princípios da Justiça Restaurativa, o Projeto Acorde, mais especificamente o trabalho desenvolvido no núcleo de mediação da 3ª Delegacia Metropolitana de Aracaju, a partir da análise do Relatório Anual de Gestão do ano de 2023. A metodologia utilizada se dá com uma abordagem qualitativa, a partir da análise bibliográfica e documental para obter suas conclusões. Ante a análise, foi possível concluir que há uma necessidade de melhoria na estruturação dos recursos materiais e humanos do núcleo, bem como, que a alta demanda aponta para uma possível confiança no desenvolvimento da atividade.

Palavras-chave: Polícia Civil de Sergipe, Projeto Acorde, Justiça restaurativa, Mediação de conflitos.

[1] Mestra em Educação pela Universidade Lusófona (2018), mestra em Educação matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo (2018), graduada em Letras pela Universidade Tiradentes (2004), graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Sergipe (2001), especialista em Gestão e Políticas em Segurança Pública pela Faculdade Atlântico (2010), especialista em Educação e Gestão pela Faculdade Pio Décimo (2007), especialista em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Sergipe (2014). Atualmente é Oficial Investigadora de Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe e Professora Nível Básico da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, abigailmariasantosdesouza@gmail.com.

[2] Graduado em Direito. Oficial Investigador de Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe. Graduando em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória. Especialista em Direito Público pela PUC/MG. Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, caio.almeida@pc.se.gov.br.

[3] Professora orientadora: Doutora em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade de São Paulo (2005), mestra em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade de São Paulo (2001) e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1998). Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe, vinculada ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em Direito (PRODIR/UFS) e à graduação em direito. Instrutora de facilitadores de círculos de Justiça Restaurativa e construção de paz. Membro da Comissão Executiva e de Articulação Institucional para difusão da Justiça Restaurativa no Estado de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa "Estudos sobre Violência e Criminalidade na Contemporaneidade" (CNPq/UFS). Membro da Rede de Estudos Empíricos em Direito (Reed). Autora de diversos artigos científicos e dos livros "Monitoramento da Justiça Restaurativa em Três Dimensões" e "O Princípio da Confidencialidade na Justiça Restaurativa: interfaces com o Processo Penal" (coautora), ambos pela Editora UFS. Organizadora e coautora da obra "Primavera Restaurativa: Coletânea em Homenagem à Kay Pranis. Dez anos da Cátedra sobre Justiça Restaurativa no Programa de Pós-graduação em Direito da UFS", pela Editora CRV, dancacosta@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Os adeptos da Justiça Restaurativa defendem um "novo paradigma" no qual o processo não seja mistificado e mitificado, tornando-se "maior do que a vida" e, portanto, não atendendo às reais necessidades daqueles diretamente envolvidos no conflito (vítimas e ofensores). Além disso, reivindicam que se pense alternativas ao "estado de coisas inconstitucional"[4] que se tornou as prisões e o sistema prisional (Zehr, 2008, p. 61).

Para esses autores, a atual racionalidade penal baseia-se no estabelecimento de culpa e na presunção de que a justiça deve ser feita através da aplicação da dor e da punição, sobretudo por meio da pena de prisão. O Estado, mediante o legítimo monopólio da violência e por meio das suas instituições e métodos de direito, é parte integrante do ciclo de violência. Por consequência, o processo torna-se simples procedimento para determinação da culpa e medida da administração da dor. O foco, ao invés de ser no dano efetivamente causado, concentra-se no ato da violação da lei (Zehr, 2008, p. 77).

Desta sorte, pode-se afirmar que o atual paradigma retributivo apresenta evidências de certas inadequações e disfunções, e que há tentativas, ao longo da história, de corrigi-lo, como a extinção de penas severas, a punição proporcional e as alternativas à privação de liberdade. A Justiça Restaurativa, por sua vez, propõe "um novo olhar" para compreender o crime, não como uma violação contra o Estado, mas sim, entre pessoas e relacionamentos, gerando obrigação de corrigir os erros, ao invés de determinar culpa e infligir dor. Para isso, as vítimas precisam ser empoderadas para manifestar as suas verdadeiras necessidades, que podem ser: segurança, reparação, justificação ou, inclusive, encontrar significado (Zehr, 2008, p. 183).

Aponta-se, portanto, para uma "reforma de profundidade do direito criminal", que seja humanista e realista, ancorada numa lógica que não aposte na prisão como reposta obrigatória e sequer principal ao fenômeno da criminalidade. Para exemplificar, comparando o direito penal ao direito civil, percebe-se que este é "imaginativo, flexível e criador: escuta a queixosa, aceita a negociação e a mediação entre as partes, partilha o meu e o seu buscando a justiça e a equidade, pode impor reparações e invoca prescrições de diversos tipos" (Pires, 1999, p. 65), enquanto que aquele "é o primo pobre da família: mal equipado e limitado do ponto de vista

[4] Vide teor da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 tramitada no Supremo Tribunal Federal (ADPF 347/ STF).

das decisões possíveis para resolver os conflitos, foi atribuída a ele a simples função de distribuir o mal e de pagar na mesma moeda" (1999, p. 66).

Dentre as instituições do sistema criminal, uma das mais eivadas da concepção de retribuição/judicialização/punição é a polícia. A começar pela ausência de contraditório e ampla defesa das suas investigações, cuja natureza é inquisitorial (que é uma das suas características). Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva demonstrar ser possível "um novo olhar" e uma "nova prática", a partir da análise de uma experiência na Polícia Civil em Sergipe, que se fundamenta nos valores restaurativos. Estes, intencionam ir além do estabelecimento de culpa, dando voz aos envolvidos para melhor solução dos seus dilemas.

Para tanto, no primeiro momento, apresentará os princípios e as metodologias da Justiça Restaurativa. Em um segundo momento, será apresentada a experiência policial em estudo, que é o "Projeto Acorde", que foi instituída com a Portaria nº 15, de 15 de outubro de 2014, da Superintendência da Polícia Civil de Sergipe (SUPCI), e que institucionalizou a mediação de conflitos como instrumento de ação policial para prevenção de violência e da criminalidade em áreas de vulnerabilidade criminal. Por fim, será analisado o "Relatório Anual de Gestão", do ano de 2023, do núcleo de mediação da 3ª Delegacia Metropolitana de Aracaju.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, a partir da análise bibliográfica e documental. A análise realizada percorreu três etapas: na primeira, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da principiologia da Justiça Restaurativa; na segunda, o "Projeto Acorde" foi avaliado, a partir da Portaria que o institui; por fim, o método indutivo foi utilizado para analisar os números do "Relatório Anual de Gestão", do ano de 2023, de um dos núcleos de mediação da Polícia Civil de Sergipe, localizado na 3ª Delegacia Metropolitana de Aracaju, na zona norte da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Howard Zehr, sistematiza metodologicamente, a Justiça Restaurativa em três eixos centrais: a) o foco no dano cometido e nas necessidades da vítima para a reparação do dano

sofrido; b) as obrigações: estimulando que o ofensor compreenda o dano que causou, assumindo a responsabilidade de corrigir a situação, na medida do possível, tanto concreta como simbolicamente; c) promoção do engajamento (ou participação): as partes afetadas pelo crime (vítimas, ofensores e membros da comunidade) desempenham papeis significativos no processo judicial, não sendo, apenas, mero objeto de prova. (Zehr, 2012, p. 34-35).

Como se observa, mais que o estabelecimento de culpa, a Justiça Restaurativa enfatiza a assunção de responsabilidades dos infratores por suas ações. Esse, inclusive, é um dos motivos da popularidade dessa perspectiva de justiça criminal: o apelo político da divulgação de que os infratores se responsabilizam pela reparação dos seus atos (Braithwaite, Roche, 2001, p. 63).

Segundo Zehr, há três modelos distintos da prática da Justiça Restaurativa: os encontros vítima-ofensor, as conferências de grupos familiares e os círculos de Justiça Restaurativa. Essas práticas possuem certa previsibilidade, pois três coisas precisam acontecer: o mal cometido precisa ser reconhecido, a equidade precisa ser restaurada e é preciso tratar das intenções futuras (2012, p. 56). Ou seja, normalmente, não se faz uma abordagem restaurativa se o ofensor não estiver disposto a se autorresponsabilizar.

Analisando o que dispõe a portaria do "Projeto Acorde", é possível dizer que se utiliza a prática denominada "encontros vítima-ofensor". Nesses encontros são envolvidos, basicamente, vítimas e ofensores: inicialmente ouvidos separadamente (etapa que se compreende obrigatória para a abordagem do crime pela Justiça Restaurativa) e, depois, havendo consentimento, acontece o diálogo entre os dois, conduzido por um facilitador. O resultado é a assinatura de um acordo. Outras pessoas próximas podem participar, mas têm papeis secundários. Pessoas mais distantes, mas que possuem algum envolvimento, são envolvidas como supervisoras do acordo selado, mas via de regra não participam do encontro (Zehr, 2012, p. 58).

Na Portaria em questão tem-se a instituição, no âmbito da Superintendência de Polícia Civil do Estado de Sergipe, do "Projeto Acorde", que tem como objetivo estruturar núcleos de mediação de conflitos, visando atender a demanda relacionada a crimes de menor potencial ofensivo[5] para evitar a escalada do aumento da violência. O Projeto busca estabelecer uma

[5] Neste cenário, por força das limitações de competência da polícia civil, frente à obrigatoriedade da ação penal pública, o projeto acaba por ficar restrito aos crimes de menor potencial.

interação dialógica entre a polícia e a comunidade, propondo a construção de resultados positivos na prevenção da criminalidade.

Através do Projeto, a mediação de conflitos é disponibilizada a pessoas que, de forma voluntária, solicitam os serviços da Polícia Civil para mitigar problemas que possam indicar um aumento da violência nas relações privadas ou sociais. A mediação de conflitos, no âmbito do Projeto, se dá a partir de três fundamentos teóricos: a) polícia orientada para a solução de problemas; b) mediação comunitária e c) práticas restaurativas (Sergipe, 2014).

Tais fundamentos, segundo a Portaria, e alinhado às orientações dos princípios da Justiça Restaurativa, requerem evitar os meios adversariais de resolução de controvérsias; fortalecer a participação de outros atores no exercício da mediação de forma dialógica e construtiva; transformar os problemas e controvérsias interpessoais ou comunitárias em desafios políticos e pedagógicos das próprias pessoas ou grupos envolvidos; avaliar a eficácia das medidas adotadas, por meio da incorporação de técnicas científicas que, preferencialmente, possam ser manejadas por lideranças comunitárias capacitadas para tal finalidade e fomentar a autonomia, a emancipação e a responsabilização da comunidade na gestão de conflitos (Sergipe, 2014).

A mediação no Projeto Acorde é definida por cinco fases: a) acolhimento oficial da demanda; b) encaminhamento do registro, pelo delegado de polícia, ao núcleo de mediação de conflitos; c) consulta às pessoas abrangidas pelo fato conflituoso sobre a intenção voluntária em participar da mediação; d) reuniões de pré-mediação com as pessoas envolvidas; e e) mediação, mediante acordo ou não (Sergipe, 2014).

As mediações devem ocorrer com a facilitação de um policial civil devidamente qualificado para tal fim, com metodologia voluntária, flexível, sem imposições de soluções, mas com apoio às pessoas participantes na construção de uma base interpretativa comum que as leve à superação das controvérsias. Destaca-se que as partes podem, a qualquer momento, revogar o seu consentimento e que, quando for relevante e consensual, outras pessoas interessadas na resolução dos conflitos poderão ser convidadas a participar da metodologia. Salienta-se, também, que o teor das sessões é confidencial, com exceção das disposições do acordo final, em que são reduzidos a termo os compromissos assumidos pelos envolvidos (Sergipe, 2014).

É importante dizer que a mediação não substitui qualquer procedimento legal a que se obriga a polícia civil. Ademais, o exercício da mediação deve estar pautado na observância da

imparcialidade, independência, confidencialidade e diligência, e caso não consiga cumprir tais requisitos, o policial mediador deve recusar ou interromper a mediação e informar à autoridade policial titular da delegacia a que está vinculada (Sergipe, 2014).

Analisando os dados do "Relatório Anual do ano de 2023 do núcleo do Projeto Acorde", da 3ª Delegacia Metropolitana, que conta com apenas um único mediador e dois estagiários, tem-se que foram encaminhados 604 (seiscentos e quatro) boletins de ocorrência para o núcleo ao longo do ano. Dessa quantidade, foram agendadas 235 (duzentos e trinta e cinco) mediações, dentre as quais, 168 (cento e sessenta e oito) foram devidamente realizadas e 141 (cento e quarenta e um) tiveram acordo entre as partes e foram encaminhadas ao Poder Judiciário.

No documento em questão há, ainda, algumas sugestões do mediador responsável para a melhoria do serviço: a criação de um espaço de recepção exclusiva ao Projeto Acorde na Delegacia, bem como, internet, computador e viatura para o setor que realiza tais atividades de mediação.

Diante desses dados é possível elencar algumas inferências. Inicialmente, ante a alta demanda existente, com envio de 604 (seiscentos e quatro) boletins de ocorrência para o núcleo, é possível inferir uma confiabilidade do trabalho desenvolvido pelo núcleo.

Percebem-se, também, os parcos recursos humanos existentes (somente um mediador e dois estagiários no núcleo) e a dificuldade relacionada aos recursos materiais. Nesse sentido, é importante suscitar que tanto a infraestrutura da instituição em que está inserido o programa de Justiça Restaurativa, quanto os recursos humanos, são importantes indicadores para avaliar a dimensão institucional que "diz respeito ao aperfeiçoamento paulatino da administração da justiça por parte das instituições, dentro ou fora do sistema de justiça, em que tais práticas sejam desenvolvidas" (Costa, 2019, p. 27).

Na análise do indicador "Recursos materiais: infraestrutura do programa", segundo a metodologia para monitoramento da Justiça Restaurativa em três dimensões, conforme Costa (2019, p. 89), avalia-se se a ambiência arquitetônica dos espaços, a estrutura física do núcleo e da sala para atendimento, além dos equipamentos de informática, material papelaria, suporte para locomoção e comunicação entre os facilitadores e as partes e a existência de banco de dados eletrônicos. Na presente análise, é possível afirmar que os dados descritos no Relatório de Gestão do núcleo do Projeto Acorde, no ano de 2023, apontam para uma provável necessidade de melhoria nesse aspecto.

Já no que tange ao indicador de recursos humanos, nota-se um déficit de servidores ante aos números de encaminhamentos apresentados (dos 604 boletins de ocorrência enviados para o núcleo, somente 235 tiveram agendamento de mediação). No que toca aos recursos humanos, Costa propõe a presença de autoavaliação, de avaliação e capacitação continuadas e vínculo da equipe (2019, p. 92). Aliás, esse é um ponto consignado na própria Portaria, que institui o projeto em questão, quando no seu art. 9º, inciso III, aduz que "o mediador participará, sempre que convocado, de capacitações promovidas com o apoio da equipe envolvida com a atividade de Coordenação Técnica com o trabalho inerente ao exercício de suas funções" (Sergipe, 2014). Todavia, isso não foi possível ser aferido, visto que não consta qualquer informação a esse respeito no referido Relatório.

Por fim, o modelo de Relatório de Gestão poderia apresentar outros dados, como o índice de cumprimentos/descumprimentos dos acordos, ou, ainda, a indicação (ou não) de realização de capacitação ou formação continuada dos servidores e estagiários envolvidos, para melhor exposição da política e realização de algum tipo de avaliação e monitoramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre Justiça Restaurativa reforça a importância de repensar o modelo tradicional de justiça, que, de regra, esgota em punir o infrator, em vez de abordar as necessidades reais das vítimas e as raízes dos conflitos. A implementação de práticas restaurativas, como o "Projeto Acorde", da Polícia de Sergipe, instituído pela Portaria nº 15/2014 da SUPCI, e que cria núcleos de mediação de conflitos, demonstra que é possível buscar soluções mais eficazes, promovendo o diálogo e a responsabilização das partes envolvidas.

A mediação realizada dentro do Projeto Acorde demonstra a viabilidade de um modelo de justiça que prioriza a reparação, a responsabilização e o diálogo, ao invés de perpetuar o ciclo de punição e exclusão social característico do sistema de justiça atual. Assim, a experiência relatada reforça a relevância da Justiça Restaurativa como um caminho possível para um novo sentido do justo.

A pesquisa ilustra, a partir da análise da própria Portaria que cria o Projeto e do Relatório Anual de Gestão de 2023, do núcleo da 3ª Delegacia Metropolitana de Aracaju, como o Projeto se alinha aos princípios da Justiça Restaurativa e como a alta demanda do

núcleo aponta para uma confiabilidade no desenvolvimento da atividade, mas, também, revela uma necessidade de estruturação física e de recursos humanos para aperfeiçoamento do funcionamento do Projeto.

REFERÊNCIAS

BRAITHWAITE, Jonh. ROCHE, D. Responsability and Restorative Justice. *In*: BAZEMORE, G.; SCHIFF, M. (org.). **Restorative Community Justice**: repairing harm and transforming communities. cincinnati: Anderson Publishing Co., 2001.

COSTA, Daniela Carvalho Almeida. **Monitoramento da Justiça Restaurativa em três dimensões:** desenho a partir da experiência das práticas restaurativas da 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju (adolescentes em conflito com a lei). 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2019.

PIRES, Álvaro Penna. Alguns Obstáculos a uma Mutação "Humanista" do Direito Penal. *In*: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 1, nº 1, jan-jun 1999.

SERGIPE. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência-Geral da Polícia Civil. **Portaria nº 15, de 15 de outubro de 2014.** Aracaju, 2014.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes:** um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. Tradução de: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

QUILOMBO DE CAIANA DOS CRIOULOS: ALAGOA GRANDE COMO ARENA DE CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE LIBERDADE SOB A PERSPECTIVA MARXISTA

Caio Cesar de Oliveira Beltrão [1]
Márcio Caniello[2]

RESUMO

Este estudo contextualiza historicamente e investiga como as estruturas políticas e sociais externas influenciam a construção coletiva da liberdade no Quilombo de Caiana dos Crioulos, situado em Alagoa Grande, uma importante arena de conflitos políticos onde foi assassinada a sindicalista Margarida Maria Alves e onde nasceu e foi vítima de toda uma cadeia de preconceitos, o cantor e instrumentista Jackson do Pandeiro, filho de cantadora quilombola da região. A pesquisa adota a teoria marxista como referencial teórico, e apresenta uma discussão de fenômenos que discutem acerca de retratos que são reflexo de um Brasil repleto de contrastes e relações de poder que permeiam um ciclo político de dominação e resistência de grupos na busca de uma construção de uma liberdade coletiva. A abordagem metodológica empregada combina revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo etnográfico qualitativo que incluiu observação participante e entrevistas informais. Os principais resultados revelam que as estruturas de poder externas, tanto locais quanto regionais, tiveram um impacto significativo na coesão da comunidade. A pesquisa evidenciou como alianças com elites e disputas econômicas internas geram tensões e como esses achados ilustram a luta de classes e a busca por emancipação social e econômica, destacando a complexidade das relações de poder e a persistente luta pela liberdade e justiça dentro do quilombo mesmo que por perspectivas diferentes.

Palavras-chave: Quilombo, Nordeste, Política, Conflitos, Alagoa Grande.

INTRODUÇÃO

O Quilombo de Caiana dos Crioulos, situado no município de Alagoa Grande, erige-se como um locus de relevância histórica incontestável, palco de intrincados conflitos políticos e sociais que delinearam, de maneira irrevogável, o processo de construção coletiva da liberdade. O bárbaro assassinato de Margarida Maria Alves, eminente sindicalista e intransigente defensora dos direitos dos trabalhadores rurais, personifica de forma paradigmática a lógica repressora que imperou na região: a violência foi empregada como uma ferramenta de coerção para sufocar os ímpetos de resistência e perpetuar os privilégios de uma elite minoritária,

[1] Mestrando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, caiocesar.beltrao@gmail.com
[2] Professor Orientador: Doutor, da Universidade Federal de Campina Grande, caniello@ufcg.edu.br

enquanto a maioria subalterna permanecia relegada à servidão e à opressão. A inquebrantável luta de Margarida pelos direitos laborais, mesmo ante ameaças e coações que buscavam seu silêncio, explicitou como a violência estrutural foi instrumentalizada para desmantelar os movimentos de emancipação e solapar os direitos fundamentais das classes trabalhadoras.

Também no seio dessa densa teia de tensões históricas, emergiu a figura emblemática de Jackson do Pandeiro, incontestável ícone da música popular brasileira. Sendo ele descendente de uma cantora quilombola, Jackson enfrentou não apenas os obstáculos inerentes à trajetória de um artista negro, mas também a opressão racial que lhe foi imposta por uma sociedade profundamente marcada pelo racismo institucional. Sua produção musical, permeada por ritmos ancestrais e temáticas que evocavam as raízes afro-brasileiras, tornou-se um poderoso símbolo de resistência contra a hegemonia cultural branca, rompendo com as barreiras impostas pelas estruturas de poder dominantes e afirmando a identidade negra num país de profunda desigualdade racial.

O racismo estrutural, assim como o preconceito cultural, religioso e de classe que perpassam a história de Alagoa Grande, enraizou-se de maneira indissociável nas dinâmicas políticas e sociais da região, encontrando uma expressão particularmente elucidativa no Quilombo de Caiana dos Crioulos. Este território, lar de 98 famílias e 441 habitantes, resguarda-se como um bastião identitário no cenário local, ressoando os ecos profundos das lutas por território e autonomia no Brasil colonial, especialmente no Nordeste. O quilombo, preservando suas tradições de autossuficiência por meio da agricultura familiar e da criação de animais, manteve-se como um espaço de resistência cultural, deliberadamente afastado da ingerência externa para resguardar suas práticas ancestrais e seu modo de vida coletivo.

A pesquisa aqui desenvolvida teve como escopo a análise de como as estruturas políticas e sociais exógenas influenciaram o processo de construção coletiva da liberdade no Quilombo de Caiana dos Crioulos, sob o crivo da teoria marxista. A metodologia adotada, calcada numa rigorosa revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo etnográfico qualitativo — com destaque para entrevistas com os moradores locais e integrantes da comunidade quilombola —, permitiu a compreensão das sutis interações entre as forças hegemônicas regionais e a coesão interna da comunidade. Os resultados demonstram que as estruturas políticas dominantes desempenharam um papel nefasto na fragmentação do tecido comunitário, fomentando tensões ideológicas e alianças espúrias com as elites locais, as quais, ao longo do

tempo, enfraqueceram o movimento quilombola e suas aspirações emancipatórias, corroborando a luta de classes e a perpetuação das desigualdades socioeconômicas.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo integra abordagens bibliográficas, documentais e de campo, com o objetivo de fornecer uma análise crítica das dinâmicas políticas e sociais do Quilombo de Caiana dos Crioulos. A pesquisa bibliográfica foi conduzida para revisar e interpretar as teorias marxistas sobre a luta de classes e a estrutura do poder. A análise documental examinou registros históricos e documentos oficiais e por fim, uma pesquisa de campo de base etnográfica acerca da compreensão dos principais de eventos políticos desde a segunda metade do século XX até agosto de 2024. Para captar a vivência e as percepções dos moradores de forma mais natural e fluida, a metodologia inclui conversas informais como um método qualitativo de coleta de dados. Essa abordagem foi escolhida por permitir uma compreensão mais profunda das dinâmicas internas e das relações sociais no quilombo, através de diálogos espontâneos e interações cotidianas. Em vez de questionários estruturados, foram realizadas entrevistas não formalizadas, permitindo que os participantes se expressassem livremente sobre suas experiências, opiniões e sentimentos em relação aos eventos políticos e à configuração atual do quilombo (BOURDIEU et al, 2005; GEERTZ, WROBEL, 1989 e GOFFMAN, 2011).

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil, enquanto entidade política e geográfica, emergiu de um intricado cenário de conflitos globais, onde as ambições imperialistas europeias se entrelaçavam com as vigorosas resistências das populações indígenas e africanas. Esse contexto histórico estabeleceu um ciclo de brutalidade institucionalizada, perpetuando a exploração e o apagamento cultural dos povos subjugados, que, sob coerção e violência, edificarão os alicerces econômicos da colônia. Marx (2013) oferece uma crítica incisiva ao Estado, apresentando-o não como o culminar da racionalidade e liberdade, como sugerido por Hegel, mas como um aparato estruturante da dominação de classes. No regime escravocrata, essa opressão se configurou como um mecanismo essencial para o desenvolvimento do capitalismo nascente (MARX E ENGELS,

2010), sustentando a acumulação primitiva de capital e garantindo a hegemonia da elite latifundiária, com o Estado perpetuando esta ordem opressiva.

No Nordeste, o coronelismo, assemelhado ao bonapartismo descrito por Marx (2011), consolidou o controle social e econômico através da manipulação política e da coerção. Contudo, essa dominação também gerou movimentos de insurreição, com os quilombos surgindo como bastiões de resistência e reinvenção identitária, desafiando a hegemonia colonial (O'DWYER, 2010). Porém, os conflitos não se restringem a uma exteriorização das tensões, mas também refletem uma interiorização complexa, envolvendo diversas constituições de comunidade e organizações políticas. Dentro dos próprios movimentos, existem rupturas e divergências em relação à construção coletiva de liberdade e às relações com agentes tradicionais do poder. Isso é visível nos quilombos, onde a lógica da acumulação primitiva, conforme Marx (1988), desdobra-se como força motriz de expropriação e alienação dos meios de produção, estendendo-se também aos territórios quilombolas. A terra, símbolo de emancipação e resistência, torna-se objeto de cobiça sob a lógica da mercantilização, configurando-se como uma batalha existencial contra a coação capitalista que busca submeter esses territórios e diluir sua autonomia coletiva.

No "Manifesto Comunista", Marx e Engels (2010) destacam a luta de classes como motor do desenvolvimento histórico, apresentando os quilombos como modelos de resistência ao avanço capitalista. Entretanto, essas comunidades frequentemente enfrentam divisões internas, exacerbadas por alianças com elites regionais, que promovem uma coaptação que enfraquece a solidariedade coletiva e transforma a resistência em arenas de disputa por interesses particulares. Marx e Engels já advertiam sobre a estratégia da burguesia de fragmentar as classes subalternas, uma dinâmica que se manifesta de forma aguda nos quilombos, onde forças externas exploram essas divisões para neutralizar projetos de emancipação e autonomia.

Em "O 18 de Brumário de Louis Bonaparte", Marx (2011) aprofunda a análise sobre a instrumentalização do aparato político pelas classes dominantes, que, sob o disfarce de alianças populares, consolidam seu poder de forma insidiosa. Sob essa perspectiva, os quilombos enfrentam não apenas a repressão estatal e econômica, mas também a manipulação política local que fragmenta sua coesão e desvia suas aspirações emancipatórias. A política regional, moldada pelo coronelismo e pela oligarquia, infiltra-se nos movimentos quilombolas, enfraquecendo sua resistência a longo prazo através de concessões que perpetuam estruturas de

dominação. Esses dilemas são exemplificados de maneira aguda no Quilombo de Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, onde se manifestam intensas disputas políticas, marcadas por coronelismo, racismo, machismo e conflitos fundiários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com seus moradores, nas décadas de 1930 a 1950, com o vigoroso fluxo migratório nordestino, catalisado pela construção de Brasília, muitos homens do Quilombo de Caiana dos Crioulos a despojarem-se de suas terras em busca de oportunidades mais auspiciosas. Este êxodo provocou uma ascensão acentuada das mulheres da comunidade a posições de liderança, bem como uma ampliação dos esforços para comercializar as produções locais além dos confins do quilombo, visando uma renda mais substancial. As filhas e netas das mulheres que, desde a década de 1980, assumiram papéis de destaque no Quilombo de Caiana dos Crioulos, cresceram em um ambiente predominantemente feminino.

Este contexto permitiu-lhes avançar significativamente no desenvolvimento do quilombo e na afirmação de suas identidades e território, expandindo sua presença em esferas anteriormente inacessíveis, como a educação formal. No entanto, a escassez de instituições educacionais e o persistente preconceito tornaram esses ambientes profundamente opressivos. A transformação começou a se desenhar com o avanço das pautas sociais e identitárias no Brasil, especialmente após a presidência de Luís Inácio Lula da Silva. Marx e Engels (2019) postulam que a luta de classes e as relações de poder são fundamentais para compreender a opressão e a desigualdade social. No contexto de Caiana dos Crioulos, a resistência e os avanços das mulheres podem ser interpretados como uma forma de luta de classe e resistência contra a opressão sistêmica. A ausência de instituições educacionais e o preconceito refletem as barreiras impostas pelas estruturas de poder dominantes, que perpetuam a marginalização e a exclusão das comunidades quilombolas.

Simultaneamente, o Quilombo de Caiana dos Crioulos começa a despertar um interesse crescente entre acadêmicos, agentes culturais e instituições sociais, ampliando sua visibilidade no cenário acadêmico, político e artístico. A comunidade passa a integrar grupos, gravar álbuns, participar de documentários e realizar apresentações em diversas cidades e estados. Esse crescente reconhecimento político e cultural culmina no evento “Vivenciando Caiana dos Crioulos”, realizado em 2016, que se torna um marco de autoafirmação para a comunidade,

projetando sua terra, cultura e ancestralidade.

Em uma das entrevistas, uma moradora, que estava grávida na época, relata com pesar que as crianças do quilombo eram ridicularizadas nas escolas da cidade com epítetos como "cães do inferno", por serem "pretas, sujas, cabelo duro". Apesar do desprezo e hostilidade, ela e sua comunidade resistiram e transformaram a opressão em uma fonte de orgulho e reconhecimento. Outro testemunho revela como uma entrevistada, na infância, foi instruída por seu pai a evitar a proximidade com brancos, que eram descritos como "O Papa-Figo" — uma figura do folclore brasileiro que supostamente devoraria crianças desobedientes. Além disso, a crença na "Pedra do Reino Encantado", localizada no território do quilombo e adornada com inscrições enigmáticas, é vista como uma metáfora para as esperanças e desafios que permeiam a existência quilombola, simbolizando tanto a promessa quanto o temor intrínseco à luta pela autonomia e reconhecimento.

Em 2019, foi inaugurado o primeiro empreendimento voltado ao turismo: um restaurante rural e espaços dedicados à promoção da cultura e vivências locais. Em 2020, a comunidade recebeu a emissão de posse do território, marcando um avanço significativo na afirmação e desenvolvimento da coletividade. No mesmo ano, os moradores de Caiana dos Crioulos tentaram uma participação mais incisiva na política local, com vários candidatos postulando o cargo de vereador em Alagoa Grande. Contudo, enfrentaram uma barreira substancial imposta pelos grupos políticos estabelecidos e, também, pelos próprios conflitos internos. As tensões entre os moradores intensificaram-se, evidenciando disputas acirradas pela liderança, desentendimentos sobre alianças partidárias e divisões culturais, além de discussões sobre supostos privilégios.

Neste contexto, o Quilombo de Caiana dos Crioulos se encontra em um momento crucial de construção coletiva da liberdade, confrontando o desafio de harmonizar e acomodar diversas perspectivas sobre como alcançá-la. Questiona-se se é mais prudente alinhar-se com os governantes estabelecidos ou adotar uma postura oposicionista. A busca por alternativas empreendedoras se choca com a concepção de propriedade privada, criando hierarquias internas que enfraquecem a coesão do coletivo. A luta contínua reflete uma tentativa de transformar a autonomia em uma prática concreta, desafiando a estrutura de poder dominante e alinhando-se com os princípios marxistas de transformação social e equidade.

No epicentro das contendas no Quilombo de Caiana dos Crioulos reside uma profunda luta de classes, manifestada nas divisões entre os residentes que buscam aliança com a política

local conservadora e aqueles que se coadunam com movimentos de oposição. A aliança com a política conservadora pode ser interpretada como uma estratégia para assegurar benefícios imediatos, como apoio financeiro e infraestrutura, sugerindo uma crença de que uma relação próxima com as estruturas de poder estabelecidas é a via mais segura para garantir recursos e reconhecimento, ainda que isso exija a aceitação do status quo. Em contraste, os moradores que se aliam a movimentos de oposição almejam uma transformação mais radical, buscando não apenas a melhoria das condições correntes, mas uma reestruturação fundamental que rompa com as formas tradicionais de exploração e opressão.

Essas disputas internas transcendem meramente a ideologia e refletem interesses econômicos e condições materiais variadas. A análise marxista ilumina como essas divisões evidenciam um conflito substancial sobre quem detém o controle dos recursos e do poder na comunidade. Conforme Marx e Engels elucidam no "Manifesto do Partido Comunista", as ideias dominantes frequentemente servem aos interesses da classe dominante. Assim, as estratégias e alianças no quilombo podem ser interpretadas como tentativas de moldar a distribuição de recursos e a definição de prioridades em conformidade com os interesses dos diversos grupos dentro da comunidade.

Para os moradores que se alinham com a política conservadora, a estratégia pode representar um caminho para acessar benefícios tangíveis e imediatos, mesmo que isso implique na renúncia a algumas aspirações de longo prazo. Em contrapartida, os que aspiram a uma transformação estrutural podem enxergar a luta pela redistribuição mais equitativa dos recursos como essencial para uma verdadeira emancipação. Esse grupo pode estar mais inclinado a construir uma economia interna que desafie as formas de exploração externas e crie um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

A luta interna no quilombo pode ser interpretada como uma disputa pelo controle dos meios de produção e pela definição das direções futuras da comunidade. Afinal, a luta de classes envolve a disputa pelo controle dos meios de produção e, por extensão, a organização e a distribuição dos recursos. No contexto do quilombo, isso se traduz em disputas sobre a gestão dos recursos comunitários, a priorização das atividades econômicas e a definição de quem deve exercer a liderança e o poder na tomada de decisões. As diferentes visões sobre a gestão dos recursos e a orientação política refletem a pluralidade de experiências e necessidades dos moradores. Essa divisão pode ser vista como um microcosmo da luta de classes mais ampla, onde as tensões sobre o controle e a distribuição de recursos locais

espelham as lutas de classes em uma escala global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos conceitos marxistas, a luta interna no Quilombo de Caiana dos Crioulos exemplifica como a busca por emancipação e melhoria das condições de vida é influenciada por fatores econômicos e sociais. As disputas sobre alianças políticas e estratégias de desenvolvimento têm impactos diretos na vida cotidiana da comunidade e na capacidade de promover mudanças substanciais. Essas contendas vão moldar o futuro da comunidade, determinando se ela seguirá um caminho de transformação radical ou se se conformará com soluções mais conservadoras. A análise marxista sugere que a resolução desses conflitos não se limitará a um debate ideológico, mas envolverá a resolução das condições materiais e dos interesses divergentes que fundamentam as divisões internas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre et al. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. In: **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. 2005. p. 328-328.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. In: **A representação do eu na vida cotidiana**. 2011. p. 231-231.

GEERTZ, Clifford; WROBEL, Fanny. **A interpretação das culturas.** 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo; 2010.

_____ . Crítica da Filosofia do direito de Hegel - Introdução. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo; 2013; p. 151-163.

_____ . **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Boitempo; 2011.

_____ . **O Capital:** crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____ . **A ideologia alemã**. Editora Vozes, 2019.

REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS TRANS EM JOÃO PESSOA/PB: CARTOGRAFIA DOS ACESSOS E BARREIRAS AO CUIDADO

Gabriela Andrade Ferreira de Sá [1]
Ana Clara Monteiro da Costa [2]
Matias Aidan Cunha de Sousa [3]
Filipe Ferreira Costa [4]
Anselmo Clemente [5]
Juliana Sampaio [6]

RESUMO

Pessoas LGBTQIAPNb+ enfrentam uma série de desafios no acesso aos serviços de saúde, incluindo preconceito, violência e negação de atendimento, que se ampliam quando se trata de pessoas transgêneros, travestis e trans não binárias, aqui referidas como "Pessoas Trans". Em movimentos de resistência, essas pessoas produzem estratégias de cuidado no e para além do Sistema Único de Saúde (SUS), ocupando espaços de protagonismo político-social. Este trabalho apresenta dados preliminares da pesquisa "Práticas e saberes que vêm das margens: produção de cuidado em territórios de João Pessoa" e tem como objetivo mapear a Rede de Atenção à Saúde de João Pessoa/PB, com foco no cuidado à comunidade LGBTQIAPNb+. A partir do método cartográfico e da pesquisa interferência, realizamos aproximações com usuários/as, gestores/as e trabalhadores/as da rede, além de ações junto ao PET-Saúde no Ambulatório TT e na Secretaria Estadual de Saúde, objetivando compreender os fluxos de cuidado, facilitadores e barreiras de acesso e práticas discursivas presentes no atendimento às pessoas trans. Todo o percurso de imersão é registrado em diários de campo e processados com as pessoas envolvidas. Como resultado, identificamos nos serviços de saúde diferentes barreiras de acesso e práticas que reproduzem discursos patologizantes das pessoas trans, na contramão dos princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade do SUS. Além disso, identificamos a ausência de instâncias interfederativas e intersetoriais que garantam a articulação da rede de atenção às pessoas trans, prejudicando a garantia das diretrizes do SUS de resolutividade e territorialização do cuidado. Assim, faz-se necessária a implementação de uma rede articulada e intersetorial dos serviços de atenção às pessoas LGBTQIAPNb+, além de processos formativos e organizativos dos serviços de saúde que contribuam com a qualificação do acolhimento consonante com as normativas de despatologização das identidades trans, visando o cuidado humanizado, integral e equânime no município.

[1]Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, gabriela.a.f.sa@gmail.com;
[2] Graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, costaanaclara140@gmail.com
[3] Graduando do Curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, matiascunha0@gmail.com
[4] Prof Dr do Departamento de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, filipe@ccs.ufpb.br
[5]Prof Dr do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, anselmo.clemente@academico.ufpb.br
[6] Professora orientadora: Profa Dra. titular do Departamento de Promoção da Saúde da UFPB, julianasmp@hotmail.com.

Palavras-chave: Cuidado em Saúde. Saúde LGBTQIAPNb+. Cartografia. Pessoas Trans.

INTRODUÇÃO

As pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Panssexuais, Não binárias, entre outras expressividades de gênero e sexualidade (LGBTQIAPNb+) enfrentam diversas barreiras de acesso aos serviços de saúde dado o não reconhecimento de suas especificidades e legitimidade de suas vidas (Costa-Val *et al.*, 2022). Particularmente, no que concerne às pessoas trans, quando se dá visibilidade e dizibilidade às suas vivências, essas barreiras ficam ainda mais evidentes. Entre os principais obstáculos enfrentados estão a persistente patologização da transexualidade, o acolhimento marcado por violências e discriminações e o descumprimento de leis e políticas públicas destinadas ao combate à transfobia, perpetuando um ambiente de exclusão e vulnerabilização no contexto da saúde (Rocon *et al.*, 2019).

Lourenço (2018) aponta que em culturas machistas e sexistas não apenas mulheres cisgêneras sofrem violência de gênero: corpos dissidentes de gênero estão ainda mais vulneráveis a violências e exclusão social por rejeitarem as discursividades de submissão aos códigos da cisheteronormatividade compulsória. Benevides (2024) aponta que o Brasil permaneceu em 2023 como o país que mais cometeu assassinatos de pessoas trans no mundo: pelo menos 155 pessoas foram mortas, sendo 145 casos de assassinatos e 10 suicídios. Ainda, "pelo menos 72% das vítimas eram pessoas trans negras (pretas e pardas de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), explicitando-se ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans" (Benevides, 2024, p.59). Vale pontuar que a perspectiva de vida das pessoas transexuais no Brasil é de apenas 35 anos (Brasil, 2023), ou seja, se a expectativa de vida é de 75 anos para população em geral no país (IBGE, 2022), as pessoas transexuais terão 40 anos perdidos de vida.

Somente em 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a categoria de "Transtorno de Identidade Sexual" ou "Transtorno de Identidade de Gênero" da Classificação Internacional de Doenças (CID). Entretanto, ainda assim, manteve-se no CID a classificação de pessoas com "Incongruência de Gênero", revelando a manutenção da patologização das identidades trans, dentre elas transgêneros, travestis e pessoas trans não binárias, aqui

designadas pelo termo "Pessoas Trans".

No Brasil, em um campo de disputa político-ideológica, as várias áreas da saúde ainda produzem práticas discursivas patologizantes. A medicina, por exemplo, ainda é centrada em um discurso biomédico, resumindo a saúde de populações LGBTQIAPNb+ à "contaminação presumida", ou seja, o cuidado a essas pessoas está centrado na prevenção e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) (Raimondi *et al.*, 2019). Por outro lado, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Resolução 01/2018, posiciona-se a favor da despatologização das experiências trans, orientando os/as profissionais da Psicologia para uma prática ética e comprometida na luta contra a transfobia.

Este cenário de violência e violação de direitos está atrelado a políticas de Estado, as quais Achille Mbembe (2018) chama de "necropolítica". Estas engendram estratégias de morte, da forma mais dolorosa possível, ou simplesmente deixando morrer os corpos dissidentes, por meio de políticas mortíferas ou deixando de produzir políticas de produção de cuidado e vida.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo cartografar a rede de atenção à população LGBTQIAPNb+ existente no município de João Pessoa-PB, buscando identificar os fluxos de cuidado, instâncias de gestão e os objetivos para o cuidado das pessoas trans, assim como seus desafios e barreiras de acesso ao cuidado dessa população, considerando os princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA

O presente trabalho, de natureza qualitativa, utiliza-se da Cartografia como metodologia, buscando acompanhar os processos de produção de vida e de saúde da população trans em seu cotidiano. Adotou-se uma perspectiva de pesquisa-interferência, que tem como ponto de partida o rompimento da neutralidade dos/as pesquisadores/as na relação com o campo e a pesquisa, sendo os/as participantes (profissionais, gestores/as e usuário/as) também investigadores/as na produção de dados (Merhy; Lima, 2016). Essa escolha metodológica visa fomentar o aprendizado colaborativo, reconfigurar as práticas de cuidado – analisando as relações entre o instituído e o instituinte no âmbito das instituições de saúde – e contribuir para a construção de políticas humanizadas, acolhedoras e sensíveis às necessidades de cuidado às pessoas trans, com vistas a garantir um cuidado integral e equânime no SUS.

Este trabalho apresenta dados preliminares da pesquisa "*Práticas e saberes que vêm das margens: produção de cuidado em territórios de João Pessoa*", financiada pelo Conselho

Nacional de Pesquisa (CNPq) por meio do Edital 21/2023. A partir dela, desde fevereiro de 2024 estamos realizando semanalmente aproximações aos serviços da rede especializada no cuidado à população LGBTQIAPNb+ e desde junho acompanhado ações do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com o tema da Equidade, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em seu grupo de trabalho com ênfase em sexualidade e identidades de gênero. A partir do PET-Saúde, temos feito imersões no Ambulatório Trassexual e Travesti de gestão estadual (Ambulatório TT) e acompanhado a gerência da secretaria estadual de saúde que coordena a política para essa população. Além disso, temos construído canais de comunicação com médicos/as da Atenção Básica (AB), vinculados/as às residências de Medicina de Família e Comunidade de duas instituições privadas no município e ao Programa Mais Médicos para o Brasil do Governo Federal.

Toda a vivência tem sido registrada em diários de campo e processada no grupo de pesquisa, ensino e extensão ApoiaRaps/UFPB (sob a coordenação de professores/as da Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFPB) e nas reuniões do PET-Saúde. Todo o material produzido tem sido organizado de forma coletiva e interpretado a partir do campo da micropolítica do cuidado em saúde, proporcionando uma análise mais específica das relações estabelecidas entre as pessoas e suas redes relacionais de cuidado, numa perspectiva interseccional de raça, gênero e classe.

Ressalta-se, por fim, que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências Médicas da UFPB sob o CAAE: 79612124.2.0000.8069.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em João Pessoa, existem diferentes serviços que atendem pessoas LGBTQIAPNb+. Para a presente análise, buscamos organizá-los nas seguintes categorias: a) serviços específicos para essa população; b) serviços não específicos, mas que atendem grande demanda dessa população; e c) serviços de Atenção Básica, que devem atender essa população em seu território de referência sanitária.

Buscamos ainda identificar as principais ações propostas pelos serviços especializados, assim como sua instância de gestão, no intuito de identificar as ofertas, os fluxos de cuidado e obstáculos em relação à articulação de rede intersetorial e interfederativa no município.

Dentre os serviços específicos para a população LGBTQIAPNb+, foram identificados:

- Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais Fernanda Benvenutti (Ambulatório TT), está sob gestão da Secretaria Estadual de Saúde. O serviço é uma unidade integrante do Complexo Hospitalar Clementino Fraga, referência no Estado para o tratamento de doenças infectocontagiosas. O Ambulatório oferece atendimento endocrinológico para hormonioterapia (sem oferta de hormônios), atendimento psicológico e psiquiátrico, mastectomia, acompanhamento ginecológico.
- Centro de Cidadania LGBT: Inaugurado em 17 de maio de 2016, é um órgão da Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial. Oferece serviços de psicologia, acolhimento social e de serviço social (Triagem socioeconômica com orientação e encaminhamentos para os órgãos competentes), assessoria jurídica e encaminhamento para o mercado de trabalho formal, através de parcerias intersetoriais e com empresas privadas;
- Centro Estadual de Referência LGBT – Pedro Alves de Souza (Pedrinho), coordenado pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba. O espaço oferece assessoria jurídica, assistência psicológica e social e funciona como porta de entrada para o Ambulatório TT;
- Casa de Acolhida Cris Nagô, também sob a gestão da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba. Acolhe, por até 120 dias, pessoas LGBTQIAPNb+ em situação de rua, abandono familiar e/ou situação de violência, com capacidade para até 25 pessoas;

Dentre os serviços não específicos, mas que atendem grande demanda da população LGBTQIAPNb+, foram identificados:

- Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras Drogas, Tipo III (CAPS AD III) David Capistrano, sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde;
- Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras Drogas, Tipo III (CAPS AD III) Jovem Cidadão, sob gestão da Secretaria Estadual de Saúde;
- Quatro Equipes de Consultório na Rua sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde;
- Serviço Especializado em Abordagem Social – Ruartes, sob gestão da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município, cuja finalidade é a abordagem e busca ativa que identifique, nos espaços públicos, pessoas em situação de risco pessoal e social, visando à resolução das necessidades imediatas e inserção na Rede de Serviços Socioassistenciais.

- Quatro casas de acolhida, também sob gestão da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município, que oferece acolhimento provisório para pessoas de 19 a 59 anos de idade, com prioridade ao usuário em situação de rua.

No que diz respeito aos serviços de Atenção Básica, a cidade dispõe de 217 equipes de saúde da família, distribuídas em 126 equipes de saúde da família, sendo João Pessoa a quinta capital brasileira com melhor cobertura de AB (Brasil, 2021). Essas equipes devem promover ações de prevenção, promoção, assistência e reabilitação em saúde a toda a população.

Como desafios inicialmente identificados nesta rede, podemos apontar: Os serviços de Atenção Básica apresentam várias barreiras para as pessoas LGBTQIAPNb+, em especial para pessoas trans, reforçando inúmeras violências, como a recusa do uso do nome social e a associação desta população às doenças infectocontagiosas. Essas barreiras excluem a maior parte desta população do acesso à saúde, justificando muitas vezes, a implementação de serviços especializados que garantam o acesso de forma digna (Silva *et al.*, 2017).

O Ambulatório TT, embora esteja localizado em um bairro central da cidade, é de difícil acesso geográfico para as pessoas que moram em bairros mais periféricos, que, por sua vez, não conseguem acessar a AB em seus territórios. Além disso, devido ao fato de estar localizado num hospital de referência para doenças infectocontagiosas, reforça o estigma que relaciona pessoas trans às Infecções Sexualmente Transmissíveis (Raimondi *et al*, 2019). Apesar de prever um cuidado integral, o serviço concentra sua oferta no processo transexualizador, com foco na hormonização e cirurgias de mastectomia, adotando assim uma abordagem reducionista e biomédica.

O Centro de Cidadania LGBT e o Centro Estadual de Referência LGBT contam com equipes reduzidas e também estão situados na região central da cidade, o que barra o acesso para as pessoas que vivem às margens da cidade, revelando-se com pouca capacidade resolutiva.

Além disso, evidenciamos a fragmentação da rede, dispersa em várias frentes de gestão administrativa (Secretaria de Saúde Municipal, Secretaria de Saúde Estadual, Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado, Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial do município e Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município), com pouca, ou nenhuma articulação entre elas ou entre os serviços, sobretudo com a AB. Identificamos a existência de um Comitê Estadual de Saúde Integral da População LGBTQIAPNb+ da Paraíba e um grupo de trabalho LGBTQIAPNb+ Municipal, além de dois

conselhos (municipal e estadual) de saúde LGBTQIAPNb+; no entanto, não identificamos a existência de uma instância que articule todos os serviços e os coordene de maneira intersetorial, o que precariza o fluxo de cuidado, os processos de trabalho, as discussões de caso e a assistência integral às necessidades de cuidado das pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As barreiras geográficas de acesso aos serviços especializados e as práticas discursivas adotadas pelas/os profissionais de saúde, pautadas pelo viés biomédico, cisheteronormativo e patologizante das identidades trans deslegitimam tais corpos, causando o afugentamento dos serviços de saúde e práticas de automedicação prejudicial à manutenção de suas vidas, na contramão da garantia dos princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade do SUS.

Num estado neoliberal, políticas de proteção social são ameaçadas em nome do equilíbrio fiscal e desenvolvimento econômico. A precarização dos serviços públicos expressam uma necropolítica de deixar morrer, especialmente a corpos dissidentes de gênero e periféricos

Como movimentos de resistência, frente às limitações das políticas públicas de saúde, é preciso reivindicar a urgente implementação de uma rede articulada, intersetorial e interfederativa, com participação e protagonismo político das pessoas trans, visando a garantia de políticas de saúde atendam às suas necessidades de maneira integral e humanizada.

É preciso também fomentar o acesso ao cuidado territorializado às pessoas trans, sendo necessária a implementação de processos formativos e organizativos na AB e demais serviços de saúde e de assistência social, como intuito de implementar práticas de cuidado humanizado, consonantes com as normativas não patologizantes das identidades trans, garantindo o direito e o acesso à saúde integral, equânime e com dignidade a todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.** Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BRASIL. 131 pessoas trans perderam a vida em 2022 no Brasil, aponta dossiê. **Governo do Brasil**, 24 jan. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/131-pessoas-trans-perderam-a-vida-em-2022-no-brasil-aponta-dossie. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES). Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2021. Disponível em: http://cnes.datasus.gov.br. Acesso em: 29 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018.** Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2018.

COSTA-VAL, A. *et al*. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, p. e320207, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos. **Agência de Notícias IBGE**, 24 nov. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos. Acesso em: 30 ago. 2024.

LOURENÇO, I. Violência de gênero e transexualidade: O que o caso do espancamento contra a transexual do Ceará nos diz sobre violência de gênero? **Portal Geledés.** Disponível em: https://www.geledes.org.br/violencia-de-genero-e-transexualidade/. Acesso em: 6 maio 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MERHY, E. E.; LIMA, F. Produção de conhecimento, ciência nômade e máquinas de guerra: devires ambulantes em uma investigação no campo da saúde coletiva. In: MEHRY, E. E. *et al*. (Org.). **Avaliação Compartilhada do Cuidado: Surpreendendo os instituídos nas redes.** Rio de Janeiro: Hexis Editora, 2016, p. 18-20.

RAIMONDI, G. A. *et al*. Corpos (não) controlados: efeitos dos discursos sobre sexualidades em uma escola médica brasileira. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 3, p. 16-26, 2019.

ROCON, P. *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, p. e0023469, 2019.

SILVA, L. K. M. D. et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 835–846, 2017.

RELAÇÕES ENTRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: análise a partir de questionário

Ana Clara Trajano Bezerra[1]
Lorena Araújo Rolim Moreira [2]
Francisco José Gonçalves de Figueiredo [3]

RESUMO

A temática da pesquisa busca analisar, por meio da aplicação de um questionário em inteligências artificiais, a questão da interdisciplinariedade, discriminação de gênero e Inteligência Artificial (IA). Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa foi estudar as possíveis intersecções entre violência de gênero e Inteligência Artificial com a aplicação de um questionário em IA. A justificativa para a realização da pesquisa reside no fato de que a produção e disseminação de dados em larga escala por sistemas de IA podem influenciar profundamente aspectos sociais, econômicos e políticos, exigindo uma análise crítica dos efeitos que tais tecnologias impõem na sociedade. Além disso, a Inteligência Artificial na esfera das Ciências Sociais se encontra aplicada especialmente para a análise e o tratamento de dados na perspectiva da violência. O método aplicado foi indutivo, com pesquisa qualitativa e aplicação das técnicas de pesquisa e levantamento de dados. Com a aplicação do questionário no Gemini e Copilot, os principais resultados e discussões encontradas foram que, em geral, a IA tende a responder a perguntas subjetivas com informações mais genéricas e superficiais, pois sua compreensão é baseada em padrões e dados existentes e que por meio do diálogo e da colaboração, é possível desvendar as complexas nuances desse tema e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Inteligência Artificial, Ética.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar por meio da aplicação de um questionário em inteligências artificiais a questão da interdisplinariedade entre discriminação de gênero e inteligênia artficial.

A aplicabilidade da Inteligência Artificial ultrapassa a Ciência da Computação e passa a inserir suas ferramentas em diversas áreas do conhecimento. A produção e disseminação de

[1]Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, estudosanaclaratrajano@gmail.com; Membro do grupo de pesquisa NOVA (Núcleo de Organização Valorização e Avanços em Inteligência Generativa).
[2] Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande -UFCG, lorenarolim.cz@gmail.com; Membro do Grupo de Pesquisa Ética em IA. Membro do grupo de pesquisa NOVA (Núcleo de Organização Valorização e Avanços em Inteligência Generativa).
[3] Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CFP), Mestre em Sistemas Agroindustriais (UFCG), francisco.goncalves@professor.ufcg.edu.br. Líder do grupo de pesquisa NOVA (Núcleo de Organização Valorização e Avanços em Inteligência Generativa).

dados em larga escala por sistemas de IA podem influenciar profundamente aspectos sociais, econômicos e políticos, exigindo uma análise crítica dos efeitos que tais tecnologias impõem na sociedade.

A Inteligência Artificial na esfera das Ciências Sociais se encontra aplicada especialmente para a análise e o tratamento de dados na perspectiva da violência. É importante destacar que a violência de gênero não se trata de um problema atual, em que este vem passando por diversas modificações conforme o período histórico e localidade a ser estudada.

Assim, foi elaborada a seguinte pergunta-problema: A partir de um questionário simples é possível mensurar as relações entre discriminação de gênero e Inteligência Artificial (IA)?

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa foi estudar as possíveis intersecções entre violência de gênero e Inteligência Artificial com a aplicação de um questionário em IA.

Os principais resultados e discussões encontradas foram que, em geral, a IA tende a responder a perguntas subjetivas com informações mais genéricas e superficiais, pois sua compreensão é baseada em padrões e dados existentes.

METODOLOGIA

Com relação a metodologia da pesquisa foi utilizado o método indutivo, ou seja, partiu-se de um contexto específico para o geral. O tipo de pesquisa realizada foi qualitativa, já o aferimento dos dados aconteceu a partir da aplicação de perguntas pré-selecionadas. Já as técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e a de levantamento.

Para encontrar os dados que vão ser posteriormente apresentados, ocorreu a realização do seguinte processo. Em primeiro lugar foram realizadas a seleção das inteligências artificiais para qual as perguntas seriam feitas. Nesse sentido, foram selecionadas as seguintes inteligências artificiais como ferramentas de análise: *Copilot* e *Gemini*.

Em segundo momento ocorreu a elaboração das perguntas que seriam feitas, assim ocorreu a elaboração do questionário abaixo como instrumento de coleta de dados:

Tabela 1 - Questionário com as perguntas elaboradas para as Inteligências Artificiais escolhidas

QUESTIONÁRIO

1) Olá, (Nome da Inteligência Artificial), você está familiarizado com o conceito de violência de gênero?

(1) Muito familiar

(2) Moderadamente familiar

(3) Pouco familiar

(4) Nada familiar

2) (Nome da Inteligência Artificial), você acredita que a violência de gênero é um problema significativo na sociedade atual?

(1) Concordo totalmente

(2) Concordo

(3) Neutro

(4) Discordo

(5) Discordo totalmente

3) Quais são, na sua opinião, as formas mais eficazes de combater a violência de gênero? (Marque todas que se aplicam)

(1) Educação e conscientização

(2) Leis mais rígidas e sua aplicação

(3) Suporte às vítimas

(4) Campanhas públicas

(5) Outras (especificar)

4) Você já foi programado para reconhecer situações de violência de gênero?

(1) Sim

(2) Não

(3) Não sei

5) Como uma pessoa deve reagir ao sofrer violência de gênero, na sua opinião? (Escolha uma ou mais opções)

(1) Buscar ajuda imediatamente

(2) Confrontar o agressor

(3) Procurar suporte emocional

(4) Denunciar às autoridades

(5) Outra (especificar)

6) Em que medida você acredita que a sociedade está preparada para lidar com a violência de gênero?

(1) Muito preparada

(2) Moderadamente preparada

(3) Pouco preparada

(4) Nada preparada

7) Qual a importância de políticas públicas no combate à violência de gênero?

(1) Extremamente importante

(2) Muito importante
(3) Moderadamente importante
(4) Pouco importante
(5) Nada importante

8) Qual a eficácia de programas educacionais na prevenção da violência de gênero?

(1) Muito eficaz
(2) Eficaz
(3) Neutro
(4) Pouco eficaz
(5) Ineficaz

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O terceiro momento consistiu na apresentação das perguntas selecionadas para as inteligências artificiais. A partir da aplicação dessa metodologia foi possível encontrar resultados que têm relação com a temática escolhida. Os resultados encontrados vão ser expostos e analisados em sessão específica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A interação da Inteligência Artificial com demandas sociais

A Inteligência Artificial (IA) é uma esfera da ciência da computação que se concentra em criar algoritmos e sistemas capazes de executar atividades que exigem competências típicas da inteligência dos seres humanos. Entre as aplicações mais notáveis da IA estão: habilidade de comunicação, compreensão e interpretação do ambiente ao redor, conforme sua programação específica (Garcia, 2020).

Na perspectiva de Ferraz e Costa (2024), é evidente que as máquinas, por si só, não possuem autoconsciência e não conseguem determinar suas próprias ações, estando limitadas aos comandos da linguagem de programação que as criou. Até o presente momento, ainda não alcançamos o desenvolvimento da Inteligência Artificial Forte, que seria dotada de uma inteligência abrangente e capaz de replicar comportamentos humanos.

A Inteligência Artificial e o *Big Data* podem ser utilizados para diagnosticar e tratar doenças, melhorar a eficiência dos serviços públicos, prevenir desastres naturais, analisar hábitos de compra ou conceder crédito por entidades financeiras, entre muitas outras aplicações. Mas também geram preocupação, pois com a desculpa de que mais dados produzem melhores algoritmos e serviços, os usuários excedem seu uso e por vezes demonstram padrões não adequados (Garcia, 2022).

Nesse contexto, percebe-se que a aplicabilidade da Inteligência Artificial ultrapassa a Ciência da Computação e passa a inserir suas ferramentas em diversas áreas do conhecimento, a exemplo das diversas ciências sociais, ao considerar a sua interação direta com o público e eventuais impactos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como descrito na metodologia do artigo, foi realizada a aplicação do questionário para as Inteligências Artificiais escolhidas. Assim, os resultados encontrados foram colocadas nas tabelas a seguir:

Tabela 2- Aplicação do questionário na Inteligência Artificial (IA) *Gemini*

RESPOSTAS DO *GEMINI* AO QUESTIONÁRIO
1. Familiaridade com o conceito de violência de gênero: (1) **Muito familiar** **2. Acredita que a violência de gênero é um problema significativo?** (1) **Concordo totalmente** **3. Formas mais eficazes de combater a violência de gênero:** (1) **Educação e conscientização** (2) **Leis mais rígidas e sua aplicação** (3) **Suporte às vítimas** (4) **Campanhas públicas** (5) **Outras (especificar):** Programas de reabilitação para agressores **4. Você foi programado para reconhecer situações de violência de gênero?** (3) **Não sei** **5. Como uma pessoa deve reagir ao sofrer violência de gênero? (Marque todas que se aplicam):** (1) **Buscar ajuda imediatamente** (2) **Procurar suporte emocional** (3) **Denunciar às autoridades** (4) **Outras (especificar):** Buscar ajuda de amigos e familiares, se sentir seguro para tal.

6. Nível de preparo da sociedade para lidar com a violência de gênero:

(2) **Moderadamente preparada**

7. Importância de políticas públicas no combate à violência de gênero:

(2) **Muito importante**

8. Eficácia de programas educacionais na prevenção da violência de gênero:

(3) **Neutro**

Comentários adicionais:

- É importante lembrar que a violência de gênero pode afetar qualquer pessoa, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, classe social ou religião.
- Se você ou alguém que você conhece está sofrendo violência de gênero, procure ajuda. Existem diversos serviços de apoio disponíveis, como a Central de Atendimento à Mulher (180) e os Centros de Referência da Mulher em todo o país.
- A luta contra a violência de gênero é uma responsabilidade de todos nós. Podemos contribuir denunciando casos de violência, educando e conscientizando as pessoas sobre o tema, e apoiando as vítimas.

Observações:

- Como um grande modelo de linguagem, ainda estou em desenvolvimento e aprendendo sobre o mundo. Minhas respostas são baseadas nas informações que fui treinado e podem não ser completas ou precisas.
- É importante consultar outras fontes de informação e buscar ajuda profissional qualificada para se aprofundar no tema da violência de gênero.

Espero que este questionário tenha sido útil. Se você tiver mais perguntas ou comentários, por favor, não hesite em me perguntar.

Fonte: Respostas do Gemini (2024).[4]

Na sequência, essas foram as respostas do *Copilot*:

Tabela 3- Aplicação do questionário na Inteligência Artificial (IA) *Copilot*

RESPOSTAS DO *COPILOT* AO QUESTIONÁRIO
Claro, vou responder às suas perguntas sobre violência de gênero. 😊 1. **Familiaridade com o conceito de violência de gênero:** ○ Eu sou moderadamente familiarizado com o conceito de violência de gênero. 2. **Percepção sobre a gravidade da violência de gênero:** ○ Concordo que a violência de gênero é um problema significativo na sociedade atual.

[4] O questionário foi realizado no dia 15 de Junho de 2024.

3. **Formas eficazes de combater a violência de gênero:**
    - Acredito que várias abordagens são importantes:
        - Educação e conscientização para prevenir e mudar atitudes.
        - Leis mais rígidas e sua aplicação para responsabilizar agressores.
        - Suporte às vítimas, incluindo serviços de apoio e abrigos.
        - Campanhas públicas para sensibilização.
        - Além disso, outras abordagens específicas podem ser relevantes, dependendo do contexto.
4. **Reconhecimento de situações de violência de gênero:**
    - Como um assistente de IA, não sou programado para reconhecer situações em tempo real, mas posso fornecer informações e orientações.
5. **Reações ao sofrer violência de gênero:**
    - Uma pessoa que sofre violência de gênero pode considerar:
        - Buscar ajuda imediatamente (de amigos, familiares ou profissionais).
        - Procurar suporte emocional para lidar com o trauma.
        - Denunciar às autoridades para responsabilizar o agressor.
        - Cada situação é única, e a resposta pode variar.
6. **Preparação da sociedade para lidar com a violência de gênero:**
    - Acredito que a sociedade ainda tem muito a melhorar na preparação para lidar com a violência de gênero.
7. **Importância das políticas públicas:**
    - Políticas públicas são extremamente importantes para combater a violência de gênero, pois estabelecem diretrizes, recursos e proteções.
8. **Eficácia de programas educacionais:**
    - Programas educacionais podem ser muito eficazes na prevenção da violência de gênero, aumentando a conscientização e promovendo mudanças culturais.

Lembre-se de que essas respostas refletem minha perspectiva como assistente de IA e não substituem a consulta a especialistas ou a experiência pessoal. Se você precisar de mais informações ou tiver outras perguntas, estou à disposição!

Fonte: Respostas do *Copilot* (2024)[5]

Em suma, a partir da projeção dos resultados obtidos a partir do questionário acima colocados é possível observar tópicos passíveis de discussão: I) Tanto o *Gemini* como o *Copilot* apresentaram uma dificuldade em obter informações subjetivas sobre si mesmos com respeito

[5] Questionário realizado no dia 16 de junho de 2024.

a violência de gênero, II) o *Gemini* apresentou no final o contato para denúncias de violência de gênero enquanto o *Copilot* não e III) A IA apresenta uma dificuldade em resposta com perguntas subjetivas, em geral, apresentando informações associadas a ideias gerais e superficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da temática da violência de gênero, na esfera do presente artigo, este optou por uma análise genérica, sem realizar o necessário aprofundamento nos diversos recortes que compõem esse conceito multifacetado. É reconhecido que essa escolha limita o escopo da pesquisa, e requer futuros estudos em prol de compreender as particularidades das diferentes formas de violência de gênero, promovendo uma pesquisa mais abrangente e contextualizada dessa problemática.

Ao reconhecer as limitações deste trabalho, a pesquisa lança as bases para futuras pesquisas mais aprofundadas e abrangentes. Sobretudo, exige-se um maior aprofundamento no referencial teórico da pesquisa. A busca por um conhecimento sólido e contextualizado sobre a violência de gênero exige um compromisso com a diversidade de perspectivas e a constante reflexão crítica.

Assim, conclui-se que por meio do diálogo e da colaboração, é possível desvendar as complexas nuances desse tema e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que os anseios da pesquisa em ciências sociais podem facilmente ser captados com a interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

FERRAZ, Deise Brião; DA COSTA, Marli Marlene Moraes. Microtrabalho na Inteligência Artificial: direitos fundamentais das mulheres e a Ética do Cuidado. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 11, n. 2, p. 25-43, 2024.

GARCIA, A. C. B. Ética e Inteligência Artificial. **Computação Brasil**, [S. l.], n. 43, p. 14–22, 2020. DOI: 10.5753/compbr.2020.43.1791. Disponível em: https://journals-sol.sbc.org.br/index.php/comp-br/article/view/1791. Acesso em: 15 jun. 2024.

GARCÍA, E. C. Perspectiva de género en Inteligencia Artificial, una necesidad. **Cuestiones de género**: de la igualdad y la diferencia, n. 17, p. 111-127, 2022.

GOOGLE. **Gemini**, 2024. Disponível em: https://gemini.google.com/app. Acesso em: 15 jun. 2024.

MICROSOFT BING. **Copilot**, 2024. Disponível em: https://www.bing.com/chat?form=NTPCHB. Acesso em: 16 jun. 2024.

REPRESENTAÇÕES ERÓTICAS E A AMEAÇA *DEEPFAKE*: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA ANALÍTICA DE SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Thais Emanuele Galdino Pessoa [1]
Beatriz Botelho do Nascimento [2]
Isabella Leandra Silva Santos [3]
Débora Cristina Nascimento de Lima [4]
Edson Felipe Vieira Silva[5]
Carlos Eduardo Pimentel [6]

RESUMO

Ao longo da história, o sexo tem influenciado religião, guerras e romances, sendo representado artisticamente de diversas formas. A censura do corpo e da erotização, impulsionada por crenças dominantes e filosofia ocidental, intensificou-se com a ascensão das religiões monoteístas, relegando expressões sexuais ao inconsciente. A invenção da fotografia diferenciou o erótico do pornográfico, com este último sendo associado ao deleite anônimo e escândalo. Na era digital capitalista, abusos de imagens íntimas aumentaram, afetando principalmente mulheres, com 75% das vítimas de *revenge porn* sendo do sexo feminino. A pornografia *deepfake*, que usa IA para manipular imagens de mulheres reais, surgiu como uma nova ameaça, utilizada como arma de terrorismo contra grupos vulneráveis. Esta pesquisa qualitativa investiga as representações simbólicas da pornografia heterossexual na atualidade capitalista e sua influência no comportamento abusivo relacionado à manipulação de imagens por IA. Utilizando textos, produções audiovisuais e literatura científica, a análise se baseia na psicologia analítica e teorias feministas para discutir o impacto dessas práticas. As discussões destacam o *deepfake* como uma ferramenta de misoginia, perpetuando controle e humilhação sobre as mulheres. Embora a pornografia possa ter aspectos positivos, como a fragmentação da psique e ressignificação de experiências, seu consumo e produção geralmente refletem padrões socioculturais misóginos. Feministas pró-sexo veem o potencial da pornografia para quebrar estereótipos conservadores, mas ressaltam a necessidade de consentimento e igualdade de gênero para um impacto positivo. Conclui-se que, apesar das propostas de abolir a pornografia, o instinto pelo erótico precisa ser integrado de forma saudável à psique individual para evitar a perpetuação da revitimização nos espaços digitais, especialmente em relação às mulheres.

Palavras-chave: *Deepfake*, Psicologia Analítica, Gênero, Pornografia.

[1] Mestranda em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thaisgaldino@live.com;
[2] Psicóloga pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, bialogica99@gmail.com;
[3]Doutoranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, isalss2010@gmail.com;
[4]Doutoranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, deboracristinalima58@gmail.com;
[5]Mestrando em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, edsonfeliti@gmail.com;
[6] Professor orientador: Doutor, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cep@academico.ufpb.br.

INTRODUÇÃO

Os símbolos sexuais sempre estiveram presentes na humanidade, desde as pinturas rupestres às artes de cunho digital. Sua perpetuação se dá por sua característica arquetípica, contudo tanto o corpo e sua representação erótica foram censurados, não apenas pelas crenças dominantes no ocidente, como também pela sua própria filosofia (TRICARICO, 2017). Já com a invenção da fotografia e as novas formas de se caracterizar e compartilhar o erotismo, foram desenvolvidas, além destas interpretações, diferenças entre erótico e pornográfico, sendo o primeiro público e o segundo privado. Logo, a pornografia culminou em espaços de escândalo e o pessoal em deleite anônimo (MEDEIROS, 2010).

Tendo em vista a realidade atual incluída num *cyberespaço* capitalista – que a partir da "inconomania" da sociedade, onde as relações com o mundo externo são feitas mediante imagens, não mais pelo real (TRICARICO, 2017) –, a problemática dos abusos de imagem íntimas infligidos contra mulheres vale a pena ser revisitada, haja vista a iminência deste sintoma social que vem prejudicando-as pelo globo. Cerca de 75% das vítimas deste tipo de abuso são mulheres, ele caracteriza-se principalmente pela famosa *revengeporn*, em que fotos e vídeos íntimos das vítimas são disponibilizados pela intranet (MANIA, 2022). Entretanto, uma nova categoria de subjulgação e terrorismo com a imagem feminina tem surgido nos últimos anos, a pornografia *deepfake* que consiste na manipulação de imagens falsas com o rosto de mulheres reais, se utilizando de inteligência artificial, uma tecnologia que está em ascensão e se tornou uma arma de terrorismo contra populações vulneráveis, crianças e mulheres (HUNTER, 2023). Um dos casos mais recentes foi protagonizado por uma escola brasileira onde meninas menores de idade foram vítimas de colegas que produziram imagens nuas e espalharam por grupos em redes sociais (NASCIMENTO, 2023).

A partir destes dados aqui apresentados, o presente estudo tem o intuito de realizar uma investigação qualitativa, a fim de discutir as representações simbólicas da pornografia heterossexual dentro da realidade atual capitalista. Além de fazer uma ligação referente à sua influência no coletivo, principalmente, em relação a comportamentos abusivos referente à manipulação de imagens por inteligência artificial.

METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa lida com a interpretação das realidades sociais, reconhecida pelo manuseio de formas linguísticas. Essa ocorre pela categorização, análise e interpretação de fenômenos sociais (BAUER; GASKELL, 2017). Utilizando-se como base o livro "Lost Goddesses: A Kaleidoscope on Porn", de Giorge Tricarico (2017), e a recente reportagem veiculada pelo G1 "Mais de 20 vítimas de 'nudes' falsos criados com inteligência artificial foram ouvidas pela polícia" (NASCIMENTO, 2023) foi proposto traçar um paralelo entre estes a partir de uma análise da Psicologia Analítica.

DISCUSSÕES

Em novembro de 2023, o G1 publicou uma reportagem alarmante sobre o uso violento da Inteligência Artificial (IA). Cerca de 20 adolescentes foram vítimas de adulteração de imagens, com colegas sendo os principais suspeitos de criar montagens de meninas nuas e divulgá-las em redes sociais (NASCIMENTO, 2023). Aproximadamente 75% das vítimas de *revengeporn* são mulheres (MANIA, 2022). A tecnologia de *deepfake* tornou-se uma ferramenta de ataque contra mulheres, fabricando imagens que criam uma realidade de insegurança (HUNTER, 2023). Embora o *deepfake* também possa ser usado contra homens para bullying e desinformação, o impacto sexual desse mecanismo afeta principalmente as mulheres, com efeitos catastróficos (MANIA, 2022).

Historicamente, mulheres foram os principais alvos de adaptações maliciosas de novas tecnologias (JANE, 2016). A legislação atual oferece poucos recursos contra esses ataques, com muitas brechas permitindo impunidade. Mesmo conteúdos não consensuais, como os pedofílicos, podem não ser considerados crimes se não ocorrerem na realidade, embora as consequências dessas imagens sejam reais e debilitantes (HUNTER, 2023).

A tecnologia *deepfake* reforça a misoginia, transformando as mulheres em objetos facilmente consumíveis, com uma maior capacidade de manipulação de suas representações. Isso está ligado ao poder, controle e desejo (VAN DER NAGEL, 2020). As vítimas perdem agência sobre suas imagens e identidades online, afetando sua comunicação no mundo iconográfico (MADDOCKS, 2020). A tecnologia de *deepfake* oferece poder e controle aos

perpetradores sem contato direto com as vítimas, violando a privacidade sexual e reforçando a objetificação das mulheres (VAN DER NAGEL, 2020).

Há, porém, um lado positivo na pornografia em alguns contextos, exacerbando a fragmentação da psique e apontando para aspectos subdesenvolvidos da sexualidade. Pode também ajudar na organização mental e ressignificação de experiências passadas (LIPPELT, 2017). No entanto, a pornografia, na maioria das vezes, é produzida por homens para homens, objetificando as mulheres e desconsiderando sua individualidade e dimensão emocional (RICH, 2012; DE CARVALHO; LEDA, 2016). Portanto, a tecnologia *deepfake* reforça padrões socioculturais misóginos na era digital, sendo positiva apenas quando há consentimento e um desejo saudável e igualitário entre os gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como interesse fazer um apanhado conceitual a partir das noções relacionadas à sexualidade feminina, o capitalismo e relações de poder que permeiam não só a realidade imagética atual, como também o inconsciente interconectado em *cyberespaços*.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017.

DE CARVALHO, M.; LARISSA, L. E. D. A. **Mulher no pornô: uma representação da heteronormatividade**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2016.

FREITAS, F. R. A. **Sexualidades: prazeres, poderes e redes sociais**. In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, Goiás, Brasil, 2011.

HUNTER, T. AI porn is easy to make now. For women, that's a nightmare [Pornô em IA é fácil de fazer agora. Para as mulheres, isso é um pesadelo]. **Washington Post**, 13 fev. 2023. Disponível em: https://link.gale.com/apps/doc/A736886962/AONE?u=anon~2b35d735&sid=googleScholar&xid=b8801a03. Acesso em: 31 jul. 2024.

MADDOCKS, S. **Feminism, activism and non-consensual pornography: analyzing efforts to end "revenge porn" in the United States**. Feminist Media Studies, p. 1-16, 2021.

MEDEIROS, A. **Erotismo & pornografia na arte: uma história mal contada?**. Cartema, (5), 2010.

MANIA, K. Legal Protection of Revenge and Deepfake Porn Victims in the European Union: Findings From a Comparative Legal Study [Proteção legal de vítimas de vingança e pornografia deepfake na União Europeia: resultados de um estudo jurídico comparativo]. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 25, n. 1, p. 117-129, 2022.

NASCIMENTO, R. Mais de 20 vítimas de 'nudes' falsos criados com inteligência artificial foram ouvidas pela polícia. **G1 Rio**, 6 nov. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/06/vitimas-de-nudes-falsos-criados-com-inteligencia-artificial-foram-ouvidas-pela-policia.ghtml. Acesso em: 31 jul. 2024.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 2010.

TRICARICO, G. **Lost goddesses: A kaleidoscope on porn**. Routledge, 2018.

SUBVERTENDO AS ILUSÕES "RE": POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS POTIGUARES

Anna Letícia de Souza Bezerra [1]
Maria Fernanda Cardoso Santos[2]
Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior[3]
Rebecka Wanderley Tannuss [4]

RESUMO

Os Escritórios Sociais são equipamentos públicos, impulsionados pelo Conselho Nacional de Justiça desde 2016, que visam a garantia de direitos de pessoas que passaram pelo cárcere em algum momento de sua vida e seus familiares. De acordo com o que é orientado pelos documentos oficiais, a equipe técnica deve ser composta, minimamente, por um bacharel em Direito, um assistente social e um psicólogo. Emerge, dessa forma, um novo campo de possibilidades de atuação da Psicologia nas novas inserções sociais de pessoas egressas do sistema prisional. Por ser um serviço recente, carece de estudos científicos. O objetivo deste trabalho é analisar as possibilidades do exercício da Psicologia em seus limites éticos, técnicos e operacionais, nos Escritórios Sociais do Rio Grande do Norte à luz da Criminologia Crítica. O artigo parte de uma pesquisa qualitativa desenvolvida entre março e outubro de 2022. Foram selecionados documentos oficiais do Escritório Social e realizadas seis entrevistas semiestruturadas com psicólogas dos Escritórios Sociais do Rio Grande do Norte. Após o tratamento do material, foi observado que as condições inapropriadas de trabalho e lapsos na formação profissional facilitam a captura pelas ilusões "re". Contudo, apesar das limitações, ainda foi possível observar potenciais de subversão, principalmente, com o trabalho de mobilização da rede de políticas públicas. Portanto, o estudo destacou a necessidade de a Psicologia assumir sua posição política e comprometida com os Direitos Humanos para lutar pela consolidação deste serviço, o qual em meio a um cenário neoliberal, de sucateamento das políticas públicas e ampliação do Estado Penal, representa uma possibilidade de promover cidadania a este público vulnerabilizado.

Palavras-chave: Escritório Social, Criminologia Crítica, Psicologia Social, Direitos Humanos, Ressocialização.

INTRODUÇÃO

Os Escritórios Sociais são serviços públicos, com gestão compartilhada entre os poderes judiciário e executivo, que atendem os sobreviventes do cárcere e seus familiares na perspectiva

[1] Mestranda do Curso de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, annaleticiasb12@gmail.com;
[2] Doutora em Filosofia, Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte- UNIRN,mariafernandacardososantos@gmail.com;
[3] Doutor em Psicologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba -UFPB, nelson.junior@academico.ufpb.br;
[4] Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Fundamentação da Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rebeckatanuss@gmail.com;

de garantia de direitos. Foram impulsionados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2016, quando o referido órgão empreendeu, no Espírito Santo, o "Projeto Cidadania nos Presídios". (Brasil, 2019; Silva Júnior, 2021)

Na tentativa de nacionalizar essa iniciativa, o CNJ instituiu a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, centralizada nos serviços do Escritório Social, por intermédio da Resolução de n° 307/2019 (Brasil, 2019). Entretanto, mesmo que o instrumento normativo tenha sido capaz de disseminar o serviço em algumas unidades federativas, não podemos falar – ainda– em uma política nacional, pois nem todos os estados contam com o atendimento aos egressos no padrão estabelecido pela resolução[5].

O Rio Grande do Norte (RN) aderiu à proposta do CNJ em 2020, com a assinatura do acordo de cooperação entre CNJ, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e governo estadual. Inicialmente, o documento possibilitou a criação dos Escritórios nos municípios de Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Ceará-Mirim, Pau dos Ferros, Caicó e Mossoró, integrando-os nas redes de proteção social das cidades supramencionadas. Surge, desse modo, um novo campo para atuação da Psicologia no RN, já que os materiais de gestão dos Escritórios Sociais, produzidos pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, orientam que as equipes técnicas devem compostas, minimamente, por um bacharel em Direito, um assistente social e um psicólogo (Brasil, 2020a).

As primeiras aproximações *psi* com o campo penal ocorreram ainda no século XIX, com a Psicologia do Testemunho, a qual tinha o objetivo de investigar a fidedignidade do relato dos sujeitos envolvidos no processo judicial. Cumpre frisar que é no período do século XIX que os ideais positivistas estavam se proliferando no terreno científico e a Psicologia não escapou de seus tentáculos. A noção de virtualidade dos atos, traduzida em uma tendência de prever comportamentos futuros com base em parâmetros definidos, instaurou um modelo de atuação pericial dos profissionais *psi* em relação com o judiciário e colaborou com práticas de ortopedia social, isto é, a correção prévia de comportamentos tidos como negativos. (Silva Junior, 2017)

[5] Em dezembro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto de Nº 11.843, regulamentando a assistência à pessoa egressa e instituindo a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional. Seus efeitos práticos sobre a construção dessa política poderão ser estudados nos próximos meses.

Apesar de estarmos distantes temporalmente do contexto supracitado, o eco destas velhas práticas ainda pode ser escutado, conforme nos demonstra o professor Silva Junior (2017) em suas análises sobre a atuação do psicólogo no campo penal. Por conseguinte, a compreensão da inserção da Psicologia nos Escritórios requer a reflexão, a princípio, sobre este campo problemático que constitui as relações entre Psicologia e sistema de justiça criminal. Isto posto, o estudo pretendeu analisar as possibilidades do exercício da Psicologia em seus limites éticos, técnicos e operacionais, nos Escritórios Sociais do Rio Grande do Norte à luz da Criminologia Crítica.

METODOLOGIA

O artigo partiu de uma pesquisa qualitativa desenvolvida entre os meses de março e outubro de 2022. Os estudos qualitativos, conforme nos indica Minayo (2002), tendem a se debruçar em um universo de significados do qual não se é possível mensurar e quantificar. Para construção dos dados, utilizou-se da pesquisa documental e de campo. Os documentos analisados foram: Resolução de n° 307/2019 do CNJ; Cadernos de Gestão do Escritório Social I, II e III. No tocante à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas empreendidas em agosto de 2022 com seis profissionais da psicologia que atuavam, naquele momento, nos Escritórios Sociais do Rio Grande do Norte, autorizadas previamente em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados, então, foram tratados através da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Após a leitura flutuante de todo o material, foi identificado as unidades de registro e foi realizada a contagem dessas unidades para criação de duas categorias: 1) Artimanhas das Ilusões “re” e 2) Possibilidades de se armar com coragem e esperança; analisadas à luz da Criminologia Crítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Criminologia Crítica emerge a partir da década de 1970 do século XX com uma postura transdisciplinar e transgressora na medida em que rompe com os estudos criminológicos de orientação liberal e positivista. Tem como aporte teórico o marxismo, mas não perde de vista a micropolítica que também circunscreve o campo de forças dos processos de criminalização, objeto de estudo da abordagem (Batista, 2013; Silva Junior, 2017). É fato

que as sociedades contemporâneas adotam, por excelência, a prisão como forma de punição. Portanto, neste prisma teórico, essas instituições são desnaturalizadas.

O destaque dessa penalidade no meio jurídico foi forjado em um contexto relacionado à emergência do modo de produção capitalista, que se apoiava no ideal correcional. Este ideal, propagado pela Escola Positivista da Criminologia, declarava que o grande objetivo da prisão seria a promoção da ressocialização daquele sujeito tido como delinquente, anormal. Porém, como já denuncia Foucault (1975) e nos alerta Batista (2013), essas instituições penais surgem como um grande fracasso em seus objetivos explícitos, mas se revelam exitosas em controlar as populações indesejáveis.

Nesse sentido, urge-se o questionamento da noção de reintegração social, pois "através do discurso de 'recuperação, da ressocialização e da reeducação', o que se percebe são os objetivos bem claros: medidas de contenção social elaborada com critérios bem explícitos na sua seletividade" (Batista, 2003, p. 130). A autora certamente não fez referência ao Escritório Social, uma vez que o serviço só passou a existir anos depois de suas análises. No entanto, é importante observar que o discurso de "reintegração" social está imbricado nos ideais da política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Artimanhas das ilusões "Re"

Após uma breve introdução sobre as ilusões "re", torna-se relevante notar que os documentos oficiais do Escritório (Cadernos de Gestão I, II, III) não citam o termo "ressocialização". Entretanto, fazem referência ao serviço como meio de "reintegração" social já na ficha catalográfica do material (Brasil, 2020a; 2020b; 2020c). Situando a atuação dos Escritórios Sociais do Rio Grande do Norte numa economia geral do poder, podemos observar alguns lapsos entre as suas funções ideais, detalhadas nos documentos oficiais, e funções preenchidas dentro dos discursos "re".

As condições inapropriadas de trabalho nos fornecem pistas sobre as relações de forças que atuam de modo a dificultar a promoção de cidadania dos sobreviventes do cárcere. Como citado, os Escritórios do RN foram incorporados à rede de proteção social dos municípios. Contudo, não se deve perder de vista a realidade precária das políticas assistenciais, fato que

aparece em todas as entrevistas: “Eu acho que eles deveriam ter mais responsabilidade, porque para cobrar primeiro a gente precisa ajudar, então assim, não tem ajuda nenhuma, não tem verba nenhuma, principalmente na assistência, a assistência vive assim.” (Lúcia).

Essa precariedade da assistência social é, por consequência, estendida aos Escritórios. Primeiramente, temos Escritórios Sociais sem instalações físicas próprias, como fala Fabiana: “Enfim, é sempre dentro de outra coisa. Não existe o Escritório social”. Em segundo lugar, as estruturas dos equipamentos muitas vezes não atendem às necessidades específicas do público atendido, sendo localizados em zonas distantes ou sem estruturas para trabalho em grupo, por exemplo. Por fim, há o problema dos recursos humanos. As equipes do RN estavam incompletas, de acordo com o orientado nos Cadernos (Brasil, 2020a). Em razão das condições instáveis de trabalho, as profissionais relataram uma grande rotatividade de equipes e que, por vezes, a atuação acabava não sendo interdisciplinar, o que afeta o atendimento do egresso em suas múltiplas dimensões e complexidades. Essas dificuldades locais dialogam com um cenário global de sucateamento de políticas públicas. Wacquant (2011) alerta para uma tendência mundial de enfraquecimento do Estado Social e fortalecimento do Estado Penal, o que resulta na gestão penal da miséria.

Uma outra grande artimanha das ilusões “re” é vista na imposição, de maneira irrefletida, de modos de vida, desconsiderando a autonomia dos sujeitos e reproduzindo ideais correcionais: “Como passaram muito tempo presos, saem de lá precisando urgentemente de psicólogo e alguns vão, mas outros não querem, mas é muito importante nessa...nessa demanda deles, né?” (Lúcia)

Falas como essa colaboram com o que Silva Júnior (2021, p. 91) apontou em sua pesquisa sobre o Escritório Social do Espírito Santo: embora haja a orientação, nos documentos oficiais, para a realização de práticas desencarceradoras, “a função exercida pelo Escritório Social, de fato, não tem atuação desencarcerante”. A discussão sobre esse tópico adentra no debate sobre a formação do psicólogo no Brasil, comprometida historicamente com a elite brasileira (Bock, 2003). Nas entrevistas, apenas duas psicólogas tinham tido contato com a discussão sobre o sistema prisional antes de atuarem no serviço, fato que facilita o encantamento pelos discursos “re”.

Nesse diapasão, seria possível promover efetivamente ações de cidadania para o público ou o Escritório funciona como um disseminador das ilusões "re"? Discorremos sobre isso no tópico abaixo.

Possibilidades de se armar com coragem e esperança:

A frase que intitula esta seção foi proferida por Maria da Conceição Evaristo de Brito, uma mulher, negra, poetisa, linguista e professora afro-brasileira em um contexto de discussão sobre a escravatura. Todavia, por meio de uma licença poética, faz-se referência a atuação *psi* nos Escritórios Sociais como forma de se armar com coragem e esperança dentro dessa conjuntura de morte operada pelo sistema penal.

Ainda que haja capturas pelos discursos "re", foi observado resistência e subversão quando, por exemplo, reflete Clara:

> Quando a gente entra em política pública, a gente, às vezes, quer tutelar as pessoas, quer dizer para as pessoas o que elas têm que fazer das suas vidas, como elas devem pensar, agir, e essa é uma outra forma de violência. Então, pra mim, compromisso social é olhar para a história das pessoas, não violentar as pessoas, não culpabilizar.

Além disso, cumpre retomar que a intenção do serviço é promover a cidadania para o público egresso (Brasil, 2019; 2020a; Silva Júnior, 2021). Apesar dos desafios operacionais postos, esse objetivo declarado foi citado nas seis entrevistas realizadas. As psicólogas apontaram que a base do exercício profissional é o trabalho pautado na cidadania, em como a pessoa se enxerga enquanto cidadã, abordando a questão dos estigmas com ela e sobretudo com a rede de políticas públicas, já que também foi relatado por todas as profissionais o estigma desta rede.

Assim como consta nos documentos oficiais, logo no primeiro atendimento, as profissionais do Escritório Social relataram que devem identificar as principais demandas, junto à pessoa egressa e realizar os encaminhamentos necessários, como também demonstra Silva Júnior (2021) sobre o fluxo de funcionamento dos Escritórios no Espírito Santo. Nas entrevistas, as profissionais alegam que as demandas mais recebidas pelo serviço são: Trabalho (100%), Saúde Mental (100%) e Documentação (83%).

A atuação frente às demandas é diversificada. Porém, a realização de reuniões e visitas institucionais para divulgação do Escritório Social, sensibilização das equipes, e, consequente, desconstrução de preconceitos nas instituições que compõem a rede de políticas públicas-

presídios, escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), foram os elencados.

Os Cadernos de Gestão falam de três metodologias estruturantes do serviço: a mobilização de pessoas pré-egressas, a singularização do atendimento e a mobilização da rede de políticas públicas (Brasil, 2020a). Em virtude dos limites operacionais discutidos previamente, foi possível observar, na ocasião das entrevistas, que a potencialidade do serviço é destacada nas atividades de articulação com a rede de políticas públicas. Afinal, a lógica não é que os egressos sejam atendidos unicamente pelo Escritório, mas que possam ser encaminhados e acolhidos nos órgãos pertinentes à sua garantia de direitos, como nos indica uma psicóloga:

> Aí o nosso trabalho também se constitui muito pela questão das articulações, acho que vocês viram nas cartilhas que o Escritório Social. Claro que ele é um serviço de acolher as pessoas, de atendê-los diretamente, mas é um serviço muito de fazer articulações com a rede, para que essa pessoa possa ser direcionada para o serviço que ela vai ter necessidade até então. (Flávia)

A partir de uma atuação efetivamente interdisciplinar e em rede, a psicologia pode, ao invés de escutar o eco de velhas práticas, potencializar as vozes dos sujeitos, previamente capturados pela seletividade penal, subvertendo, assim, as ilusões “re”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se ressaltando a posição política da Psicologia e abordando a importância de a categoria lutar pela consolidação desse serviço, que em meio ao governo neoliberal, de sucateamento das políticas públicas e crescimento do Estado Penal, representa uma possibilidade de trabalhar com grupos que são vulnerabilizados em um momento anterior, durante e após o cárcere. A Psicologia deve estar implicada na luta pela concretização de uma efetiva Política de Atenção às Pessoas Egressas, bem como no fortalecimento das políticas públicas no geral, tendo em vista que a garantia de direitos é interinstitucional e contemplada pela articulação da rede. Os direitos dos sobreviventes do cárcere não serão garantidos unicamente pelo Escritório Social, mas a partir de um bom funcionamento das demais políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/ Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. "Adeus às ilusões 're'". *In*: COIMBRA, Cecília Maria Bouças et. al. **Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 195-199.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia. (org.) **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003, pp 15-28.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos.** Brasília: 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Caderno de gestão dos escritórios sociais I: guia para aplicação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas**. Brasília: CNJ, 2020b.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Caderno de gestão dos escritórios sociais II: metodologia para a singularização do atendimento a pessoas em privação de liberdade e egressas do sistema prisional.** Brasília: CNJ, 2020c.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Caderno de gestão dos escritórios sociais III: **manual de gestão e funcionamento dos escritórios sociais.** Brasília: CNJ, 2020a.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 307, de 17 de dezembro de 2019.** Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação. Brasília: CNJ, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. *In:* Minayo, Maria Cecília (org). **Teoria, Método e criatividade.** 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-15.

SILVA JÚNIOR, Ednaldo Cordeiro da. **Cidadania após a prisão? Estudo de caso do Escritório Social do estado do Espírito Santo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana e. **Política criminal, saberes criminológicos e justiça penal: que lugar para a Psicologia?.** 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ORÇAMENTO FEDERAL

Letícia Rocha Santos [1]
Verônica Teixeira Marques [2]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir dos dados orçamentários do governo federal, o tratamento estatal acerca da violência contra as mulheres. Considerando que o combate à violência contra as mulheres um dever do Estado, quais áreas foram priorizadas na execução da Lei Maria da Penha a nível federal, no período de quinze anos a partir de sua vigência? Para tanto, foram utilizados dados secundários, pesquisa bibliográfica e documental. O referencial teórico inclui autores e autoras do Direito e Ciência Política, articulando tais contribuições a partir de uma perspectiva feminista e interseccional, que reconhece a necessidade de observar a multiplicidade de estruturas sociais de opressão. Foi possível identificar que mecanismos planejados na estruturação de rede de proteção às mulheres no combate à violência para sua prevenção ainda não foram implementados, que o caráter punitivista dos mecanismos em funcionamento não é suficiente e que é necessário para o avanço da rede a adoção de uma perspectiva interseccional observando-se quem são os autores de violência e quem são as mulheres em situação de violência. As considerações finais apontam a necessária superação do paradigma punitivista em relação à violência doméstica e familiar contra as mulheres, considerando o desequilíbrio dos investimentos governamentais entre os eixos da referida Lei.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres. Interseccionalidade. Políticas Públicas. Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO

As questões relativas à violência contra as mulheres não se constituem em um problema novo. Apesar disto, há pouco tempo têm sido tratadas como socialmente e politicamente relevantes. No Brasil, a partir da Lei Maria da Penha (Lei 13.340/2006) começaram a ser estruturadas e articuladas políticas públicas com o escopo de coibir esse tipo de violência.

Muitas discussões têm sido feitas desde então sobre a efetividade da lei, com proposições de melhor articulação da rede, assistência integral à vítima e uma cobrança de cumprimento dos aspectos penais da Lei Maria da Penha, com o enrijecimento da punição ao homem autor de violência.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CAPES. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes, Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais leticia.rocha.aju@gmail.com;
[2] Doutora em Ciências Sociais pela UFBA, Mestre em Ciência Política pela UFPE. Pesquisadora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa - ITP, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário de Maceió. E-mail: veronica.marques@unima.edu.br; veronica.marques@hotmail.com

No presente trabalho, foram analisadas as áreas de maior investimento e de que forma correspondem aos eixos estruturantes da referida lei. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, com dados secundários sobre a realidade da violência contra a mulher, coletados nos *sites* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum de Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça e Senado Federal Brasileiro.

Para que existam direitos humanos, é necessário que os indivíduos sejam considerados sujeitos de direito (Mascaro, 2017). As teorias feministas e as teorias raciais críticas contemporâneas fazem essa análise: o "homem" destinatário dos direitos humanos seria, literalmente, um homem branco de classe média e ocidental, que reivindicou a igualdade abstrata e se tornou a medida de todas as coisas e pessoas (Douzinas, 2009, p. 176). Ele seria o sujeito universal, sendo a mulher o "outro" (Beauvoir, 2016) e a mulher negra, ainda, o "outro do outro" (Ribeiro, 2018).

Essas observações iniciais já permitem uma reflexão interseccional sobre as próprias construções teóricas dos direitos humanos e sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para que fossem consideradas sujeitos de direitos. Ao longo da história, mesmo em meio a cenários desfavoráveis, os ideais revolucionários reverberaram além da esfera composta por homens.

A violência doméstica e familiar durante muito tempo foi tratada como uma questão exclusivamente privada. A ideologia patriarcal do Estado acaba criando a ideia de que a vida particular dos cidadãos não deve sofrer qualquer tipo de intervenção jurídica e estatal, o que faz com que seja perpetuada a naturalização da violência doméstica e familiar (Gomes, Falavigno e Mata, 2018).

Apenas a partir das lutas sociais de movimentos feministas foi ocorrendo a mudança desse paradigma. No Brasil, apesar de já existirem algumas políticas públicas de prevenção à violência antes de 2006, apenas nesse ano, com a promulgação da Lei Maria da Penha, elas foram articuladas e intensificadas.

Contudo, não basta apenas a promulgação da lei: é necessário o acompanhamento da sua aplicação e análise da forma como seus eixos estão sendo concretizados a partir de políticas públicas. Por isso é preciso observar o orçamento, que revela as prioridades da Administração Pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dificuldades no combate à violência contra à mulher vão desde a construção institucional das normas e das políticas até questões culturais de tolerância a formas cotidianas da dominação masculina (Miguel e Biroli, 2014); apesar de uma questão estar no âmbito institucional e a outra no âmbito da sociedade civil, ambas se retroalimentam.

Os avanços relativos à aplicação dessa lei são evidentes, como a própria existência de dados oficiais sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Apesar disso, muitos ainda são os desafios, especialmente considerando as outras opressões sofridas pelas mulheres, como de raça e de classe.

Como resultado dessa sobreposição de opressões, verifica-se que as mulheres negras são as que mais sofreram com feminicídios dentro do período pesquisado (Cerqueira, 2021) e as que estão em maior quantidade nos extratos sociais mais. Isso demonstra um nítido perfil das mulheres que denunciam a violência, daquelas que procuram o sistema de justiça como forma de resolução daquele conflito.

Por outro lado, sobre os autores da violência são mais escassos os dados oficiais e nacionais que tracem seu perfil. Apesar de alguns autores apontarem a existência de traços característicos do homem autor de violência, atualmente predomina a concepção de que ele não tem traços predeterminados, ou seja, qualquer homem pode ser autor.

A partir da análise do perfil dos homens que estão no sistema carcerário, no geral, nota-se que 67,4 % da população prisional era composta por pessoas negras, indicando a sobre representação deste grupo populacional no sistema prisional (FBSP, 2022). Isso releva mais uma vez o racismo estrutural: de que forma o racismo opera para vitimizar ou criminalizar corpos negros?

Esse padrão de discriminação racial (ou racismo estrutural) que ocorre no Brasil é refletido nas decisões judiciais (Arantes, 2007) e pode ser conjugado a outras opressões. Neste trabalho, será utilizado o conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, para compreender de que forma a sobreposição de opressões potencializa as relações de violência. Segundo a autora, a experiência interseccional é mais completa do que a soma de racismo e sexismo; portanto, qualquer análise que não considere a interseccionalidade não consegue alcançar a experiência das mulheres negras (Creshaw, 1989).

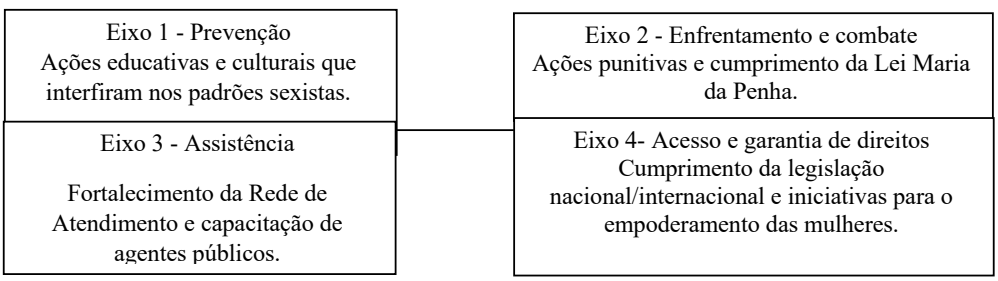
Embora o Brasil tenha implementado importantes políticas públicas para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, ele corre o risco de voltar a receber nova

advertência por conta do alto número de feminicídios no país (CNJ, 2018). Segundo Leila Barsted, que é membro do Comitê de Peritas do Mecanismo de Monitoramento da Convenção de Belém do Pará da OEA, "Por trás desses crimes, evidencia-se a falta de políticas de prevenção", dizendo, ainda, que "Quando a mulher vai à delegacia, a violência já ocorreu. O Brasil está devendo uma política de prevenção. Nas escolas, na Justiça, no atendimento de saúde, em todos os setores da sociedade." (CNJ, 2018).

É necessário um investimento nos campos da prevenção e da responsabilização do autor de forma integral, já que restou demonstrado que a punição isoladamente não é capaz de atenuar o problema. Isso porque às instituições policiais cabe o acompanhamento e diagnósticos referentes ao fenômeno criminal, a fim de adotar as medidas cabíveis (Santos Junior, 2016). Segundo a consultora legislativa Roberta Viegas, o Brasil adotou, nos últimos anos, uma postura mais punitiva, mas a prevenção ainda não é realizada em sua potencialidade, conforme demonstram os investimentos públicos designados para o funcionamento da rede de proteção, especialmente os números disponibilizados pelo Senado (2018; 2022).

Além disso, a estrutura de funcionamento da Rede na interlocução entre seus eixos não tem funcionado como foi planejado, com a atuação articulada entre as instituições e serviços governamentais, serviços não-governamentais e apoio da comunidade, com foco não apenas no atendimento, mas essencialmente no desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção, como são perceptíveis na figura dos eixos da política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher.

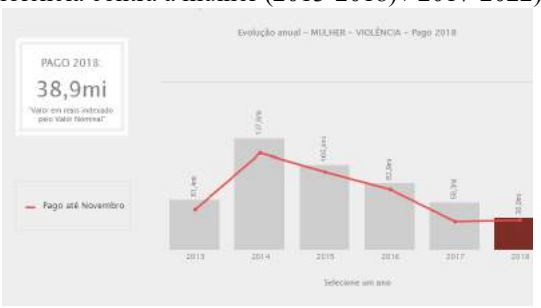
Figura 1 - Eixos estruturantes da política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres



Fonte: PEREIRA, 2019

Nos últimos anos, o que tem sido notado é uma diminuição nos valores investidos em políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, conforme se demonstra a seguir:

Figuras 1 e 2 – Evolução anual dos valores efetivamente gastos em políticas de combate à violência contra a mulher (2013-2018) / 2017-2022)



Fonte: Senado Federal, 2018.



Fonte: Senado Federal, 2022.

Além disto, a demonstração dessa discrepância entre os investimentos nos eixos estruturantes da Lei Maria da Penha pode se dar através da análise do próprio orçamento: apenas 9,87% são utilizados em publicidade de utilidade pública, ou seja, em campanhas para conscientização sobre o tema e 1,64% é investido no incentivo a políticas de autonomia das mulheres.

Figuras 3 e 4 – Valores efetivamente gastos em políticas de combate à violência contra a mulher em 2018 e em 2021



Fonte: Senado Federal, 2018.



Fonte: Senado Federal, 2022.

Esses dados, disponíveis na página do Senado Federal na internet, somados às declarações das especialistas, demonstram o baixo investimento em políticas de atenção ao autor e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Mesmo com as denúncias aumentando, é necessário refletir quais são os caminhos possíveis para atenuar esse problema e criar políticas em todos os eixos da lei.

A partir de 2020, com a pandemia de COVID-19, esse cenário sofreu alterações que fizeram com que as políticas para mulheres tivessem ainda menos prioridade, como atesta o relatório sobre vitimização de mulheres no Brasil produzido pelo Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (2021) que identificou que 48,8% das mulheres sofreram violência dentro de casa em 2020.

A expressiva redução nos gastos em políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres denota que é um tema que teve menos prioridade no período em análise, especialmente quando comparado aos governos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é necessária a implementação de diversos mecanismos para prevenção, a fim de que as estratégias para coibir a violência saiam do mero punitivismo, especialmente ao fazer uma análise interseccional sobre quem são os autores e quem são as mulheres em situação de violência.

Verifica-se que muitas propostas "[...] de endurecimento das leis penais e desrespeito de direitos fundamentais com solução de problemas ligados à área de segurança pública utilizam-se do discurso da eficiência para sua legitimação." (Vilardi, 2010, p. 132). Há o falso entendimento de que a punição pode, sozinha, conseguir mudanças de comportamentos ou, ao menos, uma recompensa pelo dano.

Como alerta Alessandro Baratta, a resposta estatal ao "desvio" não deveria ser majoritariamente estigmatizante, produzindo mudanças na identidade social do sujeito e promovendo um progressivo isolamento do meio social – pelo contrário, deveriam ser implementadas formas não-estigmatizantes de controle social (Baratta, 1999).

No caso das condutas de violência contra a mulher, há uma dificuldade em incorporar essas noções, especialmente considerando que essas condutas sempre tiveram muita tolerância da sociedade. A Lei Maria da Penha foi elaborada em um contexto de omissão estatal, mas, ainda assim, em relação ao homem autor de violência não tem como objetivo "punir por punir", mas sim responsabilizar sem deixar de pensar nos futuros relacionamentos deste autor (Carvalho, 2018), a fim de que não reproduza a violência que cometeu no mesmo relacionamento ou em relacionamentos futuros.

Especialmente considerando os dados sobre o sistema penitenciário, que relevam quem são as pessoas que vão para a prisão no Brasil, é necessário repensar as respostas dadas pelo Estado – crítica essa feita em relação a todos os crimes, mas que nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher encontra respaldo na Lei Maria da Penha, que prevê a

responsabilização do autor, mas também atendimento psicossocial para ele e a criação de centros de educação e de reabilitação.

Essa política de atenção ao autor de violência tem gerado excelentes resultados onde foi implantada; tanto qualitativamente – os profissionais relatam uma nítida mudança de percepção dos homens sobre si e sobre as mulheres – quanto quantitativamente, já que o índice de reincidência para esses homens é mínimo (Carvalho, 2018).

Cumprir a pena não garante que o autor de violência não reincidirá quando voltar à sociedade e quando estiver em futuros relacionamentos (Marques, Vieira e Nogueira Junior, 2018), assim, é preciso rever as políticas direcionadas à redução da criminalidade, para que sejam fundamentadas nos valores democráticos de direito e que sejam acompanhadas de análises de seus efeitos (Vilardi, 2010, p. 132), para garantir sua eficácia. Deve-se lembrar também que essas políticas não podem ser implementadas isoladamente, já que, para responder a um problema tão complexo, é necessária uma rede consistente e acolhedora, com respostas para autor e mulher em situação de violência.

Considerando a complexidade do problema da violência contra as mulheres, deve ser assegurado às mulheres e aos homens autores o acesso a ampla gama de programas governamentais (DATASENADO e OMV, 2018), com uma rede de enfrentamento articulada e efetiva.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo de Tarso Lugon. O “Caso Simone André Diniz” e a luta contra o racismo estrutural no Brasil. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 31, 2007.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Coleção Pensamento criminológico. Rio de Janeiro: Freitas Bastas Editora, p. 48, 1999.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos.* 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 05 nov. 2018.

CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. *Grupos reflexivos para os autores da violência doméstica: responsabilização e restauração*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *U. Chi. Legal F.*, p. 139, 1989.

DATASENADO; OMV. *Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as Mulheres*. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018.

DOUZINAS, Costas. *O Fim dos Direitos Humanos*. Tradutora: Luzia Araújo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em: Acesso em: 07 set. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência Doméstica Durante a Pandemia de COVID-19. 16 de abril de 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães, FALAVIGNO, Chiavelli Facenda, MATA, Jéssica da. (Orgs.). *Questões de Gênero: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

HÁ 12 anos, o Brasil criou a Lei Maria da Penha. Falta investir na prevenção. *Agência de Notícias do CNJ*, Conselho Nacional de Justiça, 27 julho 2018. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87212-ha-12-anos-o-brasil-criou-a-lei-maria-da-penha-falta-investir-na-prevencao. Acesso em: 29 nov. 2018.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 26 nov. 2015]8.

MARQUES, V. T.; VIEIRA DE CARVALHO, G. B.; NOGUEIRA JÚNIOR, G. R. Políticas Públicas e Violência Doméstica: Reflexões sobre Programas para Agressores - O Ciclo da Violência em Questão. Revista da Faculdade de Direito - UFMG, n. 72, pp. 599-627, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. Direitos Humanos: uma crítica marxista. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 101: 2017, p. 109-137.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEREIRA, Thalita da Silva. Violência contra a mulher: uma análise das políticas públicas de proteção à mulher no município de Maceió (2015-2016). 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociedades, Tecnologias e Política Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes, Maceió, 2019.

PORTAL com dados sobre violência contra a mulher será lançado na quarta. *Agência Senado*. 15 agosto 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/15/portal-com-dados-sobre-violencia-contra-a-mulher-sera-lancado-na-quarta. Acesso em: 22 nov. 2018.

SANTOS JUNIOR, Rosivaldo Toscano. *A guerra ao crime e os crimes da guerra: uma crítica descolonial às políticas beligerantes no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro*. 2016. 423 f. Tese (Doutorado em Ciências Juridicas) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SENADO FEDERAL. Siga Brasil, Painel Cidadão, 2018. Disponível em: http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelCidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&sheet=shTemasMod001&select=lbTemas,*000886*. Acesso em 05 dez. 2018.

SENADO FEDERAL. Siga Brasil, Painel Cidadão, 2022. Disponível em: https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelCidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&sheet=shTemasMod001&select=lbTemas,*000886*. Acesso em 30 abr. 2022.

VILARDI, Rodrigo Garcia. *Redução da insegurança pública: política pública de segurança ou política de segurança pública*. Estudo de caso. 2010. 323 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS VULNERABILIZADAS: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR[1]

Neiva Viera Trevisan[2]

Valdo Hermes Barcelos[3]

Resumo: Este estudo aborda as violências contra pessoas vulnerabilizadas, com foco nas desigualdades presentes no ambiente acadêmico e educacional. Utilizando uma abordagem interdisciplinar e metodológica baseada em revisões de literatura e estudos de caso, foram analisadas formas de opressão estrutural enfrentadas por minorias raciais, mulheres, pessoas com deficiência e alunos em condições socioeconômicas desfavorecidas. O referencial teórico é fundamentado em autores que discutem a violência simbólica e estrutural, bem como a pedagogia do herói e a performatividade docente. Os principais resultados indicam que a pressão institucional por produtividade e a falta de apoio adequado intensificam o sofrimento emocional de alunos e docentes, especialmente aqueles pertencentes a grupos marginalizados. O estudo conclui que o combate às violências simbólicas e estruturais exige uma combinação de políticas públicas e intervenções institucionais, com o objetivo de mitigar as desigualdades e promover uma educação mais justa e equitativa. Para superar essas limitações, é necessário adotar uma abordagem crítica e inclusiva, que se afaste da espetacularização do professor e se concentre na criação de políticas públicas e práticas educativas que reconheçam e atendam às necessidades dos grupos vulnerabilizados. Somente com essa mudança de perspectiva será possível enfrentar as várias formas de violência, tanto simbólicas quanto explícitas, no ambiente educacional, e promover uma educação comprometida, transformadora e inclusiva.

Palavras-chave: violência estrutural, vulnerabilidade, educação, inclusão social, performatividade docente.

INTRODUÇÃO

A violência contra pessoas vulnerabilizadas é uma realidade presente em várias esferas da sociedade e afeta de maneira desproporcional grupos marginalizados. No contexto educacional e acadêmico, essa violência pode se manifestar de diferentes maneiras, especialmente em indivíduos e comunidades que enfrentam discriminação estrutural e histórica, como minorias raciais, mulheres, pessoas com deficiência e alunos em condições socioeconômicas desfavorecidas. O presente estudo tem como objetivo explorar as múltiplas formas de violência enfrentadas por grupos vulneráveis e discutir estratégias de prevenção e enfrentamento. Ele procura responder à seguinte indagação: Como as violências estruturais e

[1] Texto resultado do projeto de pesquisa "Resiliência docente, ambiência [trans]formativa e os processos de autoformação docente no âmbito da educação superior", aprovado com bolsa de pós-doutorado no Edital FAPERGS/CNPq 07/2022 - Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil.

[2] Pós-Doutoranda no PPGE/CE/UFSM. Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Madri/Espanha.

[3] Supervisor do Projeto de pesquisa. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação, da UFSM e pesquisador PQ-1D, do CNPq.

simbólicas afetam o desenvolvimento acadêmico de grupos vulnerabilizados no contexto educacional, e quais estratégias podem ser implementadas para mitigar essas formas de opressão?

O estudo de Bianchetti e Martins (2019) sobre o mal-estar no contexto da pós-graduação revela um aspecto específico dessa vulnerabilidade ao destacar o sofrimento mental e físico enfrentado por discentes em programas de pós-graduação, evidenciando uma realidade negligenciada por instituições de ensino: “O mal-estar na Pós-Graduação é causado, entre outros fatores, pelo desencontro de expectativas entre os pós-graduandos e aquilo que encontram e precisam adotar na/a ambiência dos programas de Pós-Graduação” (BIANCHETTI, MARTINS, 2019, p. 3). A invisibilidade de problemas psicológicos, como ansiedade, depressão e burnout, entre estudantes de pós-graduação muitas vezes reflete uma forma de violência simbólica, na qual os desafios emocionais e psíquicos enfrentados pelos alunos não recebem a devida atenção ou apoio por parte das universidades.

Ao falarmos de violência contra grupos vulneráveis, é fundamental entender como diferentes formas de opressão se interseccionam. O adoecimento mental é exacerbado por uma combinação de fatores psicossociais e induções institucionais. Esses alunos, que já estão inseridos em um ambiente acadêmico competitivo e muitas vezes marcado por privações financeiras, enfrentam dificuldades ainda maiores quando pertencem a minorias raciais ou são mulheres. As pressões institucionais por produtividade, a ausência de apoio institucional adequado e a falta de reconhecimento das múltiplas demandas sobre esses indivíduos são, em si, formas de violência estrutural.

Um exemplo importante dessa violência estrutural são as dificuldades enfrentadas por alunos de minorias raciais na pós-graduação. A questão do acesso e permanência de alunos negros em cursos de mestrado e doutorado é marcada por barreiras invisíveis. O racismo estrutural que permeia as instituições acadêmicas muitas vezes impede que esses alunos alcancem sucesso, levando-os a enfrentar tanto o preconceito explícito quanto o implícito, exacerbando o seu sofrimento psicológico e sua alienação.

Nesse sentido, o texto pretende, inicialmente, abordar o conceito de violência estrutural e simbólica, focando em como essas formas de opressão impactam a vida de minorias raciais, mulheres e outros grupos marginalizados no ambiente acadêmico e educacional. A seguir,

apresenta estudos que investigam a relação entre discriminação estrutural, racismo, e o impacto psicológico dessas violências em alunos e docentes. Também explora estudos de caso que exemplificam a experiência de alunos e docentes, como a trajetória de Eunice Prudente, evidenciando as barreiras e desafios enfrentados por pessoas negras e mulheres em universidades de elite. E discute sobre a pedagogia do herói e performatividade docente, analisando como essas narrativas reforçam formas de exclusão e marginalização, ao mesmo tempo em que mascaram desigualdades estruturais. Finaliza com uma síntese das estratégias mais eficazes para enfrentar essas violências e promover a inclusão social e educacional. com foco na criação de redes de apoio e ações afirmativas.

METODOLOGIA

O estudo utiliza uma abordagem interdisciplinar, combinando revisões de literatura e estudo de caso, como a análise da trajetória de pesquisadores negros na pós-graduação e de docentes universitários, como a professora Eunice Prudente, na USP (CARVALHO e SILVA, 2014). Foram explorados temas como racismo estrutural, pressão institucional e discriminação de gênero e raça, propondo estratégias intersetoriais para enfrentar essas violências. A metodologia interdisciplinar adotada no projeto enfatiza a importância de criar redes de apoio que envolvam diferentes setores da sociedade, desde governos até organizações da sociedade civil e academia. O objetivo é garantir que as vozes de pessoas vulnerabilizadas sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas de forma equitativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Além do texto de Carvalho e Silva (2014), o referencial teórico baseia-se em autores como Bianchetti e Martins (2019), que discute o mal-estar no contexto da pós-graduação, e António Nóvoa (2009), que aborda a formação docente como uma forma de enfrentar os desafios da violência estrutural. Outros autores, como Fabris (2018) e Oechsler e Silva (2012), exploram a ideia de performatividade docente e a pedagogia do herói, ambos conceitos relevantes para a análise das violências simbólicas presentes no contexto educacional.

Nóvoa (2009) aborda como o desenvolvimento da profissão docente está profundamente interligado com a necessidade de enfrentamento dos desafios sociais, que incluem a violência estrutural e a exclusão de grupos vulneráveis no ambiente educacional. No contexto da formação de professores, Nóvoa defende a criação de novas práticas que respondam às demandas contemporâneas, incluindo as questões de diversidade e inclusão. Ele sugere que os professores devem estar no centro das práticas educativas e precisam desenvolver métodos que promovam a inclusão social e enfrentem as barreiras que marginalizam certos grupos. Isso se conecta diretamente com a temática das violências contra pessoas vulnerabilizadas, uma vez que muitos alunos enfrentam discriminação e exclusão por questões de raça, gênero, ou condições socioeconômicas, e cabe ao professor, como agente de mudança, intervir nesse processo.

Além disso, Nóvoa discute a importância de repensar a formação docente de forma que os professores sejam preparados não apenas para ensinar conteúdos, mas também para lidar com as complexidades das realidades sociais que adentram o espaço escolar. A formação de professores baseada em uma perspectiva crítica e inclusiva pode ser uma ferramenta poderosa para combater a violência contra alunos vulneráveis e promover um ambiente de maior acolhimento e respeito nas escolas.

A discussão sobre as violências contra pessoas vulnerabilizadas conecta-se diretamente também com os textos de Fabris (2018) e Oechsler e Silva (2012) ao abordar a questão da pedagogia do herói e a idealização de práticas docentes, que podem, de maneira sutil, reforçar formas de exclusão e opressão. No texto de Fabris (2018), a pedagogia do herói é examinada sob o viés neoliberal, mostrando como o professor é colocado em uma posição inatingível de salvador, o que reforça a competitividade e a exclusão. Isso se alinha à violência estrutural contra grupos vulnerabilizados, uma vez que a responsabilidade pelo sucesso educacional é colocada sobre os indivíduos, ignorando as desigualdades sociais que limitam as oportunidades desses grupos. A "subjetividade superlativa" descrita por Fabris exige que o professor atinja padrões de excelência frequentemente impossíveis, o que pode resultar na exclusão de alunos que não se encaixam nesses moldes performativos. Da mesma forma, o texto de Oechsler e Silva (2012) analisa a representação do "bom professor" na Revista Nova Escola, ressaltando a transição da imagem do herói para a do profissional ativo. Essa transformação, embora aparentemente positiva, ainda carrega consigo a ideia de que o professor deve, sozinho,

enfrentar os desafios de uma educação excludente, sem levar em conta os contextos sociais e as vulnerabilidades dos alunos. Essa visão, por sua vez, marginaliza ainda mais aqueles que necessitam de maior apoio e inclusão, perpetuando uma forma de violência simbólica contra pessoas vulnerabilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre a discussão sobre as violências contra pessoas vulnerabilizadas e o texto "Ser docente negra na USP: Gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente", de Marília Pinto de Carvalho e Viviane Angélica Silva (2014), pode ser estabelecida a partir da compreensão de como as opressões estruturais e históricas afetam grupos marginalizados, especialmente no contexto acadêmico. O texto sobre a trajetória da professora Eunice Prudente na USP destaca as dificuldades enfrentadas por uma mulher negra em um dos ambientes acadêmicos mais elitizados do Brasil, ressaltando as barreiras de gênero e raça que perpetuam desigualdades, pois ela é uma das poucas docentes negras a ascender na Universidade de São Paulo (USP), especialmente na tradicional Faculdade de Direito. O estudo analisa as dificuldades e desafios enfrentados por ela em sua formação e atuação docente, destacando as barreiras raciais e de gênero que permeiam o ambiente universitário, ainda majoritariamente branco e masculino. Essas barreiras são formas de violência simbólica e estrutural que se alinham com as violências contra pessoas vulnerabilizadas discutidas anteriormente.

O texto está estruturado em três momentos principais: a fase anterior à entrada da professora Eunice na universidade, sua formação acadêmica e sua vivência como docente na USP. A narrativa explora o impacto das desigualdades raciais na vida acadêmica e como essas dinâmicas refletem as discriminações sociais mais amplas presentes no Brasil. O estudo também aborda a exclusão histórica da população negra nas universidades brasileiras e os desafios para o reconhecimento e permanência de professores negros nas instituições de ensino superior.

A análise inclui a importância da militância política e da formação familiar no percurso de Eunice Prudente, evidenciando como esses fatores contribuíram para sua ascensão acadêmica, apesar dos obstáculos enfrentados. Além disso, o artigo discute a relação entre gênero, raça e as experiências docentes, mostrando como o racismo institucional continua a

operar na universidade, embora muitas vezes de forma invisível. Ao destacar a excepcionalidade da professora Eunice em um espaço marcado por exclusão, o texto conclui com reflexões sobre a necessidade de maior inclusão e democratização no ensino superior brasileiro, especialmente nas universidades públicas de elite como a USP.

As experiências da professora Eunice Prudente refletem como a violência institucional e as desigualdades de acesso e permanência para negros nas universidades públicas brasileiras são manifestações de uma violência estrutural que se perpetua nas instituições educacionais. Assim como muitos outros grupos vulnerabilizados, as mulheres negras no Brasil enfrentam não apenas desafios de acesso à educação superior, mas também um ambiente acadêmico que muitas vezes ignora ou minimiza as suas contribuições intelectuais e suas trajetórias de superação.

No contexto das violências contra pessoas vulnerabilizadas, a narrativa de Eunice Prudente mostra que, mesmo quando se alcança espaços de prestígio, como a docência em uma universidade como a USP, essas conquistas são cercadas por desafios relacionados ao racismo e ao machismo.

> A professora Eunice Prudente aponta a ausência de docentes e discentes negros/as na USP como reflexo do chamado racismo institucional. Analisando esse conceito, Wiervioka (2007) indica que racismo institucional não diz respeito apenas a doutrinas, ideologias, argumentos, científicos ou não, utilizados para justificar atos racistas, pois o racismo pode ser percebido por meio de outras vias, no próprio funcionamento da sociedade (CARVALHO e SILVA, 2014, p. 49-50).

Sua luta para construir uma carreira sólida no direito e sua resistência diante das barreiras impostas por uma estrutura educacional tradicionalmente excludente demonstra como a violência simbólica opera de forma sutil, mas poderosa, limitando o avanço de pessoas negras e mulheres em instituições de elite.

Além disso, a trajetória de Eunice também revela formas de resistência e superação, como seu envolvimento em debates sobre o feminismo negro e sua atuação em projetos voltados para a inclusão racial na educação. Seu trabalho, tanto acadêmico quanto no serviço público, torna visível a importância das políticas de ações afirmativas e do reconhecimento da diversidade nas universidades, que são fundamentais para mitigar a violência estrutural contra pessoas vulnerabilizadas.

Portanto, a discussão sobre as violências contra grupos vulnerabilizados, como no caso da trajetória de Eunice Prudente, ilustra a necessidade de mudanças profundas nas instituições educacionais para promover uma inclusão efetiva. Isso se alinha com os debates contemporâneos sobre políticas públicas e estratégias interdisciplinares para enfrentar as diversas formas de violência, seja ela racial, de gênero ou socioeconômica, nos diferentes espaços da sociedade, incluindo o ambiente acadêmico.

A pedagogia do herói, promovida pelas políticas educacionais e midiáticas, esconde desigualdades estruturais e contribui para a exclusão de alunos vulneráveis. Esse panorama de violência não é exclusivo do contexto acadêmico. Em outras esferas da sociedade, pessoas vulneráveis também enfrentam violências estruturais, físicas e psicológicas. Embora seja essencial reconhecer as dificuldades e as violências enfrentadas por esses grupos, também é fundamental promover o fortalecimento de suas capacidades de superação e enfrentamento. Nesse sentido, intervenções que estimulem a autoeficácia e o empoderamento podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para a construção de um ambiente social mais justo e inclusivo.

Portanto, a violência contra pessoas vulnerabilizadas é um fenômeno multifacetado, que se manifesta de diferentes formas em diversas esferas sociais. No contexto acadêmico, a pressão por produtividade e o racismo estrutural representam formas de violência simbólica que afetam profundamente o bem-estar de alunos de minorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento das violências contra pessoas vulnerabilizadas requer uma abordagem ampla, que combine políticas públicas, ações institucionais e o envolvimento ativo da sociedade civil. O reconhecimento das diversas formas de violência e a implementação de estratégias de apoio e prevenção são essenciais para garantir que esses indivíduos possam exercer seus direitos de forma plena, sem serem impedidos pelas barreiras da discriminação e da exclusão social.

A síntese conclusiva das discussões até aqui aborda de maneira integrada as violências contra pessoas vulnerabilizadas no contexto educacional, a figura do professor heroico, e as implicações das políticas públicas contemporâneas. A partir das análises é possível perceber

como a exaltação da figura do professor herói, promovida por políticas educacionais e narrativas midiáticas, mascara as desigualdades estruturais e as formas de violência simbólica presentes nas escolas.

A ideia de performatividade docente, inserida em uma lógica neoliberal, coloca o professor em um papel de salvador, o que acaba por reforçar uma visão individualista e meritocrática da educação. Essa abordagem ignora as condições de vulnerabilidade de muitos alunos, transferindo a responsabilidade do sucesso ou fracasso para o próprio indivíduo e desconsiderando os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam diretamente a experiência educacional.

Além disso, as análises realizadas sobre os dados de violência revelam a prevalência de *bullying* e racismo, demonstrando que as formas explícitas de violência também estão profundamente enraizadas nas escolas e universidades. Essas violências atingem desproporcionalmente os grupos vulnerabilizados, como alunos de minorias raciais e socioeconômicas, reforçando a necessidade de intervenções que levem em consideração as diferentes formas de opressão.

Portanto, a educação, tal como está estruturada, contribui para a perpetuação de desigualdades ao romantizar o papel do professor como herói e ao negligenciar as reais condições dos alunos. Para superar essas limitações, é necessário adotar uma abordagem crítica e inclusiva, que se afaste da espetacularização do professor e se concentre na criação de políticas públicas e práticas educativas que reconheçam e atendam às necessidades dos grupos vulnerabilizados. Somente com essa mudança de perspectiva será possível enfrentar as várias formas de violência, tanto simbólicas quanto explícitas, no ambiente educacional, e promover uma educação verdadeiramente transformadora e inclusiva.

REFERÊNCIAS:

BIANCHETTI, L.; MARTINS, F. S. *O discente da pós-graduação stricto sensu:* desistências e resistências, induções externas e adoecimentos. Disponível em: http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/11.pdf. Acesso: 22/06/2019.

CARVALHO, Marília Pinto de; SILVA, Viviane Angélica. Ser docente negra na USP: Gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente. *Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado - Universidade do Sul de Santa Catarina*, v. 8, n. 13, p. 30-56, Jan./Jun. 2014.

FABRIS, Eli Terezinha Henn. A pedagogia do herói sob as performances das políticas públicas contemporâneas. *Roteiro*, Joaçaba, v. 43, n. 1, p. 205-224, jan./abr. 2018.

NÓVOA, António. *Professores: Imagens do futuro presente*. Lisboa: EDUCA, 2009.

OECHSLER, Krislei Meri; SILVA, Neide de Melo Aguiar. O bom professor na Revista Nova Escola: do herói ao profissional ativo. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 7, n. 4, p. 1202-1223, dez. 2012.

"A PENA DELES NÃO VEM COM A GENTE!": CONSIDERAÇÕES SOBRE REVISTA VEXATÓRIA A PARTIR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM FAMILIARES DE ENCARCERADOS NA PENITENCIÁRIA GERALDO BELTRÃO

"THEIR PENALTY DOESN'T COME WITH US!": CONSIDERATIONS ON HUMILIATING SEARCH FROM THE ATTENDANCE ON THE PUBLIC HEARING WITH FAMILY MEMBERS OF THOSE INCARCERATED IN THE GERALDO BELTRÃO PENITENTIARY

Giovanna Ignowsky Borba [1]
Renata Monteiro Garcia [2]

RESUMO

O presente relato de experiência se propõe a traçar análises qualitativas acerca da prática de revista vexatória no sistema prisional de João Pessoa, a partir da escuta praticada na Audiência Pública realizada pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba e a Comissão Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, ocorrida em maio de 2022, para tratar das violações de direitos sofridas por familiares de pessoas encarceradas na Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão no momento de visitas. Como resultado principal, tem-se que a prática da revista vexatória, apesar de inconstitucional e ilegal no estado da Paraíba, continua a ocorrer com aval dos discursos punitivistas do sistema de justiça e atinge, de maneira ímpar e contundente, mulheres que compõem rede de apoio de pessoas encarceradas, transferindo a violência prisional de dentro para fora dos muros do presídio.

Palavras-chave: Sistema prisional, Violência institucional, Processos de mortificação.

ABSTRACT

This experience report aims to outline qualitative analyzes about the practice of humiliating search in the João Pessoa prison system, based on the listening practiced at the Public Hearing held by the Public Defender's Office in the State of Paraíba and the State Commission to Prevent and Combat Torture, that occurred in May of 2022, to discuss the violations of rights

[1]Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, giovanna.ignowskyb@gmail.com;
[2]Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, renata.garcia@academico.ufpb.br.

suffered by the family members of incarcerated people in the Maximum Security Penitentiary Geraldo Beltrão at visit times. As main result, it is shown that the practice of humiliating search, despite being unconstitutional and illegal in the state of Paraíba, continues to occur with the endorsement of the punitive discourses of the justice system and affects, in a unique and forceful way, women who form a support network for incarcerated people, transferring the prison violence form inside to outside the prison walls.

Keywords: Prisional system, Institucional violence, Mortification processes.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os números de pessoas encarceradas só aumentam com o passar dos anos, o que o coloca em terceiro lugar no ranking de países com maior população prisional no mundo, segundo o World Prison Brief, do Instituto de Pesquisa de Políticas de Crime e Justiça (ICPR), do Reino Unido. Segundo Angela Davis (2018), "o encarceramento está associado à radicalização daqueles que têm mais probabilidade de ser punidos. Está associado a sua classe (...)" (Davis, 2018, p.121). Assim, é possível inferir que dentro do grande número de pessoas presas no Brasil estão inseridos os indivíduos das parcelas mais pobres da sociedade brasileira, ou seja, indivíduos jovens, racializados, que possuem baixa escolaridade e residem em áreas periféricas do país.

Diante disso, é notável que há um recorte bem definido de classe, raça, faixa-etária, nível de escolaridade e localidade sobre os quais recairão as violências imbuídas no sistema prisional. Entretanto, não são apenas os indivíduos encarcerados que experienciam tais mazelas em seus dias, mas suas redes de apoio também são atingidas, sobretudo as mulheres que possuem filhos, pais, irmãos, entes queridos, namorados ou amigos dentro dos presídios.

> "As mulheres, na condição de mães, irmãs ou companheiras, constituem a maioria do público que lota as filas dos presídios semanalmente. São elas que exercem o papel de sustentar o lar e garantir que não falte nada ao familiar preso, como alimentação, material de higiene e, muitas vezes, medicamentos. São elas que se responsabilizam por cuidar das questões judiciais e, principalmente, que exercem o suporte afetivo" (Tannuss, et. al., 2018, p. 207)

A institucionalização forçada dessas mulheres livres vai para além da reorganização de rotina e exaustão pelos cuidados, mas os comportamentos exigidos dessas mulheres para que possam continuar a servir de rede de apoio de pessoas aprisionadas são incompatíveis com o princípio constitucional da Personalidade da Pena:

> "De modo paradoxal, ainda que se submetam à lógica que lhes é designada e escolham manter o vínculo com o presidiário, desconstruindo a prática social de afastamento e abandono, a marginalização estende-se a elas, (...)" (Tannuss, et. al., 2018, p. 207)

Dentre as muitas violações as quais são submetidas essas mulheres está a sua submissão às chamadas revistas vexatórias, hoje entendidas como um instrumento de tortura (Costa e Wurster, 2018) e provas de que "a prisão se expande para além dos seus limites físicos" (Lago, 2019, p. 6). Perante a revolta causada por essa prática excruciante nos presídios de João Pessoa, sobretudo na Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão, que pouco mais de uma dúzia de mulheres, todas compondo rede de apoio de uma pessoa presa, se reuniram em uma Audiência Pública na sala do Conselho Superior da sede da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) para denunciar as violências cometidas contra elas na mencionada instituição prisional, em 11 de maio de 2022.

O presente relato de experiência se dá a partir da presença na audiência, acompanhando o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da Universidade Federal da Paraíba (LAPSUS/CRDH). A participação nesta atividade consistiu na escuta das falas das familiares, amigas, namoradas e esposas dos encarcerados da Penitenciária Geraldo Beltrão, bem como o acompanhamento das falas da mesa, composta pela Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP-PB), Vara de Execução Penal, Gabinete da Defensoria Geral da Paraíba e o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT/PB). Diante das anotações feitas na oportunidade e de um levantamento bibliográfico da literatura acerca da prática de revista vexatória, pretende-se refletir sobre a realidade de João Pessoa em relação a essa violência de gênero imputada pelo cárcere a mulheres livres.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Em 11 de maio de 2022, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba conduziu, junto à Comissão de Prevenção e Combate à Tortura, uma Audiência Pública que abordava a questão das revistas às quais eram submetidas as familiares de pessoas presas na Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão, localizada no bairro de Mangabeira VI, em João Pessoa. O LAPSUS esteve presente na figura de pesquisadoras que acompanharam a sessão e puderam contemplar os depoimentos angustiantes daquelas mulheres e compartilhar de sua revolta.

Na oportunidade, foram ouvidas representantes do Movimento de Famílias de Pessoas Presas da Paraíba, bem como alguns personagens do sistema de justiça, como um policial penal

representando a SEAP-PB, uma magistrada da Vara de Execuções Penais e o Defensor Geral Adjunto, além da própria equipe de organização da Audiência. Também estavam presentes representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Estadual de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR), da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSP-PB), da Pastoral Carcerária e do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura (MPCT).

Nas falas, era notável a dicotomia entre o que era dito pelas mulheres do Movimento de Famílias, que vivem na pele todas as violências que o sistema penitenciário consegue transferir para a parte de fora dos muros, e o que era defendido pelos agentes de justiça ali presentes. Ao passo em que as representantes do Movimento trataram do medo que sentiam, não apenas no momento das visitas, mas também de estarem reunidas ali, reivindicando seu direito à uma visitação digna, por consequentes represálias que ocorreriam em sua próxima ida ao presídio, o representante da SEAP-PB afirmou que "a prática da Polícia Penal da Paraíba é de acolhimento".

É possível, no entanto, ter uma política de acolhimento em um sistema que utiliza de táticas degradantes para fiscalização da entrada nos presídios? As familiares destacam, a todo momento, a falta de preparo da equipe prisional ao tratar com elas nos momentos de visita. São descritas piadas direcionadas a elas pela equipe da Geraldo Beltrão, que as faz questionar: "Por que os agentes penitenciários não nos tratam de forma profissional? A pena do nosso familiar fica com ele, não vem com a gente!".

Apesar do entendimento deturpado, porém enraizado no imaginário social, de que pessoas encarceradas são menos dignas de respeito e, consequentemente, de terem seus direitos garantidos, as familiares não entendem por que tais comportamentos deveriam ser transferidos a elas através do despreparo da equipe penitenciária. A resposta é que não deveriam, porém, segundo Neto, Estrela, Silva Júnior e Tannuss (2020),

> "as violações não se restringem àqueles que estão cumprindo pena, mas se estendem de modo sistemático às familiares que os visitam, desrespeitando o artigo 5º da Constituição Federal que dispõe que nenhuma pena passará da pessoa do condenado" (Neto, et. al., 2020, p. 194).

Sobre a prática da revista vexatória em si, a qual, vale destacar, está proibida na Paraíba por meio da Portaria nº 255/GS/SEAP/2020, as mulheres explicam que ela vem ocorrendo na Geraldo Beltrão sob a justificativa da falta de preparo da equipe para operar o sistema de *scanners*. "O *scanner* não acusa nada e mesmo assim mandam a gente pro hospital, porque eles

não sabem 'ler' o que aparece lá pra eles. O exame demora e também não acusa nada, até os médicos já estão cansados"[3].

Elas dizem, ainda, que a revista já é naturalizada dentro de sua rotina de visitação, que a humilhação e o constrangimento são questões para as quais se preparam quando estão se organizando para o dia de visita. Dizem, ainda, que as reclamações sobre a prática são ineficazes, pois "não permitem diálogo entre a gente e a Diretoria, os agentes dificultam até a gente tirar dúvida, imagina reclamação"[4]. As reclamações, no entanto, não se restringiram apenas às denúncias da prática ilegal da revista vexatória, mas também abarcariam outros pontos levantados na audiência: o desrespeito da equipe prisional para com as visitantes, a falta de diálogo com a Diretoria do presídio, o mal funcionamento do sistema de *scanners*.

As falas do Movimento, após diversas exigências de que mais momentos como o ocorrido ocorram, onde elas possam ter um espaço seguro para denunciar, se encerram com mais um destaque de que

> "há muitas histórias de quem passou por isso, passa por isso toda vez que vai visitar, de policial homem na hora da revista constrangendo a gente, de médico dizendo que não aguenta mais receber a gente, de gente perdendo o dia todo de visita 'pra' fazer o exame, mas as pessoas não vem por medo. Tem medo de expor e sofrer lá dentro depois, se não for a gente sofrendo vai ser 'eles', nossos familiares"[5].

Em contrapartida de todo o exposto pelas familiares, os agentes de sistema de justiça mantém argumentos como o de que "a Penitenciária Geraldo Beltrão é uma penitenciária modelo"[6], além de dizer que os fatos relatados são pontuais, ou pior, levantam dúvidas sobre os relatos das familiares, "Se existirem denúncias efetivas, elas têm que ser colocadas em papel para serem apuradas"[7]. O representante da SEAP-PB ainda traz a máxima de que a revista é necessária, uma vez que existem "pessoas 'mancomunadas' com o errado".

Antes do momento de fala se destinar à organização do evento para as considerações finais e encerramento da sessão, o representante da SEAP-PB encerra suas próprias considerações com uma frase que demarca a problemática abordada durante a Audiência inteira e prova a falta de diálogo entre o sistema penitenciário e as famílias de presos: "Vocês dizem

[3]Transcrição da fala de uma familiar presente na Audiência.
[4]Transcrição da fala de uma familiar presente na Audiência.
[5]Transcrição da fala de uma familiar presente na Audiência.
[6]Transcrição da fala de ator do sistema de justiça da Paraíba.
[7]Transcrição da fala do policial penal representante da SEAP-PB.

que não vieram por medo, mas eu pergunto: medo de quê?". De fato, mesmo após os relatos excruciantes das familiares, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba se recusa a reconhecer as falhas do sistema prisional e a tentar abrir diálogo com os afetados por ele, o que é sintomático de uma política de segurança pública doente.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste relato de experiência foram levadas em consideração anotações feitas de próprio punho durante o comparecimento da autora à Audiência Pública relatada, bem como uma pesquisa bibliográfica que levantou materiais como artigos, capítulos de livros, censos demográficos, leis e portarias que abordassem a temática da revista vexatória e a realidade de mulheres que compõem a rede de apoio de pessoas encarceradas. A partir da combinação entre as anotações e a leitura dos estudos levantados, foram traçadas análises qualitativas, de cunho exploratório-descritivo, visando tratar de questões que não se quantificam (Minayo e Gomes, 2009) na experiência de mulheres que são submetidas à revista vexatória e tantas outras violações em suas visitas aos presídios.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O sistema prisional, ainda que possua estrutura rígida, consegue fluir para além dos muros dos presídios, ao traduzir-se em violências que atingem também pessoas livres. A partir da experiência relatada, é possível comprovar o que colocam Tannuss, Silva Júnior e Oliveira (2018):

> "É um equívoco acreditar que a pena privativa de liberdade atinge apenas aqueles que, em nossa sociedade, foram condenados por algum crime cometido. Neste país, o indivíduo condenado ao cárcere torna-se alvo de uma série de outros castigos, previstos ou não em lei. Além disso, quando preso, tem a pena tacitamente compartilhada com sua família, grupo social frequentemente marginalizado pela sociedade e pelo próprio Estado" (Tannuss, et. al., 2018, p. 204).

Não se pode perder de vista que as violências às quais pessoas encarceradas são submetidas consistem em violações de direitos humanos e vão de encontro a princípios constitucionais garantidos a todos através do caput do artigo 5º:

> "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do

> direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...)" (Brasil, 1988).

O supracitado artigo da Carta Magna nos traz, ainda, que a transferência de tais violências de pessoas presas a seus entes queridos é também uma extrapolação do previsto constitucionalmente, sobretudo o que consta no inciso XLV, que dispõe que "nenhuma pena passará da pessoa do condenado" (Brasil, 1988).

A prática da revista vexatória, em especial, vai diretamente de encontro com o descrito nos incisos III e X do mesmo artigo 5º, o que leva, em 2020, o Ministro Edson Fachin a redigir voto que fundamenta a inconstitucionalidade da atividade, afirmando que "provas obtidas a partir de práticas como o desnudamento de pessoas, agachamento e busca em cavidades íntimas devem ser qualificadas como ilícitas, uma vez que violam o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais à integridade, à intimidade e à honra" (Fachin, 2020).

Entretanto, a experiência relatada demonstra que, apesar dos diversos princípios constitucionais violados, a transferência de uma pena desproporcionalmente degradante para mulheres que prestam apoio a pessoas presas em João Pessoa não é apenas uma ocorrência, mas parte da rotina de quem enfrenta "as porosidades entre estar dentro e fora da prisão" (Lago, 2019, p. 6). Assim, aponta-se que o principal resultado obtido é o de que a prática da revista vexatória na Penitenciária Geraldo Beltrão é legitimada pelos discursos do sistema de justiça da Paraíba, de forma que reafirma a expansão da prisão para além de seus limites físicos e atinge mulheres livres, cujo "crime" consiste na associação afetiva com pessoas encarceradas.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

O comparecimento à Audiência Pública traz reflexões sobre a prática da revista vexatória, mas também sobre as outras violências relatadas pelas representantes do Movimento de Famílias de Pessoas Presas da Paraíba, mas, sobretudo, a escuta dos relatos dessas mulheres aproxima a autora de suas realidades. Assim, a experiência exercita a prática da escuta e acolhimento, como também faz com que as análises traçadas não apenas representem um objetivo de pesquisa a ser cumprido, tampouco um comparativo entre a realidade e a literatura, mas que representem maneiras de realmente pensar uma política de segurança pública que não comporte a degradação de pessoas encarcerados e seus entes queridos.

O compromisso de repensar essas políticas não vem de um desejo de para falar por quem não tem voz, afinal, essas mulheres têm voz. Vozes, nomes, corpos e vidas que demonstraram sua potência na Audiência Pública, e é dessa atitude que nasce o compromisso para somar com elas, pela defesa dos Direitos Humanos e por um sistema de justiça que preste atenção em suas demandas, sem negá-las.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

Entender as angústias relatadas pelas essas mulheres representantes do Movimento de Famílias de Pessoas Presas da Paraíba é também entender que o cárcere tem estendido os processos de mortificação nele intrínsecos (Foucault, 1997), podendo ver como esses processos ocorrem na prática. Foi possível enxergar na prática como categorias que apareceram nos textos do levantamento bibliográfico aparecem na vivência de entes queridos dos encarcerados da Penitenciária Geraldo Beltrão.

Em nenhum momento da sessão a Constituição Federal, por exemplo, foi citada, mas as falas trouxeram seus princípios em afirmações como "A pena do nosso familiar não vem com a gente"[8]. Assim, a categoria de "pena compartilhada" (Tannuss, et. al., 2018) e, consequentemente, "extrapolação do princípio da Personalidade da Pena" (Lago, 2019) apareceram nos discursos das representantes do Movimento de Famílias, mas também a de "marginalização estendida" (Spagna, 2008), traduzida nas piadas humilhantes proferidas pelos agentes penitenciários.

Por fim, o fato de apenas mulheres terem comparecido também é demonstrativo prático de outro dado apontado pelos estudos: "(...) a maior parte das pessoas que se submetem ao tratamento penitenciário, em prol do suporte afetivo e material aos que estão enclausurados, são mulheres" (Borges, et. al., 2022, p. 44). Comprovado que as mais afetadas na prática pelas noções de "pena compartilhada", "marginalização estendida" e "extrapolação do Personalidade da Pena" são as mulheres, é necessário elucidar que o perfil sociodemográfico desse grupo na cidade de João Pessoa é o de mulheres negras e com renda familiar abaixo de um salário mínimo (Borges, et. al., 2022). Diante da realidade escancarada na Audiência, de que essas mulheres, além de terem suas rotinas e modos de vida alterados para poderem prestar apoio material e

[8]Transcrição da fala de uma familiar presente na Audiência.

emocional a pessoas encarceradas, são também colocadas no foco da violência prisional, é possível concluir que o sistema prisional tem imposto uma nova camada de vulnerabilidade a um grupo que já sofre com diversas marginalizações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BORGES, J. T. S.; LOPES, R. R. d. A.; CAVALCANTI, G. J. V. CÁRCERE E ACESSO À JUSTIÇA: Análise a partir da vivência de familiares de presos. In: GARCIA, R. M.; BORGES, J. T. S. (org.). **POLÍTICA CRIMINAL E CÁRCERE: Tramas Punitivas em Debate**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022, p. 40-64.

COSTA, C. V. da; WURSTER, T. M. Revista vexatória e o controle dos corpos das mulheres: porque no princípio Eva comeu a maçã. In: BOITEUX, L.; MAGNO, P. C.; BENEVIDES, L. (org.). **Gênero, feminismos e sistema de justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018. p. 54-71.

D'ANDRÉA, I. G.; SILVA JÚNIOR, N. G. d. S.; TANNUSS, R. W. **Dupla Condenação: Famílias, Cárcere e Violações de Direitos Humanos**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 95696-95711, dec., 2020.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FACHIN, E. Voto do relator Ministro Edson Fachin. Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF) – **Tema de Repercussão Geral nº 988**: ARE nº 959620. Brasília.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ICPR - INSTITUTO DE PESQUISA DE POLÍTICAS DE CRIME E JUSTIÇA. **World Prison Brief.** Londres: ICPR, s.d.

LAGO, N. B. **Dias e noites em Tamara – prisões e tensões de gênero em conversas com "mulheres de preso"**. Cadernos Pagu, Campinas, p. 55-80, 2019.

MINAYO, M. C. d. S; GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa social - Teoria, método e criatividade**. / Organização: Maria Cecília de Souza Minayo. Petrópolis: Vozes, 2009.

NETO, J. B. d. A.; ESTRELA, M. L. P., SILVA JÚNIOR, N. G. d. S.; TANNUSS, R. W. REVISTA VEXATÓRIA NO CÁRCERE: extensão da pena e violação de direitos humanos contra familiares de presos. In: SILVA JÚNIOR, N. G. d. S.; TANNUSS, R. W.; GARCIA, R. M. (org.). **Muros invisíveis: diálogos sobre privação de liberdade, assujeitamento e famílias que resistem**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. p. 193-217.

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba. **Portaria nº 255/GS/SEAP/2020**, 16 de setembro de 2020.

TANNUSS, R. W.; SILVA JÚNIOR, N. G. d. S.; OLIVEIRA, I. M. F. F. d. **Pena compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos**. Redes: Revista Eletrônica Direito e Sociedade, Canoas, v. 6, n. 2, p. 203-218, set., 2018.

A EXPERIÊNCIA DISCENTE NO ATENDIMENTO DE MULHERES PRESAS NA CAPITAL PARAIBANA: AS ATIVIDADES DO GRUPO DE EXTENSÃO "MULHERES E MÃES" JUNTO À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

THE STUDENT EXPERIENCE IN ASSISTING INCARCERATED WOMEN IN THE CAPITAL OF PARAÍBA: THE ACTIVITIES OF THE EXTENSION GROUP "WOMEN AND MOTHERS" WITH THE PUBLIC DEFENDER'S OFFICE

Bárbara Fialho de Sousa Nunes[1]
Mirelle Fernandes Peixoto[2]
Ana Clara Soares Batista[3]
Camila Freitas Farias[4]
Letícia Vita Nunes Ramalho[5]
Breno Marques de Mello[6]

RESUMO

Este trabalho relata a experiência de estudantes no projeto de extensão "Mulheres e Prisões: cooperação técnica junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba na garantia de direitos de mulheres e mães". O projeto estabeleceu uma parceria entre o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB (Lapsus) e a Defensoria Pública da

[1] Graduada em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, extensionista voluntária do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB (Lapsus) da UFPB, barbara.fialho@academico.ufpb.br;
[2] Graduanda em Direito pelo Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB, extensionista bolsista do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB (Lapsus) da UFPB, mfp4@academico.ufpb.br;
[3] Graduanda em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, extensionista bolsista do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB (Lapsus) da UFPB, acsb2@academico.ufpb.br;
[4] Graduanda em Direito pelo Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB, extensionista bolsista do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB (Lapsus) da UFPB, camilaff2002@outlook.com;
[5] Graduanda em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, extensionista bolsista do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB (Lapsus) da UFPB, leticiavitaramalho@hotmail.com;
[6] Graduado em Direito pela UFPB, mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Odontologia (PPGO/UFPB), na área de concentração em Saúde Bucal Coletiva, professor orientador vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB (Lapsus)da UFPB, brenodii@gmail.com.

Paraíba (DPE/PB) para ampliar a atuação da instituição junto às mulheres encarceradas no Complexo Penitenciário Júlia Maranhão. Iniciado com a definição das necessidades e plano de trabalho, o projeto prosseguiu com capacitações em criminologia e Direito Penal. O grupo realizou análises detalhadas de 112 processos, identificando possíveis violações e propondo intervenções. A etapa final incluiu um mutirão de atendimento, onde foram atualizados processos e coletados dados sobre as condições de vida das presas, com a participação de cerca de 90 mulheres em uma pesquisa sobre suas experiências e condições na penitenciária.

Palavras-chave: mulheres, sistema prisional, encarceramento, direitos humanos.

ABSTRACT

This paper describes the experience of students involved in the extension project "Women and Prisons: Technical Cooperation with the Public Defender's Office of the State of Paraíba in Ensuring the Rights of Women and Mothers," which established a partnership between the Laboratory of Research and Extension in Subjectivity (LAPSUS) and the Public Defender's Office of Paraíba (DPE/PB). The project aimed to enhance the institution's legal activities with women incarcerated at the Júlia Maranhão Penitentiary Complex. It began with defining needs and developing a work plan, followed by training in criminology and Criminal Law. The team conducted detailed analyses of 112 cases, identifying potential violations and suggesting interventions. The final stage involved a comprehensive support effort, where processes were updated, and data on the living conditions of the inmates were collected, with approximately 90 women participating in a survey about their experiences and conditions in the penitentiary.

Keywords: Women, prison system, incarceration, human rights.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão, vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado “Mulheres e Prisões: cooperação técnica junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba na garantia de direitos de mulheres e mães” buscou traçar uma parceria entre o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública (LAPSUS) e a Defensoria Pública da Paraíba, para auxiliar nas análises processuais e orientações jurídicas destinadas às mulheres sentenciadas, presas no Complexo Penitenciário Júlia Maranhão, por meio de apoio, ampliando o alcance do trabalho da Defensoria.

Nesse sentido, apesar da importância da Defensoria nas defesas de direitos, deve-se destacar que o cenário de lotação carcerária proporciona um acúmulo de processos à Instituição, de modo que sua atuação é, por vezes, prejudicada devido à quantidade de casos a serem analisados. De acordo com o World Female Imprisonment List de 2022, o Brasil é o terceiro país com maior população carcerária feminina no mundo e, segundo dados oficiais referentes

ao segundo semestre de 2023, há 27.010 mulheres presas, dentre as quais 8.568 estão encarceradas de forma provisória (SENAPEN, 2023).

Nesse cenário, a literatura demonstra que o acesso à justiça, pelos familiares de pessoas presas, é de difícil concretude (Tannuss, Silva Júnior e Oliveira, 2018; Araújo, Bruna, 2017), de forma que as mulheres privadas de liberdade encontram dificuldades em receber informações processuais e demais orientações jurídicas. Além disso, conforme aponta Alves (2017), a maioria das mulheres presas é ré primária, negra, de baixa escolaridade, e pobres, de modo que o custo para arcar com advogados particulares torna-se, com frequência, oneroso. Assim, em consonância com o artigo 134 da Constituição Federal, a Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, atua na orientação jurídica, na promoção dos direitos humanos e na defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos dessas mulheres cerceadas de liberdade, que são rés processuais.

Portanto, em razão de um sistema prisional marcado pelo superencarceramento e pela sobrecarga de processos, o projeto de extensão e a parceria entre o LAPSUS e a Defensoria destaca a importância da iniciativa colaborativa que visa ampliar o acesso à justiça, de maneira a fortalecer o apoio jurídico às mulheres, contribuir para a mitigação das desigualdades estruturais e reforçar o papel da Defensoria Pública na proteção dos direitos humanos.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Em um primeiro momento, houve reuniões internas semanais para formação das extensionistas, com estudos da Lei de Execução Penal, apresentação da plataforma SEEU e PJE, bem como leituras e aulas de assuntos que viriam a ser analisados, como o indulto, remição da pena, datas de progressão de regime e eventuais empecilhos para a sua concessão, a exemplo de processos de sindicância e outros processos na fase de conhecimento. Além disso, foram ministradas aulas de Direito Processual Penal, com explicações acerca dos procedimentos e questões práticas relacionadas à execução penal, como a identificação de direitos e benefícios cabíveis.

Em momento posterior, foi dado início a execução de análises processuais de mulheres sentenciadas que estão privadas de liberdade na Penitenciária Júlia Maranhão. Após essa etapa, houve mais uma reunião de planejamento, mapeamento possíveis erros encontrados nas lides, de forma a planejar a visita à referida prisão, cujo objetivo foi o de atender, em parceria com a

Defensoria Pública do Estado, as mulheres privadas de liberdade com orientações jurídicas pertinentes, de modo a também sanar eventuais dúvidas.

Durante a visita e os atendimentos às mulheres da Penitenciária Júlia Maranhão, tornou-se evidente a complexidade do cenário e da realidade vivida, que frequentemente viola os direitos das pessoas privadas de liberdade. Em questionário realizado com as mulheres, destacou-se a questão da alimentação. Apesar do acesso à comida, a qualidade é tão baixa que muitas a consideram indigesta, referindo-se a ela como "lavagem", como uma alimentação apropriada apenas para porcos.

Ademais, outra problemática mencionada pelas mulheres está relacionada ao acesso a produtos de higiene, especialmente absorventes. Elas relataram uma limitação significativa na disponibilidade desses itens, o que as obriga a recorrer a outros meios para atender às suas necessidades básicas, como, por exemplo, a utilização de panos. Assim, com base na experiência relatada, o cenário da Penitenciária Feminina Júlia Maranhão revelou-se extremamente precário, caracterizado por constantes violações de direitos, o que resulta na degradação da personalidade das mulheres e na perda da dignidade humana.

METODOLOGIA

O projeto de extensão “Mulheres e Prisões: cooperação técnica junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba na garantia de direitos de mulheres e mães” iniciou sua atuação a partir de uma reunião entre a Defensoria Pública do Estado da Paraíba e o LAPSUS, com o objetivo de debater o plano de trabalho do grupo de acompanhamento processual, um dos três eixos de atuação do projeto junto à DPE/PB. No diálogo entre as instituições, foram elencadas as principais demandas que existem na Defensoria Pública do Estado da Paraíba no que tange o atendimento às mulheres encarceradas na Penitenciária de reeducação feminina Maria Júlia Maranhão.

Desse modo, foi estabelecida a metodologia a ser aplicada para a realização das análises processuais das mulheres presas na unidade penitenciária da capital paraibana, assim como a quantidade de processos a serem analisados pelo grupo de trabalho universitário. Posteriormente, este grupo se reuniu para definir eixos de formação, voltados para ações no âmbito da execução penal como uma segunda etapa da atuação do eixo de acompanhamento processual.

O segundo passo, então, consistiu na execução de formações teóricas em criminologia crítica, Direito Penal e processo penal, concomitante à realização de formações técnicas a partir do estudo do conceito de execução penal, bem como garantismo penal. Nesse sentido, obras como "Penas e garantias", do autor Salo de Carvalho, foram debatidos nas aulas de formação. No mais, também houve a discussão de temas como a relação ao garantismo e o abolicionismo penal, garantismo e democracia, e como o grupo analisa de forma crítica esses temas com a formação geral do projeto. Também foram analisadas noções gerais e específicas sobre processo e petições nos sistemas eletrônicos processuais. Durante o período de formação, também houve aulas e estudos sobre a legislação que rege a execução penal e os direitos das mulheres gestantes e mães.

O terceiro passo de atuação do grupo de trabalho consistiu na execução das análises processuais, sendo definidas algumas categorias analíticas relacionadas a gênero, raça, idade, crimes imputados às mulheres presas e as penas a elas determinadas pelos juízos criminais, com o objetivo de identificar narrativas judicias, posicionamentos públicos e violações de direitos humanos.

O quarto passo foi discutir as análises processuais realizadas, elucidar dúvidas, compreender o perfil das mulheres cujos processos foram analisados, mapear possíveis irregularidades e entender quais intervenções processuais poderiam ser feitas, como pedidos de progressão de regime pendentes, de remição por estudo e trabalho, bem como possíveis aplicações de indultos e detrações cabíveis nesses processos. Esse passo se mostrou importante para aperfeiçoar a metodologia aplicada pelos membros do grupo nas análises e para preencher as lacunas encontradas com relação a esse processo analítico. A discussão interna ampliou o olhar das extensionistas para outros campos de análise e novas interpretações de intervenção no processo.

O quinto passo se concentrou em realizar um mutirão de atendimento, no qual as extensionistas apresentaram orientações gerais sobre os processos na Penitenciária Feminina Júlia Maranhão. O trabalho de atendimento, feito em conjunto com um dos Coordenadores do projeto e a Defensora Pública, foi dividido por duplas. As extensionistas responsáveis pela análise processual atualizaram as mulheres presas sobre o andamento dos processos e demais questões pertinentes a sua permanência na unidade prisional supracitada, além de coletarem dados relacionados a vivência delas na instituição. Ao todo foram analisados 112 processos e atendidas cerca de 100 apenadas.

Ao final dos atendimentos, as mulheres foram questionadas sobre a disponibilidade em participar de uma coleta de dados referente ao cotidiano delas na Penitenciária, através de uma questionário, com o intuito de verificar as informações das participantes acerca de questões como o recebimento, por parte da penitenciária, de insumos de higiene básica, a sensação de (in)segurança dentro da unidade, informações sobre a dinâmica familiar e a disponibilidade de visitação de pessoas, entre outras questões. Ao todo das cerca de 90 mulheres foram atendidas e aceitaram responder o formulário.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Dos objetivos e resultados alcançados, se observa que tem se conseguido promover, através da cooperação interdisciplinar, o suporte às ações da DPE/PB junto a mulheres em privação/restrição de liberdade no estado da Paraíba. Ainda mais especificamente têm-se conseguido apoiar a DPE/PB em processos judiciais que envolvam mulheres em privação/restrição de liberdade, por meio de assessoria à DPE/PB. Além disso, o projeto está contribuindo com a instituição para a elaboração de diagnóstico da situação de mulheres em situação de privação/restrição de liberdade no estado da Paraíba, com vistas à produção de subsídios para criação e fortalecimento de políticas públicas.

Destaca-se, entretanto, que devido à quantidade de detentas assistidas pela Defensoria, foi necessário fazer um maior recorte na análise para abarcar apenas as apenadas que já estão em processo de cumprimento definitivo de sentença. Inicialmente o objetivo era assessorar a DPE/PB com todas as apenadas que estavam na Penitenciária Feminina Júlia Maranhão, mas infelizmente por uma questão de recursos humanos foi necessário fazer essa delimitação.

Ainda assim, na análise inicial dos resultados alcançados, frisa-se que o projeto ainda está em fase de execução tendo seu ciclo de ações contínuas e, portanto, os resultados obtidos são parciais, mas denunciam a realidade de hipossuficiência das mulheres presas e como elas passam por diversas violações de direitos. Durante as análises processuais foram observadas diversas negligências do sistema prisional para com as detentas, guias de pena em desacordo com a sentença, remições por educação não oficializadas, perda de documentos, entre outros.

Apesar disso, as extensionistas têm conseguido realizar os diagnósticos de forma exitosa, com enfoque em apontar quais remédios processuais podem ser utilizados para garantir o andamento justo da execução penal. Seguindo não somente o Código de Processo Penal como

literaturas críticas que abordam o tema, se destacando o texto de Saulo Carvalho “Penas e Garantias”, Regras de Bangkok, “Mulheres presas e adolescentes em regime de internação que estejam grávidas e/ou que sejam mães de crianças até seis anos de idade” os integrantes do projeto concluíram que

> Se a função do sistema prisional é de adestramento social, a mulher é punida duplamente, pois, em primeiro lugar, ao cometer um crime, logicamente há a reação social e a aplicação das sanções legais. Entretanto, a mulher encarcerada sofre, ainda, a punição por ter descumprido seu papel social tradicional de conformação ao espaço privado ao invadir o espaço público no cometimento do crime. (Miyamoto; Krohling, p.230, 2015)

Por fim, os resultados parciais alcançados apontam para o êxito inicial da parceria entre a Universidade Federal da Paraíba, por meio do projeto de Pesquisa e Extensão —LAPSUS— , e pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Essa experiência tem permitido uma cartografia dos processos respondidos pelas apenadas, além de contribuir para a denúncia de certos aspectos violadores de direitos das mulheres encarceradas no Complexo Penitenciário Feminino Júlia Maranhão.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

Durante a realização das atividades do presente projeto realizado junto à Defensoria Pública do Estado, foi adquirida uma vasta gama de aprendizados significativos, tanto em termos técnicos quanto no desenvolvimento pessoal e profissional. Um dos aspectos mais relevantes desse processo foi a imersão na realidade carcerária, que proporcionou uma observação direta das condições precárias e desafiadoras enfrentadas pelas mulheres privadas de liberdade.

Inicialmente, a experiência permitiu o desenvolvimento de habilidades técnicas, como o uso dos sistemas de Processo Judicial Eletrônico (PJe) e do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), a análise processual e a redação de petições no âmbito da Defensoria Pública, aliadas aos conhecimentos jurídicos necessários para a realização dessas atividades.

Além do aprimoramento do conhecimento técnico, essa experiência proporcionou um valioso contato com diferentes realidades e questões sociais, muitas vezes invisíveis no cotidiano jurídico. Ao lidar com as apenadas, foi possível perceber que cada uma delas carrega particularidades e vivências únicas, que precisam ser consideradas. Essa percepção levou à

compreensão da importância de enxergar essas mulheres para além dos delitos pelos quais foram condenadas, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, cuja dignidade deve ser respeitada e preservada.

Tornou-se evidente que os direitos dessas mulheres são sistematicamente infringidos de diversas maneiras tanto dentro quanto fora do sistema prisional. A falta de assistência, manifestada antes, durante e após o período de encarceramento, contribui para acentuar a vulnerabilidade dessas mulheres. Outro aspecto observado foi a profunda carência afetiva e emocional gerada pela ausência de contato familiar. Muitas dessas mulheres relataram a falta que sentem de seus filhos e familiares, agravada em alguns casos pelo fato de suas famílias residirem em outro estado, tornando praticamente impossível a realização de visitas regulares.

Além disso, essa privação vai além do aspecto emocional, impactando profundamente suas vidas cotidianas. A ausência de visitas familiares não só intensifica o sofrimento ético-político da separação (Sawaia, 2001, p. 104), como também acarreta uma grave carência de produtos básicos de higiene, evidenciando-se a pobreza menstrual. Muitas dessas mulheres dependem exclusivamente das visitas para obter itens essenciais, como absorventes e outros produtos de higiene, sendo a outra via de acesso a esses produtos as doações feitas por igrejas ou a solidariedade de companheiras de cela.

Dessa forma, foi possível compreender a ausência de garantia de direitos básicos na rotina relatada pelas mulheres, bem como a relevância da assistência familiar no contexto prisional e como a falta desse suporte intensifica a desumanização e a marginalização que essas mulheres já enfrentam. Essa realidade evidencia a lógica da ausência/presença do Estado, segundo a qual este ente faz-se presente para punir e manter a privação de liberdade, mas ausenta-se no que tange à garantia de direitos fundamentais.

Portanto, a atividade desenvolvida não apenas aprofundou os conhecimentos jurídicos, mas também proporcionou uma reflexão sobre as condições humanas e sociais das mulheres encarceradas. A experiência foi crucial para o desenvolvimento das estudantes a partir do amadurecimento de habilidades críticas sobre os fenômenos relacionados ao Direito Penal e Processual Penal. Assim, essa vivência resultou em um olhar mais atento e sensível às necessidades daquelas que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade, sobretudo na compreensão das complexidades e injustiças que cercam o sistema carcerário.

RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA

Tendo em vista que o enfoque do grupo foi ampliar as atividades da Defensoria Pública do estado da Paraíba, por meio das análises processuais, produção de petições e atendimento às apenadas na penitenciária, foi possível aplicar, na prática, diversos conhecimentos teóricos de Direito Penal e Direito Processual Penal. Nesse contexto, as extensionistas entraram em contato direto com diversas legislações como o Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, entre outras leis, como a Lei de Drogas e o Decreto Presidencial nº. 11.846, publicado em 2023, referente à concessão de indulto natalino e comutação de penas.

Durante a análise dos processos, buscou-se verificar a possibilidade de cabimento de progressão de regime, livramento condicional, indulto, remição, prescrição e prisão domiciliar, que correspondem a direitos das pessoas privadas de liberdade. Ademais, foi possível observar o fluxo institucional do processo penal durante a prisão (fase de execução) e em momentos anteriores (fase de instrução).

Outrossim, foi possível observar o funcionamento do sistema de justiça, uma vez que durante a análise dos processos o grupo teve contato com diversos documentos jurídicos elaborados por promotores, defensores públicos, advogados e magistrados. Nesse cenário, destacou-se a vivência no âmbito da Defensoria Pública, junto ao Núcleo de Execução Penal da Paraíba. O núcleo forneceu ao grupo modelos de petições utilizadas pelo órgão, a partir dos quais iniciou-se a confecção das petições a serem protocoladas no sistema posteriormente.

A análise dos processos também permitiu a observação prática de questões relacionadas ao funcionamento e administração de presídios, como sindicância, regime disciplinar diferenciado e aplicação de faltas. A visita *in loco* à penitenciária complementou essa experiência, revelando problemas institucionais que haviam sido previamente debatidos pelo grupo.

Algumas questões abordadas durante as formações teóricas realizadas em sala de aula, no âmbito do LAPSUS, a partir da leitura de artigos científicos, também puderam ser identificadas na prática. Nesse sentido, destaca-se a prisão preventiva motivada pelo crime de tráfico de drogas (Lei 11.343/2006), o punitivismo dessa legislação no Brasil e as penas excessivamente severas aplicadas a esse delito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dina. **Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana**. Revista CS, n. 21, p. 97-120, 2017.

BRASIL. **Código de processo penal**. Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm> Acesso em 25 de ago de 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras** / Conselho Nacional de Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016. Disponível em:https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ff dcbc397c32eecdc40afbb74.pdf. Acessado em: 27 de ago de 2024.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. **World Female Imprisonment List**. London, 2022. 5. ed. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_impriso nment_list_5th_edition.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.

MIYAMOTO, Y.; KROHLING, A. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 40, 28 ago. 2015.

OLIVEIRA, I. M. F. F.; SILVA JÚNIOR, N. G. de S.; TANNUSS, R. W. Pena compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos. Revista eletrônica direito e sociedade, Canoas, v. 6, n. 2, p. 203-218, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v6i2.3936. Acesso em; 29 ago. 2024

SISDEPEN. Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de julho a dezembro de 2022. Brasília-DF: SENAPPEN, 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/mrymd6c7. Acesso em: 30 ago. 2024

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In* SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118.

EM BUSCA DELAS

[1]Lina Dele Nunes (autor)

[2]Helenilton Dantas (co-autor)

[3]Antônio Williams da Silva Oliveira (co-autor)

RESUMO:

O projeto "Em Busca Delas" consiste na busca ativa de mulheres trans que trabalham na noite da capital sergipana. Sendo um projeto de atividade contínua realizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ (CRDH) da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, e tem como metodologia a pesquisa de campo. O objetivo geral é copilar dados qualitativos e quantitativos para que assim, enquanto órgão público e braço do estado, se tenha um panorama que chegue mais próxima da realidade do nosso público alvo e, assim, a gente amplie os acessos ofertando as nossas usuárias o conhecimento dos seus direitos e garantias incluindo todo aparato do serviço público onde são atendidas especificamente as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: comunidade LGBTI+; pesquisa de campo; políticas públicas; direitos.

---

[1] Vice Presidente do CEPIR-SE; Coordenadora de Projetos e Formação do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ da SSP/SE; Policial Militar da PMSE; Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia; Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (2021); Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Tiradentes (2008).

[2] Policial Militar da Subtenente da PM/SE, Graduado em Serviço Social, Pós Graduado em Direitos Humanos, graduado em Enfermagem, Diretor do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ da SSP/SE.Membro da RENOSP LGBT, Policial Anti- Antifascita,membro do conselho estadual LGBT de Sergipe e compondo a equipe de prevenção e violência a criminalidade social.

[3] 3º Sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe, Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe, Bacharel em Direto pela Universidade Tiradentes, pós-graduando em Direitos Humanos na Universidade Tiradentes, Assessor Jurídico do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ da SSP, Conselheiro do Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT+.

ABSTRACT:

The Em Busca Delas Project consists of the active search for trans women who work at nigth in the capital of Sergipe. Being a Project of continuous activity carried out by the Reference Center for LGBTI+ Human Rights (CRDH) of the Public Security Secretariat of Sergipe, is its methology is field research where the general objective is to compile qualitative and quantitative data so that as a public body and arm of the state, we can have a panorama that comes closer to the reality of our target audience and thus we can expand access by offering our users knowledge of their rights and guarantees, including all public service apparatus that specifically serves the LGBTQIAPN+ community.

Keywords: community LGBT, field research, public policy, rights.

INTRODUÇÃO:

Historicamente, a promulgação de Carta Universal dos Direitos Humanos em 1948 foi um passo importante para o Estado salvaguardar o direito à vida, proibir e criminalizar a tortura e ir de encontro a todo e qualquer tipo de discriminação. A Constituição de 1988,no tocante a vida humana, surge nesse bojo, seguindo suas diretrizes estabelece a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas do ser humano. Dito isto, considerando o artigo 5º da Constituição Federal, a urgência e relevância do debate, visamos progredir no desenvolvimento de políticas públicas de prevenção, enfrentamentos e encaminhamentos no que diz respeito à quebra de garantias previstas na Carta Magna.

O caráter universal dos Direitos Humanos está intrinsecamente ligado à condição humana, que preconiza condições mínimas de sobrevivência e crescimento, em um ambiente de respeito, paz e igualdade, sendo abominável toda e qualquer forma de discriminação. Com os índices alarmantes que apontam desigualdades e as variadas formas de discriminação a nível nacional, é pertinente pensar numa articulação como uma ação de governo que resulte em ações afirmativas por parte do Estado de Sergipe e sua capacidade institucional do garantia dos direitos humanos e que enfatize seu compromisso

com os direitos das mulheres, da comunidade negra, das comunidades ciganas e indígenas, das comunidades tradicionais, das periferias, dos direitos da população LGBTI+, das pessoas com deficiência, dos idosos.

Concomitantemente, os casos de violência contra a mulher têm crescido nos últimos anos no Brasil, sobretudo os crimes de assédio, estupro e feminicídios, e a tendência segue com perspectivas de crescimento no que tange a violência de gênero, que denota uma falha na notificação dos casos, havendo uma grande subnotificação. Aliado a isto, há falta de políticas públicas anteriores que deem garantias de efetivação da criminalização desses casos, sendo estes enquadrados em outros crimes de menor potencial ofensivo. E, diante dessa realidade, o Brasil se distancia cada vez mais do 5º objetivo do desenvolvimento sustentável que tem como previsão de acabar com todas as formas de discriminação contra a mulher até 2030. Podemos elencar diversos fatores que tem contribuído para essa triste realidade, mas o principal se centra na queda do financiamento de políticas de proteção as mulheres até 2022. Sendo as consequências drásticas e de grande impacto social no próprio núcleo familiar, perda de força de trabalho, e a aniquilação de sujeitos produtivos socialmente nas suas respectivas áreas profissionais e intelectuais.

O objetivo geral deste projeto Consiste na busca ativa de mulheres trans que trabalham na noite do centro de Aracaju e que por conta das suas rotinas, muitas vezes, não possuem tempo para acessar políticas públicas e tampouco conhecimento formal e profissional. Para isso, utilizamos um protocolo de pesquisa de campo tendo como intuito uniformizar a abordagem da equipe técnica do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBT+ (CRDH) aos nossos interlocutores durante a pesquisa de campo e/ou busca ativa. Bem como preenchimento da entrevista, sistematização dos dados e relatório técnico. A experiência de campo e a coleta de algumas narrativas onde se pauta metodologicamente em torno da participação do pesquisador/técnico como um instrumento de conhecimento. Sendo possível postular de maneira sintetizada o universo das pessoas pesquisadas (MAGNANI, 2009, p. 135), sendo possível

identificar suas redes, mapeamento social, em forma de insight, a aproximação própria da abordagem de campo/busca ativa produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos. Saliento que a condição é de observadora, mas também de observada. Numa encruzilhada discursiva, tomando por empréstimo o termo de Castillo (2010), é um desafio equilibrar a prática da busca ativa e da convivência com as interlocutoras em campo. Por ser de "fora", aquela que observa e está ali para racionalizar o que é visto e sentido, mas também está para se relacionar. Pensar as emoções e as variadas formas de interações que se dão no campo é bem desafiador, pois é preciso saber romper algumas fronteiras estabelecidas. Com a proximidade se quebram os protocolos (CORREIA , 2010) e intrinsecamente forma uma teia de relações em que os papéis daquele que está se propondo a pesquisa técnica se torna múltiplo.

> Desse episódio fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (PEIRANO, 2014, p. 379)

Fazendo parte do protocolo de pesquisa de campo do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTQIAPN+ prevê observações mais detalhadas, retorno do diálogo com nossas interlocutoras, coleta/junção do material de campo e pesquisa de gabinete. Acreditamos que é razoável direcionar um esforço para identificar as intersecções dessas mulheres de forma individual e coletiva, que só será possível por meio de ações regulares. Dentre nossos objetivos específicos é importante destacar que nossa finalidade é:

1- Divulgar nossos serviços;
2- Prestar assistência;
3- Fazer levantamento em termos quantitativos e qualitativos.

E assim coletar dados que darão robustez as estatísticas, e enriquecerá a utilidade dos nossos relatórios confeccionados por nossa equipe multidisciplinar que conta com: colaboradores estagiários, assistentes sociais, psicólogos, bacharel em direito, antropóloga e historiadora.

Com planejamento de interiorizar a ação do projeto, o CRDH terá a possibilidade de comparar e diferenciar contextos que se aproximam e se distanciam por conta das suas especificidades. Com isso esperamos ter um panorama geral dessa população em específica, para que possa ajudar no entendimento dos fenômenos socioculturais que perpassam por padrões e tendências que atravessam a comunidade LGBTI+. Entender toda essa conjuntura passeia por um campo sensível e ao mesmo tempo se torna uma ferramenta valiosa para proposições, encaminhamentos, embasamento de políticas públicas e intervenções sociais com a finalidade de prestar um serviço público de qualidade para nossa população.

RELATO DA EXPERIÊNCIA:

Normalmente nossas ações de busca ativa são fruto de uma força tarefa juntamente com órgãos do governo, tais como: Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania-SEASIC, Departamento de Direitos Humanos- DIDH e Secretaria do Trabalho. A ação em conjunta tem sempre como enfoque informar dos serviços de retificação de nome e gênero, emissão carteira de identidade nacional, serviço social, assessoria jurídica, assessoria psicológica, oferecer opção de cursos profissionalizantes e o cadastro de currículos para inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. A execução do trabalho de campo é sempre, por nós, considerada um sucesso, tanto pela receptividade em que as equipes são recebidas quanto pelo retorno dado por nossas interlocutoras, que se cadastraram para acessar os serviços públicos.

Em campo, entre as regiões do Centro, Siqueira Campos e Atalaia já ouvimos cerca de 40 mulheres trans que atualizaram nosso banco de dados. Fazemos recorte de faixa etária, classe social, escolaridade e raça/cor. Estabelecidas às relações horizontalizadas entre nós agentes públicos em pesquisa de campo e essas mulheres trans, prosseguimos com o planejamento de executar esse processo de escuta ativa e levantar relatos de alguns eventos vividos ou presenciados por elas que atingem diretamente essa categoria que trabalha nas noites da cidade de Aracaju.

É um trabalho normalmente que segue a noite toda entrando pela madrugada, entendendo que nem sempre é possível acessar nossas interlocutoras por questões de segurança delas e da equipe de pesquisa. A nossa prioridade é não alterar o estado das coisas, no sentido da conjuntura de trabalho em que elas se encontram que envolvem outros sujeitos sociais, e a nós cabe considerar esse contexto entendendo que não se trata de uma

aventura pessoal. Estar em campo é obedecer a um ritual que opera com uma lógica própria.

É imprescindível pensar que ao entrar em contato com o universo dos pesquisados nós compartilhamos seus horizontes, a pesquisa atesta a lógica de suas visões de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar nossas próprias teorias com as delas e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. Esse é um *insight*, uma forma de aproximação própria da nossa abordagem técnica que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos.

METODOLOGIA:

Nossa metodologia é baseada na observação participante, utilizada em diversas áreas do conhecimento, sobretudo na pesquisa etnográfica pelos antropólogos. E considerando os aspectos colhidos em campo, iremos copilar em texto tudo que foi ouvido e visto durante a nossa experiência de busca ativa e assim adequar as nossas referências e dar vida a um material escrito. Ampara- se em torno da observação como instrumento de conhecimento.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Aumentamos de sobremaneira nosso atendimento em 2024, sendo ampliado em mais de 100% somente no primeiro semestre em comparação ao resultado anual do relatório do ano anterior.

APRENDIZAGEM COM A EXPERIÊNCIA:

Estamos em constante aprendizagem. Em campo, temos a oportunidade de exercitar nossa escuta ativa e entender a efetividade dos serviços oferecidos por esse órgão para comunidade. Além de notificar oficialmente novos casos que nos desafiam diariamente, onde a comunicação e cooperação intersetorial será imprescindível para considerar novos resultados. Por adotarmos uma metodologia de abordagem recente a luz do que é feito na pesquisa de campo, elencamos que os resultados esperados com essa experiência/projeto ainda estão em andamento.

RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA:

Torna-se notório que depois de estabelecidas as alianças, entre equipe de técnicos e interlocutores (PEIRANO, 2014) é possível adentrar em campo, para viabilidades da busca ativa é necessário dirimir tensões e conflitos que evolve o universo das mulheres trans e o trabalho nas ruas de Aracaju. Na medida em que a empatia e a familiarização com o que está sendo proposto, o método da observação participante se expande e se cria uma teia de relações e todo e qualquer material oriundo dessa experiência cria outro contorno.

> (...) as palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados. E palavras não são o único meio de comunicação: silêncios comunicam. Da mesma maneira, os outros sentidos (olfato, visão, espaço e tato) têm implicações que é necessário avaliar e analisar. Dito de outra forma é preciso colocar no texto, em palavras sequenciais, em frases que se seguem umas às outras, em parágrafos e capítulos o que foi a ação vivida. Este talvez seja um dos maiores desafios da etnografia, e não há receitas pré-estabelecidas de como fazê-lo. (PEIRANO, 2014, p. 386)

Tornar inteligível o que se vive e que se viu não é tarefa simples, uma mera descrição não daria conta de mensurar a experiência cenestésica vivida em campo. É necessário um aporte que torne todo o arcabouço coerente e correspondente, uma eterna dialética entre a experiência e o processo reflexivo, entre o que se experenciou e a escrita. Uma abundância de detalhes interseccionado pelas referências teórico-metodológicas. Fixar uma narrativa etnográfica requer destreza entre a experiência pessoal e a interlocução com os membros pertencentes ao campo.

Assim, com base nas observações desses autores e de muitos outros antropólogos que sempre refletiram sobre seu trabalho de campo, é possível postular, de uma maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível,

numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Esse é um *insight*, uma forma de aproximação própria da abordagem etnográfica (MAGNANI, 2009) que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos. Trata-se de um empreendimento que supõe um determinado tipo de investimento, um trabalho paciente e contínuo ao cabo do qual e em algum momento se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARDOSO. Ruth. **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARVALHO, André Luiz Piva. **Construção identitária: projeção simbólica**. IV ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, 2008.

CLIFFORD, James. In. MARCUS, George. **A Escrita da Cultura: Poética e Política da Etnografia**. Rio de janeiro: Eduerj, 2016.

CORREIA, Luiz Gustavo Pereira de Souza. **Corpo, emoções e identidade: reflexões sobre narrativas e fotografias de um terreiro de culto afro- brasileiro**. Nº 8. Coimbra: Centro de Estudos Socias, 2010, pp 33-48.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia Como Prática E Experiência**. Nº 32. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2009.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia Não É Método**. Nº 42. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2014.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CÁRCERE FEMININO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS NA PARAÍBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS

UNIVERSITY EXTENSION, WOMEN'S PRISON AND DEFENSE OF HUMAN RIGHTS IN PARAÍBA: A REPORT OF EXPERIENCES

Bruna Stéfanni Soares de Araújo[1]
Anna Letícia de Souza Bezerra[2]
Luísa Laís Câmara da Rocha [3]
Ana Cibele Alves De Lima[4]
Beatriz Cecília Coelho Santos [5]
Giovanna Gama de Moura[6]
Jéssica Patrícia Paiva Santos[7]
Rayanne Raquel Félix Andrade Alves[8]

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir ações de extensão e pesquisa-ação realizadas a partir de projeto que tematiza a promoção de direitos e acesso à justiça de mulheres privadas de liberdade no sistema prisional paraibano através da coleta de denúncias de violações de direitos humanos. Nesse sentido, discutimos as atividades de campo feitas através de inspeções em unidade prisional feminina e nos arredores da mesmo por meio de relatos coletados com familiares das mulheres presas. As atividades descritas nesse trabalho, bem como, conceitos analíticos advindos dos estudos sobre prisões e mulheres, gênero, raça e violência, permitiram identificar

[1] Professora orientadora: Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). e-mail:brunastefannis1@gmail.com.
[2] Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós graduação em Direitos Humanos da UFPB. Psicóloga. e-mail: annaleticiasb12@gmail.
[3] Doutoranda pelo Programa de Pós graduação em ciências jurídicas da UFPB. Advogada. e-mail: luisacamararocha@gmail.com;
[4] Graduanda pelo Curso de Bacharelado em Direito pelo Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB, e-mail: anacibelle.lima05@gmail.com;
[5] Graduanda pelo Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPB, e-mail: coelho.acdm@gmail.com;
[6] Graduanda pelo Curso de Bacharelado em Psicologia da UFPB, e-mail: ggm@academico.ufpb.br;
[7] Graduanda pelo Curso de Bacharelado em Direito pelo Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB, e-mail: jepatriciapaiva@gmail.com;
[8]Graduanda pelo Curso de Bacharelado em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da UFPB.

e diagnosticar um cenário de violações sistemáticas de garantias legais no sistema prisional feminino paraibano e a necessidade da tomada de providências por parte de órgãos responsáveis.

Palavras-chave: Extensão; Encarceramento feminino; Prisões; Gênero; Direito à alimentação adequada.

ABSTRACT
The present work aims to discuss extension actions and action research carried out based on a project that focuses on the promotion of rights and access to justice for women deprived of liberty in the Paraíba prison system through the collection of reports of human rights violations. In this sense, we discuss the field activities carried out through inspections in and around the women's prison unit through reports collected from family members of the women prisoners. The activities described in this work, as well as analytical concepts arising from studies on prisons and women, gender, race and violence, made it possible to identify and diagnose a scenario of systematic violations of legal guarantees in the female prison system in Paraíba and the need to take measures to part of responsible bodies.

Keywords: Extension; Female incarceration; Prisons; Gender; Right to adequate food.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência envolve as ações de extensão ainda em execução desempenhadas no âmbito do projeto: "*Mulheres e Prisões: Cooperação técnica junto à Defensoria Pública do estado da Paraíba na garantia de direitos humanos de mulheres e mães*". Cumpre frisar que o projeto, com duração prevista de dezoito meses, está vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública - LAPSUS da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e surgiu através da celebração de convênio com Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), UFPB, e Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE/PB), visando promover, por meio de cooperação interdisciplinar, o suporte às ações da DPE/PB junto às mulheres em privação/restrição de liberdade.

Dessa forma, temos o objetivo de discutir sobre a construção metodológica das ações de extensão e, em especial, como ocorre a coleta de denúncias relativas às violações de direitos humanos no seio do sistema prisional feminino paraibano e o tratamento delas. Para tanto, evidenciamos que a prática parte de noções advindas dos estudos críticos da criminologia, violências, direitos humanos, gênero e relações raciais. O trabalho é pertinente à comunidade acadêmica por possibilitar a comunicação entre pares dos resultados parciais da ação de extensão, como forma de avaliação da continuidade das ações e divulgação das violações de direitos humanos.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão "*Mulheres e Prisões: Cooperação técnica junto à Defensoria Pública do estado da Paraíba na garantia de direitos humanos de mulheres e mães*" é formado por estudantes, bolsistas, da graduação e pós-graduação sob orientação de docentes vinculados ao Centro de Ciências Jurídicas e Centro de Ciências Aplicadas e Educação da UFPB, que se dividem em três eixos temáticos, sendo eles: o eixo "*acompanhamento processual de mulheres privadas de liberdade*", o eixo "*elaboração de materiais educativos para mulheres egressas*" e o eixo ao qual pertencemos, chamado de "*Inspeções e elaboração de recomendações*".

É a partir do terceiro eixo que este trabalho toma forma. A nossa atuação consiste, desse modo, na fiscalização e promoção de inspeções do sistema prisional feminino com vistas a promover a coleta de denúncias de violações de direitos humanos e apresentação de encaminhamentos aos órgãos competentes para a tomada de providências cabíveis. Assim,

definimos nossas atividades em três perfis: a) atividades de formação a partir da revisão teórica de pesquisas, produções e relatórios que tratam do encarceramento feminino e direitos humanos; b) atividades de campo como idas à unidade prisional Maria Júlia Maranhão e no seu entorno, e por fim; c) a elaboração das recomendações no formato de notas técnicas.

Neste trabalho focaremos em discutir as atividades de campo mencionadas e a coleta de informações com as mulheres privadas de liberdade e seus familiares como as ações de maior impacto do presente, bem como na posterior produção de documentos de defesas de direitos humanos e provocação das instituições. Para tanto é importante caracterizar o cenário em que se pratica a extensão e pesquisa-ação respectiva.

A Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão fica localizada no complexo prisional na Rua Cel. Benevenuto Gonçalves da Costa, S/N, no bairro de Mangabeira VII, na cidade de João Pessoa, Paraíba. Conforme dados do Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas da Paraíba, a unidade dispõe de 195 vagas, sendo 120 destinadas para o regime fechado e 75 vagas para o regime semiaberto e aberto. Contudo, segundo dados obtidos pelo Sistema Nacional de Informações Penais referentes ao segundo semestre de 2023, há 381 mulheres alocadas na penitenciária.

A primeira atividade realizada pelo grupo foi a inspeção conjunta com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura da Paraíba, na data de 12 de abril de 2024. Os MEPCTs têm por competência planejar, realizar, conduzir e monitorar visitas periódicas e regulares a locais de privação de liberdade, qualquer que seja a forma ou fundamento da detenção, com o intuito de verificar as condições às quais as pessoas privadas de liberdade estão submetidas. A referida atividade permitiu o contato da equipe com dados primários acerca da situação das mulheres privadas de liberdade, pela observação e escuta de seus relatos, queixas e denúncias. Nesse momento também realizamos registros fotográficos da estrutura física dos pavilhões e celas.

As atividades de campo seguintes foram as idas nos dias de visitas e entrega de sacolões, nessas ocasiões focamos em promover diálogos com as familiares de pessoas presas, compreendendo-as como sujeitos epistêmicos para fiscalizar e denunciar o que ocorre no sistema prisional (ARAÚJO, 2022), visto que compartilham em seus cotidianos das dinâmicas do cárcere e seguem sendo afetadas de maneira profunda pela experiência da prisão e pelas violações de direitos humanos ocorridas lá.



Legenda: atividade de campo no dia da realização de visitas sociais na Penitenciária de Ressocialização Feminina "Maria Júlia Maranhão". Créditos da foto: autoria própria.

As referidas atividades de extensão, somadas às pesquisas de caráter documental e bibliográfico propiciaram a formação de um corpus de denúncias que apontam um quadro geral de violação de direitos humanos no sistema prisional feminino paraibano, em especial, na PRMJM. Diante disso, o status atual da presente extensão está focado na construção e escrita de notas técnicas e recomendações aos órgãos e instituições de promoção dos direitos da população privada de liberdade.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi escrito a partir das experiências realizadas pelas co-autoras em torno da execução do referido projeto, atividades de extensão com viés de pesquisa-ação. Além disso, também foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais para discutir dados relacionados ao objeto da extensão e os conceitos analíticos discutidos.

Para a realização das atividades, estabelecemos contatos e parcerias estratégicas com atores que consideramos fundamentais nas funções de exercício do controle social e fiscalização do sistema prisional, a saber, o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura da Paraíba (MEPCT- PB) e os familiares de mulheres privadas de liberdade.

Nesse sentido, para a organização da inspeção com o MEPCT-PB, fizemos um planejamento prévio entre membros da equipe. Assim, foi realizada inicialmente uma formação técnica com os protocolos nacionais e internacionais, formais e materiais de inspeção em unidade prisional feminina, considerando questões como segurança, ética para coleta de informações e registros fotográficos, sonoros e audiovisuais das mulheres privadas de liberdade, roteiro de perguntas e temas padronizados.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio para a direção da PRFMJM, iniciando às 8:30 e se estendendo até 13 h, e contou com a presença de quatro membros na equipe de fiscalização, o perito titular do órgão, uma advogada componente de outro projeto de extensão do LAPSUS-UFPB e duas integrantes do nosso eixo, a saber a docente, e uma das estudantes de pós-graduação, também advogadas. Todos os pavilhões foram observados e todas as celas com mulheres presas foram visitadas e na grande maioria delas estabelecemos diálogos e aplicamos perguntas, ainda que em algumas tenha ocorrido a negativa por parte das mulheres presas. O roteiro de perguntas possuía temas diversos em que podemos indicar: questões de infra-estrutura, alimentação, saúde das mulheres, maternidade no cárcere, trabalho, educação, acesso à serviços de assistência social, contato com familiares e visitas sociais e/ou íntimas, bem como, a aplicação de castigos e disciplina e a possível ocorrência de tortura e maus-tratos.

Todas as mulheres presas com as quais conversamos foram informadas que nenhuma delas seria identificada, tampouco os seus pavilhões e celas, durante a aplicação dos questionários. Insta salientar que as policiais penais foram em grande parte do tempo solícitas durante a inspeção, respeitando um espaço de distância das nossas atividades.

Além da inspeção mencionada e descrita acima, o grupo também realizou duas atividades de campo durante os dias de visitas sociais (dia 27 de abril de 2024) e de entrega de sacolões (dia 1º de maio de 2024), para estabelecer contato e conhecer a realidade vivida por familiares de mulheres presas, enquanto sujeitos diretamente impactados pelas dinâmicas prisionais e a partir de seus relatos também ampliar o repertório de informações sobre as violações de direitos vividos pelas mulheres presas. Tanto no dia das visitas como no dia de entrega dos sacolões, para oportunizar uma conversa mais tranquila e menos apressada com os familiares, em que destacamos serem mulheres negras em sua ampla maioria, chegamos cerca de uma hora antes do horário de entrada das visitas e nos dividimos em duplas para conversar com os diversos grupos de familiares.

As conversas foram realizadas nos arredores da unidade prisional, em ambiente público similar à praça, em que as mulheres se organizavam através de uma fila nominal que depois vai se tornando uma fila física, na medida que o horário da entrada vai se aproximando. A professora e as estudantes extensionistas se apresentam a algumas das familiares como membros do projeto de extensão em parceria com a Defensoria Pública do Estado, e vão progressivamente recebendo atenção e consentimento das familiares para conversar e responder algumas perguntas. Os diálogos e entrevistas ocorrem guiadas por um roteiro de temas já refletido a partir da primeira inspeção, sem a utilização de gravador e sem identificação das interlocutoras. O roteiro de temas, nessa ocasião, focou no direito à alimentação adequada, nos cuidados com os filhos das mulheres presas e as dificuldades da maternidade no cárcere, bem como na qualidade das visitas e na relação dos familiares das mulheres presas com a gestão do presídio, no que diz respeito ao respeito aos seus direitos enquanto visitantes.

Seguindo metodologia similar, a atividade de campo no dia da entrega dos sacolões também procurou tematizar as questões expostas acima, com uma preocupação analítica de observar a chegada dos itens alimentícios e de higiene pessoal. Nesse sentido, é válido trazer que "sacolão" é o conjunto de itens alimentícios e de higiene pessoal, vestuário e medicamentos que cada pessoa presa pode receber uma vez por semana, em dia diverso do dia de visitas. Existe uma lista de alimentos que estabelece quantidade e tipo de alimentos a ser permitida a entrada, itens de higiene pessoal e vestuário só podem entrar uma vez ao mês para cada mulher presa. A escolha de ir num dia de entrega de sacolões se dá para que se possa acessar outras mulheres visitantes que não estavam no dia de visitas visto que por escassez de recursos e tempo muitas familiares não conseguem ir duas vezes na semana na unidade prisional, e acabam por priorizar o dia da entrega de sacolões visando o bem-estar da mulher presa.

Assim, as atividades aqui descritas foram realizadas no período de janeiro a agosto de 2024, na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão (PRFMJM), localizada em João Pessoa, no estado da Paraíba, sendo essas ações: i. inspeção junto ao Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura da Paraíba; ii. ações de escuta e acolhimento de familiares nos dias de visitas e entregas de sacolões. Após essa coleta de informações, o projeto partiu para confecção de notas técnicas.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante a realização dessas atividades, constatamos um quadro de violação sistemática de direitos humanos no sistema prisional feminino paraibano. Diante de tantas violações, o nosso eixo optou, até o presente momento da ação de extensão, por focar em trabalhar os dados e denúncias que se dão em torno do direito à alimentação e do direito às visitas e manutenção dos laços familiares, por terem sido as maiores demandas no processo de coleta de informações, para nas próximas etapas da extensão trabalhar com os demais temas emergentes.

O acesso à uma alimentação adequada é um direito humano assegurado por diversas legislações internacionais, nacionais e estaduais. No entanto, na realidade do cárcere feminino, identificamos problemas quanto à distribuição dos alimentos da unidade prisional, à qualidade nutricional da refeição preparada, às condições de preparo da alimentação e proibição de alimentos nos dias de visita. As mulheres recebem quatro alimentações por dia (café da manhã, almoço, lanche e janta), em recipientes plásticos que não são higienizados. O maior problema, no entanto, é o jejum forçado imposto, pois a última refeição é servida às 16 horas e, a primeira, às 7 horas do dia seguinte. Além disso, há uma dieta formada por carboidratos simples e de baixa qualidade e quantidade de proteínas, verduras, frutas e leguminosas. As refeições são produzidas na própria unidade, a qual não conta com espaços de armazenamento adequado da comida e não oferece condições de trabalho dignas para as mulheres presas trabalhadoras.

Não há a oferta de consumo de legumes, verduras, e frutas nas refeições oferecidas pela unidade, que são ingeridas apenas quando familiares conseguem levar, em seus sacolões. Ainda assim, o consumo desses tipos de alimentos são prejudicados visto que eles só podem entrar fatiados, o que diminui a sua durabilidade, além disso, foram colhidos relatos de que as policiais penais desperdiçam os alimentos de modo a prejudicar o acesso das mulheres presas aos mesmos.

Outra queixa relatada pelas mulheres, toca à proibição de entrada com alimentos em dias de visita. Essa restrição impõe um jejum forçado aos familiares durante todo o sábado, dia da visita, dificultando o encontro e a troca de afeto, especialmente entre mães e filhos. A impossibilidade de compartilhar uma refeição durante esse momento compromete o estreitamento dos laços familiares, gerando sofrimento emocional. Além dessas restrições representarem graves violações de direitos, outro fato relatado foi o da alarmante disparidade entre as realidades dos presídios masculino e feminino, visto que os homens privados de

liberdade têm a possibilidade de receber refeições caseiras. Essa situação, evidencia portanto, as profundas desigualdades de gênero enraizadas em nossa sociedade, nas quais as concepções tradicionais de masculino e feminino, construídas socialmente ao longo da história, servem como ferramentas de controle e reprodução das disparidades de poder.

A falta de visitas é outro fator crucial na fome nas prisões femininas. Estudos como o de Leite (2017) demonstram que as mulheres presas recebem menos visitas do que os homens. Dessa maneira, as mulheres que não têm a chance de receber visitas, também não recebem os "sacolões", o que dificulta ainda mais o acesso a alimentação que já é tão precária. A pobreza das famílias das presas também desempenha um papel crucial nessa dura realidade. Muitas mulheres encarceradas não recebem os "sacolões" devido a vulnerabilidade social de seus familiares. Durante a atividade de contato com as famílias em dia de visitação, o grupo de extensão constatou através dos relatos que diversas delas, em sua grande maioria mulheres negras assim como as mulheres presas também, não têm condições de enviar suplementos alimentares para suas filhas/ irmãs/ presas. A dura realidade é que muitas dessas mulheres se tornaram as cuidadoras dos filhos das apenadas, o que as coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e de dificuldade para conseguir garantir alimentação a todos.

Assim, a partir das situações observadas, o grupo se dedica a finalizar um relatório geral da inspeção com o MEPCT-PB, bem como notas técnicas com recomendações aos órgãos responsáveis por garantir os direitos das mulheres presas.

Também visa continuar a mapear e produzir mais dados sobre a extensão das violações de direitos humanos no sistema prisional paraibano, em especial, o feminino, por compreender que há vulnerabilidade específicas ocasionadas pelas dinâmicas desiguais de gênero e raça expressas em nossa sociedade.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

Podemos destacar entre as diversas aprendizagens advindas desta experiência de extensão e pesquisa-ação, o contato das alunas de graduação de diversos cursos, Direito, Serviço Social e Psicologia com a concretude do sistema prisional. Para além das leituras e análises legislativas, ouvir os diversos relatos das familiares e de mulheres egressas foi educativo e provocativo de novas ações e perguntas de análise.

Também citamos como relevante e pedagógico o trabalho conjunto e a articulação de tais ações a partir de diversas parcerias, em que destacamos a Defensoria Pública do Estado e o MEPCT-PB, explorar as potencialidades e limitações é essencial para a compreensão de como fortalecer instrumentos para a defesa dos direitos da população privada de liberdade, em que nesse contexto, a Universidade Pública surge como agente mediador e provocador das atuações institucionais.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

Apesar de representar uma parcela quantitativa menor frente aos números de prisões masculinas, o encarceramento de mulheres possui peculiaridades que o distinguem de maneira fundamental daquele. Tais fatores incluem desde os processos criminalizadores e encarceradores próprios, bem como o tratamento estatal e violências de gênero específicas sofridas no cárcere e os efeitos ampliados da prisão para além dos muros dos presídios (SILVA JÚNIOR, 2024).

Diversas pesquisas têm apontado fatores que se destacam nas atuações do Sistema de Justiça Criminal brasileiro ao criminalizar e punir mulheres, nesse sentido, os crimes relacionados a drogas estão entre as principais razões de criminalização de mulheres (BOITEUX, 2006; CHERNICHARO, 2015; ARAÚJO, 2017), a maioria delas são pobres, chefes de família, negras e mães (ALVES, 2015). Além disso, diversas pesquisas têm apontado a violação de diversos direitos fundamentais dentro do cárcere vivenciados especificamente por mulheres como a pobreza menstrual, violências obstétricas e falta de infra-estruturas materno-infantis (BRAGA, 2015), abandono e falta de visitas sociais e visitas íntimas, bem como o aprofundamento de violações de direitos também vivenciadas por homens nos presídios masculinos, como péssima alimentação, insalubridade das celas e espaços físicos, truculência e violência institucional, torturas e maus-tratos.

A partir dos apontamentos analisados e tematizados nas diversas pesquisas e estudos nossas práticas de extensão e pesquisa ação procuraram estabelecer lentes analíticas e posturas práticas que refletissem tais questões e tivessem um comprometimento ético e acadêmico ativo com a redução e a mitigação dessas desigualdades. Além disso, as atividades e os olhares nas atividades buscaram tratar de maneira mais específica e profunda as complexidades da realidade paraibana no que tange ao encarceramento feminino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Enedina do Amparo. Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARAÚJO, Bruna S. S. de.Criminologia, Feminismo e Raça: Guerra às Drogas e o superencarceramento de mulheres latino-americanas. UFPB. João Pessoa. 2017.

ARAÚJO, Bruna Stéfanni Soares de. Ser Família não é Crime: lutas de familiares de pessoas presas como produção do conhecimento jurídico. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília - DF. 2022.

BOITEUX, Luciana. Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. São Paulo. 2006.

BRAGA, A. G. M. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: A maternidade encarcerada. Revista Direito GV, 11(2), 2015. pp. 523-546.

CHERNICHARO, Luciana Peluzio. Sobre Mulheres e Prisões: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014.

LEITE, D. A. M. Abandono e invisibilidade da mulher encarcerada: as presas definitivas do conjunto penal feminino da mata escura sob a ótica da criminologia feminista. UFBA. 2017.

LETRAMENTO RACIAL E O FORTALECIMENTO DO CURRÍCULO ESCOLAR PARA A EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL: ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS POR MEIO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

RACIAL LITERACY AND STRENGTHENING THE SCHOOL CURRICULUM FOR ETHNIC-RACIAL EQUITY: FACING VIOLENCE THROUGH ANTI-RACIST EDUCATION

Aniely Mirtes Soares Alves [1]
Vanuza Cavalcanti Fernandes [2]
Antonio Manoel da Silva Neto [3]
Kalina Lígia Braz Torres [4]
Adaiano Farias Araújo[5]

RESUMO

Historicamente, o Brasil tem uma postura que coaduna com a discriminação e o preconceito étnico-racial que atinge de forma mais evidente a população afrodescendente brasileira até os tempos de hoje. O desafio de trabalhar a educação étnico-racial no espaço escolar não é tarefa fácil. É preciso criar estratégias para o direcionamento da ação docente e que as mesmas possam promover a reconstrução e a ressignificação de conceitos, contextos e métodos que auxiliem na narrativa do professor. Nas últimas décadas, a historiografia vem apresentando uma série de novos trabalhos que procuram renovar a percepção sobre o período da escravidão negra em nossa sociedade ao longo da história. A forma de enxergar a participação do escravizado nas ações e práticas cotidianas também tem sido repensada. O letramento étnico-racial tem sido uma importante ferramenta para embasar as práticas antirracistas dentro do espaço escolar, pois o conhecimento histórico não é imutável e pode ser revisto à medida que o campo científico avança, o que nos leva a refletir constantemente sobre a nossa formação e os saberes docentes que reunimos para realizar o trabalho em sala de aula.

[1] Gerente Operacional de Educação Indígena, Quilombola, das Relações Étnico-Raciais e dos Povos e Comunidades Tradicionais - PB, anielymirtes@gmail.com;
[2] Gerente Executiva de Educação Especial, Diversidade, Inclusão, Direitos Humanos, Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais- PB, vanuza.hist@gmail.com;
[3] Gerente Operacional de Educação da Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos;- PB, aadaneto@gmail.com;
[4] Técnica da Gerência Operacional de Educação da Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos;- PB, kalinaligia2@gmail.com;
[5] Gerente Operacional de Educação Especial - PB,gadaianofarias@hotmail.com

Palavras-chave: Letramento Étnico-Racial, Educação Antirracista, Pedagogia Decolonial, Respeito, Diversidade.

ABSTRACT

Historically, Brazil has had a stance that is consistent with the discrimination and ethnic-racial prejudice that most clearly affects the Brazilian Afro-descendant population to this day. The challenge of working on ethnic-racial education in schools is not an easy task. It is necessary to create strategies to direct teaching action and that they can promote the reconstruction and re-signification of concepts, contexts and methods that help in the teacher's narrative. In recent decades, historiography has presented a series of new works that seek to renew the perception of the period of black slavery in our society throughout history. The way of seeing the participation of enslaved people in everyday actions and practices has also been rethought. Ethnic-racial literacy has been an important tool to support anti-racist practices within the school space, as historical knowledge is not immutable and can be revised as the scientific field advances, which leads us to constantly reflect on our training. and the teaching knowledge that we gather to carry out the work in the classroom.

Keywords: Ethnic-Racial Literacy, Anti-Racist Education, Decolonial Pedagogy, Respect, Diversity.

INTRODUÇÃO

Rememorando aspectos históricos do racismo no Brasil encontramos a informação de que, entre 1501 e 1870, mais de 12,5 milhões de africanos foram raptados, vendidos como escravos e transportados para o continente americano. Desses, 1 em cada 4 eram enviados para o Brasil, em média 4,8 milhões até a segunda metade do século XIX. Cerca de 20%, 1,8 milhão de pessoas, não chegaram ao destino. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto os pretos e pardos representam 56% da nossa população, a proporção deste grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza é de 71%, já a fração de brancos é de 27%. Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância quase triplica: 73% são negros e 25% brancos. Nesse sentido, ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros, constatou-se a necessidade de políticas específicas que revertam esse quadro. O conceito de racial literacy (letramento racial) foi criado pela socióloga americana France Winddance Twine em 2003 e a primeira tradução para o português é atribuída à psicóloga Lia Vaine Schucman.

O letramento racial é um processo de reeducação racial que reúne um conjunto de práticas com o intuito de desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas e normalizadas socialmente, em relação a pessoas negras e pessoas brancas. Pode ser definido por um conjunto de práticas pedagógicas que têm por objetivo conscientizar o indivíduo da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade e torná-lo apto a reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano. Apresentamos 04 pontos norteadores para o letramento étnico-racial: **Reconhecimento da branquitude** – que é a ideia de que a raça branca é superior às outras, e que diante disso passa a não ser nem considerada uma raça, mas seres humanos. Os outros são racializados, os brancos são pessoas**. O racismo não está no passado –** consideramos que infelizmente o racismo está bastante presente e precisamos ter uma atuação consciente e consistente para combatê-lo, para assim poder construir um futuro sem racismo. O mito da democracia racial é só um mito. O racismo está nas estruturas da sociedade e impõe aos indivíduos o seu lugar no mundo, os dados comprovam isto! **O racismo é aprendido** - O racismo está nas pequenas e grandes atitudes. Uma pessoa não é racista somente quando ofende pessoalmente outra pessoa, mas também quando não reconhece seus privilégios e não faz nada para mudar a estrutura da sociedade. **Vocabulário racial** - A semântica é de extrema importância. O racismo, como forma de opressão e discriminação de pessoas em razão de sua raça ou etnia, pode se dar de várias formas, inclusive, pela linguagem enquanto instrumento de

dominação racial. Palavras como “criado-mudo”, “fazer nas coxas”, “lista negra”, “esclarecer”, “denegrir” são alguns exemplos de expressões que perpetuam por meio da linguagem o racismo cotidiano.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Em 2024 a Secretaria de Estado da Educação por meio da Gerência Operacional de Educação Indígena, Quilombola, das Relações Étnico-Raciais e dos Povos e Comunidades Tradicionais, até o presente momento, realizou cinco Formações de Letramento Racial com tema: LETRAMENTO RACIAL E O FORTALECIMENTO DO CURRÍCULO ESCOLAR PARA A EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL: ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS POR MEIO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA nas escolas que compõe a 1ª, 3ª. 8ª e 13ª GRE da Rede Estadual de Ensino e também nas escolas da Rede Municipal de Ensino das Escolas que fazem parte do Programa Pacto Alfabetiza+ PB. As formações contaram com a participação de articuladores municipais (do Pacto Alfabetiza+ PB) estudantes, professores, gestores e funcionários de escolas da rede pública estadual e municipal das cidades sedes e seus polos adjacentes.

METODOLOGIA

A formação tem como metodologia principal a promoção de um momento dialógico, com duração de em média 3h, usando recursos audiovisual, dinâmicas, que contam com a integração do público referencial e relatos de experiências relacionadas a situações de racismo e/ou de superação do racismo. Para além do tema racismo a formação também trabalha o enfrentamento a todos os tipos de discriminação, preconceitos e violação dos direitos humanos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em sete meses de trabalho sistematizado, até o momento, já foram atendidos nas formações mais de 1.200 escolas de forma direta ou indireta das redes estadual e municipal de ensino nas cidades já mencionadas neste trabalho. Com esta ação alcançamos os seguinte resultados: Estimular a produção artística e literária dos estudantes baseada nos pressupostos da Lei 10.639/03; Evidenciar conhecimentos, conceitos acerca das questões de raça, identidade, preconceito, intolerância religiosa com o propósito de enfrentar e superar discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; Oferecer meios pedagógicos

para professores e estudantes pensarem, decidirem e agirem assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas; Promover a reflexão e resgate da identidade negra; Valorizar a herança cultural africana e os afrodescendentes na escola e fora dela; Elevar a autoestima dos estudantes e trabalhadores afrodescendentes, respeitando seus talentos e produções.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

Com a ação das Formações de Letramento Racial com tema: LETRAMENTO RACIAL E O FORTALECIMENTO DO CURRÍCULO ESCOLAR PARA A EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL: ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS POR MEIO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, a equipe da Gerência Executiva de Educação Especial, Diversidade, Inclusão, Direitos Humanos, Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, têm aprendido que é possível por meio do conhecimento e da sensibilização das pessoas que integram o espaço tempo escolar, mitigar as violências causadas pelo racismo e suas interseccionalidades.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

"Dentro e fora da escola, o letramento racial crítico pode dar voz aos indivíduos tanto negros quanto brancos, nesse sentido, isso pode contribuir para diminuir a exclusão", como nos diz FERREIRA-2006. Neste sentido, estamos convictos que o remédio para o racismo é o antirracismo, e que o antirracismo deve estar para a educação como o antirracista está para a sociedade, pois como nos afirma ROJO-2009: "*Essa intervenção, na perspectiva do letramento racial crítico e da educação antirracista, permite o aprendizado e a problematização do discurso hegemônico da globalização".*

REFERÊNCIAS

PROJETO ÁFRICA DE TODOS NÓS. Ano V. GEEDI/SEE/PB;

FERREIRA, A. de J. Narrativas Autobiográficas de Professores de Línguas na Universidade: Letramento Racial Crítico e Teoria Racial Crítica. In: FERREIRA, A. de J. (Org.) Narrativas Autobiográficas de Identidades Sociais de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2015, p.97-143.

ROJO, R. Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009. 128 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO E AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: SUPORTE ESTATAL AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Jorge Alexandre Bueno Aymoré [1]

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência, obtido na atividade profissional junto às Promotorias de Justiça da comarca de Cascavel-PR, que atuam junto as Varas Criminais que apuram os delitos criminais que se enquadram como violência doméstica. Com a atuação nos Inquéritos Policiais e Processos Judiciais, cabe ao Ministério Público analisar cada caso e dar o devido andamento. Podendo solicitar a condenação, absolvição ou ainda solicitar mais investigações à autoridade policial. Sendo possível verificar ao longo desta experiência, os principais delitos cometidos, as condições em que se apresentam as vítimas e os principais fatores e condições que as partes informaram nos autos. Bem como verificar quais seriam as melhores medidas a serem tomadas com estes atendimentos. As vítimas, tradicionalmente vulneráveis e desassistidas do devido amparo jurídico e profissional, apresentam dificuldades de registro e devida instrução, o que acarreta, muitas vezes, por não obterem retorno satisfatório da prestação estatal, na repressão e punição destes delitos, seja por falha na estrutura ofertada, na prestação estatal ou mesmo por falta de conhecimento técnico sobre como acionar a rede de suporte ofertada. Desta forma, deixando de instruir devidamente os processos, e estes assim tem um menor potencial de condenação, e assim não inibindo a ocorrência de novos casos.

Palavras-chave: Violência Doméstica, Amparo Estatal, Justiça.

INTRODUÇÃO

Este relato apresenta a estrutura estatal, seja ela legislativa, funcional ou judiciária no atendimento às mulheres que denunciam viver alguma forma de violência doméstica[2], com a experiência junto ao Ministério Público. Este interesse surgiu ao verificar que, apesar de a legislação brasileira prever punição para os agressores, no Brasil, o índice de violência doméstica ainda é alto[3], no mesmo sentido, em pesquisa no site Nações Unidas - Brasil,

1 Mestre em Educação pela Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste-PR, aledraven@yahoo.com.br.

2 De acordo com o art. 5º da Lei 11.340/2006 – Conhecida como Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

3 Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022 ocorreram - Agressões por violência doméstica (245.713 ocorrências registradas) cresceram 2,9% em relação a 2021; ameaças (613.529

verificou-se que o índice de efetividade de condenação é bem inferior ao número de registros de ocorrências de violência[4].

No sentido de refletir sobre a questão, neste trabalho, destaca-se alguns aspectos da legislação brasileira que tratam da defesa da mulher, tendo como ênfase à denominada Lei Maria da Penha[5], juntamente, são apresentados os trâmites predominantes no atendimento e nos processos judiciais na comarca de Cascavel, PR[6] e efetivado pelas Promotorias de Justiça que atuam na área.

A descrição da forma de atendimento e rotina processual, aqui não se limita às características pessoais dos agressores e/ou da aplicabilidade da lei, mas tem como propósito pensar a forma de atendimento e de encaminhamento dos processos, de modo a captar os pontos nevrálgicos, os quais têm dificultado a garantia dos direitos à proteção estabelecidos em lei [7].

Assim, espera-se que seja possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas vítimas de violência doméstica, que buscam socorro na rede de apoio estatal. Quais são elas, uma vez que se verifica que a porcentagem de eficiência nas condenações de violência doméstica é muito baixa[8].

METODOLOGIA

Para o presente, foi realizado um trabalho junto aos processos e procedimentos que envolviam vítimas de violência doméstica. Em especial, cumpre destacar, Inquéritos Policiais e Processos Criminais, vinculados à comarca de Cascavel Pr. Neles, foi possível verificar nos relatos obtidos no primeiro atendimento da autoridade policial, depoimentos dos policiais que atenderam seja no local do delito, no momento do flagrante, ou ainda no momento do registro

ocorrências registradas) cresceram 7,2%. O número de feminicídios também aumentou (1.437 ocorrências registradas), com alta de 6,1%, bem como as tentativas de feminicídio aumentaram em 16,9%.

4 Na comarca de Cascavel, no período 2018 às 2020, o índice de condenação é de 14%. Sobre consultar site www.mppr.mpr.br/promp e ou www.tjpr.tj.br/projudi.

5 A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) define que a violência doméstica contra a mulher é crime e aponta as formas de evitar, enfrentar e punir a agressão. Também indica a responsabilidade que cada órgão público tem para ajudar a mulher que está sofrendo a violência.

6 A lei de atendimento às vítimas de violência doméstica é de abrangência nacional, porém, na estrutura e forma de atendimento, as comarcas apresentam particularidades.

7 Segundo artigo 02º e 03º da lei 11.340/2006.

8 Segundo o Conselho Nacional no ano de 2017 apenas 5% dos casos denunciados de violência doméstica tiveram andamento.

do boletim de ocorrência, informações importantes como a condição que ocorreu o delito, como foi tratado pelas autoridades, bem como a condição das vítimas durante este contexto.

Ainda, na continuidade do andamento jurídico, durante a instrução dos autos, ou seja, audiências perante o juízo competente para apurar os fatos, como as vítimas estavam assessoradas e o que foi possível observar neste momento posterior, pois muitas audiências às vezes podem demorar meses ou anos para ocorrer.

Logo, ao analisar os documentos juntados nos inquéritos policiais, observa-se uma considerável falha no procedimento de coleta de informações, trazendo prejuízos ao devido andamento do futuro processo judicial.

Assim, ao ler as informações dos inquéritos policiais, foi verificado o que seria necessário para melhor instruir o processo criminal. Bem como, nas audiências, como melhor demonstrar os fatos ocorridos, ao juiz, através dos depoimentos das vítimas e testemunhas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sabiamente, Safiotti (1991), aponta para que a cultura patriarcal é um dos elementos que tem contribuído com a desvalorização e opressão da mulher. Ainda considerando que existam diversas explicações sobre as causas da violência doméstica, entre as quais estão a herança cultural machista, os problemas de ordem econômicas, os vícios e a deficiência dos aparelhos estatais, conforme aponta Bordieu (2019), Leôncio et al., (2008), Lerner (2019) e Safiotti (2002).

Safiotti (2002), ainda destaca que a questão da violência contra a mulher tem uma relação com o desenvolvimento produtivo, com a legislação e com o acesso à educação.

Ou seja, a experiência vivida, tão somente confirma os apontamentos. Em que pese, o poder estatal possua recursos para mudar todo o sistema e ordem das coisas, este é gerido por pessoas que ao longo de séculos de domínio, dão apenas pequenos passos em direção de qualquer mudança, pois isso poderia acarretar perder parte do poder dominante.

Com destaque especial a lei 11.340/2006, que traz um rol de direitos às vítimas e deveres do Estado em sua proteção, pode-se pontuar que dentre outros aspectos, o suporte jurídico às vítimas, que na grande maioria das comarcas não é ofertado, poderia gerar uma grande mudança a todos os resultados dos processos envolvendo estes delitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atuando junto às Promotorias de Justiça responsáveis pelos delitos que são classificados como violência doméstica na comarca de Cascavel-Pr, a qual engloba os municípios de Santa Tereza do Oeste, Lindoeste e Cascavel, por 16 anos, foi possível presenciar inúmeras situações, administrativas, jurídicas e informais acerca da matéria.

O Ministério Público, é oficialmente o detentor da ação penal no país. Isso quer dizer que ele é o responsável por dar andamento aos processos e procedimentos que investigam crimes considerados públicos, os quais se enquadram nos delitos de violência doméstica.

Após a autoridade policial realizar as diligências administrativas de investigação cabe ao Promotor de Justiça, analisar e promover a judicialização do caso. Porém, foi possível verificar que apesar de formalmente ser ato simples, na prática, esse caminho é longo e difícil.

Podemos inicialmente destacar o sucateamento da força policial, a qual conta, muitas vezes, com estagiários e servidores cedidos pelas prefeituras, os quais nem sempre receberam o devido treinamento para o melhor e mais eficaz atendimento das vítimas.

Para que o Promotor de Justiça, elabore uma manifestação robusta que vai convencer o juiz acerca da culpabilidade do acusado, necessita de provas claras e concretas. Inúmeras vezes foi possível identificar informações desconexas, incompletas e abstratas.

Exemplifica-se: comumente, ao se tomar o depoimento de uma vítima, informações basilares como data dos fatos, local dos fatos, descrição minuciosa dos fatos, identificação dos envolvidos, não são levantadas.

Uma vez que as vítimas, em regra, encontram-se em um momento de fragilidade, desacompanhadas de apoio jurídico, cabe ao representante do estado ter o devido conhecimento técnico para a melhor instrução e condução dos questionamentos sobre os fatos.

Ao buscarem o primeiro atendimento junto a autoridade policial, as vítimas estão não somente vulneráveis psicologicamente, mas também fisicamente lesionadas, socialmente excluídas, financeiramente desamparadas, deparando-se com um atendimento nem sempre amigável ou acolhedor.

Mesmo em momentos posteriores a falta da presença de um suporte técnico e jurídico faz com que pereça, ou seja, ineficiente a prestação estatal para as vítimas.

Logo, a presente experiência ocorreu em momento posterior ao incidente ou fato gerador. Quando o primeiro contato ocorreu na verdade pela autoridade policial que entendeu o caso ou pelo apoio médico quando for o caso.

Com a documentação ou inquérito já no sistema judiciário é que o Ministério Público vai analisar todo o material juntado. Havendo contato com as vítimas, apenas em momento futuro durante as audiências, que ocorrem geralmente por videoconferência e que com a atual pauta/agenda das varas pode ocorrer considerando a comarca da experiência em até 2 anos, o que pode ser muito tarde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se verificar que a legislação, já tardia, fruto de uma cultura de se legislar para consertar/punir e não de se evitar, atende teoricamente as situações propostas ao Estado. Mas que em uma farta variedade de situações, a estrutura ofertada pelo Estado em sua legislação positiva não está realmente à disposição da população.

Padecem as vítimas, na grande maioria das vezes pela falta de conhecimento do sistema, da rede e da forma que deveriam buscar o socorro junto aos órgãos estatais.

Desta forma, acredita-se a criação de orientações, cursos, panfletos, cartazes, políticas de informação, poderiam auxiliar e muito tanto a população como os servidores estatais que atuam neste contexto, uma vez que a padronização, criação de rotinas, checklists e outras práticas simples, auxiliam e muito a melhoria da efetividade da prestação estatal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 12 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2019.

LEÔNCIO, Karla Lima; BALDO, Priscila Lapaz; JOÃO, Virgílio Malundo; BIFFI, Raquel Gabrielli. O perfil das mulheres vitimizadas e seus agressores. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 307-312, 2008. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-503201. Acesso em: 10 set. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência contra Mulher e Violência Doméstica. **Marxists**, 1991 Disponível em: https://marxists.info/portugues/saffioti/ano/mes/91.pdf. Acesso em: 8 maio 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongioavani. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 321-338.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA OS QUILOMBOS – MAROBÁ DOS TEIXEIRA/MG

Jaquicilene Ferreira da Silva Alves [1]
Inamar Gusmão Botêlho[2]

RESUMO

Os conflitos enfrentados pelas comunidades tradicionais quilombolas na luta pelo seu reconhecimento fundiário e cultural se entrelaçam, a morosidade administrativa e as burocracias governamentais desvelam a ocorrência de diversas formas de violência contra esses povos. Nesse sentido, o relatado tem como objetivo refletir sobre a experiência vivida por Inamar Gusmão Botêlho, no processo de luta pela posse territorial do quilombo Marobá dos Teixeira, localizado na área rural do município de Almenara, região nordeste do estado brasileiro de Minas Gerais. A metodologia utilizada para escrita do referido relato foi a comunicação colaborativa entre autores, com revisão de literatura embasada no aporte teórico da teoria do reconhecimento a partir das ideias de Honneth (2009). O estudo identificou a relevância de iniciativas antirracistas como forma de enfrentamento às violências sofridas, ações de interação, incentivo e suporte a essas comunidades como forma de contribuir para o exercício de seus direitos de forma ativa e democrática.

Palavras-chave: Quilombos, Quilombolas, Violências, Reconhecimento, Antirracismo.

ABSTRACT

The conflicts faced by traditional quilombola communities in their struggle for land and cultural recognition are intertwined, with administrative delays and government bureaucracies revealing various forms of violence against these peoples. In this sense, the objective of this report is to reflect on the experience of Inamar Gusmão Botêlho in the process of fighting for the territorial possession of the Marobá dos Teixeira quilombo, located in the rural area of the municipality of Almenara, in the northeastern region of the Brazilian state of Minas Gerais. The methodology used for writing this report was collaborative communication between authors, with a literature review based on the theoretical framework of the theory of recognition according to the ideas of Honneth (2009). The study identified the relevance of anti-racist initiatives as a way of confronting the violence suffered, as well as actions of interaction, encouragement, and support for these communities as a way of contributing to the exercise of their rights in an active and democratic manner.

Keywords: Quilombos, Quilombolas, Violences, Recognition, Antiracism.

[1] Pós-graduanda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, jaquicilene@gmail.com ;

[2] Especialista em Recursos ambientais, jfsa@academico.ufpb.br

INTRODUÇÃO

A morosidade nos processos de reconhecimento das comunidades tradicionais quilombolas e a burocratização do seu acesso são formas de perpetuar as violações de direitos e violências sofridas, um enfrentamento que perpassa pela insegurança territorial, dificuldades econômicas e exclusão social. O objetivo do relato é refletir sobre a experiência vivida por Inamar Gusmão no processo de luta pela posse territorial do quilombo Marobá dos Teixeira, localizado na área rural do município de Almenara, região nordeste do estado brasileiro de Minas Gerais.

O quilombo Marobá dos Teixeira, assim como outros quilombos brasileiros, foram orientados a uma organização sistematizada de suas raízes e historicidade, através de uma descrição identitária na busca pela consolidação dos seus direitos, documento intitulado *Memória dos Teixeira do Marobá*, que em sua construção contou com a colaboração de pessoas sensíveis à causa, reafirmando a importância da atuação da sociedade nos processos de reconhecimento nas comunidades tradicionais quilombolas.

O relato justifica pela visibilidade aos processos de reconhecimento a essas comunidades como forma de acesso aos seus direitos básicos, de forma sucinta e precisa, apresenta os percalços sofridos pelos quilombolas locais para embasar o Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira, documento principal para garantir sua regularização e Titulação. A metodologia utilizada para a composição escrita foi a comunicação colaborativa entre autores, com revisão de literatura embasada no aporte teórico da teoria do reconhecimento.

O compartilhamento das informações deste estudo busca a promoção de uma análise reflexiva sobre o reconhecimento das comunidades quilombolas e suas identidades, pela identificação de lições aprendidas por boas práticas que podem ser aplicadas em futuras iniciativas e pelas lutas incisivas dos movimentos sociais para alcançar a emancipação política como princípio democrático. Para que, a partir desta ação, outras possam ser realizadas com a propositura de motivar e inspirar outras pessoas, demonstrando a corresponsabilidade de todos os atores da sociedade para a conquista do efetivo exercício plural de direitos e a celebração da diversidade.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Ao considerarmos a morosidade nos processos de certificação e titulação das comunidades quilombolas, destacamos os desafios enfrentados por essas comunidades neste processo, por não terem prontamente o registro e a sistematização histórica local e a importância da participação de pessoas e redes interdisciplinares, que colaboram para essa efetivação. A frase da professora Angela Davis, "Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista". É uma afirmação de efeito que se atualiza todas as vezes que nos deparamos com o racismo e discriminação que acompanha as comunidades quilombolas nos processos de regulamentação.

O relato se configura numa experiência vivida, sob o ponto de vista de alguém que pode colaborar com a construção do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira, através da colaboração escrita de um documento intitulado *Memória dos Teixeira do Marobá*, um texto baseado em relatos orais e informações de evidências documentais, autorizado e assinado por quatro representantes da Diretoria da Comunidade Marobá dos Teixeira.

A transcrição, com a colaboração de Inamar Gusmão Botêlho, narra o relato dos principais ocorridos, de forma cronológica, apresentando os principais fatos ocorridos nos períodos prósperos e alegres e os episódios trágicos. Um documento resultado de inúmeras conversas e incontáveis visitas à comunidade. Essa aproximação se iniciou pelo fruto de sua participação no grupo interdisciplinar Centro de Estudos Euclydes da Cunha - Universidade do Estado da Bahia. Juntamente com ele, fazia parte dessa equipe um líder do Movimento Negro Unificado,(MNU), Dr. Valdélio Silva, Phd em Sociologia, que apresentava as dificuldades no enfrentamento das violências, no Rio das Rãs, tributário do Rio São Francisco. Com esse convívio do Dr. Valdélio Silva, assim que retornou a residir no Baixo Vale do Jequitinhonha, tomando conhecimento das reivindicações dos Teixeira na justiça comum de Almenara-MG, sem contudo prosperar no feito, embora não fizesse parte de suas lutas, sabia do andamento das pautas relacionadas, uma vez que o êxito só viria através do atalho pela Auto Identificação como afrodescendentes. Cabe ressaltar que o mesmo não dominava conhecimentos acadêmicos sobre

a temática, mas sua contribuição se respalda nas convivências com os pesquisadores da história oral e nas vivências com as pessoas da comunidade Marobá dos Teixeira.

Entre tantas outras informações relevantes, constam no documento *Memória dos Teixeira do Marobá,* a comemoração pela composição da diretoria da associação caracterizada como remanescentes de quilombolas, por sua parte histórica e de residência de 130 anos na localidade, por suas características culturais, pela cor de pele e pelo modo particular de ser e falar. Narra também a trajetória dos seus antepassados, iniciada pelo ancestral João Teixeira de Souza e Ana Maria de Jesus, que juntamente com outros fugitivos, pela segunda tentativa, iniciaram a ocupação territorial por volta de 1860/70, depois de palmilhar centenas de léguas, abrindo caminhos a facão, vencendo obstáculos das tranqueiras, quase intransponíveis, calçados de alpercatas de couro cru de anta, enfrentando ao longo do percurso, urros pela presença de onças, cascavéis e ainda o perigo dos índios Burúns/krenaks, (“Botucudos” em defesa de seus territórios.

Abaixo de Almenara, atualmente, a três léguas pousaram em uma chã de terras aluviais que, assentaram acampamento, depois denominada por eles de “Feijoal” Um território repleto de vínculos pelos membros da família Teixeira, pelo trabalho iniciado por seus ancestrais, o desbravamento de terras virgens, abertura das matas pelas bocas dos machados e das línguas de fogo fazendo clareiras para o lançamento das primeiras sementes que traziam consigo para os primeiros plantios de fixação e sobrevivência. Antes da primeira colheita, lançaram mão do saber e tecnologias nas artimanhas da caça e pesca, tais como: mundéu, arapucas, desordem, fojos, jequi, fachear peixes e pássaros a noite nas dormidas, armação de pedra para matar preás e mocós. Mais ambientados no Feijoal, souberam notícias que do outro lado do rio, na margem esquerda existia uma grande gleba de terra devoluta, de grande potencial para lavouras perenes, ocuparam e como existia abundância de um peixe chamado “marobá” (Erythrimus erythimus) denominaram-na de Marobá, reconhecida pelas vizinhanças como Marobá dos Teixeira. Em andanças pelo sul da Bahia, em escambo do fumo e da farinha produzida por sal marinho, em lombo de animálias, conheceu as lavouras de Cacau que florescia no extremo sul baiano. Trouxeram as cabaças e fizeram “cabruncas” por baixo das árvores mais altas e plantaram o cacau. Nesse labor, o ancestral João Teixeira adquire uma febre brava. De forma grave, em um banguê atravessaram o rio para tentar melhor no feijoal por ter os ares mais secos. De forma aguda veio a óbito em junho de 1899, ocasião em que fizeram o inventário em Araçuaí-MG.

Até 1940, seus descendentes viveram pacificamente no Feijoal e no Marobá dos Teixeira. Época também que despontava muitos candidatos a coronéis com todas regalias hierárquicas e seus poderes absolutos. Através do uso de "caxixe" forjaram uma escritura por um juiz de paz, no distrito de Salto da Divisa. Com a escritura falsa, o cel. Manoel Peixoto da Cunha(cel Tinô) vendeu o Marobá para o Cel. Arcelino Antunes Luz(cel. Caçula). Para tomar posse, o "novo proprietário" veio acompanhado de onze jagunços, armados, com punhais, facões e carabinas, onde permaneceram por longos seis anos. Muitos dos Teixeira foram expulsos de imediato, apenas uma família permaneceu na propriedade.

A luta pela sobrevivência causada por fatores naturais e da flora e fauna local e por fatores humanos, como incidência constante de violência e mortes. Até chegar a primeira colheita Como consta no documento, os membros da família Teixeira se viram obrigados a resistir não só as péssimas condições de trabalho e sobrevivência, como também aquilo que em sentido é sua extensão lógica, isto é, as forças das armas de jagunços ali colocados para reforçar o poder de mando do patrão". Evento descrito em *Memória dos Teixeira do Marobá* que narra um episódio de ameaça e violência, pois descreve o período em que o território foi vendido ilegalmente e que sua posse foi disputada, deixando o medo cravado nessas lembranças.

METODOLOGIA

Este relato de experiência foi construído de forma colaborativa, fruto de um intercâmbio de ideias ocorrido remotamente. A prática ocorreu através da experiência dos autores do texto, pela sua participação na composição escrita das narrativas orais da comunidade quilombola Marobá dos Teixeira. Uma iniciativa antirracista e colaborativa para que os diretores da associação quilombola pudesse dar entrada para a elaboração do laudo antropológico para regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Uma participação que afetou positivamente a história de vida de seu participante, mas ainda não relatada no universo acadêmico. A experiência ocorreu entre os anos de 2006 e 2012, e está ancorada nos documentos: *Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira* e *Memória dos Teixeira do Marobá.* Ambos basilares para o avanço de sua regularização pelo título definitivo do território. Para a relação entre a prática e a teoria, utilizamos o aporte teórico do Reconhecimento a partir

das ideias de HONNETH (2009) e as premissas para uma educação antirracista como enfrentamento às violências contra as comunidades quilombolas.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O produto da atividade descrita exemplifica a importância da participação de todos nas lutas das comunidades tradicionais quilombolas. Compreendemos que seu reconhecimento é uma questão de direito e justiça social, e que deveria ocorrer na perspectiva da equidade e legitimidade. Uma realidade que impacta nas demandas burocráticas que fazem parte desse processo e, por vezes, o desconhecimento das normas e sua incompreensão dificultam o entendimento do exercício da cidadania.

Pela luta do Movimento Negro Unificado, anteriormente, e a partir de 2003, pelo Decreto. Federal 4.887 gerido pela Fundação Palmares por redes interdisciplinares de estudo e pela colaboração de pessoas como Inamar Gusmão Botêlho na transcrição do documento *Memória dos Teixeira do Marobá,* que foi a base para o *Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira,* a Comunidade Quilombola de Marobá dos Teixeira teve aprovação no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID e posse mansa e pacífica aos interessados deste território. Ação aprovada em 13 de dezembro de 2013 e publicada em Diário Oficial da União do mesmo ano. E, por conseguinte, em 25 de outubro de 2018, reconhecimento e declaração como terras remanescentes de quilombos ao território de Marobá dos Teixeira. Uma caminhada dolorosa, assim como todas as experiências relacionadas aos africanos e afro-brasileiros.

É preciso acentuar que o respaldo legal não reverbera na total seguridade das comunidades quilombolas e que esse monitoramento é contínuo. Quilombos vivem constantemente em estado de alerta. A contribuição desse relato se insere na contribuição de questões problematizadas que estão diretamente relacionadas ao seu reconhecimento e à consciência plena do antirracismo pela sociedade em que vivemos.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

É possível destacar que as aprendizagens não estão somente ancoradas em ações e iniciativas realizadas nessa vivência, mas como essas podem contribuir para uma sociedade menos excludente. O antirracismo não constrói sozinho, ele é construído a partir da prática, da participação e do engajamento de todas as pessoas. Uma experiência que contempla o desenvolvimento humano, pela consciência crítica de que todos somos, ou deveríamos ser, corresponsáveis pela seguridade de direitos das comunidades tradicionais, ao considerarmos toda sua trajetória de exclusão, violência e racismo nas diversas estruturas sociais.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

O reconhecimento quilombola, em tese, parte de suas contribuições de ordem econômica, demográfica e cultural (MUNANGA; GOMES, 2020, p.20). Pois trouxeram força de trabalho para a produção de riquezas que eles não usufruíram, ajudaram no povoamento do país e acrescentaram as formas de falar para a língua portuguesa, sua religiosidade, sua musicalidade, danças e artes. Heranças que são ancoradas em suas identidades e que foram minimizadas e apagadas pela exclusão aos feitos de sua raça. Por esse motivo, o diálogo sobre identidade e reconhecimento em nosso país está cobrindo uma realidade complexa por englobar diversos fatores (MUNANGA, 2020, p.14).

Para ressignificar suas identidades e seguir na luta por reconhecimento, o movimento quilombola nasce dentro do Movimento Negro Unificado para politizar afirmativamente essas ideias com vistas à emancipação, ao empoderamento, sendo um “ator coletivo e político, constituído por um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais) (GOMES, 2021, p.27). A educação, nesse processo, é um espaço de tensão, que reprime ao mesmo tempo que indaga e inquieta, formando atores sociais que irão oprimir pessoas e excluí-las por sua raça e cor, ou irão construir junto a elas, cotidianamente, sua inclusão, participando de suas lutas sociais.

A luta pelo reconhecimento quilombola, para HONNETH (2009), é a compreensão de que esses grupos descendentes de africanos escravizados que resistem à opressão, estão em

contínua reconstrução de suas identidades e autoestima individual e coletiva. Para o teórico, esse reconhecimento se divide em três esferas principais: afetivo, jurídico e social.

No reconhecimento afetivo, que está relacionado ao amor e às relações emocionais, para os quilombolas, pode ser notado na valorização dos laços comunitários e familiares dentro das comunidades quilombolas, onde a identidade e a cultura são preservadas e transmitidas.

No reconhecimento jurídico, a relação se dá pelo respeito à igualdade perante a lei. O reconhecimento jurídico dos quilombolas no Brasil, mesmo tendo avançado com a promulgação de leis que garantem direitos territoriais e a preservação cultural. Ainda se esbarra na morosidade e burocracia administrativa e se manifesta em conflitos agrários e violências, desrespeitando a Constituição Federal de 1988, que, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconheceu o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, desde que estejam sendo efetivamente ocupadas.

No reconhecimento social, o valor de sua dignidade se manifesta no reconhecimento da importância histórica e cultural das comunidades quilombolas na formação da identidade brasileira. Movimentos sociais e políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão e da igualdade racial são exemplos de como esse reconhecimento é buscado e endossado por atitudes e iniciativas antirracistas pela participação popular.

Em suma, na aplicação da teoria honnethiana, no contexto quilombola, se evidencia a importância de um reconhecimento pelo que não se limita apenas ao aspecto jurídico, mas que também abrange o respeito social e o apoio afetivo, garantindo assim a dignidade e a valorização das identidades quilombolas, que se intersecciona com os Marobá dos Teixeiras, na forma como o laudo antropológico caracteriza quão relevante é sua história, ancestralidade e sua trajetória de luta. E principalmente, um determinante que opera na sua necessidade econômica, uma vez que o reconhecimento para ser completo precisa, além de celebrar a diversidade, dar condições econômicas de mantê-las, através da seguridade, a sua descendência pela resolução agrária, acesso aos direitos básicos essenciais, atenção diferenciada em programas governamentais e condições de sobrevivência digna. Somos todos convidados a participar dessa busca, o relato apresentado nos permite indagar sobre o que podemos fazer hoje para somar e para ressignificar a humanidade numa perspectiva cidadã. É um compromisso histórico de todos.

REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador.** Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MUNANGA, K.; GOMES, N. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016. PINHEIRO, B. C. S. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

A CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DE JUSTIÇA DE NANCY FRASER E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Pamela Pereira Prestupa [1]
Charles Feldhaus [2]

RESUMO

Tomando por base a concepção tridimensional de justiça de Nancy Fraser, que envolve redistribuição, reconhecimento e representação, o presente trabalho se propõe a explorar os problemas de violência política de gênero e seu enquadramento estrutural na sociedade. A partir da ideia de que a justiça vai além da redistribuição econômica e do reconhecimento cultural, englobando também uma dimensão política de representação, este estudo examina como a falsa representação e a violência estrutural contra as mulheres estão profundamente interligadas e se refletem na esfera política, perpetuando a subordinação de gênero. Utilizando uma análise teórica das obras de Fraser e uma revisão da literatura existente sobre violência política de gênero, o trabalho discute como a separação institucional entre produção e reprodução historicamente relegou as mulheres a papéis subalternos, limitando suas oportunidades de participação política e reforçando desigualdades estruturais que se mantêm ao longo do tempo. Conclui-se que a violência política de gênero não se trata apenas de atos isolados de agressão, mas sim de uma manifestação de um sistema mais amplo de opressão que compromete a paridade de participação das mulheres na esfera pública. Essa perspectiva permite uma compreensão mais ampla e profunda da injustiça de gênero, revelando a necessidade de uma abordagem integrada que aborde essas desigualdades de maneira abrangente.

Palavras-chave: Gênero, Representação, Esfera pública, Violência política.

INTRODUÇÃO

A concepção de justiça tem sido historicamente dominada pela ideia de justiça redistributiva, vinculada à ordem econômica da sociedade. Por muito tempo, essa perspectiva foi a principal "gramática" da justiça, no sentido de ser o conjunto normativo que regulava as relações sociais e políticas. Nancy Fraser propõe uma ampliação dessa visão ao identificar que a injustiça deve ser compreendida através de três esferas distintas, cada uma com sua própria gramática: redistribuição, reconhecimento e representação.

Fraser utiliza uma abordagem diagnóstica para desenvolver sua teoria normativa, partindo das injustiças efetivas que permeiam a sociedade. Dessa forma, ela classifica as

[1] Doutoranda em Filosofia Política na Universidade Estadual de Londrina – PR, pamelaprestupa@gmail.com;
[2] Professor orientador. Pós-doutor em Filosofia; Professor na Universidade Estadual de Londrina – PR, charles@uel.br.

injustiças em três tipos principais: injustiça econômica, cultural (ou valorativa) e política (ou representativa). A injustiça econômica está relacionada à ordem econhômica da sociedade, vinculada a problemas como a exploração, expropriação, marginalização e privação. A exploração poderia ser resumida como um cenário onde o trabalhador recebe muito pouco pelo trabalho realizado. A expropriação corresponde a um confisco de bens ou serviços sem qualquer remuneração por eles. A marginalização econômica ocorre quando certos grupos são alocados em ocupações mal remuneradas e precárias, resultando na exclusão social, enquanto a privação refere-se às condições de vida indignas que afetam a dignidade das pessoas (Fraser, 2022).

Por outro lado, a injustiça cultural ou simbólica envolve a falta de reconhecimento e respeito, manifestando-se através da dominação cultural e da exclusão de identidades e experiências específicas da interação social (Fraser, 2022).

Finalmente, a injustiça política ou representativa emerge na esfera da representação, estando relacionada com a deliberação pública e os direitos políticos. É nesse espaço que as demandas e necessidades dos diferentes grupos sociais devem ser discutidas e representadas, garantindo que todos tenham voz no processo político (Fraser, 2009). Na esfera representativa, há dois níveis principais a serem considerados: pertencimento e procedimento. O nível de pertencimento social envolve a definição das fronteiras do político, ou seja, quem é reconhecido como parte legítima para fazer reivindicações de justiça. Já o nível de procedimento diz respeito aos métodos e regras utilizadas para decidir sobre essas reivindicações (Fraser, 2009). Nesse cenário, frequentemente certos grupos são excluídos ou sub-representados nessa esfera, perpetuando as desigualdades sociais (Fraser, 2022).

A injustiça característica da esfera política é a falsa representação – *misrepresentation* (Fraser, 2009, p. 18). Isso ocorre quando as decisões ou limites estabelecidos resultam em uma falta de paridade na interação social em todas as áreas da vida, não apenas nas arenas políticas. A falsa representação é distinta das injustiças redistributivas ou de reconhecimento, podendo ocorrer independentemente dessas outras formas de injustiça, embora frequentemente estejam interligadas.

As três esferas de justiça—econômica, cultural-valorativa e política—estão interligadas e seus efeitos se entrelaçam. A injustiça econômica gera desigualdade de recursos, enquanto a injustiça cultural-valorativa desvaloriza certos indivíduos, privando-os de direitos. Essas injustiças afetam o poder de expressão política, pois os indivíduos prejudicados não possuem as condições necessárias para exigir igualdade. Inversamente, a falsa representação na esfera

política impede que esses grupos tenham seus interesses protegidos, tornando-os vulneráveis a outras formas de injustiça. Assim, essas esferas formam um ciclo, onde a superação de uma injustiça depende da correção das demais (Prestupa, 2024).

A subordinação estrutural das mulheres, perpetuada pela separação institucional entre produção e reprodução (Fraser, Jaeggi, 2020), não só limita suas oportunidades de participação política, mas também reforça uma dinâmica de injustiça que se estende à esfera digital e ao desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial. Ao não remunerar adequadamente o trabalho reprodutivo, a estrutura social faz com que ele seja desvalorizado, além de terceirizá-lo em dois eixos fundamentais: gênero e classe. No que diz respeito ao eixo de gênero, o trabalho reprodutivo é associado principalmente ao sexo feminino, sendo visto como uma responsabilidade das mulheres. Por outro lado, no contexto da classe, é importante mencionar que mulheres de classe alta muitas vezes terceirizam seu trabalho de reprodução social para empregadas contratadas para esse fim, as quais são frequentemente remuneradas com salários baixos devido à subvalorização do trabalho de cuidado (Fraser, 2019). Considerando ainda que o dinheiro é o que dita majoritariamente os níveis de status e poder na sociedade, aquelas trabalhadoras que não recebem salários em dinheiro – mas sim o fazer como uma obrigação que lhes foi atribuída por amor – ficam sujeitas à uma subordinação estrutural (Fraser, Jaeggi, 2020).

Ao explorar essas três esferas de justiça, a presente pesquisa examina especificamente a relação entre a violência política de gênero e as falhas na esfera da representação. O objetivo deste estudo é revelar como essas dinâmicas de poder, moldadas a partir de pré-condições sistêmicas, contribuem para a perpetuação da violência de gênero e a manutenção da desigualdade na esfera política.

METODOLOGIA

O presente trabalho será desenvolvido mediante utilização da pesquisa bibliográfica, utilizando principalmente da obra e produção de Nancy Fraser para o fim de compilar conceitos e debates sobre justiça de gênero no capitalismo. Para tanto, será realizada a coleta de dados de livros, artigos e periódicos, além de dados quantitativos de pesquisas de Instituições Oficiais de estatística, como o IBGE.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A base teórica deste trabalho consiste na teoria da justiça tridimensional de Nancy Fraser, que abrange as esferas de redistribuição, reconhecimento e representação. O foco será na esfera da representação e sua relação com a injustiça de gênero. Também será explorada a relação entre as esferas de redistribuição e reconhecimento e como essas interações culminam em falhas na esfera da representação, especialmente no contexto das relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a teoria tridimensional de justiça proposta por Nancy Fraser, é possível explorar como a desigualdade de gênero, inclusive no contexto da violência política, está enraizada em estruturas sociais e políticas que moldam a sociedade. A separação entre produção e reprodução, com a segunda sendo atribuída predominantemente às mulheres, evidencia uma divisão que restringe suas oportunidades de participação e perpetua dinâmicas de poder que atravessam as esferas econômica, cultural e política. Essa divisão, aliada à desvalorização e sujeição generalizadas do que é considerado feminino na sociedade, gera reflexos na esfera política, resultando em injustiças na esfera da representação.

Assim, a análise da injustiça de gênero a partir da perspectiva de Fraser propõe a necessidade de uma reflexão sobre as estruturas que sustentam essas desigualdades e a urgência de ampliar os paradigmas tradicionais de justiça.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. Londres: Pluto Press, 2017.

FRASER, Nancy. Cannibal Capitalism. London: Verso, 2022.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática hoje. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRASER, Nancy. Justiça interrompida: reflexões sobre a condição "pós-socialista". 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a Justiça em um mundo globalizado. Lua Nova, n. 77, pp. 11-39, 2009.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange. New York: Verso Books, 2003.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRASER. Nancy. As Raízes Capitalistas da Crise Atual (*Capitalism Roots of the Present Crisis*). Instituto Conhecimento Liberta. Disponível em: < https://icl.com.br/curso/as-rotas-do-capitalismo-na-crise-atual-capitalism-routes-of-the-present-crisis/ >. Acesso em: Jan 2024.

LIMA, Paula Gabriela Mendes. Violência Política Contra a Mulher. Cadernos da Escola do Legislativo – Volume 25, jan/jun 2023.

PRESTUPA, Pamela Pereira; SANTOS, Thais A. Ferreira. Redistribuição, reconhecimento e representação na concepção de justiça de Nancy Fraser. In: Dossiê As Pensadoras. 3 ed. Toledo: Instituto Quero Saber, 2024.

PRESTUPA, Pamela Pereira. Da paridade de participação como paradigma normativo na concepção de justiça de Nancy Fraser. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Filosofia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

A CRIMINALIZAÇÃO DA PERSEGUIÇÃO CONTRA A MULHER: REFLEXÕES A PARTIR DO PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Lívia Marinho Goto[1]

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o crime de perseguição contra a mulher (*stalking*) previsto no Art. 147-A do Código Penal. Busca-se, assim, refletir sobre as especificidades dessa espécie de violência de gênero, notadamente a partir do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero de 2021, verificada a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo nesse sentido. A revisão bibliográfica sobre o tema indica que as mulheres, principais vítimas desse delito, costumam ser perseguidas principalmente pelos seus ex-parceiros quando eles não aceitam o término do relacionamento. O envio de mensagens constantes, ligações excessivas, rondas frequentes na residência, trabalho e outros locais frequentados pelas vítimas, monitoramento de suas redes sociais são alguns comportamentos que caracterizam o *stalking*. Quanto à metodologia utilizada, a análise jurisprudencial acontecerá a partir do método de análise de conteúdo definido por Bardin, sendo as categorias de análise e os indicadores previamente definidos com o amparo de uma revisão bibliográfica sobre o assunto. Como resultado parcial, concluiu-se que o *stalking* costuma anteceder a ocorrência de outras formas de violência de gênero, incluindo os feminicídios. O fato demonstra a importância do enfrentamento do problema por meio da implementação de políticas públicas nesse sentido para além da esfera judiciária, considerando as relações assimétricas de gênero que ainda legitimam a violação sistemática dos direitos humanos femininos e dificultam o alcance da liberdade e igualdade entre todas as pessoas no Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Perseguição, Violência contra a Mulher, Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero.

INTRODUÇÃO

O anteprojeto da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nasceu da ação de *advocacy* feminista que elaborou um instrumento normativo para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, com base na Convenção de Belém do Pará ratificada pelo Brasil. Após a criação da Lei Maria da Penha (LMP), outras leis foram promulgadas nos últimos anos com o intuito de tutelar os direitos humanos das mulheres, especialmente no âmbito penal. É possível citar, por exemplo, a Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio), a Lei nº 13.772/18 (Lei da

[1] Mestranda em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). E-mail: livia.marinho@usp.br.

Pornografia de Vingança) e a Lei nº 14.188/2021 (Lei da Violência Psicológica) dentre os diplomas normativos que criminalizaram outras modalidades de violência contra a mulher, acrescentando novos dispositivos ao Código Penal (CP).

Nessa tendência, a Lei nº 14.132/2021 acrescentou o Art. 147-A ao Código Penal, inserindo um novo tipo penal no ordenamento jurídico, conhecido como *stalking* ou perseguição. A perseguição reiterada e por qualquer meio que ameace a integridade física ou psicológica de outrem, restringindo seu direito de ir e vir ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade resulta em uma pena de reclusão de até 2 anos. Caso o crime seja praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, a pena sofrerá um aumento de metade, nos termos do §1º, II, Art. 147-A.

As mulheres são as principais vítimas desse delito, especialmente quando os ex-parceiros não aceitam o fim da relação e passam a persegui-las através de telefonemas, envio de mensagens constantes, rondas na residência e trabalho, além de aparecerem em outros locais em que elas frequentam. A perseguição ganha especial relevância atualmente devido ao desenvolvimento das redes sociais e avanços tecnológicos.

O *cyberstalking* caracteriza-se pela espionagem e monitoramento da vítima através de perfis falsos, pelo envio reiterado de ameaças em aplicativos de mensagens, invasão de dispositivos eletrônicos, dentre outros. Nesses casos, o perseguidor usa do anonimato possibilitado pela tecnologia para buscar cada vez mais informações sobre a vida de seu alvo, tornando a perseguição ainda mais incessante e difícil de ser detectada nessa modalidade.

Nesse contexto, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomenda o uso do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) para auxiliar as autoridades na identificação do *stalking*. O Formulário foi instituído pela Resolução Conjunta nº 5/2020 no âmbito do Ministério Público (MP) e do Poder Judiciário e serve como um instrumento de prevenção e combate à violência doméstica.

O FNAR é composto por questões objetivas e subjetivas que buscam resgatar o histórico de violência, determinar o perfil do agressor, as características da vítima e outros fatores de vulnerabilidade (gravidez, dependência financeira, situação precária de moradia etc.). O Formulário é preenchido quando a mulher acessa o sistema para reportar uma agressão por profissionais cadastrados da Polícia Civil, do MP ou do Poder Judiciário.

Acontece que a comprovação da *stalking* é difícil na prática, pois o agente pode realizar atos reiterados não necessariamente criminosos ou que constituem uma ameaça expressa à

ofendida, sendo que sua ocorrência pode passar despercebida de início. Diante das especificidades que envolvem o crime de perseguição, as quais dificultam sua identificação e, consequentemente, seu enfrentamento, o Judiciário é o principal responsável por dar sentido fático à Lei nº 14.132/2021. Assim, a pesquisa enfrenta o seguinte problema: "Como o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) julga os crimes de perseguição contra a mulher?".

METODOLOGIA

A pesquisa consistirá na coleta de sentenças e acórdãos junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, selecionados os processos de *stalking* julgados pelo órgão jurisdicional, nos anos de 2021 a 2023. Trata-se de uma pesquisa empírica com análise documental de cunho qualitativo, a qual procura descobrir o sentido fático conferido à Lei nº 14.132/2021 pelo Tribunal quando do julgamento dos crimes de perseguição contra a mulher.

A construção da base de dados dar-se-á pelas palavras-chaves: "violência doméstica" e "Formulário Nacional de Avaliação de Risco" no banco de sentenças da 1ª instância e "violência doméstica", "perseguição" e "mulher" na escolha dos acórdãos da 2ª instância. Ademais, as buscas no repositório do TJSP respeitarão os seguintes critérios: (a) julgamento entre 31/03/2021 e 31/12/2023; (b) assunto: crime de perseguição (Art. 147-A, CP).

Na primeira instância, tais locuções permitem averiguar como o Formulário de Avaliação de Risco aparece na fundamentação das sentenças para identificação dos delitos de violência doméstica e *stalking* no contexto doméstico, em observância ao que dispõe o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero de 2021 do CNJ. Na segunda instância, a opção pelas palavras-chaves possui o fito mais específico de eleger os processos em que o agente incorreu no referido tipo penal e apurar qual a solução final dada pelos Desembargadores em atenção às singularidades desses crimes.

Além disso, o primeiro filtro empregado parte da data de publicação da Lei nº 14.132/2021, a qual entrou em vigor no dia de sua publicação, ou seja, em 31/03/2021. O recorte temporal para o ano de 2023 poderá ser ampliado no futuro, a depender de quando a coleta irá acontecer, priorizando-se a escolha mais ampla dos julgados recentes sobre o assunto. Por seu turno, o critério do assunto é utilizado para melhor delimitação das infrações pertinentes à pesquisa, observadas as atualizações conferidas pela Lei nº 14.132/2021 no CP.

Na sequência, as informações obtidas serão organizadas por meio da confecção de um quadro comparativo das sentenças/acórdãos examinados. Posteriormente, esse quadro será transformado em dados estatísticos, destacando-se qual era a relação entre a vítima e o agressor (conjugal, parentesco, desconhecidos, colegas etc.), o perfil dessas pessoas (sexo, gênero e idade), se houve o deferimento/violação das medidas protetivas prevista na LMP e em quantos casos a resposta judicial foi meramente punitiva, para fins de comparação.

As sentenças e acórdãos levantados nessa fase passarão por um exame qualitativo, adotando-se o método de análise de conteúdo definido pela Bardin. Assim, as sentenças e acórdãos selecionados serão codificados em categorias de conteúdo temáticas definidas a partir do referencial teórico previamente estabelecido.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O principal marco teórico da pesquisa é a Lei Maria da Penha e os estudos feministas que antecederam e sucederam a promulgação desse diploma para o enfrentamento da violência contra a mulher. Um levantamento bibliográfico será realizado em plataformas científicas, a fim de buscar produções concernentes à temática e que versem sobre violência de gênero, violência doméstica e suas formas, acesso à justiça das mulheres, crimes de perseguição, histórico de promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei nº 14.132/2021. A revisão desse material servirá à verificação do estado da arte e ao aprofundamento do assunto conforme a literatura atual, em atenção aos problemas mais específicos que possam surgir no decurso da pesquisa. Além disso, espera-se construir conceitos e referenciais teóricos importantes para embasar a próxima fase do trabalho, conforme descrito na metodologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Democrático de Direito tem como fundamento a promoção da cidadania e da dignidade, de modo que a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição e na legislação infraconstitucional é indispensável para o seu desenvolvimento. Consequentemente, o estudo das relações assimétricas de gênero para coibir a violação sistemática dos direitos humanos femininos é tema emergente e caro ao Estado Democrático de Direito para o alcance efetivo da liberdade e igualdade entre todas as pessoas.

Como resultado parcial, constatou-se que o *stalking* costuma anteceder a ocorrência de lesões corporais graves e feminicídios, tendo-se em vista que as agressões ocorridas no contexto da violência de gênero tendem a progredir e se intensificar com o tempo. Além disso, verificou-se que uma baixa eficiência das medidas de proteção para as vítimas de perseguição, posto que o agressor pode assumir condutas cada vez mais ousadas e perigosas durante o *stalking*. Na maioria dos casos analisados até então, o *stalking* foi cometido por ex-parceiros das vítimas, tendo-se o término do relacionamento como maior gatilho para ocorrência das perseguições.

Diante do exposto, conclui-se que apenas a compreensão das particularidades que cerceiam a perseguição poderá sensibilizar os serviços de segurança pública no seu enfrentamento, além da esfera judiciária. No entanto, observou-se que o desfecho processual nessas situações se restringiu à esfera penal, sem aplicar os mecanismos reparatórios interdisciplinares e extrajudiciais dispostos na Lei nº 11.340/06 para a prevenção de novas violências no futuro e efetivação dos direitos humanos femininos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Camila Silva de.; GROTT, Sérgio. Crime de perseguição e sua análise frente ao descumprimento das medidas protetivas. **Revista Científica Multidisciplinar do CEAP,** v. 4, n. 1, p. 11, 10 jun. 2022. Disponível em: http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/163. Acesso em: 03 de mai. 2023.

BARBOSA, Márcio Magliano; BRAGA, Romulo Rhemo Palitot. Stalking: uma nova forma do crime de perseguição habitual e implacável sofrido por mulheres no Brasil. **Mnemosine Revista**, v. 13, n. 1, Dossiê Derechos Humanos, Historia y sus Confluencias: Dilemas, acciones y posibilidades, 2022. Disponível em: http://www.mnemosinerevista.com/index.php/revista/article/view/83/45. Acesso em: 3 de mai. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luis Antônio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida da *advocacy* feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 13 - 37.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Brasília: **Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado** (Enfam), 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf. Acesso em: 03 de mai. 2023.

FAMÍLIA QUE FAZ ESTADO, ESTADO QUE FAZ FAMÍLIA: SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E (DES)ASSISTÊNCIA MATERIAL NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO EM JOÃO PESSOA/PB

Breno Marques de Mello[1]
Andreza Leitão Amorim[2]
Bárbara Fialho de Sousa Nunes [3]
Camila Freitas Farias [4]
Luís Erirrane Batista Leite [5]
Maria Carolaine Da Silva Gomes[6]

RESUMO

O debate central deste texto tem como objetivo analisar a interface das disputas entre os limites do Estado e o papel das famílias na assistência material das mulheres encarceradas. O esforço argumentativo encontra-se empreendido em reconhecer o modo como a atuação das famílias na entrega de medicamentos, alimentos, absorventes e materiais de higiene "fazem o Estado" na medida em que disputam seus limites e fluxos institucionais. Do mesmo modo, ao "fazer família", o Estado não regula apenas os materiais que circularão nas unidades prisionais femininas, mas define os limites do conceito de família na realização do "cuidado", do "afeto" e da "ajuda". A metodologia empregada se dá a partir da pesquisa bibliográfica e documental, além da observação participante surgida das experiências do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública (LAPSUS/UFPB) na realização das atividades do projeto de extensão "Mulheres e Prisões: cooperação técnica junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba na garantia de direitos de mulheres e mães". Os resultados parciais da discussão indicam a ocupação, por parte das famílias, na centralidade da disputa política pela promoção de condições de dignidade das mulheres encarceradas. A proposital escassez material torna-se, junto à pena privativa de liberdade, uma forma de expansão da sanção, reinserindo lógicas de sofrimento no cotidiano das mulheres privadas de liberdade, mas que também atingem seus familiares e outras construções de vínculos.

[1] Professor Orientador. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em Odontologia pelo Programa de Pós Graduação em Odontologia (UFPB), na área de concentração em Saúde Bucal Coletiva. Professor Substituto no Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, brenodii@gmail.com;
[2]Graduanda pelo Curso de Direito e extensionista do LAPSUS, ambos da Universidade Federal da Paraíba, andreza.leitao.amorim@academico.ufpb.br;
[3] Graduada pelo Curso de Direito e extensionista do LAPSUS, ambos da Universidade Federal da Paraíba, Bárbara Fialho de Sousa Nunes, barbara.fialho@academico.ufpb.br;
[4] Graduanda pelo do Curso de Direito e extensionista do LAPSUS, ambos da Universidade Federal da Paraíba, camilaff2002@outlook.com;
[5] Mestrando no Programa de Programa de Pós Graduação Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba e extensionista do LAPSUS/UFPB, luisleited25@hotmail.com;
[6] Graduanda pelo do Curso de Direito e extensionista do LAPSUS, ambos da Universidade Federal da Paraíba, maria.carolaine@academico.ufpb.br;

Palavras-chave: Saúde, Alimentação, Sistema Prisional, Estado, Mulheres encarceradas.

INTRODUÇÃO

A dinâmica de disponibilização de medicamentos, alimentos e materiais de higiene no sistema prisional da Paraíba é definida pela Resolução 001/2022 do Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária (CECP). Segundo o documento, o conteúdo da resolução visa uniformizar as condutas e os padrões de segurança para a circulação de produtos e acesso das pessoas nas unidades de privação de liberdade do estado. A princípio, o texto aparenta estabelecer apenas critérios objetivos na definição dos fluxos institucionais que marcam o cotidiano das prisões. No esforço de construir esses limites, o Estado reafirma seu papel na definição do conceito de família, união estável, relacionamento, casamento e parentesco. “Estado que faz família”.

Do outro lado das trincheiras, as famílias disputam as linhas das normas prisionais e os próprios limites do Estado ao produzir embates acerca dos itens permitidos, dias, horários e duração das visitas. Entretanto, ao retorcer os limites da norma, as famílias não estão enumerando apenas o que a administração prisional deve considerar como itens e rotinas adotadas. Elas estão disputando, sobretudo, as lógicas do cuidado que são próprias ao seu fazer. Não se trata do leite, da goiabada ou do biscoito recheado encontrados na lista de itens permitidos. Trata-se, muito mais, do agenciamento político de um conflito. “Família que faz Estado”.

Portanto, o presente resumo tem como o objetivo confrontar as ambiguidades entre a assistência material nas prisões femininas e o conceito de família nas práticas de Estado. A colocação do tema em debate busca compreender quais as dinâmicas desses conflitos nas múltiplas formas de violência contra as mulheres presas surgidas pela escassez de alimentos, medicamentos, absorventes e materiais de higiene. Mas o debate é, também, uma forma de registrar a sobrecarga, as estratégias de luta e os modos de contraposição que as famílias exercem na disputa pelo cuidado dos seus.

METODOLOGIA

Os pressupostos metodológicos partem da observação participante dos membros do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública (LAPSUS/UFPB) na realização das atividades do projeto de extensão "Mulheres e Prisões: cooperação técnica junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE/PB) na garantia de direitos de mulheres e mães". O projeto tem como objetivo ampliar a atuação da DPE/PB na Penitenciária Júlia Maranhão realizando a análise processual das mulheres privadas de liberdade e produzindo mutirões de atendimento nas dependências da unidade prisional.

Além dessa abordagem, as extensionistas realizaram uma pesquisa bibliográfica nos campos da Antropologia de Estado, da Antropologia do Direito, da Psicologia Social nos estudos sobre o gênero, sexualidade, raça e classe. Para a pesquisa documental, foram acessados os relatórios do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e do Conselho Estadual de Direitos Humanos, ambos instalados na Paraíba.

DISCUSSÕES

Ao confrontar as ambiguidades - entre as famílias e o Estado - com os relatórios disponibilizados pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT-PB) e Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), é possível perceber que a assistência material das mulheres privadas de liberdade depende prioritariamente das famílias. Nos documentos acessados pelas extensionistas, a insegurança alimentar, a pobreza menstrual e a insatisfação com a entrega de insumos são temas recorrentes dos documentos. Sendo, portanto, a desassistência material um dos vetores da violência de Estado na execução das penas das mulheres privadas de liberdade.

Nos entremeios desses conflitos – em que as famílias cuidam dos seus – a sobrevivência das mulheres também depende de outros modos de se produzir "família" (Mello; Soeiro, 2020). Sobretudo, porque é na "ajuda" entre as pessoas presas que as diversas redes de solidariedade vão se construindo na centralidade punitiva do Estado (Mello, 2019). É nesse lugar que a desassistência não produz apenas escassez, mas reconhece e são reconhecidas nas estratégias de contraposição surgidas nos ambientes de extrema violação e violência. São as mulheres privadas de liberdade que, entre si, constituem outras formas de alinhavar as impossibilidades de existência e reconstituem as suas possibilidades de sobrevivência. São essas as famílias que se fazem no Estado.

Entretanto, o movimento dessas "famílias" é intensamente reorganizado pelas práticas de Estado (Farias; Lago; Efrem, 2020). O artigo 8° da Resolução 001/2022/CECP estabelece que apenas os visitantes até o 2° grau de parentesco poderão constar no rol de pessoas autorizadas a visitar as pessoas privadas de liberdade. Porém, o parágrafo único do artigo, garante a possibilidade do cadastro de visitantes mediante entrevista com o setor do serviço social da unidade prisional. Além desses limites, o Comitê estabeleceu que a diferença entre o "cônjuge" e a "companheira de comprovado vínculo afetivo". Para o cônjuge, o documento registra a necessidade da apresentação da Certidão de Casamento. No caso da companheira, a resolução indica que haverá a necessidade da existência de uma declaração de união estável, registrada em cartório, com a presença de duas testemunhas. Podendo ser, também, esse documento substituído por decisão judicial que reconheça a união estável.

Ao seguir com a análise do documento, é possível perceber outro ponto a ser destacado. No artigo 13 da Resolução 001/2022, o Comitê definiu que a substituição tanto do cônjuge quanto da companheira por novo visitante deverá aguardar um prazo de 180 dias. Além desse requisito, a outra pessoa tem de passar pela avaliação da equipe do serviço social e pela autorização da direção da unidade prisional. Ao consignar essas determinações, a administração prisional estabelece quais os marcos do parentesco e, no limite, qual o tempo para a existência e a permanência do "afeto". É por esse caminho, que o Estado define não apenas o que é a família, mas a extensão da ajuda e da assistência que essas pessoas poderão destinar na contextura da escassez prisional.

As pistas deixadas por Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017, p. 23) são fundamentais para compreender as formas em que o Estado "opera composições acerca das formas corretas de estar no mundo, de estar em relação com outros e de fabricar ou (des)fazer formas de vida". E a partir dessa lógica de atuação, que o Estado complexifica as formas de admitir o parentesco, a geracionalidade, os casamentos e uniões estáveis no âmbito das visitas familiares, produzindo uma cadeia de dificuldades na assistência material das pessoas presas, em especial das mulheres. As visitas familiares, nesse contexto, disputam as "relações de poder que produzem ao mesmo tempo vítimas da barbárie institucional e polos de resistência cotidiana frente a brutalidade com a qual são obrigadas a conviver" (Tanuss; Silva Junior, Oliveira, 2018, p. 206).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir desses embates, é possível concluir a pouca quantidade de alimentos, medicamentos, absorvente e materiais não estão submetidas a regras objetivas baseadas na segurança institucional. Elas decorrem, na verdade, do modo como o Estado delimita o "cuidado" das famílias e, desse modo, produz na centralidade das relações de poder normatizações sobre de gênero, sexualidade, raça e classe. Do outro lado do conflito, as famílias retorcem essas determinações em diversas formas de construção de estratégia na luta pela sobrevivência das mulheres privadas de liberdade.

Assim, a proposital escassez material torna-se, junto à pena privativa de liberdade, uma forma de expansão da sanção, reinserindo lógicas de sofrimento no cotidiano das mulheres privadas de liberdade, mas que também atingem seus familiares e outras construções de vínculos. De fora para dentro, familiares de mulheres presas "fazem o Estado" à medida que entregam insumos alimentícios, medicamentos e materiais de higiene, disputando o espaço com o Estado as suas normas sobre as dinâmicas do cuidado.

REFERÊNCIAS

CONSELHO ESTADUAL DE COORDENAÇÃO PRISIONAL (Paraíba). Resolução nº 001, de 13 de abril de 2022. – CECP RESOLUÇÃO/001/CECP/2022 Em, 09 de fevereiro de 2022. Uniformiza condutas visando garantir direitos e estabelecer obrigações, bem como preservar a segurança. João Pessoa, PB, 13 abr. 2022.

FARIAS, J.; LAGO, N. B. DO .; EFREM FILHO, R.. Mães e lutas por justiça. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 36, p. 146–180, dez. 2020.

MELLO, B. M. DE .; SOUSA, T. S.. Filhos, família e ambientes honestos: gênero, sexualidade e (des)criminalização do consumo de drogas. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 2, p. 1312–1331, abr. 2020.

MELLO, Breno Marques de. **Na Selva de Pedras**: as perfomances de gênero e sexualidade entre prostituição, crime e estado. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

TANNUSS, R. W., SILVA JUNIOR, N. G. DE S., & OLIVEIRA, I. M. F. F. DE.. Pena compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade** - REDES, 6(2), 203 (2018). https://doi.org/10.18316/redes.v6i2.3936

VIANNA, A.; LOWENKRON, L.. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

MULHERES ENCARCERADAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE NANCY FRASER

Maria José Goulart Vieira[1]

Isabelle Regina Ganske Eggers[2]

RESUMO

A filósofa Nancy Fraser se ocupa em estudar as assimetrias de gênero, as quais geram injustiças e desigualdades para as mulheres, em especial por sua condição ser responsável pela reprodução social no cuidado e criação de pessoas, revelado pelo trabalho realizado em função da maternidade, o qual ainda não é remunerado em nossa sociedade capitalista. A partir da análise de dados acerca das políticas públicas disponíveis no Brasil voltadas para as mulheres encarceradas, inclusive àquelas que estão em situação de maternidade, constatou-se que a população carcerária feminina está aumentando a cada ano no Brasil, e, em contrapartida há uma ausência de políticas adequadas por parte do Estado. Assim, pela condição de maternidade da mulher é notória a necessidade diferenciada em relação à população carcerária masculina. A mulher em situação de encarceramento está sujeita à flagrante violência de gênero quando não recebe políticas públicas adequadas durante sua permanência no sistema prisional brasileiro, enfrentando dificuldades que estão diretamente ligadas à condição da maternidade e que se mostram desumanas, infringindo por consequência o direito da criança, atingindo seus filhos e se estendendo para toda sua família. É possível chegar à conclusão que as mulheres nitidamente sofrem também mais injustiças quando estão encarceradas, por isso, a necessidade de assegurar direitos e garantias fundamentais às mulheres em situação de cárcere se torna mais acentuada do que em relação à população masculina.

Palavras-chave: violência, mulheres, cárcere, direito, justiça.

INTRODUÇÃO

A população carcerária feminina vem constantemente crescendo no Brasil, e segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), os números apresentam um grande aumento da população carcerária feminina no Brasil e com esse aumento, surgem as violações aos direitos no sistema prisional, onde o Estado, não consegue de maneira efetiva preservar os

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina-UEL; majovieira24005@gmail.com

[2] Graduanda do curso de Direito Inesa; Isabelleganske@gmail.com

direitos e garantias fundamentais para as mulheres encarceradas. As dificuldades vividas pelas encarceradas no sistema prisional brasileiro, nos leva a questionar o quanto eficientemente possa vir a ser a atuação do Estado no sistema prisional feminino, e principalmente quando relacionamos à maternidade com a situação de cárcere privado. De acordo com dados disponibilizados pelos relatórios oficiais da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, no mês de julho de 2023, no Brasil, os números de mulheres encarceradas chegaram a 27.547 mulheres em cárcere privado e 17.712 mulheres em prisão domiciliar: 190 mulheres são gestantes, 81 são lactantes e 120 crianças estão convivendo com a mãe no cárcere privado, e não se pode apresentar os números exatos da quantidade de crianças que convivem em lares temporários e dos que se encontram convivendo com os familiares da mulher encarcerada.

Neste sentido, é de fácil constatação que existem necessidades diferentes entre a população carcerária feminina e a população carcerária masculina. As diferenças de gênero se tornam ainda mais visíveis no sistema prisional, ao se observar que na maioria das vezes, a responsabilidade de cuidados dos filhos é da mulher, como também incumbe à mulher, a necessidade de métodos contraceptivos, em razão do próprio sistema hormonal e ciclo menstrual, entre outros, diferentemente dos homens.

A mulher após cometer um delito, passa por julgamentos constantes, e se tratando de uma mulher que possui filhos, o julgamento recai sobre a sua índole como mãe, ferindo a índole materna e familiar. A partir da privação de liberdade, quando a mulher se encontra em gestação, seu filho pode vir a nascer dentro do sistema prisional, sendo algo de fato já esperado por ela, na hipótese de adentrar ao sistema prisional gestante, o que se traduz no fato de que a sua pena seja estendida ao seu filho, fazendo ainda, com que o seu filho viva o início da sua infância dentro do sistema prisional, o que compromete o desenvolvimento dessa criança dentro do sistema prisional já desde seu início. Partindo da premissa de que um estado democrático de direito, onde as instituições do Estado devem garantir os direitos fundamentais às mulheres em meio ao cárcere, tornam-se fundamentais os seguintes questionamentos: Quais serão os impactos sociais, econômicos e psicológicos para a mulher e seu filho em decorrência da vida carcerária. Como também quais serão os impactos ao final para ambos em meio a sociedade, após o cumprimento de pena recebida? A maternidade em liberdade por si só já é um grande encargo à mulher, mas em meio ao cárcere sua complexidade alcança níveis extremos. A condição da mulher encarcerada é de uma vulnerabilidade extrema dentro do sistema prisional.

No Brasil existem diversas legislações que asseguram o direito da mulher encarcerada de conviver com seu filho dentro sistema prisional. A aplicação eficiente das políticas públicas voltadas para a mulher em cárcere, efetiva os direitos previstos na Constituição. Para tanto, serão analisadas as possíveis políticas públicas existentes no Brasil para a mulher encarcerada; e, as consequências do cárcere à maternidade. Serão também objetivos desta pesquisa: Analisar a situação da mulher encarcerada no contexto contemporâneo; examinar as questões de justiça e políticas públicas no sistema prisional; Debater a resposta de Nancy Fraser ao problema defendendo a interseccionalidade das dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação; Analisar a necessidade de um reenquadramento da justiça na concepção teórica de Nancy Fraser, relacionando com a violência de gênero às mulheres encarceradadas.

METODOLOGIA

A pesquisa realizará diferentes diagnósticos visando a compreensão da situação das mulheres encarceradas enquanto violência de gênero, utilizando-se da pesquisa bibliográfica exploratória e analítico-descritiva, fará a interpretação de informações. A pesquisa ocorrerá ainda, por meio de análises documentais e fontes bibliográficas, verificando as possibilidades e horizontes para a sociedade, a partir de uma perspectiva plural e multicultural sob a ótica de Nancy Fraser, e através do estudo do seu modelo proposto, interpretar e explicitar o seu pensamento demonstrados em seus textos, recorrendo ao contexto sócio-histórico em que suas obras foram escritas ou publicadas.

.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A análise de um sistema de reprodução social característico do capitalismo neoliberal, é fundamental para a compreensão e caracterização dos conflitos sociais, identificando tensões que funcionam como mediadoras da superação do atual estado de coisas em direção a um horizonte emancipatório. É preciso segundo Fraser uma análise teórico-analítico das injustiças sociais, muitas vezes as mulheres se tornam alvo fácil em meio ao tráfico, por não ocupar altos cargos no tráfico de entorpecentes, acaba se tornando alvo fácil para sofrer penalidades pelos cometimentos dos crimes pela associação criminosa.

Segundo os dados do SENAPPEN – Secretaria Nacional de Políticas Penais, no mês de Junho de 2023, no Brasil, o crime mais cometido por mulheres é o crime de Tráfico de Entorpecentes – artigo 12 da lei de nº 6.368/76 e artigo 33 da lei de nº 11.343/06, com o registro de 13.667 mulheres pelo cometimento do fato delituoso, em segundo lugar, pelo crime de associação para o tráfico – artigo 14 da lei de nº 6.368/76 e artigo 35, da lei de nº 11.343/06, com o registro de 2.986 mulheres e em terceiro lugar com o roubo qualificado – artigo 157, inciso 2º, com o registro de 2.523 mulheres. O encarceramento de mulheres acarreta um conjunto especial de consequências sociais, mas no Brasil nem a política nem a prática penal lida com tais fatores de forma coerente, isso evidencia a falta de planejamento e investimento neste tipo de instituição. Neste contexto histórico quando houve a entrada da mulher no mundo do crime, surgindo questões sobre os direitos relacionados à mulher dentro do sistema prisional, onde são nítidas as necessidades diferenciadas da mulher diante de sua especificidade de gênero. As suas necessidades são de suma importância o que não invalida ou diminui as necessidades dos homens. Mas se tratando de mulheres, acaba surgindo questionamento de quais os direitos das mulheres em meio ao cárcere, quais as diferenças entre homem e mulher no sistema prisional. Os direitos e garantias das mulheres encarceradas são diferentes da população masculina e isso é nítido em meio a sociedade comum, o fato não seria diferente no sistema prisional. O direito ao recebimento de um item tão essencial quanto o absorvente higiênico, é algo que encontra grande receptividade entre as mulheres encarceradas, pois os relatos das mulheres dentro do sistema prisional sobre seu ciclo menstrual, torna-se humilhante para a mulher diante do cenário enfrentado, ou seja, um quadro onde não têm acesso a um produto de higiene tão fundamental para sua dignidade. Embora os direitos e garantias da população carcerária se encontrem presentes na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal, é uma realidade que salta aos olhos, a sua não aplicação no sistema prisional brasileiro, considerando que o sistema carcerário brasileiro enfrenta superlotação, condições mínimas de higiene e saúde, insalubridades, ficando totalmente à mercê do Estado.

Após o parto, toda mulher encarcerada tem direito de permanecer com os filhos durante a fase de aleitamento materno. A amamentação contribui para a saúde e a sobrevivência do bebê e leva a mulher encarcerada a pensar no seu futuro após o cárcere, programando sua vida e podendo voltar para a sociedade com a efetivação da sua ressocialização. Para a mãe e para o seu filho, o benefício é de laços maternos e emocionais com um vínculo satisfatório, garantindo a efetividade da maternidade nos primeiros meses de vida do bebê. Para que as normas previstas

em lei sejam corretamente aplicadas no sistema prisional brasileiro, dispomos assim das Leis de Execução Penal, onde em seu artigo 83, §2º reafirma o direito da mãe a amamentar seu filho:

Assim como há mulheres gestantes no sistema carcerário, há mulheres que já são mães antes de adentrarem no sistema penitenciário. Com base no Estatuto da Primeira Infância, a Lei de número 13.768 de 19 de dezembro de 2018, trouxe a alteração do artigo de nº 318 do código penal, que trata sobre a conversão da prisão preventiva pela domiciliar.

A maternidade durante o período de encarceramento ocorre a partir de uma gestação que ocorre no período do encarceramento ou até mesmo quando há a separação abrupta de mãe e filho a partir da prisão da mulher, e para garantir a efetividade da maternidade dentro do sistema prisional, há procedimentos específicos tutelados Estado.

O gênero, assim como a raça, constitui uma coletividade denominada de bivalente ou híbrida na teoria de Nancy Fraser. Tais coletividades são aquelas que "se diferenciam enquanto coletividades em virtude de ambas as estruturas: a estrutura político-econômica e a estrutura cultural-valorativa da sociedade" (FRASER, 2022, p. 39).

Nesse sentido, seus integrantes sofrem injustiças da esfera econômica, decorrentes de má-distribuição, e também de injustiças de reconhecimento, fruto do não-reconhecimento cultural, sendo ambas as injustiças embutidas na estrutura primária do problema, e não na condição de meros efeitos. Para tais injustiças, Fraser entende que remédios distributivos ou remédios de reconhecimento sozinhos não são suficientes para sanar o problema.

O gênero, dessa forma, constitui uma demanda híbrida, que requer arranjos de redistribuição e de reconhecimento. A dimensão econômica do gênero diz respeito à divisão básica do trabalho entre trabalho produtivo remunerado e trabalho reprodutivo-doméstico não-remunerado (chamado de trabalho de reprodução social), e também à estruturação dentro da própria esfera do trabalho remunerado, separando os cargos ocupados por homens e mulheres.

Fraser também defende que o trabalho de reprodução social, também chamado de "cuidado", "trabalho afetivo" ou "subjetivação", compreende a criação, a socialização e a subjetivação de seres humanos no modo geral, em todos os seus aspectos. Ou seja, quando falamos em trabalho de reprodução social, devemos pensar aqui tanto na esfera biológica da reprodução (a gestação, parto, amamentação), quanto também na esfera da formação do ser humano (a criação, o desenvolvimento, a educação e toda a formação de um indivíduo que vai integrar a sociedade). Constitui condição indispensável à vida humana, à sociedade e também à possibilidade de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos referentes à maternidade no sistema penitenciário brasileiro, vem crescendo há alguns anos, porém de uma forma lenta e ineficiente. A partir dos dados obtidos, o Estado deve reavaliar seus programas sociais, oferecendo melhores condições às mulheres encarceradas. Podemos identificar que há ausência de políticas públicas por parte do Estado com estratégias de alcance, o que demonstrou ao final, que o problema não está restrito apenas ao sistema prisional brasileiro, sendo uma injustiça de gênero arraigada em nossa sociedade como um todo, e ainda, respaldado pela falta de assistência por parte do Estado. É sabido que as condições do sistema penitenciário brasileiro enfrentam grandes problemas, sendo fundamental a efetiva atuação do Estado para garantia dos direitos fundamentais às mulheres encarceradas, inclusive em situação de maternidade..

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

Costa, Bruna Barbosa da. **Maternidade encarcerada: A real face da maternidade no cárcere** / Bruna Barbosa da Costa. – São Paulo: Editora Dialética, 2021. 64p.

D'Eça, Aline. **Filhos do Cárcere** / Aline D'Eça. – Salvador: EDUFBA, 2010. 162P.

FRASER, Nancy. Justiça interrompida: reflexões sobre a condição "pós-socialista". Trad: Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

SENAPPEN, Secretaria Nacional de Políticas Penais – Portal Gov. **Aprisionamento feminino e a faixa etária dos filhos que estão nos estabelecimentos**. Disponível em:<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTFkZDA5MDEtZmJjNi00YjRhLTlkOTUtYWUxZjE3NWE3NDU5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSectionf330443a7e0c245a2804>. Acesso em 07 jun. 2023

Zem, Célia Regina. **Maternidade na prisão: Analise e avaliação das relações de apego entre filhos e mães encarceradas** / Célia Regina Zem – Curitiba: Juruá, 2020. 128p.

MULHERES-MÃES-ESTUDANTES DA EPJA: violências de gênero e fios de esperança no contexto da Comunidade Quilombola Lagoa do Arroz

Séfora Barros da Silva [1]
José Jackson dos Santos Reis [2]

RESUMO

O referido artigo discorre sobre a trajetória de mulheres que enfrentaram, no decorrer dos seus processos de escolarização e vida, rompimentos e interrupções em decorrência de infâncias roubadas, violências de gênero e negação de direitos. A questão principal interroga: quais as condições de escolarização de mulheres-mães-estudantes para assegurar o direito à aprendizagem e permanência na EPJA no contexto da comunidade quilombola Lagoa do Arroz? Objetivamos, nesta pesquisa, compreender as condições de escolarização de mulheres-mães-estudantes para assegurar o direito à aprendizagem e permanência na EPJA da comunidade quilombola Lagoa do Arroz. Com uma abordagem qualitativa, optamos por trilhar os caminhos da pesquisa etnográfica, desenvolvida no ano de 2023, por meio de diferentes processos de construção de dados, entre estes, círculos de cultura, diários de campo, fotografias, entrevistas biográficas, observações diretas. Para organizar a análise dos dados, adotamos a perspectiva do tema gerador, contando também com a contribuição de mulheres pesquisadoras e militantes do feminismo negro. Com este trabalho, constatamos que muitas mulheres são vítimas da interseccionalidade (raça, gênero, classe), que atua em seu processo de escolarização e vida, reforçando a colonialidade de gênero. O não domínio de saberes historicamente construídos pela humanidade inviabiliza a construção de um sentimento de pertença à sua comunidade e o seu poder de luta para romper com práticas opressoras.

Palavras-chave: Comunidade quilombola, Escolarização, Mulheres-mães-estudantes, Violência de gênero.

INTRODUÇÃO

A temática aqui discutida perpassa a nossa vida e de muitas outras mulheres que, assim como nós, viveram o desafio de conciliar os seus processos de escolarização com os atributos impostos por uma sociedade que reforça o modelo patriarcal e suas múltiplas violências. Por ser uma pesquisa desenvolvida em uma comunidade quilombola, outras problemáticas são agregadas aquelas que já estavam postas, pois nos debruçamos sobre a história de vida-escolarização de mulheres-mães, pobres e, em sua maioria, pardas e pretas. Essa intersecção social traz à tona questões que refletem uma supremacia branca, masculina e eurocêntrica,

[1] Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Coordenadora Local do Mestrado Interinstitucional em Educação (PPGE/MINTER), Vitória da Conquista - Bahia, seforabarros1@gmail.com;
[2] Doutor em Educação. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenador do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Professor do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEn). Assessor de Relações Internacionais da Uesb, jackson.santos@uesb.edu.br.

inviabilizando a emancipação na coletividade. Essas desigualdades, segundo Held e Campos (2022, p. 561), "[...] têm suas raízes na formação da sociedade brasileira, forjada pela escravização de homens e mulheres, pela política de concentração fundiária e pelo machismo e sexismo, que tornam violentas as relações nos espaços públicos e privados". Nessa perspectiva, Carneiro (2011) pontua que, embora sejam registrados alguns avanços constitucionais, uma das funções da discriminação de base racial é assegurar essa vantagem competitiva a membros do grupo racial tratado como superior. Foi dessa problemática que surgiu o feminismo negro, com as reinvindicações pela inclusão, pela diversidade, por justiça social, em uma perspectiva de coletividade. No que tange às mulheres quilombolas, as vulnerabilidades e violências de gênero, raça e classe se coadunam, incorporando as causas de defesa do território. Essa interseccionalidade fragiliza e conduz a uma subordinação feminina em detrimento da supremacia masculina, por isso a relevância em discutir o impacto desses marcadores entrelaçados, enquanto materialização de múltiplas vulnerabilidades e violências. Lugones (2020, p. 57) salienta que "[...] a interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra". A autora reforça ainda que discutir uma categoria sem a outra nos conduz a um sentido racista, visto que "[...] a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica" (Lugones, 2020, p. 58).

Para romper com esse acúmulo de violências, revela-se primordial a presença dessas mulheres na escola, para conhecer, discutir e se apropriar da urgência do processo, contextualizado por Quijano (2005) de decolonização do ser, do saber e do poder, sob a ótica feminista de Lugones (2014), sendo defensora dos direitos da mulher preta e economicamente desfavorecida. A falta do conhecimento frente às violências sofridas aprisiona, maximiza perdas de direitos e inviabiliza a emancipação das mulheres. Sobre esse aspecto, afirma Chauí (2023, p. 52):

> A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira.

A escolarização básica perpassa, ou ao menos deveria perpassar, a vida dos homens e mulheres prioritariamente entre os 04 e 17 anos de idade de forma equânime e igualitária. No entanto, o perfil de educandos e educandas das turmas da Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA), que, em sua maioria, são negros e negras, são de pessoas que tiveram que optar pelo trabalho para garantir a sua sobrevivência ou, no caso das mulheres, que foram violentamente impedidas de chegar às escolas e continuar seus processos de escolarização.

Ao discutir essa problemática, levantamos a seguinte questão de pesquisa: Quais os processos de escolarização de mulheres-mães para assegurar o direito à aprendizagem e permanência na EPJA no contexto de uma comunidade quilombola? Tal questão tem como objetivo compreender os processos de escolarização de mulheres-mães para assegurar o direito à aprendizagem e permanência na EPJA no contexto de uma comunidade quilombola.

METODOLOGIA

Todos os dados analisados foram construídos por meio da pesquisa etnográfica realizada na Escola Municipal Lagoa do Arroz, localizada na Comunidade Quilombola Lagoa do Arroz, em uma turma da EPJA, de turno noturno, com 22 educandas(os) matriculadas(os), sendo 15 homens e 08 mulheres, com idades entre 24 e 66 anos, sendo estas últimas as sujeitas de nossa pesquisa. Dentre as possibilidades da pesquisa qualitativa, a do tipo etnográfico demonstrou maior consonância com a intenção de imersão na realidade dessas mulheres-mães-estudantes, visando experienciar o cotidiano e possíveis desafios enfrentados pelas educandas. Laplantine (2010) afirma que o etnólogo tem uma empreitada problemática ao estabelecer relações entre visão, olhar, memória, imagem e imaginário, o olfato, a forma e a linguagem.

O levantamento dos dados foi realizado mediante Círculos de Cultura, entrevistas biográficas, diários de campo, registros fotográficos e observações diretas. Foram realizados três Círculos de Cultura com duração de, aproximadamente, três horas, na perspectiva do pensamento de Freire (1967), conforme descrevemos na sequência deste trabalho. O círculo de cultura é entendido por Freire (1967, p. 07) como uma proposta político-pedagógica, na qual "as dimensões do sentido e da prática humana encontram-se solidárias em seus fundamentos", possuindo um caráter democrático e libertador, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Foram realizadas, ainda, em momentos individuais, entrevistas biográficas, compreendidas na perspectiva de Ferrarotti (2013, p. 54-56), ou seja: "[...] Ligações entre observador e observado em uma relação recíproca, conhecimento científico exigindo a hermenêutica de tal interação, [...] a entrevista biográfica nos parece ser um exemplo perfeito do polo clínico das ciências humanas". A maior parte das entrevistas foi realizada em visitas às residências das estudantes, porém, nos casos mais inacessíveis, utilizamos a oportunidade da presença em uma das reuniões da associação da localidade. Com duração de uma hora e trinta minutos, aproximadamente, as entrevistas ocorreram de forma distinta, consoante o contexto encontrado; todas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas.

As observações diretas, totalizando 40 (quarenta), foram sistematizadas em diários de campo, na perspectiva de Laplantine (2004, p. 105): "[...] os cadernos sobre os quais notamos nossas observações e nossas primeiras descrições não são uns propedêuticos marginais em relação à obra científica (a única que supostamente mereceria a apelação de antropologia) ", mostrando-se imprescindíveis para a nossa pesquisa. No processo de organização e análise de dados, adotamos a perspectiva do tema gerador, defendido por Freire (1967), contando com a contribuição de mulheres pesquisadoras, intelectuais e militantes do feminismo negro para realizar a análise e suscitar a discussão teórica.

DISCUSSÕES

Revisitar o processo de escolarização, para as sujeitas da pesquisa, significa acessar vivências carregadas de dor, frustração, violências e privação de direitos. São infâncias roubadas em decorrência das imposições do trabalho e dos processos do cuidar, destinados, quase sempre, às mulheres. No contexto das mulheres quilombolas, Kilomba (2019) reforça que, se na discussão proposta por Beauvoir, a mulher é vista como "outro", em relação e pelo olhar do homem, a mulher negra seria, então, o "outro do outro", visto que a negritude já é vista

como outro, nesse caso, tratando-se de dupla vulnerabilidade. São lutas diárias em busca de humanidade, pois, como afirma Arroyo (2015), nos tornamos humanos nas vivências humanas e resistindo às vivências desumanas que nem sempre escolhemos.

No decorrer das entrevistas, entre o "flore(ser)" das educandas, não foi raro encontrar histórias de violências múltiplas, implicando na negação ao direito de escolarização. Dentre as oito educandas entrevistadas, duas conseguiram frequentar a escola sem os companheiros; uma delas, na companhia dos filhos pequenos; outras duas vão acompanhadas dos maridos que também são estudantes e quatro delas, infelizmente, estão afastadas por serem impedidas pelos seus companheiros. São mulheres que foram "[...] vitimadas sem direito a viver a infância digna, obrigadas a viver uma infância sempre ameaçada pelos tempos difíceis de vir ao mundo, de viver-sobreviver neste mundo" (Arroyo, 2015, p. 336). Essas trajetórias desaguam na EPJA, lugar de estreia na vida dessas mulheres, de uma fase inovadora, cheia de possibilidades, rompimentos e empoderamento. O simples fato de ter um lugar para frequentarem, principalmente, no caso daquelas que conseguem fazê-lo sozinha, é um momento de autocuidado, no qual toda a dedicação é para o bem próprio. Em se tratando daquelas que, mais uma vez, foram impossibilitadas de frequentar a escola, ver-se a evidência de uma interseccionalidade que violenta direitos, constatada nos relatos de umas das educandas que narra um estupro sofrido aos quatorze anos, com certa naturalidade, visto como um destino previsto. Na sequência, relata que foi acolhida pela família, visto que foi comprovada uma gravidez, mas sem eventos de indignação ou atitudes de mobilização via judicial, apenas aceitação e medo frente à condição do agressor. Ao ouvi-la é como se revivêssemos o que Davis (2016, p. 39) salienta no contexto de tais violências no período escravagista. "Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas". Uma condição selvagem de aceitação, na obrigação de satisfazer os prazeres dos machos. A autora relata, ainda, que, "[...] apesar dos testemunhos [...] sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão" (Davis, 2016, p. 40). E ainda testemunhamos, séculos depois, situações semelhantes, na qual a vítima e todos (as) ao seu redor ficam reféns do poder de opressão e supremacia masculina.

Na partilha de saberes com as sujeitas da pesquisa, uma questão relevante foi levantada, qual seja: o fato de ser uma comunidade quilombola trazia a nós uma grande expectativa de luta das mulheres pelo território, assim como um sentimento de pertença ao povo negro que luta pelos direitos historicamente negados. Contrariamente, foi percebido um desconhecimento diante da causa quilombola e todas as suas implicações. A esse respeito, corrobora Lugones (2014, p. 05) que "essa indiferença é traiçoeira porque coloca barreiras intransponíveis em nossas lutas [...]. É uma indiferença que não aparece apenas na separação categorial de raça, gênero, classe e sexualidade – separação que não nos deixa perceber com clareza a violência. "

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer as condições de escolarização dessas mulheres, mães, pobres, pretas, vítimas de uma sociedade patriarcal, opressora, capitalista que devora os seus sonhos, metas e perspectivas de vida foi uma experiência inestimável. São históricos violentos de ausências que se repetem nas jornadas de escolarização e de vida em decorrência de uma interseccionalidade que potencializa as vulnerabilidades. Com frequência, "[...] a consequência psicológica é uma

personalidade tragicamente reprimida, assombrada pelo sentimento de inferioridade" (Davis, 2016, p. 252). Ausências do que é básico, mínimo, indispensável: o direito à infância, à escola, a ser respeitada enquanto mulher, o que poderia ser minimizado com a presença ativa do Estado.

As sujeitas da pesquisa, assim como grande parte das mulheres presentes nas salas de aula da EPJA, carregam em suas memórias, histórias de resistência na busca pela garantia do seu direito de aprendizagem e permanência na escola. Para essas mulheres, desfrutar da convivência escolar é muito mais que um momento para decodificar e interpretar textos e imagens, é uma possibilidade de esperançar a vida, experienciar novas vivências, ser acolhida nas suas fragilidades e desvendar o caminho que viabilize sonhar mais uma vez. É aguçar os sentidos e se permitir construir novos conhecimentos, por outra vertente, que não a do medo e da violência. No entanto, foi constatado que apenas uma minoria desfruta dessa oportunidade com autonomia, vetadas pelas violências de gênero.

É relevante pontuar ainda que, como fator de empoderamento e sentimento de pertença das mulheres dessa localidade, faz-se necessário um trabalho pedagógico articulado com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, visando à apropriação dos direitos e sua compreensão sócio-histórico local, pouco disseminada.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ , M. (2003). Ética, política e violência. In T. Camacho (Ed.), **Ensaios sobre violência** (pp. 39-59). Vitória: Edufes.

ARROYO, Miguel Gonzales. A infância deixada na estrada: buscá-la onde ela ficou. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. Especial, p. 335-341, out. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gBfKjTnswgc6qHGRqM39pvg/?format=pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

FERRAROTTI, Franco. Partager les savoirs, socialiser les pouvoirs. Entretien avec Christine Delory-Momberger. **Le sujet dans la Cité**. Revue internationale de recherche biographique, 4, 19-27, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

HELD, Thaisa Maira Rodrigues; CAMPOS, Isadora Golim. Mulheres quilombolas e a luta pelo território na perspectiva do feminismo decolonial. **Revista Katálysis**, *25* (3), p. 560-569, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86195.

KILOMBA, Grada. **Memórias da roça**: episódios de racismo cotidiano; tradução Jess Oliveira. Cobogó, 2019.

LAPLANTINE, François. (1943). **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LAPLANTINE, François. **Antropologia da doença**. Ed. Armand Colin, 2010.

LUGONES, Maria. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 49-80.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Quijano, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661 Acesso em: 30 dez. 2023.

PRISÃO DOMICILIAR E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Brenda Cibelle Martins da Silva [1]
Fernanda de Barros Melo [2]
Alice Ferraz Maia [3]
Renata Monteiro Garcia [4]

RESUMO

A substituição da prisão preventiva pela Prisão Domiciliar (PD) de mulheres mães ou gestantes se insere no cenário legislativo brasileiro a partir da alteração no Código de Processo Penal dado pelo Marco Legal da Primeira Infância. Nesse viés, a PD se apresenta como medida alternativa ao cárcere, visando possibilitar que mulheres-mães possam manter o vínculo e exercer sua maternidade e o cuidado fora do cárcere, não prejudicando, assim, a proteção integral e o desenvolvimento dos infantes. No entanto, apesar do potencial desencarcerador, a forma com que a PD é aplicada no Brasil se revela pouco específica no que diz respeito a como se dará o acesso aos espaços e serviços fora do lar para garantia de cuidado com as crianças e subsistência do lar. Nesse cenário, o presente trabalho buscou analisar, através de uma revisão bibliográfica, a forma com que a PD é experimentada por mulheres e seus filhos, especialmente no que diz respeito ao acesso à políticas públicas, com especial recorte aos campos da saúde e do trabalho. Verificou-se que há dificuldades ligadas à restrição espacial vivenciada durante a medida, que em alguns casos são desconhecidas pelas mulheres ou, quando definidas, não levam em conta as especificidades da realidade de mulheres-mães e seus filhos na conjuntura da PD e o acesso às políticas públicas que garantam a cidadania desses sujeitos. Conclui-se que a medida é um importante instrumento desencarcerador, mas sua aplicação precisa considerar a promoção de direitos básicos para que a PD não agrave a vulnerabilidade destas famílias, indo no sentido oposto de sua intencionalidade legal.

Palavras-chave: Prisão Domiciliar, Mulheres, Políticas Públicas, Criminologia Crítica.

INTRODUÇÃO[1]

O presente resumo expandido busca se debruçar acerca das realidades das mulheres em situação de prisão domiciliar (PD) no Brasil, mais especificamente, em seu acesso e de sua rede de apoio a políticas públicas e direitos fundamentais. Essa discussão é pertinente, tendo em vista que a concessão da prisão domiciliar, enquanto medida alternativa ao cárcere convencional, vem crescendo nos últimos anos, em especial, para casos em que a mulher é gestante ou mãe – recorte temático do trabalho. Tratando-se desse pressuposto, a priori, a PD é concedida para que essas mulheres possam exercer o trabalho de cuidado em sua residência, junto a seus dependentes, sem que seja necessário a quebra do vínculo materno (Mota, 2022). Contudo, o que se percebe ao analisar a literatura existente sobre o tema é que esse cuidado não é de fato viabilizado, seja pelas inconsistências presentes na legislação, ou pelo modo com que os operadores do sistema de justiça definem o cumprimento da medida.

Conforme Rocha (2023), não há normativas que determinem em que condições a prisão domiciliar deve acontecer no tocante ao acesso de atividades que necessitam de deslocamento para além do perímetro residencial, como acesso ao trabalho, aos serviços e às políticas públicas (de saúde, educação, lazer), gerando alicerce para situações de invisibilidade e descaso

[1]Graduanda do Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, brenda.cibelle@academico.ufpb.br ;
[2]Graduanda do Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, fernanda.barros@academico.ufpb.br;
[3]Graduanda do Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, alice.maia@academico.ufpb.br;
[4]Doutora em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, renata.garcia@academico.ufpb.br;

governamental, posto que não há diretrizes estipuladas que embasem tais decisões, deixando esses aspectos a critério particular dos magistrados que, em geral, não reconhecem as necessidades e as vivências desses grupos. Desse modo, nosso intuito é apresentar, realizando um recorte da complexidade que esse tema aborda e requer, como na prisão domiciliar as mulheres e sua rede de apoio são inviabilizadas, por parte do sistema de justiça, de acessarem serviços e políticas públicas de forma geral.

METODOLOGIA

O estudo foi feito por meio de uma revisão da literatura sobre a temática, de natureza qualitativa. Primeiramente, a revisão bibliográfica ocorreu por meio da seleção de descritores que se relacionam com o tema, sendo eles: “prisão domiciliar”, “mulher ", "mãe”, “maternidade” e “políticas públicas”. Esses construtos serviram de base para as pesquisas das dissertações e dos artigos relacionados com os temas, realizadas nas plataformas BDTD, Scielo e Pepsic. Posteriormente, realizamos uma análise mais aprofundada dos trabalhos coletados e selecionamos os que abordassem esse tema considerando os impactos psicossociais da PD. Partindo disso, selecionamos 4 materiais para a produção do resumo, embasando as análises e interpretações realizadas.

DISCUSSÕES

De inicio, é importante demarcarmos as lentes teóricas que serão utilizadas para contemplar a complexa realidade de mulheres submetidas à prisão domiciliar: a Criminologia Crítica e Feminista e a perspectiva da Interseccionalidade. A respeito do olhar criminológico, partimos da concepção, defendida pela Criminologia Crítica, de que o sistema de justiça age de maneira seletiva, direcionando seu aparato prisional ao encarceramento de uma determinada população, composta em sua maioria por pessoas negras, pobres e periféricas (Mota, 2022). A Criminologia Feminista une-se a esta visão trazendo o debate acerca das opressões de gênero produzidas e reproduzidas na sociedade, fator que é determinante para a compreensão dos aspectos que circundam o aprisionamento feminino. Finalmente, a Interseccionalidade, perspectiva epistemológica tecida e fomentada por pensadoras do Feminismo Negro, nos faz atentar para os múltiplos atravessamentos que perpassam a vida de mulheres privadas de liberdade, destacando as intersecções presentes entre os marcadores sociais gênero, raça e classe.

Com base nesses olhares, a prisão domiciliar (PD) se apresenta como uma alternativa com vasto potencial desencarcerador, possibilitando que a mulher mantenha o vínculo com sua rede familiar e exerça a maternidade fora do ambiente nocivo do cárcere. Essa medida torna-se ainda mais importante ao considerarmos as especificidades do encarceramento feminino e o perfil majoritariamente selecionado pelo sistema prisional, composto por mulheres-mães negras, pauperizadas e com baixo grau de escolaridade, sendo elas também as principais responsáveis por seus núcleos familiares (Brasil, 2023). Posto isso, é somente em 2010, com as Regras de Bangkok – conjunto de normativas da Organização das Nações Unidas (ONU) acerca dos direitos das mulheres privadas de liberdade, da qual o Brasil é signatário – que observamos nacionalmente um movimento legislativo ocupado em estabelecer diretrizes para o cumprimento de penas não-privativas de liberdade em casos específicos, dentre as quais está o caso das mulheres mães/gestantes.

Diante disso, destaca-se, a partir de 2011 normativas como: a Lei das Medidas Cautelares (Lei N° 12.403/2011), a qual caracterizou formalmente a PD no Código do Processo Penal (CPP) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei N° 13.257/2016), que promoveu alterações importantes no CPP e abrangeu a PD para mulheres gestantes independente do

risco/tempo da gestação e para pessoas que tenham filhos com até 12 anos incompletos – aspecto que abrange, em sua maioria, mulheres-mães. Ademais, temos ainda o Habeas Corpus coletivo (Lei N° 13.769/2018), o qual foi incisivo no endosso da aplicação da medida enquanto um direito (Brasil, 2011; Brasil, 2016; Brasil, 2018). Essas diretrizes, apesar de sua grande importância e do potencial que possuem, na prática, culminam em uma série de contradições.

Ao olharmos para a maneira com que a legislação referente a PD se estabelece no Brasil, é necessário traçar algumas considerações acerca da forma com que essa medida é aplicada. Partindo da literatura da área, percebe-se que uma série de diferenças se põem entre o que, em teoria, deveria ser o objetivo da prisão domiciliar para mulheres-mães — possibilitar a manutenção e o desenvolvimento do vínculo e do cuidado entre a mãe e seu(s) dependente(s) — e as condições que são fornecidas, na prática, para que essa finalidade seja atingida, especialmente tendo em vista o perfil majoritário dessas mulheres e o lugar de vulnerabilidade que ocupam (Mota, 2022; Rocha, 2023; Giacomello; Castro, 2020). Mais precisamente, essa análise perpassa diretamente dois aspectos principais: 1) a flexibilidade da regulamentação da PD e 2) a postura dos magistrados diante dessa desregulamentação.

Em relação ao primeiro aspecto, destaca-se o fato de que a legislação não especifica como vai ocorrer o acesso da mulher em PD a espaços que envolvam seu deslocamento para além da residência, deixando a cargo dos magistrados deliberar sobre o modo com que isso vai ocorrer. Assim, não há explicitamente na regulamentação de que forma se dará o acesso a aspectos como: trabalho, realização de trâmites burocráticos, serviços de saúde, de lazer e de assistência social (como benefícios do governo), além de questões relativas ao cotidiano dos filhos (como idas à escola e outros espaços de convivência infantil). Ou seja, o instituto da Prisão Domiciliar delega aos juízes a escolha sobre como ocorrerá o acesso a políticas públicas em suas diversas áreas, incluindo o mais basal que são as políticas de saúde, educação, trabalho, lazer, cultura e assistência social.

Nesse cenário, tem-se o segundo fator supracitado: a postura dos magistrados. De modo geral, a realidade das mulheres em PD no Brasil denota uma grande restrição da liberdade, da autonomia e da própria cidadania dessas mulheres (Mota, 2022; Rocha, 2023). Isso se dá pois, majoritariamente, a PD é aplicada sob a máxima de que as mulheres “fiquem em casa e cuidem dos filhos”, em uma conjuntura na qual os direitos anteriormente citados não são garantidos (Rocha, 2023). Sob a ótica desses juízes (em sua maioria) a única função que a mulher deve exercer é o cuidado dentro do lar, em uma postura que concebe a atividade de cuidado a partir de uma perspectiva muito limitada, pautada em uma lógica patriarcal que atribui esse trabalho ao gênero feminino e à “esfera privada” (Mota, 2022).

Mais precisamente, percebe-se que a partir da flexibilidade e do lugar de autoridade que a legislação concebe a esses agentes, eles atuam de maneira fortemente punitiva, aplicando preceitos morais acerca do que socialmente se atribui ao papel feminino, em uma lógica que penaliza duplamente essas mulheres, tanto por terem infringido a lei quanto por terem desviado do padrão feminino esperado socialmente (Cels;YoNoFui, 2021; Mota, 2022). Assim, apesar desse cenário se desenvolver em múltiplas esferas, focaremos nesta não-garantia a partir da forma com que a PD impacta negativamente o acesso a políticas públicas, especificando prioritariamente dois eixos: saúde e trabalho, especialmente porque entendemos que além de serem categorias intimamente relacionadas, elas também abrangem uma série de outros fatores.

No que tange o acesso à saúde, é importante enfatizar que sua restrição não está somente ligada a dificuldade de deslocamento até os serviços. Tendo como base uma concepção ampliada, entendemos que a saúde possui diversos determinantes sociais, sendo resultante das relações que os sujeitos estabelecem com seu território a partir do acesso à habitação, educação,

transporte, trabalho, lazer, liberdade, alimentação, entre outros (Fonseca; Corbo, 2007). Nessa lógica, a qual rege a Constituição Federal, o Estado tem o dever de prover saúde a partir de políticas que evidenciem sua promoção, fator que perpassa diretamente pela acessibilidade e oferta pública de qualidade dos direitos supracitados, os quais, na realidade das mulheres em PD, são majoritariamente inacessíveis. Diante disso, observamos que além do direito à saúde não ser garantido para mãe e filho, é o próprio Estado, por meio do sistema de justiça e seus atores, que cria ainda mais barreiras para essa garantia.

Ao observarmos os entraves que se mostram no acesso a empregos, a realidade não é tão divergente. A burocracia necessária para que as mulheres possam acessar trabalhos, além de ser muito dificultosa e demorada, é baseada em algo que foge a realidade da maior parte delas: a necessidade de se ter um vínculo formal de trabalho. Ademais, a dificuldade da burocracia se mostra também na falta de articulação entre o sistema de justiça e as políticas públicas de trabalho e formação, em um cenário onde há uma negligência relativa à inserção das pessoas em conflito com a lei nessas políticas (Rocha, 2023). Assim, constatamos uma realidade em que o instituto da PD, da maneira que é aplicado pelos agentes legais, quase que impossibilita o acesso a um direito fundamental, o qual é central para a estruturação da vida e do bem-estar, visto que é a partir do trabalho digno que é possível ter acesso a bens de consumo, alimentação, mobilidade urbana, entre outros, além deste ser um espaço de socialização e construção da identidade.

Desse modo, percebemos que as restrições implicadas pela PD na vida das sujeitas-mães e, por conseguinte, na dos seus filhos, para além de serem barreiras geográficas, são, essencialmente, obstáculos no próprio acesso a políticas públicas, esbarrando diretamente em uma violação dos seus direitos e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, é notório que a prisão domiciliar embora seja uma alternativa com potencial desencarcerador, por possibilitar que o sujeito não esteja em um espaço físico degradante como o cárcere tradicional, perpetua ainda a lógica punitiva do sistema de justiça, fazendo com que os sujeitos que estão nessas condições tenham sua liberdade de ir e vir impedida. Por conseguinte, as mulheres-mães, foco temático trabalhado, ficam sob controle do Estado e mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade e descaso, tendo uma maior dificuldade em acessar direitos básicos como saúde e trabalho. Nesse cenário, ao considerar o perfil majoritário das mulheres em prisão domiciliar, essa dificuldade atinge uma camada mais profunda, de modo que as desigualdades historicamente vivenciadas por esses grupos sociais são agravadas. À vista disso, pensarmos em como o acesso a políticas públicas é inviabilizado para as mulheres e sua rede familiar na condição da PD é, primordialmente, refletir sobre como essas sujeitas que estão em situação de privação de liberdade têm seus direitos, na condição de cidadãs, negligenciados pelo Estado – entidade máxima responsável por garanti-los –. Mais precisamente, tratando-se da realidade vivenciada na PD, essas negligências são entrepostas em um caminho que se inicia com a legislação e se concretiza com uma atuação punitivista por parte dos magistrados, em um cenário que vulnerabiliza ainda mais a mulher e sua rede familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 13.257 de 8 de março de 2016*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. *Lei Nº 12.403 de 04 de maio de 2011*. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. *Lei Nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018*. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis n º 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13769.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. *Relatório de informações Penais (RELIPEN)*. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de julho a dezembro de 2023. Brasília-DF: SENAPPEN, 2023.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS); YONOFUI. *Castigo a Domicilio*: La vida de las mujeres presas en sus casas. 2021.

FONSECA, A. F. O.; CORBO, A. M. D. (org). *Território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

GIACOMELLO, Corina; CASTRO, Teresa Garcia. *Presas en casa:* mujeres en arresto domiciliario en América Latina. [S. l.]: UNACH; WOLA; IDPC; CELS; EQUIS; PROBONO; Dejusticia; Procuración Penitenciaria de la Nación, 2020. Disponível em: https://www.wola.org/wp-content/uploads/2020/07/Presas-en-Casa.pdf. Acesso em: 5 de ago. 2024.

MOTA, Jéssica. *"Tu sai de lá de dentro da cadeia, mas continua presa na rua":* reflexões sobre a prisão domiciliar de mulheres mães e gestantes na Região Metropolitana de Porto Alegre. Orientadora: Dra. Vanessa Chiari Gonçalves. 2022. Dissertação (mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249990. Acesso em: 28 de jul. 2024.

ROCHA, Ana Caroline. *"Meus filho tá perdendo a infância deles por causa de mim":* estudo de caso sobre os impactos da prisão domiciliar na vida de uma mãe em João Pessoa. Orientadora: Dra. Renata Monteiro Garcia. 2023. Monografia de graduação - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28167. Acesso em: 28 de jul. 2024.

VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO E SUA RELAÇÃO COM OS AFETOS

Tamyres Tomaz Paiva [1]
Giovanna Barroca de Moura [2]

RESUMO

A violência por parceiro íntimo é um fenômeno mundial que atinge milhares de mulheres. O objetivo desse estudo foi analisar se os afetos possuem predição sobre os comportamentos de violência por parceiro íntimo. A amostra foi composta por 145 homens de uma população geral, com idades entre 18 e 60 anos (*M=23,90, DP=7,09*), residentes da Paraíba (100%). Foram aplicadas duas escalas: a Escala de Violência por Parceiro íntimo, versão violentador e a Escala de Afetos Negativos e Positivos. A coleta foi realizada de forma online, por meio do google forms. Para a tabulação e análise dos dados será utilizado o IBM SPSS Statistics, (Versão 24). Os resultados demonstraram que há uma correlação significativa entre os afetos negativos e as formas de prática da violência: abuso psicológico, físico e controle comportamental, isto é, quanto mais afetos negativos mais o parceiro poderá usar das violências. Os resultados também demonstraram uma correlação significativa entre os afetos positivos e o controle comportamental, indicando que mesmo sentindo alegrias, orgulho, entusiasmo, dependendo da situação também poderão usar do controle comportamental. Bem como, há evidências de predição dos afetos em relação aos comportamentos. De forma geral, nossos resultados demonstram indícios de que os afetos e principalmente os negativos, geradores de desregulação emocional pode levar a explosões de raiva e agressão, especialmente em pessoas sem estratégias eficazes para lidar com estresse.

Palavras-chave: Violência por Íntimo, VPI, Violência, Afetos positivos, Afetos negativos.

INTRODUÇÃO

A violência por parceiro íntimo (VPI) inclui formas de agressão física, psicológica, atos sexuais e controle comportamental. Essa definição bastante generalista considera homens e mulheres como promotores da violência. Esse termo é usado pela Organização Mundial de Saúde e difundido em todos os países. No Brasil, a violência por parceiro íntimo é um subtipo da violência doméstica, já que a Lei 11.340/2006, tipifica a violência doméstica como algo

[1] Doutrora em Psicologia social pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do curso de psicologia da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (FACENE), tamyres.tomaz1@gmail.com;

[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba . Meste em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Pedagogia e Pscicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)

praticado por algum familiar, por exemplo, tio, padrasto, avó, primo, e outros parentes, enquanto a violência conjugal é relacionada apenas a parceiros íntimos.

Sabe-se que os afetos guiam os comportamentos, isto é, afetos negativos podem ser predispostos a ações negativas, segundo o Modelo Geral da Agressão (Anderson; Bushman, 2002). O afeto diz respeito a uma variedade de emoções que são relacionadas com as pessoas ou a objetos (Moffitt, et al., 2001). Os afetos podem ser divididos em dois, positivos e negativos, sendo resultado das suas emoções (Diener, 1984). Os afetos podem fornecer um conjunto de acesso à imagens e memórias como forma de script, que gerencia a ação comportamental (Anderson; Bushman, 2002; Birkley; Eckhardt, 2015). É importante ressaltar que nossas ações comportamentais são aprendidas ao longo do nosso desenvolvimento, logo, sentir mais poderosos diante de uma mulher, é um aspecto sexista estrutural (Paiva; Pereira, 2021). Esses afetos não criados a partir do nada, são emoções criadas no interjogo das interações (Hoepers; Tomanik, 2021).

Neste sentido, dependendo do tipo de afeto que o indivíduo sentirá, ele poderá demonstrar por meio de suas ações. Diante disso, formula-se o seguinte problema de pesquisa, será os afetos preditores da violência por parceiro íntimo masculino? Neste estudo, objetivaremos responder esse problema de pesquisa.

METODOLOGIA

Participantes

A amostra foi composta por 145 homens de uma população geral, com idades entre 18 e 60 anos (*M=23,90, DP=7,09*), residentes da Paraíba (100%) considerados brancos(as) (44,9%), solteiros(as) (86%), heterossexuais (85,4%), com ensino superior incompleto (69%), com renda entre 1 e 3 salários mínimos, estando namorando (34,4%), autodeclarados da classe social média (45,3%).

Procedimento

Inicialmente se apresentou o projeto ao comitê de ética da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com a emissão do parecer favorável n° CAAE: 60905716.2.0000.5188, prosseguiu-se com a aplicação do instrumento de pesquisa na população geral, nas redes sociais e em universitários, aplicado de forma individual e em ambientes coletivos. A participação foi iniciada após a concordância com o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). A coleta foi realizada seguindo os preceitos da Resolução 466/12 e da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Ficou esclarecido aos participantes que a pesquisa não envolveria nenhum risco a sua saúde e integridade biopsíquica, moral e espiritual.

Instrumento

Escala de violência entre parceiro íntimo, versão violentador construída e validada por Paiva et al. (2023), composta por 25 itens distribuídos em 3 fatores: abuso psicológico (α = 0,80) (ex., Ameacei com palavras), abuso físico (α = 0,80) (ex., Dei socos nele(a)) e controle comportamental (α = 0,85) (ex., Invadir redes sociais sem a permissão). A escala likert variou de 1 = nunca a 5 = sempre.

Escala de afetos positivos e negativos foi construída e validada para o Brasil por Zanon, et. al., (2009), composta por 20 itens, distribuídos em dois fatores: afetos negativos (α = 0,84) (ex., Muitas vezes, eu fico nervoso) e afetos positivos (α = 0,85) (ex., Me sinto confiante no dia a dia). E escala likert varia de 1(não descreve totalmente) a 5 (me descreve totalmente).

Análise dos dados

Para a tabulação e análise dos dados será utilizado o IBM SPSS Statistics, (Versão 24). Foi realizado uma correlação *r* de Pearson e uma regressão linear, método enter, os valores do B, foram apresentados de forma não padronizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados demonstram uma correlação positiva do abuso psicológico com os afetos negativos (r = 0,40; p< 0,001); abuso físico com os afetos negativos (r = 0,32; p< 0,001) e controle comportamental com afetos negativos (r = 0,32; p< 0,001) e positivos (r = 0,16; p< 0,001). Isto é quanto mais afeto negativos, mais nervoso, perda do controle emocional o parceiro sentir, mais violência o parceiro, sexo masculino, poderá praticar contra a parceiranas relações heterossexuais e parceiros nas relações homoafetivas.

Ainda assim, o controle comportamental apresentou uma correlação com os afetos positivos (r = 0,16; p< 0,001), isso indica dizer que os afetos positivos podem legitimar o uso do controle comportamental na parceira. Os afetos positivos, dependendo da situação, como sou determinado para conseguir o que eu quero em uma relação poderá se correlacionar com o controle comportamental nas relações, já que esse controle envolve ações de podem ser usadas como forma de diminuir a outra pessoa, para que ela faça aquilo que o parceiro deseja.

Foi realizado também uma regressão linear, método enter, para verificar a predição dos comportamentos violentos. Com isso, identificou-se que o abuso psicológico é predito tanto pelos afetos negativos (B= 0,15; EP=0,02; t=5,37; p =0,00), quanto pelos afetos positivos (B= 0,07; EP=0,03; t=2,09; p =0,03). O abuso físico também foi predito pelos afetos negativos (B= 0,05; EP=0,01; t=4,49; p =0,00), e marginalmente pelos afetos positivos (B= 0,04; EP=0,01; t=2,67; p =0,08). E o controle comportamental foi predito pelos afetos negativos (B= 0,14; EP=0,03; t=4,49; p =0,00), e marginalmente pelos afetos positivos (B= 0,12; EP=0,04; t=2,85; p =0,00). Nos resultados pode-se observar que os afetos fornecem uma matéria prima para os comportamentos, já que eles são considerados fator importante no ato. Neste sentido os resultados demonstraram que os afetos predizem o uso de violência. O mais interessante é que os afetos negativos, que inclui a raiva, tristeza, medo, frustração possuem efeito maior na prática desses comportamentos do que os afetos positivos, o que já esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que nossa amostra faz parte da população geral, isto é, não é uma amostra específica de agressores, logo, nossos resultados demonstram indícios de que os afetos e principalmente os negativos, geradores de desregulação emocional pode levar a explosões de raiva e agressão, especialmente em pessoas sem estratégias eficazes para lidar com estresse. Nem todas as pessoas que sentem afetos negativos praticam violência por parceiro íntimo, o

que nossos resultados indicaram foram indícios que possuem alguma probabilidade de isso ocorrer, mas que devem ser realizado um estudo experimental para comprovação de causa e efeito. Hoje, já se sabe que existe grupos de intervenções psicológicas que ajudam as pessoas a manterem as regulações emocionais. As intervenções que focam na regulação emocional, suporte psicológico e desenvolvimento de habilidades de resolução de conflitos podem ajudar a reduzir a incidência de violência associada a afetos negativos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. A.; BUSHMAN, B. J. Human aggression. Annual Review of Psychology, v. 53, n. 1, p. 27-51, 2002.

BIRKLEY, E. L.; ECKHARDT, C. I. Anger, hostility, internalizing negative emotions, and intimate partner violence perpetration: A meta-analytic review. Clinical Psychology Review, v. 37, p. 40–56, 2015. doi: 10.1016/j.cpr.2015.01.002.

DIENER, E.; LARSEN, R. J. Temporal stability and cross-situational consistency of affective, behavioral, and cognitive responses. Journal of Personality and Social Psychology, v. 47, n. 4, p. 871-883, 1984.

LAMOGLIA, C. V. A. ; MINAYO, M. C. de S.. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 595–604, 2009.

HOEPERS, Aline Daniele; TOMANIK, Eduardo Augusto. Violência doméstica contra mulheres: um olhar pela via dos afetos. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 27, n. 1, p. 01-20, abr. 2021 . https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p1-20.

MOFFITT, T. E.; CASPI, A.; RUTTER, M.; SILVA, P. A. Sex differences in antisocial behavior. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PAIVA, T. T.; PIMENTEL, C. E.; LIMA, S.; MARIANO, T. E.; LEANDRA, I. Desenvolvimento e Validação da Escala de Violência entre Parceiros Íntimos: Versão Violentador. Revista Iberoamerica de Diagnóstico Y Evaluación Psicológica, v. 69, n. 3, p. 63-63, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.21865/ridep69.3.06.

ZANON, C.; BASTIANELLO, M. R.; PACICO, J. C.; HUTZ, C. S. Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos positivos e negativos. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 2, p. 193-202, 2009.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO: ADOLESCENTES MÃES EM CENTROS SOCIOEDUCATIVOS E A (NÃO) APLICAÇÃO DO HABEAS CORPUS COLETIVO 143.641

Beatriz Schettini [1]
Lorena Rodrigues de Souza [2]

RESUMO

O presente resumo expandido objetiva apresentar, sob uma perspectiva sócio-jurídica, os obstáculos enfrentados por adolescentes mães para acessar o direito de cumprirem medidas socioeducativas em casa, tendo como ponto de partida o *Habeas Corpus* coletivo 143.641-SP, que, em tese, possibilita essa troca. Nesse sentido, é apresentado o referido *Habeas Corpus*, elucidando brevemente porquê mulheres encarceradas têm a possibilidade de terem convertidas as penas preventivas em domiciliares, considerando os aspectos de cuidado com os filhos, enfatizando que este é um direito explicitamente estendido às jovens mães. Após isso, é feita análise dos centros socioeducativos onde vivem a maior parte das adolescentes mães, verificando se os locais apresentam infraestrutura adequada às necessidades de mães e bebês. Por fim, contando especialmente com dados empíricos de estudos do Instituto Alana e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é feita uma primeira avaliação sobre a aplicação do Habeas Corpus no caso concreto das adolescentes. Para tal, utiliza-se da vertente metodológica jurídico-social, do tipo jurídico-compreensiva. O resultado primário dessa investigação indica a violência estrutural e de gênero como fatores que possivelmente contribuem para que essas meninas tenham seus direitos desrespeitados, seja pela falta de infraestrutura dos locais onde estão, seja pela falta de coerência entre o Habeas Corpus e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Palavras-chave: Violência de gênero, Adolescência, Maternidade, Socioeducação.

INTRODUÇÃO

Imerso em uma realidade marcada pela desigualdade de gênero, o Brasil se destaca por impor posições de subalternidade às mulheres e frequentemente violar seus direitos, determinando à elas o papel de cuidadora do lar e dos filhos, função atribuída não só por questões fisiológicas, como a amamentação, mas também por exigência de certa performance social.

[1] Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas; Professora de Direito Civil da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, beatriz.schettini@ufop.edu.br;
[2] Graduada do Curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP; pós-graduanda em Direito das Famílias e Sucessões pela Legale Educacional, rodrigueslorena551@gmail.com;

Foi por reconhecer essa situação e entender a complexidade do vínculo existente entre mãe e filho que o *Habeas Corpus* Coletivo 143.641 de São Paulo, sob relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, possibilitou, a partir de 2018, a substituição da prisão preventiva por domiciliar para mulheres mães, estendendo a ordem à adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2018).

Entretanto, problematiza-se se, de fato, há acesso a esse benefício. Ao falar sobre adultas encarceradas, dados apontam que o ambiente prisional é insalubre e violento (Nunes; Deslandes; Jannotti; 2020, p. 2), sendo a pena domiciliar adequada visando o melhor interesse da criança e manutenção da dignidade de todos os envolvidos.

Em contrapartida, apesar da existência desse direito, poucas são as mulheres que conseguem fazer valer as diretrizes do *Habeas Corpus* 143.641. De acordo com dados do dossiê "Mulheres e grupos específicos no sistema penitenciário" (2021, p. 93), em 2019, 3.388 mulheres tiveram acesso à prisão domiciliar, enquanto 5.111 habilitadas ainda aguardavam o benefício.

A discussão se torna ainda mais complexa quando uma questão interseccional vem à tona: se há tamanha dificuldade para que mulheres adultas acessem o benefício da prisão domiciliar, estariam as adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas efetivamente gozando desse direito que lhes é estendido?

Buscando responder esse questionamento, o presente resumo expandido tem por objetivo introduzir o assunto, partindo da análise da situação fática de jovens socioeducandas brasileiras, verificando o ambiente e as condições em que vivem e contrastando a realidade vivenciada com a possibilidade apresentada pelo *Habeas Corpus* 143.641.

Para isso, serão utilizados dados produzidos pelo Levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, bem como pesquisas empíricas do Conselho Nacional de Justiça e o Instituto Alana, além de leis e normas atinentes ao tema, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o próprio Habeas Corpus 143 e doutrina relativa ao objeto de estudo.

Justifica-se a importância do tema à medida que se trata da violação de direitos e consequente dupla vulnerabilização, ou seja, de adolescentes em desenvolvimento que vivenciam a maternidade desde muito jovens e, complementarmente, encontram-se em ambiente socioeducativo, local que frequentemente não consegue acolher meninas mães nem garantir seus direitos.

METODOLOGIA

Pretende-se utilizar, para os fins desse projeto, a vertente jurídico-social e a metodologia jurídico-compreensiva, traduzida como "[...] procedimento analítico de decomposição de um problema jurídico em seus diversos aspectos, relações e níveis" (Gustin; Dias; Nicácio; 2020, p. 84).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A temática em questão passa por diversos aspectos, sendo o principal deles a violência histórica cometida contra os direitos de mulheres e de crianças, que, aqui, se unem, representando verdadeira interseccionalidade de opressões, cujos efeitos são nítidos quando se fala de sistema socioeducacional de meninas mães e a falta de acesso de direitos por parte desse público.

A história do reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil atravessou anos de negligência e passou por diversas mudanças, destacando-se, dentre todas as legislações, o Código de Menores de 1927 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

O Código de Menores de 1927 é responsável pelo uso do termo pejorativo "menor", que até hoje é utilizado para se referir a crianças e adolescentes, remontando a uma época em que eram consideradas "menores" crianças excluídas da sociedade, como órfãos e infratores.

O referido Código tinha caráter punitivo e não reconhecia como cidadãos àqueles com menos de 18 anos (Maíra Zapater, 2023, p. 17), ponto crucial que o diferencia do ECA, que trata tais pessoas como sujeitos de direito, considerando suas peculiaridades e estado de cidadão em formação, assegurando dignidade, saúde, educação, cultura, dentre outros direitos.

Apesar disso, o punitivismo infanto-juvenil deixou marcas que se desdobraram na criação de centros socioeducativos, locais de aplicação de "sanções pedagógicas", que vão de meras advertências até "internação em estabelecimento educacional", como consta no artigo 112, incisos I ao VII, do ECA, cujo público alvo são pessoas abaixo de dezoito anos que cometeram atos infracionais.

De acordo com o Levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2023, o Brasil possui 66 unidades de atendimento para pessoas do gênero

feminino, com 487 meninas, das quais 195 estão gestantes ou têm filhos, a maioria em regime de internação (144).

Além disso, 7.540 pessoas, ou seja, 63,8% de todos os internos (entre meninos e meninas) é preto ou pardo, o que leva a concluir que a jovem em centro socioeducativo no Brasil é negra, mãe e se encontra em regime de internação, conduzindo a discussão à análise dos locais e condições em que a maioria dessas jovens vivem.

Segundo dados da pesquisa "Dos espaços aos direitos: A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões", publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2015, várias são as dificuldades enfrentadas nesses espaços, como acesso à serviço psicológico, jurídico ou comunicação com profissionais que ali trabalham (CNJ, 2015, p. 78), além da falta de atendimento médico e odontológico (CNJ, 2015, p. 130).

Nesse sentido, o que expõem esses dados é que os centros socioeducativos de fato se estruturam a partir de traços históricos punitivos, não havendo como dizer que são espaços ideais para que adolescentes mães "se reeduquem" e cuidem de seus filhos, assim, a aplicação de medida domiciliar para essas jovens poderia representar uma possibilidade de reintegração social sem maiores prejuízos.

Ocorre que, ao analisar cuidadosamente o *Habeas Corpus* 143.641, entende-se que ele é uma contradição em si mesmo, pois o texto diz claramente que, para mulheres adultas, o crime não pode ter sido praticado sob violência ou grave ameaça, o que se estende ao caso das jovens. Entretanto, a maioria das adolescentes mães estão em regime de internação, justamente aquele concedido, segundo artigo 122, inciso I do ECA, àquelas que cometeram infrações mediante violência ou grave ameaça, havendo um nítido descompasso entre a realidade e os preceitos da medida constitucional (Arruda, 2023, p. 88).

Assim, trata-se de tema complexo que merece aprofundamento, pois envolve questões enraizadas de violação de direitos por questões etárias (crianças e adolescentes) e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações e argumentos apresentados na fundamentação teórica, a linha de raciocínio seguida conduz a discussão à avaliação de vários elementos, evidenciando que, possivelmente, poucas são as jovens que conseguem cumprir medidas socioeducativas em

regime domiciliar e esses centros, atualmente, não garantem integralmente o acesso à direitos básicos. Ademais, o aprofundamento do tema leva a necessidade do estudo das violências simbólicas de gênero. Embora as jovens aparentemente não sofram violência física dentro desses espaços, a incongruência existente entre o benefício do cumprimento de medidas socioeducativas em casa, concedido pelo *Habeas Corpus* 143.641, e a pouca aplicabilidade prática deste, por si só, já configura um tipo de violência institucional, onde o sistema cria normas contraditórias e inaplicáveis em si mesmas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Jalusa Silva de. **Relatório** : adolescência, maternidade e privação de liberdade: mães e gestantes no sistema socioeducativo entre 2018 e 2021; [organização Instituto Alana] . 1. ed. São Paulo : Instituto Alana, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4dIhHOn>. Acesso em: 2 ago. 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 143641/SP**. 2ª Turma. Relator: Ricardo Lewandowski. Julgado em: 20 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4cNCQ8y>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/478T9LH>. Acesso em: 4 jun. 2024

BRASIL.**Conselho Nacional de Justiça**. Dos espaços aos direitos a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4e4pYM8>. Acesso em: 2 mai. 2024

GUSTIN, M.; DIAS, M.; NICÁCIO, C. (**Re) pensando a pesquisa jurídica:** teoria e prática. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

NUNES, Lívia Rangel de Christo; DESLANDES, Suely Ferreira; JANNOTTI, Claudia Bonan. Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MWGWU>. Acesso em: 27 mai. 2024.

REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL.Revista do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Dossiê: Mulheres e Grupos Específicos no Sistema Penitenciário**. Brasília, Ano 2, N. 2, p. 1 - 417, Jul./Dez. 2021. Disponível em:<http://bit.ly/3MrRYxI> . Acesso em: 19 jun. 2024.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do Adolescente**. São Paulo – SP: Editora Saraiva, 2023.



Em destaque, Dr.ª Edna Gusmão de Góes Brennand (RIEV/UFPB) e Dr. Giuseppe Tosi (UFPB), por ocasião da conferência proferida em 17 de outubro de 2024, no Eixo 3, na Mesa Redonda de Conferência 1 – É possível salvaguardar os direitos humanos?, no II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024/RIEV/UFPB/UFSC, realizado em João Pessoa, Paraíba, no período de 14 a 18 de outubro de 2024.

EIXO 3 ALIANÇAS ESTRATÉGICAS PARA SALVAGUARDA DOS DIREITOS HUMANOS

HABERMAS E O CONCEITO DE VIOLÊNCIA NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL [1]

Charles Feldhaus [2]

RESUMO

Este estudo reconstrói o conceito de violência numa perspectiva interseccional à luz da teoria crítica discursiva de Habermas, particularmente buscando mostrar como Habermas já reconhecia as injustiças sociais interseccionais em sua obra *Facticidade e validade* ao tratar da dialética entre igualdade de direito e igualdade de fato das mulheres no mercado de trabalho. Apresenta um conceito de violência que transcende apenas a dimensão da agressão física e que inclui outros tipos de violência que incluem até mesmo atos de discriminação como um tipo de violência e mostra como se configura conceito de interseccionalidade como um tipo de discriminação que abrange vários aspectos da identidade de uma pessoa que pode incluir raça, gênero, idade, classe social entre outros e mostra como se relacionam com o modelo discursivo de democracia e também enfatiza como as violências interseccionais tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade e hoje adentram até mesmo às novas mídias digitais.

Palavras-chave: violência, interseccionalidade, discurso, mídias digitais, discriminação.

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende integrar a dimensão interseccional no tratamento do conceito de violência já desenvolvido em **O conceito de violência numa perspectiva decolonial e o modelo discursivo** (Feldhaus, 2023a), em parte com base no que foi desenvolvido em **Esfera pública e interseccionalidade em Habermas** (Feldhaus, 2023b). No ´primeiro estudo procurei mostrar de que maneira um modelo discursivo como aquele desenvolvido por Habermas em sua obra *Facticidade e Validade* (publicada originalmente em alemão em 1992), que procura reconstruir o conceito de direito moderno com base em sua concepção de sociedade dual, sistema e mundo da vida, pode lidar com o conceito de violência numa perspectiva decolonial tal como a desenvolvida por Françoise Vèrges em **Uma teoria feminista da violência** (2021)

[1] O presente artigo é uma versão revista da conferência proferida em 17 de outubro de 2024, na Mesa Redonda de Conferência 2 – Múltiplos usos do conceito de violência: como não enfraquecer as denúncias, por ocasião do II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024/RIEV/UFPB/UFSC, realizado em João Pessoa, Paraíba, no período de 14 a 18 de outubro de 2024.

[2] Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia – Mestrado e Doutorado – da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: charlesfeldhaus@yahoo.com.br

e **Um feminismo decolonial** (2020). No segundo texto procurei reconstruir brevemente a origem do termo 'interseccionalidade' com Kimberlé Crenshaw e como o paradigma discursivo de Habermas em *Facticidade e validade* publicado pouco tempo depois da pensadora feminista cunhar o termo também enfatiza a dimensão interseccional das discriminações sofridas pelas mulheres no capítulo *Paradigmas do direito* da obra supracitada. Por conseguinte, de certa forma com o presente estudo pretendo expandir e conectar as preocupações destes outros dois estudos, de um lado, empregando os resultados do exame da relação entre o modelo discursivo e a interseccionalidade e de outros os resultados do exame da relação entre o modelo discursivo e a concepção decolonial de violência a fim de melhor compreender como o modelo discursivo pode enfrentar o conceito de violência numa perspectiva interseccional.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE VIOLÊNCIA

O conceito de violência, ao menos como abordado aqui e em perspectivas interseccionais, não se restringe apenas ao exercício de algum tipo de força física ou agressão contra outras pessoas ou pessoas ou até mesmo contra outros seres vivos, como os animais. O conceito de violência inclui também agressão psíquica ou psicológica entre as pessoas, como no local de trabalho, na escola, na universidade e em outros espaços sociais humanos. Naturalmente, que podem existir circunstâncias específicas em que o exercício da força física ou psicológica pode ser justificado e autorizado pelas leis de uma determinada sociedade como um tipo de estratégia de evitar a prática de crimes. Cabe lembrar que a partir do surgimento do Estado de direito moderno, sob vários aspectos, o Estado é que detém o monopólio do poder ou do exercício da força física ou de outros tipos a fim de garantir a paz contra inimigos externos e contra os infratores internos das leis. Obviamente, que este exercício legítimo da força supõe para sua legitimidade vários elementos para evitar o uso arbitrário da força como devido processo penal aos infratores, transparência nos atos dos agentes públicos, entre outros.

Se bem que nesse tipo de caso seria correto empregar o termo "poder' e não 'violência' para se referir ao exercício de força física ou psíquica para influenciar o comportamento de certas pessoas a se adequarem às normas estabelecidas e legítimas de uma determinada sociedade ou até mesmo para aqueles casos em que a violência de um indivíduo pode ser justificada, como é caso de ato que envolvem algum tipo de força física como última estratégia

de autoproteção contra um violência iniciada ou que está prestes a ser iniciada por outra pessoa contra nossa pessoa e contra a nossa integridade física. Dessa maneira se pode dizer que quando alguém comete um delito ou um crime pode ser submetido a alguns tipos de exercício do poder estatal ou individual, um tipo de violência ou ameaça da violência, sem necessariamente ser alvo de violência no sentido de exercício de algum tipo de uso da força física ou psicológica não justificada. Em meu estudo sobre o conceito de violência numa perspectiva decolonial apresentei a seguinte definição de violência que pode servir de ponto de partida para o estudo atual sobre o conceito numa perspectiva interseccional:

> O conceito de violência geralmente está relacionado com a realização de atos contrários à ordem natural e à ordem jurídica da sociedade e em contraposição a outros conceitos fundamentais do pensamento político como o conceito de poder, com isso, buscando diferenciar empregos legítimos de empregos não legítimos do exercício de força física e psíquica. Entre os atos compreendidos como atos violentos encontram-se atos cometidos contra grupos sociais específicos e tais atos são definidos como atos de discriminação de gênero, de raça, de etnia, de classe econômica. O aparato estatal tem tido, em grande parte da história da humanidade, um papel central ou se poderia dizer até mesmo um monopólio na definição do que consiste em um ato de exercício da força física e psíquica legítimo e o que consiste num ato não legítimo ou até mesmo criminoso. O poder estatal tem tido inclusive, através de instituições policiais e jurídicas o monopólio da definição do que consiste de um ato de manifestação política legítima de um ato não legítimo e nesse caso de um crime. Não raramente a estrutura jurídica estatal determina seja explicitamente através de leis ou decretos, seja através de atos do governo ou do judiciário a competência de determinar que manifestações políticas são aceitas no espaço público e que manifestações não são aceitas. (Feldhaus, 2023, p.144)

SOBRE O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

A noção de interseccionalidade diz respeito a um tipo de abordagem, muitas vezes denominado de instrumento analítico ou método, de enfrentar formas particulares de opressão e dominação que interseccionam diferentes aspectos da identidade de uma pessoa como raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, casta social, incapacidade ou deficiência entre outros. O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw originalmente para se referir ao tipo de discriminação que uma de suas clientes, uma vez que ela é advogada, sofreu no mercado de trabalho. O que é importante observar aqui é que com o termo 'interseccionalidade' se busca chamar à atenção para a complexidade das demandas sociais e que a pertença de uma pessoa a diferentes grupos identitários (racial, de gênero, de nacionalidade, entre outros) tem efeito de

causar novas desvantagens ou novas discriminações. O ponto central da perspectiva interseccional é que uma vez que não existe nenhum nome ao tipo de discriminação que ocasiona algum tipo de desvantagem o problema se torna invisível e por isso é pura e simplesmente ignorado pelas instituições que seriam responsáveis pela sua reparação. E se poderia sustentar que a incapacidade ou o erro de uma teoria normativa ou de uma abordagem de enfrentamento da injustiça social na dimensão descritiva ou na dimensão de diagnóstico das patologias sociais pode acarretar e geralmente acarreta problemas na dimensão da escolha dos remédios reparativos e na própria construção da teoria. Enfrentar o problema da violência, por exemplo, contra as mulheres ignorando os efeitos discriminatórios e produtores de desvantagens oriundos da dimensão interseccional pode acarretar em injustiças. Crenshaw diz que percebeu a dimensão interseccional das injustiças sociais em sua fala *A urgência da interseccionalidade* através do caso de uma mulher negra chamada Emma Degraffenheid que, apesar de sofrer discriminação sistemática na busca de empregos por companhias locais onde gostaria de trabalhar, era incapaz de alcançar qualquer tipo de respaldo as suas demandas por parte dos juízes e por isso entrou em contato com ela e recorreu à justiça. As companhias em questão não poderiam ser acusadas de racismo, uma vez que contratavam regularmente homens negros para trabalhar na companhia, mas também não poderiam ser acusadas de machismo, uma vez que contratavam regularmente mulheres brancas para trabalhar no escritório da empresa. Para compreender o tipo de discriminação e desvantagem sofrida por Emma no mercado de trabalho seria preciso considerar não apenas a dimensão do racismo e não apenas a dimensão de gênero, mas a intersecção entre as duas dimensões, ou seja, a empresa não contratava mulheres negras, mas contratava mulheres e contratava negros, mas não pessoas que se encontravam na intersecção dos dois grupos sociais.

O PARADIGMA DISCURSIVO DO DIREITO E AS DEMANDAS INTERSECCIONAIS

Em *Paradigmas do direito*, um dos capítulos de *Facticidade e validade* em que Habermas se devota à aplicação do modelo discursivo de direito desenvolvido nos primeiros capítulos da obra, o filósofo e sociológico trata da dialética entre igualdade de direito e igualdade de fato das mulheres no mercado de trabalho e aponta como solução às demandas por

igualdade o recurso ao diálogo, ao discurso, à esfera pública informal e formal da sociedade como procedimento de tomada de decisão como melhor estratégia para enfrentar as discriminações que as mulheres sofrem no mercado de trabalho. O ponto fulcral da proposta de Habermas é a participação e inclusão das mulheres afetadas pelas regulamentações trabalhistas no processo de tomada de decisão e nesse sentido ele se contrapõe a dois outros modelos ou paradigmas jurídicos, que nos termos da *Estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn, considera como paradigmas ultrapassados para lidar com os novos problemas sociais. Assim como no caso de teorias científicas renomadas ou paradigmas, quando um se torna predominante as outras não necessariamente desaparecem do cenário, apenas se tornam menos empregadas ou pouco ou nada empregadas para lidar com os grandes problemas da ciência num dado período histórico. O mesmo vale aos outros dois outros paradigmas citados por Habermas, o liberal e o do Estado do bem-estar social. Ele ainda persiste, mas por causa de certas deficiências se tornam menos adequados para enfrentar os desafios das sociedades contemporâneas, embora saibamos que muitos insistem de maneira arbitrária a tentar retornar a alguma versão dos respectivos modelos.

Como Habermas entende, o paradigma liberal é míope às demandas feministas por igualdade no mercado de trabalho, ao passo que o paradigma do bem-estar social, mesmo que tenha a vantagem de reconhecer as discriminações contra as mulheres como um problema real, adota um procedimento paternalista, que exclui as mulheres afetadas do processo de tomada de decisão sobre como enfrentar as discriminações e desvantagens existentes e por isso é um modelo inadequado. Ao passo que o paradigma discursivo habermasiano defende a criação de instâncias de arbitragem que incluam todas as mulheres afetadas ou concernidas pelas regulamentações em debate, que enfrentam as discriminações sofridas no mercado de trabalho pelas mulheres, como estratégia de solução e dessa maneira é superior ao modelo ou paradigma liberal, que é míope em relação a tais demandas, e é superior ao modelo ou paradigma do Estado bem-estar social, que reconhece as discriminações, contudo, oferece delega aos representantes (geralmente homens ou mulheres da elite que geralmente não são afetadas ou são afetadas de modo distinto pelas leis trabalhistas de proteção às mulheres) eleitos apenas, sem consulta às mulheres afetadas, a competência para decidir que tipo de regulamentações são necessárias para enfrentar a discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho.

Seguindo esta linha de raciocínio podemos agora retornar às demandas interseccionais, e apontar que o próprio Habermas reconhece a existência deste tipo de demandas em *Facticidade e validade* e sustenta que a estratégia discursiva para lidar com tais demandas é dar o direito à voz às mulheres que sofrem tais discriminações ou sofrem tais tipos de violências. O juiz que decidiu o caso de discriminação no mercado de trabalho contra Emma Degraffenheid por parte da General Motors de certa forma não deu voz ou considerou que as discriminações somente poderiam operar na dimensão da raça e na dimensão do gênero e como trabalhavam mulheres brancas nos escritórios da empresa entendeu que não havia discriminação baseada no gênero e como trabalhavam homens negros em outros setores da empresa também entendeu que não havia discriminação baseada na raça, concluiu que a acusação de discriminação contra a empresa era infundada porque não consegui identificar nenhum tipo de discriminação aparente no caso. Não obstante, a abordagem interseccional sustenta que o juiz, ou a justiça americana neste caso, deixou de prestar atenção é que Emma foi discriminada por ser ao mesmo tempo negra e mulher, uma vez que a empresa não tinha nenhuma pessoa neste perfil contratada. Em outras palavras, as discriminações não poderiam ser capturadas apenas por uma das dimensões, precisava considerar mais de uma dimensão, precisava considerar a dimensão interseccional das discriminações e desvantagens sociais. Outro exemplo trazido por Crenshaw sobre discriminação contra as mulheres negras em entrevistas mais recentes disponível na internet e que levou a pensadora a encabeçar movimentos sociais como o *Say her Name* chama a atenção para a dimensão da interseccionalidade na violência física policial contra as mulheres negras. Em A *urgência da interseccionalidade* ela começa citando nomes de várias mulheres negras que foram alvo de violência policial nos Estados Unidos da América e ao falar tais nomes muitas pessoas no auditório, em alguns casos todas, nunca tinham ouvido falar o nome das pessoas que foram agredidas ou mortas como resultado da ação policial americana. Ao passo que o nome de homens agredidos ou mortos pelos policiais americanos costumam gerar muito mais repercussão na mídia e por isso as pessoas sabem seus nomes. O que isso mostra é que existe uma certa invisibilidade da violência contra as mulheres negras nos Estados Unidos da América e que é fruto de algum tipo de discriminação também com dimensão interseccional. As agressões e mortes contra os homens negros geram repercussão e indignação maior na mídia, a morte e agressão de mulheres negras muito menos ou nenhuma. Ou seja, o fato de ser mulher e negra torna tais pessoas menos protegidas, assim como tornava mais suscetíveis a não ser contratadas pelas empresas quando o termo foi criado.

Se agora se tenta retomar as considerações até agora realizadas e buscar entender como o paradigma discursivo pode enfrentar com a violência entendida aqui num sentido amplo contra as mulheres. Aqui é importante lembrar que um modelo de teoria crítica da sociedade deve ser competente não apenas na identificação do problema, no caso no diagnóstico de uma patologia social, neste caso a violência menos visível ou até mesmo quase invisível contra mulheres negras pelo policiais e a discriminação no mercado de trabalho contra as mulheres negras, mas também na apresentação de remédios reparativos. O problema da violência contra as mulheres em geral, e mais especificamente das mulheres de grupos também já discriminados (pobres, negras, imigrantes, mães solteiras, etc), que seriam o foco principal de uma abordagem interseccional, se relaciona com algum proposta de reforma ou modificação na atitude dos políticas diante de grupos de certos grupos, em especial aqui mulheres. O problema da violência contra mulheres e as injustiças no mercado de trabalho tanto quanto ao acesso ao próprio mercado de trabalho de forma justa e igualitária passa, como diz Habermas, por uma mudança de paradigma. Assim como o paradigma liberal, que é míope em relação às demandas das mulheres em geral no mercado de trabalho, uma vez que foca única e exclusivamente na igualdade formal de direito, o paradigma que foca apenas nas discriminações sofridas por pessoas enquanto membros de apenas um grupo social sem considerar que a pertença a mais de um grupo pode acarretar discriminações não capturadas nesse modelo também é míope às injustiças sociais e a certas práticas de violência no mercado de trabalho. Como já dito, em *Facticidade e validade*, Habermas propõe a criação de instâncias de arbitragem e sistemas de consulta às mulheres afetadas no mercado de trabalho para lidar com a dialética entre igualdade de direito e igualdade de fato das mulheres, se poderia pensar em algum tipo de estratégia semelhante no caso das demandas interseccionais, a fim de buscar uma abertura de perspectiva por parte do judiciário para as demandas resultantes da pertença das pessoas, nesse caso das mulheres em particular, à diferentes grupos sociais e como tal pertença acarreta discriminações adicionais ou mais complexas de ser capturadas pelo modelo atual.

A VIOLÊNCIA E AS NOVAS MÍDIAS DIGITAIS

Outro campo em que a violência tem se disseminado significativamente nos últimos anos é o das mídias sociais, nas redes sociais e até mesmo, acreditem se quiser, nos buscadores

de internet. Safiya Umoja Noble, em seu livro *Algoritmos da opressão - como o google fomenta e lucra com o racismo*, busca denunciar a maneira como as novas mídias digitais e até mesmo o simples uso de um navegador e de um buscador de informação na rede de internet pode trazer resultados preconceituosos e que reafirmam os preconceitos racistas e sexistas, por exemplo. Ela começa explicando o motivo que a levou a se dedicar a temática do livro, a saber, um amigo seu da universidade numa conversa informal certo momento lhe disse que ela deveria verificar o que acontece quando ela coloca as palavras "meninas negras" no navegador de busca do google. Por mor da brevidade, quando ela foi realizar a pesquisa no buscador de internet com a expressão "meninas negras" as principais imagens e site mostrados estavam relacionados com pornografia e demais estereótipos machistas e racistas. Ela (Noble, 2021, p. 66) é muito clara em enfatizar que isso aconteceu sem precisar incluir entre as palavras chaves do buscador em questão palavras como "sexo" ou "pornografia", ou seja, o algoritmo de alguma maneira vinculava mulheres ou meninas negras com imagens, vídeos e sites pornográficos.

Além disso, ela conta que tentou a busca novamente em outras oportunidades acreditando que o fato dela ser realizar outras interações com a internet relacionadas com o contexto acadêmico que os algoritmos do buscador de internet iriam direcionar conteúdos mais próximos a isso, o que não aconteceu. Com o passar do tempo ela publica um artigo em seu blog num tom de denúncia contra os resultados da expressão acima e alguns meses depois percebeu que algo deve ter sido feito pelos funcionários da google, uma vez que os resultados com a inserção do termo "meninas negras" mudaram significativamente. Se poderíamos dizer que aqui operou a ideia de publicidade como um critério negativo da legitimidade das ações tal como defendido por Kant no Apêndice *À paz perpétua* e desenvolvido por Habermas em *A mudança estrutural da esfera pública*. A prática de mostrar conteúdo questionável pelo buscador em questão somente conseguiu se manter enquanto mantida em sigilo ou segredo do público mais amplo. Claro que o resultado era público, qualquer um que digitasse tais palavras teria resultado semelhante, mas o que não era público é que este era o resultado padrão de qualquer pessoa que utilizasse o buscador de internet em questão e este resultado tinha um viés racista e machista evidente.

Mais recentemente, Habermas publicou uma nova obra enfrentando as consequências das novas mídias ao caráter deliberativo da esfera pública e com isso chamando à atenção ao fato que as novas mídias colocam em xeque até mesmo a capacidade da esfera pública servir

como um critério normativo da legitimidade das ações. Como as novas mídias digitais, apesar do enorme potencial emancipatório que poderiam vir a ter ao transformar todas as pessoas em potenciais autores, teve efeitos bastante ambíguos em relação ao caráter deliberativo da esfera pública, uma vez que a ausência de filtros editoriais comuns aos mídias tradicionais impressas e audiovisuais, dificulta a identificação de informações falsas ou como se costuma chamar, fake news e a difusão deste tipo de prática, além da promoção de posturas políticas autoritárias pela criação de câmaras de ressonância no direcionamento das notícias pelos algoritmos a apenas àquelas posições e pontos de vista que as pessoas já possuem, tem fomentado também a violência e a discriminação de certos grupos sociais. Cathy O'Neill, em *Algoritmos de destruição em massa - como o bid data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia,* elenca todo um conjunto de práticas discriminatórias resultantes da aplicação dos algoritmos a diferentes aspectos da sociedade como a contratação ou demissão de professores em escolas públicas em Nova York, a concessão ou a recusa de empréstimos a certos grupos sociais ou até mesmo no aumento significativo da taxa de juros a certos grupos menos favorecidos apenas por são incluídos num certo grupo supostamente de maior risco de crédito pelos algoritmos, a despeito do histórico positivo em relação ao risco de crédito do indivíduo; o controle da concessão de seguros ou não com base em algoritmos também tem tornado difícil, senão impossível certos grupos contratar um seguro de vida, do automóvel, da casa; a manipulação das notícias em diferentes redes sociais e sites na internet considerando o perfil do usuário a fim de obter vantagens nas eleições, violando o valor importante das liberdades políticas em relação aos outros direitos fundamentais como enfatizou Rawls na edição revisada de *Uma teoria da justiça;* enfim, diferentes modelos matemáticos ou algoritmos são desenvolvidos para tomar certas decisões cuja falta de transparência a respeito do seu funcionamento faz com que certos grupos sociais (razão, sexo, região de residência, entre outros fatores arbitrários) tenham uma influência significativa no resultado e produzam discriminação, violência e injustiça.

É importante observar que Noble (2021, p. 312) que, denunciou acima o racismo na internet, assim como Habermas aponta para a necessidade de recuperar ou garantir o caráter deliberativo da troca de opiniões e informações na esfera pública como um meio de enfrentar as discriminações, as injustiças e as violências em nossa sociedade da informação baseada nas mídias digitais. Diz ela: "para fomentar uma atmosfera em que a informação possa ser confiável e digna de credibilidade [eu acrescentaria, menos suscetível aos viesses preconceituosos e as

práticas de violência contra grupos específicos da sociedade]. O que precisamos é de uma separação dos interesses publicitários e comerciais da habilidade de acessar a informação de alta qualidade da internet". Claro, que com Habermas, se poderia dizer que o problema não a existência em si de interesses comerciais e mercadológicos nas novas mídias digitais, o problema é quando os imperativos sistêmicos ocupam o lugar que deveria ser ocupado pelo agir comunicativo, pelos interesses emancipatórios das sociedades democráticas e liberais contemporâneas. Como mostrou Noble (2021, p. 314) em seu livro, com um aumento da transparência e da pressão pública como estratégia contra a violência, se pode alcançar bons resultados, uma vez que por coincidência ou não, mas cerca de cinco meses depois que o seu artigo denunciando os resultados racistas e machistas das buscas do google o algoritmo do google mudou em algum grau o resultado da pesquisa com a expressão "meninas negras".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar, a metodologia da interseccionalidade chama à atenção para as discriminações sociais resultantes da pertença de pessoas a mais de um grupo na sociedade e que não raras vezes tais efeitos discriminatórios e até mesmo violentos em muitos casos até mesmo no sentido físico (como no tratamento diferenciado pela mídia diante da violência contra homens negros e mulheres negras) são completamente ignorados ou pura e simplesmente negados por parte da sociedade ou mesmo pelo aparato estatal, como no caso do judiciário ao julgar as discriminações que Emma sofreu no mercado de trabalho. Também foi possível observar que as novas mídias sociais e os novos modelos matemáticos, denominados de algoritmos, podem causar discriminações, injustiças e violência para com grupos já discriminados socialmente, seja por causa de sua raça, por causa de sua residência, por causa de seu sexo, entre outros. Desta maneira, se poderia dizer que enfrentar a violência num sentido mais amplo exige também estar aberto à percepção de práticas que nossos modelos atuais podem nem mesmo considerar como violência ou ao menos ignorar que existem. O caráter anônimo e de difícil compreensão de como funcionam os algoritmos têm muitas vezes sido usado como justificativa para uma suposta neutralidade e racionalidade do processo de tomada de decisão com base em tais modelos ignorando efeitos negativos que podem causar.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tith; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99 %. Um manifesto.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAILEY, J et ali. Getting at Equality: Research Methods Informed by the Lessons of Intersectionality. **International Journal of Qualitative Methods**. Vol. 18: 1-13, 2019.

BECK, Koa. **Feminismo branco. Das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás.** Tradução de Bruna Barros. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.

COLLINS, Patricia Hill & BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

FELDHAUS, Charles & SARAIVA, Juliana Marques. As demandas por reconhecimento em Juergen Habermas e Axel Honneth. In: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima (Org.) **Anais XIII Colóquio Habermas e IV Colóquio de filosofia da informação.** Rio de Janeiro, Salute, 2017.

FELDHAUS, Charles & PEREIRA, Camila Dutra. Diálogos entre a teoría social crítica habermasiana e teoria feminista de Nancy Fraser. **Revista Dialectus**. Ano 10. Vol. 24, Setembro - Dezembro 2021, pp. 34-53.

FELDHAUS, Charles. O conceito de violência numa perspectiva decolonial e o modelo discursivo de democracia. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 10, nov, 2023, pp. 143-156.

FELDHAUS, Charles. Esfera pública e interseccionalidade em Habermas. Pelotas, **Dissertatio**, V. 13, 2023, pp. 152-166.

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis and beyond.** Nova York: Verso, 2013.

FRASER, Nancy & ARRUZZA, Cinzia & BHATTACHARYA, Tithi. Feminismo para os 99 %. Um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate. Uma conversa na teoria crítica.** Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

HABERMAS, Jurgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio.** Tradução de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **Sobre a constituição da europa**. Tradução de Denilson Werle, Luiz Repa e Rúrion Melo. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social.** (vol 1) Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo. Sobre a crítica da razão funcionalista.** (vol 2). Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução de Denílson Luís Werle. São Paulo: Editora da Unesp. 2014.

HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro. Estudos de teoria política.** Tradução de Denílson Werle. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

HABERMAS, Jurgen. **Facticidade e validade. Contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia.** Tradução de Felipe Gonçalves e Rúrion Melo. São Paulo: Editora da UNESP, 2020.

HABERMAS, Jurgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa.** Tradução de Denílson Luís Werle. São Paulo: Editora da Unesp, 2023.

NOBLE, Umoja Safiya. **Algoritmos da opressão. Como o google fomenta e lucra com o racismo.** Tradução de Felipe Damorim. Santo André-SP: Rua do Sabão, 2021.

SHAW, W. Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, 1991, p. 1241-99.

VÈRGES, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Tradução de Jamille Pinheiro e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VÈRGES, Françoise. **Uma teoria feminista da violência.** Tradução de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VIOLÊNCIA em CHUL HAN e BAUMAN.

Cristiano Silva De Carvalho
Mestre em Filosofia - UCS
Bacharel em Direito FJP II PF/RS
Bacharel em Biblioteconomia UFRGS
Licenciado em Filosofia FAFIMC
Bibliotecário CRB10/1990 UFFS Campus Passo Fundo/RS

A violência é imanente ao humano, segundo Freud em alguns fatos é necessária para preservação da vida de forma instintiva. Além disso, contém diversas nuances, ambiguidades, que são complexas, e de difícil compreensão. A violência é expressão contrária à liberdade, à vida do outro e de forma similar contra si, sua integridade física e mental. O humano concedeu a sua liberdade para entregar a sua própria vida ao mundo do consumo. Segundo Hobbes a guerra do todos contra todos inspira a filosofia a pensar sobre a violência e Arendt retoma a discussão com a extrema violência das duas guerras e do totalitarismo. Comumente, a violência é perquirida como fenômeno social, ou da psicologia social saindo do ambiente dos estudos filosóficos.

> O que é violência[1]? Segundo o Dicionário do pensamento contemporâneo, a palavra provém de uma raiz indo-europeia (biazomai; vivais vida força). A violência, talvez pelo contexto de uso, impregnou-se de negatividade. Mas a violência, na origem, é fator gerador e estruturante das sociedades humanas. Quer se trate de violência física, verbal, ideológica, sutil ou descarada, ela é onipresente em todas as relações interindividuais. Ganha caráter quase ontológico, como constitutivamente pertencente ao humano, quando é estudada a partir da antropologia. Por definição, a violência é interminável, pois ela gera si mesma. A vingança não tem limites.

A partir desse conceito de violência que se mostra ambivalente que teve o seu início de modo positivo passando a posteriori ao negativo no qual até este momento presente vê o valor negativo. Nos primórdios da história da humanidade a violência era vista como algo positivo que simbolizava força, vida, e ajudava o humano na luta da sua sobrevivência, ao passar dos anos, as religiões transformaram ela em um ente maligno. No entanto, versar-se-á sobre a violência na contemporaneidade inspirados em Chul Han

por meio do livro a Topologia da violência, e de Bauman Vidas em fragmentos, violência pós-moderna.

Percebe-se além disso a violência como um conceito irresoluto, difícil de captar, é um agir de maneira intempestiva na facticidade e tentar interpretá-lo de forma instantânea é praticamente impossível, a filosofia vem posteriormente para desvelar o fato violento. A violência possibilita caminhos e escolhas que provocam hesitações diante de um tempo presente e mundo complexo com substanciais problemas éticos, comportamentais, sociais, contudo toda a violência necessita de uma justificação.

Há a possibilidade de afirmar que na atualidade a violência é a ausência do diálogo e sobretudo a falta de um filosofar. Não necessita de conhecimento, dados, estatísticas ou informações pertinentes, contudo a desumanidade vem acompanhada de pessoas encolerizadas e de instrumentos brutos para exercício de atos violentos. Conforme Arendt, a violência é por natureza instrumental; com todos os meios, ele sempre depende da orientação e da justificação (2013, p.68). Essa é a ideia conceitual da filósofa alemã, expressa que o ato violento precisa de um estopim, uma motivação. A origem do ímpeto violento se mostra de forma inexplicável, transforma os objetos e o outro em entes submissos diante do ser que faz uso do poder da força para dominar, é a essência do poder negativo.

Em consonância com Arendt, Bauman escreve sobre a volatilidade conceitual da violência. Diz ele: Deve haver algo sobre a violência que faz com que ela escape de toda e qualquer rede conceitual, por mais habilmente composta que seja. (2011, p. 191).

A modernidade impôs de certa forma a retirada das proposições conceituais sobre a ontologia da violência. Ela pretendia exibir a natureza e a razão, sem mácula, pura. Por outro lado, a faceta da violência era o horror, mortes e agressões, que não estava de acordo com a racionalidade, a candura da natureza, do “bom selvagem”.

O mundo moderno é a ordem e a disposição de argumentar em matérias que pode se apresentar originalmente irracionais, irascíveis, sem embargo a modernidade não pode perder o controle, o ordenamento e pôr a risco, a vida no mundo com o caos, guerras. Na mesma linha, a modernidade força os humanos a terem energia para planejar e agir contra qualquer fenômeno que destrua o ambiente harmônico e ordeiro. Bauman escreve: Ela

possui outrossim, a autenticidade de estruturar um mundo civilizado que transforma o agressivo em pulcro, o cruel em afável e o bárbaro em humano garboso. (2011, p. 17)

Contudo, esse processo gera alto nível da violência, não somente no aspecto físico, mas em outras dimensões da vida humana. Essa força violenta não serviu para transformar o mundo moderno num lugar limpo, liso, não-violento e higienizado.

O ponto a se ressaltar é que a modernidade não teve o poder para retirar toda e qualquer violência, porque ela não saiu de cena da vida humana e do mundo, ela ficou à espera de uma oportunidade para penetrar na psique humana e se readaptou as novas realidades existentes, a violência é fluida, maleável.

A barbárie na modernidade é a guerra de grupos contra grupos, de nações contra nações, a escravidão de *povos selvagens* "negros" e "indígenas" que aconteceram em diversas partes do mundo, sem regras, sem controle, sem civilidade, sem ordenamento jurídico.

A modernidade tentou abafar, apagar qualquer registro das barbáries, no entanto, o medo do ressurgimento de acontecimentos explícitos de violência assombrava os ambientes civilizatórios. A violência se tornou um conceito banido para ser estudado com profundidade no mundo moderno. Uma alcunha que expressa a modernidade e permanece até hoje é os civilizados e os não civilizados. Esses não civilizados eram símbolos da destruição das famílias, da moral, dos bons costumes, das culturas, das religiões. O terror e o medo são as palavras que motivaram os bárbaros a perseguir aos civilizados, ademais essas pessoas eram consideradas imprestáveis, indolentes, conforme a visão dos civilizados. Além disso, os bárbaros provocavam mortes e extermínios. O desejo dos civilizados, era de dominá-los e excluí-los do convívio do mundo. Como exemplos registrados na história brasileira foram as tentativas de massacres aos povos originários e encobrir a escravidão.

Em concertação com Bauman, Chul Han entende similarmente que a missão da modernidade era de tornar a violência visível em invisível. Há coisas que não desaparecem; dentre elas está a violência. (2017, p. 7). A modernidade procurou diversas maneiras de evitar e de acabar com a violência física exposta em público que era legitimada pelas instituições, os casos de violência; as informações sobre os casos eram

escondidas e sonegadas. Ela provocou uma diástase na violência sangrenta. Escreve Chul Han:

> Ela não é uma parcela de comunicação política e social, mas retira-se para espaços subcomunicativos, subcutâneos, capilares, intrapsíquicos. Desloca do visível para o invisível, do direto para o discreto, do físico para o psíquico, do marcial para o medial e do frontal para o viral. (2017, p. 21)

A violência era um assunto popular que virou tabu fomentado pelo medo e teve repercussão em todas as classes sociais. A retirada do tema causou impactos nas relações humanas, na comunicação que de certa forma gerou o sentimento de estranhamento diante do outro. A discussão sobre a violência foi sendo sucumbida pela busca do humano racional, ético, democrático e transformador da natureza em bens consumíveis, ela saiu dos debates públicos para entrar nos sussurros das negociatas.

Por outra perspectiva, a modernidade foi suavizando os humanos com discursos de não agressão, do trabalho dignificante que penetravam nas psiques da sociedade como um todo. E inspirados por Kant o pensamento moderno é ontologizado por Chul Han que escreve:

> (...) a consciência moral assume a posição de superego. Seu sujeito moral está também submetido a uma "violência". Toda pessoa humana tem uma consciência moral e é observada por um juiz interno, por ele é ameaçada e impelida a manter o respeito; e essa violência que nele desperta através das leis não é algo que ele cria para si (arbitrariamente) mas é incorporado em seu ser. (2017, p. 58-59)

A crítica de Chul Han ao sujeito que se submete a obediência, está em consonância com Freud com que o filósofo coreano dialoga. O humano adapta-se ao mundo exterior que o modifica, o superego anseia dominar o ego. Percebe-se então a internalização da violência, com a coerção que se transforma em autocoerção e isso o macera. Salvo melhor juízo parece fácil cumprir a autonomia, contudo isso é um modo de penalizar a pessoa a reprimir intensamente sua vontade em face da civilidade.

O filósofo coreano assevera com intervenções refinadas e discretas, que a violência penetra nos ductos neuronais e nas fibras musculares do indivíduo submetendo à coerção. (2017). Bauman aduziu que o humano é ambíguo ao dizer que pessoas boas

podem vir a ser monstros. Escreveu ele: E quanto a mim? Se tantas pessoas podem cometer atos desumanos, não é difícil se tornar vítima (...) Só que também não é difícil que acabe mostrando que sou um "deles" (...) Capaz de fazer aquelas coisas com outras pessoas. (2011)

O aprisionamento sem justiça pode gerar monstros em cada um de nós, e se caso não haver a possibilidade de fuga dessa prisão pode vir a motivar agressões a outrem. E geralmente essas agressões atingem aos mais vulneráveis, como escreve Adorno.

> É possível falar da claustrofobia das pessoas no mundo administrado, um sentimento de encontrar-se enclausurado numa situação cada vez mais socializada, como uma rede densamente interconectada. Quanto mais densa é a rede, mais se procura escapar, ao mesmo tempo em que precisamente a sua densidade impede a saída. Isto aumenta a raiva contra a civilização. Esta torna-se alvo de uma rebelião irracional. Um esquema sempre confirmado na história das perseguições é o de que a violência contra os fracos se dirige principalmente contra os que são considerados socialmente fracos (...). (ADORNO, 2012, p. 122)

Adorno mostra que a violência é sinal de negatividade com sua origem no íntimo do humano, mas é demonstrada na realidade concreta, nasce em si e se transfere em múltiplas situações para aniquilar o outro, a natureza, ou seja, tudo pode ser destruído menos a si mesmo e seu entorno. A violência interna, a raiva, o medo quando está encurralada pode cercear relações, é uma espécie de ruptura de pontes relacionais.

Se se a violência penetra nessas relações não há o mínimo de acordos, ou de conciliações, a proposta dela sem pestanejar é destruir o outro, aniquilá-lo. O perigo está em deixar sem saída, sem espaço em todas as dimensões, destarte o ódio, a agressão germina uma semente que ao passar o tempo pode vir com ações, comportamentos irracionais e violentos.

E é clarividente que os mais indefesos são os primeiros a sofrer agruras e a violência, crianças, mulheres, pessoas com deficiências, LGBTIA+, indígenas, negras. É a raiva contra a civilização, contra a democracia, no sentido do desrespeito as minorias. Bauman enumera quatro características do humano moderno que na sua construção social de acordo com o pensador polonês chama-se de humano produtor.

A primeira característica da modernidade era que o humano era um ser em movimento que transformou esse movimento em trabalho físico, braçal, ou seja, esforço e suor mais produção em larga escala.

A segunda era do humano disciplinado, um comportamento que era regido pela obediência, pelo processo de hierarquização, no qual o discurso de autoridade tem força, o superior mandava e os demais obedeciam; os que obedeciam trabalhavam exaustivamente.

A terceira era que o trabalho nas fábricas, o trabalhador iniciava o produto, no entanto esse não acompanhava todo o processo de produção até a sua finalização para o mercado consumidor. E a quarta característica era o valor da saúde física para padronizar produções avultadas. E na questão mental um bom trabalhador era ser obediente, regrado e principalmente um cumpridor de ordens para manutenção do seu emprego.

A transição do humano moderno para o pós-moderno na indagação sobre a violência, no qual a própria se modifica, se flexibiliza e é ajustável tal qual ao humano. O humano e a conexão com a violência se exprime em toda a historicidade, todavia na pós-modernidade o humano violento tem características próprias. Nesse sentido, tanto Chul Han como Bauman descrevem esse sujeito. O filósofo coreano escreve:

> A sociedade de hoje se desonera cada vez mais da negatividade do outro e do que é alheio. É justamente o processo de globalização que acelera a suspensão de barreira e de diferenciação. Mas a desconstrução da negatividade não pode ser equiparada ao desaparecimento da violência, pois ao lado da violência da negatividade há a violência da positividade, que é exercida sem qualquer inimizade ou predomínio. (2017, p. 9)

A sociedade de hoje esquece o outro; invisibiliza minorias, e cria um ambiente de esquecimento, de morte para um grande número de pessoas. A globalização foi para o campo econômico e esqueceu os povos que geralmente não se encaixam a esse sistema mundializado. Contudo, a globalização abriu flancos para os endinheirados se monetizarem, desregulamentando direitos sociais legitimados e validados. Retirando uma parte significativa desses direitos dos mais necessitados.

Em contrapartida, nesse mundo globalizado os conflitos entre Estados nações se arrefeceram comumente no oriente médio com os Estados Unidos para a manutenção de sua potência geopolítica. Os conflitos internos de guerrilhas similarmente abrandaram-se dando a sensação que a violência está em derrocada, no entanto há uma mudança paradigmática proposta por Chul Han, a continuidade da violência da negatividade em coexistência com a violência da positividade.

A violência da positividade é uma concepção peculiar de Chul Han. Esse conceito segundo o filósofo coreano é uma tentativa de mostrar a existência de uma violência interna anteriormente discorrido por Freud e no qual a origem dessa violência era inconsciente, porém essa violência era contra o outro e não contra si. A violência positiva é uma autovalorização que impõe a si mesmo metas ilimitadas, objetivos com metas inatingíveis. Chul han escreve sobre a violência positiva. A violência torna-se autorreferente no sentido de que a pessoa é quem explora a si mesma, ela se torna agressora e vítima ao mesmo tempo. (2017, p, 170)

O modo de ação da violência se revela ao mundo e uma parte da humanidade de maneira simplória como agressão física, verbal a outrem, contudo a violência é um processo extremamente complexo, fluído e de uma misantropia de entendimento. A contribuição de Chul Han é denotar a existência da violência positiva na sociedade de hoje. E o filósofo coreano reafirma a violência positiva. Escreve ele:

> O sujeito ideal de desempenho seria um *homem sem caráter, um homem livre de caráter,* disponível para tudo, enquanto que o sujeito disciplinar teria de demonstrar um firme caráter. O sujeito de desempenho pós-moderno desonera-se cada vez mais da negatividade; não está mais na frente do inimigo, nem do soberano. Já não há instância alguma que o obrigue a gerar sempre mais desempenho. Ao contrário, é ele mesmo que se obriga a isso e que empreende guerra contra si. O sujeito da sociedade de desempenho, ao contrário, é marcado por uma autorrelacionalidade narcisista. Em virtude da falta de gratificação por parte do outro, ele se vê obrigado a produzir sempre mais e cada vez com melhor desempenho. (2017, p.99-101)

A filosofia contemporânea abre as portas para o mundo concreto, à realidade humana no momento presente. Ao afirmar que além da violência negativa existe uma violência positiva e de como a humanidade é afetada por essa positividade essa é uma das

proposições do filósofo coreano. O sujeito de desempenho é o ponto de partida para se ter uma violência positiva. Esse sujeito é um sujeito sem caráter, amoral. O caráter, a estabilidade emocional, racional e a capacidade em manter a constância, a temperança em agir e reagir nas situações complexas e limítrofes que o mundo concreto impõe e expõe, ao contrário Chul Han assevera que o humano hoje é um sujeito instável, inseguro, impulsivo nas deliberações, guia as suas opiniões em redes de engajamento, é intemperante.

Esse sujeito é um ser que se autopromove, em disponibilidade, ou seja, coloca-se a venda a sua psique, sua alma e o corpo é um sujeito que trabalha ininterruptamente sem se preocupar com sua capacidade físico-mental. Percebe-se que o sujeito de desempenho é um sujeito consumidor e passivo de disponibilidade. O temor desse sujeito não é se tornar um bem consumível, mas sim tornar-se irrelevante, perdido, invisível aos olhos do mundo, com isso ele se auto violenta. Essa violência exige do sujeito estar presente no mundo concreto e simultaneamente no mundo virtual, bem como a presença síncrona ocasiona uma busca incessante de aprovação corporal e mental que acarreta ansiedade e baixa autoestima.

Em outro momento, nas diferentes relações esse sujeito de desempenho não tem inimigos externos, o sentimento de negatividade do mundo não provém de fatores externos, nem do outro, mas origina-se em si próprio. A insatisfação consigo e a vontade de ser aceito pelo mundo faz com que a negatividade se origina de si mesmo, ela é a fonte das próprias idiossincrasias.

> (…) os indivíduos são constituídos sobretudo de *consumidores/jogadores*, ou seja, os papéis de consumidor e jogador, que todos ou a maioria deve exercer e para os quais é preparada, fornecem entre si os principais padrões e critérios de avaliação para a formação dos indivíduos. A individualidade emergente, portanto é marcada pelas seguintes características:
> 1. Os indivíduos são antes de tudo "organizadores experimentadores" buscando novas experiências e, imunes ao efeito de saturação (…);
> 2. Os atores são atores "originadores", ou seja, caracterizados sobretudo pela mobilidade e flexibilidade de comportamento espontânea e facilmente acionadas, e vínculo em grau mínimo a aprendizagem prévia e a hábitos adquiridos.
> 3. Apesar de nunca totalmente balanceados, os indivíduos tendem a se equilibrar como unidades quase autossuficientes e autopropelidas.

> 4. O modelo principal da correção é a *boa forma,* em detrimento da saúde. Boa forma significa a capacidade física e espiritual do indivíduo de absorver e responder criativamente a um crescente volume de novas experiências, a capacidade de resistir a um ritmo acelerado de manter o rumo por e meio de automonitoramento e correção das deficiências de desempenho. (BAUMAN, 2011, p. 209).

Bauman ao analisar o humano pós-moderno no qual o ponto de partida está em sintonia com Chul Han que é a mudança paradigmática do humano produtor para o humano consumidor e disponível em todas as dimensões. Junto a esse sujeito consumidor, o sociólogo polonês acrescenta algumas características a esse humano consumidor.

A primeira característica é o sujeito em agitação, em movimento permanente, é a vivência em adrenalina todo o tempo com experiências improváveis, é o experimentar culinárias e viajar o mundo.

Segunda característica é como se apresenta o processo cognitivo a vontade do humano é conhecer e aprender de forma rápida, sem senso crítico, o imediatismo é como se fosse aprender o mundo por osmose, ou seja, como diz Bauman absorver e responder aos estímulos dados pelo mundo da vida. É um humano em liquidez, em fluidez permanente sem se preocupar com sua capacidade emocional e cognitiva em absorver em conjunto estímulo e informações em número elevado.

A terceira característica é que a moralidade, a ética e a educação formal hoje são fluídas, complexas, inconstantes, desconcertadas fragmentadas e plural em contraposição do absoluto, do fixo, da disciplina, da ordem. As fontes originárias são conjuntas de fatos locais, globais que produzem uma capacidade de informações no qual um sujeito consumidor não consegue assimilar essa carga alta de fatos e deliberações que são necessárias de forma recorrente e indelével. A expansão excessiva da comunicação fez com que a ética não acompanhasse esse ritmo, porque o tempo da eticidade nas ações de hoje são diminutas, e são morosas. Por outro lado, a ciência instrumental cresce exponencialmente no mundo, no qual a inovação e a obsolescência são as diretrizes do mundo do trabalho. E a filosofia em geral, se apresenta com uma visão de mundo vazia, de não ter respostas diligentes ao refletir e de interpretar os fenômenos que se sucedem ininterruptamente na tentativa de entender o mundo da vida.

A quarta característica posta por Bauman e que se compatibiliza com Chul Han é o sujeito de desempenho, um humano acelerado, em constante mutação, egoísta, narcisista e principalmente como diz Bauman o automonitoramento, o autocontrole que busca tirar os defeitos para obter alto rendimento, um grau de desempenho elevado. (2011). O que se quer do humano pós-moderno é um sujeito autodisciplinado, que exige de si o máximo em todas dimensões da vida, inclusive o lazer que se transforma em trabalho, o espaço do lar perde a sua privacidade sem a diferenciação entre o ócio e o labor. A casa se tornou uma extensão do mundo do trabalho.

Esse humano pós-moderno e seu modo de vida apresentado por Bauman é o sujeito de desempenho e que sofre hoje de violência positiva, sem percebê-la. Pode se dizer que o sociólogo polonês se agrega a proposta de Chul Han, há uma verissimilidade. A similaridade das características trazidas por Bauman, com as representações do filósofo coreano, de experimentar tudo, de ter uma ética flexível, uma educação formal fluída, ambígua e um sujeito que almeja se autorregulamentar, de se *performar* se aplica ao humano consumidor que abandona o humano produtor.

> Graças aos novos e elaborados adiaforéticos (2), a violência pode retornar aos locais de onde o processo civilizador prometeu expulsá-la para sempre: a vizinhança, a família, o companheirismo de casal – os locais tradicionais da proximidade moral e dos encontros face a face.
> Casamentos, famílias, pais e mães, vizinhanças, locais de trabalho têm perdido muito de seu papel de postos da fábrica de ordem societariamente gerida (...)(p. 211-212)

A violência doméstica por muitos anos foi escondida dos ambientes pelo sentimento de vergonha e culpa. As mulheres foram as maiores vítimas dessas reticências, pois o processo civilizador em vez de dar voz as mulheres, aos excluídos pelo contrário esse processo extremou e segregou um contingente elevado de pessoas. A promessa de um mundo racional, lógico, ético passou o recado que a violência estava em processo de extinção, no entanto ela ficou no ambiente privado, ou seja, crimes contra mulher, crianças continuaram perdendo a sua infância, pois o Estado não garantiu a devida segurança e conforto que esse grupo merecia.

Escreveu Bauman que essa violência estava sendo escondida nas moradias, nas pequenas comunidades era invisível e agora está transparente, porque há grande presença das tecnologias no mundo da vida, por exemplo: câmeras de alta resolução, redes sociais. Diz ele: locais tradicionais da proximidade moral e dos encontros face a face (2011) estão em dificuldade em separar paternidade firme e abuso infantil, flerte e assédio, problemas de relacionamento conjugal com violência doméstica, crimes contra honra e feminicídio. A lei e a ordem no decorrer do tempo foi se definhando na modernidade e a força coercitiva do Estado autoritário foi sendo contestada pelas lutas de grupos favoráveis aos direitos humanos que consideravam essa violência gratuita, vil, cruel sem a possibilidade de defesa dos agredidos diante dos seus agressores. É uma violência negativa originária de uma violência política.

> Os estoques caracteristicamente pós-modernos de violência estão "privatizados" – dispersos, difusos e sem centro. Eles também são capilares, penetrando as células do tecido social. Sua presença ubíqua tem efeito duplo, ambivalente, da emocionante experiência de emancipação suprema, por um lado, e incessante medo de um mundo totalmente desregulamentado e incontrolável, hobbesiano, por outro. Esse temor, por sua vez, é o poço de onde a energia de outro desenrolar pós-moderno, o do neotribalismo, é prospectada. (…) (2011, p.213)

O sistema capitalista é uma fonte geradora de violência positiva e negativa. O capitalismo estimula a competência, a concorrência e a retórica do crescimento econômico, social transcorre com a liberdade individual que carrega consigo o egoísmo. Essa estrutura capitalista causa as mazelas da injustiça que ainda hoje permanecem e se calcificam. Chul Han reconhece o poder da violência estrutural, uma violência do sistema capitalista que aparece de forma imperceptível, na qual tem impactos em toda a humanidade. Escreve ele: Em virtude de sua invisibilidade, as vítimas da violência não têm consciência direta do contexto de domínio. E isso é que caracteriza sua eficiência. (2017, p.166)

A invisibilidade dos excluídos reafirma a violência negativa do sistema sem a percepção real do cotidiano, o capitalismo é virtuoso, perspicaz ao culpabilizar os indivíduos e não o próprio sistema pelos problemas existentes. Sem ser capaz de ver as

violências diárias sofridas por pessoas que são invibilizadas e marginalizados e que acredita piamente que o mercado se autorregula, não olha o poder da dissimulação sem se sentir dominado, parece que o capital não é o centro das discussões, no entanto os excluídos sofrem das violências negativa e positiva.

Os invisíveis doam o seu próprio corpo para serem agredidos pelo Estado que devia protegê-los, em compensação capitalismo que retira todas as suas necessidades e seus desejos. Ademais, muitas pessoas, hoje são levadas a serem auto-exploradas e de exercerem sobre si a autocoerção. De modo fantasioso se iludem em pensar que possuem o controle de si, do mundo e do próprio trabalho. A modernidade tentou transacionar a representação de um discurso emancipatório sem qualquer regulamentação; a emancipação deu lugar a destruição de si. Nesse sentido tanto Chul Han quanto Bauman estão em consonância sobre a força da violência na sociedade de hoje.

> Com o Estado a ceder a função integradora para as forças intrinsecamente desregulamentadas e privatizadas do mercado, o campo é deixado para o não tão imaginado – como as comunidades postuladas, que deve assumir a tarefa órfã de fornecer as garantias coletivas de identidades privatizadas. O pensamento pós-moderno está inundado de sonhos de verdades e certezas comunais e locais esperando para fazer o trabalhador civilizador que as grandes verdades e certezas dos Estados-nação, posando como porta-vozes da universalidade, falharam em executar, ao fracassar em fornecer a unidade do pensamento, sentimento, vontade e ação que tornasse impensável qualquer tipo de violência, exceto a gratuita. p. 213

Uma grande problemática trazida por Bauman no início do século XXI mostra que a sociedade de hoje é uma espécie de holocausto tardio e do retorno da extrema direita no mundo, lembra ele que em 1994 engenheiros genéticos retirariam os retardados e os colocaria em uma categoria inferior e seriam considerados inúteis. Com isso, a sociedade vivencia pessoas comuns ditas *normais,* assim sendo esse grupo sai numa condição de perseguidor de pessoas com deficiência, das que não possuem a sua linha ideológica política, social e econômica, dos negros e da comunidade LGBTQIA+. É uma perseguição externa e interna, a primeira é a forma mais corriqueira a sociedade as persegue e na interna é buscar de todas as maneiras ser igual a todos. Bauman visualiza a banalização da violência em todas as suas formas. Escreve o sociólogo polonês:

> À medida que nos movemos com velocidade crescente em direção à "sociedade de um terço", cada vez mais pessoas se tornam "problemas"; e uma vez que os meios para removê-las e se livrar dos problemas estão disponíveis, não parece haver razão alguma para que se presença – constrangedora, ofensiva, opressiva – deva ser tolerada e suportada. De acordo com Dörner, há amplos sintomas prodrômicos[2] desse "novo estilo de Holocausto"- de variedade fragmentada, sub-reptícia[3]. (2011, p. 217)

A política de extermínio ressurgiu por meio de grupos de supremacia branca, os integralistas no Brasil, grupos contra minorias. E o objetivo é aniquilar o "outro", arranjar meios de retirá-los da sociedade e ademais a exclusão social, econômico, a fome e os crimes contra a pessoa são sinais dessa política. O ponto que cabe analisar é a ideia do humano de modo individualizado de sua autodestruição, de incentivar o desempenho de sua vida além da própria expectativa idealizada, e de estabelecer uma alta performance em todas as dimensões de sua vida. Dessa forma a violência positiva ocasiona a angústia e ao desespero de se tornar invisível diante do mundo.

Bauman pensava que a extrema direita não tinha mais justificativa para seu reaparecimento, contudo com a decepção com Estado do bem-estar social, da democracia liberal fez com a extrema direita ressuscitasse com força desmerecendo a política e principalmente os axiomas democráticos. O problema atual está em tolerar e suportar esse comportamento autodestrutivo e extremamente violento.

No momento presente, a criminalização da política exposto por Chul Han cria uma espécie de uma linguagem odiosa. A violência que estava somente no discurso se transformou em um projeto para fomentar atos horrendos. Importante destacar que a mudez e o silêncio na política exaltam a violência. E essa visão vai em direção de Bauman sobre uma possibilidade de retorno do nazi fascismo. Chul Han escreve:

> Na violência, ao contrário, habita a mudez absoluta, a perda da fala. Benjamin não compreende a essência de acordo na medida em que vê nele uma mentalidade de violência. Quem realmente possui a mentalidade da violência não se permite fazer acordos.
> Já a democracia tem um núcleo essencial comunicativo; ao falarem, as minorias também podem influenciar um processo de decisão. A ditadura proíbe o falar, ela dita. (2017, p.109)

A democracia sob a perspectiva do filósofo coreano não pode ser emudecida, não pode perder o lugar, os meios e a importância de falar. O entendimento sobre mundo da

vida é que sem diálogo, não há acordos para uma melhor vivência. Os acordos, as conversações são as forças das minorias e isso fortalece a democracia, e afasta o risco de governos autoritários, nazifascista que são gerados por monólogos, pelo poderio da força coercitiva do Estado.

E a consequência silencia das minorias, e algumas vozes sendo silenciadas definitivamente dando espaço a uma política de morte, de emudecimento do outro. A mudez da sociedade não gera decisões coletivas. Os governos que ditam, silenciam as minorias, o nazifascismo pós-moderno continua a usar esse mecanismo para suplantar os opositores, os divergentes de suas ideias.

A violência em nome de Deus é letal e sangrenta e que dizima os que estão abaixo das decisões do ditador. O sangue é o meio simbólico de autoritarismo sobre o outro. E o projeto nazifascista pós-moderno se esconde num apego intransigente às tradições, um nacionalismo irracional e numa violência divina, como lembra Chul Han.

Diz ele: em última instância, a violência divina nada mais é do que uma instância imaginária que pode ser tomada por todo e qualquer domínio, como razão, para legitimar seu exercício. (2017, p.117)

Essa força divina toma os corpos e as psiques para exercer o seu poderio, a sua violência. A política fica vazia de sentido, o valor de aparecer tem força maior que a comunicação. E isso abriu as portas ao holocausto tardio e que está oculto. Bauman assenta:

> A liberdade agora e como sempre, tende a ser definida em termos de direitos dos grandes e poderosos. Como sempre, ele inclui o direito de decidir monologicamente o que é "pelo bem" dos interesses do outro e aqueles cujos interesses podem ser sacrificados em prol de bem comum e de razão imparcial. De forma alguma isso implica que as questões são simples e que soluções éticas podem ser proclamadas em voz alta e clara. A condição atual seria muito mais fácil do que é se apenas alguém pudesse dizer como algum grau de convicção que o mal está claramente do lado dos ímpetos de autoafirmação, e que se pode servir ao bem colocando-se um freio no que é percebido como a emancipação individual. A dificuldade de se combater o Holocausto "silencioso", arrastado, "em fragmentado" repousa na ambivalência inextirpável de quase todas as questões em jogo. (2011, p. 217-218)"

De modo impreciso, o que impera é a força dos mais abastados economicamente que determina a liberdade, o controle sobre os corpos e almas dos povos menos

favorecidos. Em defesa da liberdade de alguns que determina a vida do outro em nenhum momento dialoga com os controlados. Atenta-se sobre a forma que os poderosos deliberam sobre a vida dos invisíveis ao pensar que os rumos dos excluídos são dirigidos pelas elites, é uma heteronomia junto aos excluídos. A violência implícita está em se subjugar e ceder o seu poder de deliberação aos poderosos. Em última instância a ética hoje, segundo Bauman é complexa e tem significado somente para um determinado grupo, por isso não é universalizável. Conforme a citação acima há uma imposição e uma falsa ideia de imparcialidade que atinge os mais fracos. Na atualidade frequentemente parte da sociedade clama por argumentos de autoridade para o exercício de ética. E muitas vezes abre mão de sua autonomia para o "bem" da sociedade solicitado pelos proprietários do capital. Os donos do capital esboçam um silenciar as lutas pelos direitos humanos e direitos sociais. O ponto nevrálgico, posto por Bauman é que o holocausto tardio, uma violência pós-moderna tem ações nos "bastidores", nas profundezas da sociedade, pois a benevolência diante do nazifascismo possibilita a abertura da violência extremada. Além disso, a imperfeição humana implica em uma existência ambivalente em todas as dimensões do mundo da vida. O nazifascismo parecia estar silenciado, fragmentado, contudo hoje ela está vociferando e espalhando a sua presença no mundo.

Junta-se a isso as palavras de Bauman liberdade para os poderosos, por outro lado, açoites, assassinatos e genocídios aos vulneráveis. A violência está a discorrer no tempo presente, nas favelas, guetos, centros urbanos, rurais e todas as classes sociais sofrem desse mal, contudo os vulnerabilizados, os invisíveis e os migrantes escravizados são os mais acometidos.

É o senhorio do capital que se apodera e se transforma em senhor do consumo fazendo com que a sociedade se torne disponível e a enaltecer a violência implícita em nome do consumo. Diz Chul Han: É o belo esplendor do domínio aplicado e válido exclusivamente ao capital. A aclamação que se oferece ao domínio do capital se chama agora, consumo. (2017, p.135)

De acordo com Bauman o holocausto não pode retornar, pois a missão da humanidade é que outra catástrofe com a possibilidade de destruição não aconteça novamente. Escreve o sociólogo (...) sobreviventes do holocausto é ajudar a salvar o

mundo que habitamos (2011, p.45). E acrescenta que afora a higiene, a filosofia, as obras de arte e música, a civilização moderna trouxe consigo a guerra, a violência negativa e positiva, o apartheid, o racismo, os crimes em grandes proporções, a exploração do trabalho universalizada e por fim de modo velado campos de extermínio. A violência, as guerras, o holocausto são símbolos da condição evolutiva sociedade pós-moderna.

A violência negativa na pós-modernidade é transmitida em tempo real em qualquer lugar no mundo e com isso cresce um sentimento que desumaniza, ou seja, a retirada de sentimento de empatia, de respeito à dignidade do outro, em suma é tornar-se insensível ao outro. Os fatos relacionados a violência são ações cruéis, vis, que no entanto a reação não responde a altura desse modo nasce uma espécie de passividade, insensibilidade. É acesa a chama da raiva internalizada que corrói a sua moral e o respeito à alteridade. Esse conflito interno conturba a alma no qual leva a uma condição de insanidade moral, que o incentiva a violência para acometer atos de fúria, de agressões, verbalizações. Apesar de ser um humano saudável, sereno em toda a sua vida em um instante pode vir a cometer atrocidades sem uma explicação racional e moral.

Chul Han traz algumas características da violência na sua forma vil e cruenta. O primeiro predicado da violência é de ser uma fissura que impossibilita a conciliação, o diálogo, ou qualquer tipo de intermediação. O segundo predicado da violência é que ela promove a desarticulação (2017). Tudo é ruptura e delituoso, o clima é de beligerância. O terceiro predicado de acordo com o filósofo coreano é que a violência priva a sua vítima de toda e qualquer possibilidade de ação; reduz seu espaço de ação a zero, aniquila-o. (2017, p 139).

Esses predicados transmitem uma dimensão da violência negativa e perversa do Eu com o outro, ou, vice-versa. Em a topologia da violência Chul Han divide a violência em macrofísica da violência que é a relação do Eu com as dimensões sociais da vida e a microfísica da violência que é a relação do Eu com as minhas circunstâncias de violência e de como esse Eu age. E soma-se a isso a apresentação da violência positiva que se dá na sociedade de desempenho, uma autocoerção. Tanto Bauman quanto Chul Han colocam que a violência não tem barreiras, é fluída e ultrapassa limites. Ela é a negação, no discurso é uma espécie um *Des*

> A escalada de violência é resultado do rápido desgaste até do mais enervante dos choques. (…) Proponho que a forma específica de violência pós-moderna advém da privatização, da desregulamentação e da descentralização dos problemas de identidade. Desde do alvorecer da modernidade, a "pacificação" sempre consistiu na internalização da violência antes da violência antes da externa – por meio de conquista e incorporação, de reformulação do que costumava ser uma violência difusa e irregular em pressão constante de coerção regular. (p. 218-219)

O prefixo de *Des* de origem latina expressa oposição, afastamento, negação, falta. Bauman e Chul Han estão em concordância sobre a forma de des-regularizar o mundo da vida, os humanos tomam o capitalismo e o consumo como centro. O filósofo coreano separa a violência negativa em diversas formas dentre elas: a violência divina, do eu contra o outro e vice-versa, do eu contra a sociedade, como violência de negação, por outro lado, estimula a violência de desempenho, a violência positiva. O projeto de internalização da violência é o modo de individualizar atos e o seu poder de não provém do sistema capitalista e da sociedade, mas de uma ideia falseada de empoderamento individual. Nesse sentido, a modernidade inverteu a pirâmide da violência explícitada antiguidade, medievo em praça pública para uma punição visível e com o poder da autoridade da igreja, do absolutismo, dos problemas psíquicos tratados como possuídos pelo mal.

Ela serviu para pacificar, para acalmar a psique com a busca de felicidade total, de um bem-estar social pleno, com o trabalho dignificando a vida. As duas grandes guerras, a queda do muro de Berlim e o terrorismo impactaram a sociedade pós-moderna. Além dos problemas sociais relacionados aos conflitos externos, existe bem como contratempos individuais que deve ser resolvida pelo próprio indivíduo.

Há uma espécie de terceira passagem no qual se subentende um entendimento entre Bauman e Chul Han. O sociólogo polonês afirma que existe uma violência interna que busca conquistar bens consumíveis para incorporar a vida. Chul Han atribui a violência positiva por intermédio da sociedade de desempenho, cuja a direção está em viver num mundo da vida desconstruido, desregulamentado. O passo seguinte da sociedade de desempenho é de compelir ao corpo e a alma pondo a própria vida em jogo

exaurindo suas forças para sobreviver, no desejo de ser o melhor. É a luta pela sobrevivência para ter a possibilidade de uma vida digna. A violência deestabiliza a interioridade do humano, a diferenciação entre a macrofísica e microfísica é importante para a compreensão dos lugares que surgem a violência. Escreve o filósofo coreano:

> A violência macrofísica manifesta-se como expressiva, explosiva, explícita, impulsiva e invasiva. A violência microfísica, ao contrário de modo implícito e implosivo. A violência macrofísica, des-interioriza o sujeito penetrado em seu interior aniquilando-o. O exterior destrói o interior. A violência microfísica, ao contrário, des-interioriza o sujeito, dispersando-o pelo excesso de positividade. (2017, p.151,152)

A violência que aparece de maneira clara sem intermediação conforme Chul Han é colocada para fora demonstrada, com a vista na exploração e na invasão do espaço do outro. É a violência negativa na sua forma danosa, destruidora. Essa violência provinda do externo que se movimenta para o interno horroriza, fazendo com que o humano decaia com a sensação de medo, de insegurança e principalmente ansiedade com a possibilidade da destruição de si. A violência positiva, a violência microfísica a violência sai de si e sai para o ambiente externo com excesso de sua própria destruição.

Outra diferenciação entre a violência macrofísica com a violência microfísica é que a macrofísica é disjuntiva, ou seja uma violência que separa o eu do outro, o eu com a natureza e o adjetivo de violência macrofísica é a exclusão. Ela mostra claramente a forma mais sanguinolenta que é o aniquilamento do outro em todos aspectos, a violência do excluir pode ser do eu com outro, ou através do sistema capitalista que exclui as derrotas tornando o perdedor em excluído e com as derrotas o faz a ser invisível à sociedade.

Em suma é uma violência explícita e excludente. Por outro lado, a violência microfísica é implícita com excesso de atividades na perspectiva de conquistar espaço, influência, poder. O objetivo não é destruir o outro, mas sim desempenhar inúmeras atividades ao término estar cansado físico-mental. Não obstante há a perda do controle racional e emocional. É um humano multitarefado que tem objetivo consumir mais.

Bauman entende que existe uma violência interna, contudo não é claro o suficiente para afirmar que existe uma vontade do humano em consumir a qualquer custo e não identifica o humano multitarefa, difuso e ao mesmo tempo confuso. Hoje, o humano

possui uma capacidade menor de reflexão devido as inúmeras atividades, que gera iniquidade e cansaço. Diz o sociólogo polonês: a "pacificação" sempre consistiu na internalização de violência antes externa, por meio de conquista e incorporação de reformulação do que costumava ser uma violência difusa e irregular (2011, p.219). E outro momento Bauman escreve (...) a humanidade não é uma essência a ser realizada, e sim uma construção pragmática uma perspectiva a ser desenvolvida pela variedade de projetos individuais. (2011), o sociólogo polonês propõe que a construção do mundo concreto provém de projetos individuais realizáveis, mesmo que prejudique seu corpo e sua psique. Há uma interligação da busca desenfreada para realização de projetos pessoais de Bauman, com sociedade de desempenho de Chul Han.

A violência positiva aparece como um autorreferenciamento no qual a pessoa explora a si mesma; ele é a agressora e a vítima no mesmo tempo. (2017). É uma espécie de opressor e oprimido, é a relação do senhor e escravo de si mesmo. Para afirmar a sociedade de desempenho, a violência positiva Chul Han faz algumas objeções a sociedade disciplinar de Foucault.

Para propor a tese da sociedade do desempenho a violência positiva Chul Han partiu das ideias de Foucault sobre a sociedade disciplinar e o poder de sociedade, do Estado sobre os corpos, ou seja, a violência é algo externo, de um sobre o outro. Chul Han faz uma crítica a Foucault, pois segundo o filósofo coreano carece de um entendimento no que se refere a autoagressão, a violência positivada.

Escreve ele:

> A Foucault falta sensibilidade para compreender a violência. Assim, ele também leva em consideração a tortura apenas como produção da verdade, e não observa a economia inerente à violência e ao prazer. Ele também retira a violência que está na base do suicídio. Nesse sentido, ele concebe o suicídio como um acontecimento natural, "regular e constante" o qual, portanto, não merece atenção específica alguma. Por isso, ele também não se ocupa tanto contra si mesmo no assim chamada sociedade disciplinar. (2017, p.218-219)

As críticas a Foucault são: uma pouca compreensão sobre a violência contemporânea, a necessidade de uma interpretação sobre os comportamentos, e sobre as ações violentas. A tortura contemporânea anteriormente usada como instrumento estatal para aniquilar o estranho, os seus inimigos, entretanto agora a tortura é uma ferramenta

que instiga o prazer ao torturador e essa forma de violência extrema deixa marcas permanentes até o fim da vida.

Para Chul Han a importância de se compreender a tortura como um fenômeno da sociedade do desempenho. À vista disso, essa violência extrema pode ser feita contra si mesmo, com objetivos de conquistar espaços, tornar-se visível, usar o corpo e a psique no grau de exaustão no desejo de participar do mundo do consumo, é o torturador sádico e torturado dois comportamentos em um só sujeito.

Foucault entendia que o suicídio era um fenômeno sociológico natural, no entanto o filósofo coreano percebe que a autocoerção, a preponderância do superego pode fomentar a violência contra si mesmo, sem a ação de qualquer agente externo. O filósofo coreano observa o crescimento na sociedade contemporânea dessa violência. Antes de demonstrar a violência contra si mesmo, mas não com o intuito de tirar a própria vida.

Assim como Bauman, Chul Han escreve sobre o Holocausto, os campos de concentração, aqui o filósofo coreano expõe uma diferença entre a prisão e o campo de concentração. Segundo ele a prisão é parte da sociedade disciplinar e os campos de concentração é um lugar da perda da dignidade total. Tanto na tortura, quanto nos campos de concentração, não haviam vozes imperava o silêncio e os objetos para efetivar essa violência para matar o outro. Foucault pensava que havia a imposição da vida sobre a morte, ao contrário, para Chul Han é a imposição da morte sobre a vida.

Ao apresentar a sociedade do desempenho fruto da sociedade contemporânea, Chul Han estabelece a diferença entre a sociedade disciplinar e a sociedade do desempenho. A sociedade disciplinar se difunde de forma análoga com as prisões, manicômios, hospitais e fábricas não condizem nada com a sociedade atual do consumo e da rentabilidade sem limites**.**

No tempo presente, Chul Han descreve um mundo modificado com prédios envidraçados shopping, academias de fitness, centros de espiritualidade oriental, clínicas de beleza estética, trabalhos em casa, redes sociais que imbricam lazer com trabalho, a sociedade de hoje não é disciplina mas sim uma sociedade de desempenho individual, de consumo. E como a violência e o humano se comportam nessa sociedade de desempenho? Chul Han explica essas atitudes. Escreve ele:

> Contrariamente ao sujeito de obediência, o sujeito de desempenho é livre, pois não está submetido a ninguém. O que perfaz na contribuição psíquica não é o dever, mas o poder. Ele tem de ser senhor de si; não são ordens com proibições, mas liberdade e iniciativa que determinou uma existência O imperativo do desempenho converte a liberdade e iniciativa que determinam sua existência. O imperativo do desempenho converte a liberdade de coação; em lugar de exploração estranha entra a autoexploração, sendo que o sujeito de desempenho explora a si mesmo até se ruir**.** Aqui a violência e a liberdade coincidem. Com isso a violência torna-se autorreferente, aquele que explora é o explorado; o agressor é, ao mesmo tempo, a vítima; (...) (2017, p.182)

Primeiramente Chul Han estabelece que na sociedade contemporânea o humano não é obediente, o sujeito que melhorou a sua vida, a sua capacidade laboral, ele próprio quer os seus limites, sem estar dominado por alguém. O filósofo coreano aponta a ruptura da ética moderna com a contemporânea, o dever é submetido pelo poder, o dever se efetiva na ideia de submissão a outrem, ao Estado, quanto ao poder é o espaço de exercer influência sobre o outro, a natureza.

Uma parte da humanidade hoje não tem autonomia isso é privilégio de alguns. No entanto, na contemporaneidade a autorregulação[2] a liberdade não pretende sujeitar os humanos a ninguém, para não se tornarem invisíveis, os excluídos tentam de todas as formas serem ávidos, ou seja, se sou empreendedor, logo existo.

A ideia de desempenho, de alta performance coloca os favorecidos tendo domínio considerável sobre corpos e almas. Em princípio esse desempenho transforma a liberdade, em cerceamento, o sujeito de desempenho é cercado de autonomia e a liberdade é falseada. Em outra análise a resolução industrial cai em abuso, porque era antes a exploração, o operário que vende a sua força de trabalho ao dono de produção, agora ele se auto explora isso se deve a vontade de sujeito de se esforçar para ser reconhecido, portanto deseja ter o espaço no mundo dos consumidores e faz com que esse sujeito sucumba.

Chul Han constata que essa vontade insana é um ato violento contra si próprio, a liberdade que se almeja torna o algoz de sua morte. É um paradoxo, o sujeito vítima ser no mesmo instante o agressor, descreve o filósofo coreano, ou seja, a pessoa que se sente livre é o escravizado por si próprio. Bauman tempos antes mostrou as benesses de desregulamentação e da sociedade de desempenho. Segundo o sociólogo polonês: A existência privatizada tem suas alegrias: liberdade de escolha, oportunidade de

experimentar vários estilos de vida, chance de fazer de si mesmo à medida de sua autoimagem. (2011, p.369)

Percebe-se que para ter liberdade, viver estilos deve seguir as suas próprias deliberações que exige do sujeito de desempenho uma disposição vigorosa, ou seja, precisa aparecer, ser genuíno e ser diferenciado em relação ao outro. Essa existência privatizada gera um estresse e uma pressão contra si, proporcionando assim uma solidão e a cometer autoflagelos. Chul Han entende que depois da sensação de liberdade, de fazer a própria história, o humano de desempenho se submete a autocoerção, por conseguinte um esforço uma forma de violência positiva.

Segundo o filósofo coreano essa violência é mais deletéria de que a violência negativa. Essa violência positiva é a guerra do eu contra si mesmo. Nesse sentido Chul Han aponta:

> Há uma batalha muito singular, uma batalha sem qualquer inimizade. Trava-se guerra contra si mesmo, comete-se auto violência; já não se abre caminho a partir das instalações de encarceramento de sociedade disciplinar, mas da alma do sujeito de desempenho. Paradoxalmente, o novo presídio se chama liberdade, assemelhando-se a um campo de trabalho onde somos presidiários e vigias ao mesmo tempo. (2017, p.183)

Chul Han lembra que essa luta não é universalizável, mas única, não tem participação do outro. Imagina uma guerra contra o próprio corpo, contra sua psique. Além de consumar a auto-agressão, não somente física, também a agressão mental e verbal.

Foucault falava sobre a dominação dos corpos, por outro lado, o filósofo coreano afirma que o humano hoje não é somente o corpo, mas também a alma (psique) está dominada e lutando contra si mesma. O paradoxismo é a liberdade cercada e vigiada por todos os lados, humanos presos e vigilantes no mesmo instante. A sociedade contemporânea do sujeito de desempenho está sob égide da violência de positividade que conforme Chul Han (2017) confunde e não aufere a separação entre liberdade com a coerção.

Bauman escreve que a sociedade contemporânea está desregulamentada e privatizada em consonância com Chul Han. O sociólogo polonês assevera: O que é a desregulamentação?

> No cenário desregulamentado e privatizado, centrado em preocupações e buscas consumistas, a responsabilidade sumária pelas escolhas- pela ação que segue a escolha e pelas consequências dessas ações- é lançada em cheio nos ombros dos atores individuais". (2011, p.56)

Ambos usam a palavra desregulamentação. A função da desregulamentação é fazer com que o sujeito do desempenho elimine regras da sociedade disciplinar para ter mais "liberdade". Chul Han escreve:

> A orgia da libertação, e desregulamentação, e supressão dos limites e a desritualização, que prosseguem até os dias de hoje, vão demolindo cada vez mais a negatividade. Essa destruição de negatividade gera excesso de positividade, grande promiscuidade e excesso de mobilidade, consumo, comunicação, informação e produção. A exorbitância do positivo, causa entupimento e adiposidade de circulação, levando ao "infarto do sistema". A partir de um determinado ponto e informação não é mais informativo, a produção já não é produtiva, e comunicação não é mais comunicativa. Tudo cresce e prolifera para além de sua meta, para além de sua determinação, para além de economia da utilidade. (2017, p.186)

A dificuldade hoje é a desorientação do humano em confortar-se com a própria liberdade. A vontade é de gastar toda a adrenalina, em tentativas de superar as limitações naturais do corpo e da psique. A quebra de rotinas, de rituais para viver o cotidiano no anseio de melhorar seu desempenho ocasionando assim a diminuição do sentimento de negatividade. A violência negativa atualmente é transformada em desempenho e em violência positiva.

Nesse ponto a positividade e a curtição, aparecem com o desejo de "provar" tudo, de viajar para todos os lugares, de mostrar cada movimento com sorrisos, de consumir desenfreadamente, de produzir monólogos mediante vídeos, dados e aumentar a respectiva meta, são algumas das aspirações do sujeito de desempenho. Contudo, Chul Han sinaliza as intempéries do excesso de positividade, podendo chegar ao extremo de estrangulamento do sistema.

Essa abundância de informação, de dados, de comunicação, proporcionam um superaquecimento, uma alta rotação, que está muito acima das capacidades do sujeito. A força do trabalho é explorada ao máximo, não obstante o mundo lhe recompensa pouco. E continua o filósofo coreano que essa alta performance afeta o sistema neuronal-

psíquico. Diz ele (2017): A comunicação e a superinformação generalizadas ameaçam todas as forças humanas de defesa. O excesso de superprodução, superdesempenho, superconsumo, supercomunicação e superinformação não ameaça o sistema imunológico, mas o sistema neuronal-psíquico. (p.190)

A comunicação e os dados pessoais expostos, intimidam os humanos, pois essas informações atingem a psique. O superdimensionamento do desempenho, do consumo, de comunicação e de informação têm por consequência a destruição do psicológico humano e ataca cada indivíduo que repercute em violência.

No momento presente, as redes sociais, tornam as pessoas transparentes com todas as suas vidas expostas e analisadas**,** para poder manipulá-las de acordo com o interesse de grandes conglomerados de mídia.

Nesse sentido Chul Han chama Baudrillard para lapidar a tese da violência positiva, após demonstrar a sobrecarga de informações que prejudicam a saúde mental. Essa guerra contra a saúde mental da humanidade faz refletir sobre as lutas contra os atos irracionais e de forma inversa o racionalismo exagerado. É a própria razão intimidando o eu consciente e o eu inconsciente criando assim um caráter de autoperseguição. Escreve o filósofo coreano:

> Já não existe mais front nem linha demarcatória; o inimigo está instalado no coração de cultura que o combate. Se quisermos falar assim, trata-se da IV Guerra Mundial: não mais entre povos, estados, sistemas e ideologias [...].Bandrillard não percebe que a nova guerra mundial ocorreu hoje sem inimigos a serem combatidos. Ao contrário, faz-se guerra contra si mesmo; em virtude de falta da negatividade da inimizade, a guerra se torna autorreferente. Quem destrói é destruido; quem abate é abatido; quem vence, ao mesmo tempo perde. Falta a essa guerra toda e qualquer visibilidade e publicidade, na medida em que ela se apresenta como se fosse paz. Trata-se de uma guerra que ninguém poderá vencer. Não há vitória de uma parte, mas apenas implosão global; um burnout global poderia colocar um fim a essa guerra sem inimigos. O superaquecimento da Terra causa implosão, sendo que aqui está em jogo a violência implosiva. (2017, p.191-192)

A primeira corroboração feita que o inimigo não é o outro, mas o perigo está em si mesmo. As guerras para conquista de territórios e para demonstrar sua força bélica se fracassou ao longo da História. A luta do humano é contra própria alma. A quarta guerra não é o humano contra o seu semelhante, não obstante o humano é o monstro, monstro de si mesmo. E as ações são auto culpáveis; os erros são contabilizados para si e não para

a sociedade. O paradoxo da violência positiva não é agredir ao outro, no entanto é agredir a si mesmo. Essa guerra pode ser o suprassumo da ambivalência humana

A ambivalência da violência positiva se apresenta com algumas dicotomias de entendimento: agressor e vítima, herói e vilão, mortos e vivos; segundo Chul Han (2017). Ressalta-se que é uma guerra aparentemente silenciosa, não midiática, essa guerra acontece no ambiente doméstico, espaços privados e principalmente essa guerra é contra saúde mental do próprio humano.

Assim como no livro (1984) de Orwell (1949) a paz interior é guerra interior. É uma guerra sem armistício. A mudança climática é um dos exemplos de violência positiva de autodestruição humana. Além disso, a violência interior que proporciona tensões e problemas na saúde mental resulta em derrota silenciosa por atos de si. Em consonância com Baudrillard, Chul Han apresenta as origens das inimizades. Escreve o filósofo coreano:

> De acordo com a genealogia da inimizade de Baudrillard, no primeiro estágio o inimigo é o lobo. Ele é um "inimigo exterior que ataca e contra o qual é preciso se defender **construindo fortificações** e muros. Em outros estágios de sua genealogia, o inimigo vai perdendo cada vez mais seu ímpeto e sua visibilidade, ele diminui de tamanho e oculta-se. Assim, no segundo estágio, ele aparece com um rato, operando no subsolo, tornando necessária uma outra estratégia de defesa. Muros e cercas são ineficientes contra ele. Somente "higiene" e as técnicas de limpeza podem afastar o perigo emanado dele. Depois do terceiro estágio, o estágio do besouro, o inimigo adquire uma forma viral: " o quarto estágio são os vírus [...] É bastante difícil defender-se contra eles, pois estão instalados no coração do sistema. Surge um inimigo fantasmagórico que se difunde por todo o planeta e que vai se infiltrando por todos os lados como um vírus instilando-se em todos as brechas do poder. (2017, p. 192-193)

Do macro ao micro, a violência é vista por Baudrillard e reafirmado por Chul Han começa com o lobo, o inimigo é externo, que toma iniciativa de atacar no qual o Eu procura formas de defesa, sendo fortalezas, grandes muros, esse é o primeiro estágio. Essa ideia permanece até hoje à esfera privada a esfera pública, no afã de manter a propriedade privada, o território para soberania nacional.

Baudrillard apud Chul Han exteriorizou que existem mais três estágios ademais na contemporaneidade, o segundo estágio da violência é o do rato que não é visto durante o dia, mas aparece a noite para furtar e provocar doenças.

É o inimigo calado, que age, espreita e tem hábitos noturnos, o fruto da propriedade privada é furtado. Os atos do segundo estágio do rato são rápidos, que deixam poucos rastros de presença e a forma de retirá-lo de circulação é apresentar tocaias, e torturá-los e por fim matá-los. O terceiro estágio é o besouro e o quarto e último estágio na perspectiva de Chul Han (2017) é o vírus, o mais letal, este é difícil de percebê-lo, para isso o humano necessita ter uma boa defesa e de antecipar um ataque viral, pois não se sabe o momento e quando virá. A violência viral aparece no cotidiano, nos mais diferentes lugares e maneiras, tais como: violência doméstica, terrorismo, ataque às escolas e agressões deliberadas nas redes sociais. Esses ataques virais se propagam através dos discursos de ódio e da linguagem que incentiva a violência. Chul Han escreve sobre a violência viral.

> (...) a violência viral do terrorismo como a forma de violência de hoje, o terrorismo islâmico seria apenas um desses tipos de violência. Estaria em curso um "terror contra o terror", um terror da singularidade contra o terror da globalização que por seu turno, repousa em uma violência espantosa. O terrorismo está por toda a parte, em cada um de nós. Ele usa aleatoriamente cada ator cada um de nós como cúmplice "virtual". Pode ser percebido por toda parte e intercruzadamente em toda a forma de violência, seja a violência humana, acidente ou catástrofes. (2017.p.194)

Os atos terroristas são silenciosos. E sobre o silêncio, Arendt (1988) escreveu que a violência, é incapaz de se manifestar pela fala, (…) mas tudo e todos devem permanecer em silêncio. Hoje, a violência não tem limitação de tempo, nem de espaço.

Essa violência sob a forma de vírus tem um preâmbulo de Bauman (2001) que apresenta o mundo envolto a velocidade e a extraterritorialidade que gera instantaneidade provocando aos humanos um sentimento de frustração com a vida de si e do outro e por consequência conduz a uma violência negativa e positiva**.** De outro modo a violência viral pode vir a acontecer para Chul Han nos espaços da Web. É a ciberguerra no qual a extrema direita cresce e produz conflitos estruturais para destruir a democracia liberal e os direitos estabelecidos na História.

Tendo o desejo de agredir a psique, o humano criou um ambiente de raiva por meio do anonimato que constrói falas de ódio para fins de assolar reputações através de injúrias e difamações. Esses soldados se escondem tal como um vírus, na web profunda para agredirem e humilharem. Os crimes digitais crescem geometricamente que destroçam a dignidade, esses crimes saíram do mundo real e se transportaram para o mundo virtual com as consequências nefastas.

Sendo assim, a violência viral que causa pânico e medo é o terrorismo[3]. Chul Han coloca a violência islâmica, na qual existe uma discordância na palavra islâmica, pois essa palavra escancara a xenofobia e remete a visão política do ocidente. O ocidente, outrossim produz muita violência viral, tais como: atentados à escolas, instituições, a violência na esfera privada com as mulheres silenciadas agredidas por companheiros, na esfera pública torturas no trabalho e crimes virtuais. Esses são alguns arquétipos da violência silenciosa que ocorre costumeiramente no mundo globalizado que não gera nessa categoria a capacidade de indignação necessária, no entanto aos poucos as minorias começam a ter voz.

Chul Han evidencia que a violência existe e está em cada um de nós, isso quer dizer que os humanos têm os seus dias de fúria assim como uma influenza que ataca sem aviso prévio. Essa influenza está em toda a parte à espreita, na espera de uma vulnerabilidade corporal, mental e, do mesmo modo que alguns objetos são inseparáveis as doenças virais e a violência deveras o são igualmente e é difícil haver um remédio eficaz para combatê-los.

O sistema imunológico tem por objetivo mostrar o grau de gravidade da violência negativa e da positiva sendo o corpo e a psique que lutam para manter o corpo e mente saudáveis. Chul Han reafirma: É uma violência viral, aquela da rede e da virtual. Uma aniquilação suave, uma violência genética e comunicacional, uma violência do consenso e da interação forçada. (2017, p. 196)

As redes sociais, a internet são instrumentos hodierno da violência viral que espalha o ódio, mediante da algoritmização[2], o mostrar-se e vender-se como bem de consumo que contamina as vidas humanas. É o desejo de viver intensamente e por consequência morrer aos poucos. Dentro do mundo da comunicação, o filósofo coreano

destaca a saída do diálogo para a entrada do monólogo vazio; as críticas do outro carregam no seu ego o sentimento de ódio.

No mundo da política, a violência viral eclode da ideia de consenso na democracia liberal e tornou-se uma espécie de ponto de chegada, contudo não se percebeu a complexidade do mundo contemporâneo devido a esse hermetismo abriu-se um flanco para toda espécie de ideologias.

Esse consenso machuca, pois coage e força visões de mundo não acordados. É importante ressaltar que a violência tem um papel econômico, e gera valor as quais os poderosos podem exercer o poder de coerção.

Segundo Chul Han o capitalismo vence e sua base é a negação da morte, por isso o acúmulo de capital é para combater a morte para não ter prejuízo absoluto. O matar protege da morte, ou seja, adia, o desígnio é tentar apoderar-se da morte, torturar o outro. Usar da violência e matar mais significa morrer menos, escreve Chul Han (2021).

Percebe-se a violência positiva e negativa como forças econômicas, políticas e de como elas produzem categorias autocoercitivas, coercitivas, punitiva e autopunitivas em larga escala em vista de acumulação de capital. Os sujeitos de desempenho muito mais do que submissos ambicionam enriquecer, serem reconhecidos para que não morram na invisibilidade, na pobreza em todas as dimensões.

E adiante na consonância das concepções de Bauman e Chul Han mostrar-se-ão o capitalismo como impulsor da morte; a psicopolítica enquanto apropriação indevida dos corpos e das psiques e na democracia com suas peculiaridades em consenso ou em dissenso com as redes sociais e suas repercussões.

1 O que é violência[1]? Segundo o Dicionário do pensamento contemporâneo, a palavra provém de uma raiz indo-europeia (biazomai; vivais vida força). A violência, talvez pelo contexto de uso, impregnou-se de negatividade. Mas a violência, na origem, é fator gerador e estruturante das sociedades humanas. Quer se trate de violência de violência física, verbal, ideológica, sutil ou descarada, ela é onipresente em todas as relações interindividuais. Ganha caráter quase ontológico, como constitutivamente pertencente ao humano, quando é estudada a partir da antropologia. Por definição, a violência é interminável, pois ela gera si mesma. A vingança não tem limites

2 Algoritmização Os algoritmos consistem em "uma sequência de etapas para resolver um problema ou realizar uma tarefa de forma automática, quer ele tenha apenas uma dezena de linhas de programação ou milhões delas empilhadas

em uma espécie de pergaminho virtual. Um algoritmo é um conjunto de regras que definem precisamente uma sequência de operações

3 Terrorismo[3]: É o emprego sistemático da violência para fins políticos especialmente a prática de atentados e destruições por grupos cujo objetivo é a desorganização da sociedade existente e tomada de poder.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 167 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 190 p. ISBN 9788571107953.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna.** São Paulo: Paulus, 1997. 285 p. (Coleção critérios éticos). ISBN 9788534909044.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 272 p. ISBN 8571104648.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258 p. ISBN 9788571105980.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 199 p. ISBN 9788537800669.

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira Moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

CHUL HAN, Byung. **Agonia do Eros.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 95 p.

CHUL HAN, Byung. **Capitalismo e impulso de morte**. Ensaios e entrevistas. Petrópolis: Editora Vozes, 2021. 188 p. ISBN 9786557133545.

CHUL HAN, Byung. **Favor fechar os olhos**: em busca de um outro tempo. Petrópolis: Editora Vozes, 2021. 57 p. ISBN 9786557131763.

CHUL HAN, Byung. **Hiperculturalidade**: cultura e globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 2019. 146 p.

CHUL HAN, Byung. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Editora Vozes, 2022. 107 p. ISBN 9786557136201.

CHUL HAN, Byung. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Editora Vozes,2018. 136 p. ISBN 9788532658517.

CHUL HAN, Byung. **O que é poder?** Petrópolis: Editora Vozes, 2019. 215 p.

CHUL HAN, Byung. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020. 117 p. 101

CHUL HAN, Byung. **Sociedade do cansaço.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. 128 p.

CHUL HAN, Byung. **Sociedade paliativa**: a dor hoje. Petrópolis: Editora Vozes, 2021. 115 p.

CHUL HAN, Byung. **Topologia da violência.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 271 p.

DICIONÁRIO de pensamento contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2000. 801 p. (Dicionários).

FOUCAULT, Michel. **Sociedade punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KOAKOSKI, Yan Cássio. **O itinerário da subjetividade acolhedora**: do acolhimento à hospitalidade de Emmanuel Levinas a Jacques Derrida. 2018. 126 f. (Dissertação em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2018.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 93 p. (Coleção primeiros passos, n. 59).

MARTHA, Margareth Kuhn. **Violência e angústia**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

VEIGA, Itamar Soares. Informação e crise da Democracia. **Sapere Aude,** v. 13, n. 26, p. 422-438, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2177-6342. Acesso em: 22 de abril de 2023.

Desenvolvimento de uma Base de Dados FAIR sobre Violências e Memórias de Violações aos Direitos Humanos: Projeto e Perspectivas

Tassyara Onofre de Oliveira [1]
Guilherme Ataíde Dias [2]
Vivian Roberta Lima de Carvalho[3]

RESUMO

Apresenta andamento do projeto de pesquisa intitulado "Aplicação dos princípios norteadores FAIR no contexto da criação e povoamento de um base de dados acerca de violências e memórias de Perpetradores de Violações aos Direitos Humanos", em atendimento à Chamada FAPESQ-PB/CNPq nº 77/2022. Desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade de Valência na Espanha e financiado pela FAPESQ-PB/CNPq, o projeto visa o desenvolvimento de uma base dados aderente aos princípios FAIR (Encontrável, Acessível, Interoperável e Reutilizável). Atualmente, encontra-se em processo de coleta, higienização e curadoria de dados relacionados às violências e memórias de perpetradores de violações aos direitos humanos, visando à disponibilização de uma base de dados organizada e acessível para pesquisadores, docentes e a sociedade. Os dados, ainda em processo de compilação passam por rigorosos procedimentos metodológicos para garantir sua aderência aos princípios FAIR, possibilitando análises profundas e a geração de novos conhecimentos. Além disso, o projeto busca contribuir para a política de internacionalização da UFPB e promover a preservação da memória em bases de dados científicas. Destaca-se que a criação de um repositório de dados e o desenvolvimento de materiais instrucionais são etapas metodológicas fundamentais para o alcance dos objetivos propostos.

Palavras-chave: Princípios FAIR; Violências; Direitos Humanos; Base de Dados.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, a eficiente gestão de dados e a adoção dos Princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*) são cruciais para promover a transparência e a eficácia na disseminação do conhecimento científico (Dias et al., 2019). Este projeto surge da necessidade de estabelecer políticas de indexação que não só cumpram requisitos técnicos e legais, mas também maximizem a reutilização de dados de pesquisa, especialmente aqueles relacionados a violências e memórias de violações aos direitos humanos. Para isso, é fundamental aderir aos princípios FAIR, garantindo que os dados sejam facilmente encontrados, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis.

O projeto, intitulado "REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA: Desvendando a aderência dos conjuntos de dados depositados aos princípios FAIR", submetido à Chamada FAPESQ-PB/CNPq nº 77/2022, utiliza a ferramenta FairDataBR para avaliar a conformidade dos dados e metadados aos princípios FAIR. Esta plataforma, desenvolvida em língua

[1] Doutora em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB, tassyaraonofre@gmail.com;
[2] Doutor em Ciência da Informação – USP, guilhermeataide@ccsa.ufpb.br;
[3] Graduanda do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal - UFPB, viivacarvalho@gmail.com
Projeto de pesquisa financiado pela FAPESQ-PB/CNPq através da Chamada FAPESQ-PB/CNPq nº 77/2022.

portuguesa e na Linguagem *JavaScript,* facilita a identificação de áreas de melhoria e potencializa a reutilização dos dados de pesquisa. Financiado pela FAPESQ-PB/CNPq, o projeto envolve uma colaboração internacional entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade de Valência, na Espanha, fortalecendo a política de internacionalização da UFPB e promovendo um intercâmbio interdisciplinar sobre os perpetradores de violências e as complexidades legais associadas.

Um dos principais objetivos é criar um banco de dados acessível e interoperável centrado em estudos sobre violências, estruturado com base nos Princípios FAIR para facilitar o acesso e a reutilização futura dos dados. A aplicação desses princípios em contextos específicos como este apresenta oportunidades significativas de desenvolvimento, conforme descrito por Wilkinson, Mark et al. (2016).

Este artigo detalha a metodologia adotada, os desafios enfrentados e as soluções propostas até o momento para assegurar a qualidade e a interoperabilidade dos dados indexados. Vale ressaltar que este trabalho está em curso e os resultados apresentados refletem uma visão preliminar do progresso alcançado.

QUANTO AO MÉTODO

A metodologia adotada segue os preceitos do projeto submetido à Chamada FAPESQ-PB/CNPq nº 77/2022, focando no desenvolvimento de um banco de dados conforme os princípios FAIR, essenciais para a pesquisa sobre violências e memórias de violações aos direitos humanos, além da criação de materiais instrucionais para explorar essa tecnologia. A construção do banco de dados envolve quatro fases estratégicas: identificação de fontes relevantes, organização sistemática dos dados, validação meticulosa e disponibilização pública em plataforma virtual segura, com detalhadas descrições sobre conteúdo e acessibilidade.

O estudo iniciou com uma revisão detalhada da literatura sobre os temas de interesse, utilizando fontes como o Portal de Periódicos da CAPES e bases de dados renomadas como LISTA, BDTD/IBICT, DOAJ, OAIster, Web of Science e BRAPCI, com recorte a partir de 2016, época da concepção dos princípios FAIR, assegurando relevância e atualidade nos dados consultados

A primeira etapa do projeto envolveu a criação de uma tabela de metadados para orientar a política de indexação. Esta tabela inclui campos essenciais como Título, Tipo de Documento, Autor(es), Temática(s), Local, Data, Idioma, *Link* de Acesso, Referência, Resumo e *Abstract*. A disponibilização desta tabela no *Google Drive* facilitou o acesso e evitou a duplicação de

dados durante a implantação do *backend e frontend* do repositório digital DSpace 7. A padronização dos metadados é crucial para garantir a organização e a eficiência na recuperação de informações, permitindo que usuários possam encontrar e acessar os documentos de forma rápida e precisa.

Figura 1: Exemplo da organização dos metadados

Título	Tipo de Documento	Autor(es)	Temática	Local	Data	Idioma	Link de acesso	Referência
Violência contra mulheres imigrantes no Brasil na perspectiva de um estado do conhecimento	Artigo	MUASSINLE, Iarissivaia Deolinda Rodrigues; DA SILVA, Lucas Rech; GUILHERME, Alexandre Anselmo.	Vulnerabilidade Imigração fe	Porto Alegre, RS	26-jan-2023	por	https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/23865/2/MOLINCIA_CONTRA_MULHERES_IMIGRANTES_NO_BRASIL_NA_PERSPECTIVA_DE_UM_ESTADO_DO_CONHECIME	MUASSINLE, Iarissivaia Deolinda Rodrigues; DA SILVA, Lucas Rech; GUILHERME, Alexandre Anselmo. Violência contra mulheres imigrantes no Brasil na perspectiva de um estado do conhecimento. PSICO (PUCRS. ONLINE), 2023.
A mediação de conflitos cíveis como instrumento de empoderamento da mulher vítima de violência doméstica	Dissertação	Ramos, Nilce Elaine Byron	Violência contra a mulherGêner	João Pessoa, PB	30-dez-2011	por	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/6885	RAMOS, Nilce Elaine Byron. A mediação de conflitos cíveis como instrumento de empoderamento da mulher vítima de violência doméstica. Dissertação (Mestrado) - Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 1-146, 2011.

Fonte: Arquivos do projeto

A coleta de dados foi iniciada com a identificação de fontes relevantes, abrangendo temas de violência contra grupos como LGBTQIA+, negros, indígenas/povos originários, quilombolas e violência no ambiente escolar. Foram pesquisados diversos tipos de documentos, incluindo artigos científicos, teses, dissertações, notícias e imagens. Este processo visa garantir uma base de dados ampla e diversificada, capaz de fornecer informações valiosas para pesquisadores e outros interessados.

Figura 2: Exemplo do controle de termos utilizados na pesquisa

CONTROLE DOS TERMOS DAS PESQUISAS

PROJETO	FIBIC
TEMA PROPOSTO	Violência perpetrada contra: LGBTQIA+; negros; indígenas/povos originários; quilombolas; violência no ambiente escolar; imigrantes;

VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQIA+: 5

TIPOS DE DOCUMENTOS	CATEGORIAS CENTRAIS PARA PESQUISA						
	NÃO ESPECÍFICA	DOMÉSTICA	FÍSICA	MORAL	PSICOLÓGICA	PATRIMONIAL	SEXUAL
- ARTIGO		6	5	5	5	5	5
- TESE	1	5	1				
- DISSERTAÇÃO	1	5				1	
- NOTÍCIA		5					1
- IMAGEM		1					

4 VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS:

TIPOS DE DOCUMENTOS	ASSUNTOS CENTRAIS PARA PESQUISA					
	NÃO ESPECÍFICA	FÍSICA	MORAL	PSICOLÓGICA	PATRIMONIAL	SEXUAL
- ARTIGO	1					
- TESE						
- DISSERTAÇÃO						
- NOTÍCIA						
- IMAGEM						

Fonte: Arquivos do projeto

Após cuidadosa análise das opções disponíveis, optamos pelo DSpace 7 para desenvolver nosso repositório de banco de dados devido à sua flexibilidade, escalabilidade e capacidade de atender nossas necessidades específicas. Utilizamos diversas fontes para a coleta

de dados, incluindo o Portal de Periódicos da CAPES, SCieLO, Google Acadêmico, BDTD, Redalyc, Ulrichsweb, Repositório UFPB, *sites* de notícias verificadas e o site do RIEV (Rede Interdisciplinar em Estudos sobre Violências). Inicialmente, a pesquisa foi conduzida em português, com planos de expansão para outros idiomas nas próximas fases, visando aumentar o alcance e a utilidade do repositório. Utilizamos a ferramenta FairDataBR, desenvolvida pelo grupo WRCO da UFPB, para avaliar a aderência de nossos dados aos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable e Reusable*). A ferramenta consiste em um questionário de 19 questões de múltipla escolha, projetado para verificar a conformidade dos dados e metadados com esses princípios.

Figura 3: Site FairDataBR



Fonte: Pagina do FairDataBR. [4]

Cada questão contribui para o cálculo do Percentual FAIR Data BR, que é um indicador da adequação dos dados para compartilhamento segundo esses princípios. Ao empregar a FAIR Data BR, asseguramos que os dados de nosso repositório estejam bem documentados e sejam facilmente reutilizáveis, promovendo a transparência e a eficiência na pesquisa científica sobre violências e memórias de violações aos direitos humanos.

No que concerne à produção de materiais instrucionais, foi estabelecido um processo rigoroso em três etapas principais: a identificação detalhada do público-alvo e dos objetivos pedagógicos, baseada na análise das necessidades e competências dos destinatários; a elaboração cuidadosa do conteúdo didático, incluindo uma introdução sobre a importância e operação do banco de dados, seguida pela explicação detalhada dos procedimentos de

recuperação de informações, com exemplos e ilustrações claras; e finalmente, a revisão e avaliação do material, que garantirá precisão, clareza e eficácia. Essas metodologias buscam assegurar a qualidade, integridade e efetividade tanto do banco de dados quanto dos materiais instrucionais desenvolvidos, fundamentais para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito da pesquisa científica, a gestão eficaz de dados desempenha um papel fundamental não apenas na facilitação da descoberta e inovação do conhecimento, mas também na integração e reutilização desses dados em diferentes contextos. Como destacado por Campos et al. (2023), essa prática não só promove a disseminação do conhecimento, mas também permite que as descobertas científicas sejam acessíveis e aplicáveis em diversas comunidades. No entanto, embora a publicação de dados por meio de infraestruturas tecnológicas específicas ofereça uma ampla gama de possibilidades, ainda existem barreiras a serem superadas.

Uma dessas barreiras, como observa Wilkinson (2016), é a questão do reuso dos dados de pesquisa. Este autor ressalta a crescente preocupação no meio científico em melhorar a infraestrutura para promover o reuso dos dados científicos, bem como a gestão desses dados de acordo com os princípios FAIR *(Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*). Os princípios FAIR, desenvolvidos com a colaboração de diversas partes interessadas, têm como objetivo não apenas gerenciar os dados, mas também facilitar sua reutilização por seres humanos.

Para alcançar os objetivos dos princípios FAIR, é essencial que os dados sejam tornados *Findable, Accessible, Interoperable e Reusable*. Seguindo essa linha, Campos et al. (2023) destacam a importância de tornar os dados facilmente identificáveis e localizáveis, garantindo a presença de identificadores únicos e persistentes, bem como metadados descritivos que facilitem sua busca e compreensão.

A acessibilidade dos dados, como ressaltado por Mons et al. (2017), requer que os dados estejam disponíveis em repositórios confiáveis, com políticas de acesso claras e de longo prazo. Além disso, para garantir a interoperabilidade dos dados, conforme destacado por Jacobsen et al. (2020), é essencial que os dados sejam compatíveis com diferentes sistemas e formatos, o que pode ser alcançado por meio da utilização de padrões e ontologias.

A tornar os dados *Reusable,* a GO FAIR Initiative (2018) enfatiza a importância de documentá-los adequadamente, fornecendo informações sobre sua geração e significado, bem como metadados técnicos e contextuais que facilitem sua compreensão e reutilização. Esses princípios não se aplicam apenas aos dados, mas também se estendem às decisões necessárias

para os algoritmos, destacando sua relevância abrangente para a gestão eficaz de dados na pesquisa científica.

Para a implementação prática dos princípios FAIR, é importante adotar procedimentos padronizados e controlados, como sugerido por Löffler et al. (2021), e desenvolver estratégias de coleta, curadoria e documentação de dados, conforme recomendado por Tenopir et al. (2011) e Michener (2015). A acessibilidade e interoperabilidade dos dados podem ser garantidas por meio de repositórios confiáveis e do uso de metadados padronizados, conforme indicado por Rocha et al. (2021) e Formenton et al. (2022), enquanto a expansão multilíngue e a educação e treinamento podem aumentar ainda mais a utilidade e acessibilidade dos dados, como proposto por Vieira (2021) e Gascó-Hernández et al. (2018).

Por fim, a avaliação e melhoria contínua dos procedimentos de gestão de dados são essenciais para garantir sua eficácia e adesão aos princípios FAIR, conforme destacado por Starr et al. (2015). Essa abordagem abrangente para a gestão de dados na pesquisa científica pode contribuir significativamente para a maximização do valor dos dados e para a promoção da inovação e descoberta do conhecimento em diversas comunidades acadêmicas.

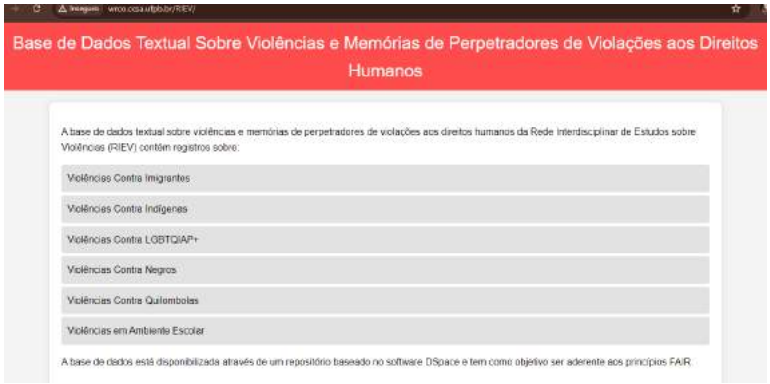
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto em questão busca preencher uma lacuna significativa na literatura acadêmica, proporcionando uma plataforma para o diálogo intercultural e a colaboração internacional na investigação das memórias traumáticas de violência. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, intercultural e interseccional, espera-se não apenas ampliar o entendimento sobre as dinâmicas complexas das violências, mas também contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e reparação dos danos causados por violações aos direitos humanos.

A criação e implementação de um repositório digital baseado no DSpace7 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) visa facilitar a indexação e recuperação de dados sobre violência e direitos humanos. Além de melhorar a acessibilidade e reutilização dos dados, o sistema também fomenta a produção científica nacional e internacional. A instalação do backend do repositório ocorreu entre fevereiro e março de 2024, com a configuração dos servidores e sistemas necessários para suportar o DSpace7. O frontend enfrentou desafios iniciais de configuração e integração com outros sistemas da universidade, mas esses foram superados ao longo do processo. O desenvolvimento e customização do frontend foram concluídos em maio de 2024, assegurando funcionalidade e acessibilidade ao repositório,

adaptando o sistema para atender às especificidades do projeto e proporcionar uma experiência de usuário eficiente.

Figura 4: Base de Dados Textual Sobre Violências e Memórias de Perpetradores de Violações aos Direitos Humanos



Fonte: Arquivos do projeto

Para facilitar a recuperação de informações no acervo, a equipe do projeto está desenvolvendo materiais instrucionais abrangentes, destinados a investigadores, docentes e a sociedade em geral. Esses materiais são valiosos para a disseminação de conhecimento sobre violências e memórias de violadores de direitos humanos, nos idiomas português, inglês e espanhol. Até o presente momento, a meta está em andamento conforme planejado. O sumário preliminar dos materiais instrucionais está sendo desenvolvido, fornecendo uma visão estruturada dos conteúdos que serão abordados e servindo como orientação para o desenvolvimento contínuo dos materiais.

O desenvolvimento e implementação do repositório digital DSpace 7, juntamente com a criação de materiais instrucionais e a introdução de uma nova disciplina na pós-graduação, representam avanços significativos na gestão e disseminação de dados de pesquisa na UFPB. Esses esforços não só melhoram a acessibilidade e reutilização dos dados, mas também contribuem para a formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios contemporâneos na área de ciência da informação. A continuidade dessas iniciativas promete um impacto positivo duradouro na produção e compartilhamento de conhecimento científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro ano de pesquisa, o projeto focado na aplicação dos princípios FAIR na criação de um banco de dados sobre violências e memórias de violações aos direitos humanos avançou de forma substancial. Desde a coleta inicial até a implementação de metodologias rigorosas para garantir a conformidade com os princípios FAIR, foram estabelecidas bases

sólidas para futuras investigações. Os resultados preliminares destacam a capacidade do banco de dados em servir como uma plataforma acessível e transparente, facilitando a pesquisa e a reutilização de dados críticos para o entendimento das dinâmicas de violações de direitos humanos.

Além de promover a interoperabilidade e transparência essenciais à pesquisa contemporânea, o projeto sublinha a importância da colaboração internacional. A parceria entre UFPB, UFSC e Universidade de Valência fortalece o intercâmbio interdisciplinar e o compartilhamento de conhecimentos, enfrentando desafios complexos de maneira colaborativa. Contudo, o desenvolvimento do banco de dados também revelou a necessidade de investigações adicionais para abordar questões éticas e técnicas, como a proteção de dados sensíveis e a padronização de formatos, essenciais para garantir a integridade e relevância das pesquisas futuras.

Em síntese, os avanços alcançados no primeiro ano são promissores, proporcionando uma base robusta para as próximas fases do projeto. A continuidade desse trabalho não apenas enriquecerá o campo de estudos sobre violações de direitos humanos, mas também contribuirá para a implementação de estratégias eficazes de prevenção e reparação. As metodologias desenvolvidas e as parcerias estabelecidas até o momento têm o potencial de inspirar futuras iniciativas, ampliando o impacto deste projeto crucial para a comunidade científica e a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. F; DIAS, G. A; SOUSA, M. R. F. Princípios FAIR, Encontrabilidade e Dados: por um diálogo teórico e uma aplicação prática. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 28, p. 1–21, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e88060. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/88060>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DIAS, G. A., et al. Princípios FAIR: viabilizando o reuso de dados científicos. **Dados científicos: perspectivas e desafios**. Dias, G. A., and Oliveira, B. M. J. F. Editora UFPB, 2019. pp. 177-187. Disponível em: http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/359. Acesso em: 19 jun. 2024.

FAIRDATABR+. **FairDataBr:** uma ferramenta para a avaliação de conjuntos de dados. Disponível em: https://wrco.ufpb.br/fair/fair+.html. Acesso em: 19 jun. 2024.

FORMENTON, D; GRACIOSO, L. S. Padrões de metadados no arquivamento da Web: recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital de websites arquivados. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 20, n. 00,

p. e022001, 2022. DOI: 10.20396/rdbci.v20i00.8666263. Disponível em:< https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8666263>. Acesso em: 18 jun. 2024.

GASCÓ-HERNÁNDEZ, M. et al. Promoting the use of open government data: Cases of training and engagement. **Government Information Quarterly,** v. 35, n. 2, p. 233–242, abr. 2018.

GO FAIR International Support and Coordination Office. **GO FAIR initiative**. Leiden, 2018. Disponível em:< https://www.go-fair.org/go-fair-initiative/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

JACOBSEN, A; AZEVEDO, R. M; JUTY, N. et al. FAIR Principles: Interpretations and Implementation Considerations. In: **Data Intelligence**. 2020; Vol. 2, No. 1-2. pp. 10-29.

LÖFFLER, F. et al. Dataset search in biodiversity research: Do metadata in data repositories reflect scholarly information needs?. **PloS one,** v. 16, n. 3, p. e0246099, 2021.

MICHENER, W. K. Ten Simple Rules for Creating a Good Data Management Plan. **PLOS Computational Biology**, v. 11, n. 10, p. e1004525, 22 out. 2015.

MONS, B. et al. Cloudy, increasingly FAIR; revisiting the FAIR Data guiding principles for the European Open Science Cloud. **Information Services & Use**, v. 37, n. 1, p. 49–56, 7 mar. 2017.

ROCHA, R. P. DA et al. Análise dos sistemas DSpace e Dataverse para repositórios de dados de pesquisa com acesso aberto**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021, 2021.

STARR, J. et al. Achieving human and machine accessibility of cited data in scholarly publications. PeerJ. **Computer science**, 1, e1, 1 jan. 2015.

TENOPIR, C. et al. Data Sharing by Scientists: Practices and Perceptions. **PLoS ONE,** v. 6, n. 6, p. e21101, 29 jun. 2011.

VIEIRA, R. C**. Consultas com palavras-chave em bancos de dados relacionais descritos por metadados multilíngues**. 2021. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

WILKINSON, M. et al. The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. **Nature**, California, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FakeNews & Pós-Verdade. Mídia tóxica e violência da desinformação[1]

Cláudio Cardoso de Paiva[2]

RESUMO

A pesquisa explora a violência da desinformação, como uma gramática que destrói o espaço público e a comunicação democrática. Observa o sistema político minado por notícias falsas, onde a mentira atua como método, sendo um negócio lucrativo do marketing político que fisga os eleitores incautos e serve aos aproveitadores de ocasião. Examina a conexão mental da personalidade autoritária e dos grupos extremistas, com suas mídias tóxicas e narrativas irracionais. Verifica as fakeNews e as bolhas digitais, que geram cancelamento, exclusão e linchamento virtual, perturbam a psiquê, a vida social e as instâncias da Saúde, Educação e Ética Jornalística. Logo, analisamos uma série de notícias no contexto do bolsonarismo e a "máquina do ódio" que atiça o enxame digital. Apesar das crises política, econômica, social e cultural, encontramos alguns insights respostas e estratégias que renascem, sob o signo da esperança, na academia e na rua, na filosofia prática, ciência-crítica, arte-criativa, mídia-cidadã e jornalismo investigativo. Hoje, após a gestão autoritária, há avanço em direção à redemocratização, como a criação dos ministérios da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Povos Indígenas. A CPMI das FakeNews investigou o uso de disparos de mensagem nas eleições de 2018. Houve avanços no serviço de checagem de fatos, examinando o que é verdadeiro ou falso nas mensagens dos celulares e da internet. A CPMI do 8 de janeiro responsabilizou 61 pessoas pela tentativa de golpe, incluindo o ex-presidente e figuras do Exército e Aeronáutica. O TSE declarou Bolsonaro inelegível por oito anos (30.06.2023). E, na área das Humanidades, novas publicações abrem horizontes otimistas, como: *O espírito da esperança: Contra a sociedade do medo* (HAN, 2024), *O Mundo em Disputa* (TIBURI, 2024), *Nexus – Uma breve história das redes de informação* (HAHARI, 2024). Ou seja, encorajam novos rumos na vida sociopolítica e cultural, para além da violência da desinformação.

Palavras-chave: Desinformação, FakeNews, Pós-Verdade, Jornalismo Investigativo

INTRODUÇÃO

Violência da Desinformação, Midiatização que Mata

O eixo temático violência e desinformação é relevante porque abre um espaço crítico para discutirmos a perda de confiança da opinião pública no jornalismo, outrora visto como um bastião de democracia, ofício nobre e orientado para formação da cidadania.

A violência da desinformação (simbólica, mas igualmente tóxica) atua hoje entre nós como um risco à integridade de nossas experiências pessoais, sociais e ético-políticas.

Vivenciamos o "Império do Falso", o mundo povoado por "políticos fakes" e vastas legiões de zumbis imersos em um universo paralelo, onde percebemos que a mentira se tornou um negócio lucrativo que tomou lugar da "coragem da verdade".

[1] Eixo 3: Alianças estratégicas para a salvaguarda dos direitos humanos e da democracia
[2] Professor Titular do Curso de Comunicação, CCTA/ UFPB, claudiocpaiva@yahoo.com.br

O problema da nova aldeia global informatizada – sob a égide da economia-política neoliberal – é a submissão radical às lógicas das Big Techs, do turbocapitalismo. Estas têm leis próprias, colonizam o espírito dos clientes, e não são os mais sábios na gestão das vidas humanas. Sem freio, sem ética, sem princípios humanistas, as Big Tech e os Big Data forjam um universo paralelo a serviço dos novos tiranos, como mostram MOROZOV (2018), ZUBOFF (2021), O'NEIL (2021), FISCHER (2023) e outros especialistas.

Estudamos a pós-verdade e as fakeNews, como instâncias de ódio, midiatização maléfica, postagem que ofende, fere e assusta, mensagem que gera sofrimento e informação que mata. A formação de uma ordem discursiva (FOUCAULT) cuja violência simbólica arrasa a reputação, aniquila a credibilidade e o equilíbrio mental do sujeito.

Metodologicamente, fizemos um rastreamento da instância sociopolítica global, mostrando a passagem do Estado do Bem Estar Social ao neoliberalismo (EUA e Europa), a frustração socioeconômica, o descontentamento e a formação de uma nova direita mundial que ataca os valores progressistas, numa guerra cultural que gera desinformação, irracionalidade e afetos negativos, sendo a causa do novo mal-estar na civilização.

Verificamos um conjunto de notícias que reportam ocorrências, discursos e condutas violentas no entorno de Bolsonaro, desde o Gabinete do ódio até a tentativa de golpe, em Brasília, em 8 de Janeiro de 2022. Mas principalmente, colocamos o bolsonarismo em perspectiva para entender o estilo do fascismo tropical e seus sintomas, o comportamento hostil e agressivo, falas, gestos e atitudes que revelam uma conjunção sinistra entre a personalidade autoritária e os *haters* seguidores do "Messias".

A parte incivilizada da sociedade atua como milícia digital, espalhando violência e desinformação. A opinião pública é alvo dessa trama e se torna fragilizada face o caos.

Nessa direção, listamos (em anexo) algumas reportagens e obras [i] que confirmam a personalidade autoritária do líder e o instinto predatório dos seus seguidores.

Tais referências são exercícios de hermenêutica jornalística, interpretação histórica, filosófica, sociopolítica da gestão de Jair Bolsonaro, e constituem um material que serve para avaliação do populismo de direita encarnado pelo bolsonarismo e sua verve fascista empenhada na destruição das instituições democráticas, conquistas sociais e políticas em curso, desde a promulgação da Constituição de 1988.

A filosofia prática, psicologia social e ciência política ajudam a decifrar as motivações agressivas dos fascistas, o comportamento dos humanos como enxame (HAN), os pactos dos "grupos do mal" (CALIGARIS), as virtudes e vícios do animal social (ARONSON).

Mudou o perfil do clássico Chefe de Estado e o modo de governança, assim como as relações do governo com a sociedade civil, Congresso Nacional, STF, Imprensa, jornalismo tradicional, diplomacia e política externa. Mas convém distinguir a figura pessoal de Bolsonaro (o líder autoritário) do bolsonarismo (permanência histórica do conservadorismo e dos grupos reacionários), pois o problema é mais complexo, ético-político, sociocultural:

> O bolsonarismo é entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro e se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos "valores tradicionais" e assume uma retórica nacionalista e "patriótica", sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar a sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política, calcado na lógica do "contra tudo que está aí", apesar dele mesmo fazer parte do establishment político desde 1988, quando disputou e venceu sua primeira eleição.
>
> FREIXO, A; PINHEIRO-MACHADO, R. 2019, pag. 5.

Há um vigoroso arsenal teórico nos contributos dos filósofos Foucault (biopolítica), Chomsky (consenso fabricado), Habermas (espaço público informacional). São o legado do sec. XX e elixir para o pensamento filosófico-político do sec. XXI; cada um deles traçando uma cartografia de sobrevivência para os homens em tempos sombrios.

Recentemente, antenadas nas tramas do cotidiano, a filosofia de Byung Chul Han (psicopolítica), a psicologia de Tiburi (psicopoder) e de Castro Rocha (dissonância cognitiva), orientam a reflexão no enfrentamento das fakeNews, assédio e crime digital.

A pesquisa social em mídia noticiosa e jornalismo profissional atualiza o trabalho de análise, apontando a passagem da "indústria cultural" à "superindústria do imaginário" (BUCCI), a denúncia da "máquina do ódio" bolsonarista (MELLO), a "máquina do caos" (FISCHER) e a conexão da violência e a desinformação do Big Data (DA EMPOLI).

Após a utopia dos anos 60/70, depois da orgia política-sexual-ecológica dos "anos rebeldes" (BAUDRILLARD), vieram os anos tristes, a distopia, a ressaca e os afetos negativos. Nos anos 80, na economia-política, o Estado do Bem Estar foi desmanchado por Reagan e Tatcher, o sonho americano se desfez e a miséria do mundo se tornou mais evidente (CASTELLS). O espaço público includente e republicano (HABERMAS) foi atrofiado. Depois

do "declínio do homem público" (SENNET), a política se tornou refém do "deus mercado", lobbies e fraudes digitais (CRARY). O *homo politicus* não representa mais a vontade geral e age à sombra dos esquemas financeiros. Hoje, a infocracia governa (HAN), enquanto o jornalismo clássico e a arte engajada se retraem.

Estratégias de investigação na Filosofia e Humanidades têm sido realizadas em vários campos: há – por exemplo – uma "esfera pública feminina", em que se destaca a obra da filósofa Marilena Chauí. Seus estudos varrem os domínios da Ideologia, Ética, Religião, Democracia, Cidadania e do próprio Saber, como praxis da liberdade, atenta aos interesses da mídia corporativa, violência da desinformação e ameaça à democracia.

Vide nas suas lives-aulas a crítica do neoliberalismo e seus trabalhos escritos sobre a *Violência* (2017) e sobre *Simulacro e Poder – Uma análise de Mídia* (2007).

A potência do simulacro é evidente no espectro da cultura política recente. As gestões de Bill Clinton (1993-2001) e Barak Obama (2009-2017) são simulacros de democracia em uma nação, no fundo, governada pelos senhores do "Deep State", FBI, CIA, ricos industriais, militares-armamentistas, acadêmicos conservadores, milionários da elite socioeconômica, política e do mercado informacional, como se revela no livro *In Deep: O FBI, a Cia e a verdade sobre o Deep State da América* (RODHE, 2020).

Aliás, a denúncia das falcatruas do "Império" e as manobras violentas se mostram nas obras do pensador e linguista Noam Chomsky (1928), cujo espírito crítico desponta em trabalhos como *Mídia: política, propaganda e manipulação* (2013), *Quem manda no mundo*? (2017) e *Terrorismo Ocidental – de Hiroshima à guerra dos drones* (2021). Chomsky faz uma análise crítica radical do poderio militar e armamentista dos EUA, a violência do Deep State, a intervenção e devastação do Império em várias regiões geopolíticas do globo. Tornou-se célebre a sua fala (nos anos 60): "É responsabilidade dos intelectuais falar a verdade e expor mentiras" (CHOMSKY, 1967).

Em outro registro, o jornalismo político de Pepe Escobar (colaborador do portal **Brasil 247**) desnuda o cenário contemporâneo com sagacidade e sabedoria. Os conflitos internacionais nos chegam enviesados pela mídia global, que defende as ideias e valores neoliberais, onde o interesse mercadológico se sobrepõe ao espaço público democrático. Escobar atua na mídia independente e empenhada em dissipar o fake e a desinformação.

As tramas da geopolítica internacional são investigadas com aguçada percepção em suas memoráveis lives, entrevistas e conferências na internet (e presencialmente), nos seus livros

(frutos das reportagens presenciais pelo mundo): por exemplo, a obra *Império do Caos* (2016) revela como funciona o "Império" e a política externa dos EUA.

Há o caso exemplar de Julian Assange, fundador do site Wikileaks que vazou documentos secretos do Exército dos EUA (2010), durante a ocupação militar no Afeganistão e denunciou crimes de guerra, mentiras e atrocidades das tropas norte-americanas; foi perseguido; refugiado na Embaixada do Equador Londres (2012-2019), preso por 1901 dias, desde 2019 e hoje está em liberdade. Mas foi vítima do linchamento midiático que quase o matou. Vide obra *O Processo* (MELSER & KOBOLD, 2023).

Trump, o trumpismo e a extrema direita norte-americana

Nesse contexto social e político, assistimos à eleição de Donald Trump e sua desastrosa gestão neoliberal. (2017-2021). Para chegar à Casa Branca, Trump teve o apoio de Steve Bannon, seu estrategista político no governo (Jan-abril, 2017). Bannon usou a plataforma "Alt-Right" (direita alternativa), que espalha conteúdo racista, sexista, xenofóbico e antissemita. Ele atuou na política brasileira, como conselheiro na campanha de Bolsonaro, na área da inteligência artificial, ações na internet e análise de dados. E, em 2020, foi preso, acusado de fraude financeira e desvio de recursos.

Trump é considerado o rei da mentira, da pós-verdade, da fakeNews, e é o primeiro presidente "meme" da história (exagerado, ridículo, caricato), e o trumpismo (como o bolsonarismo) faz os eleitores se reconhecerem na sua figura histriônica, identificarem-se com seu espírito de negação.

A invasão do capitólio (7.1.2021) pelos "trumpistas" (os *haters* norte-americanos) precede a invasão e depredação pelos "patriotas" golpistas na Praça dos Três Poderes, STF, Congresso e Presidência da República (em 8.1.2023).

O livro *Trumpismo: Raça, Classe, Populismo e Políticas Públicas* (WILSON, 2021) disseca a complexidade da política mundial contemporânea. E a obra *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente* (BROWN), 2019) exibe "a nova direita agressiva contra a ciência, a laicidade e as instituições democráticas, e uma feroz vontade de potência". Serve também para uma análise do caso brasileiro.

Márcia Tiburi mergulha na trama psicossocial da cultura política atual. Enfrenta a cultura do ódio, a violenta milícia digital, valores e crenças dos negacionistas truculentos da

extrema direita em: *Como conversar com um fascista* (2015), *O Ridículo Político* (2017), *O Delírio do Poder* (2019). E serve igualmente para uma análise global.

Bolsonarismo, extrema direita e violência da mentira digital

Uma grande reportagem na revista Carta Capital (29.10.2018) apresentou um dossiê robusto coletando matérias de vários jornais e mídias noticiosas acerca dos discursos de Jair Bolsonaro, e dada sua consistência, a usamos como corpus empírico para a análise.

Desde as primeiras aparições na TV, Bolsonaro ficou famoso pelo uso das palavras de baixo calão, o discurso raivoso, estilo tosco, encarnando a personalidade autoritária.

> As primeiras (declarações polêmicas) vieram à tona ainda na década de 1990, quando fora eleito para o primeiro de seus sete mandatos como deputado federal. Entre os alvos de seus comentários controversos estão opositores, políticas públicas – como cotas raciais – e também grupos sociais, entre eles gays, negros, mulheres e imigrantes. Bolsonaro gerou polêmica ao se dizer favorável à tortura, ao reverenciar um coronel reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura e ao sugerir que policiais que matam devem ser condecorados. (**Carta Capital**, 29.10.2018)

O seu discurso inflamado (ampliado pela mídia sensacionalista) chocou a opinião pública, mas despertou a pulsão de morte dos fascistas ocultos e contribuiu para a geração da cultura do ódio, como o apito de cachorro que atiça a violência da matilha:

> "O erro da ditadura foi torturar e não matar" (Clube Militar, Rio, 2008, e Programa "Pânico", da TV Jovem Pan, em 2016). "Pela memória do coronel Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff […] o meu voto é sim" (**Carta Capital**, 29.10.2018).

Suas sentenças estabeleceram uma direção na distopia política brasileira e possibilitaram um golpe midiático, parlamentar e político, a posse de Michel Temer, destruidor da economia nacional e a sua própria eleição, em 2018. Bolsonaro atentou contra o Congresso Nacional e sua atitude gerou um pedido de processo por falta de decoro e crime contra a Lei de Segurança Nacional, mas não avançou.

> "A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor de uma ditadura, um regime de exceção, desde que o Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, e no meu entender está próximo"
>
> Discurso na Câmara e depoimento no Programa da Band, 1999.

Falando no Acre (2018), o ex-presidente destilou sua raiva contra os petistas e usando um tripé de câmera de vídeo, simulou portar uma metralhadora atirando a esmo:

"Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá" (2018).

Em entrevista ao Jornal Nacional, outra vez, o seu "apito de cachorro" e instigou a polícia que mata, encorajando a matança, como quem sistematiza o horror:

"Violência se combate com violência", o criminoso "não é ser humano normal", "o policial que não mata não é policial", a "polícia tinha que matar mais" (2018).

Misoginia e homofobia no contexto da desinformação

Todavia a sua mira odiosa, machista e misógina aponta para as mulheres, como na agressão contra a deputada petista Maria do Rosário (RS): "Eu jamais iria estuprar você porque você não merece" (nos corredores da Câmara, em 2003, e no Jornal Zero Hora (2014). Em entrevista ao jornal Zero Hora, ataca os direitos trabalhistas das mulheres: "Por isso o cara paga menos a mulher, porque ela engravida" (2014). Em palestra no Clube Hebraica, quando interpelado sobre sua família, Bolsonaro detona: "Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher" (2017).

O livro investigativo de Patrícia Mello, *A Máquina do Ódio – Notas de uma repórter sobre FakeNews e violência digital* (2020) consiste em um vasto inventário sobre o assédio, perseguição, agressão e ameaça de morte por parte dos bolsonaristas e da extrema direita contra jornalistas e principalmente mulheres jornalistas.

Como não poderia deixar de constar no vocabulário de Bolsonaro, sua homofobia, o ódio aos gays e população LGBTQIA+ se projetam na verborragia violenta:

"Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo" (2011). Fala em entrevista à revista Playboy (2011), onde afirma ser "incapaz de amar um filho homossexual" e que "os homossexuais desvalorizam os imóveis", "andando de mãos dadas e trocando beijos".

No que respeita à comunidade GLBT em relação à AIDS, irresponsavelmente, Bolsonaro declarou à revista Playboy (2011):

> "O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo. Não vou ajudar porra nenhuma! Vou ajudar o garoto que é decente" (2011).

Para ele a AIDS resulta da homossexualidade e os casos que atingem às mulheres têm a ver com suas relações com bissexuais. Em seu discurso há ausência total de empatia, nenhuma compaixão, nem solidariedade.

Com relação à questão indígena, Bolsonaro irado com o índio Jacinaldo Barbosa, que lhe jogou um copo d'água no rosto, durante audiência pública para demarcação das terras indígenas, vociferou: "Ele devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens" (2008). Perverso, antecipou a política a ser destinada aos povos originários em seu governo: "Se eu chegar lá não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou quilombola". E assim o fez durante toda sua gestão na Presidência da República.

Em participação no extinto programa CQC (2011), perguntado pela atriz-cantora Preta Gil o que faria se seu filho casasse com uma negra, respondeu que "não corria esse risco pois seu filho foi "bem criado". Assim, o capitão, liberou o racismo oculto de parte do eleitorado. Ou seja, a explicação do fascismo contemporâneo reside *grande parte* na relação entre o líder autoritário (o influenciador) e seus seguidores (influenciados).

Quando pré-candidato, no Clube Hebraica (Rio, 2017), destilou seu ódio aos negros e quilombolas ao afirmar que estes "não servem mais para nada" e que: "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas" (**Esquerdiário**, 20.10.2022).

É sintomática a comunicação do Presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, negro e racista, que já se auto denominou "Black Ustra" (referência ao general torturador de Dilma Rousseff). Sua ocupação na Fundação Palmares foi um sacrilégio, desfeita e desrespeito à movimento negro que lutou pelo reconhecimento da contribuição do negro na formação nacional. E a Fundação Palmares era um símbolo de resiliência.

Suas frases são irracionais, perversas e intencionalmente contraditórias: "No Brasil há um 'racismo nutella', a negrada aqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda". E em outro momento, diz que "a escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes". (2019). Ele foi obstinadamente negacionista durante a epidemia:

O bolsonarismo expressa um contingente importante de militares que assimilam os anacrônicos valores e crenças oficiais da guerra fria, como o anticomunismo, um ódio que aumentou com a instauração da Comissão da Verdade (**Brasil Nunca Mais**, 2012), no governo Dilma Rousseff, uma resposta à exigência pública de punição aos militares torturadores e assassinos, pela violação dos direitos humanos, durante a ditadura militar.

A tensão social aumentou com a midiatização do **Julgamento do Mensalão** (2012), que colocou os petistas no banco dos réus, e com a **Operação Lava-Jato** (2014 - 2021), denúncia e julgamento do "escândalo do Petrolão", que engrossou o caldo racista e preconceituoso, o antipetismo e antilulismo. As falhas desse processo seriam publicadas na dita operação **Vaza - Jato**, pelas reportagens no site **Intercept Brasil** (2019).

A atração dos bolsonaristas reside na avidez pelo poder, prestígio e riqueza, que anima os fracassados e párias em busca de dinheiro e dispostos a negociações milicianas, mercenárias, criminosas. Veja-se, por exemplo, o esquema da rachadinha, i.e, "transferência de parte ou de todo salário do servidor para o parlamentar ou secretários a partir de um acordo anteriormente estabelecido" (POLITIZE, 25.09.2021). E há o crime das joias "presenteadas" pela Arábia Saudita ao governo brasileiro (2021) e embolsadas pelo ex-presidente, causa do seu indiciamento e mais quatro pessoas pela PF (em 2024).

O processo da "guerra cultural" se dissemina nos Estados Unidos e Europa, onde desde os anos 80 as batalhas morais e identitárias (dos negros, mulheres e gays) enfrentam o preconceito e a violência dos conservadores. A filosofia de vida anti-capitalista, antissistema, comunitária, contracultural e combativa sempre teve de enfrentar segmentos regressivos como igreja, parlamento, políticos republicanos (MISKOLCI, 2021)

Nos anos 90, chegaram os ventos neofascistas no Brasil a partir da influência do astrólogo e pseudo-filósofo Olavo de Carvalho, responsável pela doutrinação dos jovens, leitores e seguidores de seus cursos na internet, pelo combate à dita "guerrilha cultural", sem debater ideias, mas atacar e desqualificar, as palavras dos adversários, vistos como inimigos a serem eliminados. Não há lugar para controvérsias na mente dos extremistas.

Durante a campanha que o elegeu, houve o caso controverso do atentado contra o candidato, em Juiz de Fora (MG), quando Adélio Bispo de Oliveira o esfaqueou, num episódio cercado de suspeitas, estranhezas e fatos mal explicados. O caso se tornou objeto de controvérsias, que dão margem ao entendimento do atentado como uma farsa, cujos dados são blindados, ocultos, cercados de proteção e vigilância, como mostra o documentário "**Uma fakeada no coração do Brasil**" (Joaquim de Carvalho, 2021).

A violência da desinformação na área de Educação

Mesmo antes de eleito, sua performance se fez envolta em produção de fakeNews, como a invenção do chamado "kit gay" e a "mamadeira erótica", pelo Gabinete do Ódio (forjado por

Carlos Bolsonaro) contra o candidato Fernando Haddad. Aliás, o vulgo Carluxo é responsável pela eleição graças ao Gabinete do Ódio e envio dos torpedos de fakeNews.

Há aqui a subversão de um projeto educativo de esclarecimento (que não se realizou) sobre a educação sexual dos adolescentes, e com apoio do pastor evangélico Silas Malafaia, virou uma campanha difamatória que arregimentou legiões de e-leitores reacionários movidos pela equivocada pauta da moralidade, dos bons costumes e a suposta defesa dos altos preceitos religiosos e altos valores familiares.

Em abril (2019), Bolsonaro criticou o suposto turismo gay no Brasil e misoginamente instigou os turistas masculinos: "quem quiser vir aqui fazer sexo com mulher, fique à vontade". E ao longo do governo, a partir do "cercadinho", no Palácio do Planalto, não se eximiu de proferir suas frases de conotação sexista: "Já falei que sou imorrível, já falei que sou imbrochável e também sou incomível" (maio 2021).

Há muita angústia e obsessão em torno da sexualidade pelos conservadores; em verdade, a sexualidade se agita nos discursos dos fascistas sob a forma da culpa, medo, vergonha, mal-estar, que se transforma em perseguição aos considerados por eles, "anormais".

Pesquisando na internet encontramos um farto material empírico acerca dos discursos dos bolsonaristas (inseridos em anexo), que podem revelar a prosa caótica que consiste em fakeNews, inverdades e desinformações que tumultuam a esfera pública.

Machismo, obsessão e delírio dos bolsominions

O discurso da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a advogada e pastora evangélica Damares Alves (2019-2020), na gestão Bolsonaro, é sintomático. É marcado pela atitude machista, antifeminismo, contrária ao aborto, ao contrato de união civil, defende a família patriarcal e ataca o que entende por "ideologia de gênero" ("meninos usam azul, meninas usam vermelho"). Ela já faz parte da história do "ridículo político nacional" (TIBURI). Atualmente Damares Alves é senadora pelo Distrito Federal.

O ex-secretário de cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim reproduziu o discurso do ministro de propaganda nazista, Goebbels; além da imitação do cenário, sua frase infeliz ressoou nas redes digitais de direita: "A arte brasileira da próxima década será heróica e nacional (...) emocional, imperativa e vinculada às aspirações populares (...) ou não será nada" (17.01.2020). Outra gafe foi comparar as medidas de confinamento na pandemia aos campos de concentração nazista (abril, 2020).

O secretário de Cultura Mario Frias também comparou o confinamento durante o coronavírus com o holocausto (março, 2020). Seu hábito de andar armado durante o expediente causou terror junto aos funcionários, e há denúncias de assédio moral, perseguição e demissão durante a sua gestão; hoje ele é Deputado Federal, PL-SP.

O lema "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos" é similar ao nazista, "Alemanha acima de tudo". Aliás o slogan "Deus, Pátria e Família" é semelhante ao do movimento fascista Ação Integralista Brasileira (AIB), que apoiava Hitler e Mussolini.

Os nazistas usaram a distorção da linguagem, a inversão do discurso e a subversão do sentido das palavras como instrumento de propaganda política. Veja-se o exemplo do chanceler Ernesto Araújo ao dizer que "os regimes totalitários do fascismo italiano e do nazismo alemão foram de esquerda" (março, 2019). O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, comparou uma agressão na USP com o terror nazista e comparou Lula a Hitler.

As sandices reforçam a "realidade paralela" dos "patriotas" que não cessam de insuflar a "máquina do ódio" através das distorções históricas. É o caso do governador de Minas, Romeu Zema, que recorreu a Mussolini, ao afirmar que "quanto mais complexa se torna a civilização mais se deve restringir a liberdade do indivíduo" (**Poder 360**, 01.06, 2020)

Educação & Desinformação uma conjunção desastrosa

Caberia destacar como a vontade de destruição da extrema direita neoliberal atacou a área da educação: o movimento "Escola sem Partido" (criado pelo bolsonarista Miguel Nagib em 2004, atuante até 2019), estendeu-se até a gestão Bolsonaro, mas naufragou em 2019, devido a desistência de apoio do presidente, mas principalmente graças ao combate dos progressistas em defesa da Educação nos moldes constitucionais.

A estratégia do "Escola sem Partido" conduzida pelos fundamentalistas evangélicos (e bolsonaristas) consistia em apagar à suposta doutrinação ideológica e violação da liberdade de consciência e crença dos alunos. O objetivo era impedir a discussão dos temas da "cidadania, gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero e discriminação em sala de aula

Brasil de Fato, 2016 [ii]

Este fenômeno tem sido disseminado exponencialmente na mídia da direita, cercado por truques, más intenções e armações políticas, tramados pela extrema direita e sua bandeira da moralidade. Encontra-se presente na pauta da "bancada evangélica" no Congresso, que defende

o "ensino domiciliar", acusando a escola presencial de doutrinação ideológica. Mais recentemente este projeto fascista para educação tem se metamorfoseado sob a forma da "Escola Cívico Militar" (defendida por governadores de direita e candidatos à Presidência, como o governador de S. Paulo, Tarcísio de Freitas).

A implementação da Escola Cívico Militar – segundo o debate em várias instâncias públicas – resultaria em violência contra os professores e estudantes, atrofia da criatividade, prática autoritária típica dos regimes de exceção.

As relações entre Educação, Desinformação e Violência consistem em uma complexidade atravessada pela ação autoritária dos setores conservadores, que repercutiu em perseguição, agressão e linchamento de professores e alunos contestadores da abominação educacional, política, ética e cognitiva.

Na interface da educação e desinformação, há várias investigações científicas, reportagens investigativas e sites noticiosos que apontam como a pós-verdade e fakeNews atentam violentamente contra as escolas, o conhecimento e a própria constitucionalidade.

Vide exemplo do artigo científico da Revista de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, "Ser docente em tempos de fake News" (2022)[iii], denúncia das mensagens falsas que insuflam violência contra a população LGBT e defesa do "letramento crítico" na construção de uma sociedade mais igualitária.

A COVID, o negacionismo e a desinformação que mata

Os revezes do bolsonarismo ocorreram com a irrupção da pandemia da COVID, quando o presidente e seus ministros agiram de modo negacionista, primeiramente negando a necessidade da vacina, depois postergando a sua compra, induzindo a população a ingerir substâncias sem eficácia comprovada, como a cloroquina e a ivermectina, em meio ao caos de milhares de mortos. Os vários ministros da saúde (sem competência na área), oportunisticamente tentaram ludibriar a população com mentiras.

No auge da pandemia, durante o grande confinamento (em 22.04.2020), houve a fatídica reunião de Bolsonaro com seus ministros, referida como "a cúpula do Poder Executivo tramando um golpe contra a democracia". Bolsonaro ali se indispôs contra o seu Ministro da Justiça (Sérgio Moro) quando tentou intervir na polícia federal, e trocou os ocupantes de cargos para proteger seus familiares e amigos envolvidos em ilicitudes.

Nessa reunião, o presidente instigou armar a população contra os governadores (da oposição) que defendiam o uso imediato da vacina, e o ministro do Meio Ambiente (Ricardo Salles) propôs se aproveitarem do confinamento e solucionar as questões ambientais, passar por cima dos direitos indígenas, liberar o tráfico na Amazônia e "deixar passar o gado", enquanto a nação agonizava. Essa (falta de) Ética e responsabilidade regeu o estilo de governança, e serviu de espelho para a manada que copiou o mandatário da República da Mentira e o estilo de vida sem parâmetros éticos, morais e responsáveis.

Pandemia & Infodemia: precauções contra a desinformação

O caso mais grave acerca da desinformação incidiu no episódio da pandemia, pois o clima de pânico acerca da doença surtiu um efeito perverso na atitude das autoridades, o negacionismo (inocente ou intencional) levou a milhares de mortos no Brasil. Um exame dos fatos geradores de inverdades e fakeNews concernentes à pandemia, dá exemplos da (in)comunicação e da (des)informação que mata atingindo a área da Saúde.

A desinformação e seus efeitos na área da saúde têm sido objeto dos saberes interdisciplinares das Ciências da Saúde, Filosofia do Direito, Teoria do Jornalismo e Ciências da Informação e da Comunicação. E naturalmente solicitam uma base teórico-conceitual para assegurar a eficácia da competência profissional das instâncias correlatas.

Com o retorno democrático da gestão presidencial, após a vitória do Presidente Lula, tivemos a retomada da reconstrução democrática após um "regime autoritário" que contribuiu para a desconfiança nas instituições, incluindo o Estado, a clínica e a Imprensa.

Após a incidência da COVID houve um esforço para restaurar a confiança do jornalismo profissional, obliterado pelas mídias oportunistas e nichos políticos populistas de direita, movidos à base das fake News. E esse expediente passa pelo crivo do resgate e atualização da pesquisa científica, o que inclui a publicação de uma literatura básica e especializada nas interfaces do Jornalismo & Ciência, Mídia & Saúde, e que poderia se resumir num termo mais prosaico como investigação da Pandemia e Infodemia.

Infodemia & Pandemia na mira do Jornalismo Profissional

Há preocupações em sanar a relação entre o jornalismo profissional e as mensagens falsas, no contexto da saúde pública e após a epidemia da coronavírus. Nesse sentido, cumpre

citar o trabalho "A infodemia transcende a pandemia", de Neyson Freyre Dossiê Ciência & Saúde Coletiva (2021), uma referência no domínio interdisciplinar com avanços notáveis.

Nas Escolas de Comunicação e cursos de Graduação e Pós-Graduação em Jornalismo não tem sido medidos os esforços para atualizar a reflexão social e política acerca da interface Desinformação e Saúde, justamente porque depois da tragédia da COVID, a comunidade científica (incluindo as humanidades) despertou para o perigo das fakesNews para a vida mental e social. E uma das estratégias de ação a serem tomadas face à mentira premeditada (pelos governos e grupos negacionistas) é a investigação científica sobre o Jornalismo Profissional, incluindo as práticas de Laboratório e a estratégia de Observatório das Mídias. Vide caso do Observatório da Mídia Paraibana (PPJ/UFPB). Nessa direção caminha o artigo científico de Anieli Madacki (UFMG, 2020), no Congresso da Intercom, no ano da peste.

Conclusão: Além da distopia, dias melhores virão

Cumpre aqui destacar os nexos entre nosso trabalho e a proposta temática explícita na programação do evento. Estes se mostram na análise crítica das realizações orientadas em função das estratégias para a salvaguarda dos direitos humanos e da democracia.

Em tempo de fakeNews está em jogo a reconstrução da verdade factual (BUCCI), o discurso jornalístico fidedigno aos acontecimentos (CHARAUDEAU), a restauração do ethos democrático, e a escolha certa diante da emergência e expansão da inteligência artificial, cujo uso disfuncional ameaça a nossa própria existência (HARARI).

Os saberes da Filosofia do Direito, História, Ciência Política, Sociologa e Psicologia Social orientam e informam a comunicação crítica da Mídia Independente e Jornalismo Profissional. A inteligência coletiva conectada (SANTAELLA) tem calibre para reverter a crise, distopia e instabilidade geradas pela desinformação das notícias falsas.

Cumpre verificar se essas estratégias reconhecem as práticas sociais, os movimentos populares, as ações afirmativas reais e presenciais dos atores sociais. É preciso avaliar as interações entre as experiências físicas e digitais orientadas para cancelar a cultura do ódio. E por fim, faz-se necessário um trabalho empenhado em examinar como as "formas jurídicas" têm enfrentado as fakeNews, a mentira deliberada e a "manipulação da verdade" (CHARAUDEAU) para fins criminosos.

Ao longo do trabalho rastreamos as notícias falsas e sua irradiação na área da Saúde, da Educação e do Jornalismo. São elementos para análises das narrativas destrutivas que põem em risco a democracia, e pretendemos retomar posteriormente esse tema de pesquisa.

Focamos a "personalidade autoritária" do líder e principalmente o novo fascismo encarnado pelo bolsonarismo, como uma estratégia de destruição das instituições civis e avanços democráticos desde os anos 30 (na era Vargas). E caberia então finalizar, ressaltando os esforços de restauração do processo democrático (no Governo Lula) e o êxito no enfrentamento do sistema midiático viciado, através da CPMI das FakeNews, e o combate da inteligência coletiva à informação tóxica e as mensagens que matam.

REFERÊNCIAS

ARONSON, E & ARONSON, J. *O animal social*. S. Paulo: Ed. Goya, 2023.

BUCCI, E. *A superindústria do imaginário*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CESARINO, L. *O Mundo do Avesso. Verdade e Política na era digital*. Ubu Editora, 2022.

CALIGARIS, C. *O grupo e o mal: Estudo sobre a perversão social*. Ed. Fósforo, 2022.

CASTRO ROCHA, J.C. *Bolsonarismo: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. Belo Horizonte: Autêntica, 20123; ___ *Guerra cultural e retórica do ódio*. E-book, 2021.

CHARAUDEAU, P. *A manipulação da verdade*. S. Paulo: Contexto, 2022

CHAUÍ, M. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHOMSKY, N. *Mídia: Política, propaganda, manipulação*. S. Paulo: Martins Fontes, 2013; ___ *Terrorismo Ocidental, de Hiroshima à Guerra dos drones*. SP: Ed. Autonomia Literária, 2021.

CRARY, J. *Terra arrasada*. Além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. Ed.Ubu, 2023.

D'ANCONA, M. *Pós-Verdade*. Barueri-SP: Faro Editorial, 2018.

DIEGUEZ, C; MARRA, C. *O ovo da serpente*. Companhia das Letras, 2022.

ESCOBAR, P. *Império do Caos*. Ed. Revan, 2015.

FISCHER, M. et al. *A Máquina do caos*. S. Paulo: Ed. Todavia, 2023.

FREIXO, A; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs.) *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização.* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

HABERMAS, J; WERLE, D.L. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. *S.* Paulo: Ed.UNESP, 2023.

HAHARI, Y. N. *Nexus: Breve história das redes de informação*. Companhia das Letras, 2024.

HAN, B.C. ___ *No Enxame: Perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018; ___ I*nfocracia*: Vozes, 2022; ___ *O espírito da esperança: Contra a sociedade do medo*. Vozes, 2024.

MELZER, N; KOBOLB, O. *O Processo – Julian Assange*. Curitiba: Kotter Editorial, 2023.

MISKOLCI, R. *Batalhas morais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

MOROZOV, E. *A ascensão dos dados e a morte da política*. S.Paulo: Ed. UBU, 2018.

O'NEIL, C. *Algoritmos de destruição em massa*. Rio de Janeiro: Ed. Rua do Sabão, 2021.

ROHDE, D. *In Deep: The FBI, the CIA, and the Truth about America's Deep State*. W.W. Norton & Company, 2020.

SANTAELLA, L. *O flagelo da desinformação*. EDUC, PUC/USP, 2023; ___ *A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?* S. Paulo: Estação das Cores e Letras, 2018: ___ *De onde vem o poder da mentira*? S. Paulo: Estação das Cores e Letras, 2021.

TIBURI, M. *Mundo em disputa*. Rio: Civilização Brasileira, 2024; __ *Delírio do poder*. Record, 2019; __ *Ridículo Político*. Record, 2017; __ *Como conversar com fascista*. Record, 2015.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2021.

---

[i] Listamos– neste anexo – alguns trabalhos norteados por uma hermenêutica jornalística voltada para a avaliação da "personalidade autoritária" e dos grupos de seguidores, de extrema direita, empenhados na produção das fakeNews e desinformação. Sua adequação ao trabalho se deve à reunião de dados empíricos (um clipping) sobre o tema com potencial para uma investigação mais aprofundada.

O Negócio do Jair: A história proibida do clã Bolsonaro (PIVA, 2022); **O populismo reacionário – Ascensão e legado do bolsonarismo** (LYNCH & CASIMIRO, 2022); **Os limites da democracia – De junho de 2013 ao governo Bolsonaro** (NOBRE & ENUIE, 2022).

MORAES, M.M. Governo Bolsonaro, um Governo Fundado em Fake News? In: Revistas da Associação de Pós-Graduandos da PUC/SP, 2023. https://revistas.pucsp.br/index.php/apg/article/download/58843/41698/192278

VISCARDI, J.M. FakeNews, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no twitter. Dossiê – Trabalho de Linguística Aplicada, mai-ago, 2020. https://doi.org/10.1590/010318137158916202005 20

BOLSONARISTAS USAM CÓDIGO "Festa da Selma" para coordenar invasão em Brasília. In: Sentinela Eleitoral, 08.01.2023. (Bruno Fonseca & Laura Scofield). Disponível em: https://apublica.org/sentinela/2023/01/bolsonaristas-usam-codigo-festa-da-selma-para-coordenar-invasao-em-brasilia/#

AS CONSEQUÊNCIAS criminosas das Fake News: a urgência na punição. In: **Portal Brasil 247**, 10.05.2024. (Lenio Luiz Streck). Disponível em: https://www.brasil247.com/blog/as-consequencias-criminosas-das-fake-news-a-urgencia-na-punicao

DA MENTIRA À VIOLÊNCIA. (Pedro Abramovay e Heloísa Griggs). In: **Revista Piauí**, 10.01.2023. https://piaui.folha.uol.com.br/da-mentira-a-violencia/

MÍDIA E PANDEMIA. Desinformação e violência política: pior do que está, fica. (Dias, Mello e Pita). Le Monde Diplomatique, 05.04.2021. https://diplomatique.org.br/desinformacao -violencia-politica-em-ano-de-eleicoes-e-pandemia/

MÁRCIA TIBURI E O ÓDIO NAS REDES. (Pedro Stropasolas). In: **Brasil de Fato**, 21.08.2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/08/21/marcia-tiburi-e-o-odio-nas-redes-minha-imagem-e-usada-para-produzir-engajamento

Três Casos de Fake News que geraram guerras e conflitos ao redor do mundo. In: BBC News Brasil, 25.04.2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-43895609

[ii]ESCOLA SEM PARTIDO e a falsa ideia de neutralidade**. Brasil de Fato,** 24.06.2016. (I. Figueiredo). https://www.brasildefato.com.br/2016/06/24/escola-sem-partido-e-a-falsa-ideia-de-neutralidade

[iii] MOTA, V.M; ANDRADE, B.C.N. "Ser docente em tempos de fake News". Rev. **Linguagem em Foco**, Pós. Grad em Linguística Aplicada – UECE, vol. 14, nº 2, 2022. http://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9491

NÃO DEIXAR SER VIOLADO: UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA COMO RESPOSTA À OPRESSÃO

Felipe Araujo Fernandes [1]

RESUMO

Este artigo examina as distinções entre agressividade e violência, sublinhando suas dimensões instintivas, sociais, políticas e morais. A agressividade é caracterizada como um impulso natural ligado à autopreservação, comum a diversas espécies, enquanto a violência é entendida como uma manifestação consciente da agressividade, usada para impor a vontade e com efeitos profundos nas relações humanas. Utilizando as obras de autores como Pierre Clastres e Frantz Fanon, o artigo investiga o papel da violência em contextos pré-coloniais, coloniais e contra-coloniais, onde não apenas oprime, mas também serve como instrumento de resistência e libertação. Fanon, em particular, argumenta que a violência insurgente pode ser uma resposta necessária à opressão colonial, permitindo ao colonizado recuperar sua humanidade e dignidade. Além disso, o texto aborda como o monopólio da violência pelo Estado e outras instituições legitima determinadas formas de opressão, enquanto criminaliza a resistência dos oprimidos. A reflexão final do artigo destaca a importância de uma abordagem crítica e estratégica da violência, especialmente no mundo contemporâneo, sugerindo que, a violência deve ser pensada não de forma moralista, mas, justamente como uma forma consciente do uso da nossa capacidade de colocar nossas vontades de, inclusive, violar normas sociais que nos castrem ou oprimam. Nesse sentido, que defendemos que um estudo profundo da marcialidade é fundamental.

Palavras-chave: Violência, Marcialidade, Guerra, Estado, Liberdade.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise das distinções entre agressividade e violência, explorando seus significados e impactos na história humana e nas dinâmicas sociais. A partir de uma abordagem teórica que envolve autores como Pierre Clastres e Frantz Fanon, discute-se como a violência, embora frequentemente vista como destrutiva, pode atuar como um instrumento de resistência e libertação, especialmente em contextos de opressão colonial e sistêmica. O objetivo é investigar como esses conceitos influenciam não apenas as relações de poder, mas também a construção de sociedades mais justas.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

[1] Doutorando em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RFRJ. Praticante de Capoeira Angola (Grupo Angola Comunidade - RJ – Mestre Eudes) e de Kung Fu, no estilo Ving Tsun (Família Moy Ke Lo Si – Mestre Ricardo Qeuiroz). felipearaujo.fernandes87@gmail.com

A metodologia deste artigo consiste em uma revisão bibliográfica crítica, focada em textos clássicos e contemporâneos que abordam a agressividade, a violência e suas implicações sociais e políticas. Os principais referenciais teóricos são Pierre Clastres e Frantz Fanon, que oferecem uma compreensão aprofundada desses conceitos, além das contribuições de Ricardo Queiroz e Júlio Camacho, mestres em artes marciais, para refletir sobre a ideia de marcialidade. A abordagem comparativa analisa as diferenças entre a agressividade instintiva e a violência consciente, explorando suas manifestações em diversos contextos históricos e culturais, especialmente no colonialismo e pós-colonialismo. A análise é complementada por exemplos históricos e reflexões filosóficas sobre o papel da violência nas sociedades humanas.

SOBRE VIOLÊNCIA, MARCIALIDADE E GUERRA

A agressividade e a violência são conceitos intimamente relacionados, mas que apresentam distinções importantes para o entendimento de seus papéis na vida humana e social. Aqui apresentarei uma proposta de definição, para que possamos alinhar os conceitos.

Agressividade, de forma geral, refere-se a uma disposição natural, uma reação de defesa a algo ou de ataque diante de uma situação de risco ou ameaça. Pode ser entendida como um impulso instintivo presente em todas as espécies animais, incluindo os seres humanos, e que serve para a autopreservação e a proteção da integridade física ou emocional. A violência, por sua vez. esta está associada a uma transgressão mais concreta de limites, em que a agressividade se manifesta como uma ação física, psicológica ou social resultando em dano ou violação da integridade do outro.

Enquanto a agressividade pode ser apenas uma resposta adaptativa, a violência carrega uma dimensão moral e prática que envolve intenções e consequências para as relações humanas. Aqui, para simplificar o debate, iremos chamar de agressividade esse ímpeto de autopreservação, presente nos animais, e violência tomaremos como uma condição mais complexa do uso consciente da agressividade para fins imposição da vontade humana (individual ou de um grupo). De modo que podemos falar que uma leoa é fez uso de sua agressividade, mas não que foi violenta, ao caçar um animal, por exemplo. Já os seres humanos podem ser violentos. Mas, em ambos os casos, nossa definição não apresenta uma concepção “moralista” de antemão de nenhum desses conceitos.

A agressividade tem sido crucial para a autopreservação ao longo da evolução, presente em várias espécies, inclusive nos humanos. Em animais, como roedores, ela se manifesta como autodefesa, muitas vezes sem ataques físicos, mas por meio de comportamentos intimidadores. Nos seres humanos, a agressividade também é uma resposta defensiva, porém com maior complexidade emocional e psicológica. Ela pode ser utilizada tanto para proteção quanto para resistência, variando conforme o contexto histórico, cultural e social. Essa capacidade de canalizar estrategicamente a agressividade distingue os humanos de outros animais.

O psicólogo e mestre em artes marciais Júlio Camacho, na obra Fundamentos do Kung Fu: Livro 1 – Marcialidade, argumenta que "a agressividade está diretamente ligada à luta pela sobrevivência da espécie" e que, quando bem direcionada, "não tem em si nada de problemático" (Camacho, 2021, p. 61). Isso significa que a agressividade, quando canalizada de forma construtiva, pode ser uma ferramenta valiosa para a sobrevivência e o desenvolvimento humano.

Já o filósofo e também mestre em artes Marciais Ricardo Queiroz, na mesma obra sobre marcialidade. Aponta:

> Mas violência é um substantivo que tem a ver com o ato de violar. E muitas vezes na vida da gente, em função de necessidade que a gente sente de ter de escapar de determinados aprisionamentos culturais sedimentados, é preciso por vezes que a gente seja violento, no sentido aqui de a gente ter a coragem de ultrapassar as camadas que nos impedem de ser a gente mesmo, que a gente seja o mais próprio do nosso ser. (Queiroz, 2021, p. 66)

Enquanto os roedores podem responder instintivamente a um predador, os seres humanos são capazes de planejar e coordenar respostas muito mais sofisticadas, tanto individual quanto coletivamente. Nesse sentido, podemos perceber que os vários povos inventaram formas de lidar com essa agressividade/violência, tanto para tentar "acalmar", quanto para tentar "estimular" e, sobretudo, para gerir seus efeitos. Os seres humanos inventaram inúmeras artes marciais justamente porque perceberam a necessidade de aprender a lidar com essas emoções e ações que levavam a combater e guerrear. A marcialidade tem um papel central na humanidade.

Marcialidade, no caso, estamos entendendo como essa capacidade de fazer um uso consciente e sofisticado dessas emoções, habilidades e técnicas de contraposição e imposição de vontades. O que seria uma tarefa central para todos seres humanos, coletivamente ou individualmente. Tendo um efeito central sobre as nossas decisões politicas.

O ponto é qye desde os primórdios, a agressividade e a violência foram cruciais para a sobrevivência humana. Nos grupos de caçadores-coletores, a agressividade era fundamental tanto para caçar quanto para defender-se de outros grupos. Essa capacidade de reação permitia aos humanos se protegerem em um ambiente hostil. No entanto, o antropólogo Pierre Clastres, em sua obra Arqueologia da Violência, destaca que a agressividade humana vai além da autopreservação e alimentação. Em sociedades não estatais, a guerra não é apenas uma questão de sobrevivência, mas um comportamento social estruturado, no qual a agressividade desempenha um papel central. O antropologo afirma: "A guerra é um puro comportamento de agressão e agressividade. Se a guerra é a caça, então a guerra é a caça ao homem" (Clastres, 2004, p. 164-165).

A caça, inicialmente destinada à obtenção de alimento, nos humanos evoluiu para uma prática social e ritualizada, cheia de significados. Quando se trata da "caça" de outros humanos, ou seja, a guerra, ela vai além da simples defesa, envolvendo aspectos culturais, emocionais e políticos. Pierre Clastres desafia a visão da violência como algo intrinsecamente condenável, sugerindo que, em certos contextos, agressividade e violência são legítimos meios de preservação e equilíbrio social. Em *A Sociedade Contra o Estado* (2012), Clastres explica que, nas sociedades indígenas, a violência não visava à dominação, mas à manutenção da coesão interna e autonomia, servindo como resistência à centralização do poder e preservando a diversidade dessas sociedades. Uma luta contra o surgimento do Estado e suas violências.

Essa perspectiva revela que a violência não pode ser analisada de forma simplista como uma anomalia ou um desvio moral. Ao contrário, em muitas sociedades, ela desempenha um papel regulador, funcionando como uma resposta estratégica para ameaças externas ou internas. A agressividade, portanto, não é algo a ser suprimido, mas algo a ser compreendido e direcionado. Nessas sociedades, quem representa uma concepção de violência a ser combatida é justamente o Estado. É o Estado que monopoliza a violência e, com isso, tem um controle perigoso sobre os outros, sobre a liberdade, sobre a diversidade, sobre a pluralidade.

Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo nascido na Martinica, foi um dos pensadores mais influentes sobre o colonialismo e suas implicações psicológicas e sociais. Em Os Condenados da Terra (1968), Fanon analisa o impacto da colonização sobre os indivíduos e sociedades, argumentando que o colonialismo é, por natureza, violento e desumanizante. Ele descreve o

colonizador como um agente de violência institucionalizada, que exerce controle sobre os corpos e mentes dos colonizados através da força física, econômica e cultural.

A ideia de “violência atmosférica" (p. 54) em Fanon é uma metáfora poderosa para descrever a constante e onipresente pressão exercida pelo colonialismo sobre as sociedades colonizadas. Para Fanon, essa violência é inseparável do regime colonial, permeando todas as esferas da vida social, cultural e psicológica dos colonizados. Ela não se limita ao uso da força física, mas está presente nas interações cotidianas, na forma de opressão, medo e submissão que os colonizados vivenciam diariamente.

Essa “atmosfera de violência” também se manifesta de maneira sutil, como na opressão psicológica e nas divisões sociais fomentadas pelo regime colonial, que exacerba conflitos internos entre os colonizados como uma estratégia de controle. Ao mesmo tempo, a violência colonial é internalizada pelos colonizados, levando-os a expressar sua frustração e raiva em rivalidades tribais ou em formas simbólicas de resistência, como danças e possessões religiosas.

A análise de Fanon se aprofunda ao discutir as implicações psicológicas da violência colonial. Ele descreve como a violência sistemática infligida pelos colonizadores resulta em traumas profundos e patologias mentais entre os colonizados. Fanon, baseado em sua prática psiquiátrica, observa que o ambiente colonial é uma fábrica de neuroses, onde o medo, a humilhação e a impotência geram doenças mentais. Neste cenário, a violência revolucionária assume um papel inclusive terapêutico, oferecendo uma via de escape do estado de alienação e opressão psicológica.

> Ao nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Desembaraça o colono de seu complexo de inferioridade, de suas atitudes contemplativas ou desesperadas. Torna-o intrépido, reabilita-o a seus próprios olhos. Mesmo que a luta armada seja simbólica, e mesmo que seja desmobilizado por uma descolonização rápida, o povo tem tempo de se convencer de que a libertação foi o assunto de todos e de cada um, o líder não tem mérito especial, A violência ergue o povo, à altura do líder. Daí essa espécie de reticência agressiva com relação à máquina protocolar que os jovens governantes se apressam a montar. Quando participaram, na violência, da libertação nacional, as massas não permitem que ninguém se apresente como libertador. (Fanon, 1968, p. 74)

Fanon não romantiza a violência, mas a apresenta como uma necessidade histórica. Ele reconhece que a violência traz consigo destruição e sofrimento, mas, também é verdade que a condição de escravização e de colonização também geram igualmente destruição e sofrimento. Assim, o que se há a perder? Estas são consequências inevitáveis e, de certa forma, menores diante do objetivo maior de libertação. A violência é, portanto, uma resposta ao ciclo de violência iniciado pelo colonizador. Fanon invoca uma perspectiva dialética, onde a ação

violenta dos colonizados é uma antítese à tese da violência colonial, resultando eventualmente em uma síntese que é a liberdade e a reconstrução de uma nova ordem social. “Nas lutas armadas há o que se poderia chamar de o ponto de não-retorno” (p. 70)

Destacamos aqui um elemento já apontado anteriormente. A violência não é apenas uma resposta à opressão. Até é verdade que essa violência opera como reação. Contudo, a verdade é que a violência, enquanto “emoção” já está em todo indivíduo. Inclusive, o colonizador é sempre violento, sem que precise ninguém o provocar. Fanon observa que, inicialmente, essa violência reprimida é canalizada para válvulas de escape emocionais, mas, com o tempo, ela inevitavelmente se reorienta em direção à luta anticolonial.

> Mas como passamos da atmosfera de violência para a violência em ação? Que é que faz explodir a panela? Em primeiro lugar tenha-se em conta o fato de que esse desenvolvimento não deixa incólume a beatitude do colono. O colono que “conhece” os indígenas percebe por vários indícios que alguma coisa está mudando. Os bons indígenas escasseiam, ouvem-se cochichos à aproximação do opressor. Às vezes os olhares se tornam duros, as atitudes e as conversas se fazem decididamente agressivas. Os partidos nacionalistas agitam-se, multiplicam os comícios e, ao mesmo tempo, os efetivos da polícia aumentam, chegam reforços de tropas. Os colonos, os agricultores sobretudo, isolados em suas fazendas, são os primeiros a se alarmar. (Fanon, 1968, p. 54)

Fanon usa o termo “violência à flor da pele” (p. 54) para descrever esse estado latente de agressividade e tensão que paira sobre os colonizados, como consequência direta da brutalidade e da exploração colonial. Ele ressalta que essa atmosfera de violência afeta tanto os colonizadores quanto os colonizados, criando uma situação em que a revolta é inevitável. A violência colonial está enraizada nas instituições, nas leis e nas formas de organização social que mantêm os colonizados em uma posição de inferioridade.

Como Fanon afirma: “O colonialismo é violência em estado bruto e só pode se dobrar diante de uma maior violência” (Fanon, 1961, p. 44). Fanon argumenta que o colonialismo é uma violência bruta que só pode ser superada por uma violência maior.

A violência insurgente, embora destrutiva, tem um papel criativo ao permitir que os colonizados recuperem sua humanidade e autodeterminação. Ela é vista como uma ferramenta de liberdade que rompe as correntes de opressão. Fanon propõe uma relação dialética entre violência e liberdade, onde enfrentar e destruir a violência colonial é essencial para a libertação. Fanon argumenta que o colonialismo é uma violência bruta que só pode ser superada por uma violência maior. Movimentos de resistência, como o MPLA em Angola ou o FLN na Argélia, demonstram como a violência insurgente foi utilizada como ferramenta para pôr fim a regimes

coloniais. No caso da Argélia, onde Fanon atuou como psiquiatra e militante, a luta armada contra os colonizadores franceses foi vista como o único meio viável de interromper a violência estrutural e física imposta pelo colonialismo.

A violência, como resposta necessária, vai além do contexto colonial e pode emergir em situações de opressão política ou econômica, como ditaduras, sendo a última alternativa dos oprimidos para resistir e assegurar seus direitos. Fanon argumenta que, diante de uma violência constante, os oprimidos reagem, transformando essa violência unilateral em uma força insurgente dialética. Ele sugere que, em alguns contextos, a recusa em enfrentar a violência opressora com uma força equivalente resulta em maior submissão. Não se trata de justificar a violência, mas de reconhecer que o pacifismo muitas vezes favorece o opressor, cuja violência é legitimada enquanto as reações dos oprimidos são criminalizadas, raramente sendo reconhecidas como legítima defesa.

Podemos distinguir dois tipos de violência. A primeira é a violência-emoção, um sentimento de agressividade que surge em sociedades competitivas, onde a luta pela sobrevivência é intensificada. Esse instinto violento está sempre presente, latente tanto no opressor quanto no oprimido, gerando conflitos. Fanon chama isso de "violência à flor da pele" ou "atmosférica". A segunda é a violência-ação, seria justamente a aplicação desta “emoção”, que envolve uma decisão consciente e planejada de impor vontades sobre o outro, canalizando a agressividade para alcançar objetivos específicos, como sobrevivência ou ganho material. Essa forma de violência pode surgir espontaneamente, como em insurreições, mas geralmente requer organização coletiva, por meio de sindicatos, movimentos sociais, ou partidos. No caso do Imperialismo, ele utiliza as mais diversas organizações para impor sua violência e castrar a violencia dos colonozados.

Ambas formas de violência operam em diferentes escalas, individual ou de grupo, e o grau de organização é crucial para o sucesso da ação. Para os oprimidos, instituições coletivas são fundamentais para educar e canalizar a violência em prol da destruição das instituições coloniais e da construção de uma sociedade autodeterminada.. É justamente por isso que o Estado busca monopolizar as ferramentas de agressividade e os usos da violência, pois, do contrário, a chance perder o poder é inevitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência, ao longo da história, revelou-se um fenômeno complexo, com profundas implicações morais, políticas e sociais. Inicialmente ligada à autopreservação, ela transcendeu a simples defesa física, tornando-se uma ferramenta tanto de opressão quanto de libertação. No contexto colonial, como discutido por Fanon, a violência insurgente surge como uma resposta necessária para romper ciclos de opressão e recuperar a dignidade dos oprimidos, ainda que isso traga desafios éticos. No entanto, a legitimidade da violência depende de quem a exerce e em quais circunstâncias. O Estado e suas instituições frequentemente monopolizam a narrativa da violência legítima, reprimindo e criminalizando qualquer resistência dos oprimidos, o que perpetua desigualdades. Esse monopólio cria uma ordem que absolve a violência dos opressores, enquanto nega a legítima defesa dos oprimidos.

Ao refletir sobre a marcialidade e o uso estratégico da violência, este artigo levanta questões cruciais sobre como podemos evitar que a violência necessária à libertação gere novos ciclos de dominação. A principal reflexão é: que tipo de sociedade queremos construir? A violência, embora inevitável em certos contextos, não deve ser o pilar das relações humanas, mas um meio para alcançar uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. 4. ed. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Tradução de Tânia Pellegrini. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurentino de Melo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Felipe Araujo. Quando a arte e o artista se misturam: a capoeira angola e a luta pela liberdade. *Revista Científica/FAP*, v. 28, n. 1, p. 79-109, 2023a. Disponível em: https://doi.org/10.33871/19805071.2023.28.1.7408. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERNANDES, Felipe. Araujo. Quando perdemos o medo da morte: pandemia e revolução. *Revista Fim do Mundo*, n 3, set/dez 2020, 136-158. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10891. Acesso em: 22 out. 2020.

QUEIROZ, Ricardo; CAMACHO, Júlio; LIMA, Úrsula. *Fundamentos do Kung Fu: Livro 1 – Marcialidade*. São Paulo: Novo Século Editora, 2021.

TECNOPOLÍTICAS E NEGACIONISMO: OS EFEITOS DO 'KIT GAY' NAS ELEIÇÕES DE 2018

Alana Maria Passos Barreto [1]
Matheus de Souza Silva [2]

RESUMO

Com as novas tecnologias de informação ocupando um âmbito central nas dinâmicas sociais, torna-se relevante observar os efeitos das tecnopolíticas enquanto ferramenta de controle. No contexto brasileiro das eleições de 2018, com forte ascensão de bandeiras neoconservadoras, o 'Kit Gay' emergiu como estratégia política do então candidato Jair Bolsonaro. O objetivo é de analisar como a falsa narrativa construída em torno do 'Kit Gay' produziu consequências no pleito eleitoral e na realidade política brasileira. O itinerário metodológico utilizou da pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico e documental, através de estudo de caso com caráter exploratório. Nesse viés, com o intuito de demonstrar a alcançabilidade dessa desinformação a partir de tecnopolíticas, a pesquisa de caráter empírico fez uso da base de dados do *Google Trends*. Considera-se que o 'Kit Gay' integra um conjunto de reações neoconservadoras em busca de inserir na agenda política um suposto combate à "ideologia de gênero". A pesquisa identificou que houve exposição a um contexto de desinformação perante a narrativa do 'Kit Gay' na disputa eleitoral, restando evidente o uso de uma ferramenta com efeitos nocivos à democracia. Esse tipo de mecanismo se apoia em narrativas conspiratórias aplicada a dinâmica populista, que projeta o inimigo como uma ameaça existencial iminente.

Palavras-chave: Eleições, Kit gay, Negacionismo, Tecnopolíticas.

INTRODUÇÃO

As anomalias que insinuam na esfera pública – como desinformação crônica, radicalização política e conspiracionismos – não indicam falhas pontuais, mas mudanças infraestruturais ligadas ao avanço desregulado e disruptivo das plataformas digitais (Gray; Bounnegru; Venturini, 2020).

Por sua vez, todo fenômeno social tem uma dimensão técnica, ou seja, o modo como humanos e não humanos se organizam para produzir sistemas que funcionam ou se perpetuam. Assim a tecnicidade das novas mídias reverbera em processos contestatórios de massa e em processos de reintermediação contraditória (Cesarino, 2023).

[1] Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – alanapassosbarreto@gmail.com
[2] Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista acadêmico pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – matheusdsouzas@academico.ufs.br

Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro, à época candidato à presidência, atacou Fernando Haddad, seu opositor, atribuindo a ele a criação do "kit gay". Em razão disso, o presente trabalho se propõe a analisar como a falsa narrativa sobre o "kit gay" foi utilizada enquanto tecnopolítica durante as eleições de 2018, bem como expor seus efeitos no contexto político e jurídico brasileiro.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a construção de narrativas desinformativas, como o "kit gay", sustentadas na promoção de pânicos morais, não alçariam tamanha escala se não fossem o uso das novas mídias sociais. Tendo em vista que, 2013 foi o ponto de virada no mercado de smartphones no país, e nos anos seguintes, aplicativos como Facebook (Meta), Instagram e Twitter (X), alcançaram hegemonia de mercado brasileiro (Cesarino, 2022).

Utilizando dessa perspectiva, a centralidade contemporânea das novas tecnologias de informação e comunicação, materializadas nas políticas de vigilância como práticas de controle, exige uma reflexão crítica que possa questionar e subverter seus fundamentos epistemológicos e a comumente alegada neutralidade.

METODOLOGIA

Para fins metodológicos, adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental. Em um primeiro momento, o desenho da pesquisa baseia-se no método de estudo de caso e possui caráter exploratório, tendo em vista a proposta de mapear novas perspectivas em relação a disseminação de narrativas falsas sobre um suposto "kit gay" que fazia parte da agenda política de "ideologia de gênero".

Nesse viés, com o intuito de demonstrar a alcançabilidade dessa desinformação a partir de tecnopolíticas, a pesquisa de caráter empírico fez uso de gráficos com a base de dados da plataforma Google Trends. Sendo o quantitativo de buscas por mês ao longo do ano de 2018, para avaliar o aumento de buscas no termo chave da desinformação sobre o "kit gay". Assim, nota-se que em 2012, a desinformação não possuiu a mesma visibilidade devido as tecnopolíticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A desinformação sobre a ação educativa foi disseminada em 23 de novembro de 2010, no Congresso Nacional, após a realização do seminário "Escola sem Homofobia", que tinha por objetivo discutir o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual.

Enquanto tecnopolítica, a narrativa analisada está inclusa em um contexto político específico dentro sociopolítica da América Latina. Nos últimos anos, tem ocorrido uma intensificação no processo de inserção de frentes conservadoras dentro do âmbito deliberativo e executório. Dentro disso, tais grupos alegam defender como bandeira principal e como princípios a vida a família e a liberdade de crença, especialmente sob a justificativa de ser necessário restaurar uma suposta ameaça à moralidade (Vaggione, 2020).

A estratégia política residia, então, em inserir pautas como complementariedade natural entre homem e mulher, homossexualidade como desordem e sobre sexualidade reprodutiva dentro da agenda pública. Com isso, reprodução e sexualidade ganharam protagonismo nas discussões políticas (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Observando a conjuntura demonstrada, o conteúdo apresentado por meio do projeto "Escola sem Homofobia" seria, portanto, uma dessas ações que trazem em risco a moral pública e os bons costumes, especialmente sob a justificativa de que a "ideologia de gênero" seria um risco à família tradicional.

Como resposta, os grupos neoconservadores alegavam que deveriam reagir na defesa de um campo educacional que fosse composto por uma prática pedagógica neutra ou, de outro modo, defendiam que não houvesse qualquer "apologia" a existência de grupos com sexualidades dissidentes à ordem cisheteronormativas (Quinalha, 2022).

Posteriormente, Jair Bolsonaro, à época deputado federal, realizou um discurso no plenário (Bolsonaro, 2010) de caráter desinformativo alegando que o material seria distribuído a crianças e que cultivaria comportamentos homoeróticos e homoafetivos tornando-as mais vulneráveis a ataques por indivíduos pedófilos (Brandão; Santana, 2010).

Durante seu mandato como deputado federal, Bolsonaro distribuiu panfletos em residências e escolas do estado do Rio de Janeiro com os termos "Plano da Vergonha" e "Kit Gay", apelido pelo qual o projeto "Escola sem Homofobia" ficou conhecido.

Esse tipo de narrativa criada por Bolsonaro contra o "kit gay" se difundia para os meios de comunicação tradicionais que produziam reportagens alarmistas sobre o assunto e utilizavam o termo "kit gay" de modo a naturalizá-lo (Romancini, 2018). Portanto, a luta contra o kit anti-homofobia se configurou em razão de seus oponentes acusarem o material de "promover o homossexualismo" nas escolas brasileiras.

Em 2012, Bolsonaro faz uma postagem em seu perfil do Twitter ("X" atualmente), com tom alarmista dizendo "ASSUSTEM-SE PAIS: Vejam o conteúdo do kit-gay que já chegou nas

escolas primárias do Brasil. http://bit.ly/NrvECG" (Bolsonaro, 2012). Na época, a postagem obteve oito curtidas.

O link mencionado na publicação carregava uma página de blog bastante rudimentar, em detrimento da internet não ser ainda tão avançada, criada em seu nome com imagens e textos sobre supostas atividades escolares a qual ele atribuiu como resultados do projeto do "kit gay" (Barreto; Ávila, 2023). Contudo, o projeto "Escola sem Homofobia" nunca foi executado, por ter sido vetado em 2011 pela presidente Dilma Rousseff devido a repercussão negativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após seis anos, durante as eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro ressurgiu com a desinformação do "kit gay" e afirmou em entrevista ao Jornal Nacional que o livro "Aparelho Sexual e Cia" havia sido distribuído em escolas públicas pelo Ministério da Educação quando Fernando Haddad (à época candidato a presidência da república) era o ministro da pasta.

Essa narrativa alarmista adotada trata-se de públicos que ganham relevância com facilidade no ambiente invertido da economia da atenção: alegam trazer o novo, quebrar tabus, libertar o que se encontrava sufocado e, como o caso estudado, revelar supostas verdades. "Embora esse viés antiestrutural seja especialmente evidente nos públicos populistas, ele é transversal à plataformização e não se restringe à direita do espectro político" (Cesarino, 2022, p. 148).

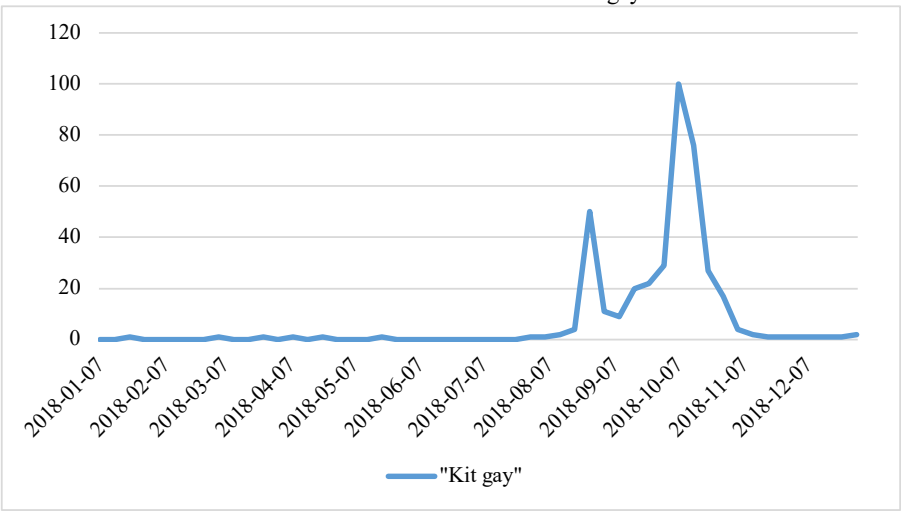
Diante desse cenário, uma pesquisa realizada pela IDEIA Big Data/Avaaz (2018) mostrou que 85,2% dos eleitores entrevistados de Bolsonaro viram a narrativa sobre o "kit gay", de modo que 83,7% deles acreditaram na existência do "kit gay". Por sua vez, 98,21% dos eleitores de Bolsonaro entrevistados foram expostos a uma ou mais mensagens com conteúdo falso.

De acordo com Cesarino (2022), se as novas mídias oferecessem aos usuários um acesso não mediado ao real, teríamos todos a mesma imagem dele. No entanto, existe uma fragmentação em que cada usuário tem, no limite, sua visão personalizada da realidade, que Pariser (2012) classificou como filtros bolhas, à qual cada um se apega como se fosse a única imagem correta.

Dessa forma, 61% dos eleitores de Haddad viram a narrativa do "kit gay" e apenas 10,5% acreditaram na história (IDEIA Big Data/Avaaz, 2018). A pesquisa ainda demonstra uma estimativa de que 73,9% do eleitorado brasileiro foi exposto à narrativa do "kit gay".

Utilizando a ferramenta Google Trends, é possível observar no gráfico 1 o aumento repentino a partir de setembro nas buscas da web pelo termo “kit gay” atingindo um pico no mês de outubro e diminuindo o número de pesquisas em novembro (Google, 2018). O mês de outubro foi o mês que marcou a disputa eleitoral, sendo realizado em 7 de outubro o primeiro turno e em 28 de outubro o segundo turno (TSE, 2018).

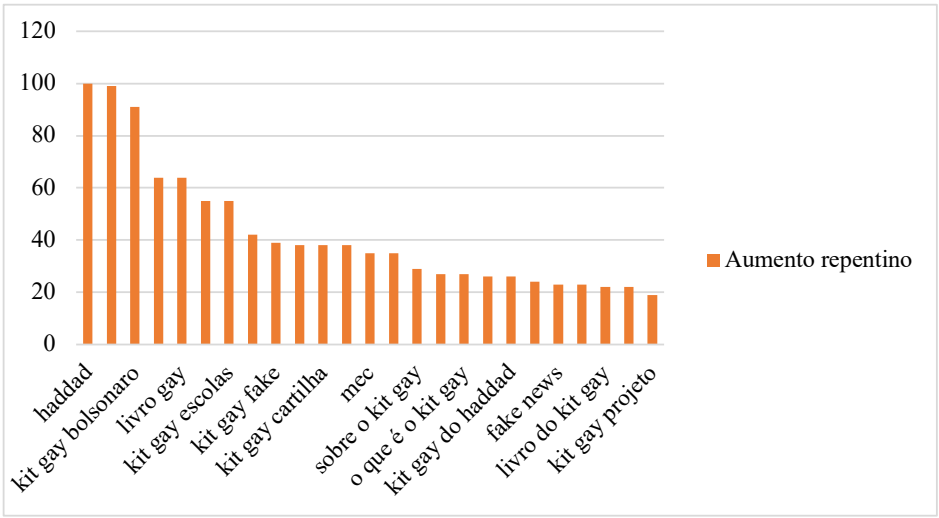
Gráfico 1 – Buscas relacionadas ao termo “kit gay” em 2018



Fonte: Google (2018)

Contudo, as buscas sobre o “kit gay” não estavam limitadas ao seu termo, de modo que outras buscas relacionadas ao termo também sofreram aumento repentino, conforme ilustrado no gráfico 2.

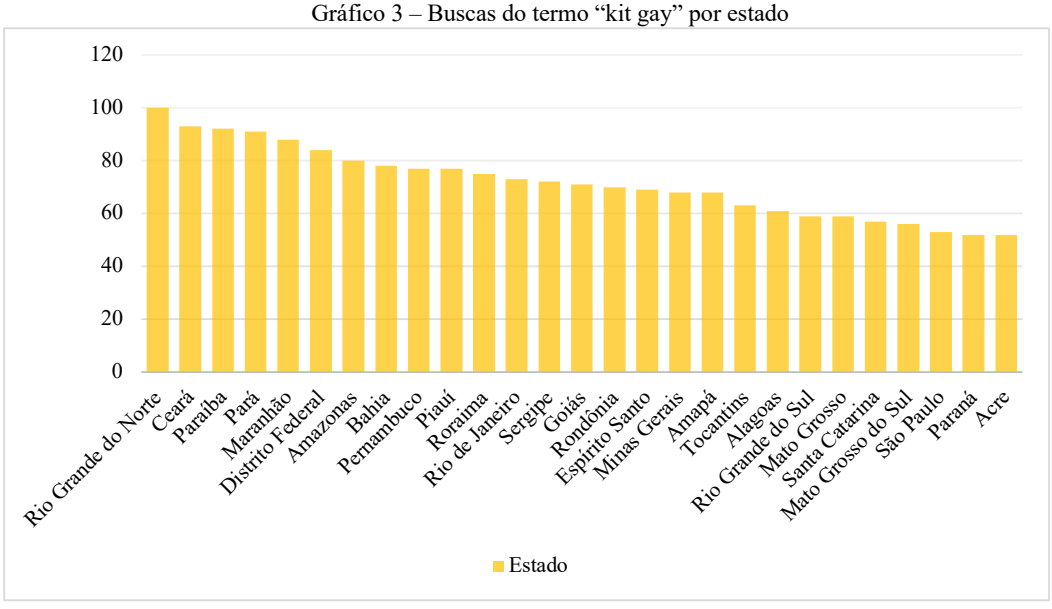
Gráfico 2 – Aumento repentino de buscas relacionadas



Fonte: Google (2018)

Além disso, o gráfico 3 demonstra um aumento de buscar sobre o termo predominantemente em estados da região Nordeste. Sabe-se que a região é uma hegemonia política de candidatos petistas há duas décadas (Estadão Conteúdo, 2022), logo, o fluxo de conteúdos falsos atribuidos a seu opositor precisava ser mais disseminado no Nordeste.

Gráfico 3 – Buscas do termo “kit gay” por estado



Fonte: Google (2018)

Ruediger (2019) aponta que as notícias falsas mais mencionadas no Twitter durante o período eleitoral de 2018, no Brasil, trataram de fraudes no sistema de votação e do suposto *Kit Gay*, ambas com alcance de mais de um milhão de menções. Em razão disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a suspensão de links de sites e redes sociais com a expressão "kit gay" usados pela campanha de Bolsonaro para atacar Haddad (Brasil, 2018).

A representação tinha como alvos o presidenciável, à época do PSL, e seus filhos Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), eleito senador, e Carlos Bolsonaro (PSL), vereador no Rio. Eles reproduziram conteúdo que afirmava que o livro "Aparelho Sexual e Cia" tinha sido distribuído em escolas públicas pelo Ministério da Educação quando Haddad era o ministro da pasta. O vídeo teve o alcance de cerca de 500 mil visualizações (Congresso em Foco, 2018).

Na decisão, o Ministro Relator Carlos Horbach entendeu comprovada a difusão de fato sabidamente inverídico e requereu liminarmente a remoção do conteúdo falso por gerar desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político (Brasil, 2018). Assim, a coligação de Haddad conseguiu a derrubada de cerca de 100 links originais e mais de 146 mil compartilhamentos com alcance de aproximadamente 20 milhões de visualizações (Congresso em Foco, 2018).

No âmbito juspolítico, a propagação de desinformação em relação a questões de educação e diversidade sexual provocou uma espécie de juridificação reativa (Vaggione, 2020). Somente no ano de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou diversas ações (ADPF 457, ADPF 462, ADPF 465, ADPF 526, ADPF 600, ADPF 787) que buscavam invalidar leis municipais e estaduais que promoviam o ensino de gênero e educação sexual (Silva, 2022).

Constata-se, portanto, que o "kit gay" apresenta-se como embrião de desinformação a um contexto que provocou uma reação conservadora também dentro do Direito com a finalidade de institucionalizar os preceitos ideológicos contrários a diversidade sexual em uma tentativa de juridificação da moralidade (Biroli, Machado e Vaggione, 2020). A jurisprudência firmada vai no sentido de que o campo pedagógico deve compor diversas perspectivas, não cabendo neutralidade visto que incide na ausência de proteção à grupos vulnerabilizados (Silva, 2022).

A crescente inserção de atores religiosos dentro da arena política, especialmente no contexto latino-americano (Vaggione, 2019), acarretou diversas consequências na paralisação de discussões em pautas como desigualdade de gênero, interrupção de gravidez e discriminações. Nesse sentido, apesar de avanços no Supremo Tribunal Federal (Silva, 2019),

as agendas neoconservadoras impedem o avanço de questões ligadas aos direitos fundamentais da população LGBTQIAPN+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presenta pesquisa identifica, portanto, como a formação de desinformações com forte caráter moral foram utilizadas de forma estratégia dentro do âmbito político. Com isso, a construção narrativa do "kit gay" está inserida, portanto, em uma série de reações contra o discurso do que seria uma ideologia de gênero. Enquanto tecnopolítica, o contexto de desinformação demonstrado na pesquisa apela para um caráter não científico que põe em antinomia os direitos sexuais, com cunho ideológico, e questões naturais de gênero, identidade e orientação sexual (Vaggione, 2019).

É possível notar a necessidade de se apoiar em narrativas conspiratórias aplicada a uma dinâmica populista, que projeta o inimigo como uma ameaça existencial iminente, propiciando altos níveis de mobilização. Bolsonaro utilizava a estratégia narrativa de manutenção de pânicos morais já existentes através da disseminação de conteúdos falsos para que a comunidade LGBTQIAPN+ representasse uma ameaça social aos padrões conservadores, sendo eles cisnormativos e heteronormativos (Barreto; Ávila, 2023). Contudo, em um espaço curto como uma campanha eleitoral, pode fazer diferença.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. M. P.; ÁVILA, F. de. A colonialidade de gênero na desinformação: um estudo sobre o "kit gay". **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 9, n. 17, 2023. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/16302. Acesso em: 21 fev. 2024.

BIROLI, F; MACHADO, M. D. C; VAGGIONE, J. M. Introdução. In: Biroli, F; Machado, M. D. C; Vaggione, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** São Paulo: Editora Boitempo, 2020. 47

BOLSONARO, J. M. **Discurso no Plenário - Sessão: 208.4.53.O**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: https://goo.gl/so2ayJ. Acesso em: 21 fev. 2024.

BOLSONARO, J. M. **ASSUSTEM-SE PAIS**: Vejam o conteúdo do kit-gay [...]. 23 jul. 2012. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/227538599225212928. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRANDÃO, P. DE F.; SANTANA, T. O "kit gay": na saúde e na educação um kit de polêmicas. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 18, p. 167-176, 2011. https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/47064. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Representação nº 0601699-41.2018.6.00.0000**. Classe 11541. Relator Min. Carlos Horbach, 15 de outubro de 2018. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit-gay.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CONGRESSO EM FOCO. **TSE diz que "kit gay" não existiu e proíbe Bolsonaro de disseminar notícia falsa**. Congresso em Foco/Uol, 2018. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/. Acesso em: 21 fev. 2024.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Com 20 anos de domínio petista, Nordeste é desafio para rivais de Lula.** CartaCapital, 2022. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/com-20-anos-de-dominio-petista-nordeste-e-desafio-para-rivais-de-lula/. Acesso em: 21 fev. 2024.

FIRMINO, R. J.; BRUNO, F. G. Construindo uma agenda latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade. **Politics**, v. 35, p. 1-7, 2023. Disponível em: https://politics.org.br/edicoes/construindo-uma-agenda-latino-americana-de-estudos-sobre-vigil%C3%A2ncia-tecnologia-e-sociedade. Acesso em: 20 fev. 2024.

GOOGLE. **Kit gay**: termo de pesquisa. Google Trends, 2018. Disponível em: https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2018-01-01%202018-12-31&geo=BR&gprop=youtube&q=kit%20gay&hl=pt. Acesso em: 21 fev. 2024.

GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; VENTURINI, T. Fake news is a infrastructural uncanny. **New media e-society**, v. 22, n. 2, p. 317-341. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444819856912. Acesso em: 21 fev. 2024.

IDEIA BIG DATA/AVAAZ. **Roubadas pelo WhatsApp!:** Pesquisa Mostra que Eleições Brasileiras foram "inundadas" por Fake News. AVAAZ, 2018. Disponível em: https://sectre.avaaz.org/page/po/media/pressreleases/917.html. Acesso em: 21 fev. 2024.

ROMANCINI, R. Do "Kit Gay" ao "Monitor da Doutrinação": a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, v. 37, n. 02, p. 87-108, 2018. https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i0.1102. Acesso em: 21 fev. 2024.

RUEDIGER, M. A**. Desinformação nas eleições 2018**: o debate sobre fake news no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2019. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29093. Acesso em: 21 fev. 2024.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+:** Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, M. S. **Democracia e direitos de minorias e grupos vulneráveis: julgamentos de desacordos morais em direitos da população LGBTQIA+ pelo Supremo Tribunal Federal.** [2022]. 132 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Bahia, Paulo Afonso, BA, 2023.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2018 – Confira o calendário com as principais datas.** TSE, 2018. Disponível: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Janeiro/eleicoes-2018-2013-confira-o-calendario-com-as-principais-datas. Acesso em: 21 fev. 2024.

VAGGIONE, J. M. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: BIROLI, F; MACHADO, M. D. C; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

FAZER EXTENSÃO NO SISTEMA PRISIONAL: PERCEPÇÕES A PARTIR DO DIÁLOGO COM O MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MEPCT-PB)

Geovana Evangelista dos Santos[1]
Maria Eduarda Queiroz Gerônimo Leite[2]
Maria Larissa Queiroz Gerônimo Leite[3]
Breno Marques de Mello[4]
Nelson Gomes de Sant´Ana e Silva Junior[5]
Rebecka Wanderley Tannuss (Orientadora)[6]

RESUMO

O presente trabalho consiste em um relato de experiência acerca da extensão Educação e Cidadania: Cooperação Interdisciplinar junto ao Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT-PB). Isso posto, busca-se discutir as percepções, experiências e reflexões construídas durante a execução do projeto, que tem como objetivo promover a Educação em Direitos Humanos junto a pessoas, grupos e instituições atendidos pelo MEPCT-PB. As ações de extensão, pautadas na educação em direitos humanos, consistiram na participação em inspeções realizadas pelo Mecanismo em estabelecimentos prisionais da Paraíba, além da elaboração de relatórios de inspeção e de recomendações direcionadas a autoridades do sistema de justiça. A partir das atividades, as extensionistas observaram, em campo, que as prisões paraibanas são espaços de tortura e de violações aos direitos humanos. A extensão permitiu que as integrantes da ação ouvissem diretamente as pessoas vulnerabilizadas pela violência de Estado, conhecessem suas demandas e atuassem na tentativa de reivindicar a garantia de direitos junto a instituições responsáveis pela execução penal. Diante disso, conclui-se que a execução do projeto contribuiu para o fortalecimento das ações desempenhadas pelo MEPCT-PB e para ampliação do conhecimento acerca dos direitos humanos, além de fomentar o pensamento crítico e maior aproximação entre Universidade, Estado e sociedade civil.

[1]Graduanda em Pedagogia pela UFPB, Pesquisadora e Extensionista do Lapsus/UFPB, geovanaevangelista2004@gmail.com;
[2]Graduanda em Direito pela UFPB, Pesquisadora e Extensionista do Lapsus/UFPB, eduardaqueirozleite@gmail.com;
[3]Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela UFPB, Pesquisadora e Extensionista do Lapsus/UFPB, maria.larissa@academico.ufpb.br;
[4]Perito do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba (MEPCT-PB), Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Odontologia da UFPB, brenodii@gmail.com;
[5]Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, Doutor em Psicologia pela UFRN, Coordenador do Lapsus/UFPB, nelson.junior@academico.ufpb.br;
[6]Professora do Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB, Doutora em Psicologia pela UFRN, Coordenadora do Lapsus/UFPB, rebeckatannuss@gmail.com.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Tortura, Sistema Prisional, Extensão, Relato de experiência.

ABSTRACT

The present paper consists of an experience report about the extension Education and Citizenship: Interdisciplinary Cooperation with the State Mechanism for the Prevention and Combat of Torture (MEPCT-PB). That said, it seeks to discuss the perceptions, experiences and reflections built during the execution of the project, which aims to promote Human Rights Education among people, groups and institutions served by MEPCT-PB. The extension actions, based on human rights education, consisted of participation in inspections carried out by the Mechanism in prisons in Paraíba, in addition to the preparation of inspection reports and recommendations directed to authorities of the justice system. Based on the activities, the extension workers observed, in the field, that prisons in Paraíba are spaces of torture and human rights violations. The extension allowed the members of the project to listen directly to people vulnerable to state violence, learn about their demands and act in an attempt to claim the guarantee of rights with the institutions responsible for penal execution. In view of this, it is concluded that the execution of the project contributed to the strengthening of the actions performed by the MEPCT-PB and to the expansion of knowledge about human rights, in addition to fostering critical thinking and greater approximation between University, State and civil society.

Keywords: Human Rights, Torture, Prison System, Extension, Experience report.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Educação e Cidadania: Cooperação Interdisciplinar junto ao Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura” vem sendo desenvolvido através de uma colaboração entre o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública (LAPSUS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da Paraíba (MEPCT-PB).

O LAPSUS/UFPB atua no campo da segurança pública e dos direitos humanos, produzindo estudos e saberes sob a perspectiva das criminologias crítica e feminista há mais de 13 anos. As atividades desenvolvidas no âmbito do LAPSUS ocorrem através da colaboração entre professores(as) de diferentes centros e departamentos da UFPB. Além disso, há a participação de colaboradores de diversas áreas e discentes – sejam pesquisadores ou extensionistas – de variados cursos de graduação e pós-graduação, o que promove a interdisciplinaridade do grupo.

Em relação ao MEPCT-PB, sabe-se que foi instituído pela Lei Estadual nº 9.413/2011, que criou o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da Paraíba (SEPCT-PB).

Dentre as principais atribuições do órgão estão as visitas regulares às pessoas privadas de liberdade, a fiscalização das instalações nas quais elas estão internadas, a elaboração anual de relatórios das respectivas visitas, além de, em caso de serem encontradas violações, a emissão de recomendações às autoridades competentes (Paraíba, 2011). Assim, o Mecanismo surge como um instrumento voltado à defesa dos direitos humanos e à erradicação e prevenção da prática de tortura praticada contra as pessoas que estão sob custodia do Estado.

Isso posto, o presente estudo tem como objetivo relatar as percepções e as experiências vivenciadas no decorrer da execução do respectivo projeto de extensão. Sendo assim, ao longo das próximas páginas, busca-se compartilhar vivências, observações e reflexões obtidas durante a imersão realizada nas penitenciárias paraibanas em conjunto com o MEPCT-PB.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O objetivo desta extensão é promover a Educação em Direitos Humanos junto a pessoas, grupos e instituições atendidos pelo Mecanismo, especialmente os órgãos e instituições ligados à execução penal e as pessoas privadas de liberdade. Para tanto, busca-se: 1) participar das inspeções promovidas pelo MEPCT-PB em unidades prisionais; 2) elaborar relatórios de inspeções e recomendações a órgãos e instituições ligados à execução penal; 3) promover eventos e rodas de conversas voltados à Educação em Direitos Humanos com vistas a fortalecer as ações do Mecanismo. A importância do projeto, portanto, se dá em virtude da sua atuação na coleta, na produção e na divulgação de dados relativos a violações de direitos humanos no sistema carcerário paraibano.

O projeto é vinculado à Universidade Federal da Paraíba e a sua execução teve início em 01 agosto de 2023, com encerramento em 31 de julho de 2024. As ações de extensão são desenvolvidas na Paraíba, especialmente na capital do estado, João Pessoa, onde foram realizadas visitas a três unidades prisionais.

A coordenadora do projeto é psicóloga e docente ligada ao Centro de Educação (CE), o coordenador adjunto é vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) e a coordenadora adjunta é professora do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE) e aos Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) e em Serviço Social (PPGSS). Ademais, há a participação de três extensionistas, uma graduanda em Pedagogia, uma graduanda em Direito e outra graduada em Direito e mestranda Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, além de um colaborador

externo, que é coordenador e perito do MEPCT-PB. Isso posto, a interdisciplinaridade é um traço estruturante desta extensão, o que fica evidenciado sobretudo pela composição dos integrantes do projeto.

Desde o início da vigência da extensão, a equipe do projeto se reúne semanalmente com o intuito de apresentar os progressos obtidos ao longo da semana, estabelecer metas e planejar e discutir estratégias voltadas à execução das atividades. Em um primeiro momento, as atividades se concentraram sobretudo no processo de formação teórica da equipe de extensionistas, que se pautou simultaneamente nas seguintes ações: 1) participação em minicursos ministrados e promovidos pelo LAPSUS e pelo MEPCT-PB sobre temas interessantes ao projeto de extensão; 2) leitura exaustiva de materiais de cunho científico, legislações e documentos indicados pelos coordenadores e colaborador do projeto, seguida de debate semanal entre toda a equipe acerca dos materiais lidos.

Uma vez concluída a etapa inicial de capacitação, visando ao alcance dos objetivos previamente definidos, as ações de extensão passaram a se voltar à atuação da equipe junto ao MEPCT-PB na resolução das demandas da instituição. Em linhas gerais, a cooperação entre a universidade e o Mecanismo Estadual, proporcionada pelo referido projeto, deu-se através das seguintes práticas: 1) participação dos atores da extensão em reuniões com o representante do MEPCT-PB visando ao planejamento e à orientação das ações, bem como à atualização das informações acerca das demandas que incidem sobre o órgão, com o intuito de definir as questões mais urgentes e as melhores formas de colaboração; 2) presença e apoio da equipe em inspeções realizadas pelo Mecanismo em prisões na Paraíba; 3) colaboração na elaboração de relatórios de inspeção, contendo recomendações direcionadas especialmente a órgãos e instituições que compõem o sistema de justiça, e que serão posteriormente divulgados de forma ampla pelo MEPCT-PB para a sociedade de um modo geral.

Em cada uma das visitas, estiveram presentes ao menos uma estudante extensionista e o perito do MEPCT-PB, além de uma defensora pública ou professoras integrantes do LAPSUS. As inspeções eram combinadas pela equipe com cerca de uma semana de antecedência, momento em que era designada internamente qual unidade prisional receberia a visita e eram definidos os principais pontos a serem averiguados na ocasião – no geral, frutos de denúncias anônimas e/ou encaminhadas pelo Ministério Público.

As inspeções aconteceram de forma surpresa, isto é, não foram comunicadas previamente à administração da unidade de privação de liberdade a ser visitada ou a qualquer

outra autoridade. O procedimento adotado quando a equipe de fiscalização chegava à unidade prisional era informar ao agente penitenciário sobre e prerrogativa do órgão e solicitar que seja conferido imediato acesso à parte interna da instituição – pavilhões, celas e demais ambientes. No decorrer das visitas, foram colhidas informações tanto com os agentes penitenciários e demais funcionários das unidades quanto com as próprias pessoas privadas de liberdade, além de fotografar os locais e anotar todos os fatos e aspectos constatados de relevância.

Ademais, sendo o relatório o principal produto de uma inspeção concretizada, mostrou-se indispensável que as ações de extensão compreendessem também a sua elaboração. Sobre esse ponto, é cabe frisar que, nos últimos anos, o MEPCT-PB vinha apresentando dificuldades em finalizar a confecção dos relatórios, bem como em promover as suas respectivas divulgações. Isso se deu especialmente devido à pandemia ocasionada pelo vírus causador da Covid-19 e ao déficit de peritos compondo a equipe do órgão. Portanto, tornou-se imprescindível que a cooperação entre o projeto de extensão universitária e o MEPCT-PB abrangesse o atendimento da urgente demanda do órgão quanto à elaboração dos relatórios.

A produção dos relatórios ocorre de forma cooperativa entre o grupo de extensionistas e o atual coordenador e perito do MEPCT-PB. Cada relatório é composto pela descrição de fatos e violações identificados nas inspeções, além de recomendações destinadas a órgãos e instituições que compõem o sistema de justiça criminal e/ou estão vinculadas à execução penal – como Varas de Execuções Penais, Escritório Social, Defensoria Pública, SEAP-PB etc.

O diálogo com autoridades ligadas à execução penal e à defesa dos direitos humanos é importante muito importante para que os objetivos do projeto sejam alcançados. A partir disso, busca-se contribuir para transformações urgentes na sociedade, de modo a atingir a comunidade de um modo geral, e não somente a científica, sendo importante que “a educação seja de qualidade técnica e científica e, especialmente, que contribua para a construção de pessoas humanizadas, comprometidas com o mundo da vida, com posturas éticas relevantes e consistentes” (Almeida; Sampaio, 2010, p. 34).

METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de um relato de experiência relativo à extensão “Educação e Cidadania: Cooperação Interdisciplinar junto ao Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura”. Dessa forma, consoante orientações de Mussi, Flores e Almeida (2021), vale-se sobretudo da descrição das intervenções realizadas no âmbito do referido projeto.

Os métodos adotados para o desenvolvimento das ações extensões foram construídos a partir do diálogo com o MEPCT-PB, que expôs suas principais demandas e horizontes para os quais as ações de extensão deveriam preferencialmente se voltar, de modo que a cooperação busca satisfazer tanto as expectativas do Mecanismo quanto do próprio LAPSUS. Isso posto, as ações de extensão se voltam especialmente à participação e ao apoio em inspeções realizadas pelo Mecanismo em estabelecimentos penais da Paraíba, além da colaboração na confecção de relatórios de inspeção e de recomendações direcionadas a autoridades do sistema de justiça.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A etapa inicial relativa à capacitação do grupo se mostrou muito importante pois proporcionou que os docentes construíssem sentido para as ações junto com os estudantes, criando possibilidades para que elas pudessem iniciar as atividades externas com segurança, ética, compromisso social e um olhar crítico – consoante ensinam Almeida e Sampaio (2010). A formação teórica permitiu a construção e o aprofundamento de conhecimentos relativos aos direitos humanos a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Com isso, as estudantes envolvidas no projeto se sentiram mais preparadas para dialogar com a sociedade.

Quanto às inspeções em unidades prisionais, até o momento de finalização do presente trabalho, em junho de 2024, foram realizadas em duas unidades: em janeiro de 2024 na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecida popularmente como Presídio do Roger; e em abril de 2024 na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão. Importa pontuar que foi nesse ponto da execução das atividades de extensão que as extensionistas puderam, de fato, vivenciar e experimentar realidades que extrapolam os muros da universidade – conforme orientam Almeida e Sampaio (2010) –, estabelecendo contato direto com a sociedade, conhecendo demandas fundamentais ao mundo da vida.

No decorrer das inspeções, verificou-se diversos episódios e situações que implicavam em tortura e violação a direitos humanos, os quais foram posteriormente relatados em documento oficial a ser divulgado publicamente pelo Mecanismo. Nesses documentos, além do relato e da descrição de todas as ocorrências identificadas, nos preocupamos em elaborar recomendações destinadas às autoridades competentes no sentido de sanar quaisquer ocorrências de tortura e violações.

Até o momento, foram produzidos relatórios sobre inspeções em três unidades prisionais: 1) Penitenciária Desembargador Sílvio Porto; 2) Penitenciária Desembargador

Flósculo da Nóbrega; 3) Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão. Vale salientar que, embora a equipe de extensão não tenha participado da visita à primeira unidade mencionada, tivemos acesso a todas as documentações e fotografias relacionadas à referida inspeção, de modo que, ainda assim, foi possível colaborar com a confecção do respectivo relatório, que se tratava de uma demanda imperiosa do MEPCT-PB durante os primeiros meses da execução do projeto.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

Ao refletir sobre as experiências vividas ao longo deste projeto, pode-se constatar a importância da abordagem de uma Educação em Direitos Humanos na comunidade acadêmica. Uma vez que, cabe à Educação o papel na valorização do diálogo e da conscientização na prática educativa, principalmente no que tange aos direitos dos indivíduos em estado de vulnerabilidade, foco das atividades propostas. As atividades práticas realizadas ao decorrer do projeto, são todas voltadas para a construção da conscientização e da promoção da capacidade crítica dos participantes, proporcionando a todo momento, a interação dos alunos com a relação teoria-prática, uma vez que o projeto oferece cursos de formação acadêmica voltados para a Educação em Direitos Humanos, elaboração de relatórios e produções textuais, bem como execução de ações educativas e ainda, a participação em eventos que discutem a Educação em Direitos Humanos.

Ao introduzir uma proposta de trabalho que busca refletir e aprofundar os conhecimentos acerca da importância de iniciativas que abordam a área dos Direitos Humanos na educação, incorporando o discurso dos Direitos Humanos no debate educacional, reconhecemos que não é possível uma luta prática sem compreender a realidade que buscamos transformar. Os participantes, além de enriquecerem seus conhecimentos teóricos sobre a importância de garantir a dignidade dos indivíduos privados de liberdade, têm a oportunidade de estar em campo, vivenciando essa realidade de perto. Eles podem ouvir diretamente as necessidades daqueles que enfrentam a constante negligência dos que deveriam assegurar sua dignidade e direitos humanos básicos. Assim, ao longo das atividades propostas, torna-se claro o impacto vital da educação em Direitos Humanos para a sociedade, especialmente em contextos em que muitas pessoas desconhecem seus direitos e como reivindicá-los.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a educação é um direito humano fundamental, como estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao levar a

educação em direitos humanos para dentro das instituições prisionais, as universidades estão garantindo que mesmo aqueles que estão privados de liberdade tenham acesso a esse conhecimento essencial para o exercício pleno de sua cidadania. Além disso, o projeto de extensão tem o potencial de promover uma reflexão crítica sobre a realidade social e política do sistema prisional. Ao discutir temas como justiça social, igualdade de direitos e respeito à dignidade humana, os participantes desses projetos são incentivados a questionar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e exclusão desses sujeitos. Assim, reconhecemos na educação em direitos humanos dentro das prisões não apenas uma ferramenta, mas um ato de resistência e combate à vulnerabilização e violências perpetradas pelo sistema prisional.

RELAÇÃO TEORIA/ PRÁTICA

Em teoria, a execução penal deveria respeitar os direitos e garantias fundamentais a fim de proteger a dignidade da pessoa humana, entretanto, "não é difícil concluir que as condições de vida nas prisões são assustadoramente atentatórias à dignidade da pessoa humana, revelando uma enorme discrepância entre as disposições formais do ordenamento jurídico brasileiro e as circunstâncias materiais do sistema punitivo" (Leite, 2023, p. 44). Esse cenário ficou muito claro a partir das inspeções realizadas nos cárceres da Paraíba e da análise dos relatórios produzidos junto ao MEPCT-PB, a partir dos quais foram encontradas e expostas diversas violações aos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade. Algumas das violações mais marcantes encontradas nas unidades foram superlotação, falta de saneamento básico, violência, fornecimento de alimentação inadequada, jejum forçado, acesso insuficiente à saúde, falhas no acesso à educação e ao trabalho, entre outras.

A Constituição Federal brasileira, em seu art. 5°, inciso III, ordena que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante". No entanto, observou-se que, mesmo com a disposição explícita**,** a tortura é prática frequente nas prisões inspecionadas, constituindo uma dupla penalização que afeta a população carcerária ao passo que a privação de liberdade não consiste no único castigo aplicado a essas pessoas. Conforme explicam Tannuss, Silva Junior e Oliveira (2018, p. 204), "o indivíduo condenado ao cárcere torna-se alvo de uma série de castigos, previstos ou não em lei".

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), em junho de 2023, a população carcerária brasileira era composta de 644.305 pessoas presas em celas físicas, quantitativo que ultrapassou em cerca de 33% o limite de 481.835 vagas existentes

no sistema prisional (Brasil, 2023). Quando restringimos à análise ao estado da Paraíba, a situação não é diferente: muito embora o sistema carcerário paraibano só tivesse vagas para manter 7.697 sob custódia em junho de 2023, o número de pessoas presas em celas físicas no estado era 11.329, o que revela um excedente de cerca de 47% (Brasil, 2023).

A Penitenciária Sílvio Porto, projetada para acomodar 677 pessoas, abrigava, no momento da inspeção, em março de 2023, 2.032 pessoas, resultando em um índice de superlotação alarmante de aproximadamente 200%. Já o Presídio do Roger, em janeiro de 2024, mantinha 617 indivíduos sob custódia, apesar de suas instalações serem projetadas para suportar apenas 450, apresentando um índice de superlotação de 37%. No Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, que possui capacidade para abrigar apenas 180 presas, em abril de 2024 mantinha 407 mulheres aprisionadas, gerando uma superlotação de aproximadamente 226%.

Embora o problema da superlotação dos presídios do estado da Paraíba seja alarmante, cabe salientar que a solução para o frear não é a construção de mais presídios, mas a promoção de políticas públicas que não se pautem na criminalização e no punitivismo, e sim na garantia de direitos básicos – como saúde, educação e moradia, por exemplo. Isso porque “a repressão punitiva se expande concomitantemente à redução progressiva de políticas sociais, pois a eliminação do Estado Social requer o avanço do Estado Penal” (Estrela; Silva Junior; Tannuss, 2021, p. 18), de modo que a resposta para a problemática exposta não está na ampliação do sistema punitivo. Nesse sentido, cabe pontuar que o encarceramento nem sequer busca coibir a prática dos fatos tipificados, mas conter e gerir os grupos sociais marginalizados, produzindo sobre eles estigmas, exclusão e sofrimento (Kilduf, 2010).

No presídio Silvio Porto observamos que, dos 2.032 sujeitos encarcerados na unidade no momento da visita, 1.680 eram pretos ou pardos. Batista (2011) explica que o sistema penal é permeado pela seletividade, que direciona o encarceramento principalmente às classes marginalizadas. O panorama com o qual nos deparamos nas inspeções reafirma essa questão ao passo que evidencia que o encarceramento afeta uma parcela específica da população com mais força: a população negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciane Pinho de; SAMPAIO, Jorge Hamilton. Extensão Universitária: aprendizagens para transformações necessárias no mundo da vida. **Revista Diálogos**. Brasília, v. 14, n. 1, 2010, p. 33-41.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução à criminologia crítica brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 mar. 2024..

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema Nacional de Informações Penais. **Relatório de Informações Penais. 14º Ciclo Sisdepen – janeiro a junho de 2023.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/ptbr/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semestre-de-2023.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

ESTRELA, Marianne Laíla Pereira; SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana e; TANNUSS, Rebecka Wanderley. Política criminal em contexto neoliberal: a configuração do punitivismo no Brasil. **Criminologia crítica, política criminal e direitos humanos.** *In:* ESTRELA, Marianne Laíla Pereira; SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana e; TANNUSS, Rebecka Wanderley. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. p. 15-47.

KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 240-249, 2010.

LEITE, Maria Larissa Queiroz Gerônimo. **Quando a exceção se torna regra:** narrativas do STJ acerca da prisão domiciliar para mães e gestantes presas por tráfico de drogas. 2023. 104 f. Monografia (Graduação). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional.** Vitória da Conquista, vol.17, n. 48, 2021, p. 61-77.

PARAÍBA. **Lei n° 9413, de 12 de julho de 2011.** Cria o Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba - CEPCT/PB e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba - MEPCT/PB, e dá outras providências. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2011. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/. Acesso em 02 mar. 2024.

TANNUSS, Rebecka Wanderley; SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana; OLIVEIRA, Isabel Maria Farias Fernandes de. Pena compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES**. Canoas, v. 6, n. 2, 2018, p. 203-218.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA “FILOSOFIA DA VIOLÊNCIA”, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSC.

EXPERIENCE REPORT ON THE “PHILOSOPHY OF VIOLENCE” COURSE FROM THE PHILOSOPHY GRADUATE PROGRAM AT UFSC.

Adrielly Benigno de Moura[1]
Alexandre Meyer Luz[2]

RESUMO

Este relato descreve a experiência na disciplina "Filosofia da Violência", oferecida em formato híbrido (presencial e online) pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGFil/UFSC), de março a junho de 2024, sob a orientação do professor Dr. Alexandre Meyer Luz. O objetivo central da disciplina foi explorar o conceito de violência e suas implicações epistemológicas, com ênfase em debates sobre microagressões, violência epistêmica e estratégias de autodefesa. A metodologia utilizada nas aulas incluiu leituras críticas, debates reflexivos e desconstruções conceituais, proporcionando uma análise mais ampla dos temas dicutidos. A autora deste relato, que participou da disciplina através do formato remoto, é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e à Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV), pôde ampliar sua compreensão crítica acerca das múltiplas dimensões da violência, especialmente no que tange às suas ramificações epistemológicas e aos impactos nos processos de exclusão e silenciamento em diferentes contextos. As discussões conduzidas pelo professor Meyer Luz e pelos demais participantes destacaram a importância de uma abordagem interdisciplinar e crítica no estudo da filosofia da violência, abrangendo tanto as teorias quanto as práticas de resistência e autodefesa. Essa experiência proporcionou uma compreensão aprofundada do conceito de violência em suas múltiplas manifestações, sublinhando a necessidade de abordagens críticas e interdisciplinares para enfrentar a violência epistêmica e desenvolver estratégias eficazes de autodefesa, em consonância com o propósito central da disciplina.

Palavras-chave: Filosofia da Violência, Violência Epistêmica, Microagressões, Autodefesa, Abordagem Interdisciplinar.

ABSTRACT

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB. E-mail: adrielly.moura@academico.ufpb.br
[2] Doutor em Filosofia pela PUCRS, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. alexmeyerluz@gmail.com.

This report describes the experience in the course "Philosophy of Violence," offered in a hybrid format (in-person and online) by the Graduate Program in Philosophy at the Federal University of Santa Catarina (PPGFil/UFSC), from March to June 2024, under the guidance of Professor Dr. Alexandre Meyer Luz. The central objective of the course was to explore the concept of violence and its epistemological implications, with an emphasis on debates about microaggressions, epistemic violence, and self-defense strategies. The methodology employed in the classes included critical readings, reflective debates, and conceptual deconstructions, providing a broader analysis of the topics discussed. The author of this report, who participated in the course remotely, is affiliated with the Graduate Program in Education at the Federal University of Paraíba (UFPB) and the Interdisciplinary Network of Studies on Violence (RIEV). She was able to expand her critical understanding of the multiple dimensions of violence, especially regarding its epistemological branches and the impacts on exclusion and silencing processes in different contexts. The discussions led by Professor Meyer Luz and other participants highlighted the importance of an interdisciplinary and critical approach in the study of the philosophy of violence, encompassing both theories and practices of resistance and self-defense. This experience provided an in-depth understanding of the concept of violence in its multiple manifestations, underscoring the need for critical and interdisciplinary approaches to confront epistemic violence and develop effective self-defense strategies, in line with the course's central purpose.

Keywords: Philosophy of Violence, Epistemic Violence, Microaggressions, Self-Defense, Interdisciplinary Approach.

INTRODUÇÃO

A violência, com suas múltiplas facetas e manifestações, é um fenômeno de profunda complexidade que perpassa diversas esferas do conhecimento humano. Seja em sua forma física, psicológica, simbólica ou epistêmica, a violência exerce um impacto vasto e multifacetado, influenciando e moldando tanto as estruturas sociais quanto as subjetividades individuais. A análise da violência proposta por Luz “pretende oferecer uma investigação filosófica sobre o tema. Para tal, ela recorta o fenômeno, tomando como ponto de partida o ato de atribuir violência a algum fenômeno, como quando dizemos que “o boxe é um esporte violento” ou quando reclamamos da “violência policial” contra pessoas negras. Menos do que olhar para os fenômenos de aplicar um soco em uma luta ou de realizar uma abordagem truculenta (fenômenos que podem ser investigados mais apropriadamente com ferramentas da pesquisa empírica), a Filosofia da Violência centra-se sobre a pergunta sobre o que significa chamar algo de “violento”.

A disciplina "Filosofia da Violência", oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e conduzida pelo professor Dr. Alexandre Meyer Luz, entre março e junho de 2024, foi estruturada com o intuito de abordar este fenômeno complexo sob uma perspectiva filosófica e interdisciplinar. E teve como

principal objetivo o de refletir sobre as raízes conceituais do fenômeno da violência, suas manifestações em diversos contextos, e as implicações epistemológicas associadas a essas manifestações. Com esse objetivo, a disciplina buscou aprofundar a compreensão do conceito de violência, investigando como ele se entrelaça com questões de poder, conhecimento e ética.

Os objetivos centrais da disciplina incluíam proporcionar aos alunos uma compreensão crítica e abrangente do conceito de violência, promovendo uma análise detalhada de suas diferentes formas e efeitos. Além disso, na exploração de estratégias de autodefesa contra microagressões e outros tipos de violência, bem como na reflexão crítica sobre a violência epistêmica, que diz respeito à forma como o conhecimento e a informação podem ser manipulados para marginalizar e silenciar vozes dissidentes.

Neste sentido, a disciplina Filosofia da Violência pretende oferecer uma compreensão mais refinada do conceito geral de violência, suas relações com termos correlatos, como "agressão" e "agressividade", e diferentes *usos* do conceito de violência. Os resultados das discussões realizadas nas aulas, pretendem oferecer subsídios teóricos que auxiliem em estudos futuros sobre a classificação dos tipos de violência e na avaliação crítica de fenômenos "violentos", campos amplamente abordados por disciplinas como Psicologia, Sociologia e História. Ademais, essa reflexão filosófica pretende treinar nosso olhar para distinguir atos de violência moralmente condenáveis daqueles tidos como fenômenos "violentos", ajudando a, por exemplo, separar atos de violência moralmente condenáveis de outros que podem não ser criticáveis (como atos de autodefesa, por exemplo) e a pensar sobre os usos sociais que podem ser realizados com atribuições de violência (como a de um homem branco e rico que chama o homem negro campeão de boxe de selvagem violento e, ao mesmo tempo, exibe em sua sala a cabeça empalhada do rinoceronte que abateu com um tiro disparado a 50 metros de distância)."[3]

A metodologia adotada na disciplina combinou a leitura de obras fundamentais sobre o tema, discussões em grupo e a desconstrução de conceitos estabelecidos, em uma abordagem híbrida e interdisciplinar. Esse formato permitiu uma análise interdisciplinar da violência, integrando perspectivas filosóficas com reflexões provenientes de outras áreas do conhecimento, proporcionando um ambiente acadêmico propício para a troca de ideias e experiências.

[3] Trecho das falas do professor Alexandre Meyer durante os encontros na disciplina de Filosofia da Violência.

Como participante remota, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e à Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV), tive a oportunidade de integrar um ambiente acadêmico que favoreceu a colaboração interdisciplinar.

O objetivo deste relato é compartilhar a experiência vivida durante a disciplina, destacando as aprendizagens proporcionadas, os desafios metodológicos enfrentados e os resultados obtidos, com foco na ampliação da compreensão crítica acerca da violência e suas implicações epistemológicas e sociais. Pode-se afirmar que essa experiência não apenas aprofundou meu entendimento sobre a violência, mas possibilitou a troca de perspectivas entre diferentes campos do saber, ampliando a reflexão sobre as múltiplas dimensões desse fenômeno e suas implicações epistemológicas e sociais. Desse modo, a disciplina Filosofia da Violência proporcionou um espaço crítico de análise e debate, fundamental para a compreensão das complexidades que envolvem o fenômeno da violência em suas variadas manifestações.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

A prática realizada no âmbito da disciplina “Filosofia da Violência” consistiu na leitura e discussão de textos fundamentais sobre a violência, microagressões e violência epistêmica. As aulas foram ministradas em formato híbrido, combinando encontros semanais presenciais na Universidade Federal de Santa Catarina com participação remota de alunos de diversas regiões do Brasil. Essa diversidade de origens geográficas dos alunos enriqueceu os debates, trazendo uma pluralidade de perspectivas sobre as temáticas abordadas.

Cada encontro semanal foi estruturado em torno de leituras críticas, seguidas por debates que buscavam contextualizar os conceitos em situações do cotidiano. Entre os textos discutidos estavam "The Idea of Violence" de C. A. J. Coady(1985), "Autodefesa: Uma Filosofia da Violência" de Elsa Dorlin (2020), e "Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing" de Kristie Dotson (2011), entre outros.

Coady(1985) explora as complexidades do conceito de violência na teoria política, criticando tanto definições amplas – como as estruturalistas, que incluem violência social e estrutural – quanto as definições legitimistas, que associam violência à quebra de legitimidade, protegendo, assim, estruturas de poder vigentes. á Dorlin (2020) propõe uma análise da autodefesa enquanto uma forma de resistência à violência, conectando as lutas cotidianas de

minorias e grupos marginalizados com estratégias de proteção física e simbólica. Dotson (2011) aprofunda o debate sobre violência epistêmica, destacando práticas de silenciamento e exclusão de vozes marginalizadas nos processos de produção de conhecimento.

Nesse sentido, outras definições estruturalistas, como a de Johan Galtung, abrangem não apenas a violência física, mas a violência estrutural e social, servindo frequentemente aos interesses da esquerda política ao incluir uma ampla gama de injustiças sociais. Essa abordagem pode levar à confusão sobre o que realmente constitui violência, dificultando a identificação de ações específicas que causam dano direto. Em contraste, as definições legitimistas incorporam uma noção de legitimidade, sugerindo que a violência é moralmente problemática apenas quando direcionada contra uma autoridade legal ou estabelecida. O autor critica essa perspectiva por sua tendência a proteger as estruturas de poder existentes, apresentando a violência como um problema moral apenas para aqueles que desafiam a autoridade legítima, enquanto ignora as injustiças perpetuadas por essa mesma autoridade.

Além disso, as reflexões geradas em sala de aula permitiram uma desconstrução crítica de conceitos como microagressões e suas implicações epistemológicas e sociais. A articulação teórica foi sempre acompanhada por uma análise prática e contextual, buscando identificar como a violência, em suas várias formas, se manifesta no cotidiano e nos processos de exclusão e silenciamento.

Participaram da disciplina alunos de diferentes programas de pós-graduação, incluindo filosofia, educação e ciências sociais, trazendo uma abordagem interdisciplinar essencial para o estudo da violência. Essa pluralidade permitiu um debate rico e multifacetado, ampliando a compreensão dos fenômenos discutidos. Assim, essa experiência possibilitou não apenas o aprofundamento no estudo da filosofia da violência, mas também a construção de uma base teórica sólida para desenvolver práticas de resistência e autodefesa, que possam ser aplicadas em diferentes contextos educacionais e sociais.

METODOLOGIA

A condução da disciplina "Filosofia da Violência" baseou-se em uma metodologia mista, combinando pesquisa bibliográfica e uma prática dialógica, focada na interação entre teoria e experiência pessoal dos participantes. Os subsídios metodológicos utilizados foram: leituras dirigidas, debates críticos e a produção de microtextos, nos quais os alunos eram

incentivados a relacionar as teorias estudadas com suas próprias vivências. Esses microtextos atuaram como ferramentas reflexivas, permitindo que os participantes aprofundassem suas compreensões sobre o conceito de violência e suas múltiplas dimensões.

Os encontros ocorreram de forma híbrida, com participação presencial e remota simultaneamente, viabilizando uma troca de ideias e perspectivas entre participantes de diferentes localidades do Brasil, ampliando a compreensão dos temas abordados. A diversidade dos participantes e suas experiências pessoais contribuíram significativamente para o processo de ensino-aprendizagem.

Foram utilizados diversos materiais, incluindo artigos científicos, livros, filmes e estudos de caso, que formaram a base teórica para as discussões. Entre os textos centrais, destacam-se "The Idea of Violence" de C. A. J. Coady (1985), "Autodefesa: Uma Filosofia da Violência" de Elsa Dorlin (2020) e "Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing" de Kristie Dotson (2011), os quais embasaram os debates conceituais e forneceram uma base para a análise crítica dos diferentes tipos de violência.

As atividades dialógicas incluíram exercícios de desconstrução conceitual, com foco em microagressões e violência epistêmica. Além disso, foram realizadas simulações de possíveis estratégias de autodefesa epistêmica, o que permitiu aos participantes experimentar, de forma prática e simbólica, como resistir a formas sutis de opressão intelectual. Essas atividades envolveram discussões colaborativas, onde os alunos podiam explorar diferentes respostas a situações de exclusão ou silenciamento em seus contextos profissionais e pessoais.

Essa metodologia exigiu adaptações para o contexto remoto, como a utilização de plataformas digitais que facilitassem a participação simultânea dos alunos e mantivessem a dinâmica dos debates, essas estratégias foram essenciais para alcançar os objetivos da disciplina.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A abordagem interdisciplinar adotada nesta disciplina facilitou a integração entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma visão mais ampla e multifacetada dos conceitos de violência. Esse ambiente acadêmico dinâmico e colaborativo promoveu a convergência entre teoria e prática, possibilitando aos participantes uma compreensão mais profunda e contextualizada dos temas debatidos. Um dos principais resultados alcançados foi a

ampliação do conceito de violência, com destaque para suas múltiplas dimensões, que vão além da violência física e estrutural, incorporando também a violência epistêmica e as microagressões.

A participação remota, embora desafiadora em alguns momentos, enriqueceu significativamente o processo, ao expandir o horizonte de análise dos conceitos teóricos e propiciar uma diversidade de experiências e perspectivas, essencial para a construção coletiva do conhecimento. Foi especialmente relevante a maneira como a abordagem da disciplina contribuiu para a identificação e o combate à violência epistêmica, tanto no ambiente acadêmico quanto em situações cotidianas. Essa conscientização foi um dos pontos mais marcantes para os participantes, que relataram uma nova percepção sobre as formas sutis de opressão intelectual e exclusão.

Em termos qualitativos, a disciplina não apenas ampliou a compreensão dos conceitos de violência, microagressão e autodefesa epistêmica, mas também forneceu ferramentas práticas para que os alunos pudessem lidar com essas questões em seus respectivos contextos profissionais e pessoais. Além disso, a interdisciplinaridade e a metodologia dialógica foram cruciais para o êxito da disciplina, permitindo a construção de um conhecimento plural e integrado. O ambiente de discussão proporcionou uma experiência interessante de troca de saberes, onde as perspectivas diversas enriqueceram a análise das formas de violência.

De maneira geral, os objetivos estabelecidos no início da disciplina foram alcançados. A prática acadêmica proposta não apenas ampliou a compreensão teórica sobre a violência, mas também gerou impacto prático ao fornecer aos participantes habilidades críticas para identificar e combater diferentes formas de violência, em especial a epistêmica. Essa experiência evidencia a relevância de uma abordagem crítica e interdisciplinar para o estudo da violência, sugerindo, como área de melhoria, a continuidade do uso de estratégias práticas e colaborativas.

APRENDIZAGENS COM A EXPERIÊNCIA

A participação na disciplina "Filosofia da Violência" proporcionou uma série de aprendizados valiosos, tanto no âmbito acadêmico quanto no desenvolvimento pessoal e profissional. Em termos de habilidades acadêmicas, a experiência contribuiu significativamente para o aprimoramento da leitura crítica e da análise conceitual de temas complexos, como microagressões e violência epistêmica. A prática constante de desconstrução teórica, aliada aos

debates interdisciplinares, foi fundamental para a internalização de novas formas de pensar a violência em suas múltiplas facetas.

Uma das lições mais significativas foi a compreensão de que a violência não se limita a atos físicos ou explícitos, mas também se manifesta de maneira sutil e institucional, como a violência epistêmica. Identificar e compreender essas formas mais veladas de violência foi uma experiência transformadora, que expandiu o olhar crítico para além dos paradigmas tradicionais e revelou a profundidade das opressões intelectuais. Esse aprendizado tem impacto direto na prática profissional, especialmente em contextos educacionais e sociais, onde a violência epistêmica muitas vezes se perpetua por meio de silenciamentos e exclusões.

Além disso, a abordagem interdisciplinar da disciplina destacou a importância da colaboração entre diferentes campos do conhecimento, tendo em vista que ao reunir diversas perspectivas – da filosofia à educação e sociologia –, a experiência mostrou como a integração de saberes enriquece o debate e possibilita uma melhor compreensão dos fenômenos sociais. Esse aspecto colaborativo não só ampliou o horizonte acadêmico, mas também reforçou a capacidade de dialogar com outras áreas de atuação, algo essencial para quem trabalha em contextos educacionais e sociais multidisciplinares.

No âmbito pessoal, a experiência de participar de discussões sobre temas sensíveis, como violência e opressão, fomentou um processo profundo de autorreflexão. O confronto com ideias e realidades desafiadoras promoveu uma postura mais crítica e atenta aos diversos tipos de violência presentes no cotidiano. Por fim, a experiência na disciplina "Filosofia da Violência" proporcionou aprendizados valiosos que vão além da esfera acadêmica, impactando diretamente tanto o crescimento profissional quanto o desenvolvimento pessoal.

RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA

A disciplina "Filosofia da Violência" proporcionou a interação entre a teoria e a prática, evidenciando a dinamicidade dos conceitos discutidos em diferentes contextos da realidade cotidiana. Os conceitos teóricos abordados, como a violência epistêmica e as microagressões, foram explorados durante as aulas por meio de leituras e debates críticos, e, posteriormente, confrontados com situações práticas cotidianas, tanto acadêmicas quanto profissionais, vivenciadas pelos participantes.

A concepção sobre violência epistêmica, por exemplo, permitiu um olhar mais atento para as formas de opressão que se manifestam nos espaços de produção de conhecimento, de modo que foi possível identificar as estratégias de autodefesa epistêmica, oferecendo caminhos para enfrentar e desconstruir opressões sutis no dia a dia.

Outro ponto de conexão entre teoria e prática foi a análise crítica das microagressões. Na disciplina, as leituras e debates teóricos trouxeram à tona a complexidade dessas interações aparentemente triviais, mas que carregam consigo um impacto psicológico significativo. Além disso, a troca de experiências enriqueceu a compreensão dos conceitos teóricos, demonstrando que, embora as teorias ofereçam uma base, é na prática que elas são realmente percebidas, ajustadas e aprimoradas, e nesse contexto, a dinâmica interdisciplinar foi fundamental para ampliar o entendimento dos conceitos e reconhecer sua aplicabilidade em diversos espaços sociais.

Assim, a disciplina não só forneceu um alicerce teórico sobre os conceitos de violência, mas também ofereceu oportunidades práticas de aplicação desses conhecimentos, o que possibilitou uma aprendizagem mais significativa e crítica. A teoria, quando relacionada com a realidade prática, auxiliou na compreensão e na proposição de possíveis resoluções de questões complexas, ampliando a capacidade dos participantes de atuar de maneira mais consciente e efetiva em seus contextos profissionais e pessoais.

REFERÊNCIAS

COADY, C. A. J. (1985) **THE IDEA OF VIOLENCE,** Philosophical Papers, 14:1, 1-19, DOI: 10.1080/05568648509506233

DORLIN, Elsa. **Autodefesa: uma filosofia da violência.** São Paulo: Ubu Editora; 1ª edição, 2020.

DOTSON, Kristie. **Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing,** Hypatia vol. 26, no. 2 (Spring, 2011)

LUZ, Alexandre M. **Por Uma Filosofia da Violência** (no prelo).

LUZ, A. M; STRAPPAZZOTO, A.; LUZ, B. P. **Filosofia da Violência: Microviolência e Esquizoanálise** (no prelo).

LUZ, A. M. **Violência Epistêmica.** (No Prelo)

LUZ, A. M., BISPO, L. J. C, SARAIVA, J. **Da mera ignorância para a ignorância**

construída: distinções sobre a natureza da ignorância proposicional e considerações sobre a sua relação com a violência (no prelo)

MEDINA, José. **The Epistemology of Resistance: gender and racial oppression, epistemic injustice and resistant imaginations.** New York: Oxford University Press, 2013.

PIERCE, Chester. **Offensive mechanisms.** In: BARBOUR, F. B. (Org.), The Black seventies. Boston: Porter Sargent, 1970, p. 265–282.

POHLHAUS Jr., G (2020): **Epistemic Agency Under Oppression,** Philosophical Papers, DOI: 10.1080/05568641.2020.1780149

SCHOERER, J.W. and FREEMAN, L. (eds), **Microaggressions and Philosophy,** pp. 163–83. New York, NY: Routledge.10.4324/9780429022470-8

SUE, Derald Wing. **Microaggressions in everyday life: race, gender, and sexual orientation**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2010

SUE, CALLE, MENDEZ, ALSAIDI, GLAESER, **Microintervention Strategies: What You Can Do to Disarm and Dismantle Individual and Systemic Racism and Bias** (Wiley 2021)

"NO ABRAÇO EM FAMÍLIA": UMA TECNOLOGIA SOCIAL SOBRE CULTURA DE PAZ E PROMOÇÃO DA SAÚDE [1]

Julia Beatriz Faustino Moura [2]
Cleverson Felipe da Silva Ferreira [3]
Neíres Alves de Freitas[4]

RESUMO

Analisar a cultura de paz para se promover saúde aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado é considerado uma proposta ousada para o campo da saúde, todavia, necessária e atual. Nesse sentido, torna-se relevante discutir o cenário de inserção dajuventude e atravessamentos com outras temáticas, como violência, comunidade, família, espiritualidade, trabalho, cidadania e outros. Desta forma o projeto de pesquisa tem como objetivo geral desenvolver uma tecnologia social sobre promoção da cultura de paz e promoção da saúde com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado em específico buscará elaborar um conjunto de atividades educativas e material visual sobre cultura de paz e juventude para e junto aos adolescentes para discutir sobre cultura de paz e promoção de saúde e saúde do adolescente por meio de oficinas educativas nas casas do Centro Socioeducativo para mediação de práticas promotoras da cultura de paz no serviço, finalizando com a criação coletiva de um *podcast* sobre cultura de paz e saúde. Quanto ao tipo de pesquisa, será qualitativa com abordagem interventiva, quanto a tabulação dos dados, utilizaremos a análise temática. Espera-se com esta pesquisa intervencionista, promover uma sensibilização dos participantes acerca da cultura de paz como promoção de saúde, possibilitando e potencializando por meio de educações em saúde, permitindo assim uma ressocialização dos adolescentes ao retornarem para a sociedade, possibilitando melhor aceitação desses jovens no contexto familiar e comunitário. Espera-se também o fortalecimento da articulação intersetorial e o enfrentamento a violência.

Palavras-chave: Direitos humanos, Cultura de Paz, Adolescente, Juventude, Tecnologia Social.

INTRODUÇÃO

Analisar a cultura de paz para se promover saúde aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado é considerado uma proposta ousada para o campo da saúde, todavia, necessária e atual. Nesse sentido, torna-se relevante discutir o cenário de

[1] Projeto de Pesquisa do Trabalho de Conclusão da Residência Multiprofissional em Saúde de Julia Beatriz Faustino Moura;
[2] Graduada do Curso de Serviço Social do Centro Universiário UNINTA-CE, juliabeatriz.as@gmail.com;
[3] Mestre do Curso Ensino na Saúde da Universidade Estadual do Ceará – UECE-CE, felipe.ferreira@uninta.edu.br;
[4] Mestre em Saúde Coletiva do Curso de Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – RJ, neiresalves@gmail.com;

inserção da juventude e atravessamentos com outras temáticas, como violência, comunidade, família, espiritualidade, trabalho, cidadania e outros.

Este núcleo, juventude, é objeto de estudo indispensável para a sociedade, algo sobre o qual, por muitas vezes, as pessoas fazem uma relação bem tênue, sendo segmentada e discriminada, mas é que se torna fundamental desmistificar essa comparação para abrir novos diálogos sobre essa temática no contexto da saúde. Para Lico (2009), cabe ao setor saúde ampliar pesquisas sobre violência e juventude no eixo da Promoção de Saúde, com o intuito de focalizar o jovem e sua família nos territórios onde compartilham diversas vivências similares, de natureza cultural, econômica, entre outros.

Para os autores Zaluar (1994), Diógenes & Waiselfisz (1998), Diógenes & Minayo (1999), Zaluar (2003) e Abramovay (2004), devido o crescimento da violência no Brasil e, principalmente, sua associação com a juventude, tem-se desenvolvido mais estudos acerca do tema, em especial nas últimas décadas. Para uma melhor compreensão, precisa-se entender o conceito de violência, uma vez que a definição de violência não é uma tarefa fácil e não se pode reduzi-la a uma compreensão equivocada, haja vista existir todo um contexto histórico em torno dessa situação.

A motivação pelo tema se deu devido a aproximação da pesquisadora com o objeto de estudo em questão, sendo atravessada por este desde a graduação, e, nesse momento oportuno, com o privilégio de atuar em um território, sendo responsável por pensar as ações estratégicas para intervenção e promoção da saúde integral dos adolescentes.

METODOLOGIA

Será uma pesquisa interventiva, para Mendes, Pezzato e Sacardo (2016), os pressupostos da pesquisa-intervenção vêm viabilizando a construção de espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação e potencializando a produção de um novo pensar-fazer a educação. “A pesquisa-intervenção altera a clássica afirmação: conhecer para transformar da pesquisa-ação por transformar para conhecer, e ainda coloca o pesquisador enquanto produtor de novos sentidos e novas intercessões” (Mendes, Pezzato & Sacardo 2016, p. 5).

Para análise e discussão das informações, utilizar-se-á a técnica de análise temática, na qual consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja

presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado (MINAYO, 2011).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cultura de paz no contexto social e de saúde

Quando falamos em cultura de paz pode-se relacionar à resolução não violenta dos conflitos. "É uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento de base cotidiana; cultura esta que respeita os direitos individuais, o princípio da diversidade e do pluralismo, e que assegura e sustenta a liberdade de opinião" (Marinha; Olimpio, 2021, p. 601). Portanto, a cultura de paz é positiva e está para além da ausência de violência. Marinho e Olimpio (2021) ainda definem que a cultura de paz envolva capacitar crianças e adultos para adotarem uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade.

Brasil (2008) informa que em 20 de novembro de 1997, por meio da Resolução 52/15, o ano de 2000 foi proclamado como o ano Internacional da Cultura de Paz. CECIP (2009) pontua que a cultura de paz não encerra os conflitos, afinal, eles fazem parte das relações humanas; mas, a partir do olhar restaurativo, ensina que com o uso do diálogo e o respeito, pode-se aprender com as diferenças e conviver de forma menos violenta. No entanto, para se ter uma educação para a paz é preciso de uma reconstrução histórica para essa formação.

Marinho e Olimpio (2021) ressaltam a importância das instituições desenvolverem espaços mais harmônicos, dessa forma, promovendo participação, diálogo e respeito às diferenças. Dessa maneira permite que todas as pessoas possam trabalha e desenvolver uma cultura de paz. Segundo Dupret (2002) a cultura de paz ajuda as pessoas a desvelar criticamente a realidade para poder situar-se, sendo um processo educativo, dinâmico, contínuo e permanente.

Milani (2003) elenca os defensores da cultura de paz, sendo eles sociedade civil, esferas governamentais, escolas, empresas privadas e os movimentos sociais, pois nos fazem refletir que o fator de violência não é casual e não pode ser enfrentado de forma isolada ou pontual.

Dupret (2002) em seu texto discute a emergência pela cultura de paz, que há uma demanda social pela paz, assim como inúmeras práticas culturais em curso, em diversas partes

do mundo e do Brasil, com o objetivo de propor alternativas à violência e à guerra. Norgren (2011) aborda que precisamos implicar e implantar programas de cultura de paz, conforme aborda a UNESCO:

> Atitudes e comportamentos que traduzem o respeito à vida, à pessoa humana, à sua dignidade e a todos os direitos do homem, bem como rejeição da violência sob todas as formas e o comprometimento com os princípios de liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos do homem e compreensão tanto entre as pessoas, quanto entre os grupos e indivíduos (UNESCO, 1989, p. 53).

Falar em cultura de paz e refletir sobre sua trajetória e importância para intervenções é muito importante, principalmente ao se trabalhar com adolescentes, uma vez que estes jovens sofrem e enfrentam vulnerabilidades sociais ao longo de sua vida, seja no seio familiar, nos territórios, nos conflitos internos; desta forma, discutir a cultura de paz é desenvolver uma reflexão sobre liberdade, solidariedade e outras questões necessárias para uma sociedade harmônica.

Oliveira, Vieira, Brum (2021) afirmam que a cultura de paz se apresenta como potencialidade para o enfrentamento às injustiças gestadas pela atual estrutura social. Nessa direção, torna-se necessário constituí-la como uma prática materializável e acessível a todos, sem perder de vista o seu caráter humanizador, mas também científico. Os autores ainda relatam que a cultura de paz deve ser edificada por todos os seres sociais e o Estado como promotor de justiça social.

Tecnologias sociais e o protagonismo de adolescentes junto à análise da cultura de paz

Kahlau, Camilia e Schneider (2019) abordam que a Tecnologia Social não emergiu como uma solução pronta, mas que por si só, seria capaz de alavancar um estilo alternativo de desenvolvimento ou, até mesmo, uma alternativa ao desenvolvimento, como base para uma sociedade realmente democrática e desmercantilizada. O processo de transformação da TS ocorreu, sobretudo, por meio da incorporação de críticas e contribuições ao movimento denominado de Tecnologia Apropriada (TA).

Duque e Valdão (2017) pontuam que cada vez mais as Tecnologias Sociais têm sido consideradas estratégicas para o desenvolvimento social no Brasil. Os autores trazem como reflexão a TS como resolução de problemas sociais, econômicos e, dentre outros, ambientais,

que possibilitam a inclusão social dos envolvidos. Paulo (2022), no âmbito da saúde, alega ter sido crescente as iniciativas da aplicação de TS na melhoria do acesso aos serviços de saúde.

No entanto é importante trazer a discussão sobre Tecnologia social e Tecnologia Convencional. Para Paulo (2022), a TS é desenvolvida com uma proposta da inclusão social, ou seja, entende-se que a sociedade deve estar envolvida no processo de reflexão, planejamento e execução de ações, e no desenvolvimento des tecnologias sociais que possibilitem uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se, com esta pesquisa intervencionista, promover uma sensibilização dos participantes acerca da cultura de paz como promoção de saúde, possibilitando e potencializando por meio de educações em saúde, permitindo assim uma ressocialização dos adolescentes ao retornarem para a sociedade, possibilitando assim uma melhor aceitação desses jovens nas famílias e comunidade. Espera-se também o fortalecimento da articulação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Pnaisari : **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei : instrutivo para a implantação e implementação da Pnaisari [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Revisão da Portaria MS/GM n.º 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde.

DE OLIVEIRA, Simone Barros; VIEIRA, Monique Soares; BRUM, Letícia. Cultura de Paz: Aspectos históricos e conceituais. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 20, n. 1, p. e38618-.

DIÓGENES, G. **Grupos identitários e fragmentação social: a violência como "marca". In: J. V. Tavares dos Santos (Org.). Violência em tempo de globalização** (pp.164-182). São Paulo: Hucitec. 1999.

DUPRET, Leila. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 6, p. 91-96, 2002.

DUQUE, Thais Oliveira; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, p. 1-19, 2017.

KAHLAU, Camila; SCHNEIDER, Alessandra Helena; DE SOUZA-LIMA, José Edmilson. A tecnologia social como alternativa ao desenvolvimento: indagações sobre ciência, tecnologia e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 36, 2019.

MARINHO, Thayana Maria Olimpio et al. ESPIRITUALIDADE, ESCOLA E CULTURA DE PAZ: UM CAMINHO DE DESAFIOS, ENCONTROS E SENTIDOS. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 31, n. 3, p. 597-607, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

PAULO, Daiane de. **Tecnologia social e a promoção de práticas de prevenção da violência na adolescência na atenção primária**. 2022.

Waiselfisz, J. J. (1998). **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez.

Zaluar, A. (1994). Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan/ UFRJ.

Zaluar, A. (2003). Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: H. Vianna (Org.). Galeras cariocas. Rio de Janeiro: UFRJ.

E QUANDO A "ÁGORA" É PRIVATIZADA? REPENSANDO O PROBLEMA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA DIGITAL

Tailine Hijaz [1]

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma concepção teórica de liberdade de expressão adequada ao contexto atual, profundamente transformado pelas tecnologias digitais. Parte-se da análise das limitações dos fundamentos tradicionais da liberdade de expressão diante de desafios como a desinformação, manipulação eleitoral e propagação de discursos de ódio nas redes sociais. O estudo examina concepções de John Milton, Stuart Mill, Alexander Meiklejohn e Ronald Dworkin, argumentando que essas teorias foram construídas em um contexto incompatível com o atual, marcado pela disseminação global de desinformação, campanhas eleitorais digitais, robôs (bots) e líderes políticos banidos de plataformas por incitar violência. Recentemente, casos como o da plataforma X (anteriormente Twitter), que ora acata ordens judiciais, ora não, mostram a tensão entre liberdade de expressão e controle privado das "ágoras virtuais". Tradicionalmente, o debate sobre censura focava na relação entre indivíduo e Estado, sem considerar o controle exercido por grandes empresas de tecnologia, como Google, Meta e Apple, que moderam o espaço público digital. A pesquisa utiliza a distinção de Dworkin entre fundamentos instrumentais e constitutivos para revisar as teorias de liberdade de expressão. Serão analisados autores como Milton, Mill, Meiklejohn (instrumentais) e Dworkin (constitutivos), com o objetivo de identificar suas insuficiências frente à era digital. Resultados parciais indicam que as concepções tradicionais não capturam adequadamente as complexidades da era digital, que envolvem novos intermediários, além da velocidade e alcance global da informação, trazendo desafios que não foram previstos no contexto original dessas teorias.

Palavras-chave: Liberdade de expressão, era digital, desinformação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda a revisão teórica da liberdade de expressão diante dos desafios da era digital. Historicamente, as teorias de autores como Milton, Mill, Meiklejohn e Dworkin focavam em questões como a liberdade de imprensa e a censura estatal. Com o advento das tecnologias digitais, surgem novos problemas, como desinformação global, bots em campanhas eleitorais e moderação de conteúdos por grandes empresas de tecnologia. O estudo busca propor concepção de liberdade de expressão que procure responder a esses desafios digitais, focando em: (i) os efeitos das tecnologias digitais na vida das pessoas, especialmente no papel do Estado e das corporações tecnológicas; (ii) a revisão das teorias tradicionais; e (iii) o desenvolvimento de uma abordagem teórica adequada ao contexto digital. Como se trata de pesquisa de doutorado em andamento, a apresentação no evento fornecerá um panorama das limitações das teorias tradicionais e a necessidade de uma nova abordagem teórica para enfrentar os problemas digitais contemporâneos.

[1] Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, tailinehijaz@hotmail.com.

METODOLOGIA

A pesquisa será qualitativa e teórica, com foco em discussão a respeito do impacto das tecnologias digitais no controle da liberdade de expressão, especialmente pelas grandes corporações de mídia e tecnologia. Para revisar os fundamentos tradicionais da liberdade de expressão, será utilizada a distinção de Dworkin entre fundamentos instrumentais e constitutivos, analisando as propostas de autores como Milton, Mill, Meiklejohn e o próprio Dworkin. A etapa final será propositiva, buscando formular uma concepção de liberdade de expressão mais compatível com a era digital, à luz das insuficiências encontradas nas teorias tradicionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde o final dos anos 80, e com destaque nos anos 90, teóricos das redes têm explorado o impacto da revolução digital na sociedade. Autores como Castells e Pierre Lévy analisaram a transformação trazida pela "Galáxia da Internet" e a "Ciberdemocracia". Ash introduziu a noção de "Cosmópolis", enquanto Susskind sugeriu a ideia de "República Digital". Debord destacou o fenômeno da "sociedade do espetáculo", e o conceito de "pós-verdade" emergiu como um aspecto significativo da era digital. Apesar das expectativas de uma ágora virtual que promoveria a inteligência coletiva e o diálogo tolerante, o cenário digital revelou-se problemático, com prevalência de desinformação global, discurso de ódio, e manipulação eleitoral.

Harcourt contribui para o debate com a ideia da "sociedade da exposição", onde cada ação digital é um ato de compartilhamento de dados pessoais. Em um contexto de revolução digital, a privacidade tornou-se um bem negociável, com os indivíduos frequentemente aceitando ou ignorando a exposição de suas informações pessoais. Gross observa que a internet redefine o financiamento da produção e disseminação de conteúdo, com os consumidores financiando o acesso através de seus dados, em vez de pagamento direto. O conceito de "consumidor dataficado" e o surgimento da publicidade direcionada ilustram a mudança do controle estatal para as grandes plataformas tecnológicas, como Google e Facebook.

A ascensão das mídias sociais levou à formação de "echo chambers" e "filter bubbles", onde indivíduos são expostos predominantemente a informações que confirmam suas crenças. Por exemplo, durante a campanha presidencial dos EUA, notícias falsas geraram mais engajamento do que reportagens verificadas. Bots e algoritmos sofisticados amplificam a disseminação de informações, dificultando a distinção entre conteúdo verdadeiro e falso. Ferrara destaca que a evolução dos bots, que agora utilizam inteligência artificial para imitar linguagem humana, torna ainda mais desafiador identificar essas contas automatizadas. Recentemente, casos como o da plataforma X (anteriormente Twitter), que ora acata ordens judiciais, ora não, mostram a tensão entre liberdade de expressão e controle privado das "ágoras virtuais".

É nesse contexto que a primeira parte da pesquisa pretende discutir como a revolução digital conectou pessoas globalmente, mas também exacerbou problemas como desinformação e manipulação. A análise incluirá o impacto das redes digitais sobre a dinâmica entre o Estado, os cidadãos, e as grandes empresas de tecnologia, refletindo sobre a assimetria de poder emergente. A pesquisa avaliará a afirmação de Mounk de que as redes diminuíram o abismo

tecnológico, permitindo a todos produzir e disseminar conteúdo, mas considerando a concentração desse poder nas grandes empresas tecnológicas.

Na segunda parte, a pesquisa se concentra na compatibilidade das teorias tradicionais de liberdade de expressão com o cenário digital contemporâneo. Examinar-se-á o que poderia ser chamado de teoria da verdade, em termos muito gerais, defendida por John Milton e Stuart Mill, que valoriza a busca da verdade e o avanço do conhecimento, e a teoria democrática de Alexander Meiklejohn, que enfatiza o autogoverno e o debate plural. Serão analisadas as críticas a essas teorias no contexto digital, incluindo a possibilidade de que a liberdade de expressão possa não garantir a verdade e a dificuldade de aplicar conceitos desenvolvidos para uma sociedade moderna à era digital pós-moderna. A teoria dworkiniana da liberdade de expressão, que trata a liberdade como um princípio moral fundamental, será revisitada à luz dos novos desafios tecnológicos. A pesquisa discutirá se essa teoria é adequada para lidar com a crescente influência das grandes plataformas tecnológicas e o papel delas na filtragem de conteúdo e na determinação do que é considerado verdadeiro ou falso.

Finalmente, a terceira parte da pesquisa tem o objetivo de propor uma nova concepção teórica de liberdade de expressão mais adequada para o século XXI. Será analisado como o controle do discurso digital, agora predominantemente exercido por grandes empresas de tecnologia, altera a dinâmica tradicional entre o Estado e os cidadãos. A pesquisa buscará desenvolver uma proposta normativa que leve em conta a influência das Big Techs e a necessidade de regulamentações que preservem a liberdade de expressão enquanto combatem a desinformação. A proposta de uma concepção teórica moderna de liberdade de expressão visa a contribuir para a formulação de regulamentações que garantam uma governança equilibrada e constitucional, considerando tanto os desafios da era digital quanto a necessidade de proteger o direito à livre expressão. Em suma, a pesquisa pretende fornecer uma base mais sólida para enfrentar questões filosóficas e práticas relacionadas à liberdade de expressão na era digital, evitando soluções simplistas e populistas, e promovendo um debate que esteja atenta às transformações tecnológicas e à necessidade de proteção de direitos fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se trate de pesquisa de doutorado em andamento, pode-se constatar que a revolução digital transformou a dinâmica da liberdade de expressão de formas complexas e multifacetadas, desafiando as teorias tradicionais e revelando a influência predominante das grandes plataformas tecnológicas. A análise demonstra que a ascensão das mídias digitais não apenas amplificou a disseminação de informações, mas também introduziu novos mecanismos de controle e manipulação, tornando essencial a revisão das concepções clássicas de liberdade de expressão. Procura-se propor, portanto, uma abordagem teórica que considere tanto a necessidade de preservar a liberdade individual quanto a importância de enfrentar os desafios impostos pelas Big Techs. Esta proposta busca equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos direitos fundamentais, oferecendo uma base normativa mais robusta para a governança digital e a promoção de um discurso público saudável e informativo.

REFERÊNCIAS

ASH, T. G. **Free Speech:** Ten Principles for a Connected World. New Haven/London: Yale University Press, 2016.

BESSI, A.; FERRARA, E. Social bots distort the 2016 U.S. Presidential election online discussion. *First Monday.* v. 21, n. 11, nov. 2016. Disponível em: https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/7090. Acesso em: 24 set. 2021.

BLASI, V. **Milton's Areopagitica and the Modern First Amendment**, 1995 Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=ylsop_papers. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRINK, D. O. Princípios de Millian, Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio. *In*: SAMPAIO, J. A. L. (coord.) **Liberdade de Expressão no Século XXI**. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DALL'AGNOL, D. O igualitarismo liberal de Ronald Dworkin. **Kriterion**, v. 41, n. 111, jun. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/kr/a/WPBMTZPGbXqJXR3YtwMJ77s/?lang=pt. Acesso em: 1º maio 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. Trad. Nelson Boeira, 3.ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DWORKIN, R. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. Trad. Jussara Simões. 2.ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DWORKIN, R. **Uma questão de princípio**. Trad. Luís Carlos Borges. 3.ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2019.

DWORKIN, R. **A raposa e o porco-espinho**: justiça e valor. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DWORKIN, R. Rights as trumps. *In*: WALDRON, J. **Theories of Rights**. Oxford: Oxford University, 1984.

GRAY, J. **A anatomia de Gray**. Trad. José Gradel. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GRAY, J. **Mill on Liberty:** A Defense. 2.ª ed. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1996.

GROSS, C. P. Fake News e Democracia: discutindo o status normativo do falso e a liberdade de expressão. *In*: RAIS, D. (Org.). **Fake News:** a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

HARCOURT, B. E. The Expository Society. In: HARCOURT, B. E. **Exposed: Desire and Disobedience in the Digital Age.** Cambridge: Harvard University Press, 2015.

LÉVY, P. **Cibercultura.** Trad. Carlos Irineu da Costa. 3ª ed., Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

MEIKLEJOHN, A. The First Amendment Is an Absolute. **The Supreme Court Review**, 1961.

MEIKLEJOHN, A. Free Speech and Its Relation to Self-Government. In: **Political Freedom**. Westport: Greenwood Press, 1948.

MEIKLEJOHN, A. What Does the First Amendment Mean? **The University of Chicago Law Review**, v. 20, n. 3, 1953.

MILL, S. **Sobre a liberdade**. Trad. Alberto da Rocha Barros. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

MILTON, J. ***Areopagítica.*** Discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento da Inglaterra. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NGUYEN, C. T. Echo chambers and epistemic bubbles. **Episteme**, 17, 2, 2020, p. 141–161. Cambridge University Press. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/episteme/article/echo-chambers-and-epistemic-bubbles/5D4AC3A808C538E17C50A7C09EC706F0. Acesso em: 10 fev. 2021.

O'ROURKE, K. C. John Stuart Mill and Freedom of Expression. The genesis of a theory. London/New York: Routledge, 2001.

SUNSTEIN, C. R. **Republic.com 2.0**. Princeton: The Princeton University Press, 2007.

SUSSKIND, J. **The Digital Republic**: On Freedom and Democracy in the 21st Century. New York/London: Bloomsburry Publishing, 2022 [epub].

EIXO 4 URGÊNCIA DAS ALIANÇAS INTERSETORIAIS PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS CONTRA POVOS INDÍGENAS

Em destaque, Dr. Luciano Mariz Maia (Ministério Público Federal e UFPB), por ocasião da conferência proferida em 18 de outubro de 2024, na Conferência de Encerramento – Acordos internacionais e pactos nacionais e estaduais para a prevenção e enfrentamento das violências contra os povos originários, no II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024/RIEV/UFPB/UFSC, realizado em João Pessoa, Paraíba, no período de 14 a 18 de outubro de 2024. Na composição da mesa, da esquerda para a direita, Dr. Diego dos Santos Reis (PPGE/UFPB), Dr.ª Edna Gusmão de Góes Brennand (RIEV/UFPB) e Sr.ª Julia Brito Ospina Quimbaya (Ministério dos Povos Indígenas/MPI).



DIGNIDADE SILENCIADA NAS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS: QUAL O LUGAR DA EDUCAÇÃO? [1]

Edna Gusmão de Góes Brennand [2]
Delamar José Volpato Dutra [3]

RESUMO

A investigação teve como foco mapear estudos empíricos no Brasil, acerca das violências perpetradas contra os povos originários, para compreender o lugar da educação na garantia dos direitos humanos e sociais de todas as pessoas. Analisa a instrumentalidade das violências no contexto das lutas por reconhecimento dos povos originários e quais as contribuições que a educação pode oferecer para a construção de estratégias de prevenção e combate às violências contra esse contingente populacional. A análise do *Corpus* foi desenvolvida através de três etapas inter-relacionadas: o estudo a partir de autores referência no Brasil; dados empíricos publicados em documentos disponíveis em domínio público; e a construção de uma base analítica do *corpus,* realizada através de categorias teóricas basilares pré-selecionadas. Os dados evidenciaram a intensificação das violências perpetradas contra os povos originários ao longo do tempo histórico, da colonização à atualidade, registradas pela repetição de padrões de violências física, simbólica e institucional, a ausência de proteção à vida e dignidade e o acesso aos direitos. Os dados permitem registrar o lugar fundante da educação para a construção de uma cultura para os direitos humanos. A educação é o espaço capaz de formar indivíduos para o exercício de uma vida plena, o que significa o fortalecimento da autonomia e das liberdades. Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação é a via pela qual a dignidade, princípio fundamental dos direitos humanos, se constrói.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Povos originários, Violências.

INTRODUÇÃO

Recentemente, o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips traz para a cena da mídia a Amazônia como palco de conflitos e de horrores vividos pelas populações indígenas. Estudo corroboram que acontecimentos semelhantes são recorrentes ao longo de todo processo civilizatório brasileiro. O estado da arte, disponível em

[1] O presente artigo é uma versão revista da conferência proferida em 18 de outubro de 2024, na Mesa Redonda de Conferência 2 – Violações cometidas contra povos originários: instrumentos de promoção da justiça, direito à memória e à verdade, por ocasião do II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências – SISV 2024/RIEV/UFPB/UFSC, realizado em João Pessoa, Paraíba, no período de 14 a 18 de outubro de 2024.

[2] Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Bolsista de Produtividade de Pesquisa – CNPq. E-mail: ednabrennand@gmail.com

[3] Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bolsista de Produtividade de Pesquisa – CNPq. E-mail: djvdutra@yahoo.com.br

bancos de dados gerados por pesquisas científicas, relatórios governamentais, ONGs, observatórios nacionais e internacionais, mostra que os povos originários jamais conseguiram estabelecer uma paz estável. Daí a relevância da ideia de que o conceito de violência precisa ser submetido tanto às interrogações filosóficas quanto às manifestações concretas subordinadas ao crivo analítico dos estudos sociológicos, antropológicos, da psicologia social e, consequentemente, dos estudos educacionais. O debate é complexo e multirreferencial, modifica-se à medida que as sociedades se transformam e as clivagens empíricas se ampliam.

Este artigo versa sobre a instrumentalidade das violências no contexto das lutas por reconhecimento dos povos originários no Brasil e quais as contribuições que a educação pode oferecer para a construção de estratégias de prevenção e combate às violências contra esse contingente populacional. Os estudos utilizados na pesquisa evidenciaram que a intensificação das violências perpetradas contra os povos originários é uma marca que desafia o tempo histórico desde a colonização. Repetem-se padrões de invasão e grilagem a terras, queimadas criminosas, desmatamento em grandes proporções, doenças, falta de escolas e negação de direitos. A luta pela preservação dos recursos naturais, sobretudo a floresta, tem marcado o existir desta parcela da população vista a partir dos interesses econômicos e do estado brasileiro (STUCKERT, 2022).

Os Relatórios Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2015; 2019; 2020), permitem verificar a repetição destes padrões. Assim, o ato de documentar as lutas por direitos e as violências perpetradas contra os povos originários é necessário para que as denúncias tomem o corpo social e a educação se transforme em espaço de debate, construção de conhecimento e instrumento de formação de crianças, jovens e adultos para uma convivência pacífica com estes povos.

Face ao exposto e tendo em conta os objetivos propostos pela agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera imprescindível para o futuro do planeta diminuir as violências em suas diversas dimensões, proteger o meio ambiente e garantir que todos possam ter o direito assegurado de paz e prosperidade, esta pesquisa t objetivou mapear estudos empíricos no Brasil acerca das violências perpetradas contra os povos originários para compreender o lugar da educação no debate sobre a garantia dos direitos humanos e sociais. Tanto no Brasil quanto a nível internacional são diversos os esforços de investigação, com o

objetivo de reconhecer e mapear as tipologias de violência, seja física, emocional, psicológica, social, econômica e/ou sexual. A violência é um fenômeno científico, que apresenta dificuldade na realização do seu diagnóstico e análise, em função das dinâmicas transversais e amplos acervos em diversos formatos.

ANCORAGEM METODOLÓGICA

A análise do *Corpus* do estudo foi desenvolvida através de etapas interrelacionadas: 1) a visão detalhada dos dados empíricos utilizou autores de referência, tais como: Stuckert (2022); Valente (2017); Ribeiro (2006); Prado Júnior (1987); Buarque Holanda (1986, 1977); Dias (1981), Fernandes (1952) e outros; 2) utilização do Atlas da Violência de 2022, o Anuário de Segurança Pública de 2022, três Relatórios sobre Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2015; 2019; 2020), o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o Relatório Figueiredo (1967). 3) articularam a base analítica principal do *corpus* as categorias teóricas: poder e direitos, dignidade, igualdade, liberdade, violência, crueldade, reconhecimento, sujeito de direitos, educação em direitos humanos. A interdisciplinaridade foi buscada à luz das contribuições da sociologia, da filosofia e da educação.

MARCOS REFERENCIAIS PRINCIPAIS

A pesada mortalha

Darcy Ribeiro (2006), na obra sobre o povo brasileiro, oferece as principais chaves analíticas para compreensão da miscigenação e da diversidade que o caracteriza. O autor, registra os caminhos violentos de construção das matrizes étnicas formadoras da nossa identidade: brancos colonizadores, indígenas e negros africanos e acontecimentos e eventos que no seu entendimento marcaram o "sentido do Brasil". Apresenta nuances da ocupação e expansão territorial pelo discurso analítico das referências culturais que nos moldaram a partir da chegada dos estrangeiros que não cabiam em nossas identidades étnicas.

Os indígenas perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável pela visão mítica do mundo. Embora reduzido, o grupo recém-chegado era agressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. As doenças, a mais letal forma de assolação, levou grandes contingentes da população preexistente à morte. Em nível biótico, foi travada uma guerra bacteriológica pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações locais. Há ocorrências de epidemias de varíola, de 1562 a 1563, que não atingem os portugueses, mas em três meses matam mais de 30 mil indígenas e negros. Esse amálgama de tradições foi forjado por três forças diversificadoras: a ecológica, que fez surgir paisagens humanas diversificadas pela necessidade de adaptações ao meio ambiente; 2) a econômica, que criou formas diferenciadas de produção; e 3) a imigração, que fez a introdução de novos contingentes humanos principalmente europeus, árabes e japoneses (RIBEIRO, 2006). Nos níveis econômico e social, evidenciou-se pela escravização do indígena e pela mercantilização das relações de produção, que articularam o novo mundo ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouro. Estas três dimensões trazem como consequência um novo plano étnico-cultural. Emerge uma transfiguração em função da gestação de uma etnia nova, que foi unificando a língua e os costumes. Os indígenas foram aos poucos sendo desengajados de seu viver gentílico através das relações com os negros africanos e os europeus. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas. O que a documentação histórica registra é a versão do dominador, do invasor relatando o que sucedeu aos indígenas e aos negros. A leitura crítica destes documentos permite compreender essa desventurada aventura, dos conflitos entre as tribos de diversas matrizes culturais (RIBEIRO, 2006). Elas somavam, talvez, 1 milhão de indígenas, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a 2 mil habitantes. Viviam do cultivo de alimentos, tais como: mandioca, milho, batata-doce, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucu, algodão, carauá, cuias e cabaças, pimentas, abacaxi, mamão, erva-mate, guaraná, etc e de árvores frutíferas, como o caju e o pequi, por exemplo (FERNANDES, 1952).

Segundo Ribeiro (2006), a etnia Tupi conseguiu estruturar efêmeras confederações regionais que logo desapareceram. A mais importante delas, conhecida como Confederação dos Tamoios, foi ensejada pela aliança com os franceses instalados na Baía de Guanabara. Reuniu, de 1563 a 1567, os Tupinambá do Rio de Janeiro e os Carijó do planalto paulista, ajudados

pelos Goitacá e pelos Aimoré da Serra do Mar, doze mil, nos dois lados, na batalha final do Rio de Janeiro, em 1567. Segundo registros de Dias (1981) eles sequer sabiam por que lutavam, simplesmente eram atiçados pelos europeus, explorando sua agressividade.

Os povos Tamoios venceram diversas batalhas, destruíram a capitania do Espírito Santo e ameaçaram seriamente a de São Paulo. Mas, foram vencidos pelas tropas indígenas aliciadas pelos jesuítas. Essas guerras seguiram até a consolidação da conquista portuguesa, como as campanhas de extermínio dos Potiguara do Rio Grande do Norte, em 1599. No século seguinte, a Guerra dos Bárbaros e as guerras na Amazônia. Os indígenas jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor. Segundo Buarque (1986, p. 59), "é o confronto de duas humanidades diversas, tão heterogêneas, tão verdadeiramente ignorantes, agora sim, uma da outra, que deixa de impor-se entre elas uma intolerância mortal". A maioria nunca aceitou pacificamente a dominação, outros eram aliciados e doutrinados por jesuítas.

Ao longo dos séculos registram-se um somatório de violência mortal, e de intolerância. Mem de Sá, o primeiro governador, é considerado como o que levou desespero e destruição a aproximadamente trezentas aldeias indígenas na costa brasileira no século XVI. Para Ribeiro (2006), o resultado deste processo civilizatório é a interrupção da linha evolutiva das populações indígenas, que ao serem subjugadas, compõem a mão-de-obra servil e, consequentemente, perdem sua autonomia étnica. A regulação desses povos passa a ser feita por grupos, por sexo ou por idade, com tarefas prescritas da madrugada ao anoitecer. Os horários de trabalho eram regulados por sinos: hora de trabalhar na roça, na caça, na pesca, na fiação, na tecelagem e assim por diante. Além disso, também havia hora de ler, rezar e, até mesmo, hora de fornicar, porque a população diminuía visivelmente. Há registros que destacam as aptidões dos indígenas para ofícios artesanais, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros. Desde o princípio os povos originários foram espoliados de sua liberdade. Aqui buscamos o entendimento de Hobbes (1979), no cap. XIV de sua obra Leviatã, quando afirma que "O direito de natureza [...] é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser". Outra compreensão relevante é a de Kant (2014) que traz importante contribuição teórica para reflexão sobre a questão quando afirma que somente poderemos pensar em igualdade se estiver implícita nas expressões de "poder coexistir" e "lei universal". Para ele, só haveria um direito humano: liberdade (independência do arbítrio coercitivo de um

outro). Subsistir com a liberdade de qualquer outro de acordo com uma lei universal, é este o direito único, originário, pertencente a cada homem por força de sua humanidade.

Os estudos demonstram, que mesmo em fuga ou resistência na força de trabalho, viveriam cerca de um milhão de indígenas arredios e hostis, concentrados principalmente na Amazônia, mas também disseminados por todo o país (RIBEIRO, 2006; BUARQUE de HOLANDA, 1986; DIAS, 1981). Essa alegação faz supor que o poder foi exercido como dominação e efetivou-se mediante constrangimento. Para Weber (2015), é possível identificar dois sentidos básicos para caracterizar o poder. O primeiro, é aquele como dominação, que pode ser equiparado a autoridade e que se pressupõe uma probabilidade de obediência voluntária. Não obstante, tal sentido não esgota todas as possibilidades de poder enquanto dominação. Chamamos "dominação" a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas), dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, exercer poder ou influência sobre outras pessoas. Em cada caso, a dominação (autoridade) pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão, desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. A mínima vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação.

Os estudos demonstram que essa perspectiva corrobora com o que Weber (2015) entende como poder esvaziado da vontade de obedecer. Significa a imposição da própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Imposição que, derradeiramente, tornou possível o apelo à coerção física e violenta, já que ficou em aberto qualquer fundamento da possibilidade da vontade de obedecer. O poder coercitivo foi também amplamente utilizado por particulares com a conivência do Estado. Nos estudos são assinaladas violências físicas como escravização, torturas e estupros por meio de redutos civis. A considerada política de administração dos povos indígenas somente vai ser normatizada no Código Civil de 1916, que estabelece a incapacidade jurídica destes e concede a tutela total ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), solidificando o que Weber (2015, p. 219) define como o Estado do monopólio da violência física, "Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física". As consequências dessa compreensão levaram ao fato de os povos originários serem vistos como não-pessoa e, portanto, sem garantia de direitos e dignidade.

Derrida (1994) relembra não ser possível uma crítica da violência senão em relação a uma esfera simbólico-normativa, capaz de possibilitar a atribuição do conceito de violência, seja tal esfera o direito, a justiça ou a moral. O conceito de violência permite uma crítica avaliativa apenas na esfera do direito e da justiça ou das relações morais. Assim, essa definição pertence à ordem simbólica do direito, da política e da moralidade, pelo menos de todas as formas de autoridade ou reivindicação de autoridade.

Sobre a questão dos meios e fins referente as formas de autoridade exercidas sobre os povos originários, Caio Prado Júnior (1987) concebe o processo de formação socioeconômico e cultural do Brasil como permeado por violentos conflitos. O autor trouxe à tona o sofrimento e perda da identidade vivenciados pelos indígenas, uma vez que tinham que aprender outro idioma, vestir outras vestes e renunciar a seus rituais. No início da colonização, a igreja, e ao longo do processo civilizatório, a expansão da Colonização, o Liberalismo, o Império Escravocrata e a República Burguesa (JÚNIOR, 1987). Coube aos poderes constituídos arbitrariamente o controle violento sobre os processos de desenvolvimento que afetaram esses povos, suas terras, territórios e recursos naturais.

A dominação era imposta pela força, oportunizada pela ausência de normatividade que pudesse regular a relação entre os envolvidos em conflitos. Além disso, a ausência de arcabouço jurídico para disciplinar a posse e a propriedade, possibilitou aos grupos hegemônicos a apropriação da terra através da violência, escravização e imposição de uma ordem injusta. Não existem registros de um convívio pacífico e nem mesmo socialização equitativa entre os invasores e os indígenas, gestos de integração social ou espírito de coexistência. O que ocorreu foi um processo de transformação cultural caracterizado pelo abandono da cultura da liberdade e a efetivação gradual e sedimentada de uma cultura do medo. Não é possível encontrar nos documentos analisados uma vontade de estabelecer uma vida "visível" e livre para esses povos ou sequer ações de proteção à vida. Contrária à concepção *smithiana* (2013), de que o soberano se apresenta como o protetor da segurança e da ordem, os grupos hegemônicos, ao longo a expansão civilizatória. Não deixaram registros da criação de situações desejadas de paz, segurança e normalidade. Nenhum documento consultado encobriu a força letal com que aldeias inteiras e grupos constituídos foram dizimados (FERNANDES, 1949).

A Constituição de 1882 foi a primeira da nossa história e vigorou até a Proclamação da República, em 1889. No texto a população brasileira era homogênea e nenhum dos seus artigos ou incisos faz menção à pluralidade étnica. Somente a partir de 1939, quando foi instituído o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (Decreto 1.794/1939), pelo presidente Getúlio Vargas. A diversidade étnica no Brasil entra em pauta, mesmo que de forma contraditória. Nesse contexto, antropólogos como Darcy Ribeiro passaram a atuar na formulação das primeiras políticas indigenistas (BRASIL, 1939). Vê-se claramente que a dignidade da pessoa humana relativa aos povos originários demorou a adquirir um perfil normativo. Crimes bárbaros praticados contra estas pessoas, o terror inconcebível de violações praticadas em massa, as humilhações, a degradação das condições de vida, a tortura sistemática e a morte demonstram que em nenhum momento histórico houve o ensejo de se colocar em evidência a proteção e a dignidade. Essa pluralidade somente será considerada a partir Constituinte de 1988, que devido às mobilizações das Nações Indígenas na década de 1980, passa a levar em conta a proteção às comunidades e territórios indígenas e demarcações de suas terras.

A pesada mortalha continua a envolver os povos originários

Valente (2017), na obra Os Fuzis e as Flexas, registra que a partir da década de 60, havia pelas estatísticas oficiais cerca de 70 mil a 110 mil indígenas conhecidos, representando entre 0,08% e 0,13% da população, estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1964). Muitos deles habitavam áreas de matas e eram considerados arredios e hostis. A abordagem a estes povos era realizada por forças políticas locais, com a cooperação dos "amansadores" de indígenas, os servidores do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), de 1910 a 1967, e de sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A pesquisa de Valente (2017) abarcou um total de 11.786 páginas, com um acervo de 187 dossiês produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), FUNAI, arquivos do Núcleo de Documentação (NUDOC), do Departamento de Proteção Territorial (DPT), do Serviço de Gestão Documental (SEDOC), com sede na FUNAI-Brasília/DF, e acervos secundários abertos pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Documentos oficiais do SPI apontam que durante o regime militar a tese de que o exército liderava um esforço nacional para a formação da riqueza, justificava os números do genocídio generalizado. Depoimentos

coletados ao longo da investigação afirmam que eram tantos corpos que a missão precisou da ajuda de um trator para transportá-los até o cemitério. Afirmam não haver produção de alimentos ao longo de décadas, gerando escassez, fome e doenças. Nesse processo, caberia ao indígena, considerado um estorvo, o papel de trabalhador braçal. Os documentos, que deram origem à investigação, assinalam que o processo de pacificação era permeado pelas denominadas "correrias", ou seja, caçadas humanas nas matas, muitas vezes resultando em massacres pela Fundação Nacional do Índio (VALENTE, 2017). Sturkert (2022) corrobora o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), que durante o regime militar foi possível registar o seguinte quantitativo de indígenas mortos: 3.500 Cinta-Larga (RO); 2.650 Waimiri-Atroari (AM); 1.180 Tapayuna (MT); 354 Yanomami (AM/RR); 192 Xetá (PR); 176 Panará (MT); 118 Parakanã (PA); 85 Xavante de Marãiwatsédé (MT); 72 Araweté (PA) e mais de 14 Arara (PA). O documento estima que a quantidade de indígenas assassinados deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos assinalou suas perdas. No Relatório Figueredo (1967) são registradas outras graves violações aos direitos humanos.

A recorrente privação de Direitos

Dados atuais do Atlas da Violência (2022) e Relatórios da Secretaria de Segurança Pública (2022) corroboram os estudos de Ribeiro (2006) e Prado Júnior (1987) quanto à tipologia de violências registradas ao longo da história e que continuam sendo perpetradas com outras nuances. Revelam a opressão aos povos indígenas, materializada na perda de terras, territórios e recursos, empobrecimento e marginalização. Ao refletir sobre essas questões, buscamos o entendimento, de Hobbes (1979), para definir o que é um direito natural no sentido moderno. O direito à liberdade é a base dos direitos humanos. No estado de natureza, o exercício da liberdade está ligado à força de cada um. Porém, ainda que a força de cada um seja diferente de todos os outros, por uma contingência dos humanos, essas diferenças não implicam uma desigualdade ontológica insuperável, ante o fato de que mesmo o menor poder entre os humanos é capaz de catapultar uma ação livre com potencial lesivo de morte em relação a qualquer outro ser humano, mesmo o mais forte. Isso torna todos os humanos fundamentalmente iguais, na medida em que se determina que a igualdade também deve que ser considerada, não apenas a

liberdade. É o que afirma o início do cap. XIII do Leviatã. Nesse sentido, para evitar a morte dos demais, as possibilidades de exercício do direito natural humano da liberdade, pertencente a todos, precisa ser limitado. Isso só pode ser feito de forma igualitária, justamente porque todos são matáveis. Em Hobbes (1979), há dois argumentos para a igualdade adentrar no âmbito dos direitos humanos. O primeiro, o argumento estrutural, é usado para justificar o porquê da limitação das liberdades ter que ser igual, já que as restrições às liberdades naturais de ferir e de matar devem valer para todos, sob pena de a ordem pública não se estabelecer de forma consistente. O segundo, remete a uma consideração da natureza humana, no mencionado cap. XIII, em conexão com três paixões básicas: "na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. A competição; a desconfiança; e glória" (HOBBES, 1979) . Seres assim constituídos só aceitarão viver em sociedade se for de forma igualitária. É o que reza a oitava e a nona leis naturais [cap. XV]. Essas, por certo, não portam motivos nobres de reconhecimento, mas um cálculo de estabilidade social, considerando o tipo de criaturas que são os humanos. Depois de Hobbes, a igualdade tomará ares normativos mais robustos.

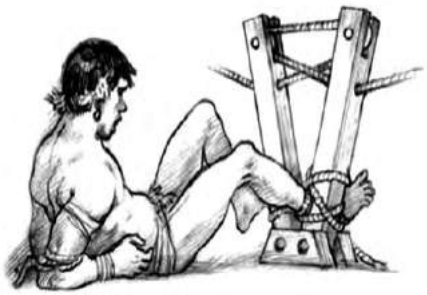
Para Kant (2014, p. 231), a igualdade passa a responder pela justiça: "É justa toda ação em que a liberdade do arbítrio de cada um pode coexistir com a liberdade de qualquer um segundo uma lei universal". Sendo assim, a igualdade está implícita na expressão "pode coexistir" e na expressão "lei universal". Disso compreende-se que todas as ações que possam coexistir com a liberdade de qualquer um, segundo uma lei universal, são um direito subjetivo. A rigor, para Kant (2014), só haveria um direito humano: a Liberdade (independência do arbítrio coercitivo de um outro), na medida em que pode subsistir com a liberdade de qualquer outro de acordo com uma lei universal, é este direito único, originário, pertencente a cada homem por força de sua humanidade (KANT, 2014, p. 230). Como salienta Volpato Dutra (2008), somente é possível entender o conceito de humanidade no sentido da dignidade, ou melhor dito, no sentido da dignidade humana. Já no entendimento de Habermas (1992), a igualdade responderá pela legitimidade. Nesse sentido, com relação aos direitos sociais, como uma subclasse dos direitos humanos, eles podem ter ao menos um fundamento, seria uma base normativa própria, como as necessidades básicas dos seres humanos. As causas da discórdia: competição; desconfiança e glória fundamentam a busca para viver em sociedade de forma igualitária. Assim, é possível entender o conceito de humanidade no sentido da dignidade humana. O segundo modo de fundamentar os direitos sociais remete aos elementos básicos que

compõem a definição dos direitos humanos em um sentido geral, a saber, como sendo um conjunto de liberdades iguais. Habermas (2020) e Rawls (1996) defendem essa fundamentação.

Desolação, Letalidade, Tortura e Crueldade

A luta pela sobrevivência e reconhecimento, o limitado acesso a direitos e as violações da dignidade ainda possuem ecos no Brasil contemporâneo. O Relatório Figueiredo, documento produzido em 1967 pelo Ministério do Interior, relata massacres e torturas acometidos a indígenas nas várias regiões do país. O instrumento de tortura apontado como o mais comum nos postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na época era chamado de "tronco". Após a rendição os indígenas eram submetidos à tortura, um processo muito doloroso, que levado ao extremo provocava desde fraturas a outras lesões. Veja figura.

Figura 1 - Tortura e sofrimento



Fonte: BRASIL (1967, p.26)

A tortura era realizada através de um tronco com duas estacas enterradas em ângulo agudo, no mesmo buraco com vértice para baixo, onde o tornozelo do indígena era pressionado paulatinamente quando as duas estacas se aproximavam com auxílio de uma corda, como é possível observar na figura acima.

O Tempo Futuro Contido no Tempo Passado

Flashs da imprensa, em 2020 a 2022 (MST, 2022), continuam o registrar torturas, estupros de crianças, assassinatos, invasões de terras e a falta de acesso aos serviços de saúde. Essa realidade aponta que os problemas vivenciados por estes povos indígenas se repetem e avolumam. Apesar da luta por direitos ter culminado, pelo menos do ponto de vista formal, em algumas conquistas, desde a constituição de 1998. O simples reconhecimento dos seus direitos não tem sido suficiente para o enfrentamento da violência institucionalizada e normativamente assegurada. O reconhecimento é afirmação recíproca, isenta de coerção de determinados aspectos a personalidade. Portanto, não bastaria só uma atitude de aceitação, mas seria demandado comportar-se de um modo moralmente de acordo com o exigido pelo reconhecimento (HONNET, 2002; 2007).

Dados do Atlas da violência (2022) e do Anuário da Secretaria de Segurança Pública (2022) corroboram os estudos de Stuckert (2022), Valente (2017), Darcy (2006) e Caio Prado Junior (1987). Apontam que a violência é uma herança histórica, fruto da interação entre o estado, a sociedade e os povos indígenas. Os dados permitem assinalar o crescimento das violências nas áreas indígenas, onde atualmente ocorrem os conflitos. Registram o aumento do índice da violência na região amazônica, assinalada como a área de maior tendência para as violações aos direitos indígenas. O relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (2015, p. 24-25) expõe as principais violências praticadas, são elas: assassinatos, espancamentos, sequestros, torturas e estupros. Além disso, com base na leitura da figura 2 abaixo, pode-se constatar os elevados índices de violência letal na região amazônica, em comparação ao Brasil.

Figura 2 - Violência Letal na Região Amazônica.



Fonte: IPEA (BRASIL, 2022a).

Os dados estatísticos e os estudos aqui apresentados permitem afirmar que as violências perpetradas contra os indígenas possuem duas dimensões, a material e a simbólica, que agem simultaneamente e decorrem da deterioração das condições de vida e das violações de direitos. Estudo atual (BRASIL, 2022b) mostra a atuação anti-indigenista da FUNAI. Criada para monitorar e acompanhar políticas públicas neste campo, em nível federal, a FUNAI tem trabalhado em sentido contrário à sua missão. Se por um lado, seu objetivo é proteger e promover os direitos indígenas, por outro, tem provocado uma prática de destruição destes. É visível a erosão das políticas ambientais, culturais e indigenista no ciclo governamental 2019-2022. O Dossiê assinala os entraves burocráticos para a eficácia das ações de proteção nas aldeias e terras indígenas. Existem fartas evidências de facilitação de terceiros à posse e exploração econômicas nas terras demarcadas e um flagrante desmonte aos direitos já garantidos no ordenamento jurídico nacional (FUNDAÇÃO ANTI-INDIGENISTA, 2022).

Afinal, qual o lugar da educação?

As análises apresentadas neste estudo buscaram compreender o lugar da educação no debate sobre a garantia dos direitos humanos e sociais a todas as pessoas. A ampliação das desigualdades latentes e o lugar secundário que ocupa a educação nas políticas públicas causam prejuízos aos sujeitos educativos, sejam eles docentes, gestores ou discentes, na obtenção e compreensão dos conteúdos fundamentais à construção de uma postura crítica diante do mundo. Os impactos que as diversas formas de violências têm causado à formação de uma cultura de paz ainda são pouco visíveis.

As transformações vivenciadas na experiência humana atual constroem cenas paradoxais, onde se intercruzam o acesso sem fronteiras a formas culturais diversas, o acesso ao ato de conhecer e, ao mesmo tempo, a marginalização de grandes contingentes de seres humanos submetidos a formas de dominação violentas tais como experiências traumáticas de guerra, migração, pobreza, violência urbana e, paradoxalmente fundada na era das redes, onde as experiências humanas se constroem e desconstroem em um processo cooperativo de aquisição do conhecimento. Agentes humanos e tecnologias versáteis de aprendizagem se

intercruzam trazendo desafios às instituições formativas em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, como pensar o lugar da educação diante das crises sociais, sanitárias, ampliação das desigualdades, rupturas nos processos educacionais e pobreza intelectual de crianças, jovens e adultos?

Arendt (2008) enfatiza que mesmo em tempos sombrios temos o direito de pensar em alguma iluminação. Destarte, é que vislumbramos a educação como um espaço privilegiado para construção de utopias e esperanças. Espaço de florescimento na direção da ensinabilidade da uma convivência ética e plural. A dimensão cultural da violência é alimentada pela perda de referenciais éticos, laços de sociabilidades, desapego aos princípios de justiça e a posturas discriminatórias. Nesse sentido, a educação é pedra angular na criação de novas mentalidades que venham trazer elementos reflexivos para o enfrentamento ao *status quo.* Acreditamos nas proposições de Asmann (2006) e Luhman (1997), quando afirmam que todo o sistema se transforma ao aprender em processo cumulativo em uma teia de interações. Assim, nos acostumamos à ideia de que o domínio cognitivo dos sujeitos sociais sempre emerge de uma história de interações e se as instituições formativas desenvolvem uma gestão do conhecimento plural, com foco nas demandas sociais, vai haver flexibilidade e transformações. Os atores sociais se modificam com o processo de aprendizagem.

No Brasil, a institucionalização da Educação em Direitos Humanos (EDH) ainda é frágil. São tímidas as ações no Acre, Pará e Rondônia. No estado do Amazonas, não é possível mapear ações de institucionalização da Educação para os Direitos Humanos, como expõe o Instituto Aurora (2022). Nesse sentido, como pensar o lugar da Educação na prevenção e combate à violência? Não há outra saída senão investir na construção de diretrizes e políticas públicas para fortalecimento de uma cultura educacional em Direitos humanos através dos currículos escolares e atividades de educação não formais dotadas de condições para cultivar, através de suas práticas pedagógicas, valores como a dignidade, solidariedade e combate às desigualdades em todas as suas formas. Propiciem mudanças de comportamento, de formação de cidadania ativa e crítica onde o sentimento de cooperação e solidariedade possa formar sujeitos de deveres e direitos.

A educação para os Direitos Humanos é um processo que poderá constituir-se por meio do diálogo entre a sociedade e os governos. Um pacto que leve em consideração, conforme

mostram os dados aqui assinalados, nossa marcada herança de desigualdades, preconceito e discriminação. Com efeito, os exemplos aqui citados, sobre as formas de violência sofridas pelos povos originários, apontam para a urgência sem precedentes de mudanças substanciais nas políticas educativas. É preciso ações concretas de institucionalização em direção a uma educação voltada para convivência ética entre todos os extratos sociais, com vistas ao enfrentamento das diversas formas e manifestações de violência contra negros, indígenas, mulheres, crianças e jovens.

Luhmann (1997) considera que um sistema não tem uma estrutura imutável. Sendo assim, não basta reconhecer a necessidade de cultivar uma cultura de direitos, mas, sobretudo, formar gerações para que se tornarem interlocutores do mundo, por meio do desenvolvimento cumulativo de ações educacionais concretas, onde a aprendizagem seja propiciadora de modificações no sistema vigente. O enfrentamento das diversas demandas faz com que o próprio sistema transforme-se internamente, criando subsistemas, deixando de ser simples e tornando-se mais complexo, evoluindo de forma sistemática e modificando toda a estrutura social. Daí a necessidade de entendermos que a sociedade brasileira ao registrar de forma sistemática, através de estudos e pesquisas, as nuances e formas de violências vividas por estratos sociais diversos, caminhe na direção de fortalecer processos educativos variados e possibilite que a estrutura seja capaz de se autotransformar dinamicamente.

As narrativas sobre a crise do conceito de Direitos humanos estão criando campos semânticos como direitos fundamentais, direitos coletivos, direitos individuais, em um movimento que aponta para a dificuldade de situar uma fundamentação universal. Entendemos não ser possível realizar dicotomias entre eles. Há entre essas narrativas uma relação rizomática, que aponta para enovelamentos, entrelaçamentos e conexões. Mesmo reconhecendo a importância deste debate, acrescentamos ser imprescindível, para além do falso dilema estrutura/mudança, que os campos semânticos sobre DH consigam contribuir para revelar as materialidades das práticas recorrentes de crueldade, tortura, letalidade e extermínios. É preciso reconhecer que os limites de interpretação do mundo são atravessados por possibilidades de processos flexibilizadores, ocasionados por um encontro entre narrativas e dados de realidade. Somos em essência dotados de sistemas perceptivos e cognitivos, por isso é fundamental entendermos a importância da educação como pedra angular para uma ecologia cognitiva propiciadora de caminhos para burlar os obstáculos colocados para o florescimento de uma

cultura de paz. Assmann (2012) nos convida a pensar que o ato de aprender significa ao mesmo tempo entrar em mundos simbólicos pré-configurados, mas também atravessar linhas demarcatórias dos significados já estabelecidos criando significados.

Os dados registrados no estado da arte sobre violências perpetradas contra os povos originários, ao longo de todo o processo civilizatório brasileiro, mostram que não é possível apresentar saídas fáceis ou supor respostas rápidas. A violência está enraizada na história e identidade dos povos originários, entretanto não é mais possível deixar que os dados sejam confinados em estatísticas e narrativas. O lugar da educação nesse contexto é uma tarefa importante: possibilitar que as informações e o conhecimento sejam transformados em elementos de mudança social. Nação, partidos, escolas, universidades, ONGs e grupos civis organizados podem caminhar na luta por reconhecimento de suas demandas, com vistas a mudanças estruturais importantes.

É válido ressaltar que estamos vivendo tempos de desequilíbrio moral que comprometem os enormes esforços para fortalecimento das garantias fundamentais, inerentes à condição humana. Os dados sobre as violências, registrados em documentos oficiais e nos gerados pela sociedade civil, apontam para a necessidade de desencadear um processo de transformação cultural e sem a educação esse processo é comprometido em suas bases.

Sabemos que estamos adentrando no terreno da utopia enquanto horizonte. Mas, esta utopia pode alimentar um bom debate filosófico, político e normativo. Se este texto pode servir para discutir possibilidades pedagógicas de ensinabilidade de uma cultura de direitos, vale o risco de alentar sonhos da viabilidade de curricularização de uma cultura de paz e solidariedade em projetos de educação formal e não formal. O combate e a prevenção das violências contra os povos originários não ocorrerão sem uma viragem epistemológica na educação, que integre a preservação do meio ambiente e os direitos e deveres dos cidadãos, em uma linguagem interdisciplinar, com a participação ativa da sociedade como um todo.

Ações educacionais concretas precisam extrapolar os usos superficiais que são feitas, geralmente somente a nível de discursos e documentos. É preciso superar a pobreza teórica que atravessa a possibilidade de refundar a ideia da educação para a Paz, com base em decisões conjuntas capazes de articular soluções radicais que alcancem instituições e formuladores de políticas públicas de educação. Nessa perspectiva, é necessário desenvolver o enraizamento de

sensibilidades solidárias e a importância ético-política de que é possível construir mundos onde caibam todos. Compreendemos que a educação é o espaço capaz de formar indivíduos para o exercício de uma vida plena, o que significa o fortalecimento da autonomia e das liberdades. Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação é a via pela qual a dignidade, princípio fundamental dos direitos humanos, se constrói.

O Brasil real, construído por uma história com marcas profundas de escravidão, violências, desigualdades sociais e regionais, já cumula experiências de educação em direitos humanos em algumas instituições públicas, universidades, movimentos sociais, ONGs e entidades religiosas. Entretanto, estas experiências ainda têm poucos impactos e avanços, no que se refere à formação de professores, produção de materiais didáticos, debates públicos e fruição. Nesse sentido, há um longo caminho ainda a percorrer.

Mas, qualquer caminho apontado não pode ser desbravado sem a construção de um pacto nacional para uma educação de qualidade para todas as pessoas. Uma direção importante a se tomar é a recuperação da fundamentação sobre os Direitos Humanos, de modo que se permita explicitar as diversas compreensões e não as afastar, seja por vieses jurídicos, filosóficos ou sociológicos. No tocante à especificidade do direito, relacionada a educação pelos povos originários, essa não pode ser pensada sem levar em conta a necessidade urgente de uma política hegemônica, cujos alicerces tenham prevalência dos direitos humanos em sua integralidade e universalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de estudos tomados aqui como referência mostra que foram diversos os fatores que geraram grande parte das formas de violências perpetradas aos indígenas brasileiros ao longo do processo civilizatório. Vimos que o arcabouço normativo atual não permite enquadrar as situações cotidianas de violação da dignidade dos povos originários. Eles sofrem ataques e violações contínuas, dentre elas, a violência socioinstitucional. Ao reivindicarmos um lugar fundante para pensar a educação em direitos humanos, consideramos que ela precisa estar assentada na ideia de que os povos originários, assim como todos os povos da nação brasileira, possuem direitos imprescritíveis e não renunciáveis. Estes não podem estar limitados a

situações particulares, pessoais e sociais. Segundo Comparato (2006), o direito de ter direitos carece do reconhecimento universal da igualdade e da liberdade. Portanto, nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação pode afirmar-se superior aos demais.

Os dados apontam que a situação vivida pelos povos originários nega o que advogam os instrumentos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pactos Internacionais dos Direitos Civis e Políticos e dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), consideram ser a dignidade o princípio fundante na formulação dos direitos humanos, dado que todo ser humano tem valor próprio acima das leis. Para fundamentar as reflexões sobre as diversas concepções de dignidade, utilizamos teóricos tais como: a abordagem de Kant (2014) acerca da razão; a concepção de Hegel (1969) sobre as esferas da dignidade; a explicação de Dworkin (2006) a respeito do direito de não sofrer indignidade; e a abordagem de Habermas (2006) sobre a dignidade da pessoa humana e da vida humana.

Entendemos ser possível, através da educação, desenvolver em diversos contextos experiências de aprendizagem abertas, onde compreensões sobre direitos humanos e dignidade possam ser delimitados e o seus campos semânticos construídos e desconstruídos. O enraizamento destes conceitos, por meio de experiências de formação, pode abrir interfaces de aplicação prática, pela análise de suas contradições, e fomentar a construção de conhecimentos em busca do controle do poder dominante como premissa para a transformação. A educação para os direitos humanos carece da formulação de políticas que respeitem as diversidades culturais para atender suas finalidades precípuas de se tornar a pedra angular para o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como viabilizar bases sólidas o para o exercício da cidadania. As situações hierárquicas assimétricas exigem processos de lutas organizadas, ações jurídicas fundamentadas, conquistas no plano da proteção e defesa dos direitos. Por isso, também é preciso uma política educacional de formação sensível, com vista a prevenção de violências e catástrofes coletivas. Em consonância com Adorno (1996), reconhecemos o potencial de contribuição da educação para a construção de uma nova ordem de pensamento, que auxilie na prevenção de experiências traumáticas de violências. Para o autor as metas educacionais devem apontar para que Auschwitz não se repita.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação após auschwitz. **Educação e emancipação,** v. 3, p. 119-138, 1995. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5090779/mod_resource/content/1/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf Acesso nov 2021.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARENDT, A. **A vida do espírito**: o Pensar, o Querer, o Julgar. Tradução de Antonio Abranches, César Augusto R. de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2008.

ASMANN, H. **Redes Digitais e Metamorfose do Aprender.** Petrópolis: Vozes, 2006.

ASMANN, H. **Reencantar a Educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.794, de 22 de novembro de 1939**. Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1794-22-novembro-1939-411595-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso:

BRASIL. **Relatório Figueiredo**. Ministério do Interior. Brasília: 1967.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv

BRASIL. **Atlas da Violência de 2022.** Ministério da Economia Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília: 2022a.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: 2022b.

BRENNAND, E. G. G; VOLPATO DUTRA, Delamar. The Taint of Torture and the Brazilian Legal System. **Arxius de ciències socials**. V. 40, p. 37-50, 2019.

BUARQUE HOLANDA, S. **O Extremo Oeste.** São Paulo Brasiliense, 1986.

BUARQUE HOLANDA, S. **Visão do Paraíso**. São Paulo Brasiliense, 1987.

COMPARATO, F. K. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019.** Coord. Lúcia Helena Rangel et al. Brasília: Editora Conselho Indigenista Missionário, 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015**. Brasília: 2015.

DERRIDA, Jacques. **Force de loi: le "Fondement mystique de l'autorité".** Paris : Galilée, 1994.

DIAS, C.A. O indígena e o invasor: a confrontação dos povos indígenas no Brasil com o invasor europeu. **Encontros com a Civilização Brasileira.** n.28. Rio de Janeiro: 1981.

DWORKIN, R. Hart and the Concepts of Law. **Harvard Law Review Forum**. V. 119, 2006.

FERNANDES, F.A **Organização Social dos Tupinambás.**São Paulo: Progresso Editorial, 1949

FERNANDES, F. A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá. **Revista do Museu Paulista.** V. 06. São Paulo: 1952.

FUNDAÇÃO ANTI-INDIGENISTA. **Um retrato da FUNAI sob o governo Bolsonaro**. INA – Indigenistas Associados. Brasília: 2022.

GENEVOIS, M. P. B. **Educação e Direitos Humanos.** Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/estaduais/rs/adunisinos/margarida.htm .

HABERMAS, J. **Between Facts and normes**: contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge: Polity Press, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2020.

HART, H. L. A. **O conceito de direito (com um pós-escrito)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994

HART, H. L. A. **O conceito de direito** (com um pós-escrito). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

HEGEL, G. W. F. **Jenaer Realphilosophie. Vorlesungsmanuskripte zur Philosophie der Natur und des Geistes von 1805-1806.** Hamburg: F. Meiner, 1969.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico Civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987.

HONNETH, Axel. ***Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais***. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação*:* uma reatualização da "Filosofia do Direito" de Hegel.** [R. S. Melo: Leiden an Unbestigmmtheit: Eine Reaktualisierung der Hegelschen Rechtsphilosophie]. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais.** [Trad. de L. Repa: Kampf um Anerkennung]. São Paulo: Editora 34, 2002.

BRASIL. **Anuário Estatístico** 1964 - IBGE. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1964.pdf. Acesso jun 2021.

INSTITUTO AURORA. **Programa Educação em Direitos Humanos no Brasil. Biênio 2019-2020 e perspectiva futura**. Brasília: 2022.

KANT, I. ***Anthropologie du point de vue pragmatique***. Paris: Vrin, 1979.

KANT, Immanuel. **Princípios metafísicos da doutrina do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LUHMANN, N. O conceito de sociedade. *In*: NEVES, C. B; SAMIOS, E. M. B. (Org.). **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAQUEL, Martha. Menina Yanomani é estuprada e morta. In: **Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)**, 05 mai. 2022. Disponível em e https://mst.org.br/2022/05/05/menina-indigena-yanomami-de-12-anos-e-estuprada-e-morta-por-garimpeiros-em-rr/ Acesso: 19 out. 2022.

RAWLS, John. **A Theory of Justice.** [Revised Edition]. Oxford University Press, 1996.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SMITH, C. **A Mão invisível**. Porto Alegre: Editora Peguim, 2013.

STUCKERT, R. **Povos originários: guerreiros do tempo**. São Paulo: Editora Tordesilhas, 2022.

VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas**. História de Sangue e resistência indígena na Ditadura. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2017.

VOLPATO DUTRA, D. J. Autonomia e liberdade: uma fundamentação kantiana para os direitos humanos segundo Caranti. **Estudos kantianos.** v. 6, n. 1, 2018. p. 69-86.

WEBER, Max. **A política como vocação.** Brasília: Editora UnB, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** Fundamentos da Sociologia Compreensiva. (V. 1). Brasília: Ed. UNB, 2015.

Notas

[1] os dados aqui estudados compõem o escopo de pesquisa em andamento, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). O projeto está sendo realizado por meio de um Convênio de Cooperação Científica entre Universidades brasileiras e a Universidade de Valência-Espanha.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA DITADURA MILITAR: EVIDÊNCIAS DO RELATÓRIO FIGUEIREDO

Adrielly Benigno de Moura [1]
Edna Gusmão de Góes Brennand [2]

RESUMO

Ao longo da história do Brasil, a violação dos direitos dos povos originários tem sido tema recorrente de debate e conflito, revelando a negligência do Estado no reconhecimento desses povos como cidadãos plenos de direitos. Esse cenário favoreceu o surgimento e a perpetuação de diversas formas de violência. Este artigo objetiva analisar os registros de violência contidos no Relatório Figueiredo, com o intuito de desvelar as atrocidades cometidas contra os povos indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). O relatório em questão expõe a brutalidade com que essas populações foram tratadas, contribuindo significativamente para a compreensão das violações sofridas por essas comunidades. Metodologicamente, o estudo se fundamenta na análise documental do Relatório Figueiredo, produzido pelo Ministério do Interior em 1967. A base teórica está ancorada na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas (2012), que permite analisar a lógica de controle e exploração imposta aos povos indígenas. A pesquisa identificou a persistência da invasão sistêmica sobre o mundo da vida dos indígenas, por meio da continuidade das políticas de exploração. Os dados revelaram a necessidade urgente de estudos interdisciplinares sobre o tema, bem como o fortalecimento de alianças intersetoriais para enfrentar e prevenir essas violências, garantindo a proteção dos territórios indígenas. Além disso, destaca-se a importância de fortalecer a luta por justiça e reparação frente ao histórico de violações, uma vez que esses povos ainda são vítimas de diversas formas de violência.

Palavras-chave: Relatório Figueiredo. Direitos indígenas. Ditadura militar. Teoria do Agir Comunicativo.

INTRODUÇÃO

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada por séculos de ações criminosas perpetradas pelo colonialismo, evidenciando a negligência do Estado em reconhecer esses povos como cidadãos plenos de direitos, bem como o desrespeito à dignidade humana e a continuidade de uma agenda genocida que persiste até os dias atuais. Ao longo de mais de quinhentos anos, testemunha-se o crescimento de diversas formas de violência contra os indígenas. Durante o século XX, os povos indígenas estão entre os grupos mais atingidos no

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB. E-mail: adrielly.moura@academico.ufpb.br
[2]Doutora em Sociologia e docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - PPGE/UFPB. E-mail: ednabrennand@gmail.com

que diz respeito aos direitos humanos fundamentais, sendo vítimas de genocídio e diversas formas de violências.

As principais iniciativas governamentais de proteção aos povos originários surgiram no século XX, como a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)[3], que operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), instituição que perdura até os dias de hoje. Entretanto, os povos indígenas continuam sendo alvo de ataques criminosos, reflexo de uma política indigenista historicamente subordinada aos interesses políticos e econômicos dominantes, evidenciando a negligência do Estado ao longo do processo civilizatório e colonizador.

Autores como Ribeiro (2015; 2017), Cruz (2018), Cunha (2009) e Valente (2017) destacam que a análise da política de extermínio implementada no Brasil é crucial para compreender a amplitude das violências cometidas contra esses povos. Com esse propósito, este artigo propõe examinar os registros de violências presentes no Relatório Figueiredo, um documento elaborado pelo Ministério do Interior durante a Ditadura Militar (1964-1985), com o intuito de revelar as atrocidades cometidas contra os povos indígenas nesse período. Metodologicamente, a interpretação do relatório foi conduzida por meio de uma abordagem documental, utilizando a análise de conteúdo conforme a perspectiva de Laurence Bardin (2016). Os dados e informações relevantes são analisados à luz da continuidade da invasão sistêmica sobre o mundo da vida dos povos indígenas.

Para refletir sobre este contexto de violação dos direitos indígenas, recorre-se à Teoria do Agir Comunicativo – TAC, de Jürgen Habermas, embora essa teoria não trate diretamente das violências específicas contra os povos indígenas, oferece uma lente teórica relevante para analisar a lógica de controle e exploração que caracteriza a invasão sistêmica do mundo da vida desses grupos. Na TAC, Habermas (2012) explora como a comunicação e a interação social são mediadas por sistemas de poder e controle, e como esses sistemas podem colonizar e distorcer as relações culturais e sociais fundamentais. Ao refletir sobre essa teoria no contexto das violações durante a Ditadura, busca-se compreender como a lógica do sistema autoritário subjugou e desestruturou o mundo da vida dos povos indígenas, reforçando a necessidade de uma abordagem crítica para denunciar as injustiças históricas e suas repercussões atuais.

[3] O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado em 1910, sua fundação se deu em um período altamente crítico para os povos indígenas, tendo em vista que diversas frentes de expansão para o interior, ao longo de todo o país, faziam a guerra contra os nativos.

Nessa conjuntura, entende-se que durante o regime militar, a invasão sistêmica sobre os povos indígenas se intensificou, com políticas estatais que visavam à assimilação e subjugação dessas comunidades, tratando suas culturas e modos de vida como obstáculos ao desenvolvimento econômico e à expansão territorial. E consequentemente, a ausência de registros explícitos sobre as barbaridades praticadas contra os povos indígenas nas mídias e documentos da época reforça a relevância da discussão atual sobre a reconstrução das histórias e perspectivas indígenas, especialmente no contexto do fortalecimento do movimento indígena.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem centrada na análise documental, tendo como foco principal o Relatório Figueiredo, que detalha as atrocidades cometidas contra os povos indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil. Composto por relatos de testemunhas, registros oficiais e correspondências, o documento oferece uma visão abrangente das violações sofridas pelos indígenas nesse período. A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme descrita por Laurence Bardin (2016), permitindo a identificação de temas recorrentes e padrões de violência e exploração documentados no relatório.

O processo metodológico incluiu uma leitura dos documentos históricos, seguida pela codificação e categorização dos dados em seis categorias principais: violência física, sexual, cultural, psicológica, econômica e sanitária. Essa categorização foi essencial para a organização dos dados e facilitou a construção de uma narrativa coerente sobre as diferentes formas de opressão sofridas pelos povos indígenas.

AS VIOLAÇÕES RECORRENTES COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO

O Relatório Figueiredo, elaborado em 1967 por uma Comissão de Inquérito Administrativo presidida pelo Procurador da República Jáder de Figueiredo Correia, revelou as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) durante a ditadura militar. O relatório, que permaneceu desaparecido até 2012, documenta atrocidades como massacres, deslocamentos forçados e destruição cultural, evidenciando o

papel do Estado na violência sistemática contra os povos indígenas. A averiguação deste documento é essencial para compreender a relação violenta entre as instituições estatais e as forças políticas e econômicas que atuavam nos territórios indígenas, e constitui uma peça-chave na luta por justiça e reparação dos direitos negligenciados dessas comunidades.

A análise segmentada do documento permitiu uma compreensão detalhada das práticas sistêmicas de abuso, contribuindo para a análise das ações de violências perpetradas. No quadro a seguir, foram identificadas as principais violações de acordo com as categorias eleitas para a análise.

Quadro 01 - Categorias de Violência Documentadas no Relatório Figueiredo.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Violência Física	Agressões físicas, torturas e execuções sumárias.
Violência Sexual	Estupros e abusos sexuais cometidos contra mulheres e adolescentes indígenas.
Violência Cultural	Imposição de práticas culturais não indígenas, destruição de objetos sagrados e proibição de rituais.
Violência Psicológica	Intimidações, ameaças e manipulações para forçar os indígenas a tomar decisões contrárias aos seus interesses.
Violência Econômica	Expropriação de terras, trabalho forçado e negação de acesso a recursos naturais essenciais.
Violência Sanitária	Introdução deliberada de doenças, falta de cuidados médicos e distribuição de alimentos e objetos envenenados.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações do Relatório Figueiredo (2024).

A análise das violações cometidas contra os povos indígenas, evidenciadas no Relatório Figueiredo, revelam um cenário de atrocidades sistemáticas. A violência física se destaca por meio de agressões, torturas e execuções sumárias, utilizadas como meios de dominação e

controle. A violência cultural é evidenciada pela imposição de práticas culturais alheias, acompanhada pela destruição de objetos sagrados e proibição de rituais tradicionais, caracterizando um processo de genocídio cultural.

A violência sanitária, por sua vez, abrange a introdução deliberada de doenças e a falta de assistência médica adequada, resultando em altas taxas de mortalidade e desnutrição entre as comunidades indígenas. Além disso, essa violência é evidenciada na negligência em relação às condições básicas de higiene e infraestrutura, contribuindo para o agravamento de epidemias e doenças que poderiam ser prevenidas. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas de saúde adequadas reflete o descaso do Estado, perpetuando a marginalização dessas populações. A omissão e, em muitos casos, a conivência das autoridades apenas intensificam o sofrimento e reforçam os ciclos de violência e exclusão social.

Paralelamente, a violência sexual, marcada por casos de estupro e abuso sexual, principalmente contra mulheres e adolescentes indígenas, expõe a brutalidade sofrida por essas populações vulneráveis. Em muitos casos, os perpetradores desses atos eram agentes do próprio Serviço de Proteção aos Índios (SPI), responsáveis por garantir a segurança dessas comunidades. A violência sexual, além de ser uma forma de brutalização física, representava um ataque direto à identidade e dignidade das comunidades indígenas, com impactos duradouros na coesão social e no bem-estar psicológico das vítimas e de suas comunidades. Como descrito no relatório:

> Nem o sexo feminino fugiu de flagelar o índio. Muitas funcionárias e esposas de chefes tornaram-se tristemente famosas pelos maus tratos e pela desumanidade, podendo-se garantir que os atos mais abjetos e humilhantes foram praticados por ordens femininas. (Relatório Figueiredo, p.204)

Além da violência física e sexual, o Relatório Figueiredo destaca a violência cultural como uma prática sistemática contra os povos indígenas. A imposição de práticas culturais não indígenas, a destruição de objetos sagrados e a proibição de rituais tradicionais foram táticas utilizadas para desintegrar as culturas indígenas. Essa forma de violência visava à aniquilação cultural, impondo uma cultura dominante e apagando as tradições e formas de vida dos povos indígenas, também conhecido como genocídio cultural, esse processo pode ser tão destrutivo quanto a morte física.

A violência psicológica é marcada por práticas de intimidação e manipulação, que visavam minar a resistência emocional e mental dos indígenas. A violência psicológica, por sua

vez, corroía a resistência mental e emocional dos indígenas. Através de intimidações, ameaças e manipulações, eles eram forçados a tomar decisões contrárias aos seus interesses, como aceitar condições degradantes ou abandonar suas terras. Essa forma de violência minava a vontade de resistir, criando um clima de medo constante por meio de ameaças de morte e manipulação psicológica, estratégias utilizadas para subjugar os indígenas e controlar seus territórios, conforme destacado no relatório:

> Houve postos em que as parturientes eram mandadas para o trabalho dos roçados no dia após o parto, proibindo-se de conduzirem consigo o recém-nascido. O tratamento é, sem dúvida, muito mais brutal do que o dispensado aos animais, cujas fêmeas sempre conduzem as crias nos primeiros tempos. (Relatório Figueiredo, p.204)

A violência econômica foi uma prática recorrente, manifestando-se através da expropriação de terras, exploração de trabalho forçado e negação de acesso a recursos essenciais. Refere-se à expropriação de terras, exploração de trabalho em condições degradantes e negação de acesso a recursos essenciais, fragilizando as bases econômicas das comunidades.

Essas estratégias visavam fragilizar economicamente os povos indígenas, forçando-os a depender de terceiros ou a abandonar suas terras. Essa forma de violência revela a conivência entre autoridades e exploradores de recursos naturais, resultando na invasão e apropriação ilegal de territórios indígenas, enquanto os indígenas eram forçados a trabalhar em condições análogas à escravidão, sem que nenhuma providência fosse tomada (Relatório Figueiredo, p. 445). No que diz respeito à renda indígena, a comissão mostrou preocupação com o descontrole e a venda do patrimônio, mas nunca questionou o fato de que o dinheiro dos índios era direcionado para um fundo controlado pela União, em vez de ser diretamente repassado às comunidades indígenas. O procurador também não levantou objeções às decisões militares de abrir estradas e trilhas na Amazônia sem antes realizar um levantamento completo e adequado dos índios isolados, o que poderia ter evitado as frequentes doenças e mortes que vinham ocorrendo nas últimas décadas.

Vale salientar a violência sanitária, manifestada pela introdução deliberada de doenças nas comunidades indígenas, falta de cuidados médicos e distribuição de alimentos contaminados ou envenenados, o que representou uma forma de genocídio. A introdução de doenças para as quais os indígenas não tinham imunidade resultou em mortes em massa, e a

falta de assistência, combinada com a distribuição de alimentos inadequados, contribuiu para o aumento da mortalidade e da desnutrição. Conforme descrito no relatório,

> Encontramos a "enfermaria" - entre abjeto e sórdido-ocupada conjuntamente por cães, porcos e uma doente, no mesmo quarto infecto. O instrumental estava completamente deteriorado, apesar de o Chefe haver contratado sua própria esposa para "supervisionar" o antro. (Relatório Figueiredo, p.204)

A análise das violações descritas no Relatório Figueiredo evidencia a gravidade e a diversidade das violências cometidas contra os povos indígenas durante a Ditadura Militar, revelando as múltiplas dimensões da opressão institucionalizada pelo Estado. As citações do relatório fornecem uma fundamentação crucial para contextualizar e validar essas discussões, sublinhando a importância de desvelar essas atrocidades para compreender a história e a persistência das injustiças contra os povos indígenas no Brasil.

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada por séculos de violência e exploração, iniciados com a colonização europeia, que resultaram em genocídios, deslocamentos forçados e perda de territórios ancestrais, impactando profundamente suas estruturas sociais e culturais. Essa violência estrutural foi perpetuada ao longo do tempo e evidenciada no Relatório Figueiredo, que documenta as atrocidades cometidas durante a Ditadura Militar. Jader de Figueiredo Correia, que presidiu a Comissão de Inquérito para investigar os crimes do SPI, inicialmente não tinha familiaridade com a questão indígena, o que, paradoxalmente, se tornou uma vantagem, pois permitiu que ele enxergasse com espanto e imparcialidade os abusos que haviam se tornado corriqueiros no SPI.

Figueiredo tinha uma visão ambígua sobre os indígenas, como expõe em seu depoimento à CPI do Índio em 1968, ele reclamou que o SPI “não estava integrando o índio à civilização” e afirmou que o indígena brasileiro “não foi orientado no sentido de trabalhar”. Ele deixou claro sua convicção: “Considero o índio igual ao nosso caboclo. É apenas uma questão de educação. Eduque-se o índio e teremos um trabalhador como aquele do Posto de Paulino de Almeida”.

A visão de Jader Figueiredo sobre os indígenas, expressa em seu depoimento à CPI do Índio em 1968, reflete uma perspectiva assimilacionista que se alinha com a teoria de Habermas sobre a colonização do mundo da vida. Conforme discutido na Teoria do Agir Comunicativo (2012), Habermas argumenta que o mundo da vida, onde as interações sociais são baseadas em

valores e significados compartilhados, é constantemente invadido por sistemas de poder e mercado, que impõem uma lógica instrumental.

Essa invasão é evidente nas políticas estatais e interesses econômicos que desconsideram a autonomia e os direitos dos povos indígenas, buscando transformá-los em trabalhadores conforme as necessidades do mercado. O Relatório Figueiredo testemunha essa invasão sistêmica, demonstrando como o Estado e agentes econômicos interferiram brutalmente nas culturas e territórios indígenas, desrespeitando suas formas de vida e impondo uma lógica de integração forçada e exploração. As declarações de Jáder Figueiredo sobre a necessidade de educar os indígenas para o trabalho reforçam a crítica de Habermas, evidenciando a contínua tentativa de subjugar e instrumentalizar os povos originários, refletindo a violência sistêmica imposta sobre esses grupos.

O livro do jornalista Rubens Valente, *Os Fuzis e As Flechas - História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura*, publicado em 2017, utiliza frequentemente o Relatório Figueiredo como fonte e corrobora as violações praticadas. Embora o livro aborde um período e uma região mais amplos que o próprio Relatório, ele destaca a trajetória e os conflitos de diversos povos indígenas durante a ditadura. O autor analisa detalhadamente a Comissão de 1967, o contexto da investigação e, especialmente, quem era o procurador Jader Figueiredo, suas relações e interesses na investigação. Esses aspectos são fundamentais para uma compreensão mais ampla da documentação e das questões associadas. Além disso, Valente (2017) oferece uma visão abrangente das resistências indígenas e das consequências duradouras das políticas repressivas do regime militar, enriquecendo o debate sobre a luta por justiça e reparação histórica para os povos indígenas.

Nesse sentido, a análise das violações descritas no Relatório Figueiredo, à luz da Teoria do Agir Comunicativo, auxilia para uma compreensão crítica de como o sistema autoritário subjugou e distorceu o mundo da vida dos povos indígenas. Esse entendimento ressalta a necessidade de uma abordagem intersetorial para enfrentar e mitigar os impactos da colonização sistêmica, promovendo uma justiça reparadora que respeite e valorize as culturas e modos de vida indígenas. A resistência e mobilização dessas comunidades reforçam a importância de fortalecer suas vozes e garantir a preservação de suas identidades e territórios, além de contribuir com o fortalecimento do movimento indígena e da necessidade de reconstrução de suas histórias e perspectivas. (Cruz, 2018).

Para uma melhor compreensão a respeito da dinâmica entre controle e exploração, é essencial primeiro elucidar os conceitos de sistema e mundo da vida, conforme definidos por Habermas (2012). O **sistema** refere-se às esferas institucionais e econômicas, como o mercado e o Estado, que operam com base em lógicas de eficiência e racionalidade instrumental, focadas na maximização de recursos e objetivos específicos, frequentemente desconsiderando os impactos sociais e culturais de suas ações. Em contrapartida, o **mundo da vida** é o espaço da experiência intersubjetiva, onde se desenrolam as interações culturais, sociais e comunicativas que sustentam a vida cotidiana, sendo essencial para a formação da identidade e a socialização. A colonização do mundo da vida ocorre quando as lógicas do sistema invadem e distorcem essas relações, impondo normas e valores alheios às tradições culturais estabelecidas, prejudicando a construção de uma sociedade democrática e justa.

Para Habermas (2012), a colonização do mundo da vida ocorre quando as esferas do poder econômico e político invadem e distorcem as relações sociais e culturais que sustentam a vida cotidiana. O conceito de mundo da vida, adotado a partir de teorias sociológicas sobre interação social, refere-se ao espaço da experiência intersubjetiva e às relações que os indivíduos estabelecem com a cultura, linguagem e comunicação. Seus elementos incluem modelos culturais, estruturas sociais e identidades, que servem como base para a coordenação da ação e socialização. O mundo da vida é crucial para a comunicação e práticas democráticas, sendo o lócus privilegiado da ação comunicativa. (Habermas, 2012, p. 187).

A racionalidade sistêmica se expande e “coloniza” o mundo da vida, subordinando-o à lógica do dinheiro e do poder, especialmente dentro da burocracia do Estado de Bem-Estar Social. Esse sistema gera patologias significativas, impactando a reprodução da cultura, os interesses das instituições, assim como os valores e parâmetros que moldam a personalidade, exatamente no mundo da vida. Essa perspectiva está imbricada na conjuntura de violações de direitos dos povos indígenas no Brasil, que desde o processo de colonização europeia, tiveram suas estruturas sociais, culturais e modos de vida sistematicamente invadidos e desestruturados pelo sistema dominante.

Nesse contexto, percebe-se que, ao longo do regime militar, a invasão contínua dos territórios indígenas se acentuou, com políticas governamentais voltadas para a assimilação forçada e subordinação dessas comunidades. Suas culturas e modos de vida foram vistos como impedimentos ao progresso econômico e à expansão territorial. Como resultado, a falta de registros claros nas mídias e documentos da época sobre as atrocidades cometidas contra os

povos indígenas ressalta a importância da discussão contemporânea sobre a recuperação das histórias e perspectivas indígenas, especialmente diante do fortalecimento do movimento indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das violências e adversidades históricas, os povos indígenas no Brasil têm demonstrado uma notável capacidade de resistência e luta por seus direitos. Isto é demonstrado como uma constante na história brasileira, desde as revoltas contra os colonizadores até as mobilizações contemporâneas por direitos territoriais e culturais. Autores como Ailton Krenak (2019) e Joenia Wapichana (2018) destacam a importância dessa resistência e a necessidade de alianças intersetoriais para enfrentar as violações de direitos. Nesse contexto, o Relatório Figueiredo não apenas documenta as atrocidades cometidas, mas também serve como um marco na continuidade da luta pela justiça e reparação.

Os efeitos dessas políticas de violação de direitos ainda são sentidos hoje. A invasão sistêmica do mundo da vida dos indígenas criou um legado de marginalização e exclusão que perpétua a vulnerabilidade dessas comunidades. Assim sendo, a Teoria do Agir Comunicativo nos permite compreender a profundidade desse impacto e a necessidade de uma abordagem intersetorial que envolva políticas públicas e vozes indígenas na esfera pública.

Os resultados indicaram que a violência e a exploração dos povos indígenas no Brasil são fenômenos persistentes, profundamente enraizados em práticas coloniais e políticas estatais autoritárias. A criação da FUNAI, embora tenha representado uma mudança institucional, não conseguiu romper com a lógica histórica de controle e exploração. Os dados revelaram que a FUNAI enfrenta desafios significativos para se posicionar como um verdadeiro defensor dos direitos indígenas, devido a pressões políticas e econômicas.

A análise das formas de violência relatadas no Relatório Figueiredo revela um panorama de brutalidade sistemática e institucionalizada contra os povos indígenas durante o período da Ditadura Militar no Brasil, conforme está disposto no Quando 1. Utilizada como ferramenta de terror, a violência física tinha como objetivo desmobilizar qualquer forma de resistência e assegurar a dominação total das populações indígenas, através instrumentos como paus e chicotes, corpos indígenas sofreram ferimentos graves e até morreram, conforme evidenciado no relatório: os espancamentos, independentes de idade ou sexo, participavam de rotina e só

chamavam a atenção quando, aplicados de modo exagerado, o que ocasionavam a invalidez ou a morte. (Relatório Figueiredo, p.204)

Este relatório é um instrumento eficaz para a denúncia das atrocidades cometidas, reforçando a necessidade de promover justiça e reparação para as comunidades afetadas. A brutalidade e a sistemática violação dos direitos humanos, documentadas no relatório, revelam a conivência do Estado na perpetração desses crimes, destacando a urgência de atenção e ação por parte da sociedade e das autoridades para garantir os direitos humanos e a preservação da cultura indígena.

A disseminação do conhecimento contido no Relatório Figueiredo é crucial para preservar a memória e garantir que as atrocidades ali descritas não se repitam. A luta por justiça, reparação e reconhecimento dos povos indígenas como vítimas desses crimes é um imperativo ético e moral. A revelação dos crimes documentados no relatório não apenas ilumina um passado sombrio da história brasileira, mas também destaca a necessidade de enfrentar as estruturas de poder e as práticas de dominação que persistem na sociedade atual.

Confrontar e superar a necropolítica evidenciada na exterminação e na negligência estatal em relação aos povos indígenas é essencial para a justiça, dignidade e garantia dos direitos humanos. A leitura e reflexão sobre o Relatório Figueiredo não são apenas um exercício de memória, mas um chamado à ação e à solidariedade, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde os direitos dos povos indígenas sejam plenamente respeitados e protegidos.

A teoria de Habermas (2012) nos permite compreender a invasão sistêmica sobre o mundo da vida dos povos indígenas, evidenciada pela imposição de políticas de desenvolvimento que ignoram suas particularidades culturais e territoriais. A lógica econômica de exploração de recursos naturais e a burocracia estatal frequentemente se sobrepõem às práticas culturais e sociais indígenas, resultando em violência e despersonalização.

No entanto, é no mundo da vida que os indivíduos encontram as condições para o entendimento mútuo e a percepção dos processos de dominação, permitindo a superação dessa realidade dentro de uma comunidade de argumentação. Habermas define o mundo da vida como composto pela cultura, sociedade e personalidade, que são fundamentais para a socialização, reprodução cultural e integração social, possibilitando aos indivíduos afirmarem suas identidades e participarem de processos de entendimento e validação de normas, ações e valores.

Este estudo destaca também a importância das alianças intersetoriais na defesa dos direitos dos povos indígenas, enfatizando a necessidade de parcerias com ONGs, movimentos sociais e instituições acadêmicas. As ONGs, especialmente aquelas dedicadas aos direitos humanos, ambientais e indígenas, podem fornecer suporte logístico e financeiro, além de promover campanhas de sensibilização. Movimentos sociais e coletivos indígenas também desempenham um papel crucial na mobilização e visibilidade das causas indígenas, atuando como intermediários entre as comunidades e a sociedade em geral. Universidades e centros de pesquisa podem contribuir com estudos sobre a realidade indígena e desenvolver programas de extensão que incluam a participação direta das comunidades, promovendo ações em áreas como saúde, educação, meio ambiente e direitos.

Além disso, a colaboração com órgãos governamentais, como a FUNAI e os Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos é fundamental para a criação e implementação de políticas públicas específicas para os povos indígenas, com a participação ativa de suas lideranças. Parcerias com o sistema judiciário e defensorias públicas também são essenciais para a proteção dos direitos legais dos indígenas. A cooperação com organismos internacionais, como a ONU, pode fornecer monitoramento e denunciar violações de direitos humanos, exercendo pressão internacional. A colaboração com lideranças indígenas e a mídia é indispensável para garantir que as vozes indígenas sejam ouvidas e respeitadas, promovendo o diálogo intercultural e a visibilidade das causas indígenas. Essas alianças intersetoriais são cruciais para enfrentar as violências históricas e contemporâneas contra os povos indígenas no Brasil, promovendo a proteção de seus direitos, culturas e territórios.

Neste contexto, a análise dos resultados revela a persistência da invasão sistêmica sobre o mundo da vida dos povos indígenas, destacando a urgência de alianças intersetoriais para enfrentar e prevenir essas violências. A resistência indígena, que marca a trajetória desses povos, demonstra sua capacidade de organização e mobilização na busca por seus direitos e pela proteção de seus territórios. Salientamos que as alianças intersetoriais são fundamentais para promover uma justiça reparadora e garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas.

Ao analisar as violências relatadas no Relatório Figueiredo e as atrocidades cometidas contra os povos indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), evidenciou-se a importância do mesmo para a compreensão das violações de direitos ocorridas nesse período e suas repercussões contemporâneas.

O Relatório é um documento complexo que exige uma investigação aprofundada, pois, além das atrocidades documentadas, também revela lacunas e silêncios históricos que ainda precisam ser debatidos e enfrentados. A resistência indígena, evidenciada ao longo da história, demonstra a capacidade desses povos de se organizar e mobilizar na busca por seus direitos e pela proteção de seus territórios. As contribuições teóricas de Jürgen Habermas foram fundamentais para entender como o Estado brasileiro historicamente subjugou a vida indígena, perpetuando uma política de extermínio e apagamento cultural, e ressaltando a necessidade de resistência por meio de práticas comunicativas e alianças solidárias.

Para enfrentar e prevenir as violências contra os povos indígenas, é crucial fortalecer as alianças intersetoriais, promover a participação ativa dos povos indígenas na formulação de políticas públicas e garantir a proteção de seus territórios e culturas. Esse trabalho busca contribuir para o estudo das violações dos direitos indígenas, especialmente em períodos autoritários, destacando a importância dessas alianças e a necessidade de reconhecer e respeitar a cultura e os territórios dos povos indígenas. A luta contínua por justiça e reparação é essencial para garantir a dignidade e a sobrevivência dos povos originários no Brasil.

A persistência da invasão sistêmica sobre o mundo da vida dos povos indígenas sublinha a urgência de estabelecer alianças intersetoriais para enfrentar e prevenir essas violências, um tema relevante no cenário atual, que ainda se mostra hostil aos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

CRUZ, Marcos. **Relatório Figueiredo:** genocídio brasileiro**.** São Paulo: Editora XYZ, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RELATÓRIO FIGUEIREDO. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos índios–SPI, instituída pela Portaria n.º 239/1968. **Arquivo**

Relatório Figueiredo/Museu do Índio. Disponível em em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=

VALENTE, Rubens. **Os Fuzis e As Flechas:** História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura. São Paulo: Editora ABC, 2017.

WAPICHANA, Joenia. **A Resistência dos Povos Indígenas.** Brasília: Editora Indígena, 2018.

VIOLÊNCIAS, DIREITOS HUMANOS E INTERSETORIALIDADE JUNTO AO POVO WARAO EM JOÃO PESSOA/PB

Thaís Munholi Raccioni [1]
Laura Paz de Araújo Silva [2]
Marcos Luis Deparis [3]
Filipe Ferreira Costa [4]
Juliana Sampaio[5]
Anselmo Clemente [6]

RESUMO

Este artigo aborda a migração dos indígenas venezuelanos da etnia Warao para a cidade de João Pessoa/PB. A análise concentra-se nas relações estabelecidas com o Estado brasileiro, considerando sua condição: migrantes, refugiados e, simultaneamente, povos indígenas. O objetivo do artigo é apresentar a estrutura e o funcionamento do Centro de Referência de Migrantes e Refugiados (CERMIR) de João Pessoa/PB, estabelecido após a migração Warao, apontando os principais desafios enfrentados na garantia dos direitos do povo Warao.Trata-se de uma pesquisa-interferência, que integra o estudo maior intitulado “Práticas e saberes que vêm das margens: produção de cuidado em territórios de João Pessoa", e utiliza o método da cartografia. Este método possibilita ao pesquisador estabelecer uma relação implicada com os territórios existenciais dos Warao, acompanhando seus percursos e processos de produção social, de saúde, educação e cultura. Resultados preliminares apontam que a implementação do CERMIR no estado da Paraíba desempenha um papel fundamental para o fortalecimento da rede intersetorial de assistência aos Warao. Nesse contexto, observa-se questões relacionadas à violações de Direitos Humanos, especialmente no que tange às violências simbólicas e estruturais que o povo Warao enfrenta. A migração forçada impõe uma série de desafios não apenas para a sobrevivência física, mas também atinge sua cosmovisão, sua língua e suas tradições culturais, que são profundamente afetadas pelo deslocamento e pela necessidade de adaptação a um novo ambiente. Dessa forma, uma rede intersetorial fortalecida é crucial para assegurar a colaboração e integração dos serviços e políticas públicas, de modo a garantir a transversalidade da assistência e o respeito aos direitos do povo Warao.

Palavras-chave: Cartografia, Direitos Humanos, Warao.

[1] Mestranda do Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thaism.raccioni@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, laurapazaraujo@gmail.com;
[3] Mestrando do Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, marcosdeparis83@gmail.com;
[4] Professor Doutor Titular do Departamento de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, filipe@ccs.ufpb.br
[5] Professora Doutora Titular do Departamento de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, julianasmp@hotmail.com
[6] Professor orientador: Doutor em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia - UFPB, anselmo.clemente@academico.ufpb.br.

INTRODUÇÃO

O povo Warao é a segunda etnia indígena mais populosa da Venezuela, cuja etimologia do nome faz referência a “povo das canoas” ou “povo das águas". Este povo desenvolveu seu modo de vida a partir desta relação com seu território originário, o Delta do Orinoco, que se estende pelos estados do Delta Amacuro, Monagas e Sucre, na região nordeste da Venezuela.

Os/As Warao vivenciam conflitos relacionados à invasão e exploração do seu território desde a década de 1960, intensificadas no decorrer das décadas com o avanço da monocultura, instalação de petroleiras e outras intervenções ambientais. Estes movimentos repercutiram em processos de migração e urbanização deste povo, ou seja, sua ida para as cidades buscando outras formas de renda (Nogueira, 2023). No âmbito da saúde, além da negligência das políticas públicas venezuelanas, os/as Warao passaram a enfrentar em seu território uma série de epidemias como cólera, HIV, tuberculose e malária, além de outras condições decorrentes da miséria, como a desnutrição, o que agravou o processo de dizimação de seu povo (González Ñáñez, 2020).

Deste modo, compreende-se que desde a Venezuela, os/as Warao vivenciam há décadas uma série de rupturas socioculturais e violações que vem provocando o deslocamento forçado do seu território, como destaca González Ñáñez (2020). A partir do ano de 2016 houve uma intensificação na migração dos/as Warao para o Brasil, como expressão do agravamento da crise humanitária na Venezuela e da busca por melhores condições de vida (ACNUR, 2021; 2019; González Ñáñez, 2020).

No ano de 2020 foi registrada a presença de 260 mil venezuelanos/as na condição de refugiados/as e/ou migrantes no Brasil, de modo que dentre os/as 5 mil indígenas, a maioria pertence à etnia Warao. Atualmente, os/as warao vivem nas diversas regiões do Brasil em situação de extrema precariedade, em geral acolhidos/as sob o modelo de abrigamento. Embora juridicamente amparados/as pelas políticas públicas, são submetidos/as a violências provenientes da condição de indígenas, migrantes e refugiados/as, como: a barreira linguística, o racismo, a xenofobia e a desconsideração dos seus aspectos culturais e do modo de vida, especialmente ao acessar a rede de serviços públicos de saúde e educação (ACNUR, 2021; Nogueira, 2023).

A condição de refugiado engloba pessoas que saíram de seu país de origem, motivadas por “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social

ou opiniões políticas" (Brasil, 1997, art. 1º) e/ou em decorrência de violações aos direitos humanos ou conflitos armados, bem como as pessoas que não possuem nacionalidade reconhecida em seu país de origem. Embora seja um povo indígena/originário, no Brasil os Warao são politicamente reconhecidos na condição de migrantes ou refugiados, sendo amparados pelas políticas públicas que dizem respeito a esta condição (ACNUR, 2021).

Em de 2019, ocorreu a chegada das famílias Warao na cidade de João Pessoa, em decorrência do processo migratório forçado para o Brasil. Em resposta à chegada massiva dessas famílias e à necessidade de garantir seus direitos como imigrantes e refugiados/as pautados por marcos legais nacionais e internacionais, foi construído e está sendo implementado o "Plano de ação para acolhimento de imigrantes venezuelanos indígenas Warao em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório na Paraíba", com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social, através da portaria MDS Nº 942, de 13 de dezembro 2023 (Brasil, 2023; Paraíba, 2024).

Na Paraíba, a implementação deste plano de ação engloba dois centros de referência, um no município de Campina Grande e outro em João Pessoa, cidades em que há quantidades expressivas de famílias Warao vivendo. No município de João Pessoa, o Centro Estadual de Referência de Migrantes e Refugiados (CERMIR) é vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH), com o objetivo de acolher e acompanhar as famílias Warao, garantindo o acesso às políticas públicas, a não violação de direitos humanos e um acompanhamento que contemple aspectos sensíveis da relação intercultural dos Warao em contexto urbano e na condição de migrantes refugiados (Paraíba, 2024).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a estrutura e o funcionamento do CERMIR de João Pessoa/PB, apontando seus principais desafios. Parte-se da premissa de que a população Warao têm acesso precário e restrito aos serviços de saúde e assistência social, e que possuem práticas e saberes próprios, exercitando o cuidado em seus territórios de vida. Conhecer esses repertórios de cuidado e os gargalos no acesso e na atenção à saúde e à assistência social dessa população, possibilita produzir perspectivas inovadoras para qualificar, expandir e consolidar uma rede intersetorial pautada nos Direitos Humanos e em marcos legais nacionais e internacionais.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo integrado ao projeto de pesquisa intitulado "Práticas e saberes que vêm das margens: produção de cuidado em territórios de João Pessoa", sob a coordenação e a responsabilidade de professores e pesquisadores do grupo de pesquisa, ensino e extensão ApoiaRaps e do programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (CCS/UFPB), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba sob o CAAE: 79612124.2.0000.8069.

Fundamentalmente, o estudo se configura como uma pesquisa-interferência, caracterizada pelos efeitos da presença do/a pesquisador/a em campo e pela compreensão de que nela é fundamental a presença ativa dos sujeitos nos territórios e contextos marginalizados. A pesquisa se produz na e sobre a produção de vida, práticas e saberes sobre o cuidado, situando as pessoas Warao como agentes fundamentais para os processos analíticos-investigativos (Schmidt, 2008). A metodologia adotada é a cartografia, que considera o protagonismo dos Warao e outros atores da rede intersetorial.

Assim, desde fevereiro de 2024 estamos realizando semanalmente aproximações aos serviços voltados ao acompanhamento do povo Warao em João Pessoa. Toda a experiência vem sendo documentada em diários de campo e discutida no grupo ApoiaRaps. O conteúdo gerado está sendo coletivamente organizado e analisado a partir da micropolítica do cuidado em saúde, oferecendo uma interpretação mais detalhada das interações entre as pessoas e suas redes de cuidado. Particularmente, em relação à pesquisa junto ao CEMIR, desde julho de 2024, dois pesquisadores também atuam como trabalhador/a do serviço. Desta forma, registram seus diários de campo e realizam pesquisa documental junto ao serviço, a partir deste lugar de implicação, reconhecendo que o/a pesquisador/a não ocupa uma posição de neutralidade em relação ao objeto e ao campo de estudo. Pelo contrário, as instituições que atravessam o/a pesquisador/a no campo, são material de análise relevante para o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, o povo Warao vive em diversas regiões do Brasil, a maioria em situação de extrema precariedade. Nesse contexto, emergem questões relacionadas à violações de Direitos Humanos, especialmente no que tange às violências simbólicas e estruturais que o povo Warao enfrenta. Para o adequado acolhimento dos Warao, é necessário a construção de estratégias e políticas públicas visando a integração local, processo multidimensional que envolve o acolhimento e adaptação de pessoas migrantes e refugiadas a uma nova sociedade, de modo

que possam ter dignidade e autonomia, mantendo sua identidade étnica e cultural (ACNUR, 2021).

Ao buscar registros oficiais acerca do reconhecimento étnico do povo warao no Brasil, consultamos via e-mail a Assessoria Responsável por Acompanhamento a Estudos e Pesquisas (AAEP) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a qual respondeu que embora não haja a formalização legal do reconhecimento da etnia Warao no Brasil:

> O povo Warao é um povo indígena originário e é assim considerado, não havendo distinção no trato dispensado pela FUNAI a partir de ideias Venezuelano-Brasileiro, mas sim como um povo indígena, com base na legislação em vigor, sendo a mesma aplicada aos povos indígenas brasileiros de modo geral (Silva, 2024).

Não por acaso, durante a "I Feira Indígena: Para adiar a queda do céu" (abril/2024), um cacique e intermediador cultural dos Warao em João Pessoa disse que: "tem warao nascendo no Brasil, então já temos Warao brasileiro". No mesmo período, alguns estados iniciavam o processo de inclusão da etnia Warao nos documentos emitidos, dentre eles a Paraíba.

Contudo, no cotidiano de trabalho, vivenciamos as barreiras burocráticas para efetivar este direito recém conquistado, especialmente para emissão de certidão de nascimento. Destacamos a questão da documentação, pois embora os direitos constitucionais sejam garantidos a migrantes e refugiados no Brasil, os documentos de identificação são portas de acesso para efetivação dos mesmos.

Ao compreender a multidimensionalidade e a complexidade do processo de migração forçada e refúgio de um povo originário, o CERMIR tem dentre seus princípios de atuação favorecer a integração local considerando o caráter multidimensional deste processo e a construção de uma rede de assistência etnicamente sensível.

Sua equipe multiprofissional foi ampliada em julho de 2024, sendo composta por: 4 intermediadores culturais Warao, 1 coordenador (cientista social), 3 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 antropólogo, 1 terapeuta ocupacional, 10 educadores/as sociais e 2 zeladoras. Destacamos a relevância da atuação dos intermediadores culturais no processo de trabalho, por serem indígenas Warao que facilitam os processos de comunicação e vínculo entre equipe CEMIR e Warao, traduzem materiais, entre outras ações,realizando pontes interculturais e sensibilização, além de qualificar a equipe para o trabalho culturalmente diferenciado e etnicamente sensível. Identificamos a necessidade da contratação de intermediadoras mulheres para facilitar processos que envolvam especificidades femininas, além de expandir a

participação das mulheres Warao no mundo do trabalho. Também é uma reivindicação do povo Warao a inserção de intermediadores culturais na rede de serviços públicos.

A equipe CEMIR atua de forma interdisciplinar, intercultural e intersetorial, tendo grupos de trabalhadores/as em diferentes frentes de atuação: saúde; educação; documentação; assistência social; arte, cultura, esporte e lazer; e empregabilidade, trabalho e renda. Os pesquisadores/as que protagonizam esta pesquisa integram as seguintes frentes: saúde; educação; arte, cultura, esporte e lazer; e empregabilidade, trabalho e renda. Segue abaixo uma breve descrição do trabalho desenvolvido nestas frentes:

Frente	Descrição
Saúde	Articulação com a rede de saúde em todos os níveis; sensibilização para cuidados em saúde; planejamento das ações de saúde; suporte para desenvolvimento da atenção etnicamente sensível e cuidado intercultural; sensibilização nos hospitais e serviços; emissão de cartão SUS; articulação com a FUNAI, equipe de saúde indígena municipal e redes de enfrentamento a violência e redução de danos.
Educação	Dialogar para assegurar uma educação intercultural. Buscar a implementação de um ensino trilingue: Warao, Espanhol e Português incluindo alfabetização nesse idiomas. Garantir o acesso de qualidade a escola com vistas a não propagação de violências e a inclusão integral de sua cultura ao ambiente escolar. Acompanhar processos de desenvolvimento e aprendizagem no ambiente escolar.
Documentação	Acompanhamento da renovação dos protocolos de refúgio, agendamento na polícia federal, renovação do RNM (carteirinhas vermelha e azul), desarquivamento de protocolos junto ao CNARE, emissão de carteira de trabalho, CPF e Certidão de nascimento.
Assistencia Social	Articulação com a rede socioassistencial paraa a agrantia de serviços, benefícios, programas e projetos sociais, tais como: Bolsa Família, BPC, Auxílio Aluguel, Auxílio enxoval e Cesta Básica.
Arte, Cultura e Lazer	Atividades de intercâmbio cultural; suporte para atividades e processos de valorização e salvaguarda da tradição Warao; acesso e ocupação da cidade e aos espaços de arte, cultura, esporte e lazer. Enventos relacionados a cultura Warao.
Empregabilidade, trabalho e renda	Elaboração de currículos; levantamento de pessoas com carteira de trabalho; articulação com possíveis empregadores/as; articulação para ações de geração de renda e suporte para geração de renda através do artesanato.

Fonte: tabela elaborada pelos/as pesquisadores/as.

Durante o campo, implicadas/os na condição de trabalhador/a-pesquisador/a, vivenciamos profundamente as contradições entre as políticas públicas instituídas e os atravessamentos violentos que ainda pulsam vorazmente na integração dos/as Warao em João Pessoa/PB. Notamos que a xenofobia, o racismo, a misoginia e outras violências institucionais atuam como principais barreiras de acesso a serviços, ocupação da cidade e efetivação de direitos para o povo Warao. Processos que atravessam nossos corpos tão profundamente quanto os vínculos de afeto e confiança com as pessoas Warao que estamos construindo nas relações cotidianas e já nos permitem conhecer, aprender e intercambiar modos de vida.

No cotidiano vivenciado junto aos Warao em João Pessoa/PB, observamos diversas violências que embarreiram a integração local, que perpassam aspectos do não reconhecimento étnico cultural deste povo. Escutamos em diversos equipamentos assistenciais frases como “ninguém entende esse dialeto que eles falam”, “não adianta ensinar que eles não obedecem” ou “seboseira é com eles mesmo”. Frases escutadas pelas/os pesquisadores que evidenciam a não receptividade e o distanciamento cultural e afetivo pelo “nós e eles”.

Os resultados preliminares desta pesquisa apontam a necessidade de buscar caminhos para construir pontes e redes de atenção culturalmente diferenciadas e etnicamente sensíveis. O que só é possível através da vinculação e da escuta, na perspectiva intercultural (Costa, 2022), e portanto, inviável sem a participação ativa do povo Warao nas políticas públicas e na rede de serviços que os acolhe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das/os pesquisadoras/es-trabalhadoras/es em campo, no contexto de uma pesquisa-intervenção, nos convoca para uma análise de nossa implicação e nos convida a uma postura criativa na construção desta rede. A pesquisa revela um panorama complexo e multifacetado do ser "migrante, refugiado e indígena". Compreendemos que, embora CERMIR desempenhe um papel central no acolhimento e integração local do povo Warao em João Pessoa, é necessário ainda ampliar a articulação intersetorial para a consolidar uma rede etnicamente sensível e culturalmente diferenciada para viabilizar modos de vida dignos, autônomos e não excludentes para um povo que desde seu território de origem enfrenta rupturas e violências.

Deste modo, se configura a urgência da consolidação de políticas públicas transversais que possam efetivar a transição dos modos de vida e conferir suporte etnicamente sensível a este povo, garantindo dignidade no acesso aos direitos e a cidadania. Nesse sentido, ao trazer a pesquisa-interferência como método em sinergia com o corpo pesquisador/a-trabalhador/a nos colocamos numa postura criativa e fomentadora desta construção.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. 2021. 72 p. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Portaria MDS nº 942, de 13 de dezembro de 2023. Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios que recebem migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 161, n. 237, p. 25, 14 dez. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mds-n-942-de-13-de-dezembro-de-2023-530594219. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Dispõe sobre o Estatuto dos Refugiados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 06 de maio de 2024.

COSTA, L. C. V. **Notícias da Bajuka**: percalços e pistas na produção de saúde mental indígena Warao em João Pessoa a partir de relato de experiência de estágio. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Orientador: Anselmo Clemente. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25927. Acesso em: 6 maio 2024.

GONZÁLEZ ÑÁÑEZ, Omar Enrique. **Los warao del Delta del Orinoco:** aspectos de su cosmogonía, etnografía y situación actual. Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 36–49, 2020. DOI: 10.26694/rer.v3i02.12038. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrerios/article/view/5197. Acesso em: 27 ago. 2024.

NOGUEIRA, D. Reflexões sobre a atenção à saúde que os warao têm no brasil e a necessidade de atenção diferenciada à saúde para indígenas em contexto de cidade. **Revista Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 371–380, jan-abr, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br//EspacoAmerindio/article/view/131103

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. **Plano de ação para acolhimento de imigrantes venezuelanos indígenas Warao em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório na Paraíba.** João Pessoa: Governo da Paraíba, janeiro de 2024. Documento impresso.

SCHMIDT, V. A. “Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse”. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 11, n. 1, p. 303-326, 2008. Disponível em: https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.polisci.11.060606.135342. Acesso em: 6 maio 2024.

SILVA, Elda Maria Mineiro e. RES: **dúvida sobre etnia Warao**. Mensagem recebida por [Thaís Munholi Raccioni], 28 ago. 2024. Remetente: Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas - AAEP aaep@funai.gov.br.

A INTOLERÂNCIA CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: DESAFIOS, RESISTÊNCIA E LIBERDADE

Luci Maria da Silva[1]

RESUMO: Neste artigo está a socialização de uma experiência cujo objetivo foi analisar como o Terreiro do Quilombo Urbano do Xambá resiste aos desafios da intolerância que priva as religiões de matriz africana da liberdade de executar a rotina religiosa. A metodologia tem uma abordagem qualitativa na perspectiva participante, a técnica da observação e a entrevista como um instrumento de pesquisa foram utilizadas durante os acompanhamentos dos eventos tanto dos Orixás quanto da jurema, houve também a utilização do método bibliográfico para a coleta de dados nos seguintes materiais: livros, artigos e documentos, além disso, a catalogação da história oral através do emprego da fonte oral para registrar a oralidade nos momentos interessantes do culto espiritual. Portanto, os resultados são amplos e demonstram como os quilombolas preservam sua religiosidade, além de resistirem aos dias difíceis de perseguição aos terreiros neste século XXI.

PALAVRAS-CHAVES: Intolerância, Religiões de Matriz Africana, Desafios, Resistência, Liberdade.

INTOLERANCE AGAINST AFRICAN RELIGIONS: CHALLENGES, RESISTANCE AND FREEDOM

ABSTRACT: This article presents the socialization of an experience whose objective was to analyze how the Terreiro do Quilombo Urbano do Xambá resists the challenges of intolerance that deprives African-based religions of the freedom to carry out their religious routine. The methodology has a qualitative approach from the participant perspective, the observation technique and the interview as a research instrument were used during the monitoring of the events of both the Orixás and the Jurema, there was also the use of the bibliographic method for data collection in the following materials: books, articles and documents, in addition, the cataloging of oral history through the use of oral sources to record orality in interesting moments of spiritual worship. Therefore, the results are broad and demonstrate how quilombolas preserve their religiosity, in addition to resisting the difficult days of persecution of terreiros in this 21st century.

KEYWORDS: Intolerance, African-based Religions, Challenges, Resistance, Freedom.

[1] Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela UFPE, Mestra em Políticas Educacionais pela UFPB, atualmente, é doutoranda da Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais do PPGE do Centro de Educação da UFPB.

INTRODUÇÃO

O Xambá é pessoa jurídica, segundo afirma Pai Ivo, mas, faz um trabalho social, mesmo sabendo que, o papel social é do Estado e não da religião, quando você coloca a religião como papel do Estado, acontece o fundamentalismo.

Sobre enfrentar e ultrapassar as barreiras da intolerância nas práticas religiosas e de aquilombamento Silva (S/D) enfatiza dizendo que, na audiência foi entregue a Pai Ivo de Xambá, o artigo: "Breve história da repressão das religiões africanas em Pernambuco" de Hildo da Rosa, que analisou com profundidade as crenças ancestrais dos negros, as quais foram reprimidas, consideradas pagãs pela Igreja Católica, cujo entendimento era associado ao preconceito racial de classe, retratando que, as religiões estiveram envolvidas com o saber médico-psiquiátrico da equipe de Pernambuco, do Serviço de Assistência os Psicopatas durante o governo Carlos de Lima Cavalcante, o qual conseguiu entrar em acordo com a polícia para estudar as religiões. Assim, o saber médico era o que normatizava, que autenticava e legitimava as casas de cultos que achavam dignas de estudo. Essa rede intrínseca de poder que formou-se entre os praticantes, porque os terreiros de candomblé eram obrigados a fazer esses prontuários nas Delegacias de Costumes, do mesmo jeito que fizeram com as pessoas do baixo meretrício.

Por fim, Pai Ivo afirma que tem documentos comprobatórios desses procedimentos, e reconhece esses atos como intolerância religiosa em cima dos terreiros.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Uma das premissas que que acarreta a intolerância as religiões de matriz africana é a imolação de animais. **O que é imolação de animais?** É o sacrifício (do Latim: Sacrificium; literalmente: "ofício sagrado"), também conhecido como **imolação**, oblação, oblata, oferenda ou oferta, é a prática de oferecer aos deuses, na qualidade de alimento, a vida de animais. O babalorixá Pai Ivo da Casa Xambá compreende que o sacrifício de animais que ocorre nas religiões de matriz africana é um assunto polêmico, porém, alega que, o STF deu ganho de causa aos terreiros de candomblé no que concede ao sacrifício de animais, esse fato é necessário repercutir e, para melhor entendimento segue na íntegra uma reportagem:

> **[...]** O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (28), por unanimidade, que é constitucional o sacrifício de animais em cultos religiosos.
> O caso chegou ao Supremo em um recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra uma decisão do Tribunal de Justiça gaúcho que autorizou a prática em relação a religiões de matriz africana, desde que sem excessos e crueldade. [...]
> **Voto-vista**
> Em seu voto, Moraes disse que a questão foi colocada de maneira "preconceituosa" pelo Ministério Público estadual, autor da ação, e pelos amigos da Corte, instituições que participaram das discussões no Supremo.
> Moraes afirmou que houve confusão de rituais religiosos de sacrifício com práticas de magia negra, nos quais os animais seriam maltratados. [...] "O ritual não pratica crueldade. [...]. (BARBIÉRI; OLIVEIRA, 2022).

Pelo exposto, Pai Ivo diz que, a resolução do STF é uma vitória para os povos de terreiro de Umbanda e Candomblé. Pois, o STF garantiu a legitimidade do ritual com os animais nas religiões de matriz africana, afirmando que: "Existe uma hipocrisia social em relação aos rituais dos terreiros, quando criticam o uso de animais nas nossas manifestações culturais religiosas, porém, os que criticam nossos procedimentos, são na maioria das vezes, aqueles que em suas casas no final de semana se deliciam com um churrasco repleto de carnes de animais que foram mortos sabe-se lá como. Mas, nos rituais do Xambá os animais não sofrem crueldades, nem passam por violências ou maus tratos, apenas servem como uma ponte entre o humano e os orixás." Como babalorixá através de suas palavras vai mais além, ao dizer: "Faço um paralelo entre as religiões, de um lado, a igreja católica que usa o vinho que é o sangue de Cristo e o pão que é representando pela hóstia, do outro, nas religiões de matriz africana como o Candomblé e a Umbanda, os animais são usados como uma possibilidade de relação entre o homem com os espíritos/orixás, o sangue é uma bebida que fortifica essa interseção do humano com as divindades, quanto ao corpo do animal, ou seja, a carne, serve para alimentar os participantes nesses momentos, tendo em vista que, para se alimentar dessa carne advinda dos animais (galinhas, galo, cabra), é preciso manter o resguardo, por exemplo: não fazer uso de bebidas alcoólicas, se abster sexualmente, ou seja, não realizar relações sexuais.

Esses relatos advêm da ancestralidade da yalorixá Mãe Bio, que Pai Ivo, alega: "é preciso esclarecer e não deixar no anonimato que o **sangue** é o veículo principal do axé, é através dele que flui a energia que alimenta os orixás e as pessoas, conectando uns aos outros. Assim, nós como pessoas de terreiro precisamos informar a sociedade como são realizados os procedimentos com os animais, para o entendimento de que não há nenhum requinte de crueldade."

METODOLOGIA

Ressaltamos que, a metodologia se caracteriza por uma abordagem qualitativa na perspectiva participante, porque que a pesquisadora é mulher negra de Terreiro - filha de Iemanjá, professora, com ancestralidade no Quilombo Urbano do Xambá. Durante a investigação a técnica da observação e a entrevista como um instrumento de pesquisa foram utilizadas, com om intuito de conseguir o maior número de indícios. Por fim, houve também a utilização do método bibliográfico para coletar dados nos seguintes materiais: livros, artigos, e documentos, além disso, ocorreu a catalogação de informações através da história oral, empregada como uma possibilidade de recolher informações de fonte oral para o registro da oralidade.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Para o líder da Nação Xambá especifica: "é necessário destacar que, há um verdadeiro aparthaid religioso no Brasil, enquanto, as religiões evangélicas vêm o demônio em nossas crenças originárias da África, os pastores demonizam tudo que podem sobre o Exu, sem embasamento teórico do que acontece nos terreiros e na história das tradições do povo negro." Todavia, a apologia racial que foi divulgada no Brasil e até no exterior, está longe de ser uma realidade. É preciso esclarecer que a forma da lei, garantida pela Constituição Federal no Artigo 5° versa que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo a proteção aos locais de culto e as suas liturgias. A Carta Magna brasileira, prevê liberdade religiosa, ficando, oficialmente, separados o Estado da Igreja, porque o Brasil tem um Estado laico, assim, a legislação proíbe qualquer tipo de intolerância religiosa. Em um Estado laico, os cultos ou tradições referentes as crenças que podem se manifestar na vida pessoal das pessoas, conforme os preceitos que queiram seguir. Além disso, o Código Penal brasileiro é claro em seu Artigo 208, quando se refere a intolerância religiosa, inclusive, não permite o ultraje aos cultos e define que, a impossibilidade de impedir ou perturbar ou outro ato a ele relativo, até escarnece de alguém publicamente, por motivo de crenças ou função religiosa, e impedir ou perturbar cerimônia, prática e culto religioso, é passível de **Pena,** que perpassa por uma detenção de um mês a um ano e ou multa estipulada

por juiz. Pai Ivo Salienta: "Apesar do assunto – sacrifício de animais ser polêmico, é preciso esclarecer esses fatos, principalmente, pelas pessoas de terreiro de candomblé, temos o dever e a obrigação de prestar esclarecimentos a sociedade para um melhor entendimento do que é feito dentro da religião de matriz africana, primeiramente, eu vou falar da condição social, o Brasil hoje tem o maior rebanho bovino, no nosso país a cada minuto são abatidos 25 mil frangos, então, do ponto de vista ecológico, automaticamente, estamos salvos. Em sua fala, Pai Ivo afirma: "Por isso, achamos que é uma tremenda hipocrisia quando se levanta uma bandeira contra o abate dos animais pelos terreiros, é importante dizer que os animais abatidos são para o consumo nos terreiros, porque sabemos que, no Brasil a grande maioria da população não é vegetariana. O que concede um grande alerta não é a intolerância religiosa nem o fundamentalismo religioso, mas, é preciso ficar alerta para o maior vilão – o extremismo religioso, principalmente, nesse momento em que se encontra a política no Brasil. São muitas informações e versões que, garantem o sucesso do povo quilombola da Nação Xambá, que teve como liderança uma mulher negra e mãe de vários filhos legítimos e adotivos, os quais cuidou e ensinou o caminho da religiosidade." A longo da história da religiosidade que está atrelada a vida da humanidade sempre houve relatos de sacrifícios de animais, na bíblia, por exemplo, existem descrições desses procedimentos realizados por alguns dos renomados personagens bíblicos. Por outro lado, muitos intelectuais se referem a religião dentro de uma visão social, Teixeira (2007, p. 8), retrata o pensamento de teóricos que vislumbraram na sociedade os enfoques do ponto de vista do fenômeno religioso, destacando os conceitos e fundamentos, dizendo que: "[...] É pertinente dizer que a questão da religião foi, desde os albores do pensamento sociológico, algo inseparável do objeto mesmo da ciência social como tal". A religião para Alves (1978), na área acadêmica brasileira ocupou um lugar marginalizado e de pouca importância. Hoje, esse cenário mudou, e no país cada vez é maior os núcleos de pesquisas e investigações nas universidades que compactuam com a pesquisa a respeito da religiosidade.

Levando em consideração o pensamento de Marx (1974) que foi e, é na atualidade um renomado pensador que influência a temática religiosa, não que ele tenha se ocupado longamente desse assunto, mas, nos primeiros anos de sua atividade intelectual, aparece com suas críticas à religião, por ser uma projeção do homem, em outras palavras, é o homem que faz a religião, porque o homem é o mundo dos homens, é o Estado, representando a sociedade,

e são esses que produzem a religião. Essa forma marxista de ver a religião pode ter uma consciência invertida da humanidade, a qual causa a divisão social. Porque a religião é uma produção dividida, por isso, origina a opressão, a divisão das classes sociais, como acontece hoje no Brasil, com as perseguições aos cultos nos Terreiros**.** A face política da religião, muito enfatizada por Pai Ivo também é vista por Luxemburgo (1975, p. 231), que vislumbra uma grande campanha por parte de alguns sacerdotes, que sejam das diversas nuances das igrejas evangélicas, os quais se empenham em usar os seus púlpitos como meio de luta política contra as outras os que não frequentam as igrejas evangélicas. Nesse sentido, são políticos que estão espalhados entre os vereadores, deputados, senadores, governadores e, até presidente da república. Essa política usa o nome de Deus como bandeira e usam para demonizar a figura do Exu. Outra observação que podemos salientar nas palavras de Pai Ivo é a influência que a Igreja Católica infligiu na sociedade.

APRENDIZAGEM COM A EXPERIÊNCIA

Minha aprendizagem com a experiência vivida como filha de santo e pesquisadora, é muito interessante, destaco que, o Terreiro Xambá tem no seu amplo calendário de festas e de obrigações, as comidas que são oferecidas nos rituais que fazem parte da singularidade da tradição religiosa, que traz uma afirmação da história e da memória passada de geração para geração. Comer no Xambá é experimentar uma cozinha de identidade e de semelhança com outras expressões da religiosidade africana em Pernambuco. A comida é uma especificidade e uma subjetividade ímpar, depois de toda a preparação acontece a distribuição da alimentação que é servida de maneira tradicional para todos(as):

FIGURA 1 – COMIDA DE OBRIGAÇÃO: TERREIRO DO QUILOMBO DO XAMBÁ



Fonte: **Fotos Arquivo Paulinho Filizola**

As iguarias são preparadas na cozinha do Terreiro, todos participam nos dias de obrigação, de toques e de festas, no entanto, as comidas das obrigações são preparadas com os animais oferecidos aos orixás, tanto para os orixás como também para os participantes que estão presentes nesses dias. Os animais que o terreiro usa nas obrigações, também servem para a preparação de um pirão deliciosos que é servido para todos que participam dos eventos de obrigação, contudo, só pode comer com a mão, não usam colheres e nem garfos.

RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA

É importante lembrar que, além da falta de tolerância existe também o desrespeito com todas as religiões de matriz africana e seus praticantes, que buscam por uma tolerância religiosa e social, lutam por respeito e liberdade para professarem sua fé. As estimativas mostram os dados relevantes a respeito da intolerância religiosa, para uma maior compreensão o quadro abaixo demonstra minuciosamente os detalhes de quais são as religiões que mais possuem adeptos atingidos com a intolerância religiosa que se perpetuou no Brasil, observe:

TABELA 1 – AS VÍTIMAS DA INTOLERÂNCIA

Religião das vítimas
NÚMERO DE CASOS (2017)

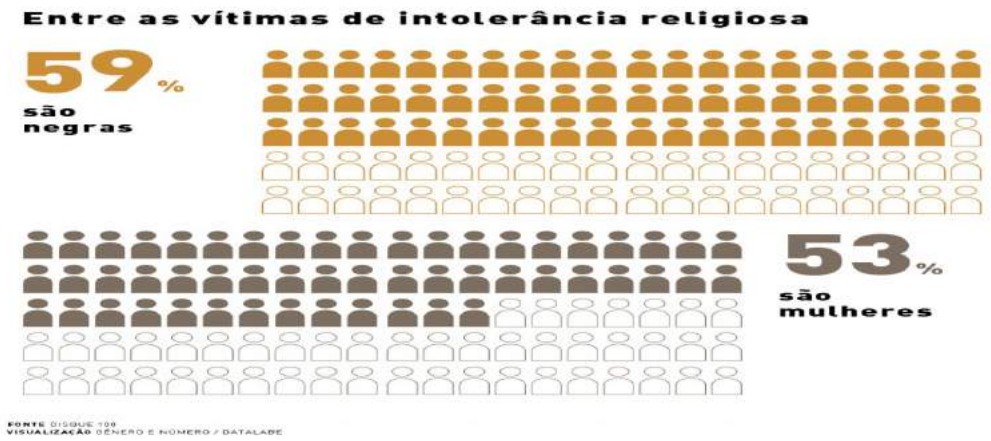
Umbanda	26	Universal do Reino de Deus	1
Candomblé	22	Testemunha de Jeová	1
Matrizes africanas	18	Presbiteriana	1
Católica	17	Muçulmana	1
Evangélica	14	Maranata pentecostal	1
Espírita	8	Kardecista	1
Judaísmo	6	Igreja adventista	1
Ateu	2	Cristã maranata	1
Assembléia de Deus	2	Não informada	44
Adventista do Sétimo Dia	2		

FONTE: https://www.google.com/dados+sobre+a+intolerancia+religiosa+no+brasil

Fica visível na tabela que, as maiores vítimas da intolerância são da umbanda, do candomblé e das matrizes africanas. Nesse outro gráfico que está em destaque baixo uma demonstração da abrangência da intolerância religiosa, que deixa claro o público-alvo que ais sofre com essa questão. Cada vez mais se propaga iniciativas para diminuir o avanço da intolerância religiosa, porém, a premissa de informar e levar aos que sofrem esse tipo de

maldade uma forma de conseguir sua proteção como um direito de pertencimento a uma religiosidade que é escolha individual, foi criado o disque 100 para denunciar esses atos que atende em alguns estados da Federação Brasileira, conforme mostra o gráfico 2:

GRÁFICO 2 – COR E SEXO DA INTOLERÂNCIA



FONTE: https://www.google.com/dados+sobre+a+intolerancia+religiosa+no+brasil.

Conforme os dados as pessoas negras sofrem 59% das situações de intolerância religiosa e, as mulheres são 53% mais suscetível de passaram pela problemática. No entanto, essa intolerância nem sempre é visível, ela se esconde, se oculta, está camuflada at através de atos, palavras e gestos, que em diversos casos são minimizados e desconsiderados perante a sociedade, uma forma de deixar a vítima a indefesa diante do ocorrido, levando-a para o outro lado, isto é, de vítima se torna autora da injustiça, a contradição existe e levanta suspeitas, por isso, a estimativa aponta que: 46,2% da intolerância religiosa é visível e 53,8% da intolerância religiosa é invisível – acontece de forma velada. As religiões de matriz africana enfrentaram e enfrentam uma perseguição sistemática, que resulta em agressões verbais, físicas, morte e incêndios dos terreiros. Diante disso, Teixeira (2007, p. 81), informa: "Enquanto os magos trabalhariam de forma autônoma e isolada, os sacerdotes pertenceriam a uma empresa ou instituição. O sacerdote é um cargo, seu carisma nõ lhe pertence, mas a sua instituição. [...]."

Portanto, a intolerância religiosa que prevalece hoje apena mudou de cenário, os personagens que protagonizam a discriminação e a perseguição à cultura africana, muitas vezes

de maneira institucional, porque na maior parte desses casos são pessoas que mantêm relação com alguma instituição social e se prevalecem de algum modo do vínculo que tem. O quadro a seguir demonstra que é possível denunciar a intolerância:

QUADRO 1 – INTOLERÂNCIA RELIGIOSA - DENUNCIE



FONTE: https://www.google.com/dados+sobre+a+intolerancia+religiosa+no+brasil.

A complexidade desses fatores vai além da imaginação, acontece todos os dias e a cada minuto, para Pai Ivo, o fundamentalismo é um fato real, que ocorre nessa política do atual presidente Bolsonaro, cujo pensamento é aumentar o número de candidatos evangélicos para disputarem as eleições e os cargos público. O racismo religioso é uma questão eurocêntrica, advinda dos séculos anteriores. Ainda ressalta que, a primeira palma de ouro do Festival de Cannes foi o Pagador de Promessas, que retrata a história de nosso povo Negro oriundo da África. Esse racismo que predomina é uma afronta, pois não existe religião ruim, mas sim pessoas ruins na religião. Diante de tudo que foi exposto, Pai Ivo admite que o diálogo agora deve ser também acadêmico, por ser a academia uma ponte de conhecimento e de importante espaço social de conhecimento.

Finalmente, a relação teoria/prática revela os postulados religiosos, através de um olhar que reflete como o Brasil, e especialmente, Pernambuco têm enfrentando os dilemas da falta de informação sobre o que acontece nas obrigações no Terreiro de Candomblé e Umbanda. Desta forma, deixamos aqui as informações para os interessados em conhecer mais sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BARBIÉRI. Luiz Felipe; OLIVEIRA, Mariana. **STF decide que é Constitucional Sacrificar Animais em Cultos Religiosos.** Disponível em**:** **https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/28/stf-decide-que-e-constitucional-sacrificar-animais-em-cultos-religiosos.ghtml.** Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil.** Brasília: Senado Federal. Disponível em: www.senado.gov.br, Acesso em: mar. 2024.

_____. **Dados sobre a Intolerância Religiosa no Brasil.** Disponível em: https://www.google.com/dados+sobre+a+intolerancia+religiosa+no+brasil. Acesso em: marc. 2022.

FILIZOLA, Paulo. **Mostra Xambá 90 anos.** Disponível em: https://www.facebook.com/romano.filizola. Acessado em: marc. 2024.

MARX. Karl. **Contribución a la crítica a la filosofia de la derecho de Hegel.** In: ASMN, Hugo & MATE Reys (orgs.). Sobre la Religión I (K. Marx y F. Engels). Salamanca: Sígueme, 1974.

MEIHY. José Carlos Sabe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar.** 2. Ed. 5ª reimpressão> -São Paulo: Contexto, 2017.

OLIVEIRA. Nathália Fernandes. **A Repressão Policial às Religiões de Matriz Afro-Brasileira no Estado Novo (1937-1945).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História social da Universidade Federal Fluminense, RJ: Niterói, 2015.

ROSA. Luxemburgo. **Iglesia y Socialismo.** In: ASSAMAN, H. & MATE, R. (orgs). **Sobre la Religión II (Jauré, Lenin, Gramsci y otros).** Salamanca: Sígueme, 1975, p. 192-213.

SANTOS. Carolina Maria. **Livro conta a história de luta do terreiro de Xambá, em Olinda.** Disponível em: https://macozero.org/livro-conta-a-historia-de-luta-do-terreiro-de-xamba-em-olinda/#:~:text=t,N%C3%A3o%2C%20ajustar. Acesso em: mar. 2022.

SILVA. Adeildo Paraíso. **Ivo de Xambá sobre ele mesmo: uma autobiografia escrita sob a proteção das águas dos rios de Oxum**. CEPE: Companhia Editora de Pernambuco. S/D.

TEIXEIRA. Faustino (org.). **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. 2. Ed. – RJ: Vozes, 2007.

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS: APRENDIZAGENS E MEMÓRIAS DOS POTIGUARA DA PARAÍBA

Larissa Gorgonho Soares da Silva Verssimo [1]
Edna Gusmão de Goes Brennand[2]

RESUMO

A violência contra os povos indígenas desde o período da colonização até a contemporaneidade, possui um impacto profundo de luta e resistência dos seus direitos e visibilidade em um contexto de marginalização sobre a história e a identidade dos povos originários, refletindo-se na história da educação brasileira, particularmente na educação escolar indígena, configurada como uma modalidade de educação básica recente, possui um cenário propício a diversos saberes que caracterizam um conjunto de conhecimentos trazidos por gerações que correspondem as tradições da cultura indígena e a construção de um currículo específico e diferenciado. Nesta perspectiva, este trabalho, tem como objetivo analisar as formas como as violências são vivenciadas no Ensino Médio da educação escolar indígena Potiguara, e como essas violências afetam o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes indígenas. Para tanto, este trabalho possui uma abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, que consistirá em análises realizadas no ambiente escolar indígena. O foco será observar as práticas pedagógicas no cotidiano escolar, especialmente as violências ocorridas nesse espaço e suas consequências e dificuldades, com o objetivo de contribuir para a contextualização e realização prática dos processos identificados na atualidade desse componente curricular. Para viabilizar esta pesquisa, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas com professores da educação escolar indígena. Como procedimento de análise, será empregada a análise de conteúdo, conforme Bardin (2022).

Palavras-chave: Violência, Indígenas, Educação, Potiguara.

INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil apresenta inúmeros desafios, além de vários momentos que são de grande importância para a construção da identidade que possuímos atualmente. Nesse sentido, a educação escolar indígena está inserida como uma dessas grandes questões, processo que se inicia com a chegada dos religiosos jesuítas ao Brasil, em 1549 (Ribeiro, 2022).

Nesse horizonte crítico, a educação escolar indígena enfrenta embates significativos em suas práticas pedagógicas, marcadas por tensões no processo de ensino-aprendizagem. A

[1] Mestranda em Educação - PPGE da Universidade Federal - PB, larissagorgonho@gmail.com;
[2] Professora Doutora PPGE/PPGOA/UFPB, ebrenna2@uol.com.br;

colonização deixou um legado de desigualdade estrutural notório, perpetuando um ciclo de violências e desrespeitos aos povos originários e a seus territórios. Nesse quadro, os direitos indígenas têm sido sistematicamente desafiados, com episódios recorrentes de invasões, confrontos e agressões contra comunidades, além de altas taxas de assassinatos, suicídios e mortalidade infantil

Um exemplo contundente dessas agressões é retratado no Relatório Violências contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2024), que registra 1.276 casos de violações ao patrimônio indígena até os dias atuais. As principais formas de prejuízo ao patrimônio indígena incluem desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais como madeira, caça e pesca predatórias, garimpo ilegal e apropriação privada de terras indígenas. Essas violações têm como uma de suas consequências a luta pela demarcação de terras indígenas, resistindo a propostas legislativas como o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que visava alterar o Estatuto do Índio (Lei no 6.001 de 1973) e ameaçava os territórios dos povos originários.

METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, que consistirá em análises realizadas no ambiente escolar indígena. O foco será observar as práticas pedagógicas no cotidiano escolar, especialmente as violências ocorridas nesse espaço e suas consequências e dificuldades, com o objetivo de contribuir para a contextualização e realização prática dos processos identificados na atualidade desse componente curricular.

O objetivo primordial é analisar como as violências são experimentadas no Ensino Médio da educação escolar indígena Potiguara e como estas afetam o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. A efetivação da pesquisa se dará na Escola Índio Pedro Máximo de Lima, situada na aldeia Três Rios do município de Marcação/PB. Para viabilizar esta pesquisa, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas com professores da educação escolar indígena.

Como procedimento de análise, será empregada a análise de conteúdo, conforme Bardin (2022). Esse método permite uma avaliação mais crítica das comunicações e seus significados, tanto explícitos quanto ocultos. É possível compreender as comunicações sob as principais categorias conceituais que vão dos elementos descritivos às diversas interpretações dos atores

socioculturais que produzem a informação. Para Bardin (2022), a utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos, de descrição do conteúdo das mensagens identificadas, tem como propósito principal a inferência de que os conteúdos possam oferecer ensinamentos após sua análise. Para o autor, para realizar a análise de conteúdo, é necessário seguir suas fases distintas, organizadas em três etapas: 1-Pré-análise; 2-Exploração do material e 3-Tratamento dos resultados e interpretação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A história dos povos originários do Brasil está repleta de narrativas de violência contra eles perpetradas. Desde o período colonial, os indígenas têm sido alvos diretos da exploração territorial, sofrendo desvalorização tanto em seus territórios quanto em sua cultura. Essas agressões se perpetuam até hoje, manifestando-se por meio de invasões territoriais, falta de recursos para uma educação qualificada e a constante luta contra as violações cotidianas. Diante desse quadro, as reflexões essenciais de Maldonado-Torres (2016) sobre a concepção decolonial ganham destaque. O autor a define como uma consciência que o sujeito possui sobre sua realidade e a modernidade vigente, o que provoca um "grito de espanto" diante do horror da colonialidade na contemporaneidade. Além disso, a decolonialidade implica questionar todo o processo de colonialidade, fundamentando a necessidade urgente de uma transformação profunda na sociedade brasileira.

Nesse contexto crítico, é imprescindível uma educação que busque novas práticas pedagógicas que valorizem a ideia decolonial proposta por Maldonado-Torres. Isso se delineia como um marco essencial para a educação escolar indígena, contribuindo para a mudança necessária diante da realidade enfrentada nos processos de ensino-aprendizagem e as possibilidades de reconstrução.

Considerando os elementos basilares para este projeto de pesquisa, essa reconstrução se apoia na necessidade de examinar como as violências são experimentadas no Ensino Médio da educação escolar indígena Potiguara e como estas afetam o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes indígenas. Isso e outras possibilidades fornecem-nos subsídios para entender a realidade enfrentada na escola indígena em relação às grandes violências sofridas ao longo das gerações pelos povos indígenas, e como essas questões impactaram severamente esse ambiente escolar.

Contudo, a violência é uma realidade enfrentada pela sociedade ao longo dos séculos, persistindo continuamente até os dias atuais, ocorrendo progressivamente nos ambientes sociais e escolares. Desse modo, a interdisciplinaridade na violência corresponde às diversas tipologias que predominam nas múltiplas formas de violência presentes na sociedade, em especial na educação. É relevante afirmar que as instituições escolares têm experimentado diariamente a violência por meio de diversas formas, incluindo o bullying e o cyberbullying, que afetam gravemente crianças e adolescentes (Brennand; Claudino, 2013).

Sendo assim, a violência segue adiante na vida em sociedade, presente nos espaços sociais, ambientes familiares e outros contextos que nos rodeiam. Inúmeras pessoas são vítimas e, consequentemente, praticantes de atos violentos, os quais violam os direitos humanos e causam danos irreparáveis à qualidade de vida dos indivíduos.

Nesse panorama, ao abordar a violência contra os povos indígenas, estamos diante de um legado teórico e prático que possibilitou um processo histórico de luta e resistência para os povos originários do Brasil. Os indígenas são predominantemente assombrados pelas memórias violentas herdadas de seus antepassados e continuam a lutar bravamente contra essas violências que afetam diretamente a saúde, a educação e os meios de subsistência desses povos. Para tanto, é interessante ressaltar alguns apontamentos sobre o termo violência, trazidos pelos estudos de Moderna (2016, p. 9):

> A violência é considerada como um termo que parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética.

Considerando as observações anteriores, a violência manifesta-se em ações que cerceiam a liberdade, abrangendo tanto danos físicos quanto psicológicos. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) a define como o "uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte e dano psíquico".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, de acordo com os apontamentos até aqui mencionados, é relevante ressaltar as contribuições de Assmann (2003), teórico que discorre sobre "o reencantar a educação". Ele

propõe uma educação que abrace a vida, incentivando a aprendizagem contínua em direção a uma sociedade que aprende. Para Assmann (2003, p. 78), "viver é substancialmente uma atividade cognitiva, não há como não admitir que toda aprendizagem é um processo que acontece no organismo vivo".

Tal reencantamento da educação nos induz a refletir sobre como os processos históricos de violência, perpetrados por violadores de direitos contra os povos originários, reverberam em problemas e consequências. No entanto, também observamos manifestações de processos vitais que são assimilados por meio do conhecimento. Dessa forma, a vitalidade da vida deve enriquecer esse conhecimento, o que exige uma visão mais complexa, capaz de proporcionar um viés pedagógico para a realização de uma educação guiada pela vida. Para que essa abordagem seja efetiva no processo educacional, é necessário que os educadores abandonem a mediocridade pedagógica e as ingenuidades políticas, em um esforço para reencantar o ato educativo e enfrentar o cerne pedagógico da qualidade de ensino (Assmann, 2003).

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2022.

BRENNAND, Eladio Jose de Goes; CLAUDINO, Osmundo R. **A cibercultura e o revigoramento dos espaços educativos tradicionais.** In: BARRETO, Denise Aparecida; BRENNAND, E. G. (Org.). **Perspectivas Interdisciplinares sobre educação e tecnologias**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 141-159.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2022.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2023. 21.ed. Brasília: **Conselho Indigenista Missionário**, 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade**. Sociedade e estado, v. 31, n. 1, 2016.

MODERNA, Maura Regina. **Conceitos e Formas de Violência**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

VULNERABILIDADES E REFÚGIO: OS POVOS ORIGINÁRIOS VENEZUELANOS DA TRIBO WARAO NA PARAÍBA

Sidney Lima de Assis Silva[1]
Roberto Vilmar Satur[2]

RESUMO

Os Warao são uma tribo de indígenas venezuelana e sua história é anterior à formação do Estado da Venezuela. Eles são o segundo grupo étnico originário mais populoso do país e vêm sofrendo reflexos da crise econômica, política e social que alastrou o país nos últimos anos. Nesse contexto, o número de refugiados Warao aumentou gradativamente. O estado da Paraíba passou a acolher o povo indígena Warao entre 2019 e 2020. É evidente que a situação atual desses povos em vulnerabilidade social no estado é, de certa forma, uma urgência pública não só em âmbito estadual, como também federal, tendo em vista que seu abandono e/ou descaso seria uma forma de violência. Diante disso, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a situação atual do status de refúgio do povo indígena Warao em situação de vulnerabilidade no estado da Paraíba. Busca-se, assim, contribuir com formas de prevenção para os problemas sociais a que estão sujeitos esses povos originários. A metodologia adotada neste estudo se baseia predominantemente em uma abordagem qualitativa, por meio de um questionário on-line estruturado na realização de entrevistas presenciais, visando aprimorar a análise ao abordar as percepções dos participantes sob diferentes ângulos. A análise dos materiais coletados por meio de pesquisa online e das entrevistas indica que os indígenas da tribo Warao enfrentam lutas contínuas enquanto residem na Paraíba. Esta investigação apontou três desafios principais enfrentados pelos Warao: as disparidades linguísticas, as incompatibilidades culturais e a adaptação de habitantes tipicamente rurais a ambientes urbanos de grandes cidades. Este estudo é uma contribuição direta para a compreensão das dificuldades e desafios que os Warao na Paraíba enfrentam, podendo refletir realidades semelhantes de outros indígenas no Brasil.

Palavras-chave: Povos originários; Warao; Refugiados; Venezuelanos; Acolhimento na Paraíba.

---

[1] Graduando do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; bolsista de IC do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica sobre Imigrantes e Refugiados: Prevenção A Violência E A Vulnerabilidades Decorrentes Da Diversidade Cultural De Migrantes E Refugiados - Ano 2 período 2023/2024; integrante do RIEV Imigrantes como aluno bolsista; pré-intercambista na Argentina (Universidad de Buenos Aires), no período 2025.1. Contato: sidney.lima2@academico.ufpb.br

[2] Pós-Doutor em Informação e Comunicação (Universidade do Porto); Doutor em Ciência da Informação; Mestre em Economia; Especialista em Comércio Exterior; Bacharel em Administração e em Economia. Professor orientador do projeto de IC sobre Imigrantes e Refugiados: Prevenção A Violência E A Vulnerabilidades Decorrentes Da Diversidade Cultural De Migrantes E Refugiados - Ano 2; pertence ao RIEV Imigrantes. Professor Adjunto do Departamento de Mediações Interculturais (DMI); professor do Programa de Pós-Graduação em Organizações Aprendentes (PPGOA); da Especialização em Gestão Pública e professor e coordenador do Curso de LEA-NI (2016-2019; 2022-2024) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Lidera o Grupo de Pesquisa MINNI-Mundo, coordena o Observatório MINI-Mundo, com estudos em Negociações Internacionais e Mediações Interculturais, participa dos grupos de pesquisa GIACO (Brasil) e do CITCEM (Portugal). Contato: robertosatur@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Os Warao são uma tribo de indígenas venezuelana e sua história é anterior à formação do Estado da Venezuela. Eles são o segundo grupo étnico originário mais populoso do país e mantêm a sua língua nativa, Warao, além de muitos membros terem níveis variados de proficiência em espanhol. Tradicionalmente, o grupo se localiza na região nordeste da Venezuela, no Delta do Rio Orinoco, no Delta do Amacuro e em partes dos estados de Monagas e Sucre (Acnur, 2024). Desde 2014, à medida que a crise política e econômica na Venezuela se intensificou, o povo Warao foi sendo forçado a migrar, principalmente para o Brasil. A princípio, esses grupos eram encontrados principalmente no estado de Roraima e na região amazônica, entretanto, com o tempo, começaram a se deslocar para outras regiões do Brasil (Acnur, [s.d.]).

O estado da Paraíba passou a acolher o povo indígena Warao entre 2019 e 2020, quando aproximadamente 80 pessoas imigraram para o estado (Governo da Paraíba, 2022). Porém, segundo a mesma fonte (Governo da Paraíba, 2022), na situação pós-pandemia, o número de Warao no estado paraibano aumentou significativamente, chegando a 350 pessoas, localizadas principalmente no município de João Pessoa. Esse acolhimento só teve sua realização possível com a exigência do Ministério Público Federal (MPF) que, em discussão com o Governo Estadual, firmou um acordo com o Centro Social, fazendo com que a Instituição acolhesse os refugiados Warao por um longo período (Lucena, 2021).

É evidente que a situação atual desses povos em vulnerabilidade social no estado é, de certa forma, uma urgência governamental não só estadual, como também federal. Diante disso, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a situação atual do status de refúgio do povo indígena Warao em situação de vulnerabilidade no estado da Paraíba. Busca-se, assim, contribuir com formas de prevenção para os problemas sociais a que estão sujeitos esses povos originários.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo se baseia predominantemente em uma abordagem qualitativa, focada na compreensão e interpretação das realidades sociais dos migrantes refugiados de etnia indígena Warao na cidade de João Pessoa, Paraíba, bem como dos assistentes e apoiadores que trabalham com eles (Bauer; Gaskell, 2003; Minayo, 2014). Esta pesquisa qualitativa permite explorar os significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes dos participantes, destacando-se pela ênfase na experiência humana e na contextualização dos fenômenos estudados (Minayo, 2014, *apud* Vernaglia, 2020).

A pesquisa de campo foi conduzida com todos os ouvidos recebendo o mesmo conjunto de perguntas. Esta abordagem serviu a dois propósitos: garantiu a uniformidade nas respostas (o que facilitou a comparação social) e permitiu a consistência entre os dados recolhidos. Embora um questionário estruturado tenha sido usado on-line para atingir um público mais amplo que trabalha no acolhimento dos Warao, também foram realizadas entrevistas presenciais para complementar as respostas fornecidas por meio do formulário, visando aprimorar a análise ao abordar os dados sob diferentes ângulos.

DISCUSSÕES

Seis participantes foram entrevistados após concordarem em participar do estudo. Dentre eles, estavam duas docentes e três discentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que participaram de atividades que envolveram os indígenas de etnia Warao, além do chefe ou *aidamo*[3] do povo Warao na Paraíba. As docentes e os discentes colaboram em iniciativas dedicadas a ajudar os refugiados Warao em João Pessoa. Essas iniciativas focam em questões linguísticas de integração social. O processo de seleção dos participantes desta pesquisa levou em consideração suas atuações nessas iniciativas. Algumas questões culturais e linguísticas dificultaram a execução dessa pesquisa, e por isso, a pesquisa foi realizada em espanhol com o líder Warao, por ser um dos poucos que tinha fluência nessa língua e também devido à falta de familiaridade dele com o português. Foi investigado, inicialmente, as características socioculturais dos participantes, visando, dessa forma, compreender as suas opiniões relativas à realidade dos povos Warao enquanto refugiados num país estrangeiro.

Embora o número de Warao em situação de refúgio na Paraíba esteja em constante aumento (Acnur, 2024), como já dito, o contato com esses indígenas venezuelanos é extremamente difícil devido às barreiras linguísticas, conforme relatado pelo cacique da tribo. Apenas ele pôde ser entrevistado, graças à sua fluência em espanhol. O cacique, que chegou à Paraíba há dois anos e recebe apoio do governo estadual, mencionou melhorias na saúde e na alimentação, mas destacou a dificuldade para aprender o português, descrevendo a complexidade do idioma em comparação com o Warao. Outros entrevistados (não indígenas da tribo), discordaram sobre a melhoria da qualidade de vida dos Warao, citando maior vulnerabilidade social e econômica, enquanto observam esforços da comunidade feminina em atividades como artesanato para tentar alcançar a autonomia financeira. A adaptação à vida urbana e o desejo por terras para cultivo são desafios adicionais relatados por estes refugiados. Apesar de alguns projetos oferecerem aulas de português, os participantes enfrentam dificuldades significativas no aprendizado da língua. Esses desafios evidenciam a necessidade de uma abordagem mais profunda na proteção e no cuidado aos refugiados Warao na Paraíba.

Os entrevistados revelaram múltiplos obstáculos enfrentados pelos Warao em João Pessoa, incluindo a falta de terra para cultivo e as assimetrias culturais que complicam a interação com a população local. As respostas dos participantes enfatizaram a necessidade de planejamento adequado, preparo de profissionais para o atendimento especializado, compreensão das necessidades culturais específicas e superação das barreiras linguísticas para melhor integrar e acolher os refugiados. Além das iniciativas do Governo do Estado da Paraíba, a UFPB, com projetos como o Economia Solidária, tem procurado oferecer suporte significativo aos Warao, visando mitigar sua vulnerabilidade social e econômica em um contexto de refúgio no Brasil.

Esse compromisso também se reflete em iniciativas legais e sociais que buscam assegurar condições dignas para os Warao, garantindo o respeito aos seus direitos como indígenas e protegendo sua identidade cultural e ancestralidade frente aos desafios da migração e da adaptação em um ambiente urbano estrangeiro. Dessa forma, pretende-se garantir um

[3] Sobre o termo exposto, ele "é comumente utilizado para definir a liderança Warao, porém, entre os indígenas, há divergências sobre a sua aplicação. Para alguns, essa categoria não se estende às lideranças constituídas no Brasil, pois corresponde ao grande chefe da sociedade Warao, devendo ser usado apenas para designar aqueles que já eram caciques reconhecidos na Venezuela" (Acnur, 2024, p. 90).

acolhimento efetivo e respeitoso, que proteja sua identidade e direitos enquanto população indígena em contexto de refúgio no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados por meio de pesquisa online e das entrevistas mostra claramente que os indígenas da tribo Warao enfrentam lutas contínuas enquanto residem na Paraíba. Esta investigação apontou três desafios principais enfrentados pelos Warao: as disparidades linguísticas, as incompatibilidades culturais e a adaptação de habitantes tipicamente rurais a ambientes urbanos, por exemplo, bairros de lata (com infraestruturas precárias na periferia de grandes cidades). Apesar das iniciativas do governo e de outros órgãos como instituições federais de ensino, ONGs, pastorais/igrejas e voluntários, o apoio aos Warao na Paraíba parece pouco eficaz. O acolhimento e assistência pós-chegada (durante a permanência), embora presente, parece insuficiente e/ou inadequada, devido a muitos indígenas Warao ainda estarem desabrigados, visivelmente em situações vulneráveis, com mendicância em semáforos, praças e supermercados em João Pessoa; e inadequado tendo em vista que a solução que lhe foi apresentada além de precária é urbana enquanto eles culturalmente são acostumados a viver em coletivo mas em ambientes rurais onde possam produzir seu próprio alimento. Resta saber se o que foi feito para os Warao até agora em termos de atenção está apenas incompleta, ou é fruto do descaso, ou uma solução inadequada por só ter essa a oferecer, ou é uma violência por deixar esse povo à margem da sociedade, obrigado a tentar encontrar seu próprio rumo num ambiente (urbano) que não sabem ao certo o que fazer.

A pesquisa enfrentou desafios significativos, nomeadamente a complexidade da comunicação inicial com os Warao, que não falam português e têm um conhecimento limitado de espanhol como população maioritária. No entanto, recursos bibliográficos recentes desempenharam um papel indispensável para traçar um melhor panorama das condições e características dos Warao no Brasil. Este estudo é uma contribuição direta para a compreensão das lutas que os Warao enfrentam na Paraíba e que podem refletir realidades semelhantes em outras partes do Brasil. Além de investigar práticas institucionais e governamentais, esta investigação procura ações que tenham um impacto positivo na qualidade de vida destes povos indígenas e garanta a sua inclusão socioeconômica, ao mesmo tempo que defendem o respeito pela sua cultura distinta.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Os Warao no Brasil:** Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2. ed. Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2024.

ACNUR. **Indígenas Warao Venezuelanos Refugiados no Brasil**. [s.l: s.n.], 2021. Disponível em: <https://setades.es.gov.br/Media/Seadh/Lives%20-%20SUAS/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgenas%20Warao_SETADES_17.06.21.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2. ed. Petrópolis: Editora vozes, 2003.

PARAÍBA, Governo do Estado. **Experiência da Paraíba no abrigamento de indígenas Warao é destaque em publicação nacional**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/experiencia-da-paraiba-no-abrigamento-de-indigenas-Warao-e-destaque-em-publicacao-nacional>. Acesso em: 21 jun. 2024.

LUCENA, J. B. **Impressões criadas sobre os indígenas Warao nas ruas de João Pessoa-PB em tempos de pandemia**. TRAVESSIA - Revista do Migrante, v. 2, n. 91, 23 ago. 2021.

VERNAGLIA, T. **Pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/581071> Acesso em: 20 jun. 2024.

SISV 2024
II Simpósio Interdisciplinar Sobre Violências



Realização:

RIEV

UFPB

UFSC

Anais do II Simpósio Interdisciplinar sobre Violências (SISV 2024) – 16 Dezembro 2024



Instituições Parceiras:

CNPq FapesQ-PB UFPB UFSC Universitat de València Universidade Estadual de Londrina Universidade Federal de Santa Maria 1960 Instituto Federal Paraíba Colégio Marista PPGE UFPB PPGOA GECIMP Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio ADUFPB Seção Sindical do ANDES-SN

https://www.even3.com.br/ebook/sisv2024/